ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 38

Brasília - DF, segunda-feira, 26 de fevereiro de 2018

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Judiciário ... 1
Atos do Poder Executivo ... 3
Presidência da República ... 4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ... 4
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ... 37
Ministério da Cultura ... 37
Ministério da Educação ... 41
Ministério da Fazenda ... 45
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços ... 65
Ministério da Integração Nacional ... 68
Ministério da Justiça e Segurança Pública ... 68
Ministério da Saúde ... 75
Ministério das Cidades ... 92
Ministério das Relações Exteriores ... 93
Ministério de Minas e Energia ... 94
Ministério do Desenvolvimento Social ... 100
Ministério do Meio Ambiente ... 100
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão ... 100
Ministério do Trabalho ... 206
Ministério dos Direitos Humanos ... 213
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ... 213
Conselho Nacional do Ministério Público ... 216
Ministério Público da União ... 217
Tribunal de Contas da União ... 219
Poder Judiciário ... 246
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 249

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE 42 (1)

ORIGEM	: ADC - 42 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. LUIZ FUX**
REQTE.(S)	: PARTIDO PROGRESSISTA - PP
ADV.(A/S)	: RUDY MAIA FERRAZ (22940/DF) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Após o relatório e as sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Ausentes, justificadamente, o Ministro Celso de Mello, e, participando do seminário anual denominado Global Constitutionalism, na Universidade de Yale/EUA, o Ministro Roberto Barroso. Falaram: pelo requerente, Partido Progressista - PP, os Drs. Rudy Maia Ferraz e Vicente Gomes da Silva, e, pelo Presidente da República e pelo Congresso Nacional, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Advogada-Geral da União. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 14.9.2017.

Decisão: Após o voto do Ministro Luiz Fux (Relator), julgando parcialmente procedente a ação para: i) declarar a constitucionalidade dos artigos 3º, XIX; 4º, III, e § 1º e § 4º; 4º, § 5º e § 6º; 5º, caput, § 1º e § 2º; 8º, § 2º; 12, § 4º, § 5º, § 6º, § 7º e § 8º; 13, § 1º; 15; 44; 48, § 2º; 61-A; 61-B; 61-C; 62; 63; 66, § 3º, § 5º e § 6º; 67; 68; 78-A; ii) declarar a inconstitucionalidade das expressões "gestão de resíduos" e "instalações necessárias à realização de competições esportivas estaduais, nacionais e internacionais", contidas no art. 3º, VIII, b; das expressões "demarcadas" e "tituladas", contidas no art. 3º, parágrafo único; da expressão "realizada após 22 de julho de 2008", contida nos arts. 7º, § 3º, e 17, caput e § 3º; e dos arts. 59 e 60, todos da Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal), pediu vista antecipada dos autos a Ministra Cármen Lúcia (Presidente). Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Ricardo Lewandowski. Plenário, 8.11.2017.

Decisão: Após os votos dos Ministros Marco Aurélio e Cármen Lúcia (Presidente), julgando parcialmente procedente a ação, nos termos de seus votos, o julgamento foi suspenso. Plenário, 21.2.2018.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.901 (2)

ORIGEM	: ADI - 4901 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. LUIZ FUX**
REQTE.(S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: ASSOCIACAO BRASILEIRA DOS PRODUTORES INDEPENDENTES DE ENERGIA ELETRICA - APINE
ADV.(A/S)	: MARÇAL JUSTEN FILHO (7468/PR)
ADV.(A/S)	: CESAR AUGUSTO GUIMARÃES PEREIRA (18662/PR)
ADV.(A/S)	: EDUARDO TALAMINI (19920/PR)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMPANHIAS DE ENERGIA ELÉTRICA - ABCE
ADV.(A/S)	: WERNER GRAU NETO (120564/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DO BRASIL
ADV.(A/S)	: FELIPE ROCHA DE MORAIS (32314/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: TERRA DE DIREITOS
ADV.(A/S)	: ANDRE LUIZ BARRETO AZEVEDO (0032748/PE) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DE ADVOGADOS DE TRABALHADORES RURAIS NO ESTADO DA BAHIA - AATR/BA
ADV.(A/S)	: CARLOS EDUARDO LEMOS CHAVES (16430/BA) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ABRA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA
ADV.(A/S)	: ANDRE LUIZ BARRETO AZEVEDO (0032748/PE) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: DIGNITATIS - ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR
ADV.(A/S)	: DANIEL ALVES PESSOA (4005/RN) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: INSTITUTO GAÚCHO DE ESTUDOS AMBIENTAIS- INGÁ
ADV.(A/S)	: EFENDY EMILIANO MALDONADO (82227/RS) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: FEDERAÇÃO DE ORGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL - FASE
ADV.(A/S)	: ANDRE LUIZ BARRETO AZEVEDO (0032748/PE) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB
ADV.(A/S)	: ANA PAULA ANDRADE RAMOS RODRIGUES (186635/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA
ADV.(A/S)	: MAURICIO GUETTA (0271433/SP)
AM. CURIAE.	: REDE DE ORGANIZACOES NAO GOVERNAMENTAIS DA MATA ATLANTICA - RMA
ADV.(A/S)	: MAURICIO GUETTA (0271433/SP)
AM. CURIAE.	: MATER NATURA - INSTITUTO DE ESTUDOS AMBIENTAIS
ADV.(A/S)	: MAURICIO GUETTA (0271433/SP)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE DEFESA DO AMBIENTE - AMDA
ADV.(A/S)	: MAURICIO GUETTA (0271433/SP)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO - ABAG
ADV.(A/S)	: LUIZ ANTONIO BETTIOL (DF006558/) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA
ADV.(A/S)	: CARLOS BASTIDE HORBACH (19058/DF) E OUTRO(A/S)

Decisão: Após o relatório e as sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Ausentes, justificadamente, o Ministro Celso de Mello, e, participando do seminário anual denominado Global Constitutionalism, na Universidade de Yale/EUA, o Ministro Roberto Barroso. Falaram: pelo requerente, Procurador-Geral da República, o Dr. Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, Vice-Procurador-Geral Eleitoral**;** pelo Presidente da República e pelo Congresso Nacional, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Advogada-Geral da União**;** pelos amici curiae Instituto Socioambiental - ISA, Rede de Organizações Não-Governamentais da Mata Atlântica - RMA, MATER NATURA - Instituto de Estudos Ambientais e Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA, o Dr. Maurício Guetta; pelos amici curiae Terra de Direitos, Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE, o Dr. Carlos Frederico Marés de Souza Filho**;** pelo amicus curiae Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG, o Dr. Ewerton Azevedo Mineiro; pelo amicus curiae Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, o Dr. Rodrigo Justus de Brito; pelo amicus curiae Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, o Dr. Leonardo Papp; pelo amicus curiae Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE, o Dr. Marçal Justen Filho**;** pelo amicus curiae Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica - ABCE, a Dra. Paula Suzanna Amaral Mello**.** Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 14.9.2017.

Decisão: Após o voto do Ministro Luiz Fux (Relator), julgando improcedente a ação direta de inconstitucionalidade, pediu vista antecipada dos autos a Ministra Cármen Lúcia (Presidente). Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Ricardo Lewandowski. Plenário, 8.11.2017.

Decisão: Após os votos dos Ministros Marco Aurélio e Cármen Lúcia (Presidente), julgando parcialmente procedente a ação, nos termos de seus votos, o julgamento foi suspenso. Plenário, 21.2.2018.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.902 (3)

ORIGEM	: ADI - 4902 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. LUIZ FUX**
REQTE.(S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES INDEPENDENTES DE ENERGIA ELÉTRICA - APINE
ADV.(A/S)	: MARÇAL JUSTEN FILHO (7468/PR)
ADV.(A/S)	: CESAR AUGUSTO GUIMARÃES PEREIRA (18662/PR)
ADV.(A/S)	: EDUARDO TALAMINI (PR19920/)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMPANHIAS DE ENERGIA ELÉTRICA - ABCE
ADV.(A/S)	: WERNER GRAU NETO (120564/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DO BRASIL
ADV.(A/S)	: RENATO OLIVEIRA RAMOS (0020562/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: TERRA DE DIREITOS
ADV.(A/S)	: ANDRE LUIZ BARRETO AZEVEDO (0032748/PE) E OUTRO(A/S)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DE ADVOGADOS DE TRABALHADORES RURAIS NO ESTADO DA BAHIA - AATR/BA
ADV.(A/S)	: CARLOS EDUARDO LEMOS CHAVES (16430/BA) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ABRA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA
ADV.(A/S)	: ANDRE LUIZ BARRETO AZEVEDO (0032748/PE) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: DIGNITATIS - ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR
ADV.(A/S)	: DANIEL ALVES PESSOA (4005/RN) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: INSTITUTO GAÚCHO DE ESTUDOS AMBIENTAIS- INGÁ
ADV.(A/S)	: EFENDY EMILIANO MALDONADO (82227/RS) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: FEDERAÇÃO DE ORGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL - FASE
ADV.(A/S)	: ANDRE LUIZ BARRETO AZEVEDO (0032748/PE) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: NUCLEO AMIGOS DA TERRA BRASIL
ADV.(A/S)	: ANDRE LUIZ BARRETO AZEVEDO (0032748/PE) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO - CONSIF
ADV.(A/S)	: NELSON A. JOBIM (23650/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB
ADV.(A/S)	: ANA PAULA ANDRADE RAMOS RODRIGUES (186635/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA
AM. CURIAE.	: REDE DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DA MATA ATLÂNTICA - RMA
AM. CURIAE.	: MATER NATURA - INSTITUTO DE ESTUDOS AMBIENTAIS
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - AMDA
ADV.(A/S)	: MAURICIO GUETTA (0271433/SP)

Decisão: Após o relatório e as sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Ausentes, justificadamente, o Ministro Celso de Mello, e, participando do seminário anual denominado Global Constitutionalism, na Universidade de Yale/EUA, o Ministro Roberto Barroso. Falaram: pelo requerente, Procurador-Geral da República, o Dr. Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, Vice-Procurador-Geral Eleitoral**;** pelo Presidente da República e pelo Congresso Nacional, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Advogada-Geral da União**;** pelos amici curiae Instituto Socioambiental - ISA, Rede de Organizações Não-Governamentais da Mata Atlântica - RMA, MATER NATURA - Instituto de Estudos Ambientais e Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA, o Dr. Maurício Guetta; pelos amici curiae Terra de Direitos, Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE e Núcleo Amigos da Terra Brasil, o Dr. Carlos Frederico Marés de Souza Filho**;** pelo amicus curiae Confederação Nacional do Sistema Financeiro - CONSIF, o Dr. Luciano Giongo Bresciani; pelo amicus curiae Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, o Dr. Leonardo Papp; pelo amicus curiae Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE, o Dr. Marçal Justen Filho**;** e, pelo amicus curiae Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica - ABCE, a Dra. Paula Suzanna Amaral Mello**.** Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 14.9.2017.

Decisão: Após o voto do Ministro Luiz Fux (Relator), julgando parcialmente procedente a ação direta, tão somente para declarar a inconstitucionalidade da expressão "realizada após 22 de julho de 2008", contida nos arts. 7º, § 3º, e 17, caput e § 3º; e dos arts. 59 e 60, todos da Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal), pediu vista antecipada dos autos a Ministra Cármen Lúcia (Presidente). Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Ricardo Lewandowski. Plenário, 8.11.2017.

Decisão: Após os votos dos Ministros Marco Aurélio e Cármen Lúcia (Presidente), julgando parcialmente procedente a ação, nos termos de seus votos, o julgamento foi suspenso. Plenário, 21.2.2018.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.903 (4)

ORIGEM	: ADI - 4903 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. LUIZ FUX**
REQTE.(S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES INDEPENDENTES DE ENERGIA ELÉTRICA - APINE
ADV.(A/S)	: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (20015/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONCESSIONÁRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA - ABCE
ADV.(A/S)	: WERNER GRAU NETO (120564/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO-PMDB
ADV.(A/S)	: GUSTAVO DO VALE ROCHA (DF013422/)
AM. CURIAE.	: TERRA DE DIREITOS
ADV.(A/S)	: ANDRE LUIZ BARRETO AZEVEDO (0032748/PE)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DE ADVOGADOS DE TRABALHADORES RURAIS NO ESTADO DA BAHIA - AATR
ADV.(A/S)	: CARLOS EDUARDO LEMOS CHAVES (16430/BA) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA - ABRA
ADV.(A/S)	: ANDRE LUIZ BARRETO AZEVEDO (0032748/PE) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR - DIGNITATIS
ADV.(A/S)	: DANIEL ALVES PESSOA (4005/RN) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: INSTITUTO GAÚCHO DE ESTUDOS AMBIENTAIS- INGÁ
ADV.(A/S)	: EFENDY EMILIANO MALDONADO (82227/RS) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: FEDERAÇÃO DE ORGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL - FASE
ADV.(A/S)	: ANDRE LUIZ BARRETO AZEVEDO (0032748/PE) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: NÚCLEO AMIGOS DA TERRA BRASIL - NAT
ADV.(A/S)	: ANDRE LUIZ BARRETO AZEVEDO (0032748/PE) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB
ADV.(A/S)	: LEONARDO PAPP (SC018634/)
AM. CURIAE.	: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA
AM. CURIAE.	: REDE DE ORGANIZACOES NAO GOVERNAMENTAIS DA MATA ATLANTICA - RMA
AM. CURIAE.	: MATER NATURA INSTITUTO DE ESTUDOS AMBIENTAIS
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - AMDA
ADV.(A/S)	: MAURICIO GUETTA (0271433/SP)

Decisão: Após o relatório e as sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Ausentes, justificadamente, o Ministro Celso de Mello, e, participando do seminário anual denominado Global Constitutionalism, na Universidade de Yale/EUA, o Ministro Roberto Barroso. Falaram: pelo requerente, Procurador-Geral da República, o Dr. Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, Vice-Procurador-Geral Eleitoral**;** pelo Presidente da República e pelo Congresso Nacional, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Advogada-Geral da União**;** pelos amici curiae Instituto Socioambiental - ISA, Rede de Organizações Não-Governamentais da Mata Atlântica - RMA, MATER NATURA - Instituto de Estudos Ambientais e Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA, o Dr. Maurício Guetta; pelos amici curiae Terra de Direitos, Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE e Núcleo Amigos da Terra Brasil, o Dr. Carlos Frederico Marés de Souza Filho**;** pelo amicus curiae Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, o Dr. Leonardo Papp; pelo amicus curiae Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE, o Dr. Marçal Justen Filho**;** e, pelo amicus curiae Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica - ABCE, a Dra. Paula Suzanna Amaral Mello**.** Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 14.9.2017.

Decisão: Após o voto do Ministro Luiz Fux (Relator), julgando parcialmente procedente a ação direta, tão somente para declarar a inconstitucionalidade das expressões "gestão de resíduos" e "instalações necessárias à realização de competições esportivas estaduais, nacionais e internacionais", contidas nos art. 3º, VIII, b; das expressões "demarcadas" e "tituladas", contidas no art. 3º, parágrafo único; e da expressão "realizada após 22 de julho de 2008", contida nos arts. 7º, § 3º, e 17, caput e § 3º, todos da Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal), pediu vista antecipada dos autos a Ministra Cármen Lúcia (Presidente). Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Ricardo Lewandowski. Plenário, 8.11.2017.

Decisão: Após os votos dos Ministros Marco Aurélio e Cármen Lúcia (Presidente), julgando parcialmente procedente a ação, nos termos de seus votos, o julgamento foi suspenso. Plenário, 21.2.2018.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.937 (5)

ORIGEM	: ADI - 4937 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. LUIZ FUX**
REQTE.(S)	: PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - PSOL
ADV.(A/S)	: ANDRE BRANDÃO HENRIQUES MAIMONI (29498/DF) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: TERRA DE DIREITOS
ADV.(A/S)	: ANDRE LUIZ BARRETO AZEVEDO (0032748/PE) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DE ADVOGADOS DE TRABALHADORES RURAIS NO ESTADO DA BAHIA - AATR/BA
ADV.(A/S)	: CARLOS EDUARDO LEMOS CHAVES (16430/BA) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ABRA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA
ADV.(A/S)	: ANDRE LUIZ BARRETO AZEVEDO (0032748/PE) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: DIGNITATIS - ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR
ADV.(A/S)	: DANIEL ALVES PESSOA (4005/RN) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: INSTITUTO GAUCHO DE ESTUDOS AMBIENTAIS
ADV.(A/S)	: EFENDY EMILIANO MALDONADO (82227/RS) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: FASE - FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL
ADV.(A/S)	: ANDRE LUIZ BARRETO AZEVEDO (0032748/PE) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: NUCLEO AMIGOS DA TERRA BRASIL
ADV.(A/S)	: ANDRE LUIZ BARRETO AZEVEDO (0032748/PE) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA
ADV.(A/S)	: MAURICIO GUETTA (0271433/SP)
AM. CURIAE.	: REDE DE ORGANIZACOES NAO GOVERNAMENTAIS DA MATA ATLANTICA - RMA
ADV.(A/S)	: MAURICIO GUETTA (0271433/SP)
AM. CURIAE.	: MATER NATURA - INSTITUTO DE ESTUDOS AMBIENTAIS
ADV.(A/S)	: MAURICIO GUETTA (0271433/SP)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE DEFESA DO AMBIENTE - AMDA
ADV.(A/S)	: MAURICIO GUETTA (0271433/SP)

Decisão: Após o relatório e as sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Ausentes, justificadamente, o Ministro Celso de Mello, e, participando do seminário anual denominado Global Constitutionalism, na Universidade de Yale/EUA, o Ministro Roberto Barroso. Falaram: pelo requerente, Partido Socialismo e Liberdade - PSOL, o Dr. André Maimoni**;** pelo Presidente da República e pelo Congresso Nacional, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Advogada-Geral da União**;** pelos amici curiae Instituto Socioambiental - ISA, Rede de Organizações Não-Governamentais da Mata Atlântica - RMA, MATER NATURA - Instituto de Estudos Ambientais e Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA, o Dr. Maurício Guetta; pelos amici curiae Terra de Direitos, Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE e Núcleo Amigos da Terra Brasil, o Dr. Carlos Frederico Marés de Souza Filho**.** Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 14.9.2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Decisão: Após o voto do Ministro Luiz Fux (Relator), julgando parcialmente procedente a ação direta, tão somente para declarar a inconstitucionalidade das expressões "gestão de resíduos" e "instalações necessárias à realização de competições esportivas estaduais, nacionais ou internacionais", contidas no art. 3º, VIII, b; e dos arts. 59 e 60, todos da Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal), pediu vista antecipada dos autos a Ministra Cármen Lúcia (Presidente). Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Ricardo Lewandowski. Plenário, 8.11.2017.

Decisão: Após os votos dos Ministros Marco Aurélio e Cármen Lúcia (Presidente), julgando parcialmente procedente a ação, nos termos de seus votos, o julgamento foi suspenso. Plenário, 21.2.2018.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.292, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Estabelece as características dos títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001,

D E C R E T A :

Art. 1º As Letras do Tesouro Nacional - LTN terão as seguintes características:

I - prazo: definido pelo Ministro de Estado da Fazenda, quando da emissão do título;

II - modalidade: nominativa;

III - valor nominal: múltiplo de R$ 1.000,00 (mil reais);

IV - rendimento: definido pelo deságio sobre o valor nominal; e

V - resgate: pelo valor nominal, na data de vencimento.

Art. 2º As Letras Financeiras do Tesouro - LFT terão as seguintes características:

I - prazo: definido pelo Ministro de Estado da Fazenda, quando da emissão do título;

II - modalidade: nominativa;

III - valor nominal na data-base: múltiplo de R$ 1.000,00 (mil reais);

IV - rendimento: taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos públicos federais, divulgada pelo Banco Central do Brasil, calculada sobre o valor nominal; e

V - resgate: pelo valor nominal, acrescido do respectivo rendimento, desde a data-base do título.

Art. 3º As Notas do Tesouro Nacional - NTN poderão ser emitidas nas seguintes séries:

I - NTN Série B - NTN-B;

II - NTN Série C - NTN-C;

III - NTN Série D - NTN-D;

IV - NTN Série F - NTN-F; e

V - NTN Série I - NTN-I.

Art. 4º As NTN-B terão as seguintes características:

I - prazo: definido pelo Ministro de Estado da Fazenda, quando da emissão do título;

II - taxa de juros: definida pelo Ministro de Estado da Fazenda, quando da emissão, em porcentagem ao ano, calculada sobre o valor nominal atualizado;

III - modalidade: nominativa;

IV - valor nominal na data-base: múltiplo de R$ 1.000,00 (mil reais);

V - atualização do valor nominal: pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do mês anterior, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, desde a data-base do título;

VI - pagamento de juros: semestralmente, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência, quando couber, e o primeiro cupom de juros a ser pago contemplará a taxa integral definida para seis meses, independentemente da data de emissão do título; e

VII - resgate do principal: em parcela única, na data do seu vencimento.

Art. 5º As NTN-C terão as seguintes características:

I - prazo: definido pelo Ministro de Estado da Fazenda, quando da emissão do título;

II - taxa de juros: definida pelo Ministro de Estado da Fazenda, quando da emissão, em porcentagem ao ano, calculada sobre o valor nominal atualizado;

III - modalidade: nominativa;

IV - valor nominal na data-base: múltiplo de R$ 1.000,00 (mil reais);

V - atualização do valor nominal: pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M do mês anterior, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, desde a data-base do título;

VI - pagamento de juros: semestralmente, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência, quando couber, e o primeiro cupom de juros a ser pago contemplará a taxa integral definida para seis meses, independentemente da data de emissão do título; e

VII - resgate do principal: em parcela única, na data do seu vencimento.

Art. 6º As NTN-D terão as seguintes características:

I - prazo: definido pelo Ministro de Estado da Fazenda, quando da emissão do título;

II - taxa de juros: definida pelo Ministro de Estado da Fazenda, quando da emissão, em porcentagem ao ano, calculada sobre o valor nominal atualizado;

III - modalidade: nominativa;

IV - valor nominal na data-base: múltiplo de R$ 1.000,00 (mil reais);

V - atualização do valor nominal: pela variação da cotação de venda do dólar dos Estados Unidos da América no mercado de câmbio de taxas livres, divulgada pelo Banco Central do Brasil, sendo consideradas as taxas médias do dia útil imediatamente anterior à data-base e à data do vencimento do título;

VI - pagamento de juros: semestralmente, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência, quando couber, e o primeiro cupom de juros a ser pago contemplará a taxa integral definida para seis meses, independentemente da data de emissão do título; e

VII - resgate do principal: em parcela única, na data do seu vencimento.

Art. 7º As NTN-F terão as seguintes características:

I - prazo: definido pelo Ministro de Estado da Fazenda, quando da emissão do título;

II - taxa de juros: definida pelo Ministro de Estado da Fazenda, quando da emissão, em porcentagem ao ano, calculada sobre o valor nominal;

III - modalidade: nominativa;

IV - valor nominal: múltiplo de R$ 1.000,00 (mil reais);

V - rendimento: definido pelo deságio sobre o valor nominal;

VI - pagamento de juros: semestralmente, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência, quando couber, e o primeiro cupom de juros a ser pago contemplará a taxa integral definida para seis meses, independentemente da data de emissão do título; e

VII - resgate: pelo valor nominal, na data do seu vencimento.

Art. 8º As NTN-I, a serem utilizadas exclusivamente para o pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços nacionais amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações - Proex, de que trata a Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, quando previsto na Lei Orçamentária Anual, terão as seguintes características:

I - prazo: definido pelo Ministro de Estado da Fazenda, quando da emissão do título;

II - taxa de juros: definida pelo Ministro de Estado da Fazenda, quando da emissão, em porcentagem ao ano, calculada sobre o valor nominal;

III - modalidade: nominativa;

IV - valor nominal na data-base: múltiplo de R$ 1,00 (um real);

V - atualização do valor nominal: pela variação da cotação de venda do dólar dos Estados Unidos da América no mercado de câmbio de taxas livres, divulgada pelo Banco Central do Brasil, sendo consideradas as taxas médias do dia útil imediatamente anterior à data-base e à data do vencimento do título; e

VI - resgate do principal e pagamento dos juros: até a data de vencimento da correspondente parcela de juros do financiamento à exportação.

Art. 9º Os Certificados Financeiros do Tesouro - CFT, serão destinados a atender preferencialmente as operações com finalidades específicas definidas em lei, e poderão ser emitidos nas seguintes séries:

I - CFT Série A - CFT-A;

II - CFT Série B - CFT-B;

III - CFT Série C - CFT-C;

IV - CFT Série D - CFT-D;

V - CFT Série E - CFT-E;

VI - CFT Série F - CFT-F; e

VII - CFT Série G - CFT-G.

Art. 10. Os CFT terão as seguintes características:

I - forma de colocação: direta em favor de interessado específico;

II - modalidade: nominativa;

III - valor nominal na data-base: múltiplo de R$ 1.000,00 (mil reais);

IV - prazo: definido pelo Ministro de Estado da Fazenda, quando da emissão do certificado; e

V - taxa de juros: definida pelo Ministro de Estado da Fazenda, quando da emissão, em porcentagem ao ano, calculada sobre o valor nominal atualizado.

Art. 11. O CFT-A terá por característica específica a atualização mensal do valor nominal pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI do mês anterior, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, desde a data-base do certificado.

Art. 12. O CFT-B terá por característica específica a atualização mensal do valor nominal por índice calculado com base na Taxa Referencial - TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil, a partir da data-base do certificado.

Art. 13. O CFT-C terá por característica específica o rendimento definido pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Selic, divulgada pela Banco Central do Brasil, desde a data-base do certificado.

Art. 14. O CFT-D terá por característica específica a atualização do valor nominal pela variação da cotação de venda do dólar dos Estados Unidos da América no mercado de câmbio de taxas livres, divulgada pelo Banco Central do Brasil, sendo consideradas as taxas médias do último dia imediatamente anterior à data-base e à data do vencimento do certificado.

Art. 15. O CFT-E terá por característica específica a atualização mensal do valor nominal pela variação do IGP-M do mês anterior, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir da data-base do certificado.

Parágrafo único. Os CFT-E emitidos em função do art. 7º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, terão como valor nominal múltiplo de R$ 1,00 (um real) e serão inegociáveis.

Art. 16. O CFT-F terá por característica específica o rendimento definido pelo deságio sobre o valor nominal.

Art. 17. O CFT-G terá por característica específica a atualização do valor nominal pela variação do IPCA, divulgado pelo IBGE, a partir da data-base do certificado.

Art. 18. Os CFT poderão ser emitidos nas seguintes subséries:

I - CFT Subsérie 1 - CFT-1;

II - CFT Subsérie 2 - CFT-2;

III - CFT Subsérie 3 - CFT-3;

IV - CFT Subsérie 4 - CFT-4; e

V - CFT Subsérie 5 - CFT-5.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º O CFT-1 terá as seguintes características gerais:

I - pagamento de juros: na data de resgate do certificado; e

II - pagamento de principal: em parcela única, na data do seu vencimento.

§ 2º O CFT-2 terá as seguintes características gerais:

I - pagamento de juros: anualmente, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência, quando couber, sendo que o primeiro cupom de juros, que será pago após período a ser definido em ato do Ministro de Estado da Fazenda, contemplará a taxa integral definida para doze meses, independentemente da data de emissão do título; e

II - pagamento de principal: em parcela única, na data do seu vencimento.

§ 3º O CFT-3 terá as seguintes características gerais:

I - pagamento de juros: semestralmente, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência, quando couber, sendo que o primeiro cupom de juros, que será pago após período a ser definido em ato do Ministro de Estado da Fazenda, contemplará a taxa integral definida para seis meses, independentemente da data de emissão do título; e

II - pagamento de principal: em parcela única, na data do seu vencimento.

§ 4º O CFT-4 terá as seguintes características gerais:

I - pagamento de juros: mensalmente, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência, quando couber, sendo que o primeiro cupom de juros, que será pago após período a ser definido em ato do Ministro de Estado da Fazenda, contemplará a taxa integral definida para um mês, independentemente da data de emissão do título; e

II - pagamento de principal: em parcela única, na data do seu vencimento.

§ 5º O CFT-5 terá as seguintes características gerais:

I - pagamento de juros: periodicamente, nas datas de aniversário do certificado, juntamente com os pagamentos de principal, a partir do primeiro pagamento; e

II - pagamento de principal: periodicamente, nas datas de aniversário do certificado, conforme sistema francês de amortização - Tabela **Price**.

Art. 19. Os Títulos da Dívida Agrária - TDA emitidos para desapropriação e para aquisição por compra e venda de imóveis rurais destinados à implementação de projetos integrantes do Programa Nacional de Reforma Agrária, nos termos do disposto na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, na Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e no Decreto nº 578, de 24 de junho de 1992, terão as seguintes características:

I - data de emissão: primeiro dia de cada mês;

II - prazo: cinco, dez, quinze, dezoito ou vinte anos, na forma prevista na Lei nº 8.629, de 1993;

III - forma de colocação: direta em favor do proprietário do imóvel rural;

IV - quantidade de séries:

a) os títulos serão emitidos em séries autônomas com datas de resgate anuais e sucessivas;

b) a quantidade de séries a serem emitidas corresponderá ao prazo subtraído um inteiro; e

c) cada série autônoma será composta pelo quociente inteiro da divisão da quantidade total pelo número de séries, com exceção da última série que será a diferença entre a quantidade total e a soma das quantidades das outras séries;

V - taxa de juros: um, dois, três e seis por cento ao ano, calculada sobre o valor nominal atualizado, na forma prevista na Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991;

VI - atualização: no primeiro dia de cada mês, por índice calculado com base na TR referente ao mês anterior;

VII - modalidade: nominativa;

VIII - pagamento de juros: anualmente até o resgate do principal ou até o vencimento da última série; e

IX - resgate do principal: as séries autônomas terão datas de resgate anual, sendo que a primeira será resgatável a partir do segundo ano de sua emissão e assim sucessivamente, na forma prevista na Lei nº 8.177, de 1991.

Art. 20. Os títulos CVS utilizados para novação das dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS junto às instituições financiadoras, relativas a saldos devedores remanescentes da liquidação de contratos de financiamento habitacional, firmados com mutuários finais do Sistema Financeiro da Habitação - SFH com as condições previstas na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, terão as seguintes características:

I - prazo: trinta anos, contados a partir de 1º de janeiro de 1997;

II - atualização do valor nominal: pela TR ou ao índice que a suceder na atualização dos saldos dos depósitos de poupança;

III - taxa de juros:

a) juros à taxa efetiva de três inteiros e doze centésimos por cento ao ano para as operações realizadas com recursos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e

b) juros de seis inteiros e dezessete centésimos por cento ao ano, correspondente à taxa efetiva de juros aplicada aos depósitos de poupança, para as demais operações;

IV - modalidade: nominativa;

V - valor nominal na data de emissão: múltiplo de R$ 1.000,00 (mil reais);

VI - pagamento de juros: capitalizado mês a mês e exigíveis mensalmente a partir de 1º de janeiro de 2005; e

VII - resgate do principal: carência de doze anos com a devida atualização, sendo que a amortização se dará de 1º de janeiro de 2009 a 1º de janeiro de 2027, com pagamentos no primeiro dia de cada mês.

Art. 21. As Notas do Tesouro Nacional - NTN - Série P - NTN - P, que foram emitidas em conformidade com a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, poderão ser utilizadas, pelo valor ao par, mediante expressa anuência do credor, para:

I - pagamento de dívidas próprias vencidas ou vincendas para com a União ou as entidades da administração pública federal;

II - pagamento de dívidas de terceiros vencidas ou vincendas para com a União ou as entidades da administração pública federal, mediante autorização do Ministro de Estado da Fazenda e dos Ministros de Estado sob cuja supervisão se encontrem as entidades envolvidas; e

III - transferência, a qualquer título, para entidade da administração pública federal.

§ 1º Observados os privilégios legais, terão preferência, para efeito de pagamento, as dívidas vencidas com o Tesouro Nacional ou aquelas decorrentes de avais honrados pela União.

§ 2º O disposto no § 1º não se aplica às dívidas de origem tributária para com a Fazenda Nacional.

§ 3º Nas operações a que se refere este artigo, a NTN-P será recebida ao par, valorizada **pro rata** dias úteis.

§ 4º É vedada a utilização das NTN-P como meio de pagamento para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização.

§ 5º A critério do Ministro da Fazenda, as NTN-P poderão ser resgatadas antecipadamente pelo valor de mercado ou permutadas por outros títulos, observando a equivalência econômica.

Art. 22. Os Certificados da Dívida Pública Mobiliária Federal - Instituto Nacional do Seguro Social - CDP/INSS, emitidos até fevereiro de 2002, em conformidade com a Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998, poderão ser permutados por outro título da Dívida Pública de responsabilidade do Tesouro Nacional, a critério do Ministro de Estado da Fazenda, observada a equivalência econômica.

Art. 23. Os títulos da Dívida Pública Mobiliária interna serão registrados sob a forma escritural em sistema centralizado de liquidação e de custódia.

Art. 24. Os títulos a que se referem este Decreto poderão ser emitidos com data-base que servirá como data de referência para atualização do valor nominal dos referidos títulos.

Art. 25. O Ministro de Estado da Fazenda fica autorizado a:

I - disciplinar as formas de operacionalização para emissão e resgate dos títulos da dívida pública de responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e de registro em sistema centralizado de liquidação e custódia; e

II - celebrar convênios, ajustes ou contratos para emissão, colocação e resgate dos títulos referidos neste Decreto.

Art. 26. O Ministro de Estado da Fazenda editará os atos necessários ao cumprimento deste Decreto.

Art. 27. Fica revogado o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001.

Art. 28. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de fevereiro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Henrique Meirelles

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 94, de 23 de fevereiro de 2018. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo-Quadro sobre o estabelecimento da Aliança Solar Internacional (ASI), assinado em Nova Delhi, República da Índia, em 15 de novembro de 2016.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO

Processo nº 99990.000478/2017-48
Interessado: AR CDL FRANCA

INDEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR CDL FRANCA vinculada à AC CNDL RFB.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor Presidente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 244, 21 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 9.189, de 1º de novembro de 2017, e o que consta do Processo SEI nº 21000.020239/2017-22, resolve:

Art. 1º A Portaria n° 2.412, de 29 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 1º de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguintes alteração:

"....

Art.1º.....

II - Secretário de Defesa Agropecuária, Secretário de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo, Secretário de Política Agrícola, Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio e Diretor do Instituto Nacional de Meteorologia, para valores iguais ou inferiores a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

....."

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

BLAIRO MAGGI

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, na Lei n° 6.198, de 26 de dezembro de 1974, no Decreto n° 6.296, de 11 de dezembro de 2007, no Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, no Decreto n° 24.548, de 3 de julho de 1934, na Portaria n° 51, de 19 de setembro de 1977, e o que consta nos Processos nº 21000.037856/2017-67 e n° 21000.045487/2017-86, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Instrução Normativa nº 04, de 16 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Submeter à consulta pública por 30 dias a proposta de Instrução Normativa, constante do anexo desta Instrução, que isenta o registro dos subprodutos não destinados à alimentação humana obtidos de fontes ou tecidos animais e dos estabelecimentos que os fabricam ou processam.

Parágrafo único. As contribuições ao texto proposto pela Secretaria de Defesa Agropecuária deverão ser encaminhadas ao endereço eletrônico: gabsda@agricultura.gov.br.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO:

MINUTA DE INSTRUÇÃO NORMATIVA

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, na Lei n° 6.198, de 26 de dezembro de 1974, no Decreto n° 6.296, de 11 de dezembro de 2007, no Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, no Decreto n° 24.548, de 3 de julho de 1934, na Portaria n° 51, de 19 de setembro de 1977, e o que consta nos Processos nº 21000.037856/2017-67 e n° 21000.045487/2017-86, resolve:

Art. 1° Isentar, no âmbito da SDA, o registro dos subprodutos não destinados à alimentação humana obtidos de fontes ou tecidos animais, constantes nos ANEXOS I e II, e dos estabelecimentos que os fabricam ou processam.

§1° No caso de exportação dos subprodutos de que trata o caput**,** o Certificado de Inspeção Sanitária modelo E - CIS-E servirá de base para a emissão da Certificação Internacional pela área competente da vigilância agropecuária internacional do MAPA

§2º Os modelos de Certificados de que trata o §1º serão estabelecidos e disponibilizados pelo Departamento de Saúde Animal - DSA/SDA.

§3° Para fins de obtenção de CIS-E, os estabelecimentos de que trata o caput deverão estar cadastrados junto ao serviço veterinário estadual.

§4° Para garantir a viabilidade das exportações de que trata o §1°, o DSA/SDA poderá estabelecer procedimentos complementares ao disposto neste artigo.

§5º Os estabelecimentos atualmente registrados junto ao DIPOA/SDA, fabricantes ou processadores dos subprodutos constantes no ANEXO I terão seus registros cancelados automaticamente.

§6º Os estabelecimentos atualmente registrados junto ao DIPOA/SDA, fabricantes ou processadores dos subprodutos constantes no ANEXO II terão seus registros cancelados automaticamente no prazo de 90 dias.

Art. 2° Os estabelecimentos atualmente registrados junto ao DIPOA/SDA fabricantes ou processadores dos subprodutos constantes no ANEXO III, terão o prazo de 180 dias para se regularizarem junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, vedada a concessão de novos registros.

Parágrafo único. Expirado o prazo de que trata o caput, serão automaticamente cancelados os registros de estabelecimentos e de seus produtos junto ao DIPOA/SDA.

Art. 3° Os estabelecimentos atualmente registrados junto ao DIPOA/SDA, fabricantes ou processadores dos subprodutos constantes no ANEXO IV terão o prazo de 90 dias para se regularizarem junto ao Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários - DFIP/SDA.

§1º Expirado o prazo de que trata o caput, os registros de estabelecimentos e de seus produtos serão automaticamente cancelados junto ao DIPOA/SDA.

§2º Novas solicitações de registro de estabelecimentos fabricantes dos produtos tratados no caput devem ser encaminhadas ou protocoladas para avaliação pelo DFIP/SDA ou respectiva representação nas unidades descentralizadas (SFA).

Art. 4° Revogar a Instrução Normativa SDA n° 43, de 24 de novembro de 2017.

Art. 5° Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

COUROS (WET-BLUE, SEMI-ACABADO OU ACABADO)
PELES ANIMAIS TRATADAS OU NÃO (EX.: PELES BOVINAS SALGADAS, RASPAS OU APARAS TRATADAS POR CAL OU OUTRA SUBSTÂNCIA AUTORIZADA, ENTRE OUTROS)
OSSOS E PRODUTOS DERIVADOS
LÃ E PRODUTOS DERIVADOS
PELOS (EX.: CRINA, VASSOURA DA CAUDA, PELOS DAS ORELHAS, ENTRE OUTROS)
PENAS E PLUMAS
CASCOS, CHIFRES E SEUS DERIVADOS, INCLUSIVE ARTEFATOS
CORDAS DE TRIPAS (EX.: CORDAS PARA RAQUETE OU INSTRUMENTOS MUSICAIS; OU DESTINADAS A FABRICAÇÃO DE FIOS CIRÚRGICOS)

ANEXO II

BILIS CONSERVADA, CONCENTRADA OU EM PÓ OU OUTROS DERIVADOS DE BILIS CÁLCULO BILIARES, INCLUSIVE SAIS E ÁCIDOS BILIARES
INSUMOS LABORATORIAIS OU PARA FINS DIAGNÓSTICO (EX.: SORO ANIMAL, INCLUSIVE O DE FETOS BOVINOS; PEPTONAS OU PEPTONADOS, ENTRE OUTROS)
EXTRATOS DE ÓRGÃOS

ANEXO III

INSUMOS FARMACEUTICOS ATIVOS OU PRODUTOS INTERMEDIÁRIOS DE SUA OBTENÇÃO (EX.: HEPARINAS, HEPARINÓIDES, ÁCIDO MUCOPOLISSACARÍDEO PILOSULFIRICO, CONDROITINAS, SULODEXIDE, MESOGLICANO, ENTRE OUTROS)
ENZIMAS E PRODUTOS ENZIMÁTICOS OBTIDOS DE TECIDOS ANIMAIS (EX.: PACREATINA, PEPSINA, RENINA, QUIMOSINA, ENTRE OUTROS)
DERIVADOS DE ÓRGÃOS OU TECIDOS ANIMAIS PARA USO INJETÁVEL

ANEXO IV

MASTIGÁVEIS PARA ANIMAIS COM OU SEM FINALIDADE NUTRICIONAL

PORTARIA Nº 13, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os Arts. 18 e 53 do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.049673/2016-11, resolve:

Art. 1º Credenciar o Laboratório Vet Life Diagnósticos, razão social Veterinária Life Diagnósticos Ltda - ME, CNPJ nº 17.516.901/0001-33, localizado na Rua Eginaldo Cordeiro Silva, nº 189, quadra 12, Bairro José Américo, CEP: 58.074-720, João Pessoa/PB, para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, por área de atuação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 10 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao disposto no § 7° do art. 18 da Lei n° 9.456, de 25 de abril de 1997 e pelo Decreto n° 2.366, de 5 de novembro de 1997, DEFERE, na data de 23/01/2018, os pedidos de proteção de cultivar das espécies relacionadas:

ESPÉCIE	DENOMINAÇÃO DA CULTIVAR	NÚMERO DO PROTOCOLO
Lolium L.	BRS Estações	21806.000344/2014
Glycine max (L.) Merr.	BRS 7880RR	21806.000028/2017
Phalaenopsis Blume	Sweet Talk	21806.000058/2017
Glycine max (L.) Merr.	61HO125 IPRO	21806.000080/2017
Glycine max (L.) Merr.	76MS00 IPRO	21806.000091/2017
Kalanchoe Adans.	Don Amador	21806.000121/2017
Lactuca sativa L.	Hadar	21806.000145/2017
Lactuca sativa L.	Alioth	21806.000146/2017

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação desta.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

RETIFICAÇÃO

Na publicação do Ato nº 4, de 25/03/2013, do Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, publicado no DOU nº 58, Seção 1, Páginas 2 a 4, em 26/03/2013, no item VII, TABELA DE DESCRITORES DE FRAMBOESA (Rubus idaeus L.), na característica "5. Ramo do ano: pruína", onde se lê, ausente (3), leia-se fraca (3). O formulário retificado estará disponível aos interessados pela internet no endereço: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/protecao-de-cultivar/frutiferas.

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 7, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Resumo dos pleitos concedidos de registro de acordo com o Artigo 14 do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002.

1 - a. Nome do titular: Tradecorp do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda. - Campinas/SP

b. Marca Comercial: Iprodiona Sapec 500 SC

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 0118, conforme processo 21000.008695/2014-51

d. Fabricante: Jiangsu Kuaida Agrochemical Co., Ltd. - No. 2 Jianshe Road, Matang Town 226401 Rudong, Jiangsu China; Formulador: Sapec Agro S.A. - Av. do Rio Tejo, Herdade das Praias 2910 440 Setúbal - Portugal

e. Nome Químico: 3-(3,5-dichlorophenyl)-N-isopropyl-2,4-dioxo imidazoline-1-carboxamide

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica; Nome Comum: Iprodiona

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de alface, batata, café, cebola, cevada, crisântemo, feijão, morango, pêssego, trigo e uva.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente

2 - a. Nome do titular: Tradecorp do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda. - Campinas/SP

b. Marca Comercial: Magic

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 0218, conforme processo 21000.061394/2016-18

d. Fabricante: Jiangsu Kuaida Agrochemical Co. Ltd. No. 2 Jianshe Road Matang Town 226401 Rudong Jiangsu China; Formulador: Sapec Agro S.A. - Av. do Rio Tejo, Herdade das Praias 2910 440 Setúbal Portugal

e. Nome Químico: 3-(3,5-dichlorophenyl)-N-isopropyl-2,4-dioxo imidazoline-1-carboxamide; Nome comum: Iprodiona

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de alface, batata, café, cebola, cevada, crisântemo, feijão, morango, pêssego, trigo, uva

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente

3 - a. Nome do titular: Alta América Latina Tecnologia Agrícola Ltda. - Curitiba/PR

b. Marca Comercial: Glifosato Alta 480 SL

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 0318, conforme processo 21000.000306/2010-16

d. Fabricante: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co. Ltd. - Binhai Economic Development area, 262737 Weifang Shandong China; Jiangsu Good Harvest Weien Agrochemical Co. Ltd. Laogang 226221 Qidong City Jiangsu China; Formulador: Ningbo Sunjoy Agroscience Co. Ltd. - Binhai Road nº 1165 Ningbo Chemical Industry Zone Xiepu Town, Zhenhai District 315040 Ningbo Zhejiang China

e. Nome Químico: isopropylammonium N-(phosphonomethyl)glycinate Nome Comum: Glifosato

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de ameixa, arroz, banana, cacau, café, cana de açúcar, citros, eucalipto, maçã, milho, nectarina, pastagens, pera, pêssego,

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente

4 - a. Nome do titular: Dinagro Agropecuária Ltda. - Ribeirão Preto/SP

b. Marca Comercial: Glifosato Técnico Dinagro

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 0418, conforme processo 21000.007471/2012-61

d. Fabricante: Dinagro Agropecuária Ltda. - Ribeirão Preto/SP; Jingma Chemicals Co. Ltd nº 50 Baota Road 324400 Longyou, Zhejiang China

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

e. Nome Químico: N-(phosphomethyl)glycine; Nome comum: Glifosato

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

5 - a. Nome do titular: Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Dinamic Técnico RL

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 0518, conforme processo 21000.010452/2012-11

d. Fabricante: Rallis India Limited Plot nº Z-110 Dahej Sez Part-2 P.O. Lakhigam Taluka Vagra, Dist. Bharuch 392130 Gujarat Índia

e. Nome Químico: 4-amino-N-tert-butyl-4,5-dihydro-3-isopropyl-5-oxo-1H-1,2,4-triazole-1-carboxamide; Nome comum: Amicarbazona

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

6 - a. Nome do titular: Ouro Fino Química Ltda. - Uberaba/MG

b. Marca Comercial: NotávelBR

c. Resultado do pedido:Deferido, concedido registro n° 0618, conforme processo 21000.005700/2015-55

d. Fabricante: Shangyu Nutrichem Co. Ltd. - nº9 Weijiu Road, Hangzhou Bay Shangyu Economic and Technological Development area, 312369 Zhejiang China, Jiangsu Sevencontinent Green Chemical Co., Ltd. (Unit. II) North area of Dongsha Chem-Zone, 215600, Zhangijiagang, Jiangsu China; Formulador: Ouro Fino Química Ltda. - Uberaba/MG

e. Nome Químico: (RS)-2,4-difluoro-alfa-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)benzhydryl alcohol; Nome comum: Flutriafol

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, aveia, banana, batata, café, feijão, mamão, melão, soja, tomate, trigo.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente

7 - a. Nome do titular: Stockton-Agrimor do Brasil Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Tebuconazole Técnico Stockton

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 0718, conforme processo 21000.003755/2014-40

d. Fabricante: Shangyu Nutrichem Co., Ltd. Nº 9 Weijiu Road, Hangzhou Bay Shangyu Economic and Technological Development area 312369 Zhejiang China

e. Nome Químico: (RS)-1-p-chlorophenyl-4,4-dimethyl-3-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)pentan-3-ol; Nome comum: Tebuconazol

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

8 - a. Nome do titular: FMC Química do Brasil Ltda. - Campinas/SP

b. Marca Comercial: Rifle

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 0818, conforme processo 21000.004078/2009-10

d. Fabricante: Zhejiang Hisun Chemical Co. Ltd. 97 Waisha Road, Jiaojiang Taizhou Zhejiang China; Formulador: FMC Química do Brasil Ltda. - Uberaba/MG, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - Paulínia/SP

e. Nome Químico: (+/-)-5-amino-1-(2,6-dichloro-alfa,alfa,alfa-trifluoro-p-tolyl)-4-trifluoromethylsulfinylpyrazole-3-carbonitrile; Nome comum: Fipronil

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de arroz, cevada, feijão, milho, soja, trigo.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

9 - a. Nome do titular: FMC Química do Brasil Ltda. - Campinas/SP

b. Marca Comercial: Castor

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n°0918, conforme processo 21000.002858/2009-25

d. Fabricante: Zhejiang Hisun Chemical Co. Ltd. 97 Waisha Road, Jiaojiang Taizhou Zhejiang China; Formulador: FMC Química do Brasil Ltda. - Uberaba/MG, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - Paulínia/SP

e. Nome Químico: (+/-)-5-amino-1-(2,6-dichloro-alfa,alfa,alfa-trifluoro-p-tolyl)-4-trifluoromethylsulfinylpyrazole-3-carbonitrile; Nome comum: Fipronil

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de arroz, cevada, feijão, milho, soja, trigo.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

10 - a. Nome do titular: Adama Brasil S.A. - Londrina/PR

b. Marca Comercial: Tebuconazol Técnico Adama

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 1018, conforme processo 21000.004983/2015-18

d. Fabricante: Shangyu Nutrichem nº9 Weijiu Road, Hangzhou Bay Shangyu Economic and Technological Development area 312369 Zhejiang China

e. Nome Químico: (RS)-1-p-chlorophenyl-4,4-dimethyl-3-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)pentan-3-ol; Nome comum: Tebuconazol

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

11 - a. Nome do titular: Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP

b. Marca Comercial: Topsin 875 WG

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 1118, conforme processo 21000.003201/2012-81

d. Fabricante: Nippon Soda Co. Ltd. Takaoka Plant 300 Mukaino Honmachi, Takaoka - Toyama, 933-8507, Japão, Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP, Nisso Namhae Agro Co., Ltd. 323-1 Nakpo-dong Yeosu-city, Jeollanam-Do-Coréia do Sul; Formulador: Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP

e. Nome Químico: dimethyl 4,4-(o-phenylene)bis(3-thioallophante); Nome comum: Tiofanato-metílico

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de café, cevada, feijão, mamão, milho, soja, tomate e trigo.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente

12 - a. Nome do titular: Nortox S.A. - Arapongas/PR

b. Marca Comercial: Acetamiprid Nortox 200 SP

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 1218, conforme processo 21000.005628/2015-66

d. Fabricante: Hebei Yetian Agrochemicals Co. Ltd. Industrial Zone, South of Yuanshi County -050000 Shijiazhuang Hebei China,Jiangsu Yangnong Chemical Group Co., Ltd. Nº 39 Wenfeng Road 225009 Yangzhou Jiangsu China/ Shandong Hailir Chemical Co., Ltd. Lingang Industry Zone, Coastal Econ. Development Zone, Weifang Shandong China; Formulador: Nortox S.A. - Arapongas/PR Nortox S.A. - Rondonópolis/MT, Jiangsu Yangnong Chemical Group Co., Ltd. Nº 39 Wenfeng Road, Jiangsu Province China, Hebei Yetian Agrochemicals Co., Ltd. Industrial Zone, South of Yuanshi County 50000, Shijiazhuang Hebei China, Shandong Hailir Chemical Co., Ltd. Lingang Industrial Zone, Coastal Econ. Development Zone 262737 Weifang China

e. Nome Químico: (E)-N1-[(6-chloro-3-pyridyl)methyl]-N2-cyano-N1-methylacetamidine; Nome comum: Acetamiprido

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, batata, feijão, maçã, mamão, melancia, melão, pinhão manso, tomate e trigo.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

13 - a. Nome do titular: Nortox S.A. - Arapongas/PR

b. Marca Comercial: Tebutiuron Técnico Nortox

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 1318, conforme processo 21000.005598/2012-45

d. Fabricante: Jiangsu Lanfeng Biochemical Co. Ltd. - Planta 2 Suhua Road Xinyi Economic & Technological Development Zone, 221400 Xinyi Jiangsu China

e. Nome Químico: 1-(5-tert-butyl-1,3,4-thiadiazol-2-yl)-1,3-dimethylurea; Nome comum: Tebutiurom

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: II - Altamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

14 - a. Nome do titular: Adama Brasil S.A. - Londrina/PR

b. Marca Comercial: Acefato Técnico Adama BR

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 1418, conforme processo 21000.004887/2015-70

d. Fabricante: Hubei Sanonda Co. Ltd. 93, East Beijing Road, Juingzhou, 434001, Hubei China

e. Nome Químico: O,S-dimethyl acetylphosphoramidothioate; Nome Comum: Acefato

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

15 - a. Nome do titular: Oxon Brasil Defensivos Agrícolas Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Azoxistrobina Técnico Oxon

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 1518, conforme processo 21000.000566/2013-34

d. Fabricante: Taizhou Bailly Chemical Co., Limited nº 9 Zhonggang Road, Taixing Economic Development Zone, Taixing City, 225404 Jiangsu China

e. Nome Químico: methylk(E)-2-[[6-(2-cyanophenoxy)-4-pyrimidinyl]oxy]-alfa-(methoxymethylene)benzeneacetate; Nome comum: Azoxistrobina

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

16 - a. Nome do titular: Proregistros - Registros de Produtos Ltda. - Porto Alegre/RS

b. Marca Comercial: Azoxystrobin Técnico Bailly

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 1618, conforme processo 21000.008927/2013-91

d. Fabricante: Taizhou Bailly Chemical Co. Ltd. Nº 9 Zhonggang Road, Taixing Economic Development Zone Taixing City 225404 Jiangsu China

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

e. Nome Químico: methyl(E)-2-[[6-(2-cyanophenoxy)-4-pyrimidinyl]oxy]-alfa-(methoxymethylene)benzeneacetate; Nome comum: Azoxistrobina

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

17 - a. Nome do titular: Sipcam UPL Brasil S.A. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Azoxistrobina Técnico SNB

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 1718, conforme processo 21000.00876/2014-88

d. Fabricante: Taizhou Bailly Chemical Co., Limited nº 9 Zhonggang Road, Taixing Economic Development Zone, Taixing City, 225404 Jiangsu China

e. Nome Químico: methyl(E)-2-[[6-(2-cyanophenoxy)-4-pyrimidinyl]oxy]-alfa-(methoxymethylene)benzeneacetate Nome comum: Azoxistrobina

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

18 - a. Nome do titular: UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A.

b. Marca Comercial: Acefato Técnico UPL BR

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 1818, conforme processo 21000.007992/2015-61

d. Fabricante: Hubei Sanonda Co. Ltd. 93 East Beijing Road 434001 Jingzhou Hubei China

e. Nome Químico: O,S-dimethyl acetylphosphoramidothioate; Nome Comum: Acefato

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

19 - a. Nome do titular: Consagro Agroquímica Ltda. - Campinas/SP

b. Marca Comercial: Acefato Técnico CN

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 1918, conforme processo 21000.009091/2010-07

d. Fabricante: Hubei Sanonda Co. Ltd. 93 East Beijing Road 434001 Jingzhou, Hubei China

e. Nome Químico: O,S-dimethyl acetylphosphoramidothioate; Nome Comum: Acefato

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

20 - a. Nome do titular: Tradecorp do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda. - Campinas/SP

b. Marca Comercial: Glifosato Tradecorp Técnico

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 2018, conforme processo 21000.002939/2011-40

d. Fabricante: Jiangsu Flag Chemical Industry Co. Ltd. Changfenghe Road Nanjing Chemical Industrial Park, 210047 Luhe Nanjing China, Chongqing Pesticide & Chemical Industry (Group) Co. Ltd. Nº 3 Huanan Sizhi Road Changshou Chemical Industrial Park, 401221 Chongqing China

e. Nome Químico: N-(phosphonomethyl)glycine; Nome comum: Glifosato

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente

21 - a. Nome do titular: Ouro Fino Química Ltda. - Uberaba/MG

b. Marca Comercial: Thiamethoxam Técnico Ouro Fino

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 2118, conforme processo 21000.010673/2012-90

d. Fabricante: Sinochem Lianyungang Chemical Co., Ltd. Dui Gou Gang Town(Chemical Industry Zone), Guan Nan County Lian Yun Gang Jiangsu China

e. Nome Químico: 3-(2-chloro-1,3-thiazol-5-ylmethyl)-5-methyl-1,3,5-oxadiazinan-4-ylidene(nitro)amine; Nome comum: Tiametoxam

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente

22 - a. Nome do titular: BRA Defensivos Agrícolas Ltda. - Piracicaba/SP

b. Marca Comercial: Aceta

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 2218, conforme processo 21000.001816/2015-15

d. Fabricante: Ningbo Sunjoy Agroscience Co. Ltd. Nº 1165, Benhai Road - Zhejiang Chemical Industry Zone of Ningbo Zhenhai 35040 Ningbo Zhejiang China; Formulador: Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - Paulínia/SP

e.NomeQuímico:(E)-N1-[[6-chloro-3pyridyl)methyl]-N2-cyano-N1-methylacetamidine; Nome Comum: Acetamiprido

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, batata, feijão, maçã, mamão, melancia, melão, pinhão manso, tomate,trigo.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

23 - a. Nome do titular: Cropchem Ltda. - Porto Alegre/RS

b. Marca Comercial: Krost 970 WG

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 2318, conforme processo 21000.01226/2014-10

d. Fabricante: Changzhou Wintafone Chemical Co. Ltd. West Weitang Chemical Industry Zone, Chunjiang Town 213033 - Changzhou Jiangsu China; Formulador: Changzhou Wintafone Chemical Co. Ltd. West Weitang Chemical Industry Zone, Chunjiang Town 213033 - Changzhou Jiangsu China, Jiangsu Good Harvest-Weien Agrochemicals Co. Ltd. Laogang - 226221 Qidong Jiangsu Province China, Anhui Zhongshan Chemical Industry Co. Ltd. Xiangyu Town Chemical Industry Park Dongzhi County, Anhui Province 247260 China, Nortox S.A. Arapongas/PR, Ningbo Sunjoy Agroscience Co., Ltd. Nº 1165 Benhai Road, Chemical Industry Zone of Ningbo Zhenhai District, Ningbo Zhejiang Province 315040 China

e. Nome Químico: dimethylammonium (2,4-dichlorophenoxy)acetate; Nome Comum: 2,4-D sal de dimetilamina

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de arroz, café, cana de açúcar, milho, pastagens e soja.

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente

24 - a. Nome do titular: BRA Defensivos Agrícolas Ltda. - Piracicaba/SP

b. Marca Comercial: Natu

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 2418, conforme processo 21000.00397/2013-32

d. Fabricante: Dezhou Luba Fine Chemical Ltd. 288 Hengdong Road Tianqu Industrial Park Dezhou Shandong Province China, Formulador: Dezhou Luba Fine Chemical Ltd. 288 Hengdong Road Tianqu, Industrial Park Dezhou Shandong Province China

e. Nome Químico: 1-(4-chlorophenyl)-3-(2,6-difluorobenzoyl)urea; Nome Comum: Diflubenzurom

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, citros, milho, soja, tomate, trigo.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente

25 - a. Nome do titular: BRA Defensivos Agrícolas Ltda. - Piracicaba/SP

b. Marca Comercial: Tebas

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 2518, conforme processo 21000.010776/2009-54

d. Fabricante: Jiangsu Tuoqiu Agroschemical Co. Ltd. Touzeng Village Binhai Town Binhai County Jiangsu Province China; Formulador: Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - Paulínia/SP, Prentiss Química Ltda. - Paulínia/SP, Servatis S.A. - Resende/RJ, Sipcam Nichino Brasil S.A. - Uberaba/MG

e. Nome Químico: (RS)-1-p-chlorophenyl-4,4-dimethyl-3-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)pentan-3-ol; Nome Comum: Tebuconazol

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de abacaxi, álamo, alho, amendoim, arroz, aveia, banana, batata, beterraba, cacau, café, cenoura, cebola, cevada, citros, crisântemo, feijão, figo, gladíolo, goiaba, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, milho, morango, pepino, pêssego, rosa, soja, sorgo, tomate, trigo e uva.

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

26 - a. Nome do titular: BRA Defensivos Agrícolas Ltda. - Piracicaba/SP

b. Marca Comercial: Orbis

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 2618, conforme processo 21000.011132/2009-83

d. Fabricante: Jiangsu Tuoqiu Agrochemical Co. Ltd. Touzeng Village, Binhai Town Binhai County Jiangsu Province China; Formulador: Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - Paulínia/SP

e. Nome Químico: (RS)-1-p-chlorophenyl-4,4-dimethyl-3-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)pentan-3-ol; Nome Comum: Tebuconazol

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente

27 - a. Nome do titular: Dow Agrosciences Industrial Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Missil

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 2718, conforme processo 21000.003716/2011-08

d. Fabricante: Dow Agrosciences S.A.S. Zone Industrielle 67410, Drusenhein França; Formulador: Dow Agrosciences Industrial Ltda. - Franco da Rocha/SP, Dow Agrosciences Argentina S.A. - Hipólito Irigoyen 2900 2202 Puerto General San Martin, Provincia de Santa Fé - Argentina; Manipulador: Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP, Ouro Fino Química Ltda. - Uberaba/MG

e. Nome Químico: methyl (R)-2-{4-[3-chloro-5-(trifluoromethyl)-2-pyridyloxy]phenoxy}propanoate; Nome comum: Haloxifope-P-metílico

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de acácia negra, eucalipto e pinus.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

28 - a. Nome do titular: Helm do Brasil Mercantil Ltda. - São Paulo/SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

b. Marca Comercial: Helmoquat

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 2818, conforme processo 21000.002859/2013-56

d. Fabricante: Nanjing Huazhou Pharmaceutical Co. Ltd. Nº 9 Dongfeng Road, Yaxi Town, Gaochun County 211303 Nanjing Jiangsu China; Formulador: Nanjing Huazhou Pharmaceutical Co. Ltd. - nº 9 Dongfeng Road, Yaxi Town, Gaochun County 211303 Nanjing, Jiangsu China, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Ltda. - Paulínia/SP

e. Nome Químico: 1,1-ethylene-2,2-bipyridyldiylium dibromide; Nome comum: Dibrometo de Diquate

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de batata, café, citros, feijão, soja.

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

29 - a. Nome do titular: Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A. - Maracanaú/CE

b. Marca Comercial: Glifoready

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 2918, conforme processo 21000.005860/2010-90

d. Fabricante: Coromandel International Limited A-302, Phoenix House 462, Senepati Bapat Marg. (East), Mumbai 400013 Índia, Jiangsu Good Harvest Weien Agrochemical Co. Ltd. - Laogang Qidong City, Jiangsu 226221, China, Sichuan Leshan Fuhua Tongda Agro-Chemical Technology Co. Ltd. Qiaogou Town Wutong District Leshan City Sichuan Province 614800, Sichuan Province PR China, Cac Nantong Chemical Co., Ltd. Rudong Yangkou Chemical Industrial Park, Jiangsu 226407 Jiangsu, China; Formulador: Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A. - Maracanaú/CE

e. Nome Químico: isopropylammonium N-(phosphonomethyl)glycinate Potassium N-[(hydroxyphosphinato)methyl)glycine; Nome comum: Glifosato Sal de isopropilamina; glifosato sal de potássio

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, arroz, arroz irrigado, café, cana-de-açúcar, citros, eucalipto, feijão, maçã, milho, pastagens, pinus, soja, soja geneticamente modificada, trigo e uva.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente

30 - a. Nome do titular: Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A. -Maracanaú/CE

b. Marca Comercial: Glifoready Nufarm

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 3018, conforme processo 21000.005861/2010-34

d. Fabricante: Coromandel International Limited A-302, Phoenix House 462, Senepati Bapat Marg. (East), Mumbai 400013 Índia, Jiangsu Good Harvest Weien Agrochemical Co. Ltd. - Laogang Qidong City, Jiangsu 226221, China, Sichuan Leshan Fuhua Tongda Agro-Chemical Technology Co. Ltd. Qiaogou Town Wutong District Leshan City Sichuan Province 614800, Sichuan Province PR China, Cac Nantong Chemical Co., Ltd. Rudong Yangkou Chemical Industrial Park, Jiangsu 226407 Jiangsu, China; Formulador: Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A. - Maracanaú/CE

e. Nome Químico: isopropylammonium N-(phosphonomethyl)glycinate; potassium N-[(hydroxyphosphinato)methyl]glycine; Nome comum: Glifosato sal de isopropilamina, glifosato sal de potássio

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, arroz, arroz irrigado, café, cana-de-açúcar, citros, eucalipto, feijão, maçã, milho, pastagens, pinus, soja, soja geneticamente modificada, trigo, uva.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente

31 - a. Nome do titular: Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A. - Maracanaú/CE

b. Marca Comercial: Glifosato High Load

c. Resultado do pedido:Deferido, concedido registro n° 3118, conforme processo 21000.004920/2010-57

d. Fabricante: Coromandel Internation Limited A-302 Phoenix House 462, Senepati Bapat Marg. (East), Mumbai -400013 Índia, Jiangsu Good Harvest Weien Agrochemical Co. Ltd. Laogang Qidong City, Jiangsu 226221 China, Sichuan Leshan Fuhua Tongda Agro Chemical Technology Co Ltd. Qiaogou Town Wutong District Leshan City Sichuan Province 614800 Sichuam Province PR China, CAC Nantong Chemical Co. Ltd. Rudong Yangkou Chemical Industrial Park, Jiangsu 226407 Jiangsu China; Formulador: Nufarm Ind. Química e Farmacêutica S.A. - Maracanaú/CE

e. Nome Químico: isopropylammonium N-(phosphonomethyl)glycinate; potassium N-[(hydroxyphosphinato)methyl]glycine; Nome comum: glifosato sal de isopropilamina glifosato sal de potássio

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, arroz, arroz irrigado, café, cana-de-açúcar, citros, eucalipto, maçã, milho, pastagens, pinus, soja, soja geneticamente modificada, trigo, uva.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente

32 - a. Nome do titular: Nortox S.A. - Arapongas/PR

b. Marca Comercial: Acetamiprid Nortox

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 3218, conforme processo 21000.048944/2016-11

d. Fabricante: Hebei Yetian Agrochemicals Co. Ltd. Industrial Zone, South of Yuanshi County 050000 Shijiazhuang Hebei China, Jiangsu Yangnong Chemical Group Co. Ltd. Nº 39 Wenfeng Road 225009 Yangzhou Jiangsu China, Shandong Hailir Chemical Co., Ltd. - Lingang Industry Zone, Coastal Econ. Development Zone Weifang Shandong China; Formulador: Nortox S.A. -Arapongas/PR, Jiangsu Yangnong Chemical Group Co. Ltd. Nº 39 Wenfeng Road, Jiangsu Province China, Hebei Yetian Agrochemicals Co., Ltd. Industrial Zone South of Yuanshi County 50000 Shijiazhuang Hebei China, Shandong Hailir Chemical Co. Ltd. Lingang Industrial Zone, Coastal Econ, Development Zone 262737 Weifang China, Jiangsu Corechem Co., Ltd. 18, Shilian Avenue Huaian City Jiangsu China, Wasion Crop Science and Technology Co. Ltd. 1 Hedong Road Xinshi Town, Deqing China

e. Nome Químico: (E)-N1-[(6-chloro-3-pyridyl)methyl]-N2-cyano-N1-methylacetamidine; Nome comum: Acetamiprido

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, feijão, maçã, milho, soja, tomate e trigo.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

33-a. Nome do titular: Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A. - Maracanaú/CE

b. Marca Comercial: Tebutiurom Nufarm 500 SC

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 3318, conforme processo 21000.005936/2012-49d. Fabricante: Yingde Greatchem Chemicals Co., Ltd. Shankou Town Yingde City Guangdong Province 513052 China; Formulador; Nufarm Ind. Química e Farmacêutica S.A. - Maracanaú/CE

e. Nome Químico: 1-(5-tert-butyl-1,3,4-thiadiazol-2yl)-1,3-dimethylurea, Nome comum: Tebutiurom

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de cana-de-açúcar e rabanete.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

34 - a. Nome do titular: Nortox S.A. - Arapongas/PR

b. Marca Comercial: Acetamiprid Nortox SP

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 3418, conforme processo 21000.005748/2015-63

d. Fabricante: Hebei Yetian Agrochemicals Co. Ltd. Industrial Zone, South of Yuanshi County 050000 Shijiazhuang Hebei China; Jiangsu Yangnong Chemical Group Co., Ltd. Nº 39 Wenfeng Road 225009 Yangzhou Jiangsu China; Shandong Hailir Chemical Co., Ltd. Lingang Industry Zone, Coastal Econ. Development Zone, Weifang Shandong China; Formulador: Nortox S.A. - Arapongas/PR, Jiangsu Yangnong Chemical Group Co. Ltd. Nº 39 Wenfeng Road, Jiangsu Province China, Hebei Yetian Agrochemicals Co. Ltd. Industrial Zone, South of Yuanshi County 50000 Shijiazhuang Hebei China, Shandong Hailir Chemical Co., Ltd. Lingang Industrial Zone, Coastal Econ. Development Zone 262737 Weifang China

e. Nome Químico: (E)-N1-[(6-chloro-3-pyridyl)methyl]-N2-cyano-N1-methylacetamidine; Nome comum: Acetamiprido

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, batata, feijão, maçã, mamão, melancia, melão, pinhão manso, tomate, trigo.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

35 - a. Nome do titular: Dow Agrosciences Industrial Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Verdict Max

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 3518, conforme processo 21000.008043/2013-36

d. Fabricante: Dow Agrosciences S.A.S. Zone Industrielle 67410 Drusenheim França; Formulador: Dow Agrosciences Industrial Ltda. - Franco da Rocha/SP, Dow Agrosciences Argentina S.A. - Hipólito Irigoyen 2900 2202 Puerto General San Martin, Província de Santa Fé - Argentina, Manipulador: Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP, Ouro Fino Química Ltda. - Uberaba/MG

e. Nome Químico: methyl(R)-2-{4-[3-chloro-5-(trifluoromethyl)-2-pyridyloxy]phenoxy}propanoate; Nome comum: Haloxifope-P-metílico

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, citros, feijão, maçã, soja, trigo, uva.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

36 - a. Nome do titular: Dow Agrosciences Industrial Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Verdict Mays

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 3618, conforme processo 21000.010839/2012-78

d. Fabricante: Dow Agrosciences S.A.S. - Zone Industrielle 67410 Drusenheim França; Formulador Dow Agrosciences Industrial Ltda. - Franco da Rocha/SP, Dow Agrosciences Argentina S.A. - Hipólito Irigoyen 2900 2202 Puerto General San Martin Província de Santa Fé Argentina; Manipulador: Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP, Ouro Fino Química Ltda. - Uberaba/MG

e. Nome Químico: methyl (R)-2-{4-[3-chloro-5-(trifluoromethyl)-2-pyridyloxy]phenoxy}propanoate; Nome comum: Haloxifope-P-metílico

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de milho geneticamente modificado

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

37 - a. Nome do titular: Dow Agrosciences Industrial Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Gallant HL

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 3718, conforme processo 21000.008042/2013-91

d. Fabricante: Dow Agrosciences S.A.S. Zone Industrielle 67410 Drusenheim França; Formulador: Dow Agrosciences Industrial Ltda. - Franco da Rocha/SP, Dow Agrosciences Argentina S.A. - Hipólito Irigoyen 2900, 2202 Puerto General San Martin, Província de Santa Fé - Argentina; Manipulador: Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP, Ouro Fino Química Ltda. - Uberaba/MG;

e. Nome Químico: methyl (R)-2-{4-[3-chloro-5-(trifluoromethyl)-2-pyridyloxy]phenoxy}propanoate ; Nome comum: Haloxifope-P-metílico

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, citros, feijão, maçã, soja, trigo, uva.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

38 - a. Nome do titular: Dow Agrosciences Industrial Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Verdict HL

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 3818, conforme processo 21000.008041/2013-47

d. Fabricante: Dow Agrosciences S.A.S. Zone Industrielle 67410 Drusenheim França; Formulador Dow Agrosciences Industrial Ltda. - Franco da Rocha/SP, Dow Agrosciences Argentina S.A. - Hipólito Irigoyen 2900 2202 Puerto General San Martin Província de Santa Fé Argentina; Manipulador: Iharabras S.A. Indústrias Químicas Sorocaba/SP, Ouro Fino Química Ltda. - Uberaba/MG

e. Nome Químico: methyl (R)-2-{4-[3-chloro-5-(trifluoromethyl)-2-pyridyloxy]phenoxy}propanoate; Nome comum: Haloxifope-P-metílico

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, citros, feijão, maçã, soja, trigo e uva.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

39 - a. Nome do titular: Dow Agrosciences Industrial Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Gallant Mays

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 3918, conforme processo 21000.010841/2012-47

d. Fabricante: Dow Agrosciences S.A.S. - Zone Industrielle 67410 Drusenheim França; Formulador: Dow Agrosciences Industrial Ltda. - Franco da Rocha/SP, Dow Agrosciences Argentina S.A. Hipólito Irigoyen 2900, 2202 Puerto General San Martin Província de Santa Fé Argentina; Manipulador: Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP, Ouro Fino Química Ltda. - Uberaba/MG

e. Nome Químico: methyl(R)-2-{4-[3-chloro-5-(trifluoromethyl)-2-pyridyloxy]phenoxy}propanoate; Nome comum: Haloxifope-P-metílico

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, cana-de-açúcar, citros, feijão, girassol, maçã, milho, soja, uva, milho geneticamente modificado.

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente

40 - a. Nome do titular: Dow Agrosciences Industrial Ltda. - São Paulo/SP

b . Marca Comercial: Gallant Milho

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 4018, conforme processo 21000.010840/2012-01

d. Fabricante: Dow Agrosciences S.A.S. - Zone Industrielle 67410 Drusenheim França; Formulador: Dow Agrosciences Industrial Ltda. - Franco da Rocha/SP, Dow Agrosciences Argentina S.A. - Hipólito Irigoyen 2900 2202 Puerto General San Martin Província de Santa Fé Argentina; Manipulador: Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP; Ouro Fino Química - Uberaba/MG

e. Nome Químico: methyl(R)-2-{4-[3-chloro-5-(trifluoromethyl)-2-pyridyloxy]phenoxy}propanoate; Nome comum: Haloxifope-P-metílico

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para a cultura do milho.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

41 - a. Nome do titular: Dow Agrosciences Industrial Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Verdict Milho

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 4118, conforme processo 21000.010838/2012-23

d. Fabricante: Dow Agrosciences S.A.S. Zone Industrielle 67410 Drusenheim França; Formulador: Dow Agrosciences Industrial Ltda. - Franco da Rocha/SP, Dow Agrosciences Argentina S.A. - Hipólito Irigoyen 2900 2202 Puerto General San Martin, Província de Santa Fé - Argentina; Manipulador: Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP, Ouro Fino Química - Uberaba/MG

e. Nome Químico: methyl®-2-{4-(3-chloro-5-(trifluoromethyl)-2-pyridyloxy]phenoxy}propanoate; Nome comum: Haloxifope-P-metílico

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para a cultura do milho

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

42 - a. Nome do titular: Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A. - Maracanaú/CE

b. Marca Comercial: Tebuconazol Técnico Nufarm

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 4218, conforme processo 21000. 008130/2015-55

d. Fabricante: Jiangsu Sevencontinent Green Chemical Co., Ltd. North area of Dongsha Chem-Zone, 215600 Zhagjiagang Jiangsu China

e. Nome Químico: (RS)-1-p-chlorophenyl-4,4-dimethyl-3-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl0pentan-3-ol; Nome comum: Tebuconazol

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: trata se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

43 - a. Nome do titular: Biorisk Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Lufenuron Técnico SN

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 4318, conforme processo 21000.004234/2015-91

d. Fabricante: Sinochem Sunjoy Agroscience Co., Ltd. Binhai Road nº 1165 Ningbo Chemical Industry Zone Xiepu Town, Dist. Zhenhai 315040 Ningbo Zhejiang China

e. Nome Químico: (RS)-1-[2,5-dichloro-4-(1,1,2,3,3,3-hexafluoropropoxy)phenyl]-3-(2,6-difluorobenzoyl)urea; Nome Comum: Lufenurom

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente

44 - a. Nome do titular: Cropchem Ltda. - Porto Alegre/RS

b. Marca Comercial: Lufenurom Técnico SN-Cropchem

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 4418, conforme processo 21000.007870/2014-93

d. Fabricante: Sinochem Sunjoy Agroscience Co., Ltd. Binhai Road nº 1165 Ningbo Chemical Industry Zone Xiepu Town Dist. Zhenhai 315040 Ningbo Zhejiang China

e. Nome Químico: (RS)-1-[2,5-dichloro-4-(1,1,2,3,3,3-hexafluoropropoxy)phenyl]-3-(2,6-difluorobenzoyl)urea; Nome comum: Lufenurom

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente

45 - a. Nome do titular: Oxon Brasil Defensivos Agrícolas Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Lufenuron Técnico Oxon

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 4518, conforme processo 21000.010301/2011-82

d. Fabricante: Sinochem Sunjoy Agroscience Co., Ltd. Binhai Road nº 1165 Ningbo Chemical Industry Zone Xiepu Town Dist. Zhenhai 315040 Ningbo Zhejiang China ; e. Nome Químico: (RS)-1-[2,5-dichloro-4-(1,1,2,3,3,3-hexafluoropropoxy)phenyl]-3-(2,6-difluorobenzoyl)urea; Nome comum: Lufenurom

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente

46 - a. Nome do titular: Dow Agrosciences Industrial Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Gallant Max

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 4618, conforme processo 21000.008040/2013-01

d. Fabricante: Dow Agrosciences S.A.S. - Zone Industrielle 67410 Drusenheim França; Formulador: Dow Agrosciences Industrial Ltda. - Franco da Rocha/SP, Dow Agrosciences Argentina S.A. - Hipólito Irigoyen 2900 2202 Puerto General San Martin Província de Santa Fé - Argentina; Manipulador: Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP; Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG

e. Nome Químico: methyl(R)-2-{4-[3-chloro-5-(trifluoromethyl)-2-pyridyloxy]phenoxy}propanoate, Nome comum: Haloxifope-P-metílico

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, batata, citros, feijão, girassol, maçã, soja, trigo, uva.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

47 - a. Nome do titular: Adama Brasil S.A. - Londrina/PR

b. Marca Comercial: Isoxaflutol Técnico Milenia

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 4718, conforme processo 21000.008014/2012-93

d. Fabricante: Hebei Wanquan Linhua Chemicals Co., Ltd. Kongjiazhuang 076250 Wanquan Hebei China

e. Nome Químico: (5-cyclopropyl-1,2-oxazol-4-yl)[2-(methanesulfonyl)-4-(trifluoromethyl)phenyl]methanone

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

48 - a. Nome do titular: Dow Agrosciences Industrial Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Verdict NF

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 4818, conforme processo 21000.004097/2010-80

d. Fabricante: Dow Agrosciences S.A.S. - Zone Industrielle 67410 Drusenheim França; Formulador: Dow Agrosciences Industrial Ltda. - Franco da Rocha/SP, Dow Agrosciences Argentina S.A. - Hipólito Irigoyen 2900, 2202 Puerto General San Martin Província de Santa Fé - Argentina; Manipulador: Iharabras S.A. Indústrias Químicas Sorocaba/SP, Ouro Fino Química Ltda. - Uberaba/MG

e. Nome Químico: methyl(R)-2-{4-[3-chloro-5-(trifluoromethyl)-2-pyridyloxy]phenoxy}propanoate; Nome comum: Haloxifope-P-metílico

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, feijão, girassol, maçã, soja e uva.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

49 - a. Nome do titular: Dow Agrosciences Industrial Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Gallant NF

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 4918, conforme processo 21000.010838/2012-23

d. Fabricante: Dow Agrosciences S.A.S. - Zone Industrielle 67410 Drusenheim França; Formulador: Dow Agrosciences Industrial Ltda. - Franco da Rocha/SP, Dow Agrosciences Argentina S.A. Hipólito Irigoyen 2900 2202 Puerto General San Martin, Provincia de Santa Fé Argentina, Manipulador: Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP, Ouro Fino Química Ltda. - Uberaba/MG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

e. Nome Químico: methyl(RS)-2{4-[3-chloro-5-(trifluoromethyl)-2-pyridyloxy]phenoxy}propanoate; Nome comum: Haloxifop-P-metílico

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, cana-de-açúcar, citros, feijão, girassol, maçã, milho, soja e uva.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

50 - a. Nome do titular: Biorganic Produtos Biológicos e Orgânicos Ltda. - ME - Novo Horizonte/SP

b. Marca Comercial: Cotésia Biorganic

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 5018, conforme processo 21000.052275/2016-74

d. Fabricante/Formulador: Biorganic Produtos Biológicos e Orgânicos Ltda. - ME - Novo Horizonte/SP

e. Nome Químico: Não se aplica; Nome comum: Cotesia flavipes

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para todas as culturas

h. Classificação toxicológica: Não determinada devido a natureza do produto

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: VI - Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente

51 - a. Nome do titular: Alta América Latina Tecnologia Agrícola Ltda. - Curitiba/PR

b. Marca Comercial: Piriproxifem Técnico Alta

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 5118, conforme processo 21000.026549/2016-70

d. Fabricante: Rudong Zhonggyi Chemical Co., Ltd. Second Haibin Road, Coastal Economic Development Zone, 226407 Rudong Jiangsu China

e. Nome Químico: 4-phenoxyphenyl(RS)-2-(2-pyridyloxy)propyl ether; Nome comum: Piriproxifem

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

52 - a. Nome do titular: BRA Defensivos Agrícolas Ltda. - Piracicaba/SP

b. Marca Comercial: Piriproxifem Técnico BRA

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 5218, conforme processo 21000.055029/2016-74

d. Fabricante: Rudong Zhongyi Chemical Co., Ltd. Second Haibin Road, Coastal Economic Development Zone, 226407 Rudong Jiangsu China

e. Nome Químico: 4-phenoxyphenyl(RS)-2-(2-pyriduloxy)propyl ether; Nome comum: Piriproxifem

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

53 - a. Nome do titular: Cropchem Ltda. - Porto Alegre/RS

b. Marca Comercial: Piriproxifeno Técnico Cropchem

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 5318, conforme processo 21000.030163/2016-62

d. Fabricante: Rudong Zhongyi Chemical Co., Ltd. Second Haibin Road, Coastal Economic Development Zone, 226407 Rudong Jiangsu China

e. Nome Químico: 4-phenoxyphenyl (RS)-2-(2-pyridyloxy)propyl ether; Nome comum: Piriproxifem

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

54 - a. Nome do titular: Helm do Brasil Mercantil Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Azoxystrobin TB Técnico Helm

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 5418, conforme processo 21000.002075/2011-66

d. Fabricante: Taizhou Bailly Chemical Co., Ltd. Nº 9 Zhonggang Road, Taixing Economic Development Zone, Taixing City 225404 Jiangsu China; Hebei Veyong Bio-Chemical Co., Ltd. (Unidade I) no. 6 Middle Huagong Road, Circulation Chemical Industry Park Shijiazhuang Hebei China

e. Nome Químico: methyl(E)-2-[[6-(2-cyanophenoxy)-4-pyrimidinyl]oxy]-alfa-(methoxymethylene)benzeneacetate; Nome Comum: Azoxistrobina

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Trata se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

55 - a. Nome do titular: Ouro Fino Química Ltda. - Uberaba/MG

b. Marca Comercial: Diflubenzurom Técnico Ouro Fino

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 5518, conforme processo 21000.008488/2014-05

d. Fabricante: Jiangyin Suli Chemical Co. Ltd. Nº 7 Runhua Road, Ligang Town 214444 Jiangyin City Jiangsu Province China

e. Nome Químico: 1-(4-chlorophenyl)-3-(2,6-difluorobenzoyl)urea; Nome Comum: Diflubenzuron

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: trata se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: II - Altamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente

56 - a. Nome do titular: Nortox S.A. -Arapongas/PR

b. Marca Comercial: Tebuconazole Técnico Nortox CH

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 5618, conforme processo 21000.004475/2012-97

d. Fabricante: Excel Crop Care Limited6/2 Ruvapari Road, 364005 Bhavnagar, Gujarat Índia, Shangyu Nutrichem Co. Ltd. Nº 9 Weijiu Road, Hangzhou Gulf Fine Chemical Zone, 312369 Hangzhou Zhejiang China, Jiangsu Sevencontinent Green Chemical Co., Ltd. (Unit. I) 28 Chengbei Road 215600 Zhangjiagang Jiangsu China, Jiangsu Sevencontinent Green Chemical Co. , Ltd. (Unit. II) North area of Dongsha Chem-Zone, 215600 Zhagjiagang Jiangsu China; e. Nome Químico: (RS)-1-p-chlorophenyl-4,4-dimethyl-3-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmewthyl)pentan-3-ol; Nome Comum: Tebuconazol

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

57 - a. Nome do titular: Proregistros Registros de Produtos Ltda. - Porto Alegre/RS

b. Marca Comercial: Bolero

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 5718, conforme processo 21000.004392/2009-01

d. Fabricante: Agria S.A. Asenovgradsko shose, Plovdiv 4009 Bulgária; Formulador: Agria S.A. - Asenovgradsko shose, Plovdiv, 4009 Bulgária, Imaspro Reources SDN, BHD 37A Jalan5 Kaeasan 16, Tamam Intan, 41300 Klang Selagor - Malásia

e. Nome Químico: manganese ethylenebis(dithiocarbamate)(polymeric)complex with zinc salt; Nome Comum: Mancozebe

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de batata, café, citros, feijão, maçã, tomate e uva.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente

58 - a. Nome do titular: Basf S.A. -São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Swing Gold

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 5818, conforme processo 21000.000650/2009-71

d. Fabricante: Basf Agri Production SAS -32, Rue de Verdun 76410 St. Aubin les Elbeuf Haute Normandie - França; Basf S.A. - Guaratinguetá/SP; Basf Schwarzheide GmbH - Schipkauer Strasse 1, 01986 Schwarzheide Brandenburg Alemanha; Formulador: Basf Schwarzheide GmbH Schipkauer Strasse 1 - 01986 - Schwarzheide Brandenburg - Alemanha; Basf Española S.L. Carretera Nacional 340, km 1156 - 43006-Tarragona Cataluña - Espanha; Du Pont Agro Soluciones S.A. - Ruta 33, km 738 Casilda Província de Santa Fé - Argentina; Adama Andina B.V. Sucursal Colombia - Calle 1C, 7-53 - Interior Zona Franca - Barranquilla - Atlantico Colômbia; Basf S.A. - Guaratinguetá-SP, Servatis S.A. - Resende/RJ; Sipcam Nichino Brasil S.A. - Uberaba/MG; FMC Química do Brasil Ltda. - Uberaba/MG

e. Nome Químico: (E)-2-(methoxyimino)-N-methyl-2-[alfa-(2,5-xylyloxy)-o-tolyl]acetamide;(2RS,3SR)-1-[3-(2-chlorophenyl)-2,3-epoxy-2-(4-fluorophenyl)propyl]-1H-1,2,4-triazole; Nome Comum: Dimoxistrobina, Epoxiconazol

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para a cultura do trigo

h. Classificação toxicológica: II - Altamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

59 - a. Nome do titular: Alta América Latina Tecnologia Agrícola Ltda. - Curitiba/PR

b. Marca Comercial: Glifosato Alta 757 SG

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 5918, conforme processo 21000.002137/2011-30

d. Fabricante: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co. Binhai Economic Development area, 2622737 Weifang, Shandong Province China, Jiangsu Good Harvest Weien Agrochemical Co. Ltd. Loagang Qidong City 226221, Jiangsu Province China; Formulador: Ningbo Sunjoy Agroscience Co. Ltd. Beihai Road, No. 1165, Ningbo Chemical Industry Zone, Xiepu Town Zhebhau District, Ningbo Zhejiang Province, 315040 China; Zhejiang Xinan Chemical Industry Group Co., Ltd Nº 1165, Ningbo Chemical Industry Zone, Xiepu Town Zhebhau District, Ningbo Zhejiang Province 315040 - China, Zhejiang Xinan Chemical Industry Group Co., Ltd nº 93 Baisha Road, Jiande, Xinanjiang, Zhejiang China

e. Nome Químico: Não se aplica; Nome Comum: Glifosato - Sal de Amônio

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, cana-de-açúcar, maturador cana-de-açúcar, eucalipto, milho

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente

60 - a. Nome do titular: Promip Comércio Pesquisas e Desenvolvimento de Agentes Biológicos Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Insidiomip

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 6018, conforme processo 21000.024540/2017-13

d. Fabricante/Formulador: Promip Comércio Pesquisas e Desenvolvimento de Agentes Biológicos Ltda. - Engenheiro Coelho/SP

e. Nome Químico: Não se aplica; Nome Comum: Orius insidiosus

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Orius insidiosus

g. Indicação de uso: Indicado em qualquer cultura agrícola de ocorrência do alvo biológico

h. Classificação toxicológica: Classe não determinada devido a natureza do produto (inimigos naturais)

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: IV - Pouco Perigoso ao Meio Ambiente

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

PORTARIA Nº 20, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Cancelar a Portaria Nº 16, de 23 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 25 de janeiro de 2018, na Seção I, páginas 39 a 57.

Art. 2º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de trigo de sequeiro no Estado de São Paulo, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 3º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 2º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

Nas regiões tradicionais de cultivo comercial de trigo, os maiores riscos de perda de produção estão relacionados com o excesso de chuva/umidade elevada, causando doenças de difícil controle (giberela na região temperada e brusone na região tropical, por exemplo) ou perda de qualidade tecnológica dos grãos quando ocorre no período de colheita, geada no espigamento (região temperada), além de temperatura elevada e deficiência hídrica (região tropical).

Objetivou-se com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do trigo de sequeiro no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmica e hídrica. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico da cultura considerando-se as seguintes variáveis: precipitação pluvial, evapotranspiração potencial, ciclo da cultura e fase fenológicas, coeficiente de cultura (Kc) e reserva útil de água dos solos.

Para caracterização da oferta hídrica foram estimados os valores do índice de satisfação da necessidade de água (ISNA), expresso pela relação entre evapotranspiração real (ETr) e a evapotranspiração máxima da cultura (ETm). Foram consideradas as seguintes classes de ISNA:

A - Igual ou superior a 0,60 na fase I - semeadura/emergência e

B - Igual ou superior a 0,45 na fase III - espigamento/enchimento de grãos.

Para identificação do risco de geada no decêndio de espigamento do trigo, considerou-se a ocorrência de temperaturas mínimas do ar ≤ 0,0 ºC, no abrigo meteorológico, até o nível de 20% de risco de ocorrência, em função do decêndio de semeadura, conforme o ciclo do trigo.

As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas, observada as regiões de adaptação (IN nº 3, de 14/10/2008 - SPA/MAPA, publicada no Diário Oficial da União, de 15 de outubro de 2008), a saber:

Região 2: Grupo I (n < 115 dias); Grupo II (115 dias ≤ n ≤ 130 dias); e Grupo III (n >130 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação ponto de colheita.

Região 3: Grupo I (n < 115 dias); Grupo II (115 dias ≤ n ≤ 130 dias); e Grupo III (n >130 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação ponto de colheita.

Região 4: Grupo I (n < 100 dias); Grupo II (100 dias ≤ n ≤ 120 dias); e Grupo III (n >120 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação ponto de colheita.

Para classificação do risco em cada decêndio de semeadura foi observado a frequência de atendimento do parâmetro ISNA (classes de ISNA) e do limite térmico (risco de geada fixado em 20%), nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de trigo de sequeiro no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

Macrorregião 2

GRUPO I

BIOTRIGO GENETICA LTDA: TBIO Tibagi; TBIO Bandeirante; TBIO Sintonia; TBIO Audaz e TBIO Sonic;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 1550 e CD 1440;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS GRAÚNA e BRS Sanhaço;

IAC: IAC 24 (Tucuruí); IAC 380 Saíra; IAC 388 Arpoador e IAC 389 Atakama.

GRUPO II

BIOTRIGO GENETICA LTDA: Supera; Quartzo; Marfim; Mirante; TBIO Iguaçu; TBIO Seleto; FPS Nitron; TBIO Mestre; Celebra; TBIO Sossego; FPS Certero; INOVA; FPS Amplitude e TBIO Energia II;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 104; CD 108; CD 116; CD 105; CD 150; CD 154; CD 151; CD 1550; CD 1252; CD 1440 e CD 1104;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS 210; BRS 220; BRS Guamirim; BRS Pardela; BRS 296; BRS 327; BRS Sabiá e BRS 208;

IAC: IAC 375 Parintins; IAC 381 Kuara e IAC 370 (ARMAGEDDON);

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LGORO;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: Ametista; Topazio e JADEÍTE 11;

TAMONA AGROPECUARIA LTDA: RBO 303.

GRUPO III

BIOTRIGO GENETICA LTDA: TBIO Itaipu; TBIO Alvorada; TBIO Sinuelo; TBIO Toruk; TBIO Noble e FPS Virtude;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Tangará; BRS Gaivota e BRS Gralha Azul;

IAC: IAC 373 Guaicuru e IAC 385 Mojave;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS 1401; ORS 1403; ORS 1405; ORS Madrepérola e ORS Citrino.

Macrorregião 3

GRUPO I

BIOTRIGO GENETICA LTDA: TBIO Energia II, TBIO Sonic, TBIO Audaz, TBIO Tibagi, TBIO Sintonia, TBIO Seleto, TBIO Bandeirante, Supera, FPS Nitron, Celebra e Marfim;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 151, CD 154, CD 108 e CD 116;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BR 18 (Terena) e BRS Sanhaço;

IAC: IAC 381 Kuara;

IAPAR: IPR Catuara TM e IPR 144.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GRUPO II

BIOTRIGO GENETICA LTDA: TBIO Energia I, FPS Amplitude, TBIO Toruk, TBIO Sossego, TBIO Sinuelo, TBIO Noble, TBIO Mestre, TBIO Itaipu, TBIO Iguaçu, Quartzo, Mirante, FPS Certero, INOVA, FPS Virtude e TBIO Alvorada;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 1252, CD 1104, CD 1440, CD 1550, CD 150, CD 104 e CD 105;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS 208, BRS 210, BRS Guamirim, BRS 296, BRS 327, BRS Pardela e BRS Sabiá;

IAC: IAC 370 (ARMAGEDDON) e IAC 375 Parintins;

TAMONA AGROPECUARIA LTDA: RBO 303.

GRUPO III

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Gaivota e BRS Gralha Azul;

IAC: IAC 373 Guaicuru.

Macrorregião 4

GRUPO I

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BR 18 (Terena).

GRUPO II

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS 210, BRS Guamirim e BRS 404;

IAPAR: IPR 144, IPR Potyporã e IPR 85.

GRUPO III

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS 327;

IAPAR: IPR Catuara TM, IPR Taquari e IPR Panaty.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

ICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Adamantina			9	9	10	11	9 a 10	11	12
Adolfo						9	9	10	11
Aguaí					9	10	9 a 10	11	
Águas Da Prata					9	10	9	10 a 11	12
Águas De Lindóia			9	9	10	11	9 a 11	12	13
Águas De Santa Bárbara		9	10	9	10 a 11	12	9 a 12		13
Águas De São Pedro			9	9	10	11	9 a 11	12	13
Agudos		9	10 a 11	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13 a 14	
Alambari		9 a 11	12 a 13	9 a 11	12 a 13	14	9 a 14	15	16
Alfredo Marcondes			9		9	10	9 a 10	11	12
Altair									9 a 10
Altinópolis						9		9	10
Alto Alegre			9		9	10	9 a 10	11	12
Alumínio		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13	14	15
Álvares Florence								9	10
Álvares Machado		9	10	9	10	11	9 a 11	12	13
Álvaro De Carvalho			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13
Alvinlândia		9	10	9	10 a 11	12	9 a 12	13	14
Americana			9		9 a 10	11	9 a 11	12	13
Américo Brasiliense						9	9	10	11
Américo De Campos								9	10
Amparo			9 a 10	9	10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14
Analândia					9	10	9 a 10	11	12
Andradina					9		9	10	11
Angatuba		9	10 a 12	9 a 10	11 a 13		9 a 13	14	15
Anhembi		9	10	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13 a 14	
Anhumas		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Aparecida		9	10	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 13	14	15
Aparecida D'Oeste						9		9	10
Araçariguama		9 a 10	11	9 a 11	12	13	9 a 13	14	
Araçatuba					9	10	9	10	11
Araçoiaba Da Serra		9 a 11	12 a 13	9 a 11	12 a 13	14	9 a 14	15	16
Aramina						9		9	10 a 11
Arandu		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14
Araraquara						9	9	10	11
Araras					9	10	9 a 10	11	12
Arco-Íris			9		9	10	9 a 10	11	12
Arealva			9		9	10	9 a 10	11	12
Areiópolis		9	10	9	10 a 11	12	9 a 12	13	14
Ariranha						9		9	10
Artur Nogueira			9		9 a 10	11	9 a 11	12	13
Aspásia								9	10
Assis			9 a 10	9	10	11 a 12	9 a 11	12	13
Atibaia		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13	14	15
Auriflama						9		9 a 10	11
Avaí			9	9	10	11	9 a 11	12	13
Avanhandava					9	10	9 a 10	11	
Avaré		9	10 a 11	9	10 a 12	13	9 a 12	13	14
Bady Bassitt								9 a 10	
Balbinos					9	10	9 a 10	11	12
Bálsamo								9	10
Barão De Antonina		9 a 12	13	9 a 12	13		9 a 13	14	15 a 16
Barbosa					9		9	10	11
Bariri					9	10	9 a 10	11	12
Barra Bonita			9 a 10	9	10	11	9 a 11	12	13 a 14
Barretos									9
Barrinha						9		9	10
Bastos			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13
Batatais						9		9	10
Bauru			9 a 10	9	10	11	9 a 11	12	13
Bebedouro								9	10
Bento De Abreu					9	10	9 a 10	11	
Bernardino De Campos		9	10 a 11	9	10 a 12	13	9 a 12	13	14

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Bilac					9	10	9 a 10	11	
Birigui					9	10	9 a 10	11	
Boa Esperança Do Sul					9		9	10	11
Bocaina					9	10	9 a 10	11	12
Bofete		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 13	14 a 15	
Boituva		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 13	14 a 15	
Bom Jesus Dos Perdões		9	10 a 11	9 a 10	11 a 13		9 a 14		15
Bom Sucesso De Itararé	12 a 13		14	12 a 14	15	16 a 18	12 a 15	16 a 18	
Borá			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Boracéia					9	10	9 a 10	11	12
Borborema					9		9	10	11
Borebi		9	10 a 11	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13 a 14	
Botucatu		9	10 a 11	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13 a 14	15
Bragança Paulista		9	10	9	10 a 12	13	9 a 13	14	15
Braúna					9	10	9 a 10	11	
Brejo Alegre					9		9	10	11
Brodowski						9		9	10
Brotas			9		9 a 10		9 a 11	12	
Buri		12 a 13		12 a 13	14	18	12 a 14	15	16 a 18
Buritama						9	9	10	11
Buritizal						9		9	10 a 11
Cabrália Paulista		9	10	9 a 10	11	12	9 a 12	13	14
Cabreúva		9	10 a 11	9 a 11	12 a 13	14	9 a 14		15
Caçapava		9 a 10	11	9 a 10	11 a 13	14	9 a 14		15
Cachoeira Paulista		9	10 a 11	9 a 11	12 a 13	14	9 a 14	15	
Caconde					9		9	10 a 11	
Cafelândia					9	10	9 a 10	11	12
Caiabu			9		9	10	9 a 10	11	12
Caiuá			9	9		10 a 11	9 a 10	11	12
Cajobi								9	10
Cajuru						9		9	10
Campina Do Monte Alegre		9 a 12	13	9 a 12	13	14	9 a 14	15	16
Campinas			9 a 10		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13
Campo Limpo Paulista		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13	14	15
Campos Do Jordão			9	9	10	11 a 12	9 a 12	13 a 14	
Campos Novos Paulista			9 a 10	9	10	11 a 12	9 a 11	12	13
Canas		9	10	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 13	14	15
Cândido Mota		9	10 a 11	9	10 a 12		9 a 12	13	
Cândido Rodrigues						9		9 a 10	
Canitar		9	10 a 11	9	10 a 12		9 a 12	13	14
Capão Bonito	12 a 13		14	12 a 14	15	16 a 18	12 a 15	16 a 18	
Capela Do Alto		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12 a 13		9 a 13	14	15
Capivari			9	9	10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14
Cardoso								9	10
Casa Branca					9		9	10	11
Cássia Dos Coqueiros						9		9	10
Castilho					9	10	9	10	11
Catanduva						9		9	10
Catiguá						9		9 a 10	
Cedral								9	10
Cerqueira César		9	10 a 11	9	10 a 12	13	9 a 12	13	14
Cerquilho		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13 a 14	15
Cesário Lange			9 a 10	9	10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14
Charqueada			9		9 a 10	11	9 a 11	12	13
Chavantes		9	10 a 11	9	10 a 12	13	9 a 12	13	14
Clementina			9		9	10	9 a 10	11	
Colina								9	10
Colômbia									9
Conchal					9	10	9 a 10	11	12
Conchas		9	10	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13 a 14	
Cordeirópolis			9		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	
Coroados					9	10	9 a 10	11	
Coronel Macedo	9	10 a 12	13	9 a 12	13	14	9 a 14	15	16
Corumbataí					9	10	9 a 10	11	12
Cosmópolis			9		9 a 10	11	9 a 11	12	13
Cosmorama								9	10
Cravinhos						9		9	10
Cristais Paulista						9		9	10 a 11
Cruzália		9	10 a 11	9	10 a 11	12	9 a 12	13	
Cruzeiro		9	10	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 13	14	15
Descalvado					9		9 a 10	11	
Dirce Reis						9		9	10
Divinolândia					9	10	9	10 a 11	
Dobrada						9		9 a 10	
Dois Córregos			9	9	10	11	9 a 11	12	13 a 14
Dolcinópolis									9
Dourado					9	10	9 a 10	11	12
Dracena			9	9	10	11	9 a 10	11	12
Duartina		9	10	9	10 a 11	12	9 a 12	13	14
Dumont						9		9	10
Echaporã			9 a 10		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13
Elias Fausto			9 a 10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 11	12 a 13	14
Elisiário						9		9 a 10	
Embaúba								9	10
Emilianópolis			9		9	10	9 a 10		11 a 12
Engenheiro Coelho			9		9 a 10	11	9 a 11		12 a 13
Espírito Santo Do Pinhal				9		10	9 a 10	11	12
Espírito Santo Do Turvo			9 a 10	9	10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13
Estiva Gerbi					9	10	9 a 10	11	12

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Estrela Do Norte		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Estrela D'Oeste								9	10
Euclides Da Cunha Paulista	9	10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13		14
Fartura		9 a 11	12	9 a 10	11 a 13		9 a 13	14	
Fernando Prestes						9		9 a 10	
Fernandópolis								9	10
Fernão			9 a 10	9	10	11	9 a 11	12 a 13	14
Flora Rica			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	
Floreal								9	10
Flórida Paulista			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	
Florínia		9 a 10	11	9	10 a 12	13	9 a 12	13	
Franca						9		9	10
Gabriel Monteiro					9	10	9 a 10	11	
Gália			9 a 10	9	10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14
Garça			9	9	10	11	9 a 11	12 a 13	
Gastão Vidigal						9		9 a 10	11
Gavião Peixoto					9		9	10	11
General Salgado						9		9 a 10	
Getulina			9	9	10	11	9 a 10	11	12
Glicério					9	10	9 a 10		11
Guaiçara					9	10	9 a 10	11	12
Guaimbê			9	9	10	11	9 a 10	11	12
Guaíra									9
Guapiaçu								9	10
Guapiara	12 a 13		14	12 a 14	15	16 a 18	12 a 15	16 a 18	
Guará						9		9	10
Guaraçaí			9		9	10	9 a 10	11	
Guaraci									9
Guarani D'Oeste									9
Guarantã			9	9	10	11	9 a 10	11	12
Guararapes					9	10	9 a 10	11	
Guaratinguetá		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 13	14	15
Guareí			10 a 11	10	11 a 12	13	10 a 12	13 a 14	
Guariba						9		9	10
Guatapará						9		9	10
Guzolândia						9		9 a 10	
Herculândia			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13
Holambra			9		9 a 10	11	9 a 11	12	13
Hortolândia			9		9 a 10	11	9 a 11	12	13
Iacanga					9	10	9 a 10		11 a 12
Iacri			9	9	10	11	9 a 10	11	12
Iaras		9	10	9	10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13
Ibaté					9		9 a 10	11	12
Ibirá						9		9 a 10	
Ibirarema		9	10 a 11	9	10 a 12		9 a 12	13	
Ibitinga					9		9	10	11
Ibiúna	12	13	14 + 18	12 a 14	15	16 a 18	12 a 15	16 a 18	
Icém									9
Iepê		9	10 a 11	9	10 a 11	12	9 a 12	13	
Igaraçu Do Tietê		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14
Igarapava						9		9	10 a 11
Igaratá		9	10 a 11	9 a 10	11 a 13		9 a 14		15
Ilha Solteira						9		9	10
Indaiatuba		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14
Indiana			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Indiaporã									9
Inúbia Paulista			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	
Ipaussu		9	10 a 11	9	10 a 12	13	9 a 12	13	14
Iperó		9	10 a 11	9	10 a 12	13	9 a 13	14	
Ipeúna					9	10	9 a 10	11 a 12	
Ipiguá								9	10
Ipuã								9	10
Iracemápolis			9		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13
Irapuã						9		9 a 10	11
Irapuru			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	
Itaberá		12 a 13		12 a 13	14	15 a 18	12 a 14	15	16 a 18
Itaí		9 a 12		9 a 12	13		9 a 13	14	15 a 16
Itajobi						9		9 a 10	
Itaju					9	10	9 a 10		11 a 12
Itapetininga	9	10 a 12	13	9 a 13	14		9 a 14	15	16
Itapeva	12	13		12 a 13	14	15 a 18	12 a 15	16 a 18	
Itapira			9	9	10	11	9 a 11	12	13
Itápolis						9		9 a 10	11
Itaporanga	9	10 a 12	13	9 a 12	13	14	9 a 14	15	16
Itapuí			9		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	
Itapura					9			9 a 10	11
Itararé	12 a 13		14	12 a 13	14	15 a 18	12 a 15	16 a 18	
Itatiba		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14
Itatinga		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14
Itirapina					9	10	9 a 11	12	
Itirapuã						9		9	10 a 11
Itobi					9		9	10	11
Itu		9	10 a 11	9	10 a 12	13 a 14	9 a 13	14	15
Itupeva		9	10 a 11	9	10 a 12	13	9 a 12	13 a 14	15
Ituverava						9		9	10
Jaborandi									9
Jaboticabal						9		9	10
Jacareí		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 13	14	9 a 14	15	
Jaci						9		9 a 10	11
Jaguariúna			9		9 a 10	11	9 a 11	12	13
Jales								9	10
Jardinópolis						9		9	10
Jarinu		9	10 a 11	9	10 a 12	13	9 a 13	14	15
Jaú			9	9	10	11	9 a 11	12	13
Jeriquara						9		9	10
Joanópolis		9	10 a 11	9	10 a 12	13	9 a 13	14	15

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

João Ramalho			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	
José Bonifácio						9	9	10	11
Júlio Mesquita			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13
Jumirim		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13 a 14	
Jundiaí		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13	14	15
Junqueirópolis			9	9	10	11	9 a 10	11	12
Laranjal Paulista		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14
Lavínia					9	10	9 a 10	11	
Lavrinhas		9	10 a 11	9 a 11	12	13 a 14	9 a 14		15
Leme					9	10	9 a 10	11	12
Lençóis Paulista		9	10	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13 a 14	
Limeira			9		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13
Lindóia			9	9	10	11	9 a 11	12	13
Lins					9	10	9 a 10	11	12
Lorena		9	10 a 11	9 a 11	12 a 13	14	9 a 14	15	
Lourdes						9	9	10	11
Louveira		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14
Lucélia			9	9	10	11	9 a 10	11	12
Lucianópolis		9	10	9 a 10	11	12	9 a 12	13	14
Luís Antônio						9		9	10 a 11
Luiziânia			9		9	10	9 a 10	11	12
Lupércio		9	10	9 a 10	11	12	9 a 12	13	14
Lutécia			9		9 a 10	11	9 a 11	12	13
Macatuba		9	10	9	10	11	9 a 11	12	13 a 14
Macaubal								9 a 10	
Macedônia								9	10
Magda						9		9	10
Mairinque		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13	14	15
Manduri		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14
Marabá Paulista		9	10	9	10	11	9 a 11	12	13
Maracaí		9	10 a 11	9	10 a 11	12	9 a 12		13
Marapoama						9		9 a 10	
Mariápolis			9	9	10	11	9 a 11	12	
Marília			9 a 10	9	10 a 11	12	9 a 12	13	
Marinópolis						9		9	10
Martinópolis			9 a 10	9	10	11	9 a 11	12	13
Matão						9		9 a 10	11
Mendonça						9		9 a 10	11
Meridiano								9	10
Mesópolis									9
Miguelópolis								9	10
Mineiros Do Tietê		9	10	9	10	11	9 a 11	12	13 a 14
Mira Estrela									9
Mirandópolis					9	10	9 a 10	11	
Mirante Do Paranapanema		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	
Mirassol								9 a 10	
Mirassolândia								9	10
Mococa						9		9 a 10	11
Mogi Guaçu					9	10	9 a 10	11	12
Mogi Mirim			9	9	10	11	9 a 11	12	13
Mombuca			9	9	10	11 a 12	9 a 11	12	13 a 14
Monções						9		9 a 10	11
Monte Alegre Do Sul		9	10	9	10	11 a 13	9 a 12	13	14
Monte Alto						9		9	10
Monte Aprazível								9 a 10	
Monte Azul Paulista								9	10
Monte Castelo			9		9 a 10		9 a 10	11	12
Monte Mor			9		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13 a 14
Monteiro Lobato		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13 a 14	15
Morro Agudo								9	10
Morungaba			9 a 10		9 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14
Motuca						9		9	10
Murutinga Do Sul					9	10	9	10	11
Nantes		9	10 a 11	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Narandiba		9 a 10	11	9	10 a 11	12	9 a 12	13	
Nazaré Paulista		9	10 a 11	9 a 10	11 a 13		9 a 14		15
Neves Paulista						9		9 a 10	
Nhandeara								9	10
Nipoã						9		9 a 10	11
Nova Aliança						9		9 a 10	11
Nova Campina	12 a 13		14	12 a 14		15 a 18	12 a 15	16 a 18	
Nova Canaã Paulista						9		9	10
Nova Castilho						9		9 a 10	11
Nova Europa					9		9	10	11
Nova Granada								9	10
Nova Guataporanga			9	9	10		9 a 10	11	12
Nova Independência					9	10	9 a 10	11	
Nova Luzitânia						9		9 a 10	11
Nova Odessa			9		9 a 10	11	9 a 11	12	13
Novais								9	10
Novo Horizonte					9		9	10	11
Nuporanga						9		9	10
Ocauçu		9	10	9 a 10	11	12	9 a 12	13	14
Óleo		9	10 a 11	9	10 a 12		9 a 12	13	14
Olímpia									9 a 10
Onda Verde								9	10
Oriente			9	9	10	11	9 a 11	12	13
Orindiúva									9

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Orlândia						9		9	10
Oscar Bressane			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Osvaldo Cruz			9	9	10	11	9 a 10	11	12
Ourinhos		9	10 a 11	9	10 a 12		9 a 12	13	14
Ouro Verde			9	9	10	11	9 a 10	11	12
Ouroeste									9
Pacaembu			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	
Palestina									9 a 10
Palmares Paulista								9	10
Palmeira D'Oeste						9		9	10
Palmital		9	10 a 11	9	10 a 12		9 a 12	13	
Panorama			9	9	10	11	9 a 10	11	12
Paraguaçu Paulista			9 a 10	9	10	11 a 12	9 a 11	12	13
Paraíso						9		9	10
Paranapanema		9 a 11	12	9 a 11	12 a 13		9 a 13	14	15 a 16
Paranapuã									9
Parapuã			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	
Pardinho		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 13	14 a 15	
Parisi								9	10
Patrocínio Paulista						9		9	10
Paulicéia			9		9 a 10		9 a 10	11	12
Paulínia			9		9 a 10	11	9 a 11	12	13
Paulistânia		9	10	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13 a 14	
Paulo De Faria									9
Pederneiras			9	9	10	11	9 a 11	12	13
Pedra Bela		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14
Pedranópolis								9	10
Pedregulho						9		9	10 a 11
Pedreira			9		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13
Pedrinhas Paulista		9	10 a 11	9	10 a 12		9 a 12	13	
Penápolis					9	10	9 a 10	11	
Pereira Barreto					9		9	10	11
Pereiras		9	10 a 11	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13 a 14	15
Piacatu			9		9	10	9 a 10	11	12
Piedade		12 a 13	14	12 a 13	14	15 a 18	12 a 14	15 a 18	
Pilar Do Sul		12 a 13	14	12 a 14		15 a 18	12 a 15	16 a 18	
Pindamonhangaba		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13 a 14	15
Pindorama						9		9	10
Pinhalzinho		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14
Piquerobi			9	9	10	11	9 a 10	11	12
Piquete		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13 a 14	15
Piracaia		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 14		15
Piracicaba			9	9	10	11 a 12	9 a 11	12	13 a 14
Piraju		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14
Pirajuí			9	9	10	11	9 a 10	11	12
Pirangi						9		9	10
Pirapozinho		9 a 10	11	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	
Pirassununga					9	10	9 a 10	11	
Piratininga		9	10	9 a 10	11	12	9 a 12	13	14
Pitangueiras								9	10
Planalto						9		9 a 10	11
Platina			9 a 10	9	10	11 a 12	9 a 11	12	13
Poloni								9 a 10	
Pompéia			9	9	10	11	9 a 11	12	13
Pongaí					9	10	9 a 10	11	12
Pontal						9		9	10
Pontalinda						9		9	10
Pontes Gestal								9	10
Populina									9
Porangaba		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 13	14	15
Porto Feliz		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13 a 14	15
Porto Ferreira						9	9	10	11
Potim		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13 a 14	15
Potirendaba						9		9 a 10	11
Pracinha			9	9	10	11	9 a 11	12	
Pradópolis						9		9	10
Pratânia		9	10 a 11	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13 a 14	
Presidente Alves			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13
Presidente Bernardes		9	10	9	10	11	9 a 11	12	13
Presidente Epitácio		9	10	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13
Presidente Prudente			9	9	10	11	9 a 10	11	12
Presidente Venceslau			9	9		10	9 a 10	11	12
Promissão					9	10	9 a 10	11	12
Quadra			9 a 10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 11	12 a 13	14
Quatá			9		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	
Queiroz			9	9	10	11	9 a 10	11	12
Queluz		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 14		15
Quintana			9 a 10	9	10	11	9 a 11	12	13
Rafard			9 a 10	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14
Rancharia			9 a 10	9	10	11	9 a 11	12	13
Regente Feijó			9 a 10	9	10	11	9 a 11	12	
Reginópolis					9	10	9 a 10	11	12
Restinga						9		9	10
Ribeirão Bonito					9	10	9 a 10	11	12
Ribeirão Branco	12 a 13	14		12 a 14	15	16 a 18	12 a 15	16 a 18	
Ribeirão Corrente						9		9	10
Ribeirão Do Sul			9 a 10	9	10	11 a 12	9 a 11	12	13
Ribeirão Dos Índios			9		9	10	9 a 10		11 a 12
Ribeirão Grande	12 a 13	14		12 a 14	15	16 a 18	12 a 15	16 a 18	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ribeirão Preto						9		9	10
Rifaina						9		9 a 10	11
Rincão						9		9 a 10	11
Rinópolis			9		9	10	9 a 10	11	12
Rio Claro					9	10	9 a 10	11 a 12	
Rio Das Pedras			9	9	10	11	9 a 11	12	13 a 14
Riolândia									9
Riversul		12 a 13		12 a 13		14 a 15	12 a 14	15	16 a 18
Rosana	9	10	11 a 12	9 a 11	12 a 13		9 a 13		14
Roseira		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13 a 14	15
Rubiácea			9		9	10	9 a 10	11	
Rubinéia								9	10
Sabino					9		9	10	11
Sagres			9	9	10	11	9 a 11	12	13
Sales						9	9	10	11
Sales Oliveira						9		9	10
Salmourão			9		9	10	9 a 10	11	12
Saltinho			9	9	10	11 a 12	9 a 11	12	13 a 14
Salto		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13 a 14	
Salto De Pirapora	9	10 a 12	13	9 a 12	13 a 14		9 a 14	15	16
Salto Grande		9	10 a 11	9	10 a 12		9 a 12	13	
Sandovalina		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	
Santa Adélia						9		9 a 10	
Santa Albertina									9
Santa Bárbara D'Oeste			9		9 a 10	11	9 a 11	12	13
Santa Clara D'Oeste									9
Santa Cruz Da Conceição					9	10	9 a 10	11	12
Santa Cruz Da Esperança						9		9	10
Santa Cruz Das Palmeiras					9		9	10	11
Santa Cruz Do Rio Pardo		9	10	9	10 a 11	12	9 a 12	13	
Santa Ernestina						9		9	10
Santa Fé Do Sul								9	10
Santa Gertrudes					9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	
Santa Lúcia						9	9	10	11
Santa Maria Da Serra			9	9	10	11	9 a 11	12	13 a 14
Santa Mercedes			9		9 a 10		9 a 10	11	12
Santa Rita Do Passa Quatro						9	9	10	11
Santa Rita D'Oeste									9
Santa Rosa De Viterbo						9		9	10
Santa Salete								9	10
Santana Da Ponte Pensa								9	10
Santo Anastácio		9	10	9	10	11	9 a 10	11	12 a 13
Santo Antônio Da Alegria						9		9	10
Santo Antônio De Posse			9	9	10	11	9 a 11	12	13
Santo Antônio Do Aracanguá						9	9	10	11
Santo Antônio Do Jardim				9		10	9 a 10	11	12
Santo Antônio Do Pinhal		9	10	9	10	11 a 13	9 a 12	13 a 14	
Santo Expedito			9		9	10	9 a 10		11 a 12
Santópolis Do Aguapeí			9		9	10	9 a 10	11	12
São Bento Do Sapucaí		9		9	10	11 a 12	9 a 12	13	14
São Carlos					9	10	9 a 10	11	12
São Francisco								9	10
São João Da Boa Vista					9	10	9 a 10	11	12
São João Das Duas Pontes						9		9	10
São João De Iracema						9		9	10
São João Do Pau D'Alho			9		9 a 10		9 a 10	11	12
São Joaquim Da Barra						9		9	10
São José Da Bela Vista						9		9	10
São José Do Rio Pardo					9		9	10	11
São José Do Rio Preto								9	10
São José Dos Campos		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 14		15
São Manuel		9	10	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13 a 14	
São Miguel Arcanjo	12	13	14	12 a 14		15 a 18	12 a 15	16 a 18	
São Pedro			9	9	10	11	9 a 11	12	13
São Pedro Do Turvo			9 a 10	9	10	11 a 12	9 a 11	12	13
São Roque			12	12	13	14	12 a 14		15 a 18
São Sebastião Da Grama					9		9	10 a 11	
São Simão						9		9	10
Sarapuí		12	13	12 a 13	14	15	12 a 14	15	16 a 18
Sarutaiá		9	10 a 12	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14
Sebastianópolis Do Sul								9	10
Serra Azul						9		9	10
Serra Negra		9	10	9	10	11 a 12	9 a 12	13	14
Serrana						9		9	10
Sertãozinho						9		9	10
Severínia									9 a 10
Socorro		9	10	9	10	11 a 13	9 a 12	13	14
Sorocaba		9	10 a 12	9 a 10	11 a 13		9 a 13	14	15
Sud Mennucci					9			9 a 10	11
Sumaré			9		9 a 10	11	9 a 11	12	13
Suzanápolis						9		9	10
Tabapuã								9	10
Tabatinga						9	9	10	11
Taciba		9	10 a 11	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Taguaí		9 a 11	12	9 a 10	11 a 13		9 a 13	14	15
Taiaçu								9	10
Taiúva						9		9	10
Tambaú						9		9 a 10	11
Tanabi								9	10

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tapiraí	12 a 13	14	18	12 a 14	15	16 a 18	12 a 15	16 a 18	
Tapiratiba						9	9	10	11
Taquaral								9	10
Taquaritinga						9		9 a 10	
Taquarituba	9	10 a 12	13	9 a 12	13		9 a 13	14	15 a 16
Taquarivaí	12	13		12 a 13	14	15 a 18	12 a 14	15 a 18	
Tarabai		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Tarumã		9	10 a 11	9	10 a 12		9 a 12	13	
Tatuí		9	10 a 11	9	10 a 12	13	9 a 12	13 a 14	
Taubaté		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13 a 14	15
Tejupá		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13 a 14	
Teodoro Sampaio	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14
Terra Roxa									9 a 10
Tietê		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13 a 14	
Timburi		9	10 a 11	9	10 a 12	13	9 a 12	13	14
Torre De Pedra		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 13	14 a 15	
Torrinha			9	9	10	11	9 a 11	12	13
Trabiju					9	10	9 a 10	11	12
Tremembé		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13 a 14	15
Três Fronteiras								9	10
Tuiuti		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14
Tupã			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13
Tupi Paulista			9	9	10		9 a 10	11	12
Turiúba						9	9	10	11
Turmalina									9
Ubarana					9		9	10	11
Ubirajara			9	9	10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13
Uchoa								9	10
União Paulista						9		9 a 10	11
Urânia								9	10
Uru					9	10	9 a 10	11	12
Urupês						9		9 a 10	11
Valentim Gentil								9	10
Valinhos			9 a 10		9 a 11	12	9 a 12	13	14
Valparaíso					9	10	9 a 10	11	
Vargem		9	10	9	10 a 12	13	9 a 13	14	15
Vargem Grande Do Sul					9		9	10	11
Várzea Paulista		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13	14	15
Vera Cruz			9	9	10	11	9 a 11	12 a 13	
Vinhedo			9 a 10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14
Viradouro								9	10
Vista Alegre Do Alto						9		9	10
Vitória Brasil								9	
Votorantim		9 a 10	11 a 13	9 a 12	13	14	9 a 14		15 a 16
Votuporanga								9	10
Zacarias						9	9	10	11

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Adamantina					9		9	10	11
Adolfo								9	10
Aguaí						9		9	10
Águas Da Prata						9		9	10
Águas De Lindóia					9	10 a 11	9 a 10	11	12
Águas De Santa Bárbara			9		9	10 a 11	9	10 a 11	
Águas De São Pedro					9	10	9	10 a 11	12
Agudos			9	9	10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13
Alambari		9 a 10	11	9	10 a 11	12	9 a 12	13	14 a 16
Alfredo Marcondes						9		9	10
Altinópolis									9
Alto Alegre						9		9 a 10	11
Alumínio		9	10 a 11		9 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14 a 16
Álvares Florence									9
Álvares Machado					9	10	9	10	11
Álvaro De Carvalho			9		9	10	9	10	11 a 12
Alvinlândia			9		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	
Americana					9	10	9	10 a 11	12
Américo Brasiliense								9	
Américo De Campos									9
Amparo			9		9	10 a 11	9 a 10	11	12
Analândia						9	9		10 a 11
Andradina						9		9	10
Angatuba			9 a 10		9 a 11		9 a 11	12	13
Anhembi			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13
Anhumas			9		9	10	9	10 a 11	
Aparecida			9		9 a 10	11 a 12	9 a 12	13	14
Aparecida D'Oeste									9
Araçariguama			9 a 10		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13
Araçatuba						9		9	10

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Araçoiaba Da Serra		9 a 10	11	9 a 10	11	12	9 a 12	13	14 a 16
Aramina									9
Arandu			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Araraquara								9	10
Araras						9	9	10	11
Arco-Íris					9		9	10	11
Arealva					9		9	10	
Areiópolis			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	
Ariranha									9
Artur Nogueira					9	10	9	10 a 11	
Assis			9		9	10 a 11	9	10 a 11	
Atibaia		9	10	9	10 a 11	12	9 a 12	13	
Auriflama								9	
Avaí					9	10	9 a 10		11 a 12
Avanhandava						9		9 a 10	
Avaré			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Bady Bassitt									9
Balbinos						9	9	10	
Bálsamo									9
Barão De Antonina		9 a 10	11	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13
Barbosa						9		9	10
Bariri						9		9 a 10	
Barra Bonita			9		9	10	9 a 10		11 a 12
Barrinha									9
Bastos			9		9	10	9	10	11 a 12
Batatais									9
Bauru					9	10	9 a 10		11 a 12
Bebedouro									9
Bento De Abreu						9		9 a 10	
Bernardino De Campos			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Bilac						9		9 a 10	
Birigui						9		9	10
Boa Esperança Do Sul						9		9	10
Bocaina						9	9	10	11
Bofete			9 a 10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13 a 14	
Boituva			9 a 10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14
Bom Jesus Dos Perdões		9	10	9	10 a 11	12	9 a 12	13	14
Bom Sucesso De Itararé	18	12	13 + 17	12 a 13 + 18	17	14 a 16	12 a 18		
Borá					9			9	10
Boracéia						9	9	10	
Borborema						9		9	10
Borebi			9	9	10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13
Botucatu			9 a 10	9	10	11 a 12	9 a 11	12	13
Bragança Paulista			9		9 a 11	12	9 a 11	12	13
Braúna						9		9 a 10	
Brejo Alegre						9		9	10
Brodowski									9
Brotas					9		9	10	11
Buri		18	12		12 + 18	13 + 17	12 + 18	13 + 17	14 a 16
Buritama								9	10
Buritizal									9
Cabrália Paulista			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	
Cabreúva		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14
Caçapava		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14
Cachoeira Paulista		9	10 a 11	9	10 a 12	13	9 a 13		14
Caconde						9		9	10
Cafelândia					9		9	10	
Caiabu						9		9	10
Caiuá						9		9	10
Cajobi									9
Cajuru									9
Campina Do Monte Alegre		9 a 10	11	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14 a 16
Campinas			9		9	10 a 11	9 a 10	11	12
Campo Limpo Paulista		9	10		9 a 11	12	9 a 12		13
Campos Do Jordão					9	10	9 a 10	11 a 12	13
Campos Novos Paulista			9		9	10	9	10 a 11	
Canas			9	9	10	11 a 13	9 a 12	13	14
Cândido Mota			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Cândido Rodrigues									9
Canitar			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Capão Bonito	18	12	13 + 17	12 a 13 + 18	17	14 a 16	12 a 14 + 18	15 a 17	
Capela Do Alto			9 a 11		9 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14 a 16
Capivari					9	10 a 11	9 a 10	11	12 a 13

Cardoso									9
Casa Branca								9	10
Cássia Dos Coqueiros									9
Castilho						9		9 a 10	
Catanduva									9
Catiguá									9
Cedral									9
Cerqueira César			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Cerquilho			9 a 10	9	10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14
Cesário Lange						9 a 10	9	10 a 11	12
Charqueada					9	10	9	10 a 11	
Chavantes			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Clementina						9		9 a 10	
Colina									9
Conchal						9	9	10	11
Conchas			9	9	10	11	9 a 11	12	13
Cordeirópolis					9		9	10	11
Coroados						9		9 a 10	
Coronel Macedo		9 a 10	11	9 a 11	12		9 a 12	13	14 a 16
Corumbataí						9	9		10 a 11
Cosmópolis					9	10	9	10 a 11	12
Cosmorama									9
Cravinhos									9
Cristais Paulista									9
Cruzália			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Cruzeiro			9	9	10	11 a 12	9 a 12	13	14
Descalvado						9		9	
Dirce Reis									9
Divinolândia						9		9	10
Dobrada									9
Dois Córregos			9		9	10	9 a 10	11	12
Dourado						9	9	10	11
Dracena			9		9	10	9	10	11
Duartina			9	9		10 a 11	9 a 10	11	12
Dumont									9
Echaporã					9	10	9	10	11
Elias Fausto			9		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13
Elisiário									9
Embaúba									9
Emilianópolis						9		9	10
Engenheiro Coelho						9	9	10	11
Espírito Santo Do Pinhal						9	9	10	11
Espírito Santo Do Turvo					9	10	9	10 a 11	
Estiva Gerbi						9	9	10	11
Estrela Do Norte			9		9	10 a 11	9	10 a 11	
Estrela D'Oeste									9
Euclides Da Cunha Paulista		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	
Fartura		9	10 a 11	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Fernando Prestes									9
Fernandópolis									9
Fernão			9		9	10	9 a 10	11	12
Flora Rica			9		9	10	9	10	11
Floreal									9
Flórida Paulista					9		9	10	11
Florínia		9			9 a 11		9 a 10	11	12
Franca									9
Gabriel Monteiro						9		9 a 10	
Gália			9		9	10	9 a 10	11	12
Garça			9		9	10	9 a 10	11	12
Gastão Vidigal								9	
Gavião Peixoto								9	10
General Salgado								9	
Getulina					9		9	10	11
Glicério						9		9	10
Guaiçara						9		9 a 10	
Guaimbê					9		9	10	11
Guapiaçu									9
Guapiara	18	12	13 + 17	12 a 13 + 18	17	14 a 16	12 a 18		
Guará									9
Guaraçaí					9		9	10	
Guarantã					9		9	10	11
Guararapes						9		9	10
Guaratinguetá			9 a 10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14
Guareí			10		10	11	10	11 a 12	13
Guariba									9
Guatapará									9
Guzolândia								9	
Herculândia			9		9	10	9	10 a 11	12
Holambra					9	10	9	10 a 11	12
Hortolândia					9	10	9	10 a 11	12
Iacanga						9		9 a 10	
Iacri					9	10	9	10	11
Iaras			9		9	10 a 11	9	10 a 11	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ibaté						9		9	10
Ibirá									9
Ibirarema			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Ibitinga						9		9	10
Ibiúna	18	17 + 12	13	12 + 18	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 18	14 a 17	
Iepê			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Igaraçu Do Tietê			9	9		10	9 a 10	11	12
Igarapava								9	10
Igaratá		9	10	9	10 a 11	12	9 a 12	13	14
Ilha Solteira								9	
Indaiatuba			9		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13
Indiana						9		9	10
Inúbia Paulista					9	10	9	10	11
Ipaussu			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Iperó			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13
Ipeúna					9		9	10	11
Ipiguá									9
Ipuã									9
Iracemápolis					9		9	10	11
Irapuã								9	10
Irapuru					9		9	10	11
Itaberá		18	12	18	12 a 13	17	12 + 18	13 a 17	
Itaí		9 a 10	11	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Itajobi									9
Itaju						9		9	10
Itapetininga		9 a 11	12	9 a 11	12	13	9 a 12	13 a 14	15 a 16
Itapeva		18	17 + 12	12 + 18	13	14 a 17	12 a 13 + 18	14 a 17	
Itapira					9	10	9 a 10	11	12
Itápolis								9	10
Itaporanga	9	10 a 11		9 a 11	12	13	9 a 12	13	14 a 16
Itapuí					9		9	10	11
Itapura								9	
Itararé		12 + 18	13 + 17	12 + 18	13	14 a 17	12 a 13 + 18	14 a 17	
Itatiba			9		9 a 11		9 a 11	12	13
Itatinga			9		9 a 10	11	9	10 a 11	12
Itirapina					9		9		10 a 11
Itirapuã									9 a 10
Itobi								9	10
Itu			9 a 10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14
Itupeva			9 a 10		9 a 11	12	9 a 11	12 a 13	
Ituverava									9
Jaboticabal									9
Jacareí		9	10	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14
Jaci									9
Jaguariúna					9	10	9 a 10	11	12
Jales									9
Jardinópolis									9
Jarinu			9 a 10		9 a 11	12	9 a 11	12	13
Jaú					9	10	9	10	11 a 12
Jeriquara									9
Joanópolis			9		9 a 11	12	9 a 12		13
João Ramalho						9	9	10	11
José Bonifácio								9	10
Júlio Mesquita					9	10	9	10	11
Jumirim			9		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13
Jundiaí			9 a 10	9	10 a 11	12	9 a 12	13	14
Junqueirópolis					9		9	10	11
Laranjal Paulista			9		9	10 a 11	9 a 11	12	13
Lavínia						9		9 a 10	
Lavrinhas			9	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14
Leme						9	9		10 a 11
Lençóis Paulista			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13
Limeira					9		9	10	11
Lindóia			9		9	10 a 11	9 a 10	11	12
Lins						9	9	10	
Lorena		9	10 a 11	9	10 a 12	13	9 a 13		14
Lourdes								9	10
Louveira			9		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13
Lucélia					9	10	9	10	11
Lucianópolis			9	9		10 a 11	9 a 10	11 a 12	13
Luís Antônio									9
Luiziânia						9		9 a 10	11
Lupércio			9		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	
Lutécia					9	10	9	10	11
Macatuba			9		9	10	9 a 10	11	12
Macaubal									9
Magda									9
Mairinque		9	10 a 11	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14 a 16
Manduri			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Marabá Paulista			9		9	10	9	10	11
Maracaí			9		9	10 a 11	9 a 10	11	
Marapoama									9
Mariápolis			9		9	10	9	10	11 a 12
Marília			9		9	10	9 a 10	11	12
Marinópolis								9	
Martinópolis					9	10	9	10	11
Matão									9
Mendonça								9	10
Meridiano									9

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Miguelópolis									9
Mineiros Do Tietê			9		9	10	9 a 10	11	12
Mirandópolis						9	9	10	
Mirante Do Paranapanema			9		9	10 a 11	9	10 a 11	
Mirassol									9
Mirassolândia									9
Mococa								9	10
Mogi Guaçu						9	9	10	11
Mogi Mirim					9	10	9	10 a 11	
Mombuca					9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 13
Monções									9
Monte Alegre Do Sul			9		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13
Monte Alto									9
Monte Aprazível									9
Monte Azul Paulista									9
Monte Castelo					9		9	10	
Monte Mor					9	10 a 11	9	10 a 11	12
Monteiro Lobato			9		9 a 10	11	9 a 11	12	13
Morro Agudo									9
Morungaba			9		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	
Motuca									9
Murutinga Do Sul						9		9	10
Nantes			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Narandiba		9			9 a 10	11	9 a 10	11	12
Nazaré Paulista		9	10	9	10 a 11	12	9 a 12	13	14
Neves Paulista									9
Nhandeara									9
Nipoã									9
Nova Aliança								9	
Nova Campina		12 + 18	13 + 17	12 + 18	13	14 a 17	12 a 13 + 18	14 a 17	
Nova Canaã Paulista									9
Nova Castilho								9	
Nova Europa								9	10
Nova Granada									9
Nova Guataporanga					9		9	10	
Nova Independência						9	9	10	
Nova Luzitânia								9	
Nova Odessa					9	10	9	10 a 11	12
Novais									9
Novo Horizonte						9		9	10
Nuporanga									9
Ocauçu			9		9 a 10	11	9 a 11	12	13
Óleo			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Olímpia									9
Oriente			9		9	10	9	10 a 11	12
Orlândia									9
Oscar Bressane					9			9 a 10	11
Osvaldo Cruz					9	10	9	10	11
Ourinhos			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Ouro Verde			9		9	10	9	10	11
Pacaembu					9		9	10	11
Palmares Paulista									9
Palmeira D'Oeste									9
Palmital			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Panorama					9	10	9	10	
Paraguaçu Paulista			9		9	10	9	10	11
Paraíso									9
Paranapanema		9 a 10	11	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Parapuã			9		9	10	9	10	11 a 12
Pardinho			9 a 10	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14
Parisi									9
Patrocínio Paulista									9
Paulicéia					9		9	10	
Paulínia					9	10	9	10 a 11	12
Paulistânia			9	9	10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13
Pederneiras					9	10	9 a 10		11 a 12
Pedra Bela			9		9 a 11		9 a 11	12	13
Pedranópolis									9
Pedregulho								9	10
Pedreira					9	10 a 11	9 a 10	11	12
Pedrinhas Paulista			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Penápolis						9		9 a 10	
Pereira Barreto								9	10
Pereiras			9	9	10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14
Piacatu						9		9 a 10	
Piedade		12 + 17 a 18		12 + 18	13	14 a 17	12 a 13 + 18	14 a 17	
Pilar Do Sul		12 + 17 a 18		12 + 18	13	14 a 17	12 a 13 + 18	14 a 17	
Pindamonhangaba			9		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	
Pindorama									9
Pinhalzinho			9		9 a 11		9 a 11	12	13
Piquerobi						9		9	10
Piquete			9		9	10 a 11	9 a 10	11 a 13	
Piracaia		9	10	9	10 a 11	12	9 a 12	13	14
Piracicaba			9		9	10	9	10 a 11	12
Piraju			9 a 10		9 a 11		9 a 11		12
Pirajuí					9		9	10	11
Pirangi									9
Pirapozinho			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Pirassununga						9		9	10

Piratininga			9	9	10	11	9 a 10	11	12
Pitangueiras									9
Planalto								9	
Platina			9		9	10 a 11	9	10 a 11	
Poloni									9
Pompéia			9		9	10	9	10 a 11	12
Pongaí						9		9 a 10	
Pontal									9
Pontalinda									9
Pontes Gestal									9
Porangaba			9 a 10	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14
Porto Feliz			9 a 10		9 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14
Porto Ferreira								9	
Potim			9		9 a 10	11	9 a 11	12 a 13	
Potirendaba								9	
Pracinha			9		9	10	9	10	11 a 12
Pradópolis									9
Pratânia			9 a 10	9	10	11 a 12	9 a 11	12	13
Presidente Alves					9	10	9	10	11 a 12
Presidente Bernardes			9		9	10	9	10	11
Presidente Epitácio			9		9	10	9	10	11
Presidente Prudente						9		9	10
Presidente Venceslau						9		9	10
Promissão						9		9 a 10	
Quadra			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12
Quatá						9		9	10
Queiroz					9		9	10	11
Queluz			9	9	10	11 a 13	9 a 12	13	14
Quintana			9		9	10	9	10 a 11	12
Rafard			9		9	10 a 11	9 a 10	11	12 a 13
Rancharia			9		9	10	9	10	11
Regente Feijó					9	10	9	10	11
Reginópolis						9	9	10	
Restinga									9
Ribeirão Bonito						9	9		10 a 11
Ribeirão Branco	18	12	13 + 17	12 a 13 + 18	17	14 a 16	12 a 18		
Ribeirão Corrente									9
Ribeirão Do Sul			9		9	10	9	10 a 11	
Ribeirão Dos Índios						9		9	10
Ribeirão Grande	12 + 18		13 + 17	12 a 13 + 18	17	14 a 16	12 a 14 + 18	15 a 17	
Ribeirão Preto									9
Rifaina								9	10
Rincão									9
Rinópolis					9		9	10	11
Rio Claro					9		9		10 a 11
Rio Das Pedras					9	10	9	10 a 11	12
Riversul		18	12		12 + 18	13 + 17	12 + 18	13 a 17	
Rosana		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Roseira			9		9 a 10	11 a 12	9 a 12	13	14
Rubiácea						9		9 a 10	
Rubinéia									9
Sabino						9		9	10
Sagres			9		9	10	9	10	11 a 12
Sales								9	10
Sales Oliveira									9
Salmourão					9		9	10	11
Saltinho			9		9	10	9	10 a 11	12 a 13
Salto			9		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13
Salto De Pirapora		9 a 11		9 a 11	12	13	9 a 13	14	15 a 16
Salto Grande			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Sandovalina			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12
Santa Adélia									9
Santa Bárbara D'Oeste					9	10	9	10 a 11	12
Santa Cruz Da Conceição						9	9		10 a 11
Santa Cruz Da Esperança									9
Santa Cruz Das Palmeiras								9	10
Santa Cruz Do Rio Pardo			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Santa Ernestina									9
Santa Fé Do Sul									9
Santa Gertrudes					9		9	10	11
Santa Lúcia								9	
Santa Maria Da Serra			9		9	10	9 a 10	11	12
Santa Mercedes					9		9	10	
Santa Rita Do Passa Quatro								9	
Santa Rosa De Viterbo									9
Santa Salete									9
Santana Da Ponte Pensa									9
Santo Anastácio					9		9	10	11
Santo Antônio Da Alegria									9
Santo Antônio De Posse					9	10	9 a 10	11	12
Santo Antônio Do Aracanguá								9	10
Santo Antônio Do Jardim						9		9 a 10	11
Santo Antônio Do Pinhal			9		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13
Santo Expedito						9		9	10
Santópolis Do Aguapeí					9			9 a 10	
São Bento Do Sapucaí					9	10	9 a 10	11 a 12	13
São Carlos						9		9	10 a 11
São Francisco									9
São João Da Boa Vista						9		9 a 10	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

São João Das Duas Pontes									9
São João De Iracema									9
São João Do Pau D'Alho					9		9	10	
São Joaquim Da Barra									9
São José Da Bela Vista									9
São José Do Rio Pardo								9	10
São José Do Rio Preto									9
São José Dos Campos		9	10	9	10 a 11	12	9 a 12		13 a 14
São Manuel			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13
São Miguel Arcanjo		12 + 18	13 + 17	12 + 18	13	14 a 17	12 a 13 + 18	14 a 17	
São Pedro					9	10	9	10 a 11	12
São Pedro Do Turvo			9		9	10	9	10 a 11	
São Roque		18	17		18	17 + 12	12	13 + 18	14 a 17
São Sebastião Da Grama						9		9	10
São Simão									9
Sarapuí		18	17 + 12		12 + 18	13 + 17	12 a 13	14 a 18	
Sarutaiá		9	10		9 a 11		9 a 11		12
Sebastianópolis Do Sul									9
Serra Azul									9
Serra Negra			9		9	10 a 11	9 a 10	11	12
Serrana									9
Sertãozinho									9
Socorro			9		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13
Sorocaba			9 a 11		9 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14 a 16
Sud Mennucci								9	
Sumaré					9	10	9	10 a 11	12
Suzanápolis									9
Tabapuã									9
Tabatinga								9	10
Taciba			9		9 a 10		9 a 10	11	
Taguaí		9 a 10	11	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Taiaçu									9
Taiúva									9
Tambaú								9	
Tanabi									9
Tapiraí	12 + 18	17	13	12 a 13 + 18	17	14 a 16	12 a 14 + 18	15 a 17	
Tapiratiba								9	10
Taquaral									9
Taquaritinga									9
Taquarituba		9 a 10	11	9	10 a 11	12	9 a 12		13 a 16
Taquarivaí		18	12	18	12 a 13	14 a 17	12 a 13 + 18	14 a 17	
Tarabai			9		9	10	9	10	11
Tarumã			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Tatuí			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13
Taubaté		9	10	9	10 a 11	12	9 a 12	13	14
Tejupá		9	10	9	10 a 11		9 a 11	12	13
Teodoro Sampaio		9	10	9	10	11	9 a 10	11	12
Tietê			9		9	10 a 12	9 a 11	12	13
Timburi		9	10		9 a 11		9 a 11		12
Torre De Pedra			9 a 10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 11	12 a 14	
Torrinha					9	10	9	10 a 11	12
Trabiju						9		9	10
Tremembé			9		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13
Três Fronteiras									9
Tuiuti			9		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13
Tupã			9		9	10	9	10 a 11	12
Tupi Paulista					9		9	10	
Turiúba								9	
Ubarana								9	10
Ubirajara						9 a 10		9 a 10	11
Uchoa									9
União Paulista									9
Urânia									9
Uru						9		9 a 10	
Urupês								9	
Valentim Gentil									9
Valinhos			9		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13
Valparaíso						9		9 a 10	
Vargem			9	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Vargem Grande Do Sul								9	10
Várzea Paulista		9	10		9 a 11	12	9 a 12	13	
Vera Cruz			9		9	10	9 a 10	11	12
Vinhedo			9		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13
Viradouro									9
Vista Alegre Do Alto									9
Votorantim		9 a 10	11	9	10 a 12		9 a 12	13	14 a 16
Votuporanga									9
Zacarias								9	10

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Adamantina					9		9	10	11
Adolfo								9	10
Aguaí						9		9	10
Águas Da Prata						9		9	10

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Águas De Lindóia					9	10 a 11	9 a 10	11	12
Águas De Santa Bárbara			9		9	10 a 11	9	10 a 11	
Águas De São Pedro					9	10	9	10 a 11	12
Agudos			9	9	10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13
Alambari		9 a 10	11	9	10 a 11	12	9 a 12	13	14 a 16
Alfredo Marcondes						9		9	10
Altinópolis									9
Alto Alegre						9		9 a 10	11
Alumínio		9	10 a 11		9 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14 a 16
Álvares Florence									9
Álvares Machado					9	10	9	10	11
Álvaro De Carvalho			9		9	10	9	10	11 a 12
Alvinlândia			9		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	
Americana					9	10	9	10 a 11	12
Américo Brasiliense								9	
Américo De Campos									9
Amparo			9		9	10 a 11	9 a 10	11	12
Analândia						9	9		10 a 11
Andradina						9		9	10
Angatuba			9 a 10		9 a 11		9 a 11	12	13
Anhembi			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13
Anhumas			9		9	10	9	10 a 11	
Aparecida			9		9 a 10	11 a 12	9 a 12	13	14
Aparecida D'Oeste									9
Araçariguama			9 a 10		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13
Araçatuba						9		9	10
Araçoiaba Da Serra		9 a 10	11	9 a 10	11	12	9 a 12	13	14 a 16
Aramina									9
Arandu			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Araraquara								9	10
Araras						9	9	10	11
Arco-Íris					9		9	10	11
Arealva					9		9	10	
Areiópolis			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	
Ariranha									9
Artur Nogueira					9	10	9	10 a 11	
Assis			9		9	10 a 11	9	10 a 11	
Atibaia		9	10	9	10 a 11	12	9 a 12	13	
Auriflama								9	
Avaí					9	10	9 a 10		11 a 12
Avanhandava						9		9 a 10	
Avaré			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Bady Bassitt									9
Balbinos						9	9	10	
Bálsamo									9
Barão De Antonina		9 a 10	11	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13
Barbosa						9		9	10
Bariri						9		9 a 10	
Barra Bonita			9		9	10	9 a 10		11 a 12
Barrinha									9
Bastos			9		9	10	9	10	11 a 12
Batatais									9
Bauru					9	10	9 a 10		11 a 12
Bebedouro									9
Bento De Abreu						9		9 a 10	
Bernardino De Campos			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Bilac						9		9 a 10	
Birigui						9		9	10
Boa Esperança Do Sul						9		9	10
Bocaina						9	9	10	11
Bofete			9 a 10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13 a 14	
Boituva			9 a 10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14
Bom Jesus Dos Perdões		9	10	9	10 a 11	12	9 a 12	13	14
Bom Sucesso De Itararé	18	12	13 + 17	12 a 13 + 18	17	14 a 16	12 a 18		
Borá					9			9	10
Boracéia						9	9	10	
Borborema						9		9	10
Borebi			9	9	10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13
Botucatu			9 a 10	9	10	11 a 12	9 a 11	12	13
Bragança Paulista			9		9 a 11	12	9 a 11	12	13

Braúna						9		9 a 10	
Brejo Alegre						9		9	10
Brodowski									9
Brotas					9		9	10	11
Buri		18	12		12 + 18	13 + 17	12 + 18	13 + 17	14 a 16
Buritama								9	10
Buritizal									9
Cabrália Paulista			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	
Cabreúva		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14
Caçapava		9	10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14
Cachoeira Paulista		9	10 a 11	9	10 a 12	13	9 a 13		14
Caconde						9		9	10
Cafelândia					9		9	10	
Caiabu						9		9	10
Caiuá						9		9	10
Cajobi									9
Cajuru									9
Campina Do Monte Alegre		9 a 10	11	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14 a 16
Campinas			9		9	10 a 11	9 a 10	11	12
Campo Limpo Paulista		9	10		9 a 11	12	9 a 12		13
Campos Do Jordão					9	10	9 a 10	11 a 12	13
Campos Novos Paulista			9		9	10	9	10 a 11	
Canas			9	9	10	11 a 13	9 a 12	13	14
Cândido Mota			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Cândido Rodrigues									9
Canitar			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Capão Bonito	18	12	13 + 17	12 a 13 + 18	17	14 a 16	12 a 14 + 18	15 a 17	
Capela Do Alto			9 a 11		9 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14 a 16
Capivari					9	10 a 11	9 a 10	11	12 a 13
Cardoso									9
Casa Branca								9	10
Cássia Dos Coqueiros									9
Castilho						9		9 a 10	
Catanduva									9
Catiguá									9
Cedral									9
Cerqueira César			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Cerquilho			9 a 10	9	10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14
Cesário Lange						9 a 10	9	10 a 11	12
Charqueada					9	10	9	10 a 11	
Chavantes			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Clementina						9		9 a 10	
Colina									9
Conchal						9	9	10	11
Conchas			9	9	10	11	9 a 11	12	13
Cordeirópolis					9		9	10	11
Coroados						9		9 a 10	
Coronel Macedo		9 a 10	11	9 a 11	12		9 a 12	13	14 a 16
Corumbataí						9	9		10 a 11
Cosmópolis					9	10	9	10 a 11	12
Cosmorama									9
Cravinhos									9
Cristais Paulista									9
Cruzália			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Cruzeiro			9	9	10	11 a 12	9 a 12	13	14
Descalvado						9		9	
Dirce Reis									9
Divinolândia						9		9	10
Dobrada									9
Dois Córregos			9		9	10	9 a 10	11	12
Dourado						9	9	10	11
Dracena			9		9	10	9	10	11
Duartina			9	9		10 a 11	9 a 10	11	12
Dumont									9
Echaporã					9	10	9	10	11
Elias Fausto			9		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13
Elisiário									9
Embaúba									9
Emilianópolis						9		9	10
Engenheiro Coelho						9	9	10	11
Espírito Santo Do Pinhal						9	9	10	11
Espírito Santo Do Turvo					9	10	9	10 a 11	
Estiva Gerbi						9	9	10	11
Estrela Do Norte			9		9	10 a 11	9	10 a 11	
Estrela D'Oeste									9
Euclides Da Cunha Paulista		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	
Fartura		9	10 a 11	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Fernando Prestes									9
Fernandópolis									9
Fernão			9		9	10	9 a 10	11	12
Flora Rica			9		9	10	9	10	11
Floreal									9
Flórida Paulista					9		9	10	11
Florínia		9			9 a 11		9 a 10	11	12
Franca									9
Gabriel Monteiro						9		9 a 10	
Gália			9		9	10	9 a 10	11	12
Garça			9		9	10	9 a 10	11	12
Gastão Vidigal								9	

Gavião Peixoto								9	10
General Salgado								9	
Getulina					9		9	10	11
Glicério						9		9	10
Guaiçara						9		9 a 10	
Guaimbê					9		9	10	11
Guapiaçu									9
Guapiara	18	12	13 + 17	12 a 13 + 18	17	14 a 16	12 a 18		
Guará									9
Guaraçaí					9		9	10	
Guarantã					9		9	10	11
Guararapes						9		9	10
Guaratinguetá			9 a 10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14
Guareí			10		10	11	10	11 a 12	13
Guariba									9
Guatapará									9
Guzolândia								9	
Herculândia			9		9	10	9	10 a 11	12
Holambra					9	10	9	10 a 11	12
Hortolândia					9	10	9	10 a 11	12
Iacanga						9		9 a 10	
Iacri					9	10	9	10	11
Iaras			9		9	10 a 11	9	10 a 11	
Ibaté						9		9	10
Ibirá									9
Ibirarema			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Ibitinga						9		9	10
Ibiúna	18	17 + 12	13	12 + 18	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 18	14 a 17	
Iepê			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Igaraçu Do Tietê			9	9		10	9 a 10	11	12
Igarapava								9	10
Igaratá		9	10	9	10 a 11	12	9 a 12	13	14
Ilha Solteira								9	
Indaiatuba			9		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13
Indiana						9		9	10
Inúbia Paulista					9	10	9	10	11
Ipaussu			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Iperó			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13
Ipeúna					9		9	10	11
Ipiguá									9
Ipuã									9
Iracemápolis					9		9	10	11
Irapuã								9	10
Irapuru					9		9	10	11
Itaberá		18	12	18	12 a 13	17	12 + 18	13 a 17	
Itaí		9 a 10	11	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Itajobi									9
Itaju						9		9	10
Itapetininga		9 a 11	12	9 a 11	12	13	9 a 12	13 a 14	15 a 16
Itapeva		18	17 + 12	12 + 18	13	14 a 17	12 a 13 + 18	14 a 17	
Itapira					9	10	9 a 10	11	12
Itápolis								9	10
Itaporanga	9	10 a 11		9 a 11	12	13	9 a 12	13	14 a 16
Itapuí					9		9	10	11
Itapura								9	
Itararé		12 + 18	13 + 17	12 + 18	13	14 a 17	12 a 13 + 18	14 a 17	
Itatiba			9		9 a 11		9 a 11	12	13
Itatinga			9		9 a 10	11	9	10 a 11	12
Itirapina					9		9		10 a 11
Itirapuã									9 a 10
Itobi								9	10
Itu			9 a 10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14
Itupeva			9 a 10		9 a 11	12	9 a 11	12 a 13	
Ituverava									9
Jaboticabal									9
Jacareí		9	10	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14
Jaci									9
Jaguariúna					9	10	9 a 10	11	12
Jales									9
Jardinópolis									9
Jarinu			9 a 10		9 a 11	12	9 a 11	12	13
Jaú					9	10	9	10	11 a 12
Jeriquara									9
Joanópolis			9		9 a 11	12	9 a 12		13
João Ramalho						9	9	10	11
José Bonifácio								9	10
Júlio Mesquita					9	10	9	10	11
Jumirim			9		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13
Jundiaí			9 a 10	9	10 a 11	12	9 a 12	13	14
Junqueirópolis					9		9	10	11
Laranjal Paulista			9		9	10 a 11	9 a 11	12	13
Lavínia						9		9 a 10	
Lavrinhas			9	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14
Leme						9	9		10 a 11
Lençóis Paulista			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13
Limeira					9		9	10	11
Lindóia			9		9	10 a 11	9 a 10	11	12
Lins						9	9	10	
Lorena		9	10 a 11	9	10 a 12	13	9 a 13		14

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lourdes								9	10
Louveira			9		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13
Lucélia					9	10	9	10	11
Lucianópolis			9	9		10 a 11	9 a 10	11 a 12	13
Luís Antônio									9
Luiziânia						9		9 a 10	11
Lupércio			9		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	
Lutécia					9	10	9	10	11
Macatuba			9		9	10	9 a 10	11	12
Macaubal									9
Magda									9
Mairinque		9	10 a 11	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14 a 16
Manduri			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Marabá Paulista			9		9	10	9	10	11
Maracaí			9		9	10 a 11	9 a 10	11	
Marapoama									9
Mariápolis			9		9	10	9	10	11 a 12
Marília			9		9	10	9 a 10	11	12
Marinópolis								9	
Martinópolis					9	10	9	10	11
Matão									9
Mendonça								9	10
Meridiano									9
Miguelópolis									9
Mineiros Do Tietê			9		9	10	9 a 10	11	12
Mirandópolis						9	9	10	
Mirante Do Paranapanema			9		9	10 a 11	9	10 a 11	
Mirassol									9
Mirassolândia									9
Mococa								9	10
Mogi Guaçu						9	9	10	11
Mogi Mirim					9	10	9	10 a 11	
Mombuca					9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 13
Monções									9
Monte Alegre Do Sul			9		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13
Monte Alto									9
Monte Aprazível									9
Monte Azul Paulista									9
Monte Castelo					9		9	10	
Monte Mor					9	10 a 11	9	10 a 11	12
Monteiro Lobato			9		9 a 10	11	9 a 11	12	13
Morro Agudo									9
Morungaba			9		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	
Motuca									9
Murutinga Do Sul						9		9	10
Nantes			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Narandiba		9			9 a 10	11	9 a 10	11	12
Nazaré Paulista		9	10	9	10 a 11	12	9 a 12	13	14
Neves Paulista									9
Nhandeara									9
Nipoã									9
Nova Aliança								9	
Nova Campina		12 + 18	13 + 17	12 + 18	13	14 a 17	12 a 13 + 18	14 a 17	
Nova Canaã Paulista									9
Nova Castilho								9	
Nova Europa								9	10
Nova Granada									9
Nova Guataporanga					9		9	10	
Nova Independência						9	9	10	
Nova Luzitânia								9	
Nova Odessa					9	10	9	10 a 11	12
Novais									9
Novo Horizonte						9		9	10
Nuporanga									9
Ocauçu			9		9 a 10	11	9 a 11	12	13
Óleo			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Olímpia									9
Oriente			9		9	10	9	10 a 11	12
Orlândia									9
Oscar Bressane					9			9 a 10	11
Osvaldo Cruz					9	10	9	10	11
Ourinhos			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Ouro Verde			9		9	10	9	10	11
Pacaembu					9		9	10	11
Palmares Paulista									9
Palmeira D'Oeste									9
Palmital			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Panorama					9	10	9	10	
Paraguaçu Paulista			9		9	10	9	10	11
Paraíso									9
Paranapanema		9 a 10	11	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Parapuã			9		9	10	9	10	11 a 12
Pardinho			9 a 10	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14
Parisi									9
Patrocínio Paulista									9
Paulicéia					9		9	10	
Paulínia					9	10	9	10 a 11	12
Paulistânia			9	9	10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13
Pederneiras					9	10	9 a 10		11 a 12

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Pedra Bela			9		9 a 11		9 a 11	12	13
Pedranópolis									9
Pedregulho								9	10
Pedreira					9	10 a 11	9 a 10	11	12
Pedrinhas Paulista			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Penápolis						9		9 a 10	
Pereira Barreto								9	10
Pereiras			9	9	10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14
Piacatu						9		9 a 10	
Piedade		12 + 17 a 18		12 + 18	13	14 a 17	12 a 13 + 18	14 a 17	
Pilar Do Sul		12 + 17 a 18		12 + 18	13	14 a 17	12 a 13 + 18	14 a 17	
Pindamonhangaba			9		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	
Pindorama									9
Pinhalzinho			9		9 a 11		9 a 11	12	13
Piquerobi						9		9	10
Piquete			9		9	10 a 11	9 a 10	11 a 13	
Piracaia		9	10	9	10 a 11	12	9 a 12	13	14
Piracicaba			9		9	10	9	10 a 11	12
Piraju			9 a 10		9 a 11		9 a 11		12
Pirajuí					9		9	10	11
Pirangi									9
Pirapozinho			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Pirassununga						9		9	10
Piratininga			9	9	10	11	9 a 10	11	12
Pitangueiras									9
Planalto								9	
Platina			9		9	10 a 11	9	10 a 11	
Poloni									9
Pompéia			9		9	10	9	10 a 11	12
Pongaí						9		9 a 10	
Pontal									9
Pontalinda									9
Pontes Gestal									9
Porangaba			9 a 10	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14
Porto Feliz			9 a 10		9 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14
Porto Ferreira								9	
Potim			9		9 a 10	11	9 a 11	12 a 13	
Potirendaba								9	
Pracinha			9		9	10	9	10	11 a 12
Pradópolis									9
Pratânia			9 a 10	9	10	11 a 12	9 a 11	12	13
Presidente Alves					9	10	9	10	11 a 12
Presidente Bernardes			9		9	10	9	10	11
Presidente Epitácio			9		9	10	9	10	11
Presidente Prudente						9		9	10
Presidente Venceslau						9		9	10
Promissão						9		9 a 10	
Quadra			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12
Quatá						9		9	10
Queiroz					9		9	10	11
Queluz			9	9	10	11 a 13	9 a 12	13	14
Quintana			9		9	10	9	10 a 11	12
Rafard			9		9	10 a 11	9 a 10	11	12 a 13
Rancharia			9		9	10	9	10	11
Regente Feijó					9	10	9	10	11
Reginópolis						9	9	10	
Restinga									9
Ribeirão Bonito						9	9		10 a 11
Ribeirão Branco	18	12	13 + 17	12 a 13 + 18	17	14 a 16	12 a 18		
Ribeirão Corrente									9
Ribeirão Do Sul			9		9	10	9	10 a 11	
Ribeirão Dos Índios						9		9	10
Ribeirão Grande	12 + 18		13 + 17	12 a 13 + 18	17	14 a 16	12 a 14 + 18	15 a 17	
Ribeirão Preto									9
Rifaina								9	10
Rincão									9
Rinópolis					9		9	10	11
Rio Claro					9		9		10 a 11
Rio Das Pedras					9	10	9	10 a 11	12
Riversul		18	12		12 + 18	13 + 17	12 + 18	13 a 17	
Rosana		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Roseira			9		9 a 10	11 a 12	9 a 12	13	14
Rubiácea						9		9 a 10	
Rubinéia									9
Sabino						9		9	10
Sagres			9		9	10	9	10	11 a 12
Sales								9	10
Sales Oliveira									9
Salmourão					9		9	10	11
Saltinho			9		9	10	9	10 a 11	12 a 13
Salto			9		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13
Salto De Pirapora		9 a 11		9 a 11	12	13	9 a 13	14	15 a 16
Salto Grande			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Sandovalina			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12
Santa Adélia									9
Santa Bárbara D'Oeste					9	10	9	10 a 11	12
Santa Cruz Da Conceição						9	9		10 a 11
Santa Cruz Da Esperança									9
Santa Cruz Das Palmeiras								9	10

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Santa Cruz Do Rio Pardo			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Santa Ernestina									9
Santa Fé Do Sul									9
Santa Gertrudes					9		9	10	11
Santa Lúcia								9	
Santa Maria Da Serra			9		9	10	9 a 10	11	12
Santa Mercedes					9		9	10	
Santa Rita Do Passa Quatro								9	
Santa Rosa De Viterbo									9
Santa Salete									9
Santana Da Ponte Pensa									9
Santo Anastácio					9		9	10	11
Santo Antônio Da Alegria									9
Santo Antônio De Posse					9	10	9 a 10	11	12
Santo Antônio Do Aracanguá								9	10
Santo Antônio Do Jardim						9		9 a 10	11
Santo Antônio Do Pinhal			9		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13
Santo Expedito						9		9	10
Santópolis Do Aguapeí					9			9 a 10	
São Bento Do Sapucaí					9	10	9 a 10	11 a 12	13
São Carlos						9		9	10 a 11
São Francisco									9
São João Da Boa Vista						9		9 a 10	
São João Das Duas Pontes									9
São João De Iracema									9
São João Do Pau D'Alho					9		9	10	
São Joaquim Da Barra									9
São José Da Bela Vista									9
São José Do Rio Pardo								9	10
São José Do Rio Preto									9
São José Dos Campos		9	10	9	10 a 11	12	9 a 12		13 a 14
São Manuel			9	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13
São Miguel Arcanjo		12 + 18	13 + 17	12 + 18	13	14 a 17	12 a 13 + 18	14 a 17	
São Pedro					9	10	9	10 a 11	12
São Pedro Do Turvo			9		9	10	9	10 a 11	
São Roque		18	17		18	17 + 12	12	13 + 18	14 a 17
São Sebastião Da Grama						9		9	10
São Simão									9
Sarapuí		18	17 + 12		12 + 18	13 + 17	12 a 13	14 a 18	
Sarutaiá		9	10		9 a 11		9 a 11		12
Sebastianópolis Do Sul									9
Serra Azul									9
Serra Negra			9		9	10 a 11	9 a 10	11	12
Serrana									9
Sertãozinho									9
Socorro			9		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13
Sorocaba			9 a 11		9 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14 a 16
Sud Mennucci								9	
Sumaré					9	10	9	10 a 11	12
Suzanápolis									9
Tabapuã									9
Tabatinga								9	10
Taciba			9		9 a 10		9 a 10	11	
Taguaí		9 a 10	11	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Taiaçu									9
Taiúva									9
Tambaú								9	
Tanabi									9
Tapiraí	12 + 18	17	13	12 a 13 + 18	17	14 a 16	12 a 14 + 18	15 a 17	
Tapiratiba								9	10
Taquaral									9
Taquaritinga									9
Taquarituba		9 a 10	11	9	10 a 11	12	9 a 12		13 a 16
Taquarivaí		18	12	18	12 a 13	14 a 17	12 a 13 + 18	14 a 17	
Tarabai			9		9	10	9	10	11
Tarumã			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Tatuí			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13
Taubaté		9	10	9	10 a 11	12	9 a 12	13	14
Tejupá		9	10	9	10 a 11		9 a 11	12	13
Teodoro Sampaio		9	10	9	10	11	9 a 10	11	12
Tietê			9		9	10 a 12	9 a 11	12	13
Timburi		9	10		9 a 11		9 a 11		12
Torre De Pedra			9 a 10	9	10 a 11	12 a 13	9 a 11	12 a 14	
Torrinha					9	10	9	10 a 11	12
Trabiju						9		9	10
Tremembé			9		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13
Três Fronteiras									9
Tuiuti			9		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13
Tupã			9		9	10	9	10 a 11	12
Tupi Paulista					9		9	10	
Turiúba								9	
Ubarana								9	10
Ubirajara						9 a 10		9 a 10	11
Uchoa									9
União Paulista									9

Urânia									9
Uru						9		9 a 10	
Urupês								9	
Valentim Gentil									9
Valinhos			9		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13
Valparaíso						9		9 a 10	
Vargem			9	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Vargem Grande Do Sul								9	10
Várzea Paulista		9	10		9 a 11	12	9 a 12	13	
Vera Cruz			9		9	10	9 a 10	11	12
Vinhedo			9		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13
Viradouro									9
Vista Alegre Do Alto									9
Votorantim		9 a 10	11	9	10 a 12		9 a 12	13	14 a 16
Votuporanga									9
Zacarias								9	10

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Adamantina									9
Aguaí									9
Águas Da Prata									9
Águas De Lindóia						9		9	10
Águas De Santa Bárbara			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12
Águas De São Pedro									9 a 10
Agudos					9	10	9	10	11
Alambari			9 a 11		9 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14
Alfredo Marcondes						9		9	10
Alto Alegre									9
Alumínio			9 a 11		9 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14
Álvares Machado			9		9	10	9	10	11
Álvaro De Carvalho						9		9	10
Alvinlândia						9		9 a 10	11
Americana									9
Amparo						9 a 10		9	10
Angatuba			9 a 11		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13
Anhembi						9 a 10	9		10 a 11
Anhumas			9		9	10	9	10	11
Aparecida						9 a 10	9	10 a 11	12
Araçariguama			9 a 10		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13
Araçoiaba Da Serra			9 a 11	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14
Arandu			9		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13
Araras									9
Arco-Íris									9
Arealva									9
Areiópolis						9		9	10 a 11
Artur Nogueira									9
Assis			9		9	10	9	10 a 11	12
Atibaia					9	10	9	10 a 11	12
Avaí								9	
Avaré			9		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13
Balbinos									9
Barão De Antonina		9 a 10	11	9	10 a 11	12	9 a 12	13	
Barra Bonita								9	10
Bastos						9		9	
Bauru								9	
Bernardino De Campos			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13
Bofete			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12
Boituva			9			9 a 11	9	10 a 11	12
Bom Jesus Dos Perdões			9		9	10	9 a 10	11	12
Bom Sucesso De Itararé	12	18	13	12 a 13	18	14 a 17	12 a 14 + 18		15 a 17
Borá						9		9	10
Boracéia									9
Borebi						9 a 10	9	10	11
Botucatu						9 a 10	9	10 a 11	
Bragança Paulista						9 a 10		9 a 10	11
Brotas									9
Buri			12 + 18		12 a 13 + 18		12 a 13	14 + 18	15 a 17
Cabrália Paulista						9 a 10		9 a 10	11
Cabreúva			9		9 a 10	11	9	10 a 11	12
Caçapava			9		9	10 a 11	9 a 10	11	12
Cachoeira Paulista			9		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13 a 15
Caconde									9
Cafelândia									9

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Caiabu						9		9	10
Caiuá						9	9		10 a 11
Campina Do Monte Alegre			9 a 12	9	10 a 12	13	9 a 12	13	14
Campinas						9		9	10
Campo Limpo Paulista					9	10	9	10 a 11	12
Campos Do Jordão						9		9	10 a 11
Campos Novos Paulista			9		9	10	9	10	11 a 12
Canas					9	10	9	10 a 11	12
Cândido Mota			9		9	10 a 11	9	10 a 12	
Canitar			9 a 10		9 a 10	11	9	10 a 12	
Capão Bonito	12	18	13	12 a 13	18	14 a 17	12 a 14	18	15 a 17
Capela Do Alto			9 a 11		9 a 11	12	9 a 11	12 a 13	
Capivari						9		9	10
Cerqueira César			9		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	
Cerquilho						9 a 10	9	10 a 11	12
Cesário Lange			9			9 a 10	9	10 a 11	12
Charqueada									9
Chavantes			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	
Conchal									9
Conchas						9 a 10		9 a 10	11
Cordeirópolis									9
Coronel Macedo		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14
Cosmópolis									9
Cruzália			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12
Cruzeiro						9 a 10	9	10 a 11	12
Divinolândia									9
Dois Córregos								9	10
Dracena								9	
Duartina						9		9	10 a 11
Echaporã					9	10		9 a 10	11 a 12
Elias Fausto						9		9	10 a 11
Emilianópolis						9		9	10
Engenheiro Coelho									9
Espírito Santo Do Pinhal									9
Espírito Santo Do Turvo						9 a 11	9	10	11 a 12
Estiva Gerbi									9
Estrela Do Norte			9		9	10	9	10 a 11	12
Euclides Da Cunha Paulista		9	10	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Fartura			9 a 11		9 a 11	12	9 a 12		13
Fernão						9		9	10
Flora Rica								9	
Flórida Paulista									9
Florínia		9	10		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	
Gália						9		9	10
Garça						9		9	10
Getulina									9
Guaiçara									9
Guaimbê								9	
Guapiara	12	18	17 + 13	12 a 13	18	14 a 17	12 a 14	18	15 a 17
Guaraçaí									9
Guarantã									9
Guaratinguetá					9	10	9	10 a 11	12
Guareí						10 a 11	10	11 a 12	13
Herculândia						9		9	
Holambra									9 a 10
Hortolândia								9	10
Iacri									9
Iaras					9	10 a 11	9	10 a 11	12
Ibirarema			9		9	10 a 11	9	10 a 12	
Ibiúna		12 + 18	13	12	13 + 18	14 a 17	12 a 14	18	15 a 17
Iepê			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12
Igaraçu Do Tietê						9		9	10 a 11
Igaratá			9		9 a 10	11	9 a 10	11	12
Indaiatuba						9 a 10		9 a 10	11
Indiana						9		9	10 a 11
Inúbia Paulista								9	
Ipaussu			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	
Iperó			9		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13
Ipeúna									9
Iracemápolis									9
Irapuru									9
Itaberá		12	18	12	13 + 18	17	12 a 13	14 + 18	15 a 17
Itaí			9 a 11	9	10 a 11	12	9 a 12	13	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Itapetininga		9 a 11	12	9	10 a 12	13	9 a 12	13	14 a 16
Itapeva		12 + 18	13	12	13 + 18	17	12 a 13	14 + 18	15 a 17
Itapira									9 a 10
Itaporanga		9 a 11	12	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14
Itapuí									9
Itararé		12 + 18	13	12	13 + 18	14 a 17	12 a 13	14 + 18	15 a 17
Itatiba						9 a 10		9 a 10	11
Itatinga			9		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13
Itirapina									9
Itu			9			9 a 11	9	10 a 11	12
Itupeva						9 a 10		9 a 11	12
Jacareí			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11	12 a 13
Jaguariúna								9	10
Jarinu					9	10		9 a 10	11
Jaú									9
Joanópolis						9 a 10	9	10	11
João Ramalho			9		9			9 a 10	11
Júlio Mesquita								9	
Jumirim						9 a 10		9 a 10	11
Jundiaí			9		9	10	9	10 a 11	12
Junqueirópolis									9
Laranjal Paulista						9 a 10		9	10 a 11
Lavrinhas					9	10	9	10 a 11	12
Lençóis Paulista						9 a 10	9	10	11
Limeira									9
Lindóia						9		9	10
Lins									9
Lorena			9		9	10 a 11	9 a 10	11	12 a 15
Louveira						9 a 10		9 a 10	11
Lucélia									9
Lucianópolis						9 a 10		9 a 10	11
Luiziânia									9
Lupércio						9		9 a 10	11
Lutécia					9			9 a 10	11
Macatuba						9		9	10
Mairinque			9 a 11		9 a 11	12	9 a 12	13	14
Manduri			9		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	
Marabá Paulista			9		9	10	9	10	11
Maracaí			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12
Mariápolis								9	
Marília						9		9	10
Martinópolis			9		9	10	9	10	11
Mineiros Do Tietê						9		9	10
Mirante Do Paranapanema			9		9	10	9	10 a 11	12
Mogi Guaçu									9
Mogi Mirim									9
Mombuca								9	10
Monte Alegre Do Sul						9 a 10		9	10
Monte Castelo									9
Monte Mor								9	10
Monteiro Lobato						9 a 10		9 a 10	11
Morungaba						9		9	10 a 11
Nantes			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12
Narandiba			9 a 10		9 a 10	11	9	10 a 11	12
Nazaré Paulista			9		9	10	9 a 10	11	12
Nova Campina		12 + 18	13	12 a 13	18	14 a 17	12 a 13	14 + 18	15 a 17
Nova Guataporanga									9
Nova Odessa									9 a 10
Ocauçu					9	10		9 a 10	11
Óleo			9		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	
Oriente						9		9	10
Oscar Bressane						9		9	10 a 11
Osvaldo Cruz								9	
Ourinhos			9		9 a 10	11	9	10 a 12	
Ouro Verde								9	
Pacaembu									9
Palmital			9		9	10 a 11	9	10 a 12	
Panorama								9	
Paraguaçu Paulista			9		9	10		9 a 10	11
Paranapanema			9 a 11		9 a 11	12	9 a 11	12 a 13	
Parapuã								9	
Pardinho			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12
Paulicéia									9

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Paulínia								9	10
Paulistânia						9 a 10	9	10	11
Pederneiras								9	
Pedra Bela						9 a 10		9 a 10	11
Pedreira						9		9	10
Pedrinhas Paulista			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	
Pereiras						9 a 10	9	10 a 11	12
Piedade		12 + 18	13	12	13 + 18	17	12 a 13	14 + 18	15 a 17
Pilar Do Sul		12 + 18	13	12	13 + 18	14 a 17	12 a 13	14 + 18	15 a 17
Pindamonhangaba						9 a 10		9 a 10	11
Pinhalzinho						9 a 10		9 a 10	11
Piquerobi					9		9		10 a 11
Piquete						9		9 a 10	11
Piracaia					9	10	9	10	11
Piracicaba								9	10
Piraju			9 a 10		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13
Pirajuí									9
Pirapozinho			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12
Piratininga						9		9	10 a 11
Platina			9		9	10	9	10 a 11	12
Pompéia						9		9	10
Pongaí									9
Porangaba						9 a 10	9	10 a 11	12
Porto Feliz			9			9 a 11	9	10 a 11	12
Potim						9	9	10	11
Pracinha								9	
Pratânia						9 a 10	9	10 a 11	
Presidente Alves								9	
Presidente Bernardes			9		9	10	9	10	11
Presidente Epitácio			9		9	10	9	10	11
Presidente Prudente					9			9 a 10	11
Presidente Venceslau						9	9		10 a 11
Promissão									9
Quadra			9		9	10 a 11	9	10 a 12	
Quatá						9		9	10 a 11
Queiroz									9
Queluz					9	10	9	10 a 11	12
Quintana						9		9	10
Rafard						9		9	10 a 11
Rancharia			9		9	10	9	10	11
Regente Feijó					9	10	9	10	11
Reginópolis									9
Ribeirão Branco	12	18	17 + 13	12 a 13	18	14 a 17	12 a 14 + 18	15 a 17	
Ribeirão Do Sul			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12
Ribeirão Dos Índios						9		9	10
Ribeirão Grande	12	13 + 18	17	12 a 13	18	14 a 17	12 a 14 + 18	15 a 17	
Rinópolis									9
Rio Claro									9
Rio Das Pedras									9 a 10
Riversul		12	18		12 a 13	18	12 a 13	18	14 a 17
Rosana		9	10 a 11	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13
Roseira						9 a 10	9	10 a 11	12
Sagres								9	
Salmourão									9
Saltinho								9	10
Salto						9 a 10		9 a 10	11
Salto De Pirapora		9 a 11	12	9	10 a 12	13	9 a 12	13 a 14	
Salto Grande			9		9	10 a 11	9	10 a 12	
Sandovalina			9		9	10	9	10 a 11	12
Santa Bárbara D'Oeste									9 a 10
Santa Cruz Do Rio Pardo			9		9	10 a 11	9	10 a 12	
Santa Gertrudes									9
Santa Maria Da Serra						9		9	10
Santa Mercedes									9
Santo Anastácio					9	10	9	10	11
Santo Antônio De Posse								9	10
Santo Antônio Do Jardim									9
Santo Antônio Do Pinhal						9		9 a 10	11
Santo Expedito						9		9	10
Santópolis Do Aguapeí									9
São Bento Do Sapucaí						9		9	10 a 11
São João Da Boa Vista									9
São João Do Pau D'Alho									9

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

São José Dos Campos					9	10	9	10 a 11	
São Manuel						9 a 10		9	10 a 11
São Miguel Arcanjo		12 + 18	13	12 a 13	18	14 a 17	12 a 14	18	15 a 17
São Pedro								9	10
São Pedro Do Turvo			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12
São Roque			18			12 + 18	12	13	14 + 18
São Sebastião Da Grama									9
Sarapuí			12 + 18		12 a 13	18	12 a 13	14 + 18	15 a 17
Sarutaiá			9 a 10		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13
Serra Negra						9		9	10
Socorro						9 a 10		9	10
Sorocaba			9 a 11		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13
Sumaré									9 a 10
Taciba			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12
Taguaí			9 a 11		9 a 11	12	9 a 12	13	
Tapiraí		12 a 13 + 18		12 a 13	18	14 a 17	12 a 14	18	15 a 17
Taquarituba		9	10 a 11	9	10 a 12		9 a 12	13	14
Taquarivaí		12	18	12	13 + 18	17	12 a 13	14 + 18	15 a 17
Tarabai			9		9	10	9	10	11
Tarumã			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12
Tatuí			9		9	10 a 11	9 a 10	11 a 12	13
Taubaté					9	10	9	10 a 11	12
Tejupá			9 a 11		9 a 11	12	9 a 11	12	13
Teodoro Sampaio			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	
Tietê						9 a 10		9 a 10	11
Timburi			9 a 10		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13
Torre De Pedra			9		9	10 a 11	9	10 a 11	12
Torrinha									9 a 10
Tremembé						9 a 10		9 a 10	11
Tuiuti						9 a 10		9 a 10	11
Tupã						9		9	
Tupi Paulista									9
Ubirajara						9 a 10	9	10	11
Uru									9
Valinhos						9		9	10 a 11
Vargem						9 a 10	9	10	11
Várzea Paulista			9		9	10	9	10 a 11	12
Vera Cruz						9		9	10
Vinhedo						9		9 a 10	11
Votorantim		9	10 a 11		9 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14

RETIFICAÇÃO

Nos Anexos das Portarias nº 10, 13, 17 e 18, de 23 de janeiro de 2018, publicadas no Diário Oficial da União de 25 de janeiro de 2018, que aprovaram o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de trigo de sequeiro, ano-safra 2017/2018, nos Estados de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul, no item 4. CULTIVARES INDICADAS, onde se lê:

Portaria N°10 - Santa Catarina

Macrorregião 4

GRUPO I

BIOTRIGO GENETICA LTDA: TBIO Sonic, TBIO Audaz, TBIO Tibagi, TBIO Sintonia, TBIO Seleto, Supera, FPS Nitron, Celebra e Marfim;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: ESPORÃO, CD 1303 e CD 105;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS 208, BRS Louro, BRS Guamirim, BRS Pardela, BRS Gaivota, BRS 331, BRS Sabiá, BRS Sanhaço, BRS Guaraim, BRS Primaz e BRS Belajoia;

IAPAR: IPR Panaty, IPR Taquari, IPR Catuara TM e IPR Potyporã;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LGORO e LGPRISMA;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS Madrepérola e ORS Vintecinco.

GRUPO II

BIOTRIGO GENETICA LTDA: TBIO Energia I, TBIO Alpaca, FPS Amplitude, TBIO Consistência, Campeiro, TBIO Toruk, TBIO Sossego, TBIO Sinuelo, TBIO Pioneiro 2010, TBIO Mestre, TBIO Iguaçu, Quartzo, Mirante, FPS Certero, INOVA, Estrela Atria, TBIO Alvorada, TBIO Itaipu e TBIO Noble;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 1550, CD 1440, CD 1104 e CD 1705;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS 179, BRS 220, BRS Guabiju, BRS Tangará, BRS 296, BRS 327, BRS Gralha Azul, BRS 328, BRS 374, BRS Parrudo, BRS Marcante e BRS Reponte;

FEPAGRO: FEPAGRO 15;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LGORO;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: Ametista, Topazio, JADEÍTE 11, ORS 1402, ORS 1403, ORS 1405, ORS 1401 e ORS Citrino.

GRUPO III

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Umbu, BRS Tarumã e BRS Pastoreio.

Portaria N°13 - Mato Grosso do Sul

Macrorregião 4

GRUPO I

BIOTRIGO GENETICA LTDA: TBIO Sonic, TBIO Audaz, Celebra, TBIO Tibagi, TBIO Sintonia, TBIO Seleto, TBIO Bandeirante, Supera, FPS Nitron e Marfim;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 108, CD 150, CD 154, CD 1252, CD 116 e CD 105;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BR 17 (Caiuá), BR 18 (Terena), BRS 208, BRS 210, BRS 220, BRS Guamirim, BRS Pardela, BRS Tangará, BRS Sanhaço e BRS GRAÚNA;

IAPAR: IPR Catuara TM, IPR 85, IPR 144, IPR Taquari e IPR Panaty.

GRUPO II

BIOTRIGO GENETICA LTDA: TBIO Toruk, TBIO Sossego, TBIO Sinuelo, TBIO Noble, TBIO Mestre, TBIO Itaipu, TBIO Iguaçu, Quartzo, Mirante, FPS Certero, FPS Virtude, TBIO Alvorada e FPS Amplitude;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 151, CD 1104, CD 1440, CD 1550 e CD 104;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Guabiju, BRS 296, BRS 327, BRS Gralha Azul e BRS Sabiá;

IAPAR: IPR Potyporã.

GRUPO III

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Gaivota.

Portaria N°17 - Paraná

Macrorregião 4

GRUPO I

BIOTRIGO GENETICA LTDA: TBIO Tibagi, TBIO Sintonia, TBIO Seleto, Supera, FPS Nitron, Celebra, Marfim, TBIO Audaz, TBIO Energia II e TBIO Sonic;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 108, CD 150, ESPORÃO, CD 116, CD 1303, CD 104 e CD 105;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BR 18 (Terena), BRS Guamirim, BRS 331, BRS Sabiá, BRS GRAÚNA, BRS Marcante, BRS Sanhaço, BRS Guaraim, BRS Primaz e BRS Belajoia;

IAPAR: IPR Potyporã, IPR 144, IPR Catuara TM, IPR Taquari, IPR 85 e IPR Panaty;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LGORO.

GRUPO II

BIOTRIGO GENETICA LTDA: BBR Aventureiro, TBIO Toruk, TBIO Sossego, TBIO Sinuelo, TBIO Pioneiro 2010, TBIO Noble, TBIO Itaipu, TBIO Iguaçu, FPS Certero, INOVA, Mirante, Quartzo, TBIO Alvorada, TBIO Alpaca, TBIO Consistência, TBIO Energia I, Campeiro, FPS Amplitude, Estrela Atria e TBIO Mestre;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 1550, CD 1440, CD 1104 e CD 1705;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS 208, BRS 220, BRS Louro, BRS Guabiju, BRS Pardela, BRS Tangará, BRS 296, BRS Gaivota, BRS 327, BRS Gralha Azul, BRS 328, BRS Parrudo, BRS Reponte, BRS 179 e BRS 374;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS Citrino.

GRUPO III

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Umbu, BRS Tarumã e BRS Pastoreio.

Portaria N°18 - Rio Grande do Sul

Macrorregião 4

GRUPO I

BIOTRIGO GENETICA LTDA: TBIO Energia II, TBIO Sonic, TBIO Audaz, TBIO Tibagi, TBIO Sintonia, Supera, FPS Nitron, TBIO Seleto, Celebra e Marfim;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: ESPORÃO, CD 1303 e CD 105;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS 208, BRS Louro, BRS Guamirim, BRS 331, BRS Guaraim, BRS Primaz e BRS Belajoia;

IAC: IAC 388 Arpoador;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LGFORTALEZA, LGPRISMA e LGSUPRA.

GRUPO II

BIOTRIGO GENETICA LTDA: TBIO Energia I, TBIO Alpaca, BBR Aventureiro, FPS Amplitude, TBIO Consistência, Campeiro, TBIO Toruk, TBIO Sossego, TBIO Sinuelo, TBIO Pioneiro 2010, TBIO Noble, TBIO Mestre, TBIO Itaipu, TBIO Iguaçu, Quartzo, Mirante, FPS Certero, INOVA, Estrela Atria e TBIO Alvorada;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 1550, CD 1440, CD 1104 e CD 1705;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS 179, BRS Guabiju, BRS 296, BRS 327, BRS 328, BRS Parrudo, BRS Marcante, BRS 374 e BRS Reponte;

FEPAGRO: FEPAGRO 15;

IAC: IAC 370 (ARMAGEDDON) e IAC 385 Mojave;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LGCROMO;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: Topazio, ORS Madrepérola, Ametista, JADEÍTE 11, ORS Vintecinco, ORS 1402, ORS 1403, ORS 1405, ORS 1401 e ORS Citrino.

GRUPO III

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Umbu, BRS Tarumã e BRS Pastoreio;

FEPAGRO: RS 1 (Fênix).

Leia-se:

Portaria N°10 - Santa Catarina

Macrorregião 1

GRUPO I

BIOTRIGO GENETICA LTDA: TBIO Sonic, TBIO Audaz, TBIO Tibagi, TBIO Sintonia, TBIO Seleto, Supera, FPS Nitron, Celebra e Marfim;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: ESPORÃO, CD 1303 e CD 105;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS 208, BRS Louro, BRS Guamirim, BRS Pardela, BRS Gaivota, BRS 331, BRS Sabiá, BRS Sanhaço, BRS Guaraim, BRS Primaz e BRS Belajoia;

IAPAR: IPR Panaty, IPR Taquari, IPR Catuara TM e IPR Potyporã;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LGORO e LGPRISMA;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS Madrepérola e ORS Vintecinco.

GRUPO II

BIOTRIGO GENETICA LTDA: TBIO Energia I, TBIO Alpaca, FPS Amplitude, TBIO Consistência, Campeiro, TBIO Toruk, TBIO Sossego, TBIO Sinuelo, TBIO Pioneiro 2010, TBIO Mestre, TBIO Iguaçu, Quartzo, Mirante, FPS Certero, INOVA, Estrela Atria, TBIO Alvorada, TBIO Itaipu e TBIO Noble;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 1550, CD 1440, CD 1104 e CD 1705;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS 179, BRS 220, BRS Guabiju, BRS Tangará, BRS 296, BRS 327, BRS Gralha Azul, BRS 328, BRS 374, BRS Parrudo, BRS Marcante e BRS Reponte;

FEPAGRO: FEPAGRO 15;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LGORO;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: Ametista, Topazio, JADEÍTE 11, ORS 1402, ORS 1403, ORS 1405, ORS 1401 e ORS Citrino.

GRUPO III

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Umbu, BRS Tarumã e BRS Pastoreio.

Portaria N°13 - Mato Grosso do Sul

Macrorregião 3

GRUPO I

BIOTRIGO GENETICA LTDA: TBIO Sonic, TBIO Audaz, Celebra, TBIO Tibagi, TBIO Sintonia, TBIO Seleto, TBIO Bandeirante, Supera, FPS Nitron e Marfim;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 108, CD 150, CD 154, CD 1252, CD 116 e CD 105;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BR 17 (Caiuá), BR 18 (Terena), BRS 208, BRS 210, BRS 220, BRS Guamirim, BRS Pardela, BRS Tangará, BRS Sanhaço e BRS GRAÚNA;

IAPAR: IPR Catuara TM, IPR 85, IPR 144, IPR Taquari e IPR Panaty.

GRUPO II

BIOTRIGO GENETICA LTDA: TBIO Toruk, TBIO Sossego, TBIO Sinuelo, TBIO Noble, TBIO Mestre, TBIO Itaipu, TBIO Iguaçu, Quartzo, Mirante, FPS Certero, FPS Virtude, TBIO Alvorada e FPS Amplitude;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 151, CD 1104, CD 1440, CD 1550 e CD 104;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Guabiju, BRS 296, BRS 327, BRS Gralha Azul e BRS Sabiá;

IAPAR: IPR Potyporã.

GRUPO III

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Gaivota.

Portaria N°17 - Paraná

Macrorregião 1

GRUPO I

BIOTRIGO GENETICA LTDA: TBIO Tibagi, TBIO Sintonia, TBIO Seleto, Supera, FPS Nitron, Celebra, Marfim, TBIO Audaz, TBIO Energia II e TBIO Sonic;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 108, CD 150, ESPORÃO, CD 116, CD 1303, CD 104 e CD 105;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BR 18 (Terena), BRS Guamirim, BRS 331, BRS Sabiá, BRS GRAÚNA, BRS Marcante, BRS Sanhaço, BRS Guaraim, BRS Primaz e BRS Belajoia;

IAPAR: IPR Potyporã, IPR 144, IPR Catuara TM, IPR Taquari, IPR 85 e IPR Panaty;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LGORO.

GRUPO II

BIOTRIGO GENETICA LTDA: BBR Aventureiro, TBIO Toruk, TBIO Sossego, TBIO Sinuelo, TBIO Pioneiro 2010, TBIO Noble, TBIO Itaipu, TBIO Iguaçu, FPS Certero, INOVA, Mirante, Quartzo, TBIO Alvorada, TBIO Alpaca, TBIO Consistência, TBIO Energia I, Campeiro, FPS Amplitude, Estrela Atria e TBIO Mestre;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 1550, CD 1440, CD 1104 e CD 1705;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS 208, BRS 220, BRS Louro, BRS Guabiju, BRS Pardela, BRS Tangará, BRS 296, BRS Gaivota, BRS 327, BRS Gralha Azul, BRS 328, BRS Parrudo, BRS Reponte, BRS 179 e BRS 374;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: ORS Citrino.

GRUPO III

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Umbu, BRS Tarumã e BRS Pastoreio.

Portaria N°18 - Rio Grande do Sul

Macrorregião 1

GRUPO I

BIOTRIGO GENETICA LTDA: TBIO Energia II, TBIO Sonic, TBIO Audaz, TBIO Tibagi, TBIO Sintonia, Supera, FPS Nitron, TBIO Seleto, Celebra e Marfim;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: ESPORÃO, CD 1303 e CD 105;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS 208, BRS Louro, BRS Guamirim, BRS 331, BRS Guaraim, BRS Primaz e BRS Belajoia;

IAC: IAC 388 Arpoador;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LGFORTALEZA, LGPRISMA e LGSUPRA;

GRUPO II

BIOTRIGO GENETICA LTDA: TBIO Energia I, TBIO Alpaca, BBR Aventureiro, FPS Amplitude, TBIO Consistência, Campeiro, TBIO Toruk, TBIO Sossego, TBIO Sinuelo, TBIO Pioneiro 2010, TBIO Noble, TBIO Mestre, TBIO Itaipu, TBIO Iguaçu, Quartzo, Mirante, FPS Certero, INOVA, Estrela Atria e TBIO Alvorada;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 1550, CD 1440, CD 1104 e CD 1705;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS 179, BRS Guabiju, BRS 296, BRS 327, BRS 328, BRS Parrudo, BRS Marcante, BRS 374 e BRS Reponte;

FEPAGRO: FEPAGRO 15;

IAC: IAC 370 (ARMAGEDDON) e IAC 385 Mojave;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LGCROMO;

OR MELHORAMENTO DE SEMENTES LTDA: Topazio, ORS Madrepérola, Ametista, JADEÍTE 11, ORS Vintecinco, ORS 1402, ORS 1403, ORS 1405, ORS 1401 e ORS Citrino.

GRUPO III

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Umbu, BRS Tarumã e BRS Pastoreio;

FEPAGRO: RS 1 (Fênix).

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria nº 9, de 23 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 25 de janeiro de 2018, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de trigo irrigado no Estado de São Paulo, ano-safra 2017/2018, no item 4. CULTIVARES INDICADAS, onde se lê:

Macrorregião 4

GRUPO I

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 108, CD 116, CD 150, CD 1104, CD 1550 e CD 1440;

IAC: IAC 375 Parintins, IAC 380 Saíra, IAC 381 Kuara, IAC 388 Arpoador, IAC 24 (Tucuruí) e IAC 389 Atakama.

GRUPO II

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 104;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS 208, BRS 210, BRS 220, BRS Pardela, BRS Tangará, BRS Gaivota, BRS Gralha Azul e BRS Sabiá;

IAC: IAC 370 (ARMAGEDDON), IAC 373 Guaicuru e IAC 385 Mojave;

TAMONA AGROPECUARIA LTDA: RBO 303.

Leia-se:

Macrorregião 2

GRUPO I

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 108, CD 116, CD 150, CD 1104, CD 1550 e CD 1440;

IAC: IAC 375 Parintins, IAC 380 Saíra, IAC 381 Kuara, IAC 388 Arpoador, IAC 24 (Tucuruí) e IAC 389 Atakama.

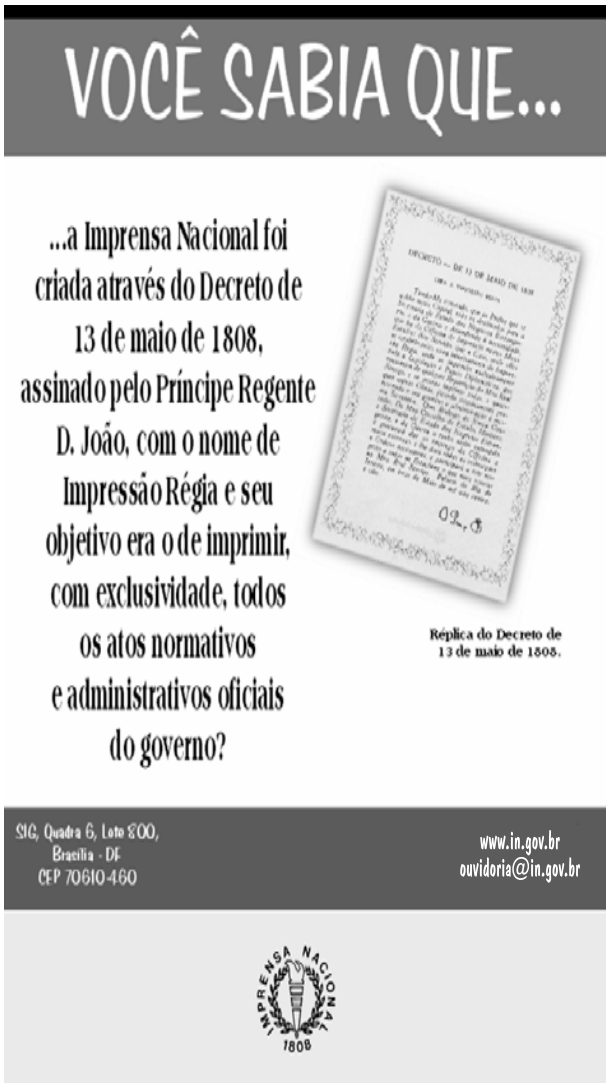
GRUPO II

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 104;

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS 208, BRS 210, BRS 220, BRS Pardela, BRS Tangará, BRS Gaivota, BRS Gralha Azul e BRS Sabiá;

IAC: IAC 370 (ARMAGEDDON), IAC 373 Guaicuru e IAC 385 Mojave;

TAMONA AGROPECUARIA LTDA: RBO 303.



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA Nº 585, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso da competência que lhe confere o § 2º, inciso X, do art. 77, do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão aprovado pela Portaria nº. 1.729, de 31 de março de 2017, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade abaixo relacionada a penalidade de multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.022979/2013	Associação Comunitária De Radiodifusão Rádio Eldorado Da Região Do Bairro Eldorado	RADCOM	Contagem	MG	Multa	913,86	Art. 40, V, VII do Decreto nº 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 585, de 21/02/2018	Portaria MC n° 112/2013

COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO DE OUTORGAS

RETIFICAÇÃO

Nas Portarias de 15 de fevereiro de 2018, do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, publicada no D.O.U de 21 de fevereiro de 2018, seção 1, página 7, primeira tabela, linha 3, onde se lê: RADCOM, Leia-se: OM.

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 779/SEI, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.063408/2017-60, resolve:

Art. 1º Consignar ao SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA., autorizatário do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de São Lourenço do Sul/RS, o canal 19 (dezenove), correspondente à faixa de frequência de 500 a 506 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 225/2018/SEI, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.003441/2018-11, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RIMA COMUNICACOES LTDA - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de VÁRZEA DA PALMA/MG, utilizando o canal n.º 258 (duzentos e cinquenta e oito), classe A4, nos termos da Nota Técnica n.º 3095/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 275/SEI, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso IV, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do Processo n.º 01250.002520/2018-13, resolve:

Acolher o disposto na Nota Técnica n.º 3158/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o pedido de prorrogação do prazo para instalação de estação, formulado pela SOCIEDADE RÁDIO VALE DO JAGUARIBE LTDA - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de LIMOEIRO DO NORTE/CE, mediante utilização do canal n.º 277 (duzentos e setenta e sete), classe A4.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO Nº 26, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019.

17-0732 TRANK'S A PROCURA DE RARIDADES
Processo: 01416.028269/2017-98
Proponente: BIOCINE PRODUÇÕES EIRELI - EPP.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 18.493.407/0001-63
Valor total aprovado: R$ 1.308.136,45
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.242.729,62
Banco: 001- agência: 3065-1 conta corrente: 38070-9

17-0824 PONTOS DE FORÇA - O OLHAR DO APRENDIZ
Processo: 01416.029281/2017-10
Proponente: TEM DENDE PRODUÇÕES LTDA - ME.
Cidade/UF: Salvador/BA
CNPJ: 15.128.758/0001-87
Valor total aprovado: R$ 1.500.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 470.000,00
Banco: 001- agência: 2976-9 conta corrente: 22620-3

17-0829 DESAFIO DE E-SPORTS POR EQUIPES
Processo: 01416.027544/2017-56
Proponente: REIS GALINDO PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA - ME.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 13.895.139/0001-92
Valor total aprovado: R$ 490.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 465.500,00
Banco: 001- agência: 0813-3 conta corrente: 41568-5

18-0116 COMEDY AS A SECOND LANGUAGE
Processo: 01416.001316/2018-37
Proponente: DUO2 MULTIMÍDIA LTDA.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 07.929.498/0001-10
Valor total aprovado: R$ 864.314,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 821.098,30
Banco: 001- agência: 4328-1 conta corrente: 2900-9

18-0119 MONSTRINHO - NUM PISCAR DOS OLHOS
Processo: 01416.001117/2018-29
Proponente: MÃE JOANA FILMES E PRODUÇÕES LTDA ME.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 14.787.970/0001-93
Valor total aprovado: R$ 1.141.904,40
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.084.809,18
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 24864-9

18-0120 O RECOMEÇO
Processo: 01416.001398/2018-10
Proponente: GW SÃO PAULO COMUNICAÇÃO S/A.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 03.780.121/0001-91
Valor total aprovado: R$ 505.263,16
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 480.000,00
INEZ JOFFILY FRANÇA
Banco: 001- agência: 6971-X conta corrente: 30013-6

18-0121 THE BLANK CANVAS - HACKEANDO A NATUREZA
Processo: 01416.028653/2017-91
Proponente: PASSOPISCIARU PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 11.028.515/0001-16
Valor total aprovado: R$ 564.400,58
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 536.180,55
Banco: 001- agência: 0712-9 conta corrente: 73886-7

18-0122 ESPELHO D'ÁGUA
Processo: 01416.001090/2018-74
Proponente: DIG NOG PRODUÇÕES LTDA - EPP.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 10.545.718/0001-17
Valor total aprovado: R$ 530.065,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Banco: 001- agência: 2879-7 conta corrente: 43405-1

18-0123 ILHA
Processo: 01416.001452/2018-27
Proponente: FILMES DO RIO DE JANEIRO LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 68.780.527/0001-10
Valor total aprovado: R$ 1.153.200,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.095.540,00
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 45829-5

18-0124 GRAN CIRCO
Processo: 01416.001080/2018-39
Proponente: SANCHO FILMES LTDA ME.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 11.000.556/0001-02
Valor total aprovado: R$ 313.500,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 213.500,00
Banco: 001- agência: 3043-0 conta corrente: 24290-X

18-0125 PAIXÃO CENTENÁRIA - 100 ANOS DE MARCÍLIO DIAS
Processo: 01416.001548/2018-95
Proponente: TAC - FILMES LTDA - EPP.
Cidade/UF: Itajaí/ SC
CNPJ: 07.560.127/0001-04
Valor total aprovado: R$ 330.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 313.500,00
Banco: 001- agência: 0305-0 conta corrente: 79910-6

18-0126 A CÂMARA MÁGICA
Processo: 01416.001496/2018-57
Proponente: MARTINELLI FILMS - CINEMA E COMUNICAÇÃO LTDA.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 03.767.502/0001-30
Valor total aprovado: R$ 2.957.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.809.150,00
Banco: 001- agência: 3417-1 conta corrente: 28373-8

18-0127 RELATOS DE UMA FAQUIRESA
Processo: 01416.001493/2018-13
Proponente: MERCÚRIO PRODUÇÕES LTDA-ME.
Cidade/UF: São Paulo/ SP
CNPJ: 04.760.800/0001-61
Valor total aprovado: R$ 998.900,000
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 948.955,00
Banco: 001- agência: 1202-5 conta corrente: 73729-1

18-0128 FORA DA ROTA
Processo: 01416.001308/2018-91
Proponente: SARA VALAR ME.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 19.905.220/0001-92
Valor total aprovado: R$ 440.000,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 100.000,00
Banco: 001- agência: 0386-7 conta corrente: 90820-7

18-0130 OLHA O BICHO
Processo: 01416.001611/2018-93
Proponente: ELEVATION TECNOLOGIA & COMUNICAÇÃO LTDA.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 14.150.253/0001-56
Valor total aprovado: R$ 1.592.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 212.000,00
Banco: 001- agência: 1551-2 conta corrente: 22872-9
Valor aprovado no Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: R$ 1.300.000,00
Banco: 001- agência: 1551-2 conta corrente: 22871-0
18-0133 TÔ GRÁVIDA
Processo: 01416.029279/2017-41
Proponente: MOONSHOT CREATIVE LAB PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 67.942.250/0001-11
Valor total aprovado: R$ 4.764.971,50
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 800.000,00
Banco: 001- agência: 1504-0 conta corrente: 18290-7
Valor aprovado no Art. 3° da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 1504-0 conta corrente: 18289-3
Valor aprovado no Art. 3°A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.246.722,92
Banco: 001- agência: 1504-0 conta corrente: 18291-5
18-0134 DESENCASTELADO
Processo: 01416.001554/2018-42
Proponente: CABOCLA COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO LTDA.
Cidade/UF: Salvador/BA
CNPJ: 13.480.978/0001-40
Valor total aprovado: R$ 240.925,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 185.000,00
Banco: 001- agência: 3025-2 conta corrente: 47698-6
Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2021.
18-0129 Z4 - 2° TEMPORADA
Processo: 01416.001226/2018-46
Proponente: FORMATA PRODUÇÕES E CONTEÚDO LTDA.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 18.082.113/0001-49
Valor total aprovado: R$ 4.842.105,27
Valor aprovado no Art. 39 , inciso X, MP nº 2.228-1/01: R$ 2.300.000,00
Banco: 001- agência: 1550-4 conta corrente: 19926-5
Art. 3º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 132, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
180307 - ALBERTO, O MENINO QUE QUERIA VOAR...
Marcello Andrade dos Santos ME
CNPJ/CPF: 80.178.817/0001-93
Processo: 01400002601201844
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 110.445,82
Prazo de Captação: 26/02/2018 à 30/06/2018
Resumo do Projeto: O presente projeto propõe a produção e circulação no Paraná do espetáculo "ALBERTO, O MENINO QUE QUERIA VOAR...". Através da magia do teatro de sombras, a Companhia Karagozwk apresenta diversas histórias da trajetória de Santos Dumont contadas através de um amigo mecânico da época, levando o público à Paris de 1900 em um palco cheio de imagens e sons.
180281 - AMY - VARIAÇÕES DO AZUL
MINIATURA 9 PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME
CNPJ/CPF: 06.346.382/0001-96
Processo: 01400002445201811
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.910.895,00
Prazo de Captação: 26/02/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Montagem e apresentaçoes de espetaculo de teatro musicado inédito AMY - Variações do Azul. 6 meses de temporada e turne por 4 cidades.
180276 - Festa Junina Brejo da Madre de Deus
JOAO GENIVALDO FERREIRA
CNPJ/CPF: 339.800.554-34
Processo: 01400002439201864
Cidade: Brejo da Madre de Deus - PE;
Valor Aprovado: R$ 196.992,50
Prazo de Captação: 26/02/2018 à 31/10/2018
Resumo do Projeto: O projeto pretende realizar um espetáculo com apresentações musicais de artistas regionais com o objetivo de difundir a Cultura Pernambucana aos turistas que visitam o agreste de Pernambuco no período de Festas Juninas.
162008 - LA TRAVIATA
HECKER PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 18.966.672/0001-11
Processo: 01400205402201624
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 868.648,00
Prazo de Captação: 26/02/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: ?LA TRAVIATA? é a montagem da Ópera de Giuseppe Verdi em 04 cenas com direção artística do maestro Marconi Araujo e libreto de Francesco Maria Piave. Temporada com de 06 apresentações.
180308 - O Patinho Feio
Le Plat du Jour Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 02.555.444/0001-19
Processo: 01400002608201866
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 404.065,52
Prazo de Captação: 26/02/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto tem como objetivo a montagem do espetáculo infantil O Patinho Feio, da Cia. Le Plat du Jour, realizando apresentações gratuitas no CRAI (Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes) e na Sala Olido (prédio da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo), além de duas temporadas à preços populares, uma em um teatro distrital de São Paulo a definir, e outra no Teatro Alfa. Pretendemos realizar as seguintes ações neste projeto: ● Criação de texto inédito, montagem e temporada do espetáculo "O Patinho Feio"; ● Criação de site para o projeto e fanpage no Facebook; ● Gravação de Contação de Histórias do repertório infantil da Cia. Le Plat du Jour em português e árabe via streaming no Spotify; ● Produção de Vídeos Teasers sobre o processo de criação e produção do espetáculo "O Patinho Feio"; ● Mapeamento de Instituições que trabalham com refugiados, grupos e projetos coletivos encabeçados por refugiados para articulação e divulgação do projeto.
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
180237 - Restauração Arquitetonica da Extinta RFFSA - Primeira Etapa
MULTI CULT PROMOCOES LTDA.
CNPJ/CPF: 22.690.912/0001-75
Processo: 01400002152201834
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 3.280.792,89
Prazo de Captação: 26/02/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto visa a execução da primeira etapa das obras de restauração, recuperação das características arquitetônicas, históricas e estilísticas da Edificação da Rua Sapucaí, 383, no Bairro Floresta, em Belo Horizonte, Minas Gerais, bem objeto de tombamento estadual e municipal, construído na época da fundação da cidade de Belo Horizonte, em 1897. O prédio foi construído para fins administrativos da extinta Rede Ferroviária S.A. Possui três pavimentos, um subsolo e uma torre. A construção está voltada para a Estação Ferroviária Central, na Praça da Estação, a qual se vê o hipercentro da cidade. A proposta de intervenção apresentada nessa primeira fase para o imóvel é de caráter conservativo e tem como objetivo final restaurar a fachada, a estrutura elétrica e hidráulica, o 3º pavimento e partes externas. A restauração tem como principal motivação além da valorização e conservação da edificação, a instalação do acervo da Rede Ferroviária Federal S.A. e a criação de um espaço para abrigar eventos culturais de naturezas diversas, seguindo a vocação já instalada do local onde a mesma está localizada. Apos a restauração arquitetônica do antigo prédio da RFFASA, será implementado o Centro referencial da memória ferroviária com a implementação do acervo documental, bibliográfico e de objetos, além de uma sala de exposição e um auditório para atender demandas de cinema e audiovisual, atendendo inicialmente entre 2.000 e 2.500 pessoas/mês
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
180298 - A Lenda da Vitória Régia
EDITORA BALPONTE
CNPJ/CPF: 03.855.866/0001-72
Processo: 01400002539201891
Cidade: Manaus - AM;
Valor Aprovado: R$ 188.685,50
Prazo de Captação: 26/02/2018 à 07/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto tem como objetivo a edição de um livro infantil com o título "A Lenda da Vitória Régia" para ser distribuído gratuitamente a estudantes do ensino fundamental e bibliotecas públicas. A obra vai registrar uma das estórias que fazem parte do folclore popular e do imaginário do homem que habita a Amazônia, e narra a aventura da índia Naiá, guiada por sua paixão pela Lua, através de Ilustrações e diálogos entre os personagens que compõem essa rica narrativa.
180299 - A Lenda do Curupira
EDITORA BALPONTE
CNPJ/CPF: 03.855.866/0001-72
Processo: 01400002540201815
Cidade: Manaus - AM;
Valor Aprovado: R$ 188.685,50
Prazo de Captação: 26/02/2018 à 07/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto tem como objetivo a edição de um livro infantil com o título " A Lenda do Curupira" para ser distribuído gratuitamente a estudantes do ensino fundamental e bibliotecas públicas. A obra vai registrar uma das estórias que fazem parte do folclore popular e do imaginário do homem que habita a Amazônia, e conta a saga do índio guerreiro da tribo dos Uaiás através de Ilustrações e diálogos entre os personagens que compõem essa rica narrativa.
180302 - Clube Esportivo Bento Gonçalves - 100 anos de história (título provisório)
Fabiano Laércio Mazzotti
CNPJ/CPF: 26.681.079/0001-57
Processo: 01400002590201801
Cidade: Bento Gonçalves - RS;
Valor Aprovado: R$ 299.350,72
Prazo de Captação: 26/02/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Resgate e salvaguarda da história do "Clube Esportivo Bento Gonçalves" através da produção de um livro que conte a trajetória de uma entidade que se confunde com a evolução da cidade de Bento Gonçalves, seja ela nos aspectos sociais, políticos, econômicos, esportivos, humanos e culturais. Uma narrativa histórica inédita a partir de profunda pesquisa iconográfica e entrevistas para a elaboração de um trabalho de extremo significado coletivo a ser lançado em agosto de 2019 por ocasião do centenário de fundação do clube.
180278 - JARDIM BOTANICO 210 ANOS: acervo de coleções temáticas do patrimônio natural brasileiro
IMAGO ESCRITORIO DE ARTE LTDA - ME
CNPJ/CPF: 31.983.232/0001-30
Processo: 01400002442201888
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 350.580,25
Prazo de Captação: 26/02/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Publicação de livro sobre as coleções temáticas que compõem o acervo do Jardim Botânico, fundado em 1808 e hoje tombado pelo IPHAN como patrimônio histórico-cultural do Brasil, por ocasião das comemorações dos 210 anos da instituição.

ANEXO II

170299 - Plataforma 451
vamos logo sem paredes produção artística ltda.
CNPJ/CPF: 09.367.771/0001-96
Processo: 01400002554201758
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.377.550,00
Prazo de Captação: 26/02/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto pretende realizar encontros literários anuais com escritores e críticos, nacionais e estrangeiros. Os encontros serão complementados pela publicação de uma revista denominada "Revista 451", com material relativo aos eventos. Além da publicação, o projeto pretende criar um site, onde o conteúdo dos encontros e da revista serão disponibilizados online. Nos eventos realizados e nos textos publicados, pretende-se fornecer um panorama das novas ideias e experiências literárias a partir da produção editorial brasileira. Ao informar o público sobre livros e autores de relevância cultural publicados no Brasil em 2017, pretende-se promover maior acesso à produção nacional, contribuindo com sua difusão.

PORTARIA N° 133, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18, § 1º)
17 8116 - CORO CÊNICO UNIDEFI
UNIDEF UNIAO DOS DEFICIENTES FISICOS DE CAMBE
CNPJ/CPF: 78.315.991/0001-99
PR - Cambé
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
16 4538 - Espetáculo Amanheceu em São Paulo
Anderson Conceição de Souza
CNPJ/CPF: 022.366.895-86

SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 8946 - Artes Cênicas e Música Instrumental em Joaçaba 2018
Câmara de Dirigentes Lojistas de Joaçaba
CNPJ/CPF: 84.590.728/0001-00
SC - Joaçaba
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 9009 - AUTO DA PAIXAO DE CRISTO 22a EDIÇÃO
cristiano dias de souza
CNPJ/CPF: 821.831.041-04
GO - Goiânia
Período de captação: 01/02/2018 a 31/12/2018
17 8289 - HISTÓRIAS DA IDADE DO OURO
ACAO SOCIAL CENTRO DE REINTEGRACAO A SOCIEDADE MAIS QUE VENCEDORES
CNPJ/CPF: 16.801.598/0001-58
MG - Santa Luzia
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 7405 - FOME
FORMIGA PRODUCOES CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 20.228.242/0001-44
PR - Curitiba
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 9064 - Artes Cênicas e Música Instrumental em Caçador 2018
CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CACADOR
CNPJ/CPF: 83.059.733/0001-29
SC - Caçador
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 9562 - OFICINAS DE FORMAÇÃO EM DANÇA E ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO ARIA SOCIAL
ASSOCIAÇÃO ÁRIA SOCIAL ESPAÇO DE DANÇA E ARTE
CNPJ/CPF: 07.041.925/0001-20
PE - Jaboatão dos Guararapes
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 9600 - SER TÃO ARIANO
ASSOCIAÇÃO ÁRIA SOCIAL ESPAÇO DE DANÇA E ARTE
CNPJ/CPF: 07.041.925/0001-20
PE - Jaboatão dos Guararapes
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 9090 - CASA DE MARIA
ASSOCIAÇÃO ÁRIA SOCIAL ESPAÇO DE DANÇA E ARTE
CNPJ/CPF: 07.041.925/0001-20
PE - Jaboatão dos Guararapes
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 1481 - Histórias de São Paulo
LIGA PRODUCAO CULTURAL LTDA.-ME
CNPJ/CPF: 04.657.021/0001-35
RS - Porto Alegre
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 8480 - Mostra Ibero-americano de Solos
Esfera Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 08.401.497/0001-61
SC - Florianópolis
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
16 4366 - Minhas Tardes Com o Papa
QUATORZE PRODUCOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.366.730/0001-85
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
16 2226 - Espetáculo Três Fios
Rafael De La Savia Braga
CNPJ/CPF: 095.019.806-42
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
16 0029 - Projeto CRES - Centro Cultural
M&M Cultura e Arte Ltda
CNPJ/CPF: 19.218.381/0001-08
SP - Santos
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
16 1702 - SAAAAI ZIKA!
Incentivar Produções Culturais e Editora Ltda - EPP.
CNPJ/CPF: 09.314.456/0001-09
SP - Campinas
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 0393 - A VIDA É UMA FESTA - MUSICAL
SR PROMOÇÕES CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 31.887.847/0001-63
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/02/2018 a 31/12/2018
17 9507 - Oigalê - 20 anos - O ABC dos pampas
Oigalê Cultural
CNPJ/CPF: 12.750.818/0001-00
RS - Viamão
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
16 1836 - PALCO HIP HOP - DANÇAS URBANAS
VICTOR LUCIANO MAGALHÃES - ME
CNPJ/CPF: 14.855.042/0001-19
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18, § 1º)
17 9047 - IV FESTIVAL DE VIOLA DAS GERAIS
GILBERTO VIANA DE SOUZA
CNPJ/CPF: 039.558.106-07
MG - Pedro Leopoldo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 9689 - Bolsas Incentivo e Concertos Didáticos - Orquestra Educacional de Piracicaba
ADEC – Academia de Desenvolvimento Educacional e Cultural
CNPJ/CPF: 08.466.497/0001-40
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 9670 - Música Tradicionalista Tocando e Encantando o Rio Grande do Sul
INSTITUTO PALAVRAÇÕES
CNPJ/CPF: 06.258.062/0001-84
RS - Santa Cruz do Sul
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 9159 - OFICINAS DE CANTO - ANO I
JOSIEL ANTONIO DE ALMEIDA
CNPJ/CPF: 073.470.316-30
MG - Ribeirão das Neves
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 1305 - FESTIVAL INTERNACIONAL DE MÚSICA DE LONDRINA - 37ª EDIÇÃO
Associação de amigos do Festival de Música de Londrina
CNPJ/CPF: 80.507.742/0001-47
PR - Londrina
Período de captação: 01/02/2018 a 28/02/2018
17 8499 - MÚSICA NO PLANALTO
INSTITUTO SOCIO CULTURAL DE MUSICA E ARTES JOAQUIM THEOTONIO - ISMAJOTHE
CNPJ/CPF: 10.467.232/0001-08
SC - Curitibanos
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 7875 - Instituto Musical Itinerante 2018 - Escola Estadual Professor Lourival Gomes Machado
ASSOCIACAO DE EDUCACAO MUSICAL E CULTURA SANTA CECILIA
CNPJ/CPF: 25.533.220/0001-01
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2018 a 21/12/2018
17 9248 - Vaneira Gaúcha
Rudimar Heerdt
CNPJ/CPF: 675.100.279-34
RS - Erechim
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 9371 - CORAL JOVENS CANTORES DO BRASIL
Sérgio Alexandre José da Cunha
CNPJ/CPF: 954.056.316-04
MG - Patos de Minas
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 9054 - Festival Cultural Mulheres do Mundo - WOW / Rio de Janeiro
CARDAPIO DE IDEIAS COMUNICACAO E EVENTOS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 09.368.780/0001-00
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 9020 - CIRCUITO IEIJ - PRESERVARTE SOMOS TODOS PARTE
INSTITUTO DE EDUCACAO INFANTIL
CNPJ/CPF: 77.441.467/0001-00
PR - Londrina
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18, § 1º)
16 1609 - Chave do Centro
VISUAL FARM PRODUÇÕES VISUAIS E MUSICAIS LTDA. - EPP
CNPJ/CPF: 08.333.537/0001-85
SP - São Paulo
Período de captação: 01/03/2018 a 31/12/2018
17 8548 - Solarizando - imagens de um circuito de cinema solar
TRES POR QUATRO PRODUCOES LTDA EPP
CNPJ/CPF: 19.020.795/0001-28
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 9148 - Exposição Rosilene Luduwico
Instituto Modus Vivendi de Desenvolvimento Social, Cultural e Ambiental
CNPJ/CPF: 08.636.850/0001-92
ES - Vitória
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18, § 1º)
17 8807 - RESTAURAÇÃO ARQUITETÔNICA DA CAPELA SANTO ANTÔNIO DE QUELUZ
IRMANDADE DE SANTO ANTONIO DE QUELUZ
CNPJ/CPF: 11.738.336/0001-72
MG - Conselheiro Lafaiete
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18, § 1º)
17 7700 - Preservação e Digitalização de Arquivos Pessoais de Juristas
Fundação Getulio Vargas
CNPJ/CPF: 33.641.663/0001-44
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
16 3642 - ACISAP 86 ANOS
ASSOCIACAO COMERCIAL, INDUSTRIAL, SERVICOS E AGROPECUARIA DE SANTA ROSA
CNPJ/CPF: 95.820.593/0001-49
RS - Santa Rosa
Período de captação: 01/02/2018 a 31/12/2018
15 9470 - Pelos Caminhos de Lapinha da Serra
Élcio Omar Diniz Júnior
CNPJ/CPF: 057.155.526-80
MG - Itaúna
Período de captação: 17/03/2018 a 31/12/2018
17 7747 - Memória em Película - Um Registro Histórico da Produções César Nunes
Fatima Medeiros de Almeida Menna Barreto
CNPJ/CPF: 012.524.307-36
RJ - Petrópolis
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 8759 - CONGADO - O BAILAR DA FÉ
FLAVIO SOUZA CRUZ DA SILVEIRA
CNPJ/CPF: 758.528.106-49
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 9207 - COLEÇÃO: ENCANTANDO A CRIANÇA POR MEIO DA LITERATURA
ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO COLEGIO LOGOSOFICO GONZALEZ PECOTCHE
CNPJ/CPF: 09.320.634/0001-04
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 9139 - Belo Horizonte Cidade Literária
BANDEIRA BRANCA PRODUTORA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 20.954.652/0001-72
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
15 9645 - Ecopalco da Palavra
Educare Produções Ltda- Me
CNPJ/CPF: 09.395.505/0001-77
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 8608 - LIVRO : A CAIXA SAGRADA
KRISTIAN RENATO NILO
CNPJ/CPF: 922.620.156-00
MG - Contagem
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 8800 - Thomas Ender e o Brasil
CAPIVARA EDITORA LTDA
CNPJ/CPF: 04.803.073/0001-72
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 7713 - A Sabedoria do Reino dos Tímidos
MARTIN RAIMAR PORTNER
CNPJ/CPF: 262.769.090-68
RS - Nova Petrópolis
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 8313 - A Grande Orquestra dos Bichos
MECENAS - EDITORA E PROJETOS CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 04.017.371/0001-37
RS - Porto Alegre
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 2117 - DICIONÁRIO CARLOS NEJAR, UM HOMEM DO PAMPA
MECENAS - EDITORA E PROJETOS CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 04.017.371/0001-37
RS - Porto Alegre
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 8658 - CONTANDO E OUVINDO HISTÓRIAS - A ARTE DO ENCONTRO
Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial
CNPJ/CPF: 58.396.029/0001-14
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 7222 - Plano Anual SP Leituras 2018
SP LEITURAS - ASSOCIACAO PAULISTA DE BIBLIOTECAS E LEITURA
CNPJ/CPF: 12.480.948/0001-70
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
16 1693 - Festa da Uva de Jundiaí - História, tradição e sabor.
Parágrafo Editora Ltda
CNPJ/CPF: 69.022.432/0001-08
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2018 a 30/04/2018
17 9221 - Escritor na Escola
VALDECI RICARDO DUARTE
CNPJ/CPF: 631.748.802-97
AC - Rio Branco
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 7799 - Petrópolis - Cidade Imperial (reedição)
Prazerdeler Editora Ltda ME
CNPJ/CPF: 05.009.831/0001-48
RJ - Petrópolis
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18, § 1º)
17 9454 - CONSTRUÇÃO DO MOVA
Instituto Cultural Artigos e Carros de Época
CNPJ/CPF: 12.558.265/0001-99
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 8459 - Villa Vive - Novas perspectivas biográficas sobre Heitor Villa-Lobos
Janaina Isabele Santos Baêta
CNPJ/CPF: 15.765.226/0001-50
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

17 9410 - "HISTORIANDO: Implantação de Centro de Documentação no Museu Histórico Simonense Alaur daMatta"
Maria do Carmo Silva Esteves
CNPJ/CPF: 062.658.018-80
SP - Ribeirão Preto
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
ANEXO II
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
17 8508 - Encanta Brasil
José Antonio de Souza
CNPJ/CPF: 130.261.436-34
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 8013 - Sertanejo Bruto com Lucas & Eduardo
ANA GLENDA NUNES CORDEIRO
CNPJ/CPF: 069.141.189-14
PR - Maringá
Período de captação: 02/02/2018 a 31/03/2018
17 8403 - festival de musica nacional
DAIGOR PEREIRA DIAS
CNPJ/CPF: 811.177.950-04
RS - Porto Alegre
Período de captação: 13/01/2018 a 29/01/2018
17 9265 - III FESTIVAL DE MÚSICA SERTANEJA DO TRIÂNGULO MINEIRO
Instituto Maçonico de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
CNPJ/CPF: 19.761.619/0001-47
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 9526 - A Jardineira
ASSOCIACAO AMIGOS DA CULTURA E LAZER A JARDINEIRA
CNPJ/CPF: 23.182.084/0001-27
SP - Taquaritinga
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 0760 - Circulação do show Estórias de Cantar - para crianças de todas as idades
Marcos da Guia Leite - ME
CNPJ/CPF: 13.409.556/0001-88
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
15 8910 - Festival - Pará Pop
G.M MIRANDA - ME
CNPJ/CPF: 17.687.352/0001-60
PA - Belém
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 9024 - NOVA TURNÊ MARLUCE E LUCIANO
MARLUCE APARECIDA DE ANDRADE
CNPJ/CPF: 047.745.766-54
MG - Abadia dos Dourados
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 8766 - TURNÊ DO CANTOR MATHEUS LUCCATO
MATHEUS FELIPE RIBEIRO SILVA
CNPJ/CPF: 065.287.796-60
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 9385 - CIRCULAÇÃO DO SHOW DE OSNIR ALVES
REGISTONES PRODUCOES E EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 15.371.977/0001-92
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 8831 - SHOW E GRAVAÇÃO DE DVD DE RODRIGO SANTOS
RODRIGO DA SILVA SANTOS
CNPJ/CPF: 050.044.656-30
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 8965 - GRAVAÇÃO E LANÇAMENTO DO 4º CD INTITULADO - UM MILÉSIMO DE SEGUNDO
WILLY ANTUNES
CNPJ/CPF: 712.958.526-91
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/02/2018 a 31/12/2018
17 9161 - Projeto Elas
TADEU MARTINS SOARES
CNPJ/CPF: 232.228.246-49
MG - Abadia dos Dourados
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 26)
17 9016 - OFICINAS DE DESIGN GRÁFICO - ANO I
EDUARDO HENRIQUE PASSAGLIA BOLINA
CNPJ/CPF: 049.189.446-55
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 9262 - "Qual Design? "
ROMA EDITORA, PROJETOS DE MARKETING LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 65.514.788/0001-08
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018

PORTARIA Nº 134, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
153975 - Melodias de um Sonho
TRACK&MARKETING - COMUNICACAO E EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.304.605/0001-15
Cidade: Campinas - SP;
Valor Reduzido: R$ 25.286,00
Valor total atual: R$ 113.714,00

PORTARIA Nº 135, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, considerando o sistema de Credenciamento criado pela Portaria nº 43, de 09 de julho de 2009, publicada no D.O.U. do dia 13 de julho de 2009, e o que dispõe os Capítulos X e XI da Portaria nº 83, de 08 de setembro de 2011, publicada no D.O.U. do dia 11 de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar pública, a relação dos peritos descredenciados do Banco de Pareceristas do Ministério da Cultura, a pedido, conforme disposto no Art. 26 da Portaria nº 83, de 8 de setembro de 2011, os quais foram habilitados por meio do Edital nº 1/2014, retificado pelo Edital nº 1/2015, por nome, CPF, área, segmentos e nível, constantes no anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

NOME	CPF	ÁREA	SEGMENTO	NÍVEL
EDUARDO GOMES MÜLLER	57377448091	Música	Música - Música Erudita - Música Instrumental - Doações de Acervos Musicais.	Nível I

PORTARIA N° 136, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016, o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, e o § 9º do art. 1º da Instrução Normativa nº 5, de 26 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso I do art. 51 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de dezembro de 2017, conforme anexo I.

Art. 2º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas REPROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, do § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso III do art. 51 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de dezembro de 2017, conforme anexo II.

Art. 3º - Informar que cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de cinco anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 4º - Aplicar a sanção administrativa de INABILITAÇÃO, nos termos do art. 59 da Instrução Normativa MinC nº 05/2017, aos proponentes relacionados no anexo referente à reprovação, pelo prazo de 03 (três) anos, contados a partir da publicação desta Portaria, que implicará, junto ao Ministério da Cultura, nas restrições contidas no art. 59 da referida Instrução Normativa.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
11-2756	Escola de Cordas Inhotim	Instituto Cultural Inhotim	05.422.243/0001-31	O projeto tem por objetivo a implantação e a realização do primeiro ano de atividades da Escola de Cordas Inhotim, no município de Brumadinho em Minas Gerais e vai preencher uma lacuna importante pois, tradicionalmente, as bandas de música da região são formadas por instrumentos de sopro e percussão. A escola vai preparar gratuitamente 90 alunos no primeiro ano de atividades. Ao longo do ano de execução do projeto, serão realizadas 03 apresentações dos alunos da Escola de Cordas.	R$ 491.585,00	R$ 491.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO	VALOR NOMINAL A SER RESTITUIDO AO FNC
10-8487	Cia. Druw - Mostra de Repertório: Lúdico & Vila Tarsila	Miriam Druwe Produções Artísticas Ltda - Me	08.016.000/0001-91	Trata-se de um projeto que pretende realizar uma mostra de dança onde duas obras que compõem o repertório da Cia. Druw estarão em evidência: LÚDICO e VILA TARSILA - totalizando 16 apresentações que ocorrerão nas seguintes localidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo e Rio Grande do Sul.	R$ 484.868,00	R$ 240.000,00	R$ 1.357,90

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 0001 de 02/01/2018, publicada no D.O.U. em 03/01/2018, Seção 1, referente ao Projeto 8ª Temporada de Música Clássica de Sorocaba - Pronac: 16 1963

Onde se lê: Prazo de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018

Leia-se: Prazo de captação: 01/01/2018 a 23/02/2018

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 0001 de 02/01/2018, publicada no D.O.U. em 03/01/2018, Seção 1, referente ao Projeto 11ª Temporada de Música Instrumental Brasileira de Sorocaba - Pronac: 16 2014

Onde se lê: Prazo de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018

Leia-se: Prazo de captação: 01/01/2018 a 23/02/2018

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 0001 de 02/01/2018, publicada no D.O.U. em 03/01/2018, Seção 1, referente ao Projeto XI BIENAL INTERNACIONAL DE DANÇA DO CEARÁ - 20 ANOS - Pronac: 17 2030

Onde se lê: Prazo de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018

Leia-se: Prazo de captação: 01/01/2018 a 02/03/2018

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 774 de 19/12/2017, publicada no D.O.U. de 20/12/2017, Seção 1, referente ao Projeto Orquestra de Sopros de Novo Hamburgo - Temporada 2018 - Pronac: 17 9043

Onde se lê: Associação dos Profissionais das Artes e Técnicos Afins - APRATA

Leia-se: Instituto Arlindo Ruggeri

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 22, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria 758, de 03 de agosto de 2017 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)

180294 - Cine Céu

Carina da Silva Bentlin

CNPJ/CPF: 360.819.458-47

Processo: 01400002513201842

Cidade: Artur Nogueira - SP;

Valor Aprovado: R$ 131.124,00

Prazo de Captação: 26/02/2018 a 31/12/2018

Resumo do Projeto: Realizar gratuitamente vinte sessões de cinema do projeto Cine Céu, utilizando estrutura com tela inflável, sonorização, projeção e pipoca. As sessões privilegiarão títulos do cinema nacional prioritariamente em cidades que não possuem salas de cinema. Exibição de três diferentes filmes (a ser selecinados no momento da pré-produção) no Estado de São Paulo, nas cidades de Rio das Pedras (1 sessão), Saltinho (1 sessão), Caconde (1 sessão), Iperó (1 sessão), Artur Nogueira (2 sessões), Salto (1 sessão), Boituva (1 sessão), Porto Feliz (1 sessão), Tapiratiba (1 sessão), Itobi (1 sessão), Sumaré (1 sessão), Tietê (1 sessão), Cordeirópolis (1 sessão), Cerquilho (1 sessão), Cosmópolis (2 sessões), Holambra (2 sessões), Iracemápolis (1 sessão), com o total de vinte sessões.

180293 - Cultura Jovem de Cidade

Clarice da Costa Laus Simas

CNPJ/CPF: 105.796.897-86

Processo: 01400002512201806

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R$ 552.616,50

Prazo de Captação: 26/02/2018 a 31/12/2018

Resumo do Projeto: Documentário média metragem, de 25 minutos full HD mp4, que pretende documentar e valorizar a cultura jovem da cidade de São Paulo, a partir dos movimentos culturais nos espaços públicos. Universo em constante transformação, a cidade é palco de expressões culturais que aparecem e desaparecem e ao mesmo tempo é transformada pelos movimentos culturais jovens. O projeto audiovisual será desenvolvido por jovens das periferias, que vão mapear as ocupações culturais próximas e distantes de si, tornando-se um documento atual, e sob a ótica deles, de como os jovens ocupam e (trans)formam, imaginam, representam e contestam a cidade de São Paulo por meio das atividades culturais.

180295 - MOBIFILM 2018 - 3º Festival Brasileiro de Filmes sobre Mobilidade e Segurança de Trânsito

In Brasil Produção Cultural Ltda

CNPJ/CPF: 62.446.224/0001-89

Processo: 01400002515201831

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R$ 399.901,33

Prazo de Captação: 26/02/2018 a 31/12/2018

Resumo do Projeto: O MOBIFILM 2018 é um evento dedicado exclusivamente à exibição de filmes sobre mobilidade urbana e segurança de trânsito de forma ampla. A programação terá cerca de 50 filmes nacionais em curta, média e longa metragem, todos inéditos no circuito comercial do país. Na programação paralela, haverá um Seminário Internacional, para discutir este que é um tema urgente e relevante para as sociedades contemporâneas. O evento terá 2 dias de duração e acontecerá em São Paulo (SP), em novembro/dezembro de 2018.

180296 - RUIVALDO, O HOMEM QUE SALVOU A TERRA (título provisório)

Emegê Produções Artísticas S/S Ltda

CNPJ/CPF: 07.007.705/0001-80

Processo: 01400002516201886

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R$ 744.313,58

Prazo de Captação: 26/02/2018 a 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto consiste em um filme documentário de média metragem de 69 minutos, em FULL HD, rodado no Pantanal (MS). A região do Rio Taquari vive uma questão delicada com o assoreamento crescente dos rios. Iniciado há mais de duas décadas, este fenômeno provocou mudanças expressivas na vida dos seus habitantes - e Ruivaldo Nery Andrade é um deles. Dono de uma história bastante particular sobre resistência, criatividade e persistência, ele será o fio condutor do filme. Iniciaremos com o Pantanal em todo seu esplendor, apresentando as causas e efeitos de todas essas mudanças na região e apresentaremos as diferentes iniciativas práticas de nosso personagem para resistir a essa intempérie climática, revertendo este quadro e vislumbrando as possibilidades futuras para preservar a região e salvar sua terra.

Ministério da Educação

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 36, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018

Estabelece o calendário de atividades da Diretoria de Avaliação para o ano de 2017

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017, e

CONSIDERANDO a necessidade de incluir o valor referente à mensalidade da modalidade de bolsas para Professor Convidado do Exterior,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23038.016851/2017-07, resolve:

Art. 1º Alterar os Anexos I e III da Portaria nº 201, de 16 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 18 de outubro de 2017, seção 1, pág. 42

ANEXO I

VALORES DAS MENSALIDADES PARA OS PROGRAMAS

TABELA 2 - PAGAS NO PAÍS	
MODALIDADE	VALORES EM REAL (R$)
Professor Convidado do Exterior	Até 24.000,00
Professor Visitante no Brasil	14.000,00
Jovem Talento com Experiência no Exterior	8.000,00
Pós-Doutorado para Residentes no Exterior	4.100,00
Doutorado Pleno para Estrangeiro no Brasil	2.200,00
Doutorado Sanduíche para Estrangeiro no Brasil	
Mestrado Pleno para Estrangeiro no Brasil	1.500,00
Mestrado Sanduíche para Estrangeiro no Brasil	
Graduação Plena para Estrangeiro no Brasil	830,00
Graduação Sanduíche para Estrangeiro no Brasil	
Assistente Estrangeiro de Ensino Linguístico no Brasil	2.200,00

ANEXO III

TABELAS DE EQUIVALÊNCIA DE MODALIDADES DE BOLSAS DA DIRETORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MODALIDADES ANTIGAS	MODALIDADES ATUAIS NO PAÍS
Escola de Altos Estudos	Professor Convidado do Exterior
Professor Visitante Especial (CsF)	Professor Visitante no Brasil
Professor Visitante do Exterior Sênior	
Professor Visitante do Exterior Júnior	
Jovens Talentos A (CsF)	Jovem Talento com Experiência no Exterior
Jovens Talentos B (CsF)	
Pós-Doutorado	Pós-Doutorado para Residentes no Exterior
Doutorado Pleno	Doutorado Pleno para Estrangeiro no Brasil
Doutorado Sanduíche	Doutorado Sanduíche para Estrangeiro no Brasil
Mestrado Pleno	Mestrado Pleno para Estrangeiro no Brasil
Mestrado Sanduíche	Mestrado Sanduíche para Estrangeiro no Brasil
Graduação Plena	Graduação Plena para Estrangeiro no Brasil
Graduação Sanduíche	Graduação Sanduíche para Estrangeiro no Brasil
Iniciação Científica (CsF)	Modalidade descontinuada
Iniciação Tecnológica Industrial (CsF)	Modalidade descontinuada
-	Assistente Estrangeiro de Ensino Linguístico no Brasil

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABILIO A. BAETA NEVES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

PORTARIA Nº 4, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE, da UFPI, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei nº 8.745/93, de 09/12/93, regulamentada pelas Leis nºs. 9.849/99, de 27/10/99 e 10.667/03, de 15/05/03 e Lei nº 12.425/11, de 17/06/11, o Decreto nº 6.944/09, de 21/08/09, e a Resolução nº 039/08-CONSUN/UFPI, de 11/09/08 e a Resolução 009/03, que altera o anexo III da Resolução nº 004/88-CONSUN/UFPI, de 11/11/88, observadas as disposições legais aplicáveis à espécie e as normas contidas no Edital nº 01/2018-CCS/UFPI, de 10/01/2018, publicado na Seção 3, do DOU, de 16/01/2018 e considerando o Processo nº. 23111.033537/2017-51; resolve:

Art. 1° Homologar o resultado final do Processo Seletivo, para contratação de Professor Substituto, com lotação no Departamento de Bioquímica e Farmacologia, do Centro de Ciências da Saúde, Campus Min. Petrônio Portela, na cidade de Teresina-PI, correspondente à Classe de Professor Auxiliar, Nível I, em Regime de Tempo Integral TI-40 (quarenta) horas semanais, na área de Bioquímica, habilitando os candidatos PAULO ALEX BEZERRA SALES (1º colocado), ALDENORA MARIA XIMENES RODRIGUES (2º colocado), CELYANE ALVES PIAUILINO (3º colocado), CAMILA ERNANDA SOUSA DE CARVALHO (4º colocado) e AURILEIDE MARIA BISPO FRAZÃO (5º colocado), classificando o primeiro para contratação.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIRIATO CAMPELO

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre a possibilidade de se firmar novos termos de compromissos entre os entes federados e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com fundamento na Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012, para finalização das obras decorrentes de instrumentos cujos prazos de execução tenham se esgotado sem que o objeto inicialmente acertado entre as partes tenha sido concluído.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Constituição Federal de 1988, arts. 37, 71, 191, 205, 208, 211 e 241;
Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012;
Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;
Decreto nº 9.007, de 20 de março de 2017; e
Resolução CD/FNDE nº 31, de 30 de setembro de 2003.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 7º, § 1º, da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968; os arts. 4º, § 2º, e 14 do Anexo I do Decreto nº 9.007, de 20 de março de 2017; e os arts. 3º, inciso I, alíneas "a" e "b", 5º, caput, e 6º, inciso VI, do Anexo da Resolução CD/FNDE nº 31, de 30 de setembro de 2003, e

CONSIDERANDO:

A existência de centenas de obras inacabadas em todo território nacional, que têm os seus termos de compromisso ou convênios com prazo de vigência expirado, em diversos casos com valores inutilizados, depositados nas contas correntes específicas;

Que a prorrogação do contrato administrativo está condicionada à confecção do respectivo termo aditivo, em momento anterior ao término do prazo de vigência do instrumento anteriormente firmado;

Que será considerado extinto e, por consequência, não poderá ser prorrogado o convênio ou o termo de compromisso anteriormente firmado cujo prazo de vigência inicialmente acertado tenha expirado;

A mudança de mais de setenta por cento dos gestores municipais, ocorrida no início do ano de 2017;

O elevado número de convênios e termos de compromissos com prazo de vigência expirado no período de transição entre as gestões dos municípios;

Que, entre as obras inacabadas, existem aquelas contratadas para execução por meio da Metodologia Construtiva Inovadora, fazendo-se necessária a adoção de medidas para retomada e conclusão das obras, para garantir a efetividade da política pública;

Que o atendimento da finalidade pretendida com a execução das obras de infraestrutura educacional tem perfeita consonância com a função institucional do FNDE; e

A inquestionável importância social, assim como o latente interesse público na consecução dos empreendimentos contemplados nos instrumentos celebrados entre os entes federados e o FNDE, resolve, ad referendum:

Art. 1º Fica autorizado o FNDE a convocar os entes federativos os quais assinaram ajustes que tinham como objeto a realização de obras de infraestrutura educacional e estejam com seu prazo de vigência expirado para firmar novos termos de compromisso fundamentados na Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012, para finalização das obras.

§ 1º O ente federativo que tiver interesse em pactuar novo termo de compromisso, nos termos da Lei nº 12.695, de 2012, deverá concordar com o aporte de recursos próprios para finalização das obras de que trata o caput.

§ 2º Novos aportes de recursos por parte do FNDE deverão respeitar os limites estabelecidos no pacto original.

Art. 2º A contratação a ser realizada com recursos provenientes dos novos termos de compromisso firmados nos termos do art. 1º desta Resolução fica condicionada à utilização da Metodologia Construtiva Convencional na execução do objeto do contrato administrativo, devendo serem apuradas eventuais irregularidades relativas à sociedade empresarial anteriormente contratada, exceto quando o FNDE entender que a conclusão da obra pela metodologia inovadora for mais vantajosa.

§ 1º É indispensável, para a assinatura do novo instrumento, que o ente federativo apresente laudo técnico atestando o estado atual da obra inacabada e a viabilidade da reformulação do projeto que utilizou a Metodologia Construtiva Inovadora para a Metodologia Construtiva Convencional.

§ 2º Para a assinatura de novo instrumento, que atenda às disposições desta Resolução, o FNDE fica obrigado a reavaliar e ratificar o laudo técnico expedido nos termos do § 1º atestando a viabilidade técnica e financeira para consecução da obra inacabada.

§ 3º A verificação quanto à viabilidade da reformulação do projeto conforme descrito no § 2º não acarretará a assunção de compromisso financeiro por parte do FNDE.

§ 4º O ente federativo que firmar o novo termo de compromisso deverá assinar a Declaração de Possibilidade de Consecução da Obra, anexa a esta Resolução, indicando o cronograma de trabalho ou plano de ação viável ao cumprimento do novo ajuste.

Art. 3º Os instrumentos mencionados nos arts. 1º e 2º desta Resolução serão firmados sem prejuízo da prestação e análise das contas dos instrumentos anteriores.

Art. 4º A autorização prevista nos arts. 1º e 2º desta Resolução será válida até o dia 31 de dezembro de 2018.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

ANEXO

DECLARAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE CONSECUÇÃO DA OBRA

(ANEXO ÚNICO DO TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº _____).

Declaramos, nos termos da legislação aplicável e para todos os efeitos legais, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, que a obra localizada no endereço _____ (ID nº), relativa ao Termo de Compromisso nº , assinado com o FNDE em / / , está apta para a retomada e consequente continuidade de sua execução, conforme atesta o Laudo de Engenharia anexo, assinado pelo Responsável Técnico Sr..

_____, ___ de _____ de _____.

_____

(Nome do Gestor)

Prefeitura Municipal de

VALIDAÇÃO ELETRÔNICA DO DOCUMENTO

Validado por _____ - CPF: _____ em __/__/____ __:__:__

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Altera a Resolução CD/FNDE nº 18, de 27 de dezembro de 2017, que autoriza a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, a escolas públicas municipais e estaduais do estado do Rio de Janeiro, para apoiar a realização, especialmente nos finais de semana, de atividades complementares de acompanhamento pedagógico e/ou nos campos das artes, cultura, esporte e lazer, no âmbito do Programa Emergencial de Ações Sociais para o Estado do Rio de Janeiro e os seus municípios, para alcançar demais regiões do estado do Rio de Janeiro além da região metropolitana.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Constituição Federal de 1988;
Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974;
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014;
Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009; e
Decreto nº 9.197, de 14 de novembro de 2017.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 14 do Anexo I do Decreto nº 9.007, de 20 de março de 2017, e o arts. 3º e 6º do Anexo da Resolução CD/FNDE nº 31, de 30 de setembro de 2003, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - CD/FNDE, resolve, ad referendum:

Art. 1º Fica alterado o caput do art. 1º da Resolução CD/FNDE nº 18, de 27 de dezembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam destinados recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, a escolas públicas municipais, localizadas no município do Rio de Janeiro, e estaduais do Rio de Janeiro, que possuam alunos matriculados nos anos finais do ensino fundamental regular ou no ensino médio regular, registrados no censo escolar de 2016, a fim de suplementar e/ou promover a realização de atividades complementares, especialmente realizadas nos finais de semana, tanto de acompanhamento pedagógico quanto nos campos das artes, cultura, esporte e lazer." (NR)

Art. 2º Fica revogado o § 2º do art. 1º da Resolução CD/FNDE nº 18, de 2017.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Altera a Resolução CD/FNDE nº 19, de 28 de dezembro de 2017, que estende o prazo para que os tutores do Programa de Educação Tutorial prestem contas dos recursos recebidos a título de custeio das atividades do grupo sob sua responsabilidade.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Constituição Federal de 1988, art. 214;
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005;
Portaria MEC nº 976, de 27 de julho de 2010;
Portaria MEC nº 343, de 24 de abril de 2013; e
Resolução CD/FNDE nº 36, de 24 de setembro de 2013.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 14 do Anexo I do Decreto nº 9.007, de 20 de março de 2017, e os arts. 3º e 6º do Anexo da Resolução CD/FNDE nº 31, de 30 de setembro de 2003, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - CD/FNDE, e considerando a necessidade de alterar o prazo para utilização dos recursos de custeio dos grupos do Programa de Educação Tutorial - PET referentes a 2017, visando adequação aos demais prazos do ato, resolve, ad referendum:

Art. 1º Fica alterado o art. 3º da Resolução CD/FNDE nº 19, de 28 de dezembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Fica estendido, até 28 de fevereiro de 2018, o prazo para utilização dos recursos de custeio dos grupos do PET referentes a 2017." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 322 , DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe confere o Decreto Presidencial de 10/03/2015, publicado no DOU N.º 47, de 11/03/2015, Seção 2, pág. 2, e; CONSIDERANDO o teor do Memorando Eletrônico n.º 15/2018-LABREA de 19 de fevereiro de 2018, RESOLVE:

I. ALTERAR a estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas/ campus Lábrea, conforme especificação a seguir:

DESCRIÇÃO	CÓDIGO	
Coordenação de Gestão de Pessoas-CGP	De	Para
	FG-02	FG-01
Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira-CEOF	FG-01	FG-02

ANTONIO VENÂNCIO CASTELO BRANCO

PORTARIA Nº 323 , DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe confere o Decreto Presidencial de 10/03/2015, publicado no DOU N.º 47, de 11/03/2015, Seção 2, pág. 2, e; CONSIDERANDO o teor dos Memorandos Eletrônico n.º 17 e 18/2018-GAB-ITA, ambos de 22 de fevereiro de 2018, resolve:

I. ALTERAR a nomenclatura organizacional das Coordenações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas/ campus Itacoatiara, conforme especificação a seguir:

NOMENCLATURA		CÓDIGO
DE	Coordenação Geral da Produção dos Cursos do Setor Primário da Área Acadêmica	FCC
PARA	Coordenação de Cursos de educação à Distância	FCC

II. ALTERAR a estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas/ campus Itacoatiara, conforme especificação a seguir:

DESCRIÇÃO	CÓDIGO	
Coordenação de Administração	De	Para
	FG-01	FG-04
Coordenação de Gestão de Pessoas	FG-04	FG-02
Chefe de Gabinete da Direção Geral	FG-02	FG-01

ANTONIO VENÂNCIO CASTELO BRANCO

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA N° 119, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa n° 23, de 21 de dezembro de 2017, publicada em 22 de dezembro de 2017, e conforme Processo e-MEC 201700361, resolve:

Art.1° Fica autorizado o curso de Direito, Bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, a ser oferecido pela Faculdade Terra Nordeste - FATENE (4367), com sede na Rua Coronel Correia, 1119 , no município de Caucaia, no estado de Ceará, mantida pela Sociedade Universitária de Desenvolvimento Profissionalizante (1808).

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado no endereço citado neste artigo.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 120, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE regulação e supervisão da Educação superior, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Ficam DEFERIDOS os requerimentos de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo I, conforme análise contida nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º Fica DEFERIDO, em grau recursal, o requerimento de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da entidade elencada no Anexo II, conforme análise contida na respectiva Notas Técnica.

Art. 3º Sem prejuízo do prazo de validade da certificação, as entidades certificadas deverão apresentar ao Ministério da Educação o Relatório Anual previsto no art. 36 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, relativo aos serviços que houverem sido prestados à sociedade, contendo informações sobre as bolsas de estudo e respectivos demonstrativos contábeis e financeiros.

Art. 4º Serão arquivados os processos relacionados no Anexo III, nas hipóteses previstas no art. 59 do Decreto nº 8.242, de 2014, e/ou no art. 24, § 3º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 5º A fim de assegurar a tempestividade do próximo processo de renovação do certificado, a entidade elencada no Anexo IV deverá protocolar novo requerimento no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta decisão.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO I

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica	Tipo (Concessão/Renovação)	Período de Certificação
1	17.597.895/0001-96	ENTIDADE PALOTINA DE EDUCACAO E CULTURA	Santa Maria/ RS	23000.001040/2017-21	170/2018	Concessão	3 (três) anos
2	22.050.447/0001-08	CRECHE CASULO AMOR A CRIANÇA	Mantena/MG	23000.013928/2014-63	148/2018	Renovação	01/03/2015 a 28/02/2020
3	60.790.631/0001-83	INSTITUTO IRMÃS MISSIONÁRIAS DE N S CONSOLADORA	São Paulo/SP	23000.008684/2012-35	139/2018	Renovação	01/01/2013 a 31/12/2015

ANEXO II

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica	Tipo (Concessão/Renovação)	Período de Certificação
1	51.382.471/0001-42	CASA DA CRIANÇA DE LEME "CECÍLIA DE SOUZA QUEIROZ"	Leme/SP	71000.118682/2009-09	1887/2017	Renovação	01/01/2010 a 31/12/2014

ANEXO III

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do(s) Processo(s) Arquivado(s)	Nota Técnica
1	17.597.895/0001-96	ENTIDADE PALOTINA DE EDUCACAO E CULTURA	Santa Maria/ RS	23000.014029/2015-69	170/2018
2	51.382.471/0001-42	CASA DA CRIANÇA DE LEME "CECÍLIA DE SOUZA QUEIROZ"	Leme/SP	23000.010573/2012-99	1887/2017

ANEXO IV

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nota Técnica
1	51.382.471/0001-42	CASA DA CRIANÇA DE LEME "CECÍLIA DE SOUZA QUEIROZ"	Leme/SP	1887/2017

PORTARIA Nº 121, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE regulação e supervisão da Educação superior, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Fica INDEFERIDO o pedido de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da entidade elencada no Anexo, por contrariar requisitos legais constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, considerando os fundamentos contidos nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º A instituição poderá apresentar proposta de celebração de Termo de Ajuste de Gratuidade - TAG, no prazo improrrogável de 30 dias a contar da data da presente publicação, conforme disposto no art. 17 da Lei nº 12.101, de 2009, e na Instrução Normativa MEC nº 02, publicada no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2013.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º Alternativamente, caso discorde das motivações da decisão de indeferimento e não tenha interesse na firmatura do TAG, a entidade terá o prazo improrrogável de 30 dias, a contar da data de publicação da decisão, para apresentar recurso, tendo em vista assegurar as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, nos termos estabelecidos no art. 26 da Lei nº 12.101, de 2009.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica
1	96.745.427/0001-98	ASSOCIACAO EVANGELICA DE ENSINO	Ivoti/RS	23000.013924/2014-85	569/2017
2	33.651.704/0001-83	INST ISRAELITA BRAS DE CULTURA E EDUCAÇÃO	Rio de Janeiro/RJ	23000.000021/2015-15	1088/2017
3	29.694.775/0001-96	INSTITUTO N S DA GLORIA	Macaé/RJ	23000.013533/2014-61	29/2018
4	26.447.516/0001-72	INSTITUTO PASSIONISTA DE EDUCACAO MARIA RAINHA DA PAZ	Brasília/DF	23000.010392/2015-13	995/2017

PORTARIA Nº 122, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, resolve:

Art. 1º RETIFICAR o item 4 do Anexo I da Portaria nº 619, de 22 de junho de 2017, publicada no DOU de 23 de junho de 2017, com fundamento na Nota Técnica nº 241/2018/DIAN/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, alterando-se a vigência da certificação de 23/06/2017 a 22/06/2020 para 26/10/2013 a 25/10/2016.

Art. 2º Desarquivar o requerimento nº 23000.029853/2016-02, protocolado em 04/07/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 123, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE regulação e supervisão da Educação superior, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Ficam INDEFERIDOS os pedidos de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo, por contrariarem requisitos legais constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, considerando os fundamentos contidos nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º Caso discorde da decisão de indeferimento, a entidade terá o prazo improrrogável de 30 dias, a contar da data de publicação da decisão, para apresentar recurso, tendo em vista assegurar as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, nos termos estabelecidos no art. 26 da Lei nº 12.101, de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADOANEXO

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica
1	83.792.671/0001-60	ASSOCIACAO DOS MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO ITINGA	Joinville/SC	23123.002458/2011-73	176/2018
2	50.940.956/0001-41	RECANTO SOMASQUINHO	Santo André / SP	23000.005453/2012-70	141/2018
3	27.559.384/0001-33	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES NOVA ESPERANÇA	São Mateus/ES	23123.000320/2012-11	195/2018
4	60.935.574/0001-83	OBRA DE SÃO TEODORO	São Paulo/SP	23000.007747/2015-89	1754/2017
5	07.496.454/0001-44	INSTITUTO PADECRIADO JUJORI	Nova Iguaçu/RJ	23000.008361/2015-94	1815/2017
6	50.962.794/0001-42	CONGREGACAO DAS MISSIONARIAS DE CRISTO	Jundiaí/SP	71000.113137/2015-66	1326/2017
7	93.849.792/0001-54	FUNDAÇÃO PADRE URBANO THIESEN	São Leopoldo/RS	23000.013263/2015-79	1303/2017
8	08.842.114/0001-90	OBRAS SOCIAIS DOS CIRINEUS DO CAMINHO	Cajazeiras/PB	23000.006525/2015-49	1705/2017
9	18.993.664/0001-64	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL BETEL BRASILEIRO	São Paulo /SP	23000.017236/2015-75	231/2018
10	76.276.864/0001-00	AÇÃO SOCIAL SALTO DO MAROIM	São José/SC	23000.009019/2013-40	217/2018

DESPACHO Nº 10, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre a instauração de procedimento saneador em face da Faculdade Anchieta do Recife - FAR (código e-MEC nº 3148), mantida pela Organização de Ensino Superior Anchieta - OESA (e-MEC nº 2011) e a determinação de medidas saneadoras. Processo administrativo de supervisão nº 23709.000228/2016-01.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14/03/2017, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15/12/2017, e a Portaria MEC nº 22, de 21/12/2017, adotando os fundamentos expressos na Nota Técnica nº 8/2018/CGSO-TÉCNICOS/DISUP/SERES determina:

I)A instauração de procedimento saneador, com base nos artigos 68, I e 69 do Decreto nº 9.235/2017, bem como no artigo 16 da Portaria MEC nº 22/2017, em face da Faculdade Anchieta do Recife - FAR (código e-MEC nº 3148), mantida pela Organização de Ensino Superior Anchieta - OESA (e-MEC nº 2011), e a determinação das seguintes medidas saneadoras:

a.A recomposição do acervo acadêmico da IES, no prazo de até 6 (seis) meses após a publicação do presente Despacho, de modo que sejam atendidas as obrigações relativas à guarda e manutenção de seu acervo acadêmico, definidas no Decreto nº 9.235/2017 e na Portaria MEC nº 22/2017, e saneadas as seguintes situações identificadas: desfalque de documentos acadêmicos em meio físico, problemas de organização, segurança, integridade e disponibilidade dos dados e informações referentes à vida acadêmica dos estudantes no endereço para o qual a IES foi credenciada;

b.A imediata adequação das denominações de seus cursos de extensão, de forma que sejam excluídos termos utilizados para designar cursos de graduação, tais como as expressões "Licenciatura Plena" e "Bacharelado", cujo emprego mostra-se capaz de induzir em erro a sociedade a respeito da natureza do serviço educacional ofertado; e

c.A publicação, no prazo de trinta dias, de cada um dos programas dos cursos de extensão ofertados no sítio eletrônico oficial da IES (http://www.faculdadea.com.br/index.php/extensao/), incluindo informações a respeito da duração, local de oferta, requisitos de ingresso, grade dos componentes curriculares, qualificação do corpo docente, recursos disponíveis e critérios de avaliação, nos termos do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.394/1999, informação que deverá ser constantemente atualizada pela IES.

II)A abstenção, por parte da FAR, de proceder ao aproveitamento irregular de estudos em conexão com posterior diplomação em cursos de graduação dos estudantes concluintes, mediante interpretação equivocada do art. 47, § 2º da Lei nº 9.394/1996, conforme previsão contida na cláusula nº 11 de três compromissos firmados pela mantenedora da IES perante diferentes membros do Parquet estadual nos estados de Alagoas e Pernambuco.

III)A revogação das medidas cautelares administrativas anteriormente impostas em face desta IES por meio do Despacho nº 135/2017, publicado no DOU em 19/06/2017, prorrogado pelo Despacho nº 206, de 16/10/2017, publicado no DOU de 17/10/2017 e retificado no DOU de 23/10/2017.

IV)A comprovação, por parte da FAR ou de sua mantenedora, do saneamento das deficiências e irregularidades apontadas mediante o cumprimento tempestivo das providências determinadas no presente Despacho Saneador; contrariamente, a ausência de cumprimento dessas providências pela instituição ensejará a instauração de procedimento sancionador nos termos dos arts. 71 do Decreto nº 9.235/2017, 19 § 3º e 21 da Portaria MEC nº 22/2017.

V)A notificação da instituição acerca da instauração do presente procedimento saneador, além da possibilidade de apresentação de impugnação das medidas saneadoras ou do prazo fixado à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 69 do Decreto nº 9.235/2017.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIAS DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

A Pró-Reitora de Desenvolvimento de Pessoas - Substituta, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, resolve:

Nº 137 - Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 04/04/2018, o prazo legal do Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 01/2016, DOU de 25/02/2016, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria nº 438, DOU de 04/04/2017.
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
Departamento: DEPTO. DE COMUNICAÇÃO
Área de Conhecimento: Teorias da Comunicação
Classe: ADJUNTO A Regime de Trabalho: DE

A Pró-Reitora de Desenvolvimento de Pessoas - Substituta, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, resolve:

Nº 138 - Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 29/03/2018, o prazo legal do Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 01/2016, DOU de 25/02/2016, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria nº 369, DOU de 29/03/2017.
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
Departamento: DEPTO. DE COMUNICAÇÃO
Área de Conhecimento: Montagem e Edição para o Audiovisual
Classe: ADJUNTO A Regime de Trabalho: DE

CATIA CRISTINA PEREIRA SANTANA DE CARDOSO MELO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA N° 141, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

A Pró-Reitora de Desenvolvimento de Pessoas - Substituta, no uso das atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência n° 448, de 17/05/2011, resolve:

Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para a classe de Professor da Carreira do Magistério Superior desta Universidade, conforme Edital n° 01/2016, publicado no DOU de 25/02/2016.

Campus: Salvador
Unidade: ESCOLA DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA
Departamento: DEPTO. DE MEDICINA VETER PREVENT E PRODUÇÃO ANIMAL
Área de Conhecimento: Estatística com Ênfase em Epidemiologia e Análise Espacial
Classe: ADJUNTO A
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23066.001077/18-75
Vagas Ampla Concorrência: 1
Ord Classif. Geral Nome
1º Manuela da Silva Solcà
2º Eduardo de Freitas Costa

CATIA CRISTINA PEREIRA SANTANA DE CARDOSO MELO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 126, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.000013/2018-79 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Análises Clínicas - ACL/CCS, instituído pelo Edital nº 08/DDP/PRODEGESP/2018, de 25 de janeiro de 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 19, Seção 3, de 26/01/2018.

Área/Subárea de conhecimento: Farmácia/ Fisiopatologia e diagnóstico laboratorial.
Áreas afins: Análises Clínicas/ Microbiologia
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais
N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Julia Salvan da Rosa	8,34
2º	Daniela Cristina Tartari	8,00
3º	Renata Gonçalves	7,48
4º	Danielle Fontana Pereira Dalmarco	7,22

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

PORTARIA N° 127, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.000557/2018-31 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Análises Clínicas - ACL/CCS, instituído pelo Edital nº 08/DDP/PRODEGESP/2018, de 25 de janeiro de 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 19, Seção 3, de 26/01/2018.

Área/Subárea de conhecimento: Farmácia/ Controle de qualidade em Análises Clínicas.
Áreas afins: Gestão da qualidade em Análises Clínicas/ Biossegurança
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais
N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Cristiane Rezende Mochny	9,16

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

PORTARIA N° 129, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.001366/2018-96 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Língua e Literatura Estrangeira LLE/CCE, instituído pelo Edital nº 08/DDP/PRODEGESP/2018, de 25 de janeiro de 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 19, Seção 3, de 26/01/2018, retificado pelo Edital nº 013/ DDP/PRODEGESP/2018, de 30 de janeiro de 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 22, Seção 3, de 31/01/2018.

Área/Subárea de conhecimento: Letras - Italiano.
Áreas afins: Línguia e Literatura
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais
N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Elena Santi	8,58
2º	Andréia Riconi	7,10

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

Ministério da Fazenda

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 4.631, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Define condições para as instituições financeiras contratarem operações de crédito rural por intermédio de agentes de crédito de rural.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 22 de fevereiro de 2018, tendo em vista as disposições do art. 4º, inciso VI, da referida Lei e dos arts. 4º, 7º, § 3º, e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, resolveu:

Art. 1º A Seção 3 (Autorização para Operar em Crédito Rural e Estrutura Operativa) do Capítulo 1 (Disposições Preliminares) do Manual de Crédito Rural (MCR) passa a vigorar com as seguintes alterações:

"15 - Ficam as instituições financeiras autorizadas a contratar operações de crédito rural por intermédio de agentes de crédito rural, observadas as seguintes condições:

a) o agente de crédito rural atua por conta e sob as diretrizes da instituição financeira contratante, que assume inteira responsabilidade pelo atendimento prestado aos mutuários por meio do contratado;

b) é dever da instituição financeira contratante garantir a integridade, a confiabilidade, a segurança, o sigilo e a conformidade com a legislação e a regulamentação das operações de crédito rural contratadas por intermédio dos agentes de crédito rural;

c) são aptos a exercerem a função de agentes de crédito rural as pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado, comprovadamente capacitadas técnica e operacionalmente, a juízo e sob responsabilidade da instituição financeira contratante;

d) o agente de crédito rural contratado poderá prestar os seguintes serviços:

I - preenchimento de dados cadastrais do proponente, juntando documentação comprobatória, em formato e meio de envio determinado pela instituição financeira contratante;

II - recepção, análise prévia e encaminhamento à instituição financeira contratante de propostas, projetos técnicos, planos simples e documentação exigida para a contratação de operação de crédito rural;

III - orientação ao proponente da operação de crédito rural sobre as normas do crédito rural, do seguro rural, do Proagro e das especificidades relacionadas ao programa ou à linha de crédito objeto do financiamento;

IV - realização de trabalho de fiscalização, sob a integral responsabilidade da instituição financeira contratante, desde que o agente de crédito rural não exerça cumulativamente a assistência técnica ao empreendimento financiado;

V - notificação ao mutuário, pessoalmente e sob recibo, e envio de avisos de cobrança não judicial;

VI - guarda da documentação relativa à operação de crédito rural, na forma definida pela instituição financeira contratante, na qualidade de fiel depositário, observado o prazo regulamentar, em dossiê específico para cada operação contratada;

e) as atribuições e as atividades do agente de crédito rural devem estar explícitas no contrato firmado com a instituição financeira contratante, bem como as demais obrigações das partes e a remuneração do contratado;

f) nenhum custo relativo à contratação e às atividades do agente de crédito pode ser repassado ao mutuário do crédito rural, salvo no caso de despesas imprevistas causadas pelo próprio mutuário;

g) quando o serviço de agente de crédito rural for prestado por entidade de assistência técnica e extensão rural, é vedada a obrigatoriedade de vinculação da contratação do crédito rural à contratação dos serviços de assistência técnica e extensão rural prestados por aquela entidade, devendo o mutuário ser orientado nesse sentido;

h) é vedado ao agente de crédito operar com sistema próprio de registro das operações de crédito rural, distinto daquele utilizado pela instituição financeira contratante;

i) fica o Banco Central do Brasil autorizado a baixar normas e a adotar medidas necessárias à preservação das boas práticas bancárias nos processos de contratação de operações de crédito rural por intermédio dos agentes de crédito rural." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.632, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Altera as normas para contratação das operações de crédito fundiário ao amparo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA), no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), de que tratam a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, e o Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 22 de fevereiro de 2018, tendo em vista as disposições do art. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, e dos arts. 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, da Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, e do Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003, resolveu:

Art. 1º Fica instituída a Seção 1-A (Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Mais) no Capítulo 12 (Programas Especiais) do Manual de Crédito Rural (MCR) dispondo sobre as normas para contratação, a partir de 2 de abril de 2018, dos financiamentos ao amparo de recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA), conforme anexo a esta Resolução.

Art. 2º Ficam as instituições financeiras autorizadas a contratar, até 28 de dezembro de 2018, nas condições estabelecidas na Resolução nº 4.177, de 7 de janeiro de 2013, as propostas de financiamento protocolizadas até 29 de março de 2018.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 2 de abril de 2018.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

ANEXO

TÍTULO : CRÉDITO RURAL
CAPÍTULO: Programas Especiais - 12
SEÇÃO : Fundo de Terras e da Reforma Agrária Mais - 1-A

---

1 - Os financiamentos para aquisição de imóvel rural, ao amparo dos recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA), concedidos a partir de 2/4/2018, obedecem ao disposto no Decreto nº 4.892, de 25/11/2003, com as alterações dadas pelo Decreto nº 9.263, de 10/1/2018, e às seguintes condições:

a) beneficiários, desde que apresente Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa, ou outra forma de cadastro de agricultor familiar, conforme o Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária:

I - trabalhadores rurais não-proprietários, preferencialmente assalariados, parceiros, posseiros e arrendatários que comprovem, no mínimo, cinco anos de experiência na atividade rural;

II - agricultores proprietários de imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar, assim definida no inciso II do art. 4º da Lei nº 4.504, de 30/11/1964, e seja comprovadamente insuficiente para gerar renda capaz de propiciar-lhes o próprio sustento e o de suas famílias;

b) limite de crédito: até R$140.000,00 (cento e quarenta mil reais) por beneficiário, observado que a proposta de financiamento deve:

I - ser previamente aprovada pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), incluindo o pré-projeto de Pronaf A;

II - demonstrar a viabilidade técnica e econômico-financeira da atividade rural a ser explorada; e

III - no caso dos financiamentos referidos no item 5, comprovar a necessidade dos investimentos;

c) prazo de reembolso, de até 25 (vinte e cinco) anos, incluídos até 36 (trinta e seis) meses de carência;

d) garantia: hipoteca ou alienação fiduciária dos imóveis financiados com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, facultada a exigência de garantias adicionais caso o financiamento seja realizado com risco da instituição financeira;

e) o limite da renda bruta familiar será a média mensal de R$18.000,00 (dezoito mil reais), não podendo ultrapassar o valor de R$216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais) por ano;

f) encargos financeiros, de acordo com a classificação do beneficiário na data da contratação do financiamento:

I - taxa efetiva de juros de 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano): renda bruta familiar anual no valor de até R$20.000,00 (vinte mil reais) e patrimônio no valor de até R$40.000,00 (quarenta mil reais) para famílias da região Norte e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

dos municípios que integram a área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), inscritas no Cadastro Único do Governo Federal;

II - taxa efetiva de juros de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano): renda bruta familiar anual de até R$40.000,00 (quarenta mil reais) e patrimônio de até R$80.000,00 (oitenta mil reais) para famílias de qualquer região, com exceção daquelas localizadas nos municípios da área de abrangência da Sudene;

III - taxa efetiva de juros de 5,5% a.a. (cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano: renda bruta familiar anual de até R$216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais) e patrimônio de até R$500.000,00 (quinhentos mil reais) em qualquer região;

g) bônus de adimplência, aplicados sobre o valor da parcela de reembolso do financiamento:

I - 40% (quarenta por cento) para os beneficiários de que trata o inciso I da alínea "f"; e

II - 20% (vinte por cento) para os beneficiários de que trata o inciso II da alínea "f".

2 - Os limites estabelecidos nas alíneas "b" e "e" do item 1 serão atualizados anualmente mediante a aplicação da variação acumulada no ano anterior do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou do índice que venha a substituí-lo, passando a vigorar a partir do dia 15 de janeiro de cada ano, sendo que a primeira atualização será aplicada a partir de 15/1/2019.

3 - A renda bruta familiar anual de que trata a alínea "e" do item 1 será o somatório dos seguintes valores, auferidos por qualquer componente do grupo familiar nos últimos doze meses anteriores ao período de aferição:

a) resultado da atividade rural, que consiste na diferença entre os valores das receitas recebidas e das despesas de custeio e dos investimentos pagos;

b) benefícios sociais e previdenciários; e

c) demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele.

4 - O patrimônio referido nos incisos I e II da alínea "f" do item 1 poderá ser ampliado para R$100.000,00 (cem mil reais) quando se tratar de negociação entre coerdeiros de imóvel rural objeto de partilha decorrente de sucessão, desde que, no mínimo, oitenta por cento do patrimônio aferido seja decorrente da parcela da herança no imóvel objeto do financiamento.

5 - Os financiamentos referidos no item 1 podem incluir, conforme estabelecido no regulamento operativo do fundo:

a) investimentos básicos para estruturação inicial das unidades produtivas dos imóveis adquiridos, assim considerados os investimentos em infraestrutura básica, inclusive assistência técnica e extensão rural (Ater), no valor de até R$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), divididos em 5 (cinco) parcelas anuais de até R$1.500,00 (um mil e quinhentos reais), conforme os termos da proposta de financiamento, desde que o tomador não esteja sendo beneficiado pela Ater no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), de que trata a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010;

b) despesas acessórias relativas à aquisição do imóvel rural, assim considerados tributos, serviços de medição, incluindo topografia e georreferenciamento, emolumentos e custas cartorárias.

6 - O valor do financiamento destinado a investimentos básicos e despesas acessórias, de que tratam as alíneas "a" e "b" do item 5, não pode exceder, por beneficiário, a 50% (cinquenta por cento) do valor total do financiamento ou R$22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais), o que for menor, observado, ainda, o limite de crédito de que trata a alínea "b" do item 1.

7 - O valor de cada parcela de amortização deve ser obtido pelo sistema de amortização Price.

8 - Em caso de antecipação do pagamento de parcela, após a liquidação da décima e iniciando-se pela última parcela, serão concedidos, adicionalmente, 5% (cinco por cento) de desconto fixo sobre cada parcela, a título de bônus adicional para quitação antecipada, observando o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor da parcela conforme a Lei Complementar nº 93, de 4/2/1998.

9 - Risco do financiamento:

a) será assumido pelo FTRA nos financiamentos concedidos aos beneficiários enquadrados nas condições previstas nos incisos I e II da alínea "f" do item 1;

b) será assumido pela instituição financeira nos financiamentos concedidos aos beneficiários enquadrados nas condições previstas no inciso III da alínea "f" do item 1.

10 - Remuneração da instituição financeira:

a) para as operações enquadradas nos incisos I e II da alínea "f" do item 1:

I - contratação de novas operações: R$458,00 (quatrocentos e cinquenta e oito reais) por operação, a serem pagos no mês subsequente ao da contratação;

II - manutenção de operações, por mês: R$19,00 (dezenove reais) por contrato individual, incidentes a partir do mês subsequente ao de sua contratação até o término da vigência da operação ou de sua liquidação, a serem pagos a partir do segundo mês após a contratação;

III - notificação de cobrança por edital: reembolso mediante comprovação de despesa, respeitando o teto de R$6.000,00 (seis mil reais) por edital, sendo que, para notificação com custo superior a esse valor, a publicação da notificação deverá ser precedida de autorização prévia da Subsecretaria de Reordenamento Agrário (SRA) da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD);

b) para as operações enquadradas no inciso III da alínea "f" do item 1, a remuneração será de R$992,00 (novecentos e noventa e dois reais) e R$37,00 (trinta e sete reais), respectivamente nos casos de que tratam os incisos I e II da alínea "a", mantida a remuneração de que trata o inciso III para notificação de cobrança por edital.

11 - Os recursos do FTRA repassados às instituições financeiras enquanto não aplicados nas finalidades previstas devem ser remunerados pela respectiva instituição financeira, pro rata die, pela Taxa Média Selic ou outro índice que legalmente venha a substituí-la, de acordo com a seguinte fórmula, devendo essa remuneração ser paga ao Fundo mensalmente:

REM = Σ(SDdiário X TXSELICdiário), em que:

REM: remuneração calculada diariamente sobre o saldo disponível;

SDdiário: saldo diário disponível; e

TXSELICdiário: taxa média Selic diária divulgada pelo Banco Central do Brasil.

12 - Os recursos serão aplicados prioritariamente por meio de financiamentos individuais para os beneficiários do FTRA, observado o disposto no regulamento operativo.

13 - As instituições financeiras ficam autorizadas a contratar, até 28/12/2018, nas condições estabelecidas na Resolução nº 4.177, de 7/1/2013, as propostas de financiamento protocolizadas até 29/3/2018.

RESOLUÇÃO Nº 4.633, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Altera a Resolução nº 4.444, de 13 de novembro de 2015, que dispõe sobre as normas que disciplinam a aplicação dos recursos das reservas técnicas, das provisões e dos fundos das sociedades seguradoras, das sociedades de capitalização, das entidades abertas de previdência complementar e dos resseguradores locais, sobre as aplicações dos recursos exigidos no País para a garantia das obrigações de ressegurador admitido e sobre a carteira dos Fundos de Aposentadoria Programada Individual (Fapi).

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 22 de fevereiro de 2018, tendo em vista o disposto nos arts. 28 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, 4º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, 1º da Lei nº 9.477, de 24 de julho de 1997, 9º da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e 17 da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, resolveu:

Art. 1º O Regulamento anexo à Resolução nº 4.444, de 13 de novembro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 23. .....

.....

II - apresentar prazo médio de repactuação mínimo de acordo com o cronograma constante do § 4º.

.....

§ 4º O prazo de repactuação mínimo será definido conforme o seguinte cronograma:

I - até 29 de setembro de 2018, apresentar prazo médio de repactuação mínimo de 730 (setecentos e trinta) dias corridos;

II - a partir de 30 de setembro de 2018, apresentar prazo médio de repactuação mínimo de 548 (quinhentos e quarenta e oito) dias corridos;

III - a partir de 31 de março de 2019, apresentar prazo médio de repactuação mínimo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos;

IV - a partir de 30 de setembro de 2019, apresentar prazo médio de repactuação mínimo de 183 (cento e oitenta e três) dias corridos;

V - a partir de 31 de março de 2020, não será mais exigido prazo médio de repactuação.

.....

Seção III

Das Fórmulas para Cálculo dos Prazos Médios Remanescentes e de Repactuação da Carteira de Renda Fixa dos Fundos de Investimento Especialmente Constituídos

Art. 28. .....

.....

V - .....

Em que:

.....

PRtrfi é o prazo de repactuação do título de renda fixa i, apurado conforme o art. 27, em dias corridos; e

....." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.634, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Define condições para o direcionamento da subexigibilidade do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e ajusta normas no Pronamp e no Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA).

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 22 de fevereiro de 2018, tendo em vista as disposições do art. 4º, inciso VI, da referida Lei e dos arts. 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, resolveu:

Art. 1º A Seção 2 (Obrigatórios) do Capítulo 6 (Recursos) do Manual de Crédito Rural (MCR) passa a vigorar com a seguinte alteração:

"10-C - Admite-se, no período de cumprimento iniciado no 1º dia útil de julho de 2017 e término no último dia útil de junho de 2018, que até 50% (cinquenta por cento) da subexigibilidade de que trata o item 9 seja cumprida com valores aplicados em operações de custeio rural não vinculadas ao Pronamp de valor contratado acima de R$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) até R$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)." (NR)

Art. 2º A Seção 1 (Pronamp) do Capítulo 8 (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural - Pronamp) do MCR passa a vigorar com a seguinte alteração:

"7 - Fica vedado, até 30/6/2018, o financiamento para aquisição isolada de máquinas e equipamentos, quando realizado com recursos equalizáveis, exceto no âmbito do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota)." (NR)

Art. 3º A Seção 10 (Programa para Construção e Ampliação de Armazéns - PCA) do Capítulo 13 (Programas com Recursos do BNDES) do MCR passa a vigorar com a seguinte alteração:

"1 - .....

.....

d) limite de crédito, até 30/6/2018: até R$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), independentemente de outros créditos contraídos ao amparo de recursos controlados do crédito rural;

....." (NR)

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.635, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Revoga a Resolução nº 2.391, de 22 de maio de 1997, que dispõe sobre a emissão de valores mobiliários representativos de dívida realizada por sociedades controladas direta ou indiretamente por estados, municípios e pelo Distrito Federal.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 22 de fevereiro de 2018, tendo em vista o disposto no art. 4º, inciso VI, da referida Lei e nos arts. 3º e 4º, inciso VIII, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, resolveu:

Art. 1º Fica revogada a Resolução nº 2.391, de 22 de maio de 1997.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.636, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Estabelece critérios e condições para a divulgação, em notas explicativas, de informações sobre partes relacionadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 22 de fevereiro de 2018, com base no art. 4º, incisos VIII e XII, da referida Lei, e tendo em vista o disposto no art. 61 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolveu:

Art. 1º As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem divulgar, em notas explicativas às demonstrações financeiras, informações sobre partes relacionadas.

Parágrafo único. O disposto nesta Resolução não se aplica às administradoras de consórcio e às instituições de pagamento, que devem observar a regulamentação emanada do Banco Central do Brasil, no exercício de suas atribuições legais.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º Na divulgação das informações de que trata o art. 1º, deve ser observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas -, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 3 de setembro de 2010.

§ 1º Os pronunciamentos técnicos citados no texto do CPC 05 (R1), enquanto não recepcionados por ato específico do Conselho Monetário Nacional, não podem ser aplicados.

§ 2º As menções a outros pronunciamentos no texto do CPC 05 (R1), para efeitos desta Resolução, devem ser interpretadas como referências a pronunciamentos do CPC que tenham sido recepcionados pelo Conselho Monetário Nacional, bem como aos dispositivos pertinentes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

§ 3º As menções, no texto do CPC 05 (R1), aos termos "controle", "controle conjunto", "entidade de investimento" e "influência significativa" devem ser interpretadas como referências aos seguintes conceitos:

I - controle: situação em que a instituição investidora está exposta a ou tem direitos sobre retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre essa entidade;

II - controle conjunto: situação em que há o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de uma entidade, no qual as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes controladoras;

III - entidade de investimento: entidade que atende, cumulativamente, as seguintes condições:

a) o seu propósito comercial é o investimento de recursos exclusivamente para fins de retornos de valorização do capital, receitas de investimentos ou ambos;

b) a obtenção de recursos de investidores possui o objetivo de fornecer-lhes serviços de gestão de investimento; e

c) a mensuração e a avaliação do desempenho de parcela substancial de seus investimentos devem ser feitas com base no valor justo; e

IV - influência significativa: situação em que a instituição investidora mantém, direta ou indiretamente, pelo menos 20% (vinte por cento) do capital votante da entidade investida, sem controlá-la, ou detém ou exerce o poder de participar das decisões das políticas financeira ou operacional da investida, sem controlá-la, considerando, no mínimo, os seguintes fatores:

a) representação no conselho de administração ou na diretoria da entidade investida;

b) participação nos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições da entidade investida;

c) operações materiais entre a instituição investidora e a entidade investida;

d) intercâmbio de diretores ou outros membros da alta administração; e

e) fornecimento pela instituição investidora de informação técnica essencial para a atividade da entidade investida.

Art. 3º O Banco Central do Brasil disciplinará os procedimentos adicionais a serem observados na elaboração e na divulgação das informações de que trata esta Resolução.

Art. 4º Fica revogada a Resolução nº 3.750, de 30 de junho de 2009.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor em 31 de dezembro de 2018.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.637, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Altera a Resolução nº 3.844, de 23 de março de 2010, que dispõe sobre o capital estrangeiro no País e seu registro no Banco Central do Brasil e dá outras providências.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 22 de fevereiro de 2018, com base nos arts. 4º, incisos V e XXXI, e 57 da referida Lei, na Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, no art. 65, § 2º, da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, e no art. 5º, § 5º, da Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, resolveu:

Art. 1º A Resolução nº 3.844, de 23 de março de 2010, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 7º .....

.....

III - a repactuação e a assunção de operação de empréstimo externo, sujeito a registro no Banco Central do Brasil, nos termos do art. 9º do Regulamento Anexo II." (NR)

Art. 2º O Regulamento Anexo II à Resolução nº 3.844, de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º Os custos e as demais condições das operações de que trata este Regulamento devem manter compatibilidade com aqueles usualmente observados nos mercados internacionais e estar claramente definidos no registro, não sendo admitidos encargos indefinidos ou vinculados, de forma ilimitada, aos resultados financeiros ou a qualquer forma de medição de desempenho empresarial do tomador ou de terceiros." (NR)

"Art. 4º-A No caso de empréstimo externo, contratado de forma direta ou mediante a emissão de títulos, o tomador dos recursos pode constituir, como mandatárias, pessoas físicas ou jurídicas com autorização para incluir, consultar e atualizar o registro.

§ 1º As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil podem incluir e alterar mandatários desde que devidamente autorizadas pelo tomador do empréstimo externo.

§ 2º A documentação comprobatória das autorizações de que trata este artigo deve ser mantida à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo mínimo de cinco anos, contados da data de encerramento das respectivas autorizações." (NR)

"Art. 6º-A As transferências financeiras ao exterior de que trata este Regulamento são limitadas ao montante necessário para liquidar o principal da dívida, juros e encargos." (NR)

"Art. 8º Sujeitam-se a registro, nos termos deste Regulamento, os recursos ingressados no País referentes a empréstimo externo contratado de forma direta ou mediante emissão de títulos no mercado internacional, independentemente do prazo da operação, bem como a operações de aquisição, no País, de debêntures de colocação privada." (NR)

"Art. 9º Uma vez ocorrido o ingresso de recursos, as alterações de data de vencimento ou de condições financeiras (repactuação) e a modificação do devedor (assunção) são de responsabilidade do tomador original, que deve efetivá-las tempestivamente no módulo RDE-ROF, por meio de modalidade própria, dando baixa no registro da dívida original e constituindo novo registro." (NR)

Art. 3º Ficam revogados os arts. 13 e 14 do Regulamento Anexo II à Resolução nº 3.844, de 2010.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 2 de julho de 2018.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.638, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Altera a Resolução nº 4.593, de 28 de agosto de 2017, que dispõe sobre o registro e o depósito centralizado de ativos financeiros e valores mobiliários por parte de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como sobre a prestação de serviços de custódia de ativos financeiros.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 22 de fevereiro de 2018, com base nos arts. 4º, inciso VIII, da referida Lei, e 2º, incisos II e III, e 10, inciso VIII, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e 26-A da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, resolveu:

Art. 1º A Resolução nº 4.593, de 28 de agosto de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

§ 1º .....

.....

IV - os Recibos de Depósito Bancário (RDBs) emitidos até 180 dias após a data de entrada em vigor desta Resolução;

V - .....

.....

d) R$1.000,00 (mil reais), caso a emissão ocorra a partir de 721 dias após a data de entrada em vigor desta Resolução; e

VI - os títulos de crédito representativos de operações de crédito das instituições mencionadas no art. 1º.

....." (NR)

"Art. 16. Esta Resolução entra em vigor:

I - 360 dias após a data de sua publicação, em relação aos arts. 4º, 8º e 9º; e

II - 180 dias após a data de sua publicação, em relação aos demais dispositivos." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.639, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Altera a Resolução nº 3.402, de 6 de setembro de 2006, que dispõe sobre a prestação de serviços de pagamento de salários, aposentadorias e similares sem cobrança de tarifas.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 22 de fevereiro de 2018, com base no art. 4º, inciso VIII, da referida Lei, resolveu:

Art. 1º A Resolução nº 3.402, de 6 de setembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

.....

II - a instituição contratada deve:

a) informar ao beneficiário, por qualquer meio de comunicação disponível, acerca da abertura da conta de registro, esclarecendo, no mínimo, o conceito, as características, as regras básicas para movimentação dos recursos, as situações que ensejam a cobrança de tarifas, bem como sobre a faculdade de que trata a alínea "b"; e

b) assegurar a faculdade de transferência, com disponibilidade no mesmo dia, dos créditos para conta de depósitos ou conta de pagamento pré-paga de titularidade dos beneficiários, na própria instituição ou em outra autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, observado o disposto no art. 2º-A.

....." (NR)

"Art. 2º-A Para efeito do disposto na alínea "b" do inciso II do caput do art. 2º, a indicação da conta a ser creditada deve ser objeto de comunicação pelo beneficiário à instituição contratada, em caráter de instrução permanente.

§ 1º A comunicação pode ser realizada por intermédio da instituição destinatária, mediante manifestação inequívoca de vontade do beneficiário, passível de comprovação.

§ 2º É obrigatória a aceitação da comunicação, pela instituição contratada, no prazo máximo de cinco dias úteis, contado da data do seu recebimento.

§ 3º A comunicação prevista neste artigo:

I - pode ser realizada por escrito ou por meio eletrônico; e

II - deve ser mantida à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo mínimo de cinco anos após a data de encerramento da conta de que trata o art. 1º." (NR)

Art. 2º Ficam revogados:

I - o § 2º do art. 2º e o art. 3º da Resolução nº 3.402, de 2006; e

II - o art. 3º da Resolução nº 3.424, de 21 de dezembro de 2006.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2018.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.640, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Revoga regras de recolhimento por deficiências de aplicação em operações de crédito rural e de transferência de recursos para aplicação em período subsequente, disciplinadas no Capítulo 6 do Manual de Crédito Rural.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 22 de fevereiro de 2018, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da referida Lei e 4º, 14 e 21 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, resolveu:

Art. 1º Os valores recolhidos ao Banco Central do Brasil em razão das deficiências de aplicação em crédito rural, verificadas no período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017, serão restituídos, no primeiro dia útil de agosto de 2018:

I - sem qualquer remuneração, no caso dos recursos obrigatórios (MCR 6-2);

II - atualizados de acordo com a remuneração básica dos depósitos de poupança, no caso dos recursos da poupança rural (MCR 6-4) e dos recursos captados por meio da emissão de Letra de Crédito do Agronegócio - LCA (MCR 6-7).

Art. 2º Os recursos transferidos, na forma do MCR 6-5, em razão das deficiências de aplicação em crédito rural, verificadas no período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017, serão devolvidos ao Banco Central do Brasil no primeiro dia útil de agosto de 2018 para liberação em definitivo às instituições financeiras:

I - sem qualquer remuneração, no caso dos recursos obrigatórios (MCR 6-2);

II - atualizados de acordo com a Taxa Referencial (TR), no caso dos recursos da poupança rural (MCR 6-4) e dos recursos captados por meio da emissão de Letra de Crédito do Agronegócio - LCA (MCR 6-7).

Art. 3º Ficam revogados no Capítulo 6 (Recursos) do Manual de Crédito Rural (MCR):

I - os itens 21, 22, 23 e 24 da Seção 2 (Obrigatórios);

II - os itens 11, 12, 13, 14 e 15 da Seção 4 (Poupança Rural);

III - a Seção 5 (Recolhimento por Deficiências de Aplicações e Transferência à Instituição Financeira); e

IV - os itens 7 e 9 da Seção 7 (Letra de Crédito do Agronegócio - LCA).

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.641, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Atualiza as regras aplicáveis à fiscalização das operações de crédito rural pelas instituições financeiras.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 22 de fevereiro de 2018, tendo em vista as disposições do art. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, dos arts. 4º, 5º e 10, inciso III, da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, do art. 50, inciso II, da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e do art. 2º da Lei nº 9.321, de 5 de dezembro de 1996, resolveu:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º A Seção 7 (Fiscalização) do Capítulo 2 (Condições Básicas) do Manual de Crédito Rural (MCR) passa a vigorar conforme anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2018.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

ANEXO

TÍTULO : CRÉDITO RURAL
CAPÍTULO: Condições Básicas - 2
SEÇÃO : Fiscalização - 7

---

1 - A instituição financeira é responsável pela fiscalização das operações de crédito rural, cabendo-lhe definir os procedimentos mediante os quais essa fiscalização será aplicada, observadas:

a) as exigências estabelecidas nesta seção;

b) a efetividade do procedimento adotado em vista das características do empreendimento financiado; e

c) a aplicação de critérios e métodos consistentes, verificáveis e passíveis de avaliação pelo Banco Central do Brasil em suas atividades de supervisão.

2 - A fiscalização das operações de crédito rural tem por finalidade:

a) verificar a correta aplicação dos recursos liberados, em vista do que dispõe o contrato de financiamento;

b) avaliar:

I - a adequação da condução do empreendimento pelo mutuário;

II - a situação das garantias vinculadas à operação de crédito rural;

III - a compatibilidade do empreendimento ou do mutuário com o programa ou a linha de crédito objeto do financiamento;

c) recomendar ao mutuário a adoção de providências em vista dos resultados da fiscalização;

d) elaborar laudo em que constem as observações e conclusões sobre a fiscalização.

3 - São métodos da fiscalização do crédito:

a) presencial, que consiste no exame do empreendimento no local onde se desenvolve a atividade financiada ou onde se encontra o bem ou o produto financiado;

b) documental, que consiste na análise de documentação comprobatória;

c) remoto, que consiste na utilização do sensoriamento remoto de que trata o MCR 2-8.

4 - Em seu trabalho de fiscalização, a instituição financeira pode utilizar, de forma complementar, outras fontes externas de informação disponíveis.

5 - Sem prejuízo da integral responsabilidade pelo cumprimento das disposições de que trata esta Seção e demais regulamentações do crédito rural, a instituição financeira pode contratar pessoas especializadas para a execução de seu trabalho de fiscalização.

6 - É vedada a fiscalização:

a) por pessoa física ou jurídica contratada diretamente pelo mutuário para lhe prestar assistência técnica do empreendimento;

b) por empresa da qual o mutuário participe direta ou indiretamente.

7 - A fiscalização deve ser realizada:

a) em todas as operações de valor contratado igual ou superior a R$800.000,00 (oitocentos mil reais);

b) por amostragem, nas operações de valor contratado abaixo de R$800.000,00 (oitocentos mil reais), conforme procedimentos descritos no item 8.

8 - A amostra de que trata a alínea "b" do item 7 deve:

a) considerar, de forma separada, a população de operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e das demais operações de crédito rural;

b) ser constituída mensalmente pela instituição financeira;

c) corresponder a no mínimo 5% (cinco por cento) das operações contratadas no mês anterior, por agência da instituição financeira ou posto de atendimento da cooperativa de crédito; e

d) ser representativa do total de operações contratadas no mês de referência.

9 - Sempre que houver indício de aplicação indevida de recursos em uma operação de crédito rural, a instituição financeira deve realizar imediatamente a sua fiscalização, independentemente da sua inclusão na amostra referida na alínea "b" do item 7.

10 - A fiscalização deve ser efetuada conforme a finalidade das operações, nas seguintes ocasiões:

a) custeio agrícola: antes da época prevista para a colheita;

b) custeio pecuário, pelo menos uma vez no curso da operação, em época que seja possível verificar a correta aplicação dos recursos;

c) comercialização: no curso da operação;

d) industrialização: no curso da operação;

e) investimento para:

I - construções, reformas ou ampliações de benfeitorias: pelo menos uma vez até o término do cronograma de execução previsto no projeto, observada a necessidade de verificar a completa conclusão das obras e instalações;

II - aquisição de máquinas, equipamentos, implementos, veículos, tratores, colheitadeiras, embarcações, aeronaves e equipamentos empregados na medição de lavouras, todos identificados por numeração de fábrica, quando cabível: até 60 (sessenta) dias da liberação do crédito, observado que, no caso de se utilizar o método de que trata a alínea "b" do item 3, deve ser exigida do mutuário a apresentação da nota fiscal de aquisição com a discriminação do bem financiado, do comprador e com a identificação da instituição financeira;

f) nos demais financiamentos: até 120 (cento e vinte) dias após cada liberação, para comprovar a realização das obras, serviços ou aquisições.

11 - Pode-se exigir do mutuário o ressarcimento de despesas realizadas no caso de fiscalização:

a) frustrada por sua culpa;

b) extraordinária, realizada em virtude de irregularidade de sua conduta.

12 - Além do exposto nesta Seção, o Banco Central do Brasil poderá determinar normas procedimentais para aplicação do disposto nesta Seção.

13 - Cabe à instituição financeira, com base nas conclusões e recomendações de seu trabalho de fiscalização, avaliar a necessidade de adoção de providências adicionais para a adequação do empreendimento em face do crédito contratado.

14 - Cabe à instituição financeira decidir sobre a desclassificação e/ou a reclassificação de operações conforme regulamentação específica estabelecida pelo Banco Central do Brasil, observadas as seguintes definições:

a) a desclassificação de uma operação de crédito rural consiste no desenquadramento da operação originalmente classificada como crédito rural e a respectiva reclassificação em outra modalidade de crédito, com os consequentes ajustes devidos;

b) a reclassificação de uma operação de crédito rural consiste no desenquadramento de uma operação originalmente classificada em fonte de recursos, programa ou linha de financiamento incompatível com suas características, e seu reenquadramento em outra fonte de recursos, programa ou linha de financiamento prevista neste Manual, com os consequentes ajustes devidos.

15 - O Banco Central do Brasil, em suas atividades de monitoramento e supervisão das instituições financeiras, pode determinar a desclassificação e/ou a reclassificação de operações de crédito rural.

16 - Na hipótese de constatação de ilícitos penais ou fraudes fiscais, deve a instituição financeira comunicar os fatos ao Banco Central do Brasil, encaminhando os documentos comprobatórios das irregularidades verificadas, com vistas à adoção das providências cabíveis junto ao Ministério Público ou às autoridades tributárias.

17 - Na hipótese descrita no item 16, caso a instituição financeira venha a realizar a comunicação diretamente ao Ministério Público ou às autoridades tributárias, deverá dar ciência ao Banco Central do Brasil da comunicação efetuada.

18 - É facultado ao Banco Central do Brasil:

a) fiscalizar as operações de crédito rural realizadas pelas instituições financeiras, inclusive junto aos mutuários, devendo o instrumento de crédito conter cláusula explícita nesse sentido;

b) determinar que as instituições financeiras realizem fiscalizações conforme método descrito na alínea "a" do item 3, em quaisquer operações de crédito rural, sem ônus para aquela autarquia;

c) requisitar a designação de fiscal da instituição financeira para realizar vistorias no imóvel rural, em conjunto com prepostos daquela autarquia e sem ônus para essa; e

d) determinar a substituição da amostra de fiscalização por outra que considere representativa, quando verificada a inconsistência do método empregado para amostragem.

DIRETORIA COLEGIADA

CIRCULAR Nº 3.879, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Define a forma de cálculo e de cobrança do custo financeiro por deficiência no cumprimento das exigibilidades de direcionamento de recursos para aplicação em crédito rural, de que trata o art. 21 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 20 de fevereiro de 2018, tendo em conta os arts. 5º e 21, § 2º, da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, resolve:

Art. 1º Fica instituída a Seção 8 (Cálculo e Cobrança de Custo Financeiro por Deficiência no Cumprimento das Exigibilidades) do Capítulo 6 (Recursos) do Manual de Crédito Rural (MCR), para dispor sobre a forma de cálculo e de cobrança do custo financeiro por deficiência no cumprimento das exigibilidades de direcionamento de recursos para aplicação em crédito rural, nos termos do art. 21 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, conforme anexo.

Art. 2º Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO NEVES DE SOUZA
Diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução
Substituto

TÍTULO: CRÉDITO RURAL
CAPÍTULO: Recursos - 6
SEÇÃO: Cálculo e Cobrança de Custo Financeiro por Deficiência no Cumprimento das Exigibilidades - 8

1 - A instituição financeira que incorrer em deficiência no cumprimento das exigibilidades e das subexigibilidades de direcionamento de recursos para aplicação em crédito rural, de que tratam as Seções 2 (Obrigatórios), 4 (Poupança Rural) e 7 (Letra de Crédito do Agronegócio - LCA) deste Capítulo, fica sujeita, no primeiro dia útil do mês de agosto do ano em que for finalizado o período de cumprimento, ao pagamento de custo financeiro, na forma desta Seção.

2 - Custo financeiro é a compensação financeira, devida pela instituição financeira ao Banco Central do Brasil, pelo não cumprimento das exigibilidades e das subexigibilidades de direcionamento de recursos para aplicação em crédito rural

3 - A base de cálculo do custo financeiro é a deficiência de aplicação em crédito rural nas exigibilidades e subexigibilidades de direcionamento de recursos apurada na posição informada no MCR - Documento 6 relativo ao mês de junho do ano em que for finalizado o período de cumprimento da exigibilidade.

4 - O custo financeiro será calculado sobre a deficiência apurada na forma dos itens 1 a 3, mediante a adoção da seguinte fórmula:

$$CFd = Defe \times (RmOpC - Tjme), \text{ na qual:}$$

CFd = Custo Financeiro da deficiência no cumprimento das exigibilidades e/ou das subexigibilidades de direcionamento de recursos para aplicação em crédito rural, expresso em reais, com duas casas decimais e arredondamento matemático;

Defe = Deficiência no cumprimento das exigibilidades e/ou das subexigibilidades, de direcionamento de recursos para aplicação em crédito rural, expressa em reais, com duas casas decimais, de acordo com a posição informada no MCR - Documento 6 relativo ao mês de junho do ano em que for finalizado o período de cumprimento da exigibilidade;

RmOpC = Rentabilidade média das operações de crédito da carteira da instituição financeira que apresentar a deficiência, expressa em termos anualizados, com quatro casas decimais e arredondamento matemático e calculada com base nos dados contidos no Balancete Patrimonial Analítico (Documento nº 1) - Código Cadoc 4010 da instituição financeira, relativos aos meses correspondentes aos do ano agrícola de referência; e

Tjme = Taxa de juros média ponderada das operações de crédito rural concedidas para cumprimento da exigibilidade e/ou da subexigibilidade, expressa em termos anualizados, com quatro casas decimais e arredondamento matemático, contratadas pela instituição financeira no ano agrícola de referência, conforme informações obtidas por meio do Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor).

5 - A RmOpC será calculada pelo Banco Central do Brasil, mediante a adoção da seguinte fórmula:

$$RmOpC = \frac{RdOpC_{jul20xx} + \ldots + RdOpC_{jun20xx+1}}{(SOpC_{jun20xx} + \ldots + SOpC_{jun20xx+1})/13}, \text{ onde:}$$

RdOpC = Renda de Operações de Crédito, observada no desdobramento de subgrupo 7.1.1.00.00-1 do Balancete Patrimonial Analítico (Documento nº 1) - Código Cadoc 4010 da instituição financeira, referente aos meses de julho a junho do ano agrícola de referência, subtraída da renda observada, no mesmo período, no título contábil:

a) 7.1.1.42.00-7 (Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Direcionados à Vista), quando se tratar de deficiência relativa à exigibilidade ou subexigibilidade de aplicação dos recursos obrigatórios (MCR 6-2);

b) 7.1.1.43.00-6 (Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Direcionados da Poupança Rural), quando se tratar de deficiência relativa à exigibilidade ou subexigibilidade de aplicação dos recursos da poupança rural (MCR 6-4); e

c) 7.1.1.44.00-5 (Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Direcionados de LCA), quando se tratar de deficiência relativa ao direcionamento ou subdirecionamento de aplicação dos recursos captados por meio de emissão de LCA (MCR 6-7).

SOpC = Saldo de Operações de Crédito, observado no subgrupo 1.6.0.00.00-1 do Balancete Patrimonial Analítico (Documento nº 1) - Código Cadoc 4010 da instituição financeira, referente aos meses de junho a junho do ano agrícola de referência e subtraído do saldo observado, no mesmo período, no título contábil:

a) 1.6.3.15.00-2 (Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Direcionados à vista), quando se tratar de deficiência relativa à exigibilidade ou subexigibilidade de aplicação dos recursos obrigatórios (MCR 6-2);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

b) 1.6.3.25.00-9 (Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Direcionados da Poupança Rural), quando se tratar de deficiência relativa à exigibilidade ou subexigibilidade de aplicação dos recursos da poupança rural (MCR 6-4); e

c) 1.6.3.35.00-6 (Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Direcionados de LCA), quando se tratar de deficiência relativa ao direcionamento ou subdirecionamento de aplicação dos recursos captados por meio de emissão de LCA (MCR 6-7).

6 - A RmOpC dos bancos cooperativos, das confederações de centrais de cooperativas de crédito e das cooperativas centrais de crédito será calculada com base nos dados constantes dos Balancetes Patrimoniais Analíticos (Documento nº 1) - Código Cadoc 4010 das cooperativas de crédito a eles filiadas.

7 - A Tjme será calculada mediante a utilização das seguintes taxas, de acordo com o tipo de exigibilidade ou subexigibilidade:

a) taxa de juros média das operações de crédito rural contratadas para o cumprimento da exigibilidade de direcionamento dos Recursos Obrigatórios (MCR 6-2), exceto as operações contratadas para o cumprimento das subexigibilidades previstas no MCR 6-2-9 e 10;

b) taxa de juros média das operações de crédito rural contratadas para o cumprimento da subexigibilidade Pronaf, de que trata o MCR 6-2-10;

c) taxa de juros média das operações de crédito rural contratadas para o cumprimento da subexigibilidade Pronamp, de que trata o MCR 6-2-9;

d) taxa de juros média das operações de crédito rural contratadas para o cumprimento da exigibilidade do direcionamento dos Recursos da Poupança Rural (MCR 6-4); e

e) taxa de juros média das operações de crédito rural contratadas para o cumprimento da exigibilidade do direcionamento dos Recursos das Letras de Crédito do Agronegócio (MCR 6-7).

8 - A Tjme será considerada 0% a.a. (zero por cento ao ano), quando a instituição não possuir operações de crédito rural registradas no Sicor, relativas às exigibilidades ou subexigibilidades referidas no item 7.

9 - Quando a diferença entre a RmOpC e a Tjme for menor do que zero, considerar-se-á o resultado dessa diferença como sendo zero.

10 - O pagamento do custo financeiro referido no item 1:

a) será previamente informado à instituição financeira, por meio do Sistema de Exigibilidades do Crédito Rural (Sisex), até o último dia útil do mês de julho do ano em que for finalizado o período de cumprimento; e

b) deverá ser efetuado exclusivamente em espécie, por iniciativa da instituição financeira, por meio do Sistema de Lançamentos do Banco Central (SLB).

11 - A instituição financeira não titular de conta Reservas Bancárias ou de Conta de Liquidação que incorrer na deficiência apurada na forma dos itens 1 a 3 deverá indicar a instituição financeira titular de conta Reservas Bancárias à qual deverão ser encaminhadas as cobranças pertinentes e creditadas eventuais devoluções relativas aos custos financeiros de que trata esta Seção.

12 - O pagamento de custo financeiro em data posterior à definida no item 1 será atualizado desde o dia do vencimento até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da Taxa Selic.

13 - As instituições financeiras que apresentarem deficiência no cumprimento das exigibilidades de direcionamento de que tratam os MCR 6-2, 6-4 ou 6-7, relativas ao período de cumprimento de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018, terão dedução de 80% no valor do custo financeiro apurado na forma do item 4.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DESPACHO DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2014/6517
Reg. Col. nº 9468/2014

Acusados	Advogados
Marcelo Faber Torres	Julian Fonseca Peña Chediak - OAB/RJ nº 78.241
Paulo Manuel Mendes de Mendonça	Maria Isabel do Prado Bocater - OAB/RJ nº 28.559

Assunto: Prorrogação de prazo para manifestação
Diretor Relator:Henrique Balduino Machado Moreira
Despacho:

1. Tendo em vista o pedido de prorrogação de prazo formulado por Marcelo Faber em 16.02.2018 (fls. 3883-3884), no âmbito do PAS CVM nº RJ2014/6517, concedo o prazo adicional de 15 (quinze) dias, a contar da intimação desta decisão, aos acusados Marcelo Faber Torres e Paulo Manuel Mendes de Mendonça para manifestação acerca do documento juntado pela Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários (SMI) às fls. 3.862 a 3.867.

2. Remeto o processo à CCP para que providencie a publicação do presente despacho no Diário Oficial da União, conforme o art. 40 da Deliberação CVM nº 538/08, e na rede mundial de computadores.

HENRIQUE BALDUINO MACHADO MOREIRA
Diretor Relator

DESPACHO DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2014/12081
PROCESSO DE TERMO DE COMPROMISSO CVM Nº RJ2016/0683
Reg. Col. nº 47/2016

Acusados	Advogados
Deusche Bank S.A. - Banco Alemão	José Eduardo Carneiro Queiroz - OAB/RJ 150.350 Marianno Carneiro da Cunha - OAB/RJ 179.524

Assunto: Concessão de prazo para manifestação sobre provas produzidas
Diretor Relator:Henrique Balduino Machado Moreira
Despacho:

1. Tendo em vista o documento juntado pela Superintendência de Relações com Investidores Institucionais (SIN) às fls. 3.546 a 3.552, em resposta à diligência por mim requerida, concedo ao acusado o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da intimação desta decisão, para que se manifeste sobre as provas produzidas, nos termos do art. 24 da Deliberação CVM nº 538/08.

2. Remeto o processo à CCP para que providencie a publicação do presente despacho no Diário Oficial da União, conforme o art. 40 da Deliberação CVM nº 538/08, e na rede mundial de computadores.

HENRIQUE BALDUINO MACHADO MOREIRA
Diretor Relator

SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES

DESPACHO DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº 5390/2017
(SEI 19957.005908/2017-90)
FB PARTICIPAÇÕES S.A.
Objeto "Apuração de eventual uso de informação privilegiada em negócios da FB Participações S.A. com ações de emissão da JBS S.A., e de aquisição de ações de sua emissão, pela própria companhia, entre fevereiro e maio de 2017".
Assunto: Pedidos de prorrogação de prazo para apresentação de defesa.

Acusados	Advogados
FB Participações S.A.	Luiz Henrique de Carvalho Vieira Gonçalves OAB/SP 246.328
Joesley Mendonça Batista	Fernando de Moraes Pousada OAB/SP 211.087
Wesley Mendonça Batista	Fernando de Moraes Pousada OAB/SP 211.087

Trata-se de novo pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa, formulado por FB PARTICIPAÇÕES S.A., acusada nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesas em 03/04/2018, para todos os acusados no processo.

CARLOS GUILHERME DE PAULA AGUIAR
Superintendente

COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES

PAUTA DE JULGAMENTO

PAUTA DE JULGAMENTOS, ABERTOS AO PÚBLICO, DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES - CVM.
SESSÃO DE JULGAMENTO SUSPENSA
PAS CVM Nº RJ2015/13651 - Brasil Brokers Participações S.A.

Acusados	Advogados
Ariovaldo da Silva Rocha Filho	Não constituiu advogado
Kuiz Eduardo Haus Sukienik	Felipe Bortolucci Mothes OAB/RS nº 71.243

Reportamo-nos à Pauta de Julgamento de Processos Administrativos Sancionadores publicada no DOU de quarta-feira, 24 de janeiro de 2018, Seção 1, pág. 9, para informar que a Sessão de Julgamento do PAS CVM nº RJ2015/13651, pautada para o dia 20 de fevereiro de 2018, foi iniciada e suspensa naquela data, em virtude do pedido de vista dos autos feito pelo Diretor Gustavo Borba tendo a sua continuação sido anunciada para o próximo dia 20 de março de 2018, terça-feira, às 15h00min.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2018.
JOSÉ PAULO DIUANA DE CASTRO
Chefe

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

1ª SEÇÃO

1ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

ATA DE JULGAMENTO

Ata de julgamento dos recursos das sessões ordinárias da 1ª Turma Extraordinária 1ª Seção

A integra das decisões proferidas - acórdãos e resoluções - serão publicadas no sitio do CARF em https://carf.fazenda.gov.br , podendo ser pesquisadas pelo número do acórdão ou da resolução, pelo número do processo ou pelo nome do contribuinte.

Os processos administrativos poderão ser acompanhados pelo sitio do CARF https://carf.fazenda.gov.br mediante cadastramento no sistema PUSH.

05 DE FEVEREIRO DE 2018 A 07 DE FEVEREIRO DE 2018

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, reuniram-se os membros da 1ª Turma Extraordinária 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Lizandro Rodrigues de Sousa (Presidente), Jose Roberto Adelino da Silva, Eduardo Morgado Rodrigues, Edgar Braganca Bazhuni.

Processo: 13894.720241/2013-26 - BTM INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS LTDA. - ME - Acórdão: 1001-000.335

Processo: 13894.720550/2013-04 - ELITE MONTAGEM DE ELEVADORES LTDA - ME - Acórdão: 1001-000.336

Processo: 18470.722334/2012-17 - MELLO E SILVA SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA - ME - Acórdão: 1001-000.337

Processo: 13831.000433/2009-71 - BRASIL JET DISTRIBUIDORA AGRICOLA LTDA - ME - Acórdão: 1001-000.387

Processo: 13971.720596/2012-74 - SMILE MODA INTIMA LTDA. EPP - Acórdão: 1001-000.338

Processo: 13975.720202/2013-29 - CONSERVAS SABEL LTDA - ME - Acórdão: 1001-000.339

Processo: 15504.721524/2014-48 - V.E. COMERCIAL LTDA - EPP - Resolução: 1001-000.030

Processo: 18470.721777/2012-82 - PANIFICACAO E CONFEITARIA CANTINHO DO PAO LTDA ME - Acórdão: 1001-000.340

Processo: 18470.721908/2012-21 - COLEGIO BARONESA DA TAQUARA S/C LTDA. ME - Acórdão: 1001-000.341

LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
Presidente da Turma

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, reuniram-se os membros da 1ª Turma Extraordinária 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Lizandro Rodrigues de Sousa (Presidente), Jose Roberto Adelino da Silva, Eduardo Morgado Rodrigues, Edgar Braganca Bazhuni.

Processo: 18470.722077/2012-13 - CENTRO EDUCACIONAL PROF.BRUNO LUSTOSA LTDA ME - Acórdão: 1001-000.342

Processo: 18470.723348/2013-21 - ARKPISO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP - Acórdão: 1001-000.343

Processo: 18470.724070/2011-47 - LE BARON EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA.ME - Acórdão: 1001-000.344

Processo: 18470.728160/2014-50 - JB2L ALIMENTACAO LTDA - ME - Acórdão: 1001-000.345

Processo: 18470.728279/2014-22 - VHJP RESTAURANTE LTDA - ME - Acórdão: 1001-000.346

Processo: 19647.009378/2010-81 - BIOCOSMETICA COMERCIO E FABRICACAO DE ARTEFATOS TEXTEIS LTDA. - Acórdão: 1001-000.347

Processo: 10183.720982/2014-16 - RC CONSTRUCOES EIRELI - ME - Acórdão: 1001-000.348

Processo: 10675.720611/2012-31 - PROENGTELECOM INFORMATICA E COMPUTACAO LTDA - Acórdão: 1001-000.349

Processo: 10675.720612/2012-85 - ACESSORIOS UBERLANDIA LTDA - ME - Acórdão: 1001-000.350

LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
Presidente da Turma

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, reuniram-se os membros da 1ª Turma Extraordinária 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Lizandro Rodrigues de Sousa (Presidente), Jose Roberto Adelino da Silva, Eduardo Morgado Rodrigues, Edgar Braganca Bazhuni.

Processo: 13005.720505/2013-19 - CENTRAL OFFICE CONTABILIDADE EIRELI - ME - Resolução: 1001-000.031

Processo: 18470.725472/2012-40 - MINIATURA COMERCIO DE ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA - Acórdão: 1001-000.351

Processo: 13149.720330/2012-24 - ODACIR A. MUNARO - ME - Acórdão: 1001-000.352

Processo: 13227.720078/2013-64 - HONORATO & HONORATO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME - Acórdão: 1001-000.353

Processo: 10950.720947/2013-88 - LUGLAX PINTURA ELETROSTATICA A PO LTDA - ME - Resolução: 1001-000.032

Processo: 18186.721236/2013-41 - COMERCIAL DE AVIAMENTOS ALFA LTDA - EPP - Acórdão: 1001-000.354

Processo: 13056.720047/2013-12 - ALEXANDRE RUAS ROCHA - ME - Resolução: 1001-000.033

Processo: 13161.720166/2013-78 - JOAO CARLOS ALBERTONI - ME - Acórdão: 1001-000.355

Processo: 10530.721068/2013-14 - FRANCIMAR DE OLIVEIRA SOUSA - ME - Acórdão: 1001-000.356

LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
Presidente da Turma

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, reuniram-se os membros da 1ª Turma Extraordinária 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Lizandro Rodrigues de Sousa (Presidente), Jose Roberto Adelino da Silva, Eduardo Morgado Rodrigues, Edgar Braganca Bazhuni.

Processo: 13956.720150/2013-19 - FREIRES & LOPES LTDA - ME - Acórdão: 1001-000.357

Processo: 18470.721518/2013-32 - PIZZARIA E LANCHONETE LOBITENSE LTDA - ME - Resolução: 1001-000.034

Processo: 13956.720158/2013-85 - MORIA & TONIAL LTDA - ME - Acórdão: 1001-000.358

Processo: 13832.720035/2013-41 - ARGEMIRO DE OLIVEIRA ELETRONICOS - ME - Acórdão: 1001-000.359

Processo: 15504.720636/2013-09 - AGRO PECUARIA ASTERIO LOUREIRO LTDA - ME - Acórdão: 1001-000.360

Processo: 10670.000047/2010-14 - SAULO VELOSO ANDRADE - Acórdão: 1001-000.361

Processo: 18470.721630/2012-92 - WALLARES INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA-ME - Acórdão: 1001-000.362

Processo: 10980.723467/2013-11 - MILLE PROMOTORA DE VENDAS LTDA - ME - Acórdão: 1001-000.363

Processo: 10805.720766/2014-14 - JN TRANSPORTES DE CARGAS LTDA - ME - Acórdão: 1001-000.364

LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
Presidente da Turma

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, reuniram-se os membros da 1ª Turma Extraordinária 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Lizandro Rodrigues de Sousa (Presidente), Jose Roberto Adelino da Silva, Eduardo Morgado Rodrigues, Edgar Braganca Bazhuni.

Processo: 13154.000093/2011-21 - MOISES BORGES RODRIGUES ME - Acórdão: 1001-000.365

Processo: 13931.000368/2012-51 - SABORES FINOS LTDA - ME - Acórdão: 1001-000.366

Processo: 13782.720298/2014-73 - ITAFIRE COMERCIO E INSTALACAO CONTRA INCENDIO LTDA - ME - Acórdão: 1001-000.367

Processo: 13054.720150/2014-63 - AUTO LOCADORA L A S LTDA - ME - Acórdão: 1001-000.368

Processo: 13925.000085/2008-10 - EMPRESA TRANS UNIAO DEZ DE MAIO LT - Acórdão: 1001-000.369

Processo: 15504.730632/2013-21 - GR ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - ME - Acórdão: 1001-000.370

Processo: 10940.720404/2014-61 - J D B INSTALACOES ELETRICAS LTDA - EPP - Acórdão: 1001-000.371

Processo: 10930.002784/2007-48 - FARMACIA NOSSA SENHORA DO ROCIO LTDA EPP - Acórdão: 1001-000.372

Processo: 10980.001315/2010-11 - CASA DE REPOUSO SANTA CLARA LTDA - ME - Acórdão: 1001-000.373

LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
Presidente da Turma

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, reuniram-se os membros da 1ª Turma Extraordinária 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Lizandro Rodrigues de Sousa (Presidente), Jose Roberto Adelino da Silva, Eduardo Morgado Rodrigues, Edgar Braganca Bazhuni.

Processo: 11030.720464/2015-90 - PAULO AUGUSTO ROSTRO ZANIN - ME - Acórdão: 1001-000.375

Processo: 11042.720123/2013-13 - JOAO UBALDO BECKER - ME - Acórdão: 1001-000.376

Processo: 11065.721246/2013-11 - ZENO JAHNKE - EPP - Acórdão: 1001-000.377

Processo: 11075.720239/2014-56 - ANA LUCIA SOARES MARZALL - ME - Acórdão: 1001-000.378

Processo: 11080.720402/2010-88 - BELLA BIMBA FLORIC JARDINAGEM DECORACOES COM E REP LTDA - EPP - Acórdão: 1001-000.379

Processo: 11080.721270/2011-92 - SIMONE SALAZAR DA SILVA - ME - Acórdão: 1001-000.380

Processo: 11080.721643/2013-97 - MARCELO BECKENKAMP DOMINGUES - ME - Acórdão: 1001-000.374

Processo: 11080.721846/2014-64 - POSTO DE MOLAS ANCHIETA LTDA - ME - Acórdão: 1001-000.381

Processo: 12278.720128/2014-26 - BANNWART ELETRICIDADE INDUSTRIAL LTDA - ME - Acórdão: 1001-000.382

Processo: 13749.720131/2013-38 - PADARIA SHOPPING LTDA - ME - Acórdão: 1001-000.383

Processo: 13898.720035/2013-86 - J.A.NUNES REBITES - EPP - Acórdão: 1001-000.384

Processo: 13973.720123/2014-19 - LEANDRO F MANES & CIA LTDA - EPP - Acórdão: 1001-000.385

Processo: 18470.726208/2011-42 - CENTRO EDUCACIONAL CARROSSEL DAS NEVES LTDA - Acórdão: 1001-000.386

LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
Presidente da Turma

2ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

ATA DE JULGAMENTO

Ata de julgamento dos recursos das sessões ordinárias da 2ª Turma Extraordinária 1ª Seção

A integra das decisões proferidas - acórdãos e resoluções - serão publicadas no sitio do CARF em https://carf.fazenda.gov.br , podendo ser pesquisadas pelo número do acórdão ou da resolução, pelo número do processo ou pelo nome do contribuinte.

Os processos administrativos poderão ser acompanhados pelo sitio do CARF https://carf.fazenda.gov.br mediante cadastramento no sistema PUSH.

05 DE FEVEREIRO DE 2018 A 07 DE FEVEREIRO DE 2018

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, reuniram-se os membros da 2ª Turma Extraordinária 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Julio Lima Souza Martins (Presidente), Ailton Neves da Silva, Breno do Carmo Moreira Vieira, Leonam Rocha de Medeiros.

Processo: 10070.001783/2007-53 - WEBB NEGOCIOS S/A - Acórdão: 1002-000.001

Processo: 10070.001786/2007-97 - WEBB NEGOCIOS S/A - Acórdão: 1002-000.002

Processo: 10070.001787/2007-31 - WEBB NEGOCIOS S/A - Acórdão: 1002-000.003

Processo: 10070.001790/2007-55 - WEBB NEGOCIOS S/A - Acórdão: 1002-000.004

JULIO LIMA SOUZA MARTINS
Presidente da Turma

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, reuniram-se os membros da 2ª Turma Extraordinária 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Julio Lima Souza Martins (Presidente), Ailton Neves da Silva, Breno do Carmo Moreira Vieira, Leonam Rocha de Medeiros.

Processo: 11971.000066/2003-90 - WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORDESTE S/A - Retirado de pauta.

Processo: 10950.006014/2007-36 - DILELI & SILVA LTDA - Acórdão: 1002-000.005

JULIO LIMA SOUZA MARTINS
Presidente da Turma

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, reuniram-se os membros da 2ª Turma Extraordinária 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Julio Lima Souza Martins (Presidente), Ailton Neves da Silva, Breno do Carmo Moreira Vieira, Leonam Rocha de Medeiros.

Processo: 10283.101099/2007-75 - TROPICAL SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA - Acórdão: 1002-000.006

Processo: 10680.009869/2005-84 - HEMED HEMATOLOGIA MED LABORATORIAL - Acórdão: 1002-000.007

Processo: 10680.013183/2005-98 - ADRIANA ROCHA ACADEMIA LTDA - Acórdão: 1002-000.008

JULIO LIMA SOUZA MARTINS
Presidente da Turma

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, reuniram-se os membros da 2ª Turma Extraordinária 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Julio Lima Souza Martins (Presidente), Ailton Neves da Silva, Breno do Carmo Moreira Vieira, Leonam Rocha de Medeiros.

Processo: 10830.005519/2009-10 - MERIAL SAUDE ANIMAL LTDA - Acórdão: 1002-000.009

Processo: 10865.003388/2007-69 - MASTRA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - Acórdão: 1002-000.010

Processo: 10935.007764/2007-13 - SOCIEDADE AGRO PASTORIL ROSINA LTDA - Acórdão: 1002-000.011

JULIO LIMA SOUZA MARTINS
Presidente da Turma

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, reuniram-se os membros da 2ª Turma Extraordinária 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Julio Lima Souza Martins (Presidente), Ailton Neves da Silva, Breno do Carmo Moreira Vieira, Leonam Rocha de Medeiros.

Processo: 19679.015334/2004-75 - IND MATARAZZO DE FIBRAS SINTETICAS LTDA - Acórdão: 1002-000.012

Processo: 10920.002559/2005-69 - FUNDICAO ICARO LTDA - Acórdão: 1002-000.013

Processo: 10540.000664/2005-38 - FENELON FREIRE & LIMA LTDA - Acórdão: 1002-000.014

JULIO LIMA SOUZA MARTINS
Presidente da Turma

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, reuniram-se os membros da 2ª Turma Extraordinária 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Julio Lima Souza Martins (Presidente), Ailton Neves da Silva, Breno do Carmo Moreira Vieira, Leonam Rocha de Medeiros.

Processo: 13726.000269/2005-75 - TECNO ESCRITA CAVALCANTIS/C - Acórdão: 1002-000.015

Processo: 13656.000694/2005-35 - TOP TOURS VIAGENS LTDA - Acórdão: 1002-000.016

Processo: 13702.000879/2005-47 - MECANICA CERTA LTDA - Acórdão: 1002-000.017

JULIO LIMA SOUZA MARTINS
Presidente da Turma

2ª SEÇÃO

2ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

ATA DE JULGAMENTO

Ata de julgamento dos recursos das sessões ordinárias da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção

A íntegra das decisões proferidas - acórdãos e resoluções - serão publicadas no sítio do CARF em https://carf.fazenda.gov.br, podendo ser pesquisadas pelo número do acórdão ou da resolução, pelo número do processo ou pelo nome do contribuinte.

Os processos administrativos poderão ser acompanhados pelo sítio do CARF https://carf.fazenda.gov.br mediante cadastramento no sistema PUSH.

05 DE FEVEREIRO DE 2018 A 08 DE FEVEREIRO DE 2018

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 401, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Carlos Henrique de Oliveira (Presidente), Carlos Alberto do Amaral Azeredo, Douglas Kakazu Kushiyama, Marcelo Milton da Silva Risso, Daniel Melo Mendes Bezerra, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim e eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe de Equipe, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente justificadamente a Conselheira Dione Jesabel Wasilewski.

Processo: 11330.000216/2007-34 - NET RIO SA E OUTROS - Acórdão: 2201-004.040

Processo: 11330.000157/2007-02 - NET RIO LTDA - Acórdão: 2201-004.041

Processo: 11330.000161/2007-62 - NET RIO LTDA - Acórdão: 2201-004.042

Processo: 11330.000177/2007-75 - NET RIO SA E OUTROS - Acórdão: 2201-004.043

Processo: 11330.000199/2007-35 - NET RIO SA E OUTROS - Acórdão: 2201-004.044

Processo: 11330.000201/2007-76 - NET RIO SA E OUTROS - Acórdão: 2201-004.045

Processo: 11330.000202/2007-11 - NET RIO LTDA - Acórdão: 2201-004.046

Processo: 11330.000205/2007-54 - NET RIO SA E OUTROS - Acórdão: 2201-004.047

Processo: 11330.000208/2007-98 - NET RIO LTDA - Acórdão: 2201-004.048

Processo: 11330.000211/2007-10 - NET RIO LTDA - Acórdão: 2201-004.049

Processo: 11330.000214/2007-45 - NET RIO LTDA - Acórdão: 2201-004.050

Processo: 11330.000221/2007-47 - NET RIO SA E OUTROS - Acórdão: 2201-004.051

Processo: 11330.000247/2007-95 - NET RIO LTDA - Acórdão: 2201-004.052

Processo: 11330.000272/2007-79 - NET RIO LTDA - Acórdão: 2201-004.053

Processo: 11330.000279/2007-91 - NET RIO SA - Acórdão: 2201-004.054

Processo: 11330.000282/2007-12 - NET RIO LTDA - Acórdão: 2201-004.055

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 11330.000296/2007-28 - NET RIO LTDA - Acórdão: 2201-004.056
Processo: 11330.000332/2007-53 - NET RIO LTDA - Acórdão: 2201-004.057
Processo: 13971.004282/2010-69 - N & C IND. E COM. DE CALCADOS LTDA. - Retirado de pauta.
Processo: 13971.004283/2010-11 - N & C IND. E COM. DE CALCADOS LTDA. - Retirado de pauta.
Processo: 13971.004284/2010-58 - N & C IND. E COMERCIO DE CALCADOS LTDA - Acórdão: 2201-004.058
Processo: 10166.730552/2012-59 - M GARZON, EUGENIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - Acórdão: 2201-004.059
Processo: 11052.001326/2010-45 - LOG-IN - LOGISTICA INTERMODAL S/A - Acórdão: 2201-004.060
Processo: 11052.001327/2010-90 - LOG-IN - LOGISTICA INTERMODAL S/A - Acórdão: 2201-004.061
Processo: 11052.001328/2010-34 - LOG-IN - LOGISTICA INTERMODAL S/A - Acórdão: 2201-004.062
Processo: 11052.001329/2010-89 - LOG-IN - LOGISTICA INTERMODAL S/A - Acórdão: 2201-004.063
Processo: 11052.001330/2010-11 - LOG-IN - LOGISTICA INTERMODAL S/A - Acórdão: 2201-004.064
Processo: 11052.001332/2010-01 - LOG-IN - LOGISTICA INTERMODAL S/A - Acórdão: 2201-004.065
Processo: 12448.720881/2012-51 - LOG-IN - LOGISTICA INTERMODAL S/A - Acórdão: 2201-004.066
Processo: 12448.728280/2013-77 - LOG-IN - LOGISTICA INTERMODAL S/A - Pedido de vista.
Processo: 19515.720082/2014-44 - MARFRIG GLOBAL FOODS S.A. - Pedido de vista.
Processo: 12448.720534/2010-66 - OPPORTUNITY GESTORA DE RECURSOS LTDA - Acórdão: 2201-004.067
Processo: 10976.000752/2009-43 - CEMA CENTRAL MINEIRA ATACADISTA LTDA - Acórdão: 2201-004.068
Processo: 10976.000754/2009-32 - CEMA CENTRAL MINEIRA ATACADISTA LTDA - Acórdão: 2201-004.069
Processo: 15504.000490/2007-25 - SAMARCO MINERACAO SA - Acórdão: 2201-004.070
Processo: 15504.000487/2007-10 - SAMARCO MINERACAO SA - Acórdão: 2201-004.071
Processo: 15504.000485/2007-12 - SAMARCO MINERACAO S.A. - Acórdão: 2201-004.072
Processo: 15504.725546/2012-15 - SAMARCO MINERACAO S.A. - Acórdão: 2201-004.073
Processo: 15504.725545/2012-71 - SAMARCO MINERACAO S.A. - Acórdão: 2201-004.074

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente da 1ª Turma Ordinária

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 401, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Carlos Henrique de Oliveira (Presidente), Carlos Alberto do Amaral Azeredo, Douglas Kakazu Kushiyama, Marcelo Milton da Silva Risso, Daniel Melo Mendes Bezerra, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim e eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe de Equipe, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente justificadamente a Conselheira Dione Jesabel Wasilewski.

Processo: 11330.000980/2007-18 - PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS - Acórdão: 2201-004.075
Processo: 18471.001573/2008-35 - PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS - Acórdão: 2201-004.076
Processo: 18471.001572/2008-91 - PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS - Acórdão: 2201-004.077
Processo: 18471.001855/2008-32 - PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS - Acórdão: 2201-004.078
Processo: 18471.001553/2008-64 - PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS - Acórdão: 2201-004.079
Processo: 18471.001545/2008-18 - PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS - Acórdão: 2201-004.080
Processo: 18471.001560/2008-66 - PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS - Acórdão: 2201-004.081
Processo: 18471.001541/2008-30 - PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS - Acórdão: 2201-004.082
Processo: 18471.001591/2008-17 - PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS - Acórdão: 2201-004.083
Processo: 10480.721869/2009-36 - PLENO CONSULTORIA E SERVICOS LTDA - Acórdão: 2201-004.084
Processo: 10480.721868/2009-91 - PLENO CONSULTORIA E SERVICOS LTDA - Acórdão: 2201-004.085
Processo: 10480.721867/2009-47 - PLENO CONSULTORIA E SERVICOS LTDA - Acórdão: 2201-004.086
Processo: 10480.721864/2009-11 - PLENO CONSULTORIA E SERVICOS LTDA - Acórdão: 2201-004.087
Processo: 10480.721862/2009-14 - PLENO CONSULTORIA E SERVICOS LTDA - Acórdão: 2201-004.088
Processo: 10480.721861/2009-70 - PLENO CONSULTORIA E SERVICOS LTDA - Acórdão: 2201-004.089
Processo: 10480.721860/2009-25 - PLENO CONSULTORIA E SERVICOS LTDA - Acórdão: 2201-004.090
Processo: 11080.007610/2007-92 - MAXISERV MATERIAIS E SERVICOS - Acórdão: 2201-004.091
Processo: 11080.007608/2007-13 - MAXISERV MATERIAIS E SERVICOS - Acórdão: 2201-004.092
Processo: 11080.008029/2007-98 - MAXISERV MATERIAIS E SERVICOS LTDA - Acórdão: 2201-004.093
Processo: 11080.007601/2007-00 - MAXISERV MATERIAIS E SERVICOS LTDA - ME - Acórdão: 2201-004.094
Processo: 11080.007593/2007-93 - MAXISERV MATERIAIS E SERVICOS LTDA - ME - Acórdão: 2201-004.095
Processo: 11080.007612/2007-81 - MAXISERV MATERIAIS E SERVICOS LTDA - ME - Acórdão: 2201-004.096
Processo: 11080.007606/2007-24 - MAXISERV MATERIAIS E SERVICOS LTDA - ME - Acórdão: 2201-004.097
Processo: 11080.007605/2007-80 - MAXISERV MATERIAIS E SERVICOS LTDA - ME - Acórdão: 2201-004.098
Processo: 11080.007603/2007-91 - MAXISERV MATERIAIS E SERVICOS LTDA - ME - Acórdão: 2201-004.099
Processo: 10665.003516/2008-10 - CARMAC - CARVOARIA MARTINHO CAMPOS LTDA - Acórdão: 2201-004.100
Processo: 16327.720657/2014-58 - BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - Acórdão: 2201-004.101
Processo: 18470.733077/2012-31 - OCC CONSTRUCOES E PARTICIPACOES LTDA - Acórdão: 2201-004.102
Processo: 18050.001647/2008-94 - SILVIA ROSANE CAVALCANTI OLIVEIRA - Acórdão: 2201-004.103

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente da 1ª Turma Ordinária

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 401, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Carlos Henrique de Oliveira (Presidente), Carlos Alberto do Amaral Azeredo, Douglas Kakazu Kushiyama, Marcelo Milton da Silva Risso, Daniel Melo Mendes Bezerra, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim e eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe de Equipe, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente justificadamente a Conselheira Dione Jesabel Wasilewski.

Processo: 13888.722702/2014-65 - RAFAEL PARIZ BIANCHIM - Acórdão: 2201-004.104
Processo: 13888.722701/2014-11 - RODRIGO PARIZ BIANCHIM - Acórdão: 2201-004.105
Processo: 18471.000824/2008-64 - MARILENE ARANTES ESTEVES - Acórdão: 2201-004.106
Processo: 10805.000301/2006-25 - VALMIR TIZZI - Acórdão: 2201-004.107
Processo: 10840.003403/2001-61 - WAGNER PAULA FERREIRA - Acórdão: 2201-004.108
Processo: 13884.003188/2004-23 - LUIZ CARLOS PEGAS - Acórdão: 2201-004.109
Processo: 10820.000897/2010-51 - LUIZ FERNANDO CANDIDO DE SOUZA - Retirado de pauta.
Processo: 10875.005565/2002-18 - OTAVIO PAULO - Acórdão: 2201-004.110
Processo: 10835.002191/2002-55 - SURAIA MELEM - Acórdão: 2201-004.111
Processo: 10835.000728/2003-23 - SURAIA MELEM - Acórdão: 2201-004.112
Processo: 10140.720723/2010-68 - SERGIO CARLOS DE GODOY HIDALGO - Pedido de vista.
Processo: 13830.721151/2015-69 - CLAUDIO LUIZ CASAGRANDE - Acórdão: 2201-004.113
Processo: 10909.005617/2008-15 - PEDRO DE AMORIM FILHO - Acórdão: 2201-004.114
Processo: 10935.724419/2013-96 - CRISTINA POSSATO DUARTE PERTILE - Acórdão: 2201-004.115
Processo: 10935.724414/2013-63 - MARCELO LUIZ PERTILE - Acórdão: 2201-004.116
Processo: 10935.724411/2013-20 - JUCELINO DOS REIS - Acórdão: 2201-004.117

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente da 1ª Turma Ordinária

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 401, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Carlos Henrique de Oliveira (Presidente), Carlos Alberto do Amaral Azeredo, Douglas Kakazu Kushiyama, Marcelo Milton da Silva Risso, Daniel Melo Mendes Bezerra, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim e eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe de Equipe, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente justificadamente a Conselheira Dione Jesabel Wasilewski.

Processo: 10840.001714/2006-09 - JOSE LOPES FERNANDES NETO - Acórdão: 2201-004.118
Processo: 10835.001015/2003-87 - TERCIO GOMES MARCONDES - Acórdão: 2201-004.119
Processo: 12448.722206/2014-28 - VICENTE DE PAULO PIRES - Retirado de pauta.
Processo: 12898.000553/2009-31 - CLAUDIA CORREA DA SILVA AFFONSO AMARAL - Acórdão: 2201-004.120
Processo: 12448.732154/2013-17 - DAMIR VRCIBRADIC - Retirado de pauta.
Processo: 12448.727251/2013-98 - EDMAR LELIO VIEIRA FARIA SOARES - Retirado de pauta.
Processo: 15504.720867/2011-42 - FRANCISCO DE AZEVEDO NETO - Resolução: 2201-000.299
Processo: 10437.720716/2014-64 - ANTONIO DIAS DE CASTRO - Acórdão: 2201-004.121
Processo: 19515.000736/2010-96 - ANTONIO DIAS DE CASTRO - Acórdão: 2201-004.122
Processo: 19515.000735/2010-41 - ERALDO DIAS DE CASTRO - Acórdão: 2201-004.123
Processo: 19515.000737/2010-31 - OSWALDO DIAS DE CASTRO - Acórdão: 2201-004.124
Processo: 19515.722757/2012-28 - RONY DAYAN - Acórdão: 2201-004.125
Processo: 11060.003066/2010-43 - GLEISA DE ALMEIDA STRAUSS - Acórdão: 2201-004.126
Processo: 11060.724059/2011-60 - HERMINDO FRACAO - Retirado de pauta.
Processo: 10140.720830/2011-77 - EDUARDO CARDOSO DE CARVALHO - Acórdão: 2201-004.127
Processo: 11060.003064/2010-54 - ALCINDO LUIZ MAFFINI - Acórdão: 2201-004.128
Processo: 11060.724061/2011-39 - JOAO FLAVIO BISSACOTTI - Acórdão: 2201-004.129

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente da 1ª Turma Ordinária

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 401, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Carlos Henrique de Oliveira (Presidente), Carlos Alberto do Amaral Azeredo, Douglas Kakazu Kushiyama, Marcelo Milton da Silva Risso, Daniel Melo Mendes Bezerra, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim e eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe de Equipe, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente justificadamente a Conselheira Dione Jesabel Wasilewski.

Processo: 13859.000279/00-83 - ROBERTO WILSON - Acórdão: 2201-004.130
Processo: 10865.000353/2005-14 - JOSE REINALDO MINETTO - Acórdão: 2201-004.131
Processo: 13884.000164/2005-01 - LUIZ GONZAGA PARAHYBA CAMPOS FILHO - Acórdão: 2201-004.132
Processo: 13839.001995/2007-08 - MASSAMARO SUGAWARA - Acórdão: 2201-004.133
Processo: 10830.016670/2009-75 - MAURO BORBA PINHEIRO - Acórdão: 2201-004.134
Processo: 10825.000975/2002-68 - NILTON CARLOS POLLICE SCUDELLER - Acórdão: 2201-004.135
Processo: 15889.000219/2010-18 - JOSE HAMILTON LAJARA - Acórdão: 2201-004.136
Processo: 10805.002663/2002-27 - FLORIANO RIBEIRO FILHO - Pedido de vista.
Processo: 19515.002781/2007-80 - JOAQUIM QUEDAS FILHO - Acórdão: 2201-004.137
Processo: 18471.000786/2007-69 - NET RIO LTDA - Resolução: 2201-000.300
Processo: 13851.000656/99-85 - CAMBUHY AGRICOLA LTDA - Acórdão: 2201-004.138
Processo: 10768.008739/99-28 - BBM YIELD INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO REFERENCIADO DI - Acórdão: 2201-004.139
Processo: 10980.006941/2003-75 - TVL VEICULOS LTDA - Acórdão: 2201-004.140
Processo: 14041.000013/2006-19 - AMERICEL S/A - Acórdão: 2201-004.141

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente da 1ª Turma Ordinária

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 401, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Carlos Henrique de Oliveira (Presidente), Carlos Alberto do Amaral Azeredo, Douglas Kakazu Kushiyama, Marcelo Milton da Silva Risso, Daniel Melo Mendes Bezerra, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim e eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe de Equipe, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente justificadamente a Conselheira Dione Jesabel Wasilewski.

Processo: 10830.006079/2003-14 - UNIMED CAMPINAS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO - Acórdão: 2201-004.142

Processo: 19515.006353/2009-98 - CARMO TUFFY JOAO - Acórdão: 2201-004.143

Processo: 11080.009650/2008-50 - NARA MARIA KRAY - Acórdão: 2201-004.144

Processo: 10855.003696/2006-22 - ANTONIO CARLOS RODRIGUES - Acórdão: 2201-004.145

Processo: 19515.000642/2005-50 - ARNALDO AZEVEDO NETO - Acórdão: 2201-004.146

Processo: 10665.000436/2005-51 - LUISMAR ANDRADE PEIXOTO - Acórdão: 2201-004.147

Processo: 10920.000020/2005-75 - MARIO CELSO PAIXAO PEREIRA - Acórdão: 2201-004.148

Processo: 13709.001682/2001-31 - PAULO CESAR DOS SANTOS PEREZ - Acórdão: 2201-004.149

Processo: 11030.722037/2016-27 - CARLOS ANGELO CAPPELLI - Acórdão: 2201-004.150

Processo: 18471.001145/2008-11 - CLAUDIO ANTONIO MATTOS DE SOUZA - Acórdão: 2201-004.151

Processo: 10945.000763/2009-91 - ERMESINDA ZAMPIROLLI AGRIZZI - Acórdão: 2201-004.152

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente da 1ª Turma Ordinária

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 401, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Carlos Henrique de Oliveira (Presidente), Carlos Alberto do Amaral Azeredo, Douglas Kakazu Kushiyama, Marcelo Milton da Silva Risso, Daniel Melo Mendes Bezerra, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim e eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe de Equipe, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente justificadamente a Conselheira Dione Jesabel Wasilewski.

Processo: 10620.001143/2003-46 - JOSE EVANGELISTA JUNIOR - Acórdão: 2201-004.153

Processo: 13839.001291/2001-31 - LUCIMEIRE DE ALMEIDA - Acórdão: 2201-004.154

Processo: 19515.002555/2006-18 - JASON PAULO DE OLIVEIRA - Acórdão: 2201-004.155

Processo: 11080.008919/2008-81 - ANTONIO CARLOS MARIANTE - Acórdão: 2201-004.156

Processo: 10183.003294/2007-69 - APARECIDA MARIA BORGES BEZERRA - Acórdão: 2201-004.157

Processo: 10907.002075/2007-50 - EDMILSON ALVES DE ARAUJO - Acórdão: 2201-004.158

Processo: 11020.724719/2011-89 - JUDITE VALENTI GIACOMELLO - Acórdão: 2201-004.159

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente da 1ª Turma Ordinária

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 401, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Carlos Henrique de Oliveira (Presidente), Carlos Alberto do Amaral Azeredo, Douglas Kakazu Kushiyama, Marcelo Milton da Silva Risso, Daniel Melo Mendes Bezerra, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim e eu, Eveline Coêlho de Melo Homar, Chefe de Equipe, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente justificadamente a Conselheira Dione Jesabel Wasilewski.

Processo: 17284.720409/2015-02 - RENATO TRISTAO MACHADO - Acórdão: 2201-004.160

Processo: 13123.000100/2005-12 - MARIA DE FATIMA CARNEIRO LEITE - Acórdão: 2201-004.161

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente da 1ª Turma Ordinária

2ª TURMA ORDINÁRIA

ATA DE JULGAMENTO

Ata de julgamento dos recursos das sessões ordinárias da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção

A íntegra das decisões proferidas - acórdãos e resoluções - serão publicadas no sítio do CARF em https://carf.fazenda.gov.br , podendo ser pesquisadas pelo número do acórdão ou da resolução, pelo número do processo ou pelo nome do contribuinte.

Os processos administrativos poderão ser acompanhados pelo sítio do CARF https://carf.fazenda.gov.br mediante cadastramento no sistema PUSH.

05 DE FEVEREIRO DE 2018 A 08 DE FEVEREIRO DE 2018

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, constatada a ausência de quórum regimental de que trata o art. 54 do Anexo II do RICARF, em razão da paralisação das atividades dos integrantes do cargo de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, que integram este Conselho na condição de Conselheiros representantes da Fazenda Nacional, conforme comunicação publicada no sítio do CARF, declara-se a impossibilidade de instalação da sessão desta 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, motivo pelo qual todos os processos abaixo listados serão retirados de pauta.

Processo: 10580.722326/2010-41 - UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10580.722324/2010-52 - UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10580.722331/2010-54 - UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10580.722322/2010-63 - UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10580.722328/2010-31 - UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10580.722325/2010-05 - UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10580.722323/2010-16 - UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10580.722330/2010-18 - UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10580.722329/2010-85 - UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10580.732469/2012-23 - UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10580.732468/2012-89 - UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10580.722327/2010-96 - UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10140.720479/2010-33 - SERVANGIO SERVICOS MEDICOS S/S - EPP - Retirado de pauta.

Processo: 11080.728038/2014-28 - LPS SUL - CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA. - Retirado de pauta.

Processo: 18088.720063/2012-71 - PAMIRO COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 18088.720062/2012-26 - PAMIRO COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 16327.720335/2013-28 - BANCO BRADESCO SA - Retirado de pauta.

Processo: 11516.722854/2013-80 - A. ANGELONI & CIA. LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 11080.728718/2014-41 - CENTRO CLINICO GAUCHO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 11080.729059/2015-41 - CENTRO CLINICO GAUCHO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10580.723145/2012-02 - PROMEDICA PATRIMONIAL S A PROPAT - Retirado de pauta.

Processo: 10166.723117/2010-14 - VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A - Retirado de pauta.

Processo: 10166.723121/2010-74 - VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A - Retirado de pauta.

Processo: 10166.723123/2010-63 - VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A - Retirado de pauta.

Processo: 10166.723122/2010-19 - VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A - Retirado de pauta.

Processo: 10166.723124/2010-16 - VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A - Retirado de pauta.

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

MARIA HELENA COTTA CARDOZO
Presidente da 2ª Câmara da 2ª Seção

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, constatada a ausência de quórum regimental de que trata o art. 54 do Anexo II do RICARF, em razão da paralisação das atividades dos integrantes do cargo de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, que integram este Conselho na condição de Conselheiros representantes da Fazenda Nacional, conforme comunicação publicada no sítio do CARF, declara-se a impossibilidade de instalação da sessão desta 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, motivo pelo qual todos os processos abaixo listados serão retirados de pauta.

Processo: 37048.291300/2006-55 - CSN - CIA. SIDERURGICA NACIONAL - Retirado de pauta.

Processo: 37048.331600/2006-84 - CSN - CIA. SIDERURGICA NACIONAL - Retirado de pauta.

Processo: 35570.005723/2006-19 - COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL - Retirado de pauta.

Processo: 35570.005721/2006-20 - COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL - Retirado de pauta.

Processo: 37048.267000/2006-55 - COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL - Retirado de pauta.

Processo: 10073.001986/2007-10 - COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL - Retirado de pauta.

Processo: 10073.001989/2007-53 - COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL - Retirado de pauta.

Processo: 10073.001985/2007-75 - COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL - Retirado de pauta.

Processo: 10073.001983/2007-86 - COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL - Retirado de pauta.

Processo: 10073.001990/2007-88 - CSN - Retirado de pauta.

Processo: 10073.001967/2007-93 - COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL - Retirado de pauta.

Processo: 17883.000208/2010-13 - COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL - Retirado de pauta.

Processo: 17883.000261/2010-14 - COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL - Retirado de pauta.

Processo: 35011.001095/2007-19 - JOAO SOCORRO CAVALCANTE DA COSTA - Retirado de pauta.

Processo: 10120.723266/2014-25 - COLEGIO OLIMPO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 35387.000566/2005-41 - COMPANHIA SIDERURGICA PAULISTA - COSIPA - Retirado de pauta.

Processo: 10120.722232/2014-13 - ENGEFORT CONSTRUTORA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL - Retirado de pauta.

Processo: 16682.720534/2011-25 - CONTAX S.A. - Retirado de pauta.

Processo: 10540.720239/2010-26 - MUNICIPIO DE GUANAMBI - Retirado de pauta.

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

MARIA HELENA COTTA CARDOZO
Presidente da 2ª Câmara da 2ª Seção

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, constatada a ausência de quórum regimental de que trata o art. 54 do Anexo II do RICARF, em razão da paralisação das atividades dos integrantes do cargo de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, que integram este Conselho na condição de Conselheiros representantes da Fazenda Nacional, conforme comunicação publicada no sítio do CARF, declara-se a impossibilidade de instalação da sessão desta 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, motivo pelo qual todos os processos abaixo listados serão retirados de pauta.

Processo: 16707.006585/2009-09 - CONSTRUTORA A GASPAR S/A - Retirado de pauta.

Processo: 16707.005909/2008-01 - CONSTRUTORA A GASPAR S/A - Retirado de pauta.

Processo: 16707.006597/2009-25 - CONSTRUTORA A GASPAR S/A - Retirado de pauta.

Processo: 16707.006591/2009-58 - CONSTRUTORA A GASPAR S/A - Retirado de pauta.

Processo: 16707.006588/2009-34 - CONSTRUTORA A GASPAR S/A - Retirado de pauta.

Processo: 16707.002135/2009-39 - CONSTRUTORA A GASPAR S/A - Retirado de pauta.

Processo: 16707.002132/2009-03 - CONSTRUTORA A GASPAR S/A - Retirado de pauta.

Processo: 16707.002130/2009-14 - CONSTRUTORA A GASPAR S/A - Retirado de pauta.

Processo: 16707.002129/2009-81 - CONSTRUTORA A GASPAR S/A - Retirado de pauta.

Processo: 16707.005907/2008-11 - CONSTRUTORA A GASPAR S/A - Retirado de pauta.

Processo: 16707.005905/2008-14 - CONSTRUTORA A GASPAR S/A - Retirado de pauta.

Processo: 16707.006590/2009-11 - CONSTRUTORA A GASPAR S/A - Retirado de pauta.

Processo: 16707.005903/2008-25 - CONSTRUTORA A GASPAR S/A - Retirado de pauta.

Processo: 16707.006589/2009-89 - CONSTRUTORA A GASPAR S/A - Retirado de pauta.

Processo: 16707.005901/2008-36 - CONSTRUTORA A GASPAR S/A - Retirado de pauta.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 16707.006586/2009-45 - CONSTRUTORA A GASPAR S/A - Retirado de pauta.
Processo: 11052.000578/2010-57 - SERES SERVICOS DE RECRUTAMENTO E SELECAO DE PESSOAL LTDA. - Retirado de pauta.
Processo: 13855.002707/2007-26 - ACEF S/A - Retirado de pauta.
Processo: 13855.002706/2007-81 - ACEF S/A - Retirado de pauta.
Processo: 13855.002661/2007-45 - ACEF S/A - Retirado de pauta.
Processo: 13855.002704/2007-92 - ACEF S/A SUC DE ACEF CULT E EDUC FCA LTD - Retirado de pauta.
Processo: 13855.002697/2007-29 - ACEF S/A SUC DE ACEF CULT E EDUC FCA LTD - Retirado de pauta.
Processo: 13855.002591/2007-25 - ACEF S/A SUC DE ACEF CULT EDUC DE FCA LT - Retirado de pauta.
Processo: 13855.002666/2007-78 - ACEF S/A SUCES DE ACEF CULT EDUC FCA LTD - Retirado de pauta.
Processo: 13855.002721/2007-20 - ACEF S/A. - Retirado de pauta.
Processo: 13855.002709/2007-15 - ACEF S/A. - Retirado de pauta.

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

MARIA HELENA COTTA CARDOZO
Presidente da 2ª Câmara da 2ª Seção

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, constatada a ausência de quórum regimental de que trata o art. 54 do Anexo II do RICARF, em razão da paralisação das atividades dos integrantes do cargo de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, que integram este Conselho na condição de Conselheiros representantes da Fazenda Nacional, conforme comunicação publicada no sítio do CARF, declara-se a impossibilidade de instalação da sessão desta 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, motivo pelo qual todos os processos abaixo listados serão retirados de pauta.
Processo: 15586.000299/2008-00 - COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO DO ESPIRITO SANTO - Retirado de pauta.
Processo: 15586.000297/2008-11 - COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO DO ESPIRITO SANTO - Retirado de pauta.
Processo: 16327.720960/2014-51 - BANCO BRADESCO SA - Retirado de pauta.
Processo: 15211.720029/2014-15 - LUIZ CARLOS CHAGAS - Retirado de pauta.
Processo: 10508.720556/2013-91 - ARILDO SILVA DE ALMEIDA - Retirado de pauta.
Processo: 19515.720432/2012-19 - EDISON SCROBACK - Retirado de pauta.
Processo: 10950.004608/2007-11 - CARLOS DE OLIVEIRA BELLI - Retirado de pauta.
Processo: 10940.720237/2011-13 - DARI ARAUJO FILHO - Retirado de pauta.
Processo: 10746.720616/2013-63 - RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO - Retirado de pauta.
Processo: 13984.000819/2009-39 - VALDOMIRO LEOPOLDO SCHONS - Retirado de pauta.
Processo: 10945.001103/2009-27 - CLAUDINEI SIQUEIRA MARTINS - Retirado de pauta.
Processo: 10935.005610/2009-59 - MARIONILCE GATTO - Retirado de pauta.
Processo: 11080.732355/2015-20 - GUNTHER WOLFGANG PLANGG - Retirado de pauta.
Processo: 10183.726963/2015-84 - ELDEMIR PEREIRA DE OLIVEIRA - Retirado de pauta.
Processo: 16095.000394/2006-28 - ENEDINA DOS SANTOS TORRES - Retirado de pauta.
Processo: 12448.728371/2015-74 - JOSE ASSARUHY FRANCO DE MORAES - Retirado de pauta.
Processo: 14751.720063/2011-69 - AFONSO NUNES DOS SANTOS - Retirado de pauta.
Processo: 11060.000247/2011-07 - ALFREDO WILLIAM LOSCO SOUTHALL - Retirado de pauta.
Processo: 13603.723511/2011-17 - ANGELA SEMAAN - Retirado de pauta.
Processo: 11080.006349/2005-41 - ANGELO GARBARSKI - Retirado de pauta.
Processo: 10940.720326/2011-51 - CARLOS ALBERTO BUCH PEREIRA - Retirado de pauta.
Processo: 11080.003381/2005-75 - CERILO PILAN - Retirado de pauta.
Processo: 15504.724180/2011-86 - JOSE MARIA DE CASTRO TOLEDO - Retirado de pauta.
Processo: 15504.724221/2011-34 - MARIA OLGA DOS SANTOS - Retirado de pauta.
Processo: 15504.720939/2011-51 - NELSON FURTADO DE AZEVEDO - Retirado de pauta.
Processo: 12897.000264/2009-41 - OLIMPIO UCHOA VIANNA - Retirado de pauta.

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

MARIA HELENA COTTA CARDOZO
Presidente da 2ª Câmara da 2ª Seção

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, constatada a ausência de quórum regimental de que trata o art. 54 do Anexo II do RICARF, em razão da paralisação das atividades dos integrantes do cargo de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, que integram este Conselho na condição de Conselheiros representantes da Fazenda Nacional, conforme comunicação publicada no sítio do CARF, declara-se a impossibilidade de instalação da sessão desta 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, motivo pelo qual todos os processos abaixo listados serão retirados de pauta.
Processo: 10830.722254/2011-24 - ORLANDO RUFO GONZALEZ - Retirado de pauta.
Processo: 19515.720155/2012-36 - IARA GALVAO GUAZZO - Retirado de pauta.
Processo: 13629.720397/2011-85 - MARCIO MORAES DE CASTRO - Retirado de pauta.
Processo: 17613.720604/2015-55 - PAULO WEIMAR PERDIGAO MAGALHAES - Retirado de pauta.
Processo: 19985.720633/2015-14 - CLAUDIO GOBETTI - Retirado de pauta.
Processo: 10855.722347/2015-02 - OSWALDO FERREIRA DE ALENCAR - Retirado de pauta.
Processo: 12448.726572/2013-75 - RONALDO CAVALIERI VARGES - Retirado de pauta.
Processo: 10730.005255/2001-67 - LUIZ CARLOS MENEZES JUNIOR - Retirado de pauta.
Processo: 19311.000019/2010-51 - ANA TOME MAMPRIN - Retirado de pauta.
Processo: 19311.000018/2010-14 - ANTONIO ROMILDO ROVERE - Retirado de pauta.
Processo: 19311.000017/2010-61 - ELINOR CELIA MAMPRIN - Retirado de pauta.
Processo: 19311.000016/2010-17 - IVETE ROVERE CHIQUETTO - Retirado de pauta.
Processo: 19311.000013/2010-83 - IVONE ROVERE - Retirado de pauta.
Processo: 19311.000015/2010-72 - JOSE CESAR TRIVELLATO - Retirado de pauta.
Processo: 19311.000014/2010-28 - VALMIK ANTONIO MAMPRIN - Retirado de pauta.
Processo: 12448.725761/2013-21 - JOSE ROBERTO ZIMMERMAN - Retirado de pauta.
Processo: 10980.724547/2015-56 - NEWTON ALVES DE REZENDE - Retirado de pauta.
Processo: 13305.720033/2015-81 - OSVALDINO ROCHA - Retirado de pauta.
Processo: 10580.726983/2014-91 - ROBERTO ALEXANDRE SCHLAEPFER FADUL - Retirado de pauta.
Processo: 12448.721320/2013-50 - RUY CARLOS BIZARRO WANDERLEY - Retirado de pauta.
Processo: 17335.720070/2016-74 - VICENTE DIAS SANTANA - Retirado de pauta.
Processo: 17335.720069/2016-40 - VICENTE DIAS SANTANA - Retirado de pauta.
Processo: 36918.000052/2005-11 - FIAT AUTOMOVEIS SA - Retirado de pauta.
Processo: 17546.001007/2007-69 - FRIGORIFICO CAMPOS DE SAO JOSE LTDA - ME - Retirado de pauta.

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

MARIA HELENA COTTA CARDOZO
Presidente da 2ª Câmara da 2ª Seção

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, constatada a ausência de quórum regimental de que trata o art. 54 do Anexo II do RICARF, em razão da paralisação das atividades dos integrantes do cargo de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, que integram este Conselho na condição de Conselheiros representantes da Fazenda Nacional, conforme comunicação publicada no sítio do CARF, declara-se a impossibilidade de instalação da sessão desta 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, motivo pelo qual todos os processos abaixo listados serão retirados de pauta.
Processo: 19515.002133/2010-29 - VICENTE RENATO PAOLILLO - Retirado de pauta.
Processo: 19515.003240/2005-15 - VICENTE RENATO PAOLILLO - Retirado de pauta.
Processo: 17335.720068/2016-03 - VICENTE DIAS SANTANA - Retirado de pauta.
Processo: 10380.722693/2016-97 - ANTONIO CARLOS LIMA DA COSTA - Retirado de pauta.
Processo: 15463.722800/2015-08 - HELIO JOAO SOARES - Retirado de pauta.
Processo: 16696.720721/2014-01 - JOAO LUIZ DOS SANTOS FERREIRA - Retirado de pauta.
Processo: 10283.721709/2015-61 - JORGE TENORIO LUCCHESI - Retirado de pauta.
Processo: 10140.720035/2016-93 - ALICE FETTER TORRACA - Retirado de pauta.
Processo: 13605.000388/2007-66 - ANTONIO CARLOS RIBEIRO MOREIRA - Retirado de pauta.
Processo: 12448.722136/2016-70 - CARLOS HENRIQUE MORENA - Retirado de pauta.
Processo: 10840.002719/2006-41 - FRANCISCO JOSE RESENDE - Retirado de pauta.
Processo: 11610.723695/2014-43 - GUIDO AMILCAR OROZCO DURAN - Retirado de pauta.
Processo: 12448.728932/2015-35 - KADIA DE MOURA GONCALVES - Retirado de pauta.
Processo: 10380.011704/2007-19 - MARIA CARMELIA FERNANDES MONTEIRO - Retirado de pauta.
Processo: 10660.722837/2012-35 - MARIANNA DOS REIS TEIXEIRA TIBURCIO - Retirado de pauta.
Processo: 13839.723414/2015-94 - MARLI DA SILVA FARCIC - Retirado de pauta.
Processo: 13706.000349/2009-92 - MERCEDES CORREA DA SILVA AMARAL - Retirado de pauta.
Processo: 15504.723802/2011-59 - MOISES DO SOCORRO DE OLIVEIRA - Retirado de pauta.
Processo: 10140.720817/2013-80 - OROZINA FERREIRA LIMA - Retirado de pauta.
Processo: 13771.720279/2013-95 - REYNALDO LUIZ FASSARELLA - Retirado de pauta.
Processo: 13706.006678/2008-66 - SEBASTIANA BANDEIRA ARANTES - Retirado de pauta.
Processo: 13637.720372/2015-14 - SEBASTIAO SILVANO DA SILVA FILHO - Retirado de pauta.
Processo: 11065.724088/2015-13 - VENANCIO AGUIAR CEZAR - Retirado de pauta.
Processo: 13749.720115/2013-45 - WALTER SARMENTO - Retirado de pauta.
Processo: 11543.720370/2014-50 - CARLOS FERREIRA NUNES - Retirado de pauta.
Processo: 10830.001556/2005-17 - ALFREDO DE ALCANTARA - Retirado de pauta.
Processo: 10930.001606/2007-08 - SANTINO GONCALVES - Retirado de pauta.
Processo: 10930.005828/2008-72 - SANTINO GONCALVES - Retirado de pauta.

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

MARIA HELENA COTTA CARDOZO
Presidente da 2ª Câmara da 2ª Seção

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, constatada a ausência de quórum regimental de que trata o art. 54 do Anexo II do RICARF, em razão da paralisação das atividades dos integrantes do cargo de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, que integram este Conselho na condição de Conselheiros representantes da Fazenda Nacional, conforme comunicação publicada no sítio do CARF, declara-se a impossibilidade de instalação da sessão desta 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, motivo pelo qual todos os processos abaixo listados serão retirados de pauta.
Processo: 10980.725971/2010-11 - QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA - Retirado de pauta.
Processo: 10980.725977/2010-81 - QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA - Retirado de pauta.
Processo: 10735.723186/2013-61 - MARIA HELENA HORTA DE ALVARENGA - Retirado de pauta.
Processo: 10735.723185/2013-16 - MARIA HELENA HORTA DE ALVARENGA - Retirado de pauta.
Processo: 10980.011229/2008-01 - ZM SA - Retirado de pauta.
Processo: 10183.721797/2009-81 - JOSE WILIAM GONCALVES - Retirado de pauta.
Processo: 10183.721768/2009-10 - JOSE WILIAM GONCALVES - Retirado de pauta.
Processo: 10183.721822/2009-27 - JOSE WILIAM GONCALVES - Retirado de pauta.
Processo: 16682.720835/2014-00 - PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS - Retirado de pauta.
Processo: 10872.720069/2015-32 - PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 16561.720011/2015-89 - VANGUARDA AGRO S.A. - Retirado de pauta.
Processo: 10840.002715/2004-09 - MAURO TODESCHINI - Retirado de pauta.
Processo: 13971.720402/2011-50 - RUI ALTENBURG - Retirado de pauta.
Processo: 19515.002963/2009-12 - TAM LINHAS AEREAS S/A. - Retirado de pauta.
Processo: 13005.722221/2013-67 - AUGUSTINHO GERVASIO GOTTEMS TELOKEN - Retirado de pauta.
Processo: 10730.006926/2005-31 - JOSE CARLOS PIRES COUTINHO - Retirado de pauta.
Processo: 10730.001863/2006-15 - JOSE CARLOS PIRES COUTINHO - Retirado de pauta.
Processo: 10730.001844/2007-61 - JOSE CARLOS PIRES COUTINHO - Retirado de pauta.
Processo: 15586.002317/2008-80 - BELINE JOSE SALLES RAMOS - Retirado de pauta.

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

MARIA HELENA COTTA CARDOZO
Presidente da 2ª Câmara da 2ª Seção

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, constatada a ausência de quórum regimental de que trata o art. 54 do Anexo II do RICARF, em razão da paralisação das atividades dos integrantes do cargo de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, que integram este Conselho na condição de Conselheiros representantes da Fazenda Nacional, conforme comunicação publicada no sítio do CARF, declara-se a impossibilidade de instalação da sessão desta 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, motivo pelo qual todos os processos abaixo listados serão retirados de pauta.

Processo: 10830.006989/2009-92 - FABIO FERREIRA ALBIERI - Retirado de pauta.

Processo: 10830.006988/2009-48 - ROGERIO FERREIRA ALBIERI - Retirado de pauta.

Processo: 11070.721605/2011-91 - LEOCLIDES MOACIR QUINZZANI - Retirado de pauta.

Processo: 18088.000356/2008-51 - EDUARDO DE MORAES URQUIZA - Retirado de pauta.

Processo: 11080.721630/2010-75 - DORIS REVERBEL DA SILVEIRA - Retirado de pauta.

Processo: 13855.000651/2011-51 - FRANCISCO BERNARDINO BARBOSA - Retirado de pauta.

Processo: 11040.720574/2011-17 - LUIS ROBERTO SILVA DA SILVA - Retirado de pauta.

Processo: 10675.002952/2007-63 - MARCOS DE MELO GONTIJO - Retirado de pauta.

Processo: 12963.000006/2010-68 - OLYNTHO PAULINO DA COSTA - Retirado de pauta.

Processo: 11516.720185/2014-92 - PAULO HENRIQUE MATTOS - Retirado de pauta.

Processo: 13839.002357/2004-53 - ANTONIO ROBERTO BEVILACQUA - Retirado de pauta.

Processo: 15868.720177/2012-45 - CARLOS ALBERTO DENARDI - Retirado de pauta.

Processo: 10830.008387/2009-70 - EDUARDO PECINI VALVERDE RODRIGUES - Retirado de pauta.

Processo: 15956.720124/2013-16 - GERALDO ALBERTO BORGES DE OLIVEIRA JUNIOR - Retirado de pauta.

Processo: 10830.722253/2012-61 - HIGINO DE VASCONCELLOS - Retirado de pauta.

Processo: 10835.000809/2003-23 - JOSE JORGE ROMAO - Retirado de pauta.

Processo: 10830.008386/2009-25 - JULIANA PECINI VALVERDE RODRIGUES - Retirado de pauta.

Processo: 13893.000698/2003-59 - MIGUEL GOMES DOS PASSOS - Retirado de pauta.

Processo: 15889.000282/2008-30 - NELSON PASCHOALOTTO - Retirado de pauta.

Processo: 15868.720175/2012-56 - PEDRO DENARDI JUNIOR - Retirado de pauta.

Processo: 15868.001150/2009-54 - ROSILENE RAHAL - Retirado de pauta.

Processo: 19515.002512/2006-32 - SERGIO ROBERTO GONCALVES BARBATO - Retirado de pauta.

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

MARIA HELENA COTTA CARDOZO
Presidente da 2ª Câmara da 2ª Seção

3ª SEÇÃO

2ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta Complementar de julgamento dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017).

DIA 14 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES

1 - Processo nº: 10467.900085/2011-65- Recorrente: AUTO POSTO RONALDAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LARISSA NUNES GIRARD
Presidente da 2ª Turma Extraordinária da 3ª Seção

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

1ª TURMA

ATA DE JULGAMENTO

Ata de julgamento dos recursos das sessões ordinárias da 1ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais

A integra das decisões proferidas - acórdãos e resoluções - serão publicadas no sitio do CARF em https://carf.fazenda.gov.br , podendo ser pesquisadas pelo número do acórdão ou da resolução, pelo número do processo ou pelo nome do contribuinte.

Os processos administrativos poderão ser acompanhados pelo sitio do CARF https://carf.fazenda.gov.br mediante cadastramento no sistema PUSH.

05 DE FEVEREIRO DE 2018 A 07 DE FEVEREIRO DE 2018

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, estando presentes os conselheiros André Mendes de Moura, Cristiane Silva Costa, Rafael Vidal de Araújo, Luis Flávio Neto, Flávio Franco Corrêa, Daniele Souto Rodrigues Amadio, Gerson Macedo Guerra, Adriana Gomes Rêgo (Presidente) e eu, Nathália Cristina de Oliveira das Neves Leite, Chefe Substituta do Serviço de Apoio ao Julgamento, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 16327.000967/2010-29 - GUIDE INVESTIMENTOS S.A. CORRETORA DE VALORES - Acórdão: 9101-003.376

Processo: 15521.000122/2007-79 - TRANSOCEAN BRASIL LTDA - Acórdão: 9101-003.377

Processo: 16643.720063/2013-83 - HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA - Acórdão: 9101-003.394

Processo: 10380.723670/2010-12 - INSTITUTO ASSISTENCIAL DE SPORTO EDUCATIVO IADE - Acórdão: 9101-003.378

Processo: 16004.001027/2009-66 - CINCO ESTRELAS DISTRIBUIDORA DE CARNES E DERIVADOS LTDA. - Acórdão: 9101-003.379

Processo: 16151.720048/2015-39 - PPL PARTICIPACOES LTDA. - Acórdão: 9101-003.380

Processo: 11080.101227/2003-04 - MAURICIO VIAN - ME - Acórdão: 9101-003.381

Processo: 11610.008263/2003-56 - STUDIO CORPO E DANCA - BALLET CRISTIANE RABELO LTDA - Acórdão: 9101-003.382

Processo: 13607.000736/2004-32 - BOBINADORA PX LTDA - Acórdão: 9101-003.383

Processo: 13609.000062/2004-56 - SORICE MONTAGENS ELETRICAS LTDA-ME - Acórdão: 9101-003.384

Processo: 13706.003523/2003-63 - ESPACO CULTURAL DO RECREIO LTDA ME - Acórdão: 9101-003.385

Processo: 13816.000329/2008-93 - JD. DIADEMA TRANSPORTES LTDA - ME - Acórdão: 9101-003.386

Processo: 13897.001135/2003-48 - DS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. - EPP - Acórdão: 9101-003.387

Processo: 13971.001651/2005-02 - BSN SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - EPP - Acórdão: 9101-003.388

Processo: 15971.000158/2008-35 - HILSDORF APRIMORAMENTO HUMANO E EMPRESARIAL LTDA - EPP - Acórdão: 9101-003.389

Processo: 16151.000067/2006-54 - JUSSARA MEDEIROS LINS LEAL - ME - Acórdão: 9101-003.390

Processo: 16151.000205/2006-03 - NOVACIA MARKETING E COMUNICACAO LTDA. - Acórdão: 9101-003.391

Processo: 11610.001457/2003-21 - USA CURSO DE IDIOMAS LTDA - Acórdão: 9101-003.392

Processo: 10840.000331/2003-62 - ARTE E SOM ESCOLA DE EDUCACAO MUSICAL LTDA - Acórdão: 9101-003.393

NATHÁLIA CRISTINA DE OLIVEIRA DAS NEVES LEITE
Chefe do Serviço de Apoio ao Julgamento
Substituta

RAFAEL VIDAL DE ARAÚJO
Presidente da 1ª Seção
Substituto

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, estando presentes os conselheiros André Mendes de Moura, Cristiane Silva Costa, Rafael Vidal de Araújo, Luis Flávio Neto, Flávio Franco Corrêa, Daniele Souto Rodrigues Amadio, Gerson Macedo Guerra, Adriana Gomes Rêgo (Presidente), José Eduardo Dornelas Souza (suplente convocado para os impedimentos de conselheiros) e eu, Nathália Cristina de Oliveira das Neves Leite, Chefe Substituta do Serviço de Apoio ao Julgamento, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 16561.720192/2012-09 - TILIBRA PRODUTOS DE PAPELARIA LTDA. - Acórdão: 9101-003.395

Processo: 10970.720351/2011-88 - TEMPO SERVICOS LTDA. - Acórdão: 9101-003.396

Processo: 10880.721862/2010-45 - INTERCEMENT BRASIL S.A. - Acórdão: 9101-003.397

Processo: 12448.737118/2012-69 - MMX MINERACAO E METALICOS S/A - Pedido de vista.

Processo: 10980.725496/2011-56 - CALAMO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE BELEZA S.A. - Pedido de vista.

Processo: 11065.722073/2011-89 - CONSERVAS ODERICH SA - Acórdão: 9101-003.399

Processo: 16327.721375/2013-97 - ITAU UNIBANCO S.A. - Acórdão: 9101-003.398

Processo: 16561.720045/2011-40 - USINA MOEMA ACUCAR E ALCOOL LTDA - Resolução: 9101-000.040

Processo: 19515.005924/2009-77 - CARVAJAL INFORMACAO LTDA. - EM RECUPERACAO JUDICIAL - Retirado de pauta.

Processo: 16327.720728/2012-51 - BANCO ITAU BBA S.A. - Retirado de pauta.

NATHÁLIA CRISTINA DE OLIVEIRA DAS NEVES LEITE
Chefe do Serviço de Apoio ao Julgamento
Substituta

RAFAEL VIDAL DE ARAÚJO
Presidente da 1ª Seção
Substituto

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, estando presentes os conselheiros André Mendes de Moura, Cristiane Silva Costa, Rafael Vidal de Araújo, Luis Flávio Neto, Flávio Franco Corrêa, Daniele Souto Rodrigues Amadio, Gerson Macedo Guerra, Adriana Gomes Rêgo (Presidente) e eu, Nathália Cristina de Oliveira das Neves Leite, Chefe Substituta do Serviço de Apoio ao Julgamento, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 14751.000133/2007-82 - COORT-PB COOPERATIVA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA DA PARAIBA LTDA - Acórdão: 9101-003.400

Processo: 10469.720529/2007-84 - COOPERATIVA ECM DOS MED,DOS PROF DE NIVEL SUP DA AREA DA SAUDE,DOS MEMB E SERV DO PODER JUD,DO MP E DE ORG JUR DA R - Acórdão: 9101-003.401

Processo: 11618.004253/2001-18 - UNIMED NORTE NORDESTE-FEDERACAO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MEDICO - Acórdão: 9101-003.402

Processo: 13227.720040/2007-43 - COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DE JI PARANA LTDA - Acórdão: 9101-003.403

Processo: 13629.001246/2006-67 - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS E PRESTADORES DE SERVICO DO GRUPO ARCELORMITTAL - Acórdão: 9101-003.404

Processo: 13830.001290/2003-39 - COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ESPUMAS E COLCHOES - COOPEC - Acórdão: 9101-003.405

Processo: 13982.000498/2006-40 - COOPERATIVA DE CREDITO MAXI ALFA DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS - Acórdão: 9101-003.406

Processo: 13982.000507/2006-01 - COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS ITAPIRANGA - Acórdão: 9101-003.407

Processo: 14751.000188/2007-92 - COOPERATIVA DOS ANESTESIOLOGISTAS DA PARAIBA - COOPANEST - PB - Acórdão: 9101-003.408

Processo: 16327.001145/2006-89 - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DA FEDERACAO DO COMERCIO, SESC E SENAC DE SAO PAULO - Acórdão: 9101-003.409

Processo: 16327.003851/2003-12 - COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO DE GUARIBA - Acórdão: 9101-003.410

Processo: 10925.002309/2006-60 - COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA DE CAMPOS NOVOS - COPERCAMPOS - Acórdão: 9101-003.411

Processo: 19515.000734/2010-05 - B2T PRESTACAO DE SERVICOS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 11065.001087/2009-41 - DAIBY S A - Acórdão: 9101-003.412

Processo: 10830.010605/2007-74 - CERVEJARIAS REUNIDAS SKOL CARACU S A - Acórdão: 9101-003.413

Processo: 16561.720135/2014-83 - ABB LTDA - Acórdão: 9101-003.414

Processo: 16561.720036/2013-11 - FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - Acórdão: 9101-003.415

Processo: 16561.000149/2008-39 - SANDVIK DO BRASIL S/A . INDUSTRIA E COMERCIO - Acórdão: 9101-003.416

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 10880.729277/2011-74 - SCHERING DO BRASIL QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA. - Acórdão: 9101-003.417

Processo: 16561.720006/2011-42 - VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA - Acórdão: 9101-003.418

Processo: 16643.720014/2014-21 - VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA - Acórdão: 9101-003.419

Processo: 16561.000057/2009-30 - SCHERING-PLOUGH INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA - Acórdão: 9101-003.420

NATHÁLIA CRISTINA DE OLIVEIRA DAS NEVES LEITE
Chefe do Serviço de Apoio ao Julgamento
Substituta

RAFAEL VIDAL DE ARAÚJO
Presidente da 1ª Seção
Substituto

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, estando presentes os conselheiros André Mendes de Moura, Cristiane Silva Costa, Rafael Vidal de Araújo, Luis Flávio Neto, Flávio Franco Corrêa, Daniele Souto Rodrigues Amadio, Gerson Macedo Guerra, Adriana Gomes Rêgo (Presidente), José Eduardo Dornelas Souza (suplente convocado para os impedimentos de conselheiros) e eu, Nathália Cristina de Oliveira das Neves Leite, Chefe Substituta do Serviço de Apoio ao Julgamento, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 10920.001571/2004-75 - EMPRESA BRASILEIRA DE COMPRESSORES S A EMBRACO - Acórdão: 9101-003.421

Processo: 13804.000928/2002-51 - CARGILL AGRICOLA S A - Acórdão: 9101-003.422

Processo: 10920.005514/2007-16 - WETZEL S/A - Acórdão: 9101-003.424

Processo: 16327.002326/00-10 - FENICIA ADMINISTRACAO DE NEGOCIOS E COBRANCA LTDA - Acórdão: 9101-003.423

Processo: 15540.000005/2009-49 - COBRAR ASSESSORIA EM COBRANCA LTDA - ME - Acórdão: 9101-003.425

Processo: 10580.723332/2013-69 - MACRO CONSTRUTORA EIRELI - Acórdão: 9101-003.426

Processo: 13005.721718/2014-49 - ALLIANCE ONE BRASIL EXPORTADORA DE TABACOS LTDA. - Pedido de vista.

Processo: 10768.015560/98-64 - HOSPITAIS INTEGRADOS DA GAVEA S/A - Pedido de vista.

Processo: 10980.011566/2003-85 - VALE BLANCO LTDA - Acórdão: 9101-003.427

Processo: 10675.003547/2006-81 - CTBC DATA NET TELECOMUNICACOES S/A - Acórdão: 9101-003.428

Processo: 16327.720512/2015-38 - JS ADMINISTRACAO DE RECURSOS LTDA. - Acórdão: 9101-003.429

NATHÁLIA CRISTINA DE OLIVEIRA DAS NEVES LEITE
Chefe do Serviço de Apoio ao Julgamento
Substituta

RAFAEL VIDAL DE ARAÚJO
Presidente da 1ª Seção
Substituto

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, estando presentes os conselheiros André Mendes de Moura, Cristiane Silva Costa, Rafael Vidal de Araújo, Luis Flávio Neto, Flávio Franco Corrêa, Daniele Souto Rodrigues Amadio, Gerson Macedo Guerra, Adriana Gomes Rêgo (Presidente), José Eduardo Dornelas Souza (suplente convocado para os impedimentos de conselheiros) e eu, Nathália Cristina de Oliveira das Neves Leite, Chefe Substituta do Serviço de Apoio ao Julgamento, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 16682.720072/2010-65 - BANCO NACIONAL S A EM LIQUIDACAO - Acórdão: 9101-003.430

Processo: 19515.723039/2012-79 - COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL - Resolução: 9101-000.041

Processo: 10882.722888/2016-86 - QUIXABA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. - Acórdão: 9101-003.431

Processo: 10508.720052/2017-03 - WAYTEC TECNOLOGIA EM COMUNICACAO LTDA - Acórdão: 9101-003.433

Processo: 16561.720180/2013-57 - HYPERMARCAS S/A - Acórdão: 9101-003.432

Processo: 10980.724978/2013-51 - POSITIVO INFORMATICA S/A - Resolução: 9101-000.042

Processo: 11516.723135/2012-03 - CAPITAL TRADE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - Resolução: 9101-000.043

Processo: 10980.011192/99-14 - DIVESA DISTRIB CURITIBANA VEICULOS LTDA - Acórdão: 9101-003.434

Processo: 15983.720365/2011-76 - C. H. M. DE OLIVEIRA CALCADOS - EPP - Acórdão: 9101-003.435

NATHÁLIA CRISTINA DE OLIVEIRA DAS NEVES LEITE
Chefe do Serviço de Apoio ao Julgamento
Substituta

RAFAEL VIDAL DE ARAÚJO
Presidente da 1ª Seção
Substituto

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, estando presentes os conselheiros André Mendes de Moura, Cristiane Silva Costa, Rafael Vidal de Araújo, Luis Flávio Neto, Flávio Franco Corrêa, Daniele Souto Rodrigues Amadio, Gerson Macedo Guerra, Adriana Gomes Rêgo (Presidente) e eu, Nathália Cristina de Oliveira das Neves Leite, Chefe Substituta do Serviço de Apoio ao Julgamento, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 13805.003604/93-30 - DERSA DESENVOLVIMENTO RODOVIARIO SA - Acórdão: 9101-003.437

Processo: 10882.003053/2004-90 - ROGE DISTRIBUIDORA E TECNOLOGIA S/A - Acórdão: 9101-003.439

Processo: 10930.003341/2004-21 - IRMAOS TUDINO LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 13709.001589/2001-27 - TELE RIO ELETRO DOMESTICOS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 11065.005085/2004-16 - SHOP FRUTAS COM. ATAC. DE FRUTAS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 11618.005014/2005-09 - ELIAS DOS SANTOS MOREIRA - EPP - Acórdão: 9101-003.438

Processo: 10930.004856/2003-68 - TOYOPAR IMPORTACAO E COMERCIO DE VEICULOS LTDA - Resolução: 9101-000.044

Processo: 10855.004766/2002-36 - JOSE NELSON CARNEIRO DO VAL - Resolução: 9101-000.047

Processo: 10980.007769/2004-58 - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS ANB FARMA LTDA. - Retirado de pauta.

Processo: 18471.002468/2004-90 - VIVIANA COMERCIO DE ARTIGOS INDUSTRIAIS LTDA - EPP - Resolução: 9101-000.045

Processo: 10380.002342/2003-41 - EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A - Resolução: 9101-000.046

Processo: 10945.003730/2002-26 - AUTO POSTO E MOTEL CARIM LTDA - Acórdão: 9101-003.441

Processo: 11610.002968/2007-93 - BANDEIRANTE ENERGIA S/A - Acórdão: 9101-003.436

Processo: 19515.004065/2007-37 - TRANSCONTINENTAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. - Retirado de pauta.

NATHÁLIA CRISTINA DE OLIVEIRA DAS NEVES LEITE
Chefe do Serviço de Apoio ao Julgamento
Substituta

RAFAEL VIDAL DE ARAÚJO
Presidente da 1ª Seção
Substituto

2ª TURMA

ATA DE JULGAMENTO

Ata de julgamento dos recursos das sessões ordinárias da 2ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais

A integra das decisões proferidas - acórdãos e resoluções - serão publicadas no sitio do CARF em https://carf.fazenda.gov.br , podendo ser pesquisadas pelo número do acórdão ou da resolução, pelo número do processo ou pelo nome do contribuinte.

Os processos administrativos poderão ser acompanhados pelo sitio do CARF https://carf.fazenda.gov.br mediante cadastramento no sistema PUSH.

29 DE JANEIRO DE 2018 A 31 DE JANEIRO DE 2018

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 2ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, estando presentes os conselheiros Maria Helena Cotta Cardozo, Patrícia da Silva, Elaine Cristina Monteiro e Silva Vieira, Ana Paula Fernandes, Heitor de Souza Lima Junior, Ana Cecília Lustosa da Cruz, Rita Eliza Reis da Costa Bacchieri, Luiz Eduardo de Oliveira Santos (Presidente em exercício) e eu, Polianna da Silva Ribeiro, Chefe do Serviço de Apoio ao Julgamento, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente, justificadamente, a conselheira Adriana Gomes Rêgo.

Processo: 10580.726609/2009-29 - ANTONIO LIMA FARIAS - Acórdão: 9202-006.334

Processo: 10530.723788/2009-38 - GIVANDRO JOSE CARDOSO - Acórdão: 9202-006.335

Processo: 10580.720160/2009-95 - MARIA GERALDINA SA DE SOUZA GALVAO - Acórdão: 9202-006.336

Processo: 10580.720737/2009-69 - TELMA LAURA SILVA BRITTO - Acórdão: 9202-006.337

Processo: 10580.720767/2009-75 - ANGELA BACELLAR BATISTA - Acórdão: 9202-006.338

Processo: 10580.721030/2009-70 - UBIRATAN MARINIELLO PIZZANI - Acórdão: 9202-006.339

Processo: 10580.722173/2008-18 - JOAO PINHEIRO DE SOUZA - Acórdão: 9202-006.340

Processo: 10580.722190/2008-55 - ESERVAL ROCHA - Acórdão: 9202-006.341

Processo: 10580.722304/2008-67 - RUTH PONDE LUZ - Acórdão: 9202-006.342

Processo: 10580.722474/2008-41 - BENEDITO DA CONCEICAO DOS ANJOS - Acórdão: 9202-006.343

Processo: 10580.725029/2010-58 - ANA CLAUDIA DE JESUS SOUZA - Acórdão: 9202-006.344

Processo: 10580.725145/2010-77 - FERNANDA MARINHO SILVA GODINHO - Acórdão: 9202-006.345

Processo: 10580.725806/2009-21 - HELIO JOSE NEVES DA ROCHA - Acórdão: 9202-006.346

Processo: 10580.726313/2009-16 - EMILIO JOSE DA CONCEICAO - Acórdão: 9202-006.347

Processo: 10580.726325/2009-32 - CLESIO ROMULO CARRILHO ROSA - Acórdão: 9202-006.348

Processo: 10580.726518/2009-93 - DANIELA PEREIRA GARRIDO PAZOS - Acórdão: 9202-006.349

Processo: 10580.726542/2009-22 - ABELARDO PAULO DA MATTA NETO - Acórdão: 9202-006.350

Processo: 10580.726999/2009-37 - VILEBALDO JOSE DE FREITAS PEREIRA - Acórdão: 9202-006.351

Processo: 10580.727061/2009-34 - MARIANA TEIXEIRA LOPES - Acórdão: 9202-006.352

Processo: 10580.727088/2009-27 - MARIANA VARJAO ALVES EVANGELISTA - Acórdão: 9202-006.353

Processo: 10580.727124/2009-52 - ARNALDO JOSE LEMOS DE SOUZA - Acórdão: 9202-006.354

Processo: 10580.727211/2009-18 - ROSITA FALCAO DE ALMEIDA MAIA - Acórdão: 9202-006.355

Processo: 10580.727297/2009-71 - ANDREA TEIXEIRA LIMA SARMENTO NETTO - Acórdão: 9202-006.356

Processo: 10580.727299/2009-60 - ANTONIO MARCELO OLIVEIRA LIBONATI - Acórdão: 9202-006.357

Processo: 10580.727311/2009-36 - CARLOS ALBERTO CARNEIRO BRANDAO FILHO - Acórdão: 9202-006.358

Processo: 10580.727340/2009-06 - FABIO ALEXSANDRO COSTA BASTOS - Acórdão: 9202-006.359

Processo: 10580.727637/2009-63 - MARIA LUCIA COELHO MATOS - Acórdão: 9202-006.360

Processo: 10507.000734/2008-15 - ARESTIDES ALVES DOS SANTOS - Acórdão: 9202-006.361

Processo: 10580.721314/2009-66 - LUCIA BASTOS FARIAS ROCHA - Acórdão: 9202-006.362

Processo: 10580.722178/2008-41 - GILBERTO DE FREITAS CARIBE - Acórdão: 9202-006.363

Processo: 10580.722438/2008-88 - HERMENEGILDO VIRGILIO DE QUEIROZ - Acórdão: 9202-006.364

Processo: 10580.726972/2009-44 - IVAN QUEIROZ PEREIRA - Acórdão: 9202-006.365

Processo: 18050.006982/2009-60 - RITA MARGARETH COELHO DA SILVA - Acórdão: 9202-006.366

Processo: 10580.726430/2009-71 - LAIS TELES FERREIRA - Acórdão: 9202-006.367

Processo: 10530.722168/2010-15 - SONIA REGINA ORLANDINI SUGA - Acórdão: 9202-006.368

Processo: 10530.723157/2010-52 - EDNA SARA MORAES DIAS DE CERQUEIRA - Acórdão: 9202-006.369

Processo: 10580.721858/2008-47 - GERALDO ANTONIO VILABOIM - Acórdão: 9202-006.370

Processo: 10580.721907/2008-41 - HERDIVAL DA COSTA TOURINHO - Acórdão: 9202-006.371

Processo: 10580.722007/2008-11 - TALMA MARQUES DE SOUZA - Acórdão: 9202-006.372

Processo: 10580.722011/2008-80 - OLDEMAR DE AZEVEDO CAMPELO - Acórdão: 9202-006.373

Processo: 10580.722012/2008-24 - VANDA ARAUJO ARAGAO - Acórdão: 9202-006.374

Processo: 10580.722175/2008-15 - NAGILA MARIA SALES BRITO - Acórdão: 9202-006.375

Processo: 10580.723450/2010-24 - TEREZA JOZILDA FREIRE DE CARVALHO - Acórdão: 9202-006.376

Processo: 10580.725746/2009-46 - SOLANGE DE LIMA RIOS - Acórdão: 9202-006.377

Processo: 10580.726056/2009-12 - JOSE LOIOLA FILHO - Acórdão: 9202-006.378

Processo: 10580.726255/2009-12 - NORMA ANGELICA REIS CARDOSO CAVALCANTI - Acórdão: 9202-006.379

Processo: 10580.726289/2009-15 - TANIA REGINA OLIVEIRA CAMPOS - Acórdão: 9202-006.380

Processo: 10580.726433/2009-13 - GLORIA BRAZILIRDES SCHITINI DE SOUZA - Acórdão: 9202-006.381

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 10580.726460/2009-88 - GRACE JACY DE MENEZES CAMPELO - Acórdão: 9202-006.382
Processo: 10580.726969/2009-21 - JOSEANE SUZART LOPES DA SILVA - Acórdão: 9202-006.383
Processo: 10580.726975/2009-88 - MARCIA CANCIO SANTOS BOMFIM - Acórdão: 9202-006.384
Processo: 10580.727425/2009-86 - LUCIANA ESPINHEIRA DA COSTA KHOURY - Acórdão: 9202-006.385
Processo: 10580.727445/2009-57 - LUIS CLAUDIO CUNHA NOGUEIRA - Acórdão: 9202-006.386
Processo: 10580.727597/2009-50 - MONICA BARROSO COSTA - Acórdão: 9202-006.387
Processo: 18050.007392/2009-54 - CARLOS ALBERTO NEVES ALBERGARIA BARRETO - Acórdão: 9202-006.388
Processo: 10580.721248/2009-24 - ELIENE SIMONE SILVA OLIVEIRA - Acórdão: 9202-006.389
Processo: 10580.725833/2009-01 - JOSE GAMA SANTOS - Acórdão: 9202-006.391
Processo: 13558.720813/2009-10 - MARCIO MONT ALEGRE PUBLIO DE SOUSA - Acórdão: 9202-006.392
Processo: 10580.726269/2009-36 - MARIA CRISTINA OLIMPIO - Acórdão: 9202-006.390
Processo: 10580.726897/2009-11 - MARIA DO SOCORRO SANTA ROSA DE CARVALHO HABIB - Acórdão: 9202-006.393
Processo: 10580.725846/2009-72 - PAULO SERGIO BARBOSA DE OLIVEIRA - Acórdão: 9202-006.394
Processo: 10580.724960/2010-19 - MARCELO DE OLIVEIRA BRANDAO - Acórdão: 9202-006.395
Processo: 13502.001090/2009-93 - AILTON SILVA - Acórdão: 9202-006.396
Processo: 10580.726898/2009-66 - BEATRIZ MARTINS DE ALMEIDA ALVES DIAS - Acórdão: 9202-006.397
Processo: 10580.720412/2009-86 - CAROLINA ALMEIDA DA CUNHA GUEDES - Acórdão: 9202-006.398
Processo: 10580.727431/2009-33 - CLAUDIO CESARE BRAGA PEREIRA - Acórdão: 9202-006.399
Processo: 10580.727314/2009-70 - DAISY LAGO RIBEIRO COELHO - Acórdão: 9202-006.400
Processo: 10580.723310/2010-56 - ICARO ALMEIDA MATOS - Acórdão: 9202-006.401
Processo: 18050.007602/2009-12 - MARIA CRISTINA LADEIA DE SOUZA - Acórdão: 9202-006.402
Processo: 10580.720868/2009-46 - MARILENE PEREIRA MOTA - Acórdão: 9202-006.403
Processo: 10580.727700/2010-03 - SONIA DA COSTA LEMOS CRESPO - Acórdão: 9202-006.404
Processo: 10540.001809/2009-41 - TEODOLINDO PEREIRA RODRIGUES - Acórdão: 9202-006.405

NATHÁLIA CRISTINA DE OLIVEIRA DAS NEVES LEITE
Chefe do Serviço de Apoio ao Julgamento
Substituta

LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
Presidente
Em exercício

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 2ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, estando presentes os conselheiros Maria Helena Cotta Cardozo, Patrícia da Silva, Elaine Cristina Monteiro e Silva Vieira, Ana Paula Fernandes, Heitor de Souza Lima Junior, Ana Cecília Lustosa da Cruz, Rita Eliza Reis da Costa Bacchieri, Luiz Eduardo de Oliveira Santos (Presidente em exercício) e eu, Polianna da Silva Ribeiro, Chefe do Serviço de Apoio ao Julgamento, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente, justificadamente, a conselheira Adriana Gomes Rêgo.

Processo: 10825.000916/2009-66 - RAIF BUTTROS - Acórdão: 9202-006.406
Processo: 10580.725820/2009-24 - EDMUNDO REIS SILVA FILHO - Acórdão: 9202-006.407
Processo: 10580.720906/2009-61 - ANA CARLA FONSECA LAGO - Acórdão: 9202-006.408
Processo: 10580.721043/2009-49 - EDICIRA CHANG GUIMARAES CARVALHO - Acórdão: 9202-006.409
Processo: 10580.726406/2009-32 - EDSON ALVES DOS SANTOS - Acórdão: 9202-006.421
Processo: 10580.721007/2009-85 - ELANE MARIA PINTO DA ROCHA - Acórdão: 9202-006.410
Processo: 10580.725808/2009-10 - MARIA DA CONCEICAO ROTONDANO GOMES LONGO - Acórdão: 9202-006.411
Processo: 10580.720489/2009-56 - MARLY BARRETO DE ANDRADE - Acórdão: 9202-006.412
Processo: 18050.007760/2009-64 - RICARDO MENEZES SOUZA - Acórdão: 9202-006.413
Processo: 13502.720382/2009-29 - ANDERSON DE SOUZA BASTOS - Acórdão: 9202-006.414
Processo: 10580.720628/2009-41 - CLEONICE DE SOUZA LIMA - Acórdão: 9202-006.415
Processo: 10580.725077/2009-11 - ANA PAULA CANNA BRASIL MOTTA - Acórdão: 9202-006.416
Processo: 10580.725085/2009-59 - MARCELO MIRANDA BRAGA - Acórdão: 9202-006.417
Processo: 10580.725851/2009-85 - OSVALDO ROSA FILHO - Acórdão: 9202-006.418
Processo: 10580.721280/2009-18 - ARMENIA CRISTINA SANTOS - Acórdão: 9202-006.419
Processo: 10580.722471/2008-16 - PLINIO CARNEIRO DA SILVA - Acórdão: 9202-006.420

NATHÁLIA CRISTINA DE OLIVEIRA DAS NEVES LEITE
Chefe do Serviço de Apoio ao Julgamento
Substituta

LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
Presidente
Em exercício

Aos trinta dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 2ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, estando presentes os conselheiros Maria Helena Cotta Cardozo, Patrícia da Silva, Elaine Cristina Monteiro e Silva Vieira, Ana Paula Fernandes, Heitor de Souza Lima Junior, Ana Cecília Lustosa da Cruz, Rita Eliza Reis da Costa Bacchieri, Luiz Eduardo de Oliveira Santos (Presidente em exercício) e eu, Polianna da Silva Ribeiro, Chefe do Serviço de Apoio ao Julgamento, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente, justificadamente, a conselheira Adriana Gomes Rêgo.

Processo: 10940.904467/2009-19 - JOSE LOSSO - Pedido de vista.
Processo: 10580.728070/2009-42 - ALOISIO DE CASTRO BRAGA - Acórdão: 9202-006.426
Processo: 10580.728265/2009-92 - EDUARDO AFONSO MAIA CARICCHIO - Acórdão: 9202-006.427
Processo: 16682.720352/2017-40 - PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS - Acórdão: 9202-006.473
Processo: 16327.720648/2012-03 - BM&F BOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS - Pedido de vista.
Processo: 10315.001005/2010-40 - MUNICIPIO DE BARBALHA - Acórdão: 9202-006.468
Processo: 11065.002449/2007-59 - IZABEL BRUXEL - ME - Acórdão: 9202-006.429
Processo: 17546.000181/2007-94 - MOTOROLA MOBILITY COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA - Resolução: 9202-000.179
Processo: 10320.003535/2009-10 - MUNICIPIO DE CODO - CAMARA MUNICIPAL - Acórdão: 9202-006.430
Processo: 10925.001666/2009-53 - COTRAMOL - COOPERATIVA DOS TRANSPORTADORES DE CARGA DO MEIO OESTE CATARINENSE - Acórdão: 9202-006.469
Processo: 19515.004216/2010-52 - ITW DELFAST DO BRASIL LTDA. - Acórdão: 9202-006.422
Processo: 19515.004218/2010-41 - ITW DELFAST DO BRASIL LTDA. - Acórdão: 9202-006.423
Processo: 15889.000377/2009-34 - RR AGROCOMERCIAL DO BRASIL LTDA. - Pedido de vista.
Processo: 15889.000378/2009-89 - RR AGROCOMERCIAL DO BRASIL LTDA. - Pedido de vista.
Processo: 15889.000379/2009-23 - RR AGROCOMERCIAL DO BRASIL LTDA. - Pedido de vista.
Processo: 13609.000596/2010-21 - SIDERURGICA BARAO DE MAUA LTDA - Acórdão: 9202-006.466

NATHÁLIA CRISTINA DE OLIVEIRA DAS NEVES LEITE
Chefe do Serviço de Apoio ao Julgamento
Substituta

LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
Presidente
Em exercício

Aos trinta dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 2ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, estando presentes os conselheiros Maria Helena Cotta Cardozo, Patrícia da Silva, Elaine Cristina Monteiro e Silva Vieira, Ana Paula Fernandes, Heitor de Souza Lima Junior, Ana Cecília Lustosa da Cruz, Rita Eliza Reis da Costa Bacchieri, Luiz Eduardo de Oliveira Santos (Presidente em exercício) e eu, Polianna da Silva Ribeiro, Chefe do Serviço de Apoio ao Julgamento, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente, justificadamente, a conselheira Adriana Gomes Rêgo.

Processo: 10865.002035/2009-11 - BAUMER S A - Acórdão: 9202-006.428
Processo: 10510.723115/2016-45 - ESTADO DE SERGIPE - Acórdão: 9202-006.434
Processo: 10510.723116/2016-90 - ESTADO DE SERGIPE - Acórdão: 9202-006.435
Processo: 15504.720697/2011-04 - FUNDACAO OASIS - Acórdão: 9202-006.436
Processo: 11040.720782/2012-99 - MASTER TRANSPORTES LTDA - Acórdão: 9202-006.437
Processo: 10920.004794/2007-37 - RF INTERMEDIACOES DE NEGOCIOS LTDA - Acórdão: 9202-006.438
Processo: 19515.005004/2009-59 - RYLKO SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA. - EPP - Acórdão: 9202-006.439
Processo: 19515.005005/2009-01 - RYLKO SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA. - Acórdão: 9202-006.440
Processo: 19515.005006/2009-48 - RYLKO SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA. - Acórdão: 9202-006.441
Processo: 44021.000430/2007-33 - STAR WORK SERVICOS LTDA - Acórdão: 9202-006.442
Processo: 44021.000431/2007-88 - STAR WORK SERVICOS LTDA - Acórdão: 9202-006.443
Processo: 19515.003981/2010-55 - TEXTUAL SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA - EPP - Acórdão: 9202-006.444
Processo: 11030.720642/2012-30 - TRANSPORTADORA SANA LTDA - Acórdão: 9202-006.445
Processo: 17460.000565/2007-57 - MEDINA CIA LTDA - ME - Acórdão: 9202-006.446
Processo: 17460.000597/2007-52 - MEDINA CIA LTDA - ME - Acórdão: 9202-006.447
Processo: 19515.720509/2011-61 - RUMO MALHA PAULISTA S.A. - Acórdão: 9202-006.448
Processo: 10925.001664/2009-64 - COTRAMOL - COOPERATIVA DOS TRANSPORTADORES DE CARGA DO MEIO OESTE CATARINENSE - Acórdão: 9202-006.449
Processo: 10925.001665/2009-17 - COTRAMOL - COOPERATIVA DOS TRANSPORTADORES DE CARGA DO MEIO OESTE CATARINENSE - Acórdão: 9202-006.450
Processo: 15504.018345/2008-81 - EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL MANGABEIRAS S/C LTDA - ME - Acórdão: 9202-006.451
Processo: 15504.018347/2008-71 - EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL MANGABEIRAS S/C LTDA - ME - Acórdão: 9202-006.452
Processo: 19515.004020/2010-68 - IPCON CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA. - ME - Acórdão: 9202-006.453
Processo: 19515.004214/2010-63 - ITW DELFAST DO BRASIL LTDA. - Acórdão: 9202-006.424
Processo: 19515.004215/2010-16 - ITW DELFAST DO BRASIL LTDA. - Acórdão: 9202-006.425
Processo: 14041.000399/2007-31 - JORLAN SA VEICULOS AUTOMOTORES IMPORTACAO E COMERCIO - Acórdão: 9202-006.454
Processo: 15504.728937/2012-91 - LOCALIZA RENT A CAR SA - Retirado de pauta.
Processo: 10530.724546/2009-61 - MUNICIPIO DE IRECE - Acórdão: 9202-006.455
Processo: 13509.000068/2011-81 - OLDESA OLEO DE DENDE LTDA - Acórdão: 9202-006.456
Processo: 10935.008273/2007-90 - PEDRO MUFFATO & CIA LTDA - Acórdão: 9202-006.457
Processo: 10935.008275/2007-89 - PEDRO MUFFATO & CIA LTDA - Acórdão: 9202-006.458
Processo: 15889.000372/2009-10 - RR AGROCOMERCIAL DO BRASIL LTDA. - Pedido de vista.
Processo: 15889.000382/2009-47 - RR AGROCOMERCIAL DO BRASIL LTDA. - Pedido de vista.
Processo: 13864.000211/2010-12 - SADEFEM EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S/A - Acórdão: 9202-006.459
Processo: 13864.000227/2010-17 - SADEFEM EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S/A - Acórdão: 9202-006.460
Processo: 10580.723769/2009-16 - SARTRE EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA - Acórdão: 9202-006.461
Processo: 13896.003564/2008-74 - SD&W MODELAGEM E SOLUCOES ESTRATEGICAS LTDA. - Acórdão: 9202-006.462
Processo: 14041.001117/2008-02 - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - Acórdão: 9202-006.463
Processo: 14120.000151/2009-52 - SELETA SOCIEDADE CARITATIVA E HUMANITARIA - Acórdão: 9202-006.431
Processo: 14120.000155/2009-31 - SELETA SOCIEDADE CARITATIVA E HUMANITARIA - Acórdão: 9202-006.432
Processo: 13609.000593/2010-97 - SIDERURGICA BARAO DE MAUA EIRELI - Acórdão: 9202-006.464
Processo: 13609.000594/2010-31 - SIDERURGICA BARAO DE MAUA EIRELI - Acórdão: 9202-006.465
Processo: 10680.011220/2007-95 - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICACOES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - SINTTEL-MG - Acórdão: 9202-006.472
Processo: 17883.000289/2010-51 - SOBEU - ASSOCIACAO BARRAMANSENSE DE ENSINO - Acórdão: 9202-006.467
Processo: 36624.014051/2006-22 - SOCIEDADE DE INSTRUCAO E BENEFICENCIA - Acórdão: 9202-006.474
Processo: 10120.000447/2010-56 - SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA - Acórdão: 9202-006.433
Processo: 14485.001640/2007-21 - SYNGENTA SEEDS LTDA. - Acórdão: 9202-006.475

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 15586.001912/2010-12 - V & M INDUSTRIAL EXPORTADORA SA. - Acórdão: 9202-006.476

Processo: 15586.001915/2010-56 - V & M INDUSTRIAL EXPORTADORA SA. - Acórdão: 9202-006.477

Processo: 14098.000133/2009-03 - VIANA TRADING IMPORTACAO E EXPORTACAO DE CEREAIS LTDA - Acórdão: 9202-006.489

NATHÁLIA CRISTINA DE OLIVEIRA DAS NEVES LEITE
Chefe do Serviço de Apoio ao Julgamento
Substituta

LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
Presidente
Em exercício

Aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 2ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, estando presentes os conselheiros Maria Helena Cotta Cardozo, Patrícia da Silva, Elaine Cristina Monteiro e Silva Vieira, Ana Paula Fernandes, Heitor de Souza Lima Junior, Ana Cecília Lustosa da Cruz, Rita Eliza Reis da Costa Bacchieri, Luiz Eduardo de Oliveira Santos (Presidente em exercício) e eu, Polianna da Silva Ribeiro, Chefe do Serviço de Apoio ao Julgamento, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente, justificadamente, a conselheira Adriana Gomes Rêgo

Processo: 19515.006370/2008-44 - HAY DO BRASIL CONSULTORES LTDA - Resolução: 9202-000.181

Processo: 19515.006372/2008-33 - HAY DO BRASIL CONSULTORES LTDA - Resolução: 9202-000.180

Processo: 19515.006373/2008-88 - HAY DO BRASIL CONSULTORES LTDA - Acórdão: 9202-006.478

Processo: 19515.006374/2008-22 - HAY DO BRASIL CONSULTORES LTDA - Acórdão: 9202-006.479

Processo: 16327.001275/2010-06 - CREDIT SUISSE (BRASIL) DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. - Acórdão: 9202-006.470

Processo: 16327.001276/2010-42 - CREDIT SUISSE (BRASIL) DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. - Acórdão: 9202-006.471

Processo: 16327.001277/2010-97 - CREDIT SUISSE (BRASIL) DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. - Acórdão: 9202-006.490

Processo: 13116.001044/2007-86 - BV COMERCIO DE CARNES LTDA - Acórdão: 9202-006.480

Processo: 10293.720080/2007-11 - ACIR ISRAEL CACCIA - Acórdão: 9202-006.491

Processo: 10768.720168/2006-11 - ADELMAR PINHEIRO SILVA - Acórdão: 9202-006.492

Processo: 10540.720114/2007-09 - BARRA VELHA AGRO PECUARIA LTDA - ME - Acórdão: 9202-006.481

NATHÁLIA CRISTINA DE OLIVEIRA DAS NEVES LEITE
Chefe do Serviço de Apoio ao Julgamento
Substituta

LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
Presidente
Em exercício

Aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 2ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, estando presentes os conselheiros Maria Helena Cotta Cardozo, Patrícia da Silva, Elaine Cristina Monteiro e Silva Vieira, Ana Paula Fernandes, Heitor de Souza Lima Junior, Ana Cecília Lustosa da Cruz, Rita Eliza Reis da Costa Bacchieri, Luiz Eduardo de Oliveira Santos (Presidente em exercício) e eu, Polianna da Silva Ribeiro, Chefe do Serviço de Apoio ao Julgamento, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente, justificadamente, a conselheira Adriana Gomes Rêgo.

Processo: 10925.001667/2009-06 - COTRAMOL COOPER TRANSP CARGA M O CATAR - Acórdão: 9202-006.486

Processo: 13971.004043/2010-17 - VIA BLUMENAU INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI - Acórdão: 9202-006.487

Processo: 13971.004045/2010-06 - VIA BLUMENAU INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - Acórdão: 9202-006.488

Processo: 13971.004044/2010-53 - VIA BLUMENAU INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - Acórdão: 9202-006.485

Processo: 15586.000523/2008-55 - INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE VITORIA - Pedido de vista.

Processo: 16045.000385/2010-17 - INDUSTRIAS QUIMICAS TAUBATE S A IQT - Acórdão: 9202-006.482

Processo: 16045.000386/2010-53 - INDUSTRIAS QUIMICAS TAUBATE S A IQT - Acórdão: 9202-006.483

Processo: 16045.000387/2010-06 - INDUSTRIAS QUIMICAS TAUBATE S A IQT - Acórdão: 9202-006.484

NATHÁLIA CRISTINA DE OLIVEIRA DAS NEVES LEITE
Chefe do Serviço de Apoio ao Julgamento
Substituta

LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
Presidente
Em exercício

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

PAUTA DE JULGAMENTO DA 411ª SESSÃO A SER REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2018

A ser realizada no Edifício-Sede do Banco Central do Brasil, no Auditório Dênio Nogueira, 1º subsolo, torre 4, Setor Bancário Sul (SBS), Quadra 3, Bloco B - Brasília (DF), na data a seguir mencionada.

DIA 20 DE MARÇO DE 2018, TERÇA-FEIRA, ÀS 14H.

Recurso 13.713 (processo eletrônico 10372.000148/2016-45) - BCB 1201547883 - Recorrentes: Banco Ficsa S.A., Antônio Federici, Cláudio Messias Ferro, Eloy Fontes Lessa Filho, Masami Yokochi e Oriovaldo Tumoli. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relatora: Ana Paula Zanetti de Barros Moreira.

Recurso 13.747 (processo eletrônico 10372.000163/2016-93) - CVM 11/2002 - I - Recorrentes: Alaor Alvim Pereira, Aldo de Almeida Junior, Alfredo Sadi Prestes, Arlei Mário Pinto de Lara, Aroldo dos Santos Carneiro, Elio Poletto Panato, Manoel Campinha Garcia Cid, Nilton Hirt Mariano, Oswaldo Rodrigues Batata, Sérgio Eloi Druszcz e Wilson Mugnaini. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários - II - Recorrente: Comissão de Valores Mobiliários. Recorridos: Acir Eloir Pinto da Rocha, Alaor Alvim Pereira, Aldo de Almeida Junior, Aristeu Cruz, Domingos Tarço Murta Ramalho, Elio Poletto Panato, Gabriel Nunes Pires Neto, Geraldo Marques, Giovani Gionédis, Guntolf Van Kaick, Honório Petersen Hungria, José Carlos Galvão, José Silvio de Oliveira Capucho, Kenji Iwamoto, Manoel Campinha Garcia Cid, Maria Miyuki Endo Ravedutti, Miguel Salomão, Nestor Celso Imthon Bueno, Nilton Hirt Mariano, Oswaldo Rodrigues Batata, Paulo Roberto Rocha Krüger e Valdemar José Cequinel. Relatora: Ana Paula Zanetti de Barros Moreira. Julgamento adiado por pedido de vista do Conselheiro Alexandre Henrique Graziano na 410ª sessão.

Recurso 13.748 (processo eletrônico 10372.000079/2016-70) - CVM SP2007/113 - Recorrente: Comissão de Valores Mobiliários. Recorridos: Carlos Frederico Sobral Elias, Oswald José Levy de Souza e Pedro Stenzel Brasiliano da Costa. Relator: Sérgio Cipriano dos Santos. Julgamento adiado por pedido de vista do Conselheiro Antonio Augusto de Sá Freire Filho na 410ª sessão.

Recurso 13.869 (processo eletrônico 10372.000343/2016-75) - CVM IA2010/1 - Recorrentes: BI Capital Gestão de Recursos Ltda., Alexandre Graever e Reinaldo Zakalski da Silva. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa.

Recurso 13.911 (processo eletrônico 10372.000106/2016-12) - BCB 9900966552 - Recorrente: Banco Boavista Interatlântico S.A. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa. Julgamento adiado por pedido de vista da Conselheira Adriana Dullius na 392ª sessão.

Recurso 14.039 (processo eletrônico 10372.000143/2016-12) - CVM RJ2012/6160 - I - Recorrentes: Altino Ventura Filho, Marcelo Viana Estevão de Moraes, Miriam Aparecida Belchior e Swedenberger do Nascimento Barbosa. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários - II - Recorrente: Comissão de Valores Mobiliários. Recorridos: José Ailton de Lima, José Pedro de Alcântara Júnior, Marcos José Mota de Cerqueira e Mozart Bandeira Arnaud. Relator: Sérgio Cipriano dos Santos.

Recurso 14.044 (processo eletrônico 10372.000138/2016-18) - CVM RJ2013/11706 - Recorrente: Marcelo Tjurs. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relator: Alexandre Henrique Graziano.

Recurso 14.164 (processo eletrônico 10372.000235/2016-01) - CVM RJ2012/13047 - I - Recorrentes: Ângela Nerly Pereira, Cristiano Motta Cruz e Fernando Alves de Oliveira. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários - II - Recorrente: Comissão de Valores Mobiliários. Recorridos: Luiz Eduardo Haus Sukienik e Marlei Feliciano. Relatora: Ana Paula Zanetti de Barros Moreira.

Recurso 14.180 (processo eletrônico 10372.000165/2016-82) - CVM RJ2011/2595 - Recorrente: Comissão de Valores Mobiliários. Recorridos: Estado do Espírito Santo, Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, Anderson Ferrari Júnior, Constantino Colodetti, Haroldo Corrêa Rocha, Leandro Antônio da Silva Tavares, Mônica Campos Torres, Neivaldo Bragato, Paulo Roberto Mendonça França, Ranieri Feres Doellinger, Roberto da Cunha Penedo, Ronaldo Hoffmann, Sergio Aboudib Ferreira Pinto e Usiel Carneiro de Souza. Relatora: Adriana Cristina Dullius.

Recurso 14.208 (processo eletrônico 10372.000172/2016-84) - BCB 1301587944 - Recorrentes: Jugasa Administradora de Consórcios S.A. e Diniz Benedet Gaidzinski. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Antonio Augusto de Sá Freire Filho.

Recurso 14.362 (processo eletrônico 10372.000286/2016-24) - CVM RJ2011/5211 - Recorrentes: Carmen Vetter Werner, Eunildo Lázaro Rebelo, Renato Werner, Valmir Osni de Espíndola e Walter Weidlich Filho. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relator: Alexandre Henrique Graziano.

ecurso 14.390 (processo eletrônico 10372.000307/2016-10) - CVM IA2009/9 - I - Recorrentes: Carla Cico, Paulo Pedrão Rio Branco e Verônica Valente Dantas. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários - II - Recorrente: Comissão de Valores Mobiliários. Recorridos: Carla Cico, Danielle Silbergleid Ninio, Maria Amália Delfim de Melo Coutrim, Paulo Pedrão Rio Branco, Rodrigo Bhering Andrade e Verônica Valente Dantas. Relator: Francisco Papellás Filho. Julgamento adiado por pedido de vista do Conselheiro Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa na 407ª sessão; Julgamento adiado por pedido de vista do Conselheiro Thiago Paiva Chaves na 410ª sessão.

Recurso 14.396 (processo eletrônico 10372.000312/2016-14) - CVM RJ2013/1730 - Recorrente: Comissão de Valores Mobiliários. Recorrido: Cícero Aurélio Sinisgalli Júnior. Relator: Antonio Augusto de Sá Freire Filho.

Recurso 14.406 (processo eletrônico 10372.000282/2016-46) - BCB 1201564642 - Recorrentes: BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, Didimo Santana Fernandes Junior, Marcelo Parente Vives, Mario Antonio Thomazi, Milton Roberto Pereira, Walter Guilherme Piacsek Junior, Wilson Masao Kuzuhara e Yeh Jui Cheng. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa.

Recurso 14.429 (processo eletrônico 10372.000409/2016-27) - CVM RJ2013/1852 - Recorrentes: Antonio Romualdo Sarges de Macedo, Elaine Nair Souza de Souza, José Severino Filho e Maria Ancila Severino de Freitas. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relator: Sérgio Cipriano dos Santos.

Recurso 14.460 (processo eletrônico 10372.000380/2016-83) - CVM IA2011/02 - Recorrentes: Construtora MG S.A., Eliane de Freitas Duque Moreira, Marcelle Pinheiro Augusto Ferreira, Nielsen Marques Barbosa, Roberto Amaral Cruz e Wilson Nardin Simplício. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relator: Thiago Paiva Chaves.

Recurso 14.486 (processo eletrônico 10372.000382/2016-72) - CVM RJ2011/11073 - I - Recorrentes: Alexandre Bride, José Martins Pereira, José Roberto Amorielo, Regina Martin Ferrari, Reno Ferrari e Reno Ferrari Filho. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários - II - Recorrente: Comissão de Valores Mobiliários. Recorridos: Alexandre Bride, Jose Martins Pereira, Paulo César de Moura Bueno, Reno Ferrari e Reno Ferrari Filho . Relator: Thiago Paiva Chaves.

Recurso 14.487 (processo eletrônico 10372.000370/2016-48) - CVM RJ2014/5099 - Recorrentes: Sajuthá-Rio Participações S.A., Maria Isbela Lemos de Moraes e Wilson Lemos de Moraes Junior. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relator: Antonio Augusto de Sá Freire Filho.

Processo eletrônico 10372.000091/2017-65 - BCB 1301588317 - Recorrentes: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Machado - Credisis Ji-Cred, Celso Vieira, Elton Pereira de Oliveira, Fausto Martins, Gilberto Borgio, João Luiz Esteves, Luiz Carlos Lyra, Magno Kohnlein, Marcello Raimundo da Silva, Marivaldo Alves Moreira, Milton Crevelaro e Paulo Roberto Barbosa Lima. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa.

Processo eletrônico 10372.000101/2017-62 - BCB 1401593578 - Recorrentes: Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e demais Profissionais da Saúde do Vale do Paraíba Ltda. - Unicred Vale do Paraíba, Carlos Enrique Quiroz Caso, Danilo de Mattos Spinelli, Edgard Pereira da Silva, Edison Lourenço Riccomi, Edmilson Leão, Flávio José Rangel Roma, Francir Veneziani Silva, Gilberto Antônio Dumalakas, Guilherme Nunes Zuppi, João Carlos Carvalho de Bacigalupo, Joaquim Ferreira Neto, José Ângelo Antônio Tralli, José Flávio Raymundo Gil, José Luís Barreto Alves, Luiz Carlos de Oliveira Simon, Márcio Rangel de Mello, Sidney Bandeira Cartaxo e Wagner José Luciano Rosa. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Alexandre Henrique Graziano.

Processo eletrônico 10372.100145/2017-91 - CVM RJ2014/7199 - Recorrentes: ETAE Auditores Independentes, Flávio de Augusto Isihi e Tuneo Ono. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relator: Thiago Paiva Chaves.

Processo eletrônico 10372.100189/2017-11 - BCB 1501609932 - Recorrentes: Fra-Freire Administradora de Consórcios Ltda., Celso Oliveira Freire e Francisco Freire. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Alexandre Henrique Graziano.

Processo eletrônico 10372.100192/2017-35 - CVM RJ2014/6515 - Recorrentes: INSIDE Administradora e Participações Ltda., Edmar de Assis e Edmilson de Assis. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relator: Sérgio Cipriano dos Santos.

Processo eletrônico 10372.100196/2017-13 - CVM RJ2014/3839 - Recorrentes: Alexandre Fonseca Dinkelman, Cristiano Gaspar Machado e Nicholas Vincent Reade. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relator: Thiago Paiva Chaves.

Processo eletrônico 10372.100197/2017-68 - COAF 11893.000051/2014-54 - Recorrentes: M3 Motors Ltda. e Marcos de Almeida Faria. Recorrido: Conselho de Controle de Atividades Financeiras. Relator: Sérgio Cipriano dos Santos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo eletrônico 10372.100205/2017-76 - CVM RJ2014/12921 - Recorrente: Mario Calfat Neto. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relatora: Adriana Cristina Dullius.

Processo eletrônico 10372.100230/2017-50 - CVM RJ2016/4134 - Recorrente: Caio Albino de Souza. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relator: Sérgio Cipriano dos Santos.

Processo eletrônico 10372.100253/2017-64 - COAF 11893.000114/2016-34 - Recorrente: MBM Fomento Mercantil - Eireli. Recorrido: Conselho de Controle de Atividades Financeiras. Relator: Alexandre Henrique Graziano.

Processo eletrônico 10372.100258/2017-97 - BCB 1501609956 - Recorrentes: Delisa de Sá Herdem Lima e Monica de Sá Herdem. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Antonio Augusto de Sá Freire Filho.

Processo eletrônico 10372.100278/2017-68 - SUSEP 15414.000639/2011-61 - Recorrente: Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados. Relator: Antonio Augusto de Sá Freire Filho.

Processo eletrônico 10372.100301/2017-14 - BCB 1601624420 - Recorrente: Lumberbras Ltda. - EPP. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Antonio Augusto de Sá Freire Filho.

a) Total de Recursos: 31 (trinta e um).

b) ADITAMENTOS/RETIRADA DE PAUTA - Recomenda-se consulta sistemática ao DOU e ao sítio eletrônico do CRSFN, página "Pautas de Julgamento" (http://fazenda.gov.br/orgaos/colegiados/crsfn/pautas-das-sessoes), para verificar se foi eventualmente publicado aditamento à pauta desta sessão no prazo regimental ou se restou efetuada anotação sobre processos retirados de pauta, até o dia útil imediatamente anterior à data da sessão, os quais serão objeto de julgamento em data futura.

c) SUSPENSÃO DOS TRABALHOS - Salientamos o disposto no § 3º do art. 22 do Regimento Interno do CRSFN, aprovado pela Portaria MF nº 68, de 26 de fevereiro de 2016: "Nos casos em que se tornar impossível julgar todos os processos da pauta ou quando não se concluir o julgamento na data designada, fica facultado ao Presidente suspender a sessão e reiniciá-la no dia útil subsequente, independentemente de nova convocação e publicação".

d) PEDIDOS DE SUSTENTAÇÃO ORAL E DE PREFERÊNCIA NA ORDEM DE JULGAMENTO - As partes ou procuradores constituídos poderão solicitar inclusão na lista de sustentação oral e de preferência na ordem de julgamento pelo envio do formulário eletrônico disponível no sítio eletrônico do CRSFN na página "Serviços>Pedido de Sustentação Oral e de Preferência" (http://fazenda.gov.br/orgaos/colegiados/crsfn/servicos/sustentacao-oral), preferencialmente antes da data da Sessão de Julgamento em questão. Na medida do possível, os pedidos de sustentação oral enviados pelo portal do CRSFN serão considerados na ordem de julgamento.

e) ENVIO DE MEMORIAIS - Para o envio de memoriais, favor utilizar-se do formulário eletrônico disponível no website do CRSFN na página "Serviços>Envio de Memorial" (http://fazenda.gov.br/orgaos/colegiados/crsfn/servicos/envio-memorial).

Brasília, 23 de fevereiro de 2018.
FERNANDO LIMA PEREIRA DUTRA
Secretário Executivo

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO

Em atendimento à solicitação da SEFAZ/BA, retifica-se o Ato COTEPE/PMPF nº 4, de 22 de fevereiro de 2018, publicado no DOU de 23 de fevereiro de 2018, Seção 1, página 57, na linha referente ao Estado da Bahia:

Onde se lê:

*BA	4,2500	4,5000	3,4500	3,3500	4,0700	4,7800	4,8500	3,2010	2,4400	-	-	-

Leia-se:

*BA	4,2500	4,5000	3,4500	3,3500	4,7800	4,8500	-	3,2010	2,4400	-	-	-

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 2ª REGIÃO

PORTARIA Nº 9, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

Cancela certidão de regularidade fiscal.

O PROCURADOR-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 2ª REGIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76/79/81 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria nº 257, de 23 de junho de 2009, (DOU de 25/06/2009), e considerando o despacho proferido no processo administrativo nº 10080.000203/1215-73, resolve:

Art. 1º Cancelar a Certidão Conjunta expedida sob o Código de Controle nº 16AE.1B80.13FD.4D45, em favor de EXPRESSO UNIAO LTDA, CNPJ nº 19.350.180/0001-60, datada de 25 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VINICIUS BRANDÃO DE QUEIROZ

PORTARIA Nº 10, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

Cancela certidão de regularidade fiscal.

O PROCURADOR-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 2ª REGIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76/79/81 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria nº 257, de 23 de junho de 2009, (DOU de 25/06/2009), e considerando o despacho proferido no processo administrativo nº 10080.000203/1215-73, resolve:

Art. 1º Cancelar a Certidão Conjunta expedida sob o Código de Controle nº FEED.48B6.7937.1066, em favor de EXPRESSO UNIAO LTDA, CNPJ nº 19.350.180/0001-60, datada de 22 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VINICIUS BRANDÃO DE QUEIROZ

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.791, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Aprova o programa multiplataforma Recolhimento Mensal Obrigatório (Carnê-Leão) do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física relativo ao ano-calendário de 2018.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XVII do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.500, de 29 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o programa multiplataforma Recolhimento Mensal Obrigatório (Carnê-Leão) do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física relativo ao ano-calendário de 2018.

Parágrafo único. A execução do programa Recolhimento Mensal Obrigatório (Carnê-Leão) requer sistema computacional com máquina virtual Java (JVM) versão 1.7 ou superior, que pode ser utilizado pela pessoa física residente no Brasil que tenha recebido rendimentos de outra pessoa física ou de fonte situada no exterior.

Art. 2º O programa Recolhimento Mensal Obrigatório (Carnê-Leão) é composto por:

I - 1 (um) instalador específico, compatível com o sistema operacional Windows; e

II - 1 (uma) versão de uso geral para todos os sistemas operacionais instalados em computadores que atendam à condição prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º Os dados apurados pelo programa Recolhimento Mensal Obrigatório (Carnê-Leão) devem ser armazenados e transferidos para a Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física do exercício de 2019, ano-calendário de 2018.

Art. 4º O programa é de uso opcional, de reprodução livre e está disponível no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <http://rfb.gov.br>.

Art. 5º O disposto nesta Instrução Normativa aplica-se aos fatos geradores ocorridos no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.792, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Aprova o programa multiplataforma Ganhos de Capital para apuração de resultado sujeito à incidência do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física relativo ao ano-calendário de 2018.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XVII do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SRF nº 84, de 11 de outubro de 2001, e na Instrução Normativa SRF nº 599, de 28 de dezembro de 2005, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o programa multiplataforma Ganhos de Capital para apuração de resultado sujeito à incidência do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) relativo ao ano-calendário de 2018.

Parágrafo único. A execução do programa Ganhos de Capital requer sistema computacional com máquina virtual Java (JVM) versão 1.7 ou superior.

Art. 2º O programa Ganhos de Capital destina-se:

I - à apuração, pela pessoa física, do ganho de capital e do respectivo IRPF incidente nos casos de alienação de bens e direitos de qualquer natureza, inclusive no recebimento de parcelas relativas à alienação a prazo, efetuada em anos anteriores, com tributação diferida; e

II - à apuração, pela pessoa física residente no Brasil, do ganho de capital e do respectivo IRPF incidente, nos casos de:

a) alienação de bens ou direitos adquiridos em moeda estrangeira;

b) liquidação ou resgate de investimentos em aplicações financeiras realizados no exterior; e

c) alienação de moeda estrangeira mantida em espécie, inclusive no recebimento de parcelas relativas à alienação a prazo realizada em anos anteriores, com tributação diferida.

Art. 3º O programa Ganhos de Capital é composto por:

I - 2 (duas) versões com instaladores específicos, compatíveis com os sistemas operacionais Windows e Linux; e

II - 1 (uma) versão de uso geral para todos os sistemas operacionais instalados em computadores que atendam à condição prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 4º Os dados apurados pelo programa Ganhos de Capital devem ser armazenados e transferidos, pelo contribuinte residente no Brasil, para a Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física do exercício de 2019, ano-calendário de 2018.

Art. 5º O programa é de reprodução livre e está disponível no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <http://rfb.gov.br>.

Art. 6º O disposto nesta Instrução Normativa aplica-se aos fatos geradores ocorridos no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 7º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.793, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Aprova o programa multiplataforma Livro Caixa da Atividade Rural para apuração do resultado sujeito à incidência do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física relativo ao ano-calendário de 2018.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XVII do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 18 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o programa multiplataforma Livro Caixa da Atividade Rural para apuração do resultado sujeito à incidência do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) relativo ao ano-calendário de 2018.

Parágrafo único. A execução do programa Livro Caixa da Atividade Rural requer sistema computacional com máquina virtual Java (JVM) versão 1.7 ou superior, que pode ser utilizado pela pessoa física residente no Brasil que explore atividade rural no ano-calendário de 2018.

Art. 2º O programa Livro Caixa da Atividade Rural é composto por:

I - 1 (um) instalador específico, compatível com o sistema operacional Windows; e

II - 1 (uma) versão de uso geral para todos os sistemas operacionais instalados em computadores que atendam à condição prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º Os dados apurados pelo programa Livro Caixa da Atividade Rural devem ser armazenados e transferidos para a Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física do exercício de 2019, ano-calendário de 2018.

Art. 4º O programa é de uso opcional, de reprodução livre e está disponível no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <http://rfb.gov.br>.

Art. 5º O disposto nesta Instrução Normativa aplica-se aos fatos geradores ocorridos no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.794, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2018, ano-calendário de 2017, pela pessoa física residente no Brasil.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 88 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, no caput do art. 7º e nos arts. 10, 14 e 25 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, no art. 27 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece normas e procedimentos para a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2018, ano-calendário de 2017, pela pessoa física residente no Brasil.CAPÍTULO I

DA OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO

Art. 2º Está obrigada a apresentar a Declaração de Ajuste Anual referente ao exercício de 2018 a pessoa física residente no Brasil que, no ano-calendário de 2017:

I - recebeu rendimentos tributáveis, sujeitos ao ajuste na declaração, cuja soma foi superior a R$ 28.559,70 (vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos);

II - recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma foi superior a R$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

III - obteve, em qualquer mês, ganho de capital na alienação de bens ou direitos sujeito à incidência do imposto, ou realizou operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas;

IV - relativamente à atividade rural:

a) obteve receita bruta em valor superior a R$ 142.798,50 (cento e quarenta e dois mil, setecentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos);

b) pretenda compensar, no ano-calendário de 2017 ou posteriores, prejuízos de anos-calendário anteriores ou do próprio ano-calendário de 2017;

V - teve, em 31 de dezembro, a posse ou a propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, de valor total superior a R$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

VI - passou à condição de residente no Brasil em qualquer mês e nessa condição encontrava-se em 31 de dezembro; ou

VII - optou pela isenção do Imposto sobre a Renda incidente sobre o ganho de capital auferido na venda de imóveis residenciais cujo produto da venda seja aplicado na aquisição de imóveis residenciais localizados no País, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da celebração do contrato de venda, nos termos do art. 39 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

§ 1º Fica dispensada de apresentar a Declaração de Ajuste Anual a pessoa física que se enquadrar:

I - apenas na hipótese prevista no inciso V do caput e que, na constância da sociedade conjugal ou da união estável, os bens comuns tenham sido declarados pelo outro cônjuge ou companheiro, desde que o valor total dos seus bens privativos não exceda R$ 300.000,00 (trezentos mil reais); e

II - em pelo menos uma das hipóteses previstas nos incisos I a VII do caput, caso conste como dependente em Declaração de Ajuste Anual apresentada por outra pessoa física, na qual tenham sido informados seus rendimentos, bens e direitos, caso os possua.

§ 2º A pessoa física, ainda que desobrigada, pode apresentar a Declaração de Ajuste Anual, observado o disposto no § 3º.

§ 3º É vedado a um mesmo contribuinte constar simultaneamente em mais de uma Declaração de Ajuste Anual, seja como titular ou dependente, exceto nos casos de alteração na relação de dependência no ano-calendário de 2017.

CAPÍTULO II

DA OPÇÃO PELO DESCONTO SIMPLIFICADO

Art. 3º A pessoa física pode optar pelo desconto simplificado, correspondente à dedução de 20% (vinte por cento) do valor dos rendimentos tributáveis na Declaração de Ajuste Anual, limitado a R$ 16.754,34 (dezesseis mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), observado o disposto nesta Instrução Normativa.

§ 1º A opção pelo desconto simplificado implica a substituição de todas as deduções admitidas na legislação tributária.

§ 2º O valor utilizado a título de desconto simplificado, de que trata o caput, não justifica variação patrimonial, sendo considerado rendimento consumido.

CAPÍTULO III

DA FORMA DE ELABORAÇÃO

Art. 4º A Declaração de Ajuste Anual deve ser elaborada, exclusivamente, com a utilização de:

I - computador, por meio do Programa Gerador da Declaração (PGD) relativo ao exercício de 2018, disponível no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <http://rfb.gov.br>;

II - computador, mediante acesso ao serviço "Meu Imposto de Renda", disponível no Centro Virtual de Atendimento (e-CAC) no sítio da RFB na Internet, no endereço informado no inciso I, observado o disposto no art. 5º; ou

III - dispositivos móveis, tais como tablets e smartphones, mediante acesso ao serviço "Meu Imposto de Renda", observado o disposto no art. 5º.

§ 1º O acesso ao serviço "Meu Imposto de Renda" com a utilização de dispositivos móveis, conforme previsto no inciso III do caput, é feito por meio do aplicativo APP "Meu Imposto de Renda", disponível nas lojas de aplicativos Google play, para o sistema operacional Android, ou App Store, para o sistema operacional iOS.

§ 2º O acesso ao serviço "Meu Imposto de Renda" com a utilização de computador, conforme previsto no inciso II do caput, será feito com certificado digital:

I - pelo contribuinte; ou

II - por representante do contribuinte, com procuração eletrônica ou a procuração de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.751, de 16 de outubro de 2017.

CAPÍTULO IV

DAS VEDAÇÕES AO ACESSO AO SERVIÇO "MEU IMPOSTO DE RENDA"

Art. 5º Fica vedado o acesso ao serviço "Meu Imposto de Renda" com a utilização de dispositivos móveis a que se refere o inciso III do caput do art. 4º, na hipótese de o declarante ou seu dependente informado na declaração, no ano-calendário de 2017:

I - ter auferido rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste anual cuja soma seja superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

II - ter recebido rendimentos do exterior;

III - ter auferido os seguintes rendimentos sujeitos a tributação exclusiva ou definitiva:

a) cuja soma seja superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

b) ganhos de capital na alienação de bens ou direitos;

c) ganhos de capital na alienação de bens, direitos e aplicações financeiras adquiridos em moeda estrangeira;

d) ganhos de capital na alienação de moeda estrangeira mantida em espécie;

e) ganhos líquidos em operações de renda variável realizadas em bolsa de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas e em fundos de investimento imobiliário; ou

f) rendimentos recebidos acumuladamente (RRA) de que trata o art. 12-A da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988;

IV - ter auferido os seguintes rendimentos isentos e não tributáveis:

a) cuja soma seja superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

b) relativos à parcela isenta correspondente à atividade rural;

c) relativos à recuperação de prejuízos em renda variável (bolsa de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhados e fundos de investimento imobiliário);

d) correspondentes ao lucro na venda de imóvel residencial para aquisição de outro imóvel residencial; ou

e) correspondentes ao lucro na alienação de imóvel residencial adquirido após o ano de 1969;

V - ter-se sujeitado:

a) ao imposto pago no exterior ou ao recolhimento do Imposto sobre a Renda na fonte de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004; ou

b) ao preenchimento dos demonstrativos referentes à atividade rural, ao ganho de capital na alienação de bens e direitos, ao ganho de capital em moeda estrangeira ou à renda variável; ou

VI - ter realizado pagamentos de rendimentos a pessoas físicas ou jurídicas cuja soma seja superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Parágrafo único. A vedação a que se refere o caput aplica-se também em caso de acesso ao serviço "Meu Imposto de Renda" com a utilização de computador por meio do e-CAC a que se refere o inciso II do caput do art. 4º, exceto nas hipóteses previstas no inciso I, na alínea "a" do inciso III, na alínea "a" do inciso IV e no inciso VI, todos do caput.

CAPÍTULO V

DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL PRÉ-PREENCHIDA

Art. 6º O contribuinte pode utilizar a Declaração de Ajuste Anual Pré-preenchida, desde que:

I - tenha apresentado a Declaração de Ajuste Anual referente ao exercício de 2017, ano-calendário de 2016; e

II - no momento da importação do arquivo referido no § 1º as fontes pagadoras ou as pessoas jurídicas ou equiparadas, conforme o caso, tenham enviado para a RFB informações relativas ao contribuinte, referentes ao exercício de 2018, ano-calendário de 2017, por meio da:

a) Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (Dirf);

b) Declaração de Serviços Médicos e de Saúde (Dmed); ou

c) Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias (Dimob).

§ 1º A RFB disponibilizará ao contribuinte um arquivo a ser importado para a Declaração de Ajuste Anual, já contendo algumas informações relativas a rendimentos, deduções, bens e direitos e dívidas e ônus reais.

§ 2º O acesso às informações do arquivo de que trata o § 1º, a ser importado para a Declaração de Ajuste Anual, dar-se-á somente com certificado digital e pode ser feito pelo:

I - contribuinte; ou

II - representante do contribuinte com procuração eletrônica ou a procuração de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.751, de 2017.

§ 3º O arquivo deve ser obtido por meio do e-CAC, no sítio da RFB na Internet, no endereço referido no inciso I do caput do art 4º.

§ 4º A verificação da correção de todos os dados pré-preenchidos na Declaração de Ajuste Anual é de responsabilidade do contribuinte, o qual deve realizar as alterações, inclusões e exclusões das informações necessárias, se for o caso.

§ 5º O disposto neste artigo não se aplica à Declaração de Ajuste Anual elaborada com a utilização do serviço "Meu Imposto de Renda" por meio de dispositivos móveis a que se refere o inciso III do caput do art. 4º.

CAPÍTULO VI

DO PRAZO E DOS MEIOS DISPONÍVEIS PARA A APRESENTAÇÃO

Art. 7º A Declaração de Ajuste Anual deve ser apresentada no período de 1º de março a 30 de abril de 2018, pela Internet, mediante a utilização:

I - do PGD a que se refere o inciso I do caput do art. 4º; ou

II - do serviço "Meu Imposto de Renda" a que se referem os incisos II e III do caput do art. 4º, observado o disposto no art. 5º.

§ 1º O serviço de recepção da Declaração de Ajuste Anual será interrompido às 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos), horário de Brasília, do último dia do prazo estabelecido no caput.

§ 2º A comprovação da apresentação da Declaração de Ajuste Anual é feita por meio de recibo gravado depois da transmissão, em disco rígido de computador, em mídia removível ou no dispositivo móvel que contenha a declaração transmitida, cuja impressão fica a cargo do contribuinte.

§ 3º Deve transmitir a Declaração de Ajuste Anual com a utilização de certificado digital o contribuinte que, no ano-calendário de 2017:

I - tenha recebido rendimentos:

a) tributáveis sujeitos ao ajuste anual, cuja soma foi superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

b) isentos e não tributáveis, cuja soma foi superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); ou

c) sujeitos à tributação exclusiva ou definitiva, cuja soma foi superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); ou

II - tenha realizado pagamentos de rendimentos a pessoas físicas ou jurídicas cuja soma seja superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), em cada caso ou no total.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 4º A Declaração de Ajuste Anual relativa a espólio, independentemente de ser inicial ou intermediária, ou a Declaração Final de Espólio, que se enquadre nas hipóteses previstas no § 3º, deve ser apresentada em mídia removível a uma unidade da RFB, durante o seu horário de expediente, sem a necessidade de utilização de certificado digital.

§ 5º O disposto nos §§ 3º e 4º não se aplica à Declaração de Ajuste Anual elaborada com a utilização de computador, mediante acesso ao serviço "Meu Imposto de Renda", disponível no e-CAC, a que se refere o inciso II do caput do art. 4º.

§ 6º A transmissão da Declaração de Ajuste Anual elaborada por meio do PGD pode ser feita também com a utilização do programa de transmissão Receitanet, disponível no sítio da RFB, no endereço referido no inciso I do caput do art. 4º.

CAPÍTULO VII

DA APRESENTAÇÃO DEPOIS DO PRAZO

Art. 8º A apresentação da Declaração de Ajuste Anual depois do prazo previsto no art. 7º deve ser realizada:

I - pela Internet, mediante a utilização do PGD;

II - mediante utilização do serviço "Meu Imposto de Renda" a que se referem os incisos II e III do caput do art. 4º, observado o disposto no art. 5º; ou

III - em mídia removível, às unidades da RFB, durante o seu horário de expediente.

Parágrafo único. A transmissão da Declaração de Ajuste Anual depois do prazo, elaborada mediante utilização do PGD, pode ser feita também com a utilização do programa de transmissão Receitanet, disponível no sítio da RFB, no endereço referido no inciso I do caput do art. 4º.

CAPÍTULO VIII

DA RETIFICAÇÃO

Art. 9º Caso a pessoa física constate que cometeu erros, omissões ou inexatidões em Declaração de Ajuste Anual já entregue, poderá apresentar declaração retificadora:

I - pela Internet, mediante a utilização do PGD ou do serviço "Meu Imposto de Renda" a que se referem os incisos II e III do caput do art. 4º, disponível no endereço referido no inciso I do caput do art. 4º, ou

II - em mídia removível, às unidades da RFB, durante o horário de expediente, se após o prazo de que trata o caput do art. 7º.

§ 1º A Declaração de Ajuste Anual retificadora tem a mesma natureza da declaração originariamente apresentada e a substitui integralmente, e deve conter todas as informações anteriormente declaradas com as alterações e exclusões necessárias, e as informações adicionais, se for o caso.

§ 2º Para a elaboração e a transmissão de Declaração de Ajuste Anual retificadora deve ser informado o número constante no recibo de entrega da última declaração apresentada, relativa ao mesmo ano-calendário.

§ 3º Depois do prazo de que trata o caput do art. 7º, não será admitida a retificação que tenha por objeto a troca de opção por outra forma de tributação.

§ 4º A transmissão da Declaração de Ajuste Anual retificadora elaborada mediante utilização do PGD pode ser feita também com a utilização do programa de transmissão Receitanet, disponível no sítio da RFB, no endereço referido no inciso I do caput do art. 4º.

§ 5º Nas hipóteses de redução de débitos já inscritos em Dívida Ativa da União bem como de redução de débitos objeto de pedido de parcelamento deferido, admitir-se-á a retificação da declaração tão somente após autorização administrativa, desde que haja prova inequívoca da ocorrência de erro no preenchimento da declaração, e enquanto não extinto o crédito tributário.

CAPÍTULO IX

DA MULTA POR ATRASO NA ENTREGA OU pela NÃO entrega

Art. 10. A entrega da Declaração de Ajuste Anual depois do prazo previsto no art. 7º, ou a sua não apresentação, se obrigatória, sujeita o contribuinte à multa de 1% (um por cento) ao mês-calendário ou fração de atraso, lançada de ofício e calculada sobre o total do imposto devido nela apurado, ainda que integralmente pago.

§ 1º A multa a que se refere este artigo:

I - terá valor mínimo de R$ 165,74 (cento e sessenta e cinco reais e setenta e quatro centavos) e valor máximo correspondente a 20% (vinte por cento) do Imposto sobre a Renda devido; e

II - terá por termo inicial o 1º (primeiro) dia subsequente ao término do período fixado para a entrega da Declaração de Ajuste Anual e por termo final o mês em que a declaração foi entregue ou, caso não tenha sido entregue, a data do lançamento de ofício.

§ 2º No caso de contribuinte com direito a restituição apurada na Declaração de Ajuste Anual, será deduzido do valor desta o valor da multa por atraso na entrega não paga dentro do vencimento estabelecido na notificação de lançamento emitida pelo PGD ou pelo serviço "Meu Imposto de Renda" a que se referem os incisos II e III do caput do art. 4º, inclusive os acréscimos legais decorrentes do não pagamento.

§ 3º A multa mínima será aplicada inclusive no caso de Declaração de Ajuste Anual da qual não resulte imposto devido.

CAPÍTULO X

DA DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS E DÍVIDAS E ÔNUS REAIS

Art. 11. A pessoa física sujeita à apresentação da Declaração de Ajuste Anual deve relacionar nesta os bens e direitos que, no Brasil ou no exterior, constituíram, em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2017, seu patrimônio e o de seus dependentes relacionados na declaração, bem como os bens e direitos adquiridos e alienados no decorrer do ano-calendário de 2017.

§ 1º Devem ser informados também as dívidas e os ônus reais existentes em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2017, em nome do declarante e de seus dependentes relacionados na Declaração de Ajuste Anual, bem como os constituídos ou extintos no decorrer do ano-calendário de 2017.

§ 2º Fica dispensada a inclusão na Declaração de Ajuste Anual referente ao exercício de 2018 os seguintes bens ou valores existentes em 31 de dezembro de 2017:

I - saldos de contas correntes bancárias e demais aplicações financeiras cujo valor unitário não exceda R$ 140,00 (cento e quarenta reais);

II - bens móveis e direitos cujo valor unitário de aquisição seja inferior a R$ 5.000,00 (cinco mil reais), exceto veículos automotores, embarcações e aeronaves;

III - conjunto de ações e quotas de uma mesma empresa negociadas ou não em bolsa de valores, e o ouro ativo financeiro, cujo valor de constituição ou de aquisição seja inferior a R$ 1.000,00 (um mil reais); e

IV - dívidas e ônus reais cujo valor seja igual ou inferior a R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

CAPÍTULO XI

DO PAGAMENTO DO IMPOSTO

Art. 12. O saldo do imposto pode ser pago em até 8 (oito) quotas mensais e sucessivas, observado o seguinte:

I - nenhuma quota deve ser inferior a R$ 50,00 (cinquenta reais);

II - o imposto de valor inferior a R$ 100,00 (cem reais) deve ser pago em quota única;

III - a 1ª (primeira) quota ou quota única deve ser paga até o último dia do prazo previsto no caput do art. 7º; e

IV - as demais quotas devem ser pagas até o último dia útil de cada mês, acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) acumulada mensalmente, calculados a partir da data prevista para a apresentação da Declaração de Ajuste Anual até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês do pagamento.

§ 1º É facultado ao contribuinte:

I - antecipar, total ou parcialmente, o pagamento do imposto ou das quotas, caso em que não será necessário apresentar Declaração de Ajuste Anual retificadora com a nova opção de pagamento; e

II - ampliar o número de quotas inicialmente previsto na Declaração de Ajuste Anual, até a data de vencimento da última quota pretendida, observado o disposto no caput, mediante a apresentação de declaração retificadora ou alteração feita diretamente no sítio da RFB na Internet, opção "Extrato da DIRPF", no endereço referido no inciso I do caput do art. 4º.

§ 2º O pagamento integral do imposto, ou de suas quotas, e de seus respectivos acréscimos legais pode ser efetuado mediante:

I - transferência eletrônica de fundos por meio de sistemas eletrônicos das instituições financeiras autorizadas pela RFB a operar com essa modalidade de arrecadação;

II - Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), em qualquer agência bancária integrante da rede arrecadadora de receitas federais, no caso de pagamento efetuado no Brasil; ou

III - débito automático em conta corrente bancária.

§ 3º O débito automático em conta corrente bancária a que se refere o inciso III do § 2º:

I - é permitido somente para Declaração de Ajuste Anual original ou retificadora apresentada:

a) até 31 de março de 2018, para a quota única ou a partir da 1ª (primeira) quota; e

b) entre 1º de abril e o último dia do prazo previsto no art. 7º, a partir da 2ª (segunda) quota;

II - é autorizado mediante a indicação dessa opção no PGD ou no serviço "Meu Imposto de Renda" a que se referem os incisos II e III do caput do art. 4º e formalizado no recibo de entrega da Declaração de Ajuste Anual;

III - é automaticamente cancelado na hipótese de:

a) apresentação de Declaração de Ajuste Anual retificadora depois do prazo previsto no art. 7º;

b) envio de informações bancárias com dados inexatos;

c) o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) informado na Declaração de Ajuste Anual ser diferente daquele vinculado à conta corrente bancária; ou

d) os dados bancários informados na Declaração de Ajuste Anual se referirem a conta corrente do tipo não solidária;

IV - está sujeito a estorno, mediante solicitação da pessoa física titular da conta corrente, caso fique comprovada a existência de dolo, fraude ou simulação; e

V - pode ser incluído, cancelado ou modificado, depois da apresentação da Declaração de Ajuste Anual, mediante o acesso ao sítio da RFB na Internet, opção "Extrato da DIRPF", no endereço referido no inciso I do caput do art. 4º:

a) até as 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos), horário de Brasília, do dia 14 de cada mês, hipótese em que produzirá efeitos no próprio mês; e

b) depois do prazo a que se refere a alínea "a", hipótese em que produzirá efeitos no mês seguinte.

§ 4º O imposto que resultar em valor inferior a R$ 10,00 (dez reais) deve ser adicionado ao imposto correspondente a exercícios subsequentes, até que seu total seja igual ou superior ao referido valor, quando, então, deve ser pago ou recolhido no prazo estabelecido para esse exercício.

§ 5º A Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança (Codac) pode editar normas complementares necessárias à regulamentação do pagamento por intermédio de débito automático em conta corrente bancária de que trata o inciso III do § 2º.

Art. 13. No caso de pessoa física que receba rendimentos do trabalho assalariado de autarquias ou repartições do Governo brasileiro situadas no exterior, o pagamento integral do imposto ou de suas quotas e dos respectivos acréscimos legais pode ser efetuado, além das formas previstas no § 2º do art. 12, mediante remessa de ordem de pagamento com todos os dados exigidos no Darf, no respectivo valor em reais ou em moeda estrangeira, a favor da RFB, por meio do Banco do Brasil S.A., Gerência Regional de Apoio ao Comércio Exterior - Brasília-DF (Gecex - Brasília-DF), prefixo 1608-X.

Art. 14. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.795, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Aprova o programa multiplataforma para preenchimento da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, da Declaração Final de Espólio e da Declaração de Saída Definitiva do País para o exercício de 2018.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XVII do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1794, de 23 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o programa multiplataforma para preenchimento da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, da Declaração de Final de Espólio e da Declaração de Saída Definitiva do País, referentes ao exercício de 2018, ano-calendário de 2017 (IRPF2018).

Parágrafo único. A execução do Programa de que trata esta Instrução Normativa requer sistema computacional com máquina virtual Java (JVM) versão 1.7 ou superior.

Art. 2º O IRPF2018 é composto por:

I - 4 (quatro) versões com instaladores específicos, compatíveis com os sistemas operacionais Windows, Linux e MacOS X; e

II - 2 (duas) versões de uso geral, para todos os sistemas operacionais instalados em computadores que atendam à condição prevista no parágrafo único do art. 1º, sendo 1 (um) instalador e 1 (um) pacote contendo os arquivos do programa.

Art. 3º A partir de 26 de fevereiro de 2018 o programa IRPF2018, de reprodução livre, estará disponível no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <http://rfb.gov.br>.

Art. 4º As declarações devem ser apresentadas no período de 1º de março a 30 de abril de 2018, pela Internet, por meio do programa IRPF2018.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO

COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

CENTRO DE CLASSIFICAÇÃO FISCAL DE MERCADORIAS

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.007, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

ASSUNTO:Classificação de Mercadorias

EMENTA:Código NCM: 8907.90.00 Mercadoria: Alimentador flutuante de ração para o cultivo de camarões, constituído de flutuador e silo moldados em uma peça única de polietileno de alta densidade, com motor elétrico e prato giratório que lança radialmente o alimento sobre o viveiro ou criadouro.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Nota 1 "l" da Seção XVI e texto da posição 89.07) e RGI 6 (texto da subposição 8907.90.00) da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) constante da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

ATO SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.008, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias
EMENTA: Código NCM: 8424.89.90 Mercadoria: Distribuidor por impulsionamento de ração para piscicultura capaz de projetar o alimento a uma distância de até 12 m, com dimensão de 1,06 m x 0,67 m x 1,26 m, pesando 70 kg, equipado com motor a gasolina, próprio para ser fixado em veículos de carga, constituído por um silo com capacidade máxima de 175 kg, um controlador de pressão e acionamento, um soprador, um bocal e uma estrutura de suporte.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 84.24), RGI 6 (textos da subposição de 1º nível 8424.8 e da subposição de 2º nível 8424.89) e RGC-1 (texto do item 8424.89.90) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 11 de janeiro de 2008, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.009, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias
EMENTA: Código NCM: 8424.89.90 Mercadoria: Distribuidor por impulsionamento de ração para piscicultura capaz de projetar o alimento a uma distância de até 12 m, com dimensão de 0,80 m de diâmetro e 1,00 m de altura em formato de tambor, pesando 29 kg, com temporizador e regulagem de volume da ração a ser distribuída, constituído por um silo em aço inoxidável com capacidade de 200 litros, motor elétrico, soprador radial elétrico e dois bocais por onde sai a ração.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 84.24), RGI 6 (textos da subposição de 1º nível 8424.8 e da subposição de 2º nível 8424.89) e RGC-1 (texto do item 8424.89.90) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 11 de janeiro de 2008, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.010, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias
EMENTA: Código NCM: 6212.90.00 Mercadoria: Faixa de tecido elástico, com fechos aderentes ajustáveis, para compressão da região abdominal, aplicada, dentre outros, para recuperação pós-operatória, flacidez e correções posturais ou estéticas, denominada comercialmente "faixa abdominal elástica".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (texto da posição 62.12, Nota 1 do Capítulo 62 e Notas 1-b e 6 do Capítulo 90) e RGI/SH 6 (texto da subposição 6212.90), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125/2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950/2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435/1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807/2008, e alterações posteriores.

ÁLVARO A. DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente da 1ª Turma

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Cancela, a pedido, a autorização da empresa que menciona para operar como Recinto Aduaneiro para Despacho Aduaneiro de Exportação - REDEX.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 1ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência atribuída pela Instrução Normativa nº 114, de 31 de dezembro de 2001, e tendo ainda em vista o que consta do processo nº 10108.720118/2018-41, declara:

Art. 1º Cancelada, a pedido, a autorização para operar, a título precário, como Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação - REDEX, de uso coletivo, concedida por meio do Ato Declaratório Executivo SRRF01 Nº 001, de 9 de fevereiro de 2018, publicado no DOU de 14/02/2018, à empresa AGESA - Armazéns Gerais Alfandegados de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o nº 24.629.230/0001-82, localizado na Rodovia BR 262, Km 777, Anel Viário de Corumbá, município Corumbá, estado do Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ OLESKOVICZ

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Declara nula, de ofício, a inscrição no CNPJ sob nº 16.854.031/0001-40.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS - GO, no uso das atribuições previstas no artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 35, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 e, considerando o que consta do processo administrativo nº 13128.720236/2017-28, declara:

Art.1º - NULA, de ofício, a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 16.854.031/0001-40, em nome de LÁZARO JOSÉ DOS SANTOS NOGUEIRA 03995284159, em razão de ter sido constatado vício no ato de sua inscrição, nos termos do disposto no artigo 35, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Art.2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, com efeito, retroativo a 14/09/2012, data da abertura, de acordo com o disposto no § 2º do art. 35 da IN/RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

HIROSHIMI NAKAO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Declara nula, de ofício, a inscrição no CNPJ sob nº 18.690.696/0001-90.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS - GO, no uso das atribuições previstas no artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 35, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 e, considerando o que consta do processo administrativo nº 13317.720196/2017-97, declara:

Art.1º - NULA, de ofício, a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 18.690.696/0001-90, em nome de CECÍLIA GOMES DE SOUSA 46564730306, em razão de ter sido constatado vício no ato de sua inscrição, nos termos do disposto no artigo 35, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Art.2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, com efeito, retroativo a 15/08/2013, data da abertura, de acordo com o disposto no § 2º do art. 35 da IN/RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

HIROSHIMI NAKAO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Declara NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA/DF, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, fundamentado no art. 35, inciso II e § 1º da IN RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e o que consta no Processo Administrativo nº 10425.720411/2018-15, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 20.865.558/0001-47, da empresa SAMIR SILVA 67671314404, em razão do disposto no artigo 35, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Art. 2º A anulação tem efeitos a partir de 19.08.2014, de acordo com o disposto no artigo 35, § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BARBARA CRISTINA COSTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

PORTARIA Nº 8, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Delega competência para prática dos atos a que se refere.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 336 e 340 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200/1967, resolve:

Art. 1º Delegar competência aos Inspetores-Chefes das Inspetorias da Receita Federal no Porto do Pecém e no Aeroporto Internacional Pinto Martins, e aos seus substitutos eventuais, quando no exercício da função, para:

I - aplicar pena de perdimento de mercadorias, veículos e moedas;

II - emitir os atos decorrentes das competências de suas unidades, observadas as diretrizes estabelecidas pelas Unidades Centrais e as competências específicas dos demais servidores de suas unidades; e

III - providenciar a publicação de atos, avisos, editais e despachos nos órgãos oficiais e na imprensa privada, no âmbito das respectivas unidades.

Art. 2º Ficam convalidados todos os atos praticados a partir de 01.01.2018, nos termos dessa Portaria.

Art. 3º Ficam canceladas as portarias ALF/FOR nº 5, de 19 de janeiro de 2018 e ALF/FOR nº 7, de 5 de fevereiro de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO EMMANOEL SALES VASCONCELLOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CARUARU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, Chefe Da Seção de Arrecadação e Cobrança da Delegacia da Receita Federal em Caruaru, no uso de suas atribuições e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica TAQUARITINGA TURISMO LTDA, CNPJ nº 11.295.821/0001-19, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003, conforme processo administrativo nº 37315.002383/2003-78.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Caruaru/PE, no endereço: Rua Frei Caneca, n.º 152, bairro Nossa Senhora das Dores, Caruaru/PE, CEP 55012-330.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ARTUR HENRIQUE CAMPOS PERES

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.007, DE 23 FEVEREIRO DE 2018

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA. FUNDAÇÃO. INAPLICABILIDADE. As fundações, entidades sem fins lucrativos, não se enquadram no conceito de empresa previsto no inciso VII do art. 9º da Lei nº 12.546, de 2011, com redação dada pela Lei nº 12.844, de 2013, não se lhes aplicando, portanto, o disposto no art. 8º, § 3º, XVI, da Lei nº 12.546, de 2011, que prevê a incidência de contribuição substitutiva sobre a receita bruta para as empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens de que trata a Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, enquadradas nas classes 6010-1 e 6021-7 da CNAE.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 125, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 12.546, de 2011, arts. 8º, § 3, XVI, e 9º, VII; Lei nº 12.844, de 2013, art. 49, IV, "b"; Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 11, de 2015.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR

PORTARIA Nº 7, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Chefe do Serviço de Despacho Aduaneiro (ALF/SDR/Sedad) para:

I - autorizar o cancelamento de Declaração Simplificada de Importação (DSI) no curso do despacho aduaneiro ou desembaraçada sem conferência;

II - autorizar a utilização dos formulários de que tratam os arts. 4º e 31 da Instrução Normativa SRF nº 611, de 18 de janeiro de 2006, em casos justificados e não previstos naquela esta Instrução Normativa;

III - autorizar o registro da declaração de importação antes da descarga da mercadoria, conforme previsto no inciso VIII do art. 17 da Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006;

IV - autorizar a realização da verificação de mercadoria no estabelecimento do importador, nos termos do art. 35 da Instrução Normativa SRF nº 680, de 2006;

V - autorizar, a partir do inicio da fase litigiosa do processo, mediante depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro aduaneiro, no valor do montante exigido, o desembaraço aduaneiro de mercadorias cujo despacho esteja pendente exclusivamente em virtude de litígio;

VI - autorizar o início ou a retomada do despacho aduaneiro para mercadorias que estejam em situação de abandono, nas hipóteses previstas nos incisos II e III do art. 23 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, mediante o cumprimento das formalidades exigidas e o pagamento dos tributos incidentes na importação, acrescidos dos juros e da multa de mora, e das despesas decorrentes da permanência da mercadoria no recinto alfandegado, desde que não tenha sido iniciado o procedimento de lavratura do auto de infração;

VII - decidir quanto à exclusão da medição em terra efetuada pelo terminal, na quantificação de granel, nos termos do art. 24 da Instrução Normativa RFB nº 1.020, de 31 de março de 2010;

VIII - restabelecer a autorização automática de descarga direta de granel, nos termos do § 2º do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.282, de 16 de julho de 2012; e

IX - autorizar o despacho aduaneiro de importação de mercadoria de reposição antes da exportação ou destruição da equivalente a ser restituída, nos termos do item 4 da Portaria MF nº 150, de 26 de julho de 1982.

Art. 2º Delegar competência ao Chefe da Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro (ALF/SDR/Saata) para:

I - declarar revelia nos processos administrativos fiscais;

II - aplicar a pena de perdimento de mercadorias nos casos de revelia;

III - declarar abandonados os bens ou mercadorias enquadrados nas situações previstas na Portaria MF nº 159, de 3 de fevereiro de 2010;

IV - encaminhar informações relativas a ações judiciais para as unidades vinculadas à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

V - decidir sobre pedidos de cadastramento de operador portuário e respectivo responsável legal perante o Siscomex Carga, nos termos do Ato Declaratório Executivo Corep nº 1, de 20 de março de 2008; e

VI - decidir sobre pedidos de inscrição nos Registros de Despachante Aduaneiro e de Ajudante de Despachante Aduaneiro, e expedir o Ato Declaratório Executivo correspondente, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011.

Art. 3º Delegar competência aos Chefes de Serviço e de Seção da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Salvador (ALF/SDR) para:

I - designar o perito encarregado para execução da perícia, na hipótese do inciso II do art. 15 da Instrução Normativa RFB nº 1.020 de 31 de março de 2010;

II - indicar perito substituto nos termos do parágrafo único do art. 16 da Instrução Normativa RFB nº 1.020, de 2010;

III - designar perito não credenciado, observando o disposto no art. 17 da Instrução Normativa RFB nº 1.020, de 2010; e

IV - autorizar a realização de testes, ensaios ou análises laboratoriais em laboratório indicado pelo perito, na hipótese prevista no caput do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.020, de 2010.

Art. 4º As competências delegadas nos arts. 1º a 3º podem ser exercidas pelos substitutos dos Chefes designados, nas situações de impedimento ou ausência destes, independente de comunicação formal.

Art. 5º Delegar competência aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil localizados no ALF/SDR/Sedad para autorizar a entrega da mercadoria, objeto de DSI, ao importador antes de totalmente realizada a conferência aduaneira, em situações justificadas, tendo em vista a natureza da mercadoria ou as circunstâncias específicas da operação de importação.

Parágrafo único. Ficam também delegadas aos servidores referidos no caput as competências previstas no art. 3º.

Art. 6º Delegar competência aos servidores da Carreira Auditoria da Receita Federal localizados no ALF/SDR/Sedad para autorizar o embarque de mercadorias com apresentação da Declaração de Exportação (DE) a posteriori, nos termos do caput do art. 55 da Instrução Normativa SRF nº 28, de 27 de abril de 1994.

Art. 7º A autoridade delegante, sempre que julgar conveniente, poderá avocar decisão de qualquer assunto relativo às competências ora delegadas, sem que isso implique revogação parcial ou total da correspondente delegação.

Art. 8º Em todos os atos praticados em função das competências ora delegadas deverão ser mencionados o número e a data desta Portaria.

Art. 9º Transferir do ALF/SDR/Sedad para a Seção de Controle Aduaneiro Pós-Despacho (ALF/SDR/Sacap):

I - a execução do despacho aduaneiro nas hipóteses de nova concessão, transferência e extinção de regimes aduaneiros especiais que prescindam de armazenamento da mercadoria em recinto alfandegado;

II - a execução do despacho aduaneiro de importação quando a operação estiver submetida:

a) ao procedimento especial de controle previsto na Instrução Normativa RFB nº 1.169, de 29 de junho de 2011; e

b) ao procedimento especial de fiscalização previsto na Instrução Normativa SRF nº 228, de 21 de outubro de 2002.

Parágrafo único. A seleção do despacho para aplicação dos procedimentos previstos no inciso II do caput, dependem de juízo de admissibilidade executado pela ALF/SDR/Sarad.

Art. 10. Transferir do ALF/SDR/Sedad para a Seção de Vigilância e Controle Aduaneiro (ALF/SDR/Savig) a competência para:

I - decidir sobre pedidos relacionados ao regime aduaneiro especial de admissão temporária a embarcação de viajante residente no exterior, inclusive os relativos à prorrogação de prazo ou à extinção do regime; e

II - promover o despacho aduaneiro de bagagem acompanhada e outros bens portados por viajante.

Parágrafo único. Na hipótese de exercício das competências previstas no caput, ficam também delegadas as competências previstas no art. 3º.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 12. Fica revogada a Portaria ALF/SDR nº 19, de 16 de agosto de 2016.

FERNANDO ANTONIO MATOS DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Desalfandega o Recinto Aduaneiro de Uso Público que menciona.

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência conferida pelo art. 30 - § 1º - da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e à vista do que consta do processo nº 10768.018127/96-55, declara:

Art. 1º. Desalfandegado, a partir de 27 de fevereiro de 2018, o recinto aduaneiro denominado Porto Seco de Resende - PSR, que ocupa uma área de 234.430 m2 (duzentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e trinta metros quadrados), situado na Via "C", Área "B", no Distrito Industrial de Resende, na cidade de Resende, no Estado do Rio de Janeiro, com acesso pelo Km. 298 da Rodovia Presidente Dutra, administrado pela permissionária, Terminal Logístico do Vale do Paraíba Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 03.214.786/0001-38, em virtude do advento do termo final do Contrato de Permissão SRF/SRRF/7ªRF nº 01/98, de 26 de janeiro de 1998, para prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em Estação Aduaneira Interior - EADI e seus respectivos Termos Aditivos SRF/SRRF/7ªRF nº 01/00, de 14 de junho de 2000, SRF/SRRF/7ªRF nº 02, 19 de fevereiro de 2004, publicados, respectivamente, no Diário Oficial da União de 5 de fevereiro de 1998, 23 de junho de 2000 e 1 de março de 2004, firmados entre a União, por intermédio da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal, e a referida empresa permissionária.

Art. 2º. A partir de 27 de fevereiro de 2018, o recinto fica impedido, na forma do art. 31 da Portaria RFB nº 3.518/2011, de receber cargas contendo mercadorias importadas ou a exportar, inclusive em regime de trânsito aduaneiro, com as exceções ali previstas.

Art. 3º. Compete à DRF/Volta Redonda/RJ cumprir e fazer cumprir as demais disposições contidas nos arts. 30, 31 e 32 de retro citada Portaria.

Art. 4º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação do Diário Oficial da União.

DENISE ESTEVES FERNANDEZ

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAGUAÍ

PORTARIA Nº 18, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Disciplina o uso dos equipamentos de inspeção não invasiva de cargas exigidos dos recintos alfandegados jurisdicionados pela Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Itaguaí (ALF/IGI), em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, alterada pelas Portarias RFB nºs. 113, de 31 de janeiro de 2013 e 1001, de 06 de maio de 2014.

O DELEGADO-ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO PORTO DE ITAGUAÍ, no uso das atribuições legais previstas no art. 336, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União, de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 10 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), resolve:

Art. 1º O uso dos equipamentos de inspeção não invasiva de cargas exigidos dos recintos alfandegados jurisdicionados pela ALF/IGI, em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, deverão obedecer ao disciplinamento e procedimentos estabelecidos por esta Portaria.

Art. 2º Os recintos alfandegados referidos no artigo anterior devem disponibilizar, sem ônus para a RFB, inclusive no que concerne à manutenção e operação, equipamentos de inspeção não invasiva (escâneres) de acordo com os tipos das cargas, bens de viajantes internacionais, veículos e unidades de carga movimentados no local ou recinto, durante a vigência do alfandegamento, bem como disponibilizar pessoal habilitado para a operação desses equipamentos, sob o comando da RFB, em atendimento ao disposto no art. 14 da Portaria RFB nº 3.518, de 2011 (Redação dada pela Portaria RFB n.º 1001, de 06 de maio de 2014), combinado com o inciso IV do art. 34 da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, observadas, ainda, as disposições desta Portaria.

§ 1º Ficam dispensados de disponibilizar os equipamentos de inspeção não invasiva, os recintos que embarcam e/ou desembarcam, exclusivamente, cargas a granel (sólido, líquido ou gasoso), cargas rodantes (veículos) ou cargas soltas que permitam a inspeção visual direta (fardos de celulose, bobinas de papel ou metal, chapas metálicas, tambores de sucos cítricos, etc.).

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não impede que a fiscalização adote o seguinte procedimento:

I - fazer a seleção para fins de escaneamento, devendo o respectivo recinto depositário indicar local de sua conveniência onde exista equipamento para realização da inspeção, mediante acompanhamento fiscal;

Art. 3º O procedimento de inspeção não invasiva, como requisito técnico estabelecido na Portaria RFB nº 3.518, de 2011 para o alfandegamento, é responsabilidade e encargo do local ou recinto alfandegado, independente da presença da fiscalização aduaneira, e deverá ser efetuado de forma rotineira.

§ 1º O escaneamento das unidades de carga será realizado nas seguintes condições e circunstâncias:

I - no fluxo de Importação:

a) no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contados da desatracação do navio, pelo recinto que realizou a operação portuária, para as unidades de carga cheias ou vazias, que receber manifestadas para o porto do Itaguaí;

b) no momento da chegada da unidade de carga recebida em regime de trânsito aduaneiro originário de outra jurisdição.

II - no fluxo de Exportação:

a) no momento imediatamente anterior ao embarque, para as unidades de carga vazias, exceto aquelas já escaneadas anteriormente, desde que monitoradas durante a sua permanência em área de pré embarque, para garantia de sua inviolabilidade;

b) no momento de sua entrada no terminal, para as unidades de carga cheias;

c) no momento imediatamente após o fim da operação, com a aposição de lacre, para as unidades de carga unitizadas pelo terminal.

III - nas operações de transbordo e/ou baldeação onde seja necessária a transferência da unidade de carga para outro terminal para fins de reembarque, no momento da saída da carga, pelo recinto onde foi realizada a operação portuária de descarga.

§ 2º A fiscalização poderá exigir, independentemente do desembaraço aduaneiro, a qualquer momento, a inspeção para elucidar qualquer dúvida existente, mesmo que já tenha sido feito escaneamento anterior, inclusive das unidades de carga localizadas a bordo do navio transportador, mesmo que não manifestadas ao Porto de Itaguaí.

§ 3º Somente poderão entrar na sala de operação do equipamento os operadores designados pelo recinto, os servidores da RFB lotados nos grupos de trabalho envolvidos na fiscalização aduaneira, e as pessoas autorizadas pela ALF/IGI.

§ 4º Para os efeitos desta Portaria, considera-se unidade de carga qualquer equipamento adequado à unitização de mercadorias a serem transportadas, sujeitas a movimentação de forma indivisível em todas as modalidades de transporte utilizadas no percurso.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 4º As imagens do escaneamento deverão ser transmitidas em tempo real, por meio que garanta a qualidade e velocidade de transmissão, para computador fornecido pelo recinto com programa proprietário instalado, e monitor com resolução mínima de 1920 x 1080 pontos, disponíveis nos seguintes locais:

I - nas salas da fiscalização aduaneira da RFB, localizadas no Prédio Institucional onde está localizada a Alfândega do Porto de Itaguaí;

II - em outros locais designados pela RFB, para atender aos interesses da fiscalização.

Parágrafo único. As imagens de que trata o caput devem ser arquivadas no formato proprietário do equipamento pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, ou até a saída e/ou entrega da carga, caso superado o referido período de armazenamento, possibilitando a consulta remota pela fiscalização.

Art. 5º Os locais ou recintos alfandegados que promoverem o escaneamento, deverão realizar comunicação imediata à fiscalização aduaneira, com interrupção do fluxo da carga, nas seguintes situações de flagrante inconsistência:

I - quando for detectado qualquer tipo de material/mercadoria, no caso de unidade de carga declarada como vazia;

II - quando for detectado algum material escondido nas longarinas, embaixo do piso ou entre paredes, bem como a existência de compartimento oculto na unidade de carga.

III - quando forem detectadas imagens isoladas, fora do padrão constante na maior parte do conteúdo do contêiner.

Parágrafo único. A ALF/IGI poderá a qualquer momento definir, mediante Portaria específica, outros casos em que deverá ser realizada a comunicação imediata à fiscalização, com ou sem interrupção do fluxo da carga.

Art. 6º A Seção de Vigilância Aduaneira (Savig), assistida pela Seção de Tecnologia e Segurança da Informação (Satec), sem prejuízo das atribuições de competência da Comissão de Alfandegamento de que trata o art. 39 da Portaria RFB nº 3.518, de 2011, avaliará o cumprimento, pelas administradoras dos recintos sob a jurisdição da ALF/IGI, das disposições contidas nesta Portaria.

Art. 7º O descumprimento dos requisitos desta Portaria configura infração, sujeitando-se o infrator à aplicação:

I - de sanção administrativa, nos termos do art. 37 da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, combinado com o art. 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003:

II - da multa prevista no art. 38 da Lei nº 12.350, de 2010.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor em 30(trinta) dias após sua publicação.

MARCUS LUIZ R R MOTA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições definidas pelo artigo 336, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 10 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no artigo 10, caput da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e considerando o que consta do dossiê nº 10010.008168/1017-09, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012, consoante o disposto no artigo 10, caput, da Instrução Normativa nº 1.446/2014, nos termos do Despacho nº 242, do Superintendente de Desenvolvimento Econômico da ANCINE, publicado no DOU de 31 de agosto de 2017.

INTERESSADO: EMPRESA CINEMAS SÃO LUIZ S.A

CNPJ Nº 33.497.660/0001-89

PROJETO: MODERNIZAÇÃO - KINOPLEX - 14 COMPLEXOS

ENQUADRAMENTO: MODERNIZAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA.

OBJETO: Refere-se à modernização de 14 complexos listados a seguir:

1) Complexo cinematográfico Cine Carioca Méier, localizado à Rua Dias da Cruz, 170, Méier, Rio de Janeiro, RJ.

2) Complexo cinematográfico Kinoplex Amazonas, localizado à Avenida Djalma Batista, 482, Lojas 223/224, Chapada, Manaus, AM.

3) Complexo cinematográfico Kinoplex Avenida, localizado à Av. 28 de Março, 574, Loja 145, Campos dos Goytacazes, RJ.

4) Complexo cinematográfico Kinoplex Bay Market, localizado à Rua Visconde do Rio Branco, 360, Lj 3- PTE - C1 a C4, Niterói, RJ.

5) Complexo cinematográfico Kinoplex West Shopping, localizado à Estrada do Mendanha, 550 - Loja 401, Campo Grande, Rio de Janeiro, RJ.

6) Complexo cinematográfico Kinoplex Nova América, localizado à Avenida Pastor Martin Luther King Jr, 126 ESP. COM. 81, Del Castilho, Rio de Janeiro, RJ.

7) Complexo cinematográfico Kinoplex Madureira, localizado à Estrada do Portela, 222, Lj 408 (4º e 5º andares), Madureira, Rio de Janeiro, RJ.

8) Complexo cinematográfico Kinoplex Maceió, localizado à Av. Com. Gustavo Paiva, 2990 - Lj 211/212, Mangabeiras, Maceió, AL.

9) Complexo cinematográfico Kinoplex Praia Costa, localizado à Rua Dr Olivio Lira, 353 SUC 301 Piso L3, Praia da Costa, Vila Velha, ES.

10) Complexo cinematográfico Kinoplex Dom Pedro, localizado à Av. Guilherme de Campos, 500, Loja A18, Jardim Santa Genebra, Campinas, SP.

11) Complexo cinematográfico Kinoplex Vila Olímpia, localizado à R. Olimpíadas, 360, Lj 603/604, Vila Olímpia, São Paulo, SP.

12) Complexo cinematográfico Kinoplex Boulevard, localizado ao Setor Terminal Norte, Conjunto J, T 83, Térreo, Asa Norte, Brasília, DF.

13) Complexo cinematográfico Kinoplex Terraço, localizado ao SHC Entrequadras 2/8 L5, Salão Com. 253, Octogonal, Brasília, DF.

14) Complexo cinematográfico Cinema Pátio Brasil, localizado ao Setor Comercial Sul - Qd 7 - Bl. A- 3º pavimento, Loja 20N, Asa Sul, Brasília, DF.

Art. 2º - A suspensão de que trata o art. 2º da IN 1.446/2014 pode ser usufruída nas aquisições e importações de bens e materiais listados no Anexo ao Decreto nº 7.729/2012 vinculadas ao projeto aprovado e realizadas entre a data da habilitação ao regime e 31 de dezembro de 2019.

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada de ofício pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime, conforme artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

Art. 4º - Pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da conclusão do projeto de modernização ou do início da operação das salas de exibição, fica vedada a destinação dos complexos e dos equipamentos audiovisuais, adquiridos com benefício fiscal, em fins diversos dos previstos nos projetos credenciados ou aprovados pela ANCINE (art. 15 da Lei nº 12.599/2012).

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições definidas pelo artigo 336, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 10 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no artigo 10, caput da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e considerando o que consta do dossiê nº 10010.023396/1117-63, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012, consoante o disposto no artigo 10, caput, da Instrução Normativa nº 1.446/2014, nos termos da Portaria nº 151-E, de 20 de junho de 2017, da Diretora-Presidente em Exercício da ANCINE, publicada no DOU de 23 de junho de 2017.

INTERESSADO: CINEPOLIS OPERADORA DE CINEMAS DO BRASIL LTDA

CNPJ Nº 09.652.820/0001-32

PROJETO: AMPLIAÇÃO - CINÉPOLIS - IGUATEMI ESPLANADA

ENQUADRAMENTO: AMPLIAÇÃO DE COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA EM OPERAÇÃO COM A IMPLANTAÇÃO DE NOVAS SALAS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA

OBJETO: Refere-se à ampliação e modernização do complexo Cinépolis Iguatemi Esplanada, localizado à Av. Gisele Constantino, SN, Lj Nº 300, Vossoroca, CEP 18.110-650, Votorantim - SP.

Art. 2º - A suspensão de que trata o art. 2º da IN 1.446/2014 pode ser usufruída nas aquisições e importações de bens e materiais listados no Anexo ao Decreto nº 7.729/2012 vinculadas ao projeto aprovado e realizadas entre a data da habilitação ao regime e 31 de dezembro de 2019.

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada de ofício pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime, conforme artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

Art. 4º - Pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da conclusão do projeto de modernização ou do início da operação das salas de exibição, fica vedada a destinação dos complexos e dos equipamentos audiovisuais, adquiridos com benefício fiscal, em fins diversos dos previstos nos projetos credenciados ou aprovados pela ANCINE (art. 15 da Lei nº 12.599/2012).

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições definidas pelo artigo 336, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 10 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no artigo 10, caput da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e considerando o que consta do dossiê nº 10010.023394/1117-74, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012, consoante o disposto no artigo 10, caput, da Instrução Normativa nº 1.446/2014, nos termos da Portaria nº 150-E, de 20 de junho de 2017, da Diretora-Presidente em Exercício da ANCINE, publicada no D.O.U. de 23 de junho de 2017.

INTERESSADO: CINEPOLIS OPERADORA DE CINEMAS DO BRASIL LTDA

CNPJ Nº 09.652.820/0001-32

PROJETO: CONSTRUÇÃO - CINÉPOLIS - UBERLÂNDIA

ENQUADRAMENTO: AMPLIAÇÃO DE COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA EM OPERAÇÃO COM A IMPLANTAÇÃO DE NOVAS SALAS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA e MODERNIZAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA.

OBJETO: Refere-se à ampliação e modernização do complexo Cinépolis UBERLÂNDIA, localizado à Av. João naves de Ávila, 1331, Loja 310, Tibery, CEP 38.408-902, Uberlândia - MG

Art. 2º - A suspensão de que trata o art. 2º da IN 1.446/2014 pode ser usufruída nas aquisições e importações de bens e materiais listados no Anexo ao Decreto nº 7.729/2012 vinculadas ao projeto aprovado e realizadas entre a data da habilitação ao regime e 31 de dezembro de 2019.

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada de ofício pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime, conforme artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

Art. 4º - Pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da conclusão do projeto de modernização ou do início da operação das salas de exibição, fica vedada a destinação dos complexos e dos equipamentos audiovisuais, adquiridos com benefício fiscal, em fins diversos dos previstos nos projetos credenciados ou aprovados pela ANCINE (art. 15 da Lei nº 12.599/2012).

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

Cancelamento de ofício de habilitação de pessoa jurídica no REPNBL-Redes instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SEORT DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Portaria DRF/BRE nº 90, de 18 de abril de 2017, publicada no DOU de 20/04/2017, em seu art. 3º, incisos I e II e art. 7º, inciso II e III; considerando o disposto no incisos III e VIII do art. 286, e incisos II e III do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 03 de maio de 2013, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 13896.723005/2015-11, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício a habilitação da pessoa jurídica abaixo identificada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 2012.

Nome Empresarial: INTERNEXA BRASIL OPERADORA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ: 11.620.561/0001-00

Nome do Projeto: Equipamento de Rede de Fibra Ótica no Estado de São Paulo - Etapa 1

Nº da Portaria de Autorização do Projeto: Portaria nº 3.703, de 16 de dezembro de 2014, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no D.O.U. de 22 de dezembro de 2014, seção 1, pág. 65.

A habilitação, ora cancelada, fora concedida pelo Ato Declaratório Executivo DRF/BRE nº 061, de 12 de agosto de 2016

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VICENTE BATTISTA JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 23 DE AGOSTO DE 2018.

Cancelamento de ofício de habilitação de pessoa jurídica no REPNBL-Redes instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SEORT DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Portaria DRF/BRE nº 90, de 18 de abril de 2017, publicada no DOU de 20/04/2017, em seu art. 3º, incisos I e II e art. 7º, inciso II e III; considerando o disposto no incisos III e VIII do art. 286, e incisos II e III do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 03 de maio de 2013, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 13896.722548/2016-94, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício a habilitação da pessoa jurídica abaixo identificada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 2012.

Nome Empresarial: INTERNEXA BRASIL OPERADORA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ: 11.620.561/0001-00

Nome do Projeto: Equipamento de Rede de Fibra Ótica no Estado de São Paulo - Etapa 2

Nº da Portaria de Autorização do Projeto: Portaria nº 3.798, de 17 de dezembro de 2014, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no D.O.U. de 22 de dezembro de 2014, seção 1, pág. 68.

A habilitação, ora cancelada, fora concedida pelo Ato Declaratório Executivo DRF/BRE nº 062, de 15 de agosto de 2016

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VICENTE BATTISTA JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 23 DE AGOSTO DE 2018.

Cancelamento de ofício de habilitação de pessoa jurídica no REPNBL-Redes instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SEORT DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Portaria DRF/BRE nº 90, de 18 de abril de 2017, publicada no DOU de 20/04/2017, em seu art. 3º, incisos I e II e art. 7º, inciso II e III; considerando o disposto no incisos III e VIII do art. 286, e incisos II e III do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 03 de maio de 2013, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 13896.722550/2016-63, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício a habilitação da pessoa jurídica abaixo identificada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 2012.

Nome Empresarial: INTERNEXA BRASIL OPERADORA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ: 11.620.561/0001-00

Nome do Projeto: Equipamento de Rede de Fibra Ótica no Estado de São Paulo - Etapa 3

Nº da Portaria de Autorização do Projeto: Portaria nº 3.800, de 17 de dezembro de 2014, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no D.O.U. de 22 de dezembro de 2014, seção 1, pág. 68 e 69.

A habilitação, ora cancelada, fora concedida pelo Ato Declaratório Executivo DRF/BRE nº 063, de 15 de agosto de 2016

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VICENTE BATTISTA JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 23 DE AGOSTO DE 2018.

Cancelamento de ofício de habilitação de pessoa jurídica no REPNBL-Redes instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SEORT DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Portaria DRF/BRE nº 90, de 18 de abril de 2017, publicada no DOU de 20/04/2017, em seu art. 3º, incisos I e II e art. 7º, inciso II e III; considerando o disposto no incisos III e VIII do art. 286, e incisos II e III do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 03 de maio de 2013, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 13896.722551/2016-16, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício a habilitação da pessoa jurídica abaixo identificada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 2012.

Nome Empresarial: INTERNEXA BRASIL OPERADORA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ: 11.620.561/0001-00

Nome do Projeto: Equipamento de Rede de Fibra Ótica no Estado de São Paulo - Etapa 4

Nº da Portaria de Autorização do Projeto: Portaria nº 3.803, de 17 de dezembro de 2014, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no D.O.U. de 22 de dezembro de 2014, seção 1, pág. 69.

A habilitação, ora cancelada, fora concedida pelo Ato Declaratório Executivo DRF/BRE nº 064, de 15 de agosto de 2016

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VICENTE BATTISTA JUNIOR

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 252, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Alterar Ato Declaratório Executivo (ADE).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 13807.725220/2017-62, resolve:

Art. 1º Alterar o ADE nº 248, de 2 de fevereiro de 2018, que reconheceu à empresa Elecnor do Brasil Ltda, CNPJ 30.455.661/0001-72, a co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores. No item "Nome do Projeto", onde consta "Lote 10 do Leilão nº 13/2015", que passe a constar "Lote 8 do Leilão nº 13/2015-ANEEL-2ª Etapa".

Art. 2º Os demais itens continuam inalterados.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Libera restrição de veículo importado que especifica.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR - DECEX/RJO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo nº 12448.729169/2017-21, declara, com fundamento no artigo 124, parágrafo único, inciso II, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, publicado no DOU de 06/02/2009 que devido à dispensa de tributos por efeito de depreciação, após a publicação do presente Ato Declaratório no Diário Oficial da União, encontra-se liberado, com a finalidade de transferência de propriedade para o Consulado Honorário da República da Lituânia, CNPJ nº 22.996.663/0001-40, o veículo da marca/modelo 2010, cor Prata, Chassi nº WBANU9106ACT29828, Placa RJ LRJ5199, Renavam nº 00230744087, em nome de Consulado Geral da República Federal da Alemanha, CNPJ nº 03.890.239/0001-72, importado por meio da DI nº 10/0651704-0, desembaraçada em 20/05/2010, pela Alfândega do Porto de Santos.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia as sua publicação no Diário Oficial da União.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo da Delegacia da Receita Federal em Curitiba nº 12, de 22 de fevereiro de 2018, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 37, de 23 de fevereiro de 2018, Seção I, Pág. 64, onde se lê:

PJ Titular	GAUÍRA TRANSMISSORA ENERGIA S.A.

Leia-se:

EMPRESA: GUAÍRA TRANSMISSORA ENERGIA S.A.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

Anula inscrição no CNPJ

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO (SECAT) DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA PR, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 284 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430 de 09 de outubro de 2017 publicada no DOU de 11 de outubro de 2017 e tendo em vista o disposto no artigo 35, inciso II e §§, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016:

Artigo 1º. Declarar a nulidade das inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) abaixo identificadas, com efeito a partir da data de inscrição das mesmas, tendo em vista a constatação de vício para essas inscrições conforme apurado nos respectivos processos administrativo fiscais.

CONTRIBUINTE	CNPJ	PROCESSO	DATA DE EFEITO
MARIA DE FATIMA DE SOUZA 06875752905	14.735.257/0001-04	19985.720345/2017-21	07/12/2011
CLAUDILENE CANDIDA VIEIRA FELIPACK 04148532962	23.523.013/0001-40	10980.724136/2017-22	22/10/2015
FABIANO DE CRISTO PEREIRA SALDANHA 02932075268	12.380.699/0001-41	17734.722365/2017-63	16/08/2010
RUI CANDIDO DO NASCIMENTO JUNIOR 04418819479	14.509.138/0001-25	10980.720234/2018-71	24/10/2011

MÁRCIO HUMBERTO GHELLER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018

Exclui pessoa física do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, e no artigo 243, inciso II, do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa física IRAN JORGE BRASIL, CPF nº 222.803.599-87, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Florianópolis, de acordo com o § 1º do artigo 14 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 03, de 2004, na Rua Claudino Bento dos Santos, 11 - Centro - Florianópolis - SC.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA SAVI DE FIGUEIREDO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

Inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto na IN/RFB nº1.209, de 07 de novembro de 2011 e no artigo 810 do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, com nova redação dada pelo artigo 1º do Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro a seguinte pessoa:

CPF	NOME	PROCESSO
020.114.590-10	PRISCILLA MATZENBACHER	10494.720032/2018-10

Art. 2º A Ajudante de Despachante Aduaneiro deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior- sistema CAD-ADUANA, para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, de acordo com a IN RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012 e ADE COANA nº 27, de 17 de setembro de 2013.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GASTÃO FIGUEIRA TONDING.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 156, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo Previc nº 44011.000036/2017-96, resolve:

Art. 1º Aprovar a destinação de reserva especial do Plano de Benefícios da IBM, CNPB 1980.0013-83, administrado pela Fundação Previdenciária IBM, com reversão de valores à patrocinadora IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda., CNPJ nº 33.372.251/0001-56.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 162, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.000493/2018-61, e, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 3º da Instrução Previc nº 33, de 1º de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, o convênio de adesão celebrado entre a Vistomar Serviços de Vistoria Ltda, CNPJ nº 46.206.637/0001-30, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios CONFORTPREV, CNPB n° 2014.0014-56, e a YASUDA Sociedade de Assistência e Previdência Complementar - PREV YASUDA.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 163, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.000487/2018-12, e, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 3º da Instrução Previc nº 33, de 1º de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, o convênio de adesão celebrado entre a Unimed Vale do Aço Cooperativa de Trabalho Médico, CNPJ nº 16.991.945/0001-52, na condição de instituidora do Plano de Previdência do Cooperado, CNPB n° 2008.0020- 47, e a Unimed Fundo de Pensão Multipatrocinado.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 785, DE 23 DE FEVEREIRO 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.601543/2018-91, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A., CNPJ n. 17.341.270/0001-69, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 28 de dezembro de 2017:

I - Aumento do capital social em R$ 3.222.000,00, elevando-o para R$ 64.528.494,00, dividido em 64.528.494 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 17, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Altera o Processo Produtivo Básico para o produto "GABINETE METÁLICO, COM OU SEM FONTE DE ALIMENTAÇÃO, PARA UNIDADE DIGITAL DE PROCESSAMENTO", industrializado no País.

OS MINISTROS DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no § 1º do art. 2º, e nos artigos 16 a 19 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52001.001675/2016-35, de 26 de outubro de 2016, resolvem:

Art. 1º A Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 196, de 2 de outubro de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

I - corte, dobra e furação e estampagem ou extrusão das partes metálicas que compõem a tampa superior, inferior, laterais, parte traseira e frontal, quando aplicáveis;

II .....;

III - injeção, moldagem ou outro processo de conformação (impressão 3D) das partes plásticas do gabinete com área maior que 100 cm²;

IV - tratamento superficial e pintura das partes plásticas constantes no inciso III, quando aplicável;

.....;"(NR)

"Art. 2º Fica dispensado o cumprimento das etapas de produção estabelecidas nos incisos I, II, III e IV do art. 1º, até o limite de 20% (vinte por cento), tomando-se por base os gabinetes metálicos a serem fabricados, no ano calendário. " (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Substituto

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 18, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Altera o Processo Produtivo Básico para o produto "GABINETE METÁLICO, COM OU SEM FONTE DE ALIMENTAÇÃO, PARA UNIDADE DIGITAL DE PROCESSAMENTO", industrializado na Zona Franca de Manaus.

OS MINISTROS DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, no § 1º do art. 2º, e nos artigos 13 a 16 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MDIC nº 52001.001675/2016-35, de 26 de outubro de 2016, resolvem:

Art. 1º A Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 197, de 2 de outubro de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

I - corte, dobra e furação e estampagem ou extrusão das partes metálicas que compõem a tampa superior, inferior, laterais, parte traseira e frontal, quando aplicáveis;

II .....;

III - injeção, moldagem ou outro processo de conformação (impressão 3D) das partes plásticas do gabinete com área maior que 100 cm²;

IV - tratamento superficial e pintura das partes plásticas constantes no inciso III, quando aplicável;

....." (NR)

"Art. 2º Fica dispensado o cumprimento das etapas de produção estabelecidas nos incisos I, II, III e IV do art. 1º, até o limite de 20% (vinte por cento), tomando-se por base os gabinetes metálicos a serem fabricados, no ano calendário. " (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Substituto

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

DESPACHO INTERMINISTERIAL

PROCESSO nº 52001.003686/2011-45; INTERESSADA: ILHA SERVICE - SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.; DECISÃO: Indeferirmos, nos termos do §1º do art. 56 da Lei nº 9.784, de 1999, o recurso administrativo interposto contra a decisão do Relatório Final de Fiscalização Conjunto SDP/MDIC e SEPIN/MCTI de Processo Produtivo Básico nº 36/2013, com fundamento no Parecer Técnico Conjunto SDCI/MDIC e SEPIN/MCTIC nº 165/2017, que adotamos. Dê-se ciência à empresa interessada.

MARCOS JORGE
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Substituto

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

SUPERINTENDÊNCIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 1, de 6 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 29 de 9 de fevereiro de 2018, página 42.

Onde se lê: Art. 1º Credenciar o INSTITUTO DE PESQUISAS ELDORADO, estabelecido em Manaus - AM, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ nº 28.494.214/0001-80, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento para os fins previstos no inciso I, § 4º do art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, subsidiado pelo Parecer Técnico nº 238/2016 - COART/CGTEC/SAP, de 30 de setembro de 2016.

Leia-se: Art. 1º Credenciar o INSTITUTO DE PESQUISAS ELDORADO, estabelecido em Manaus - AM, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ nº 02.437.460/0005-30, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento para os fins previstos no inciso I, § 4º do art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, subsidiado pelo Parecer Técnico nº 21/2018/COATE/CGTEC/SAP, de 2 de fevereiro de 2018.

Na Resolução nº 3, de 6 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 29 de 9 de fevereiro de 2018, página 43.

Onde se lê: Art. 1º Credenciar o FIT INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA AMAZÔNIA, estabelecido em Manaus - AM, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ nº 28.494.214/0001-80, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento para os fins previstos no inciso I, § 4º do art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, subsidiado pelo Parecer Técnico nº 238/2016 - COART/CGTEC/SAP, de 30 de setembro de 2016.

Leia-se: Art. 1º Credenciar o FIT INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA AMAZÔNIA, estabelecido em Manaus - AM, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ nº 28.494.214/0001-80, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento para os fins previstos no inciso I, § 4º do art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, subsidiado pelo Parecer Técnico nº 24/2018/COATE/CGTEC/SAP, de 31 de janeiro de 2018.

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

RETIFICAÇÃO

No Art. 2º da Portaria nº 327, de 20 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 22 de fevereiro de 2018, Seção 1, página, 43, Onde se lê " esta minuta de Portaria, Leia-se: esta Portaria e publica o Anexo I.

ANEXO I

Nº	NOME	UF	CPF	MOTIVO DO CANCELAMENTO
1	Adailton Avelino dos Santos	PB	569.680.784-49	Art. 17 inciso I
2	Ana Claudia Gonçalves Leite	PB	070.551.904-01	Art. 17 inciso I
3	Claudia Silvino Alves Silva	PB	042.741.474-10	Art. 17 inciso I
4	Cristiane Firmino Diniz	PB	118.71.654-29	Art. 17 inciso I
5	Edileuza Gomes da Silva	PB	028.140.464-03	Art. 17 inciso I
6	Erivaneide da Costa Rodrigues	PB	872.892.024-49	Art. 17 inciso I
7	Francisca Benedita de Sousa	PB	060.401.654-99	Art. 17 inciso I
8	Francisca Eliana Rodrigues da Silva	PB	090.103.984-55	Art. 17 inciso I
9	Francisco Lourenço da Silva	PB	082.104.764-75	Art. 17 inciso I
10	Françualdo Alves da Silva	PB	062.943.474-32	Art. 17 inciso I
11	Fransuêudo Vieira da Silva	PB	051.118.914-12	Art. 17 inciso I
12	Gesimar da Nobrega Vieira	PB	000.048.544-62	Art. 17 inciso I
13	Gilmar Silvino Alves	PB	477.558.204-10	Art. 17 inciso I
14	Gonçalo Martins	PB	583.144.744-87	Art. 17 inciso I
15	Jeane Bernado da Silva	PB	062.943.474-32	Art. 17 inciso I
16	Josefa Gomes de Sousa	PB	646.556.794-68	Art. 17 inciso I
17	Josefa Verissimo	PB	108.271.178-09	Art. 17 inciso I
18	José Carlos Ferreira	PB	024.883.083-07	Art. 17 inciso I
19	José Gonçalo Leite	PB	054.382.474-80	Art. 17 inciso I
20	José Robledo Monteiro	PB	248.484.598-77	Art. 17 inciso I
21	Manoel José de Lima	PB	065.902.494-39	Art. 17 inciso I
22	Maria das Dores Sousa Ribeiro	PB	050.207.394-21	Art. 17 inciso I
23	Maria Lidiane Andrade de Sousa Santos	PB	090.131.504-46	Art. 17 inciso I
24	Maria Luzenir Roberta de Melo	PB	266.822.780-70	Art. 17 inciso I
25	Maria das Dores Alves dos Santos	PB	064.175.214-86	Art. 17 inciso I
26	Maria Nilma Alves Abrantes	PB	061.238.464-00	Art. 17 inciso I
27	Maria José Anisio Moura	PB	070.637.204-22	Art. 17 inciso I
28	Maria Veralúcia Lisboa	PB	064.180.174-20	Art. 17 inciso I
29	Maristela Nobrega Vieira da Costa	PB	873.199.94-91	Art. 17 inciso I
30	Marcos Antônio de Freitas	PB	063.655.814-24	Art. 17 inciso I
31	Perpetua Alves dos santos	PB	083.026.364-01	Art. 17 inciso I
32	Senelândia Pereira de Sousa	PB	277.592.188-42	Art. 17 inciso I
33	Severino Ramos da Silva	PB	038.484.291-11	Art. 17 inciso I
34	Vanda Leite Pereira Macena	PB	068.419.164-41	Art. 17 inciso I
35	Verônica Alves da Silva	PB	097.648.304-12	Art. 17 inciso I
36	Ademário de Souza Araújo	MG	502.579.606-78	Art. 17 inciso I
37	Ademilson de Souza Rocha	MG	798.281.836-68	Art. 17 inciso I

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

38	Aguinaldo José da Silva	MG	045.892.946-80	Art. 17 inciso I
39	Alci da Rocha	MG	040.870.866-23	Art. 17 inciso I
40	Aluíso Donizetti Pereira	MG	263.397.576-34	Art. 17 inciso I
41	Ana de Oliveira	MG	085.864.536-09	Art. 17 inciso I
42	Ângela Maria da Silva Dias	MG	048.827.916-09	Art. 17 inciso I
43	Antônio Bosco Luiz Costa	MG	020.146.788-71	Art. 17 inciso I
44	Antônio Caldeira dos Santos	MG	033.017.958-62	Art. 17 inciso I
45	Antônio Carlos Borges	MG	060.260.436-24	Art. 17 inciso I
46	Antônio Gonçalves de Oliveira	MG	322.665.106-49	Art. 17 inciso I
47	Antônio Luiz de Souza	MG	462.946.866-87	Art. 17 inciso I
48	Atair Freire Martins	MG	038.037.666-05	Art. 17 inciso I
49	Atair Teixeira	MG	000.030.838-29	Art. 17 inciso I
50	Carlos Alberto da Silva Borges	MG	110.671.416-42	Art. 17 inciso IV
51	Carlos Feliciano Soares	MG	490.576.186-72	Art. 17 inciso I
52	Carmen Anália Gomes Ribeiro	MG	087.939.476-58	Art. 17 inciso I
53	Célio Pereira	MG	345.641.286-04	Art. 17 inciso I
54	Cleidimar Aparecida da Silva Costa	MG	078.212.486-06	Art. 17 inciso I
55	Cleusa Oliveira Silva	MG	008.400.486-02	Art. 17 inciso I
56	Clodoaldo Silva Nunes	MG	672.988.506-87	Art. 17 inciso I
57	Conceição de Jesus	MG	636.718.246-20	Art. 17 inciso I
58	Dalila Gonçalves da Silva	MG	361.186.996-15	Art. 17 inciso I
59	Darci José Mesquita	MG	272.044.806-00	Art. 17 inciso I
60	Delmani Rodrigues Alves	MG	265.665.028-31	Art. 17 inciso I
61	Delvo Lopes Pinto	MG	037.451.336-84	Art. 17 inciso I
62	Etelvino Joaquim Silva	MG	361.307.706-00	Art. 17 inciso I
63	Eva Ribeiro dos Santos	MG	063.545.316-92	Art. 17 inciso I
64	Fabiana Sousa Ribeiro	MG	390.841.908-58	Art. 17 inciso I
65	Fernando Cidalino	MG	043.546.526-09	Art. 17 inciso I
66	Francisca Lazara Alves dos Santos	MG	031.446.736-09	Art. 17 inciso I
67	Gelson Luiz Oliva	MG	603.620.229-68	Art. 17 inciso I
68	Geraldo de Souza	MG	030.816.908-54	Art. 17 inciso I
69	Geraldo Fonseca da Silva	MG	364.361.866-20	Art. 17 inciso I
70	Geraldo Luiz da Silva	MG	576.604.686-34	Art. 17 inciso I
71	Giselda de Moraes Souto	MG	594.949.806-20	Art. 17 inciso I
72	Hilda Terra de Oliveira	MG	827.958.516-87	Art. 17 inciso I
73	Irineu Custódio Boaventura	MG	376.653.406-87	Art. 17 inciso I
74	Isabel Alves de Miranda	MG	077.862.066-20	Art. 17 inciso I
75	Jamil Francisco da Silva	MG	258.016.356-53	Art. 17 inciso I
76	João Gomes da Silva	MG	111.206.666-78	Art. 17 inciso I
77	João Lau de Castro	MG	775.990.558-00	Art. 17 inciso IV
78	João Nicodemos Soares Ventura	MG	020.260.208-76	Art. 17 inciso I
79	José da Rocha Rosa	MG	031.079.036-04	Art. 17 inciso I
80	José Gomes Barbosa	MG	400.704.336-15	Art. 17 inciso I
81	José Luiz da Silva	MG	412.660.806-00	Art. 17 inciso I
82	José Maria Siqueira	MG	078.820.756-39	Art. 17 inciso I
83	José Pereira dos Santos	MG	720.326.506-49	Art. 17 inciso I
84	José Roberto	MG	671.273.716-87	Art. 17 inciso I
85	Júlio Dursulino Domingos	MG	306.139.736-15	Art. 17 inciso I
86	Leonor de Souza Venâncio	MG	027.829.406-51	Art. 17 inciso I
87	Lourdes Rodrigues da Silva	MG	080.346.396-05	Art. 17 inciso I
88	Lucas de Paula Lopes	MG	058.014.696-05	Art. 17 inciso I
89	Luiz Antonio Vieira	MG	050.711.426-43	Art. 17 inciso I
90	Maria de Roma Rezende	MG	067.806.976-05	Art. 17 inciso I
91	Maria Isabel de Azevedo	MG	062.830.226-69	Art. 17 inciso I
92	Maria José Anesio Vieira	MG	056.766.286-18	Art. 17 inciso I
93	Marilete Aparecida Reinaldo	MG	055.853.786-35	Art. 17 inciso I
94	Marlene Machado MACHADO	MG	806.391.196-20	Art. 17 inciso I
95	Mauro Bernardes Dias	MG	783.677.866-53	Art. 17 inciso I
96	Meire Rodrigues Rosa de Oliveira	MG	966.455.476-68	Art. 17 inciso I
97	Miguel de Carvalho	MG	116.110.731-20	Art. 17 inciso I
98	Milton Bahia Duarte	MG	326.763.876-34	Art. 17 inciso I
99	Moacir Jonas Pereira	MG	804.648.406-78	Art. 17 inciso I
100	Murilo Alves de Oliveira	MG	213.543.836-72	Art. 17 inciso I
101	Nailda do Carmo da Silva Duarte	MG	045.426.566-24	Art. 17 inciso IV
102	Nilson Pereira de Oliveira	MG	868.507.688-91	Art. 17 inciso I
103	Nilton Emidio da Cruz	MG	292.755.476-53	Art. 17 inciso I
104	Nivaldo Torquato Oliveira T	MG	832.232.666-15	Art. 17 inciso I
105	Noemi Alves de Aquino Fernandes	MG	011.026.916-07	Art. 17 inciso I
106	Paulo Roberto Duarte	MG	890.728.206-49	Art. 17 inciso I
107	Pedro Antonio da Silva	MG	832.604.806-25	Art. 17 inciso I
108	Pedro Moizés Peixoto	MG	105.625.186-73	Art. 17 inciso I
109	Rayany Rosa Galdino Moreira	MG	106.113.596-93	Art. 17 inciso I
110	Roberto Pereira dos Santos	MG	490.371.616-34	Art. 17 inciso I
111	Sebastião de Oliveira Goulart	MG	309.131.876-15	Art. 17 inciso I
112	Solange Helena Anselmo	MG	073.225.466-36	Art. 17 inciso I
113	Terezinha Ana de Paula	MG	029.847.596-05	Art. 17 inciso I
114	Valdemar Barros de Melo	MG	705.481.296-49	Art. 17 inciso I
115	Vanda Maria Pereira	MG	753.311.446-91	Art. 17 inciso I
116	Vanderlei Carlos Ferreira	MG	984.642.806-53	Art. 17 inciso I
117	Vanir Trindade	MG	671.279.756-04	Art. 17 inciso I
118	Vanusa Regina Rocha de Oliveira	MG	083.743.756-39	Art. 17 inciso I
119	Victor Pedro Alcantara	MG	437.732.146-34	Art. 17 inciso I
120	Vilmar Amâncio Martins	MG	038.344.316-48	Art. 17 inciso I
121	Vitor Donizetti Manareta	MG	483.092.306-72	Art. 17 inciso I
122	Waldevino Domingos da Silva	MG	059.643.186-49	Art. 17 inciso I
123	Waldirene Pereira dos Reis	MG	075.227.276-42	Art. 17 inciso I

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 50, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
RS	São Jerônimo	Estiagem - 1.4.1.1.0	4848	24/01/18	59051.005071/2018-83
MG	Itaobim	Estiagem - 1.4.1.1.0	016	29/01/18	59051.005072/2018-28
MG	Mamonas	Seca - 1.4.1.2.0	004	29/01/18	59051.005070/2018-39
RS	Arroio do Padre	Estiagem - 1.4.1.1.0	2.710	02/02/18	59051.005068/2018-60
MT	Nova Brasilândia	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	011	05/02/18	59051.005057/2018-80
RS	Cerro Grande do Sul	Estiagem - 1.4.1.1.0	08	06/02/18	59051.005054/2018-46
RS	Canguçu	Estiagem - 1.4.1.1.0	7.467	05/02/18	59051.005065/2018-26

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 51, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59204.602419/2015-41, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previstos no art. 4º da Portaria n. 82, de 23 de fevereiro de 2017, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de São Lourenço do Sul - RS, para ações de Defesa Civil, para até 22/08/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 103, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão de Turma, realizada no dia 06 de março de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74049, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por AGNELO FERREIRA DO NASCIMENTO, portador do CPF nº 298.215.507-97.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 104, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão de Turma, realizada no dia 07 de março de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69907, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOANICE PINHEIRO DA PAIXÃO, portadora do CPF nº 307.597.061-15.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 105, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão de Turma, realizada no dia 06 de março de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67673, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por EDILSON BARRETO, portador do CPF nº 083.719.117-34.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 107, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão de Turma, realizada no dia 06 de março de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71175, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por PEDRO VARGAS, portador do CPF nº 020.352.357-15.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 108, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 9ª Sessão de Turma, realizada no dia 08 de março de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2008.01.62274, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por AZEMIR SERAFIM DA SILVA, portador do CPF nº 033.446.572-91.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 109, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão de Turma, realizada no dia 17 de fevereiro de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.68508, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MANOEL RAMOS, portador do CPF nº 462.969.052-20.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 110, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão de Turma, realizada no dia 06 de março de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74084, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por SEBASTIÃO FERREIRA DA SILVA, portador do CPF nº 220.933.977-49.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 111, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 10ª Sessão de Turma, realizada no dia 08 de março de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71322, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por GIACOMO DAGOSTIM, portador do CPF nº 139.754.129-68.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 112, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão de Turma, realizada no dia 17 de fevereiro de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.65201, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ADELSO VIEIRA DA CRUZ, portador do CPF nº 072.730.612-04.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 113, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 9ª Sessão de Turma, realizada no dia 08 de março de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.57280, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOSÉ REGINALDO VIANA VALADARES, portador do CPF nº 065.761.684-20.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 114, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão de Turma, realizada no dia 06 de março de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67660, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MANOEL FERREIRA DE BRITTO, portador do CPF nº 048.544.467-49.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 115, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão de Turma, realizada no dia 06 de março de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67659, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ILSON MARQUES DA COSTA, portador do CPF nº 046.415.317-49.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 116, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão de Turma, realizada no dia 15 de fevereiro de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73962, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ENOQUE GONÇALVES DE FREITAS, portador do CPF nº 066.286.482-49.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 117, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 9ª Sessão de Turma, realizada no dia 08 de março de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.64113, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ANTONIO DE OLIVEIRA BONUTTI, portador do CPF nº 164.100.926-87.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 118, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão de Turma, realizada no dia 06 de março de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67672, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por FRANCISCO GONÇALVES PINTO, portador do CPF nº 042.196.277-15.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 122, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão de Turma, realizada no dia 06 de março de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.68054, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por LUIZ CLAUDIO LONGHI, portador do CPF nº 114.371.036-34.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 123, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão de Turma, realizada no dia 06 de março de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.65142, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ELOY DOMINGUES QUEIJA, portador do CPF nº 030.199.008-59.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 124, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 9ª Sessão de Turma, realizada no dia 08 de março de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.63684, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por CLAUDIO BENEDITO GUARNIERI, portador do CPF nº 075.925.408-78.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 125, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 3ª Sessão de Turma, realizada no dia 15 de fevereiro de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74111, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por DALVANIRA RODRIGUES OLIVEIRA, portadora do CPF nº 260.842.442-20.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 134, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão de Turma, realizada no dia 07 de março de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70642, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ARCHIMEDES FERREIRA MENDES, portador do CPF nº 474.088.987-00.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 135, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão de Turma, realizada no dia 06 de março de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70409, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ARI MELO SALES, portador do CPF nº 225.847.497-34.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 136, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão de Turma, realizada no dia 06 de março de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71199, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de CÍCERO MARIANO DE SOUZA, filho de IZABEL MARIANO DA CONCEIÇÃO, formulado por MARIA OCI ALVES DE SOUZA, portadora do CPF nº 235.103.313-20.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 137, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 10ª Sessão de Turma, realizada no dia 08 de março de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.63961, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por CARLOS ALBERTO DIAS, portador do CPF nº 443.062.617-00.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 138, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão de Turma, realizada no dia 06 de março de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.65008, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por NILO PEREIRA SOUSA, portador do CPF nº 365.244.092-72.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 146, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão de Turma, realizada no dia 31 de maio de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2005.01.52033, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOÃO CHAVITO DE MORAES, portador do CPF nº 189.440.432-72.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 148, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 10ª Sessão de Turma, realizada no dia 08 de março de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72145, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MASSIMIANO CONCEIÇÃO RIBEIRO, portador do CPF nº 157.079.892-34.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 149, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão de Turma, realizada no dia 31 de maio de 2017, no Requerimento de Anistia nº 08000.025854/2015-03 (2015.01.75186), resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MARIA DAS GRAÇAS CASTRO SILVA TORRES, portadora do CPF nº 732.659.852-53.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 150, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão de Turma, realizada no dia 31 de maio de 2017, no Requerimento de Anistia nº 08000.025851/2015-61 (2015.01.75188), resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ALACID MORAES SILVA, portador do CPF nº 002.050.642-21.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 151, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 10ª Sessão de Turma, realizada no dia 08 de março de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.64165, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por DOMINGOS BRITO DA COSTA, portador do CPF nº 450.291.301-44.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 152, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão de Turma, realizada no dia 31 de maio de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.68503, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de FELIX FRANCISCO DA SILVA, filho de ANTONIA JARDELINA DA SILVA, formulado por ALICE DE OLIVEIRA SILVA, portadora do CPF nº 027.091.894-96.

TORQUATO JARDIM

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 153, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão de Turma, realizada no dia 07 de março de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69107, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JUVENAL PEREIRA DE SOUZA, portador do CPF nº 058.510.684-34.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 155, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão de Turma, realizada no dia 31 de maio de 2017, no Requerimento de Anistia nº 08000.037010/2015-05 (2015.01.75715), resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JALES CASTRO SILVA, portador do CPF nº 017.349.883-39.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 156, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão de Turma, realizada no dia 31 de maio de 2017, no Requerimento de Anistia nº 08000.028018/2016-53 (2016.01.76174), resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por DAVI ANDRADE DE MORAES, portador do CPF nº 228.275.952-49.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 196, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, em cumprimento ao Parecer nº 00077/2018/COSEP/PRU1R/PGU/AGU, que atesta a força executória da decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 0073985-94.2015.4.01.3400, resolve:

Conceder ao anistiado político ANTÔNIO DOS SANTOS SARAIVA, portador do CPF nº 147.253.122-15, o direito à promoção ao posto de Suboficial com proventos de Segundo-Tenente, incluídas as diferenças a que tem direito em razão da nova graduação, observando as diferenças já recebidas à título de pagamento retroativo.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 197, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.001008/2012-10, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MASHI ABDUL MASHI FUNGO, de nacionalidade moçambicana, filho de Abdul Mashi Fungo e de Muajuma Amisse Macame, nascido em Palma-Cabo Delgado, Moçambique, em 8 de agosto de 1981, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 198, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.003406/2015-13, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, SEJA SINAH RAMAOTSWA, de nacionalidade sul-africana, filha de Salomon Ramaotswa e Sophy Ramaotswa, nascida em Limpopo, na República da África do Sul, em 17 de fevereiro de 1987, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 199, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.004182/2012-14, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, VYTAS BUZAITIS, de nacionalidade lituana, filho de Romas Buzaitis e de Aldona Buzaitiehe, nascido em Alytus, Lituânia, em 19 de setembro de 1990, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 10 (dez) anos, 6 (seis) meses e 10 (dez) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 200, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.002199/2010-11, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, VANESSA CAMPOS SALVATIERRA, de nacionalidade boliviana, filha de Estevan Campos e de Isabel Salvatierra, nascida em Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, em 14 de março de 1983, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 201, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.012889/2012-32, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017, PEDRO MUTOMBO NIEMBUE, de nacionalidade angolana, filho de Gabriel Mutombo Niembue e Theresa Tshibola Kalonji, nascido em Achutatu, na República da Angola, em 27 de dezembro de 1967, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 13 (treze) anos, 7 (sete) meses e 10 (dez) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 202, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.009387/2011-43, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017, CATHERINE JOYCE SHAPATI, de nacionalidade zambiana, filha de Bright Shapati e Morreen Shapati, nascida na República da Zâmbia, em 30 de janeiro de 1957, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 203, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.005116/2015-42, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o artigo 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017, MAURO PEDRAZA CARRILLO, de nacionalidade boliviana, filho de Luiz Pedraza e Piedade Carrillo, nascido no Estado Plurinacional da Bolívia, em 13 de fevereiro de 1963, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 3 (três) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 204, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.001575/2013-95, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017, FELIX TACANA ROUSSEAU, de nacionalidade boliviana, filho de Felipe Tacana Baldiviezo e Raquel Rousseau Ojopi, nascido em Magdalena Itinez, no Estado Plurinacional da Bolívia, em 23 de outubro de 1958, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos e 4 (quatro) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 205, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.003425/2011-16, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, EMMANUEL UCHENNA OKPALAUGO, de nacionalidade nigeriana, filho de Luis Okpalaugo e de Cordelia Okpalaugo, nascido em Obosi, Nigéria, em 22 de dezembro de 1978, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 206, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.010851/2016-59, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, CAJEYHAN TOCHUKWU OKAFOR, de nacionalidade nigeriana, filho de Francis Okafor e Agnes Okafor, nascido na República Federal da Nigéria, em 6 de junho de 1980, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 207, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.002183/2016-96, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ANALIE ANANDA KUMAR, de nacionalidade malaia, filha de Ravindran Ananda Kumar e de Maria Angelita Fernandez Tidula, nascida em Kuala Lumpur, Malásia, em 28 de abril de 1994, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 208, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.007508/2012-01, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017, LIZ ROSSANA CABRAL SOSA, de nacionalidade paraguaia, filha de Leonor Cabral e Justina Sosa, nascida na República do Paraguai, em 4 de maio de 1989, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos e (nove) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 209, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.005348/2012-58, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JOSÉ FERNANDO DE JESUS PEREIRA DE ALMEIDA BARROS, de nacionalidade portuguesa, filho de José Pereira da Silva Barros e de Maria Antonieta de Almeida Dias Barros, nascido na Angola, em 10 de fevereiro de 1968, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 210, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.010536/2016-21, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ENRIQUE ALVAREZ GONZALES, de nacionalidade boliviana, filho de Santiago Alvarez Martins e Irene Gonzales Galindo, nascido na Bolívia, em 29 de dezembro de 1985, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 21 (vinte e um) anos e 4 (quatro) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 211, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.008889/2015-42, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, KANAYO MORDECAI ANYANWU, de nacionalidade nigeriana, filho de Batholome Anyanwu e de Leticia Anyanwu, nascido em Anambra State, Nigéria, em 27 de abril de 1974, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 216, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Revoga o art. 4º do Anexo da Portaria nº 1.075, de 21 de novembro de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e IV, da Constituição, e tendo em vista a previsão do art. 6º, do Decreto nº 9.150, de 4 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica revogado o art. 4º do Anexo da Portaria nº 1.075, de 21 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TORQUATO JARDIM

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 22 de fevereiro de 2018

Nº 83 - Processo nº: 08505.107567/2011-06. Interessado: Mamadou Diallo. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 29/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (5814081), de 7/2/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio MAMADOU DIALLO, nascido no dia 2/6/1965, natural do Senegal, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Nº 84 - Processo nº: 08451.004698/2012-88. Interessado: Meissa Mbaye. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 67/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (5859686), de 20/2/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio MEISSA MBAYE, nascido no dia 3/5/1977, natural do Senegal, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Nº 85 - Processo: 08451.004704/2012-05. Interessado: Ibra Fall Mbaye. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 68/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (5860028), de 20/2/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio IBRA FALL MBAYE, nascido em 2/1/1986, natural do Senegal, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Nº 86 - Processo: 08451.002339/2012-96. Interessado: Moustapha Faye. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 1/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (5807839), de 20/2/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio MOUSTAPHA FAYE, nascido em 2/4/1984, natural do Senegal, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

TORQUATO JARDIM

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

COORDENAÇÃO-GERAL PROCESSUAL

PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018

Prorroga o prazo concedido ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 2, de 08 de novembro de 2017, com a finalidade de estabelecer formas de atuação conjunta e coordenada no âmbito do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e para promover a concorrência como instrumento para elevar a competitividade e a inovação na economia brasileira.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 10, inciso IX da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e pelo art. 60, XVII do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, tal qual alterado pela Resolução CADE nº 20, de 7 de junho de 2017, o SECRETÁRIO DE ACOMPANHAMENTO FISCAL, ENERGIA E LOTERIA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 42-B, X da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o SECRETÁRIO DE PROMOÇÃO DA PRODUTIVIDADE E ADVOCACIA DA CONCORRÊNCIA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 41-A, VII do Anexo I ao Decreto nº 9.003, de 13 de março de 2017,

RESOLVEM:

Art. 1º Fica prorrogado por 90 dias o prazo concedido ao grupo de trabalho instituído pela Portaria nº 2, de 08 de novembro de 2017, publicada no DOU de 09 de novembro de 2017, seção 1, página 53, com a finalidade de estabelecer formas de atuação conjunta e coordenada no âmbito do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e para promover a concorrência como instrumento para elevar a competitividade e a inovação na economia brasileira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente do Conselho

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR
Secretário de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria

JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO
Secretário de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Nº 233 - Processo Administrativo nº 08012.007043/2010-79 (Autos de Acesso Restrito nº 08700.011118/2014-91). Representante: Departamento de Polícia Federal do Rio Grande do Norte. Representados: Massa Falida da Scheiner Solutions Comércio e Serviços Ltda.; WSO Multimídia e Informática; A4 Comércio e Prestação de Serviços e Informática Ltda.; Chipcia Informática Ltda.; Conesul Plus Comercial e Logística Ltda.; E-Fornecedor Consultoria em Informática; Escritorial Informática Ltda.; Filmgraph Comercial Ltda.- EPP, JPG Hardware House Ltda.; MI Comércio e Serviço de Informática (Teevo S.A Comércio e Serviços de Informática); MP&Q Indústria de Mobiliário e tecnologia Eireli-ME; Luca Comércio de Sistemas Audiovisuais Ltda - Perfomance; Manzi & Carvalho Comercial de Informática Ltda.; Sennart Sistemas de Informática Ltda.; Sistema Informática Comércio Importação e Exportação Ltda.; Spectro Vision Projetos Audiovisuais Ltda.- EPP; TI Tecnologia da Informação e Serviços Ltda.; Ultracopy Copiadoras e Impressoras Ltda.; Adriano Barrocas Tavares; Adaury Amaral de Souza; Adriana Nunes da Silva; Anderson Assunção Silva;Andrea Prado de Castro Lima Tavares; Andréa Regina Nogueira; Antônio Arthur Cavalcante Rocha; Christopher Alvim da Silveira; Edson dos Santos Machado Júnior; Emersom de Moura Chaves; Fabienne Valença da Rocha; Gilberto Clemente Júnior; Juarez de Andros Jr.; Karine Coelho Marques; Karlla Shelly Cardoso Teixeira; Laurindo dos Santos Campi; Mauro Henrique Porpino de Oliveira; Rafael Gaspar Barroso; Rosana Aparecida Granges; Roseane Galdino da Silva; Soraya Chovghi Iazdi; Tais Sant'Ana Aires; Vanderlúcio Fernandes Freitas; Vivian Cristina Gonçalves Manso; e William Souza de Oliveira. Advogados: Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.; Luis Augusto Roux Azevedo; Luciana Dantas da Costa Oliveira; Clarice Dantas Revorêdo; Ariosto Mila Peixoto; Saulo Stefanone Alle; Gustavo Kloh Muller Neves; Danilo Botelho dos Santos; Marcio Leon Nahon; Victor Alexandre Sande Santos; Nilton Carlos Alves Andrade; Luiz Fernando Maldonado de Almeida Lima; Rosiane Carina Pratti; Ilson José de Oliveira; Rafael Vieira de Oliveira; Jonas Roberto Wentz; Marcele Bertoni Adames; Alessandra Rocha Machado; Evaldo Rodrigues Pereira; Marcello de Souza Taques; Rafael Pinto de Moura Cajueiro; Petterson Laker Siniscalchi Costa; Henrique Machado Rodrigues de Azevedo; Felipe Lobato Carvalho Mitre; Jason Vidal; Thalita Naiara Antunes Vidal; Ana Paula Mendes Gomes; Washington Luiz Silva de Oliveira; Roger Fischmann; Kélvia Inês Rodrigues di Oliveira; Jacques Coelho de Araujo Neto; Tátia Margareth de Oliveira Leal; Renato de Oliveira Ramos; Aline Michele Alves; Anderson Rosanezi, Jonas Roberto Wentz, Afonso Barbosa Ribeiro Neto, Marcelo Bertoni Adames e outros. Acolho a Nota Técnica nº 19/2018, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Fica notificado o Representado Williman Souza de Oliveira acerca do conteúdo da referida nota técnica.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

DESPACHOS DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Nº 238 - Ato de Concentração nº 08700.000742/2018-97. Requerentes: São Leopoldo Empreendimentos e Locação de Bens Ltda. e Deicmar Armazenagem e Distribuição Ltda. Advogados: Daniel Oliveira Andreoli, Natan Maximiano Munhoz e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 244 - Ato de Concentração nº 08700.000744/2018-86. Requerentes: Agro Talent Participações Ltda. e Laticínios São João Ltda. Advogados: Henrique de Farias Martins, Rodrigo Zingales Oller do Nascimento, Sandro Wilson Pereira dos Santos e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Superintendente-Geral Substituto nº 209/2018, de 21 de fevereiro de 2018, publicado no DOU de 22/02/2018, Seção 1, página 48, referente ao Processo Administrativo nº 08700.008413/2014-60. Onde se lê: "Acolho a Nota Técnica nº 24/2018/CGAA8, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação.", leia-se: "Acolho a Nota Técnica nº 15/2018/CGAA8, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 561, DE 31 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/2907 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Transporte de Valores, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIAÇÃO PIONEIRA LTDA, CNPJ nº 05.830.982/0002-43 para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 166/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 600, DE 31 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/3159 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MANAL MANUTENÇÃO ALAGOANA DE AERONAVES LTDA, CNPJ nº 08.518.482/0001-88 para atuar em Alagoas.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 607, DE 31 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/5981 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO JARDIM DAS AMERICAS SHOPPING CENTER, CNPJ nº 02.597.043/0001-21 para atuar no Paraná.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 609, DE 31 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/6601 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa MJB VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 06.236.934/0001-03, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal no Mato Grosso.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 620, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/862 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GR - GARANTIA REAL SEGURANCA LTDA. , CNPJ nº 68.317.817/0004-74, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (um) Revólver calibre 38

12 (doze) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 623, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/7117 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa NEUTRON SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 18.200.565/0001-88, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal no Rio Grande do Norte.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 651, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/105577 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIACAO RESIDENCIAL ALPHAVILLE 1, CNPJ nº 49.721.046/0001-99 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2807/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 656, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/4133 - DELESP/DREX/SR/DPF/SE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FRANCA SERVIÇOS DE VIGILANCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 32.834.491/0001-62, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Sergipe, com Certificado de Segurança nº 182/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 668, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/865 - DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GR - GARANTIA REAL SEGURANCA LTDA. , CNPJ nº 68.317.817/0007-17, sediada no Piauí, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (um) Revólver calibre 38

6 (seis) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 801, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/8688 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AGROINDUSTRIAL PALMASA S/A, CNPJ nº 15.282.791/0001-67 para atuar no Pará.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 884, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/7566 - DPF/XAP/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa LUPA SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 14.546.164/0001-23, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

100 (cem) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 911, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/1233 - DPF/CXS/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FORTALEZA SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 01.176.491/0001-99, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 161/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 925, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/8534 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SHOPPING METRO TATUAPE, CNPJ nº 02.248.827/0001-44 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 953, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/705 - DELESP/DREX/SR/DPF/MS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa KARBECK SEGURANÇA LTDA - ME, CNPJ nº 19.097.389/0001-63, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Mato Grosso do Sul, com Certificado de Segurança nº 124/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 963, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/2033 - DPF/ANS/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PORTO SECO CENTRO OESTE S/A, CNPJ nº 02.680.379/0001-53 para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 342/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 966, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/9821 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa O.V.D. IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 76.635.689/0001-92 para atuar no Paraná.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 967, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/11090 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FILATI INDUSTRIA DE MALHAS S/A, CNPJ nº 08.823.011/0001-83 para atuar no Ceará.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 983, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/100834 - DPF/PHB/PI, resolve:

CONCEDER autorização à empresa EVANDRO COMERCIAL LTDA, CNPJ nº 06.983.931/0001-33, sediada no Piauí, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (um) Revólver calibre 38
18 (dezoito) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 988, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/99483 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GR - GARANTIA REAL SEGURANCA LTDA., CNPJ nº 68.317.817/0004-74, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 315/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 998, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/5868 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TARTALIA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI, CNPJ nº 11.898.403/0001-16, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente SBIL SEGURANÇA BANCÁRIA E INDUSTRIAL LTDA, CNPJ nº 33.074.659/0001-41:
25 (vinte e cinco) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
13 (treze) Espingardas calibre 12

Da empresa cedente VBR VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 97.527.175/0001-93:
172 (cento e setenta e duas) Munições calibre 12
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
300 (trezentas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 999, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/7140 - DPF/VAG/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa POUSOSEG SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA ME, CNPJ nº 20.020.309/0001-50, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Da empresa cedente PROSEG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 03.805.877/0001-48:
14 (quatorze) Espingardas calibre 12

Da empresa cedente VIGLIS VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 11.018.334/0001-09:
13 (treze) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
23 (vinte e três) Revólveres calibre 38
432 (quatrocentas e trinta e duas) Munições calibre 38
196 (cento e noventa e seis) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.003, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/10065 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO DO SHOPPING PRAÇA DA MOÇA, CNPJ nº 09.281.025/0001-85 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.007, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/3210 - DPF/UDI/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIGIBRAS - SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 15.692.746/0001-80, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 381/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.012, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/11531 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa OLIMPO SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA. - EPP, CNPJ nº 17.141.880/0001-19, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4 (quatro) Espingardas calibre 12
6 (seis) Pistolas calibre .380
10 (dez) Revólveres calibre 38
240 (duzentas e quarenta) Munições calibre .380
64 (sessenta e quatro) Munições calibre 12
120 (cento e vinte) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/11611 - DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO SHOT ADVANCED TRAINING LTDA - ME, CNPJ nº 03.019.433/0001-87, sediada na Paraíba, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
6552 (seis mil e quinhentas e cinquenta e duas) Munições calibre 12
60000 (sessenta mil) Espoletas calibre 38
3000 (três mil) Estojos calibre 38
15000 (quinze mil) Gramas de pólvora
60000 (sessenta mil) Projéteis calibre 38
8000 (oito mil) Espoletas calibre .380
3000 (três mil) Estojos calibre .380
8000 (oito mil) Projéteis calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.038, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/7153 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa N.Y SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 14.373.481/0001-95, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 367/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

PORTARIA Nº 104, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 2142/2018, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2017/45879 instaurado em desfavor de a MAG SEGUR SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, 10.452.314/0002-60, sediada em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 5.667.913, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, em atendimento à decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1011211-40.2017.04.01.3400 e após apreciação dos argumentos de defesa da autuada, acolhendo os fundamentos do Parecer DICOF/CGCSP/DIREX/PF nº 5626830 e conforme Despacho SAD/CGCSP/DIREX/PF 5652255, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a VISAO INTELIGENTE PARA SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 08.374.059/0001-51, sediada em Santa Catarina, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso IV PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/88354 e SEI/PF nº 08211.000511/2018-95. O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo, a ser interposto excepcionalmente fora do sistema eletrônico GESP.

LUÍS FLÁVIO ZAMPRONHA

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

DESPACHOS

Nº 365/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Migrações: Pedido de Naturalização
Processo: 08495.000906/2017-78
Interessado: DIEGO ANDRES GUTIERREZ MENDOZA
Despacho do Secretário Nacional de Justiça:

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, INDEFIRO o pedido, tendo em vista que o requerente não foi localizado no endereço declarado nos autos, nos ternos do artigo 12, da Lei 13.445/2017.

Nº 366/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Migrações: Pedido de Naturalização
Processo: 08256.001246/2014-12
Interessado (a): MARIA BENEDITA DO SACRAMENTO COSTA PEREIRA MACHADO

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, INDEFIRO o pedido, tendo em vista que a requerente e sua família encontram-se no Exterior, sem previsão de retorno, nos ternos do artigo 70, da Lei 13.445/2017.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 367/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Migrações: Pedido de Naturalização
Processo: 08505.043858/2017-46
Interessado: JOHN OLUWAFEMI OWOYEMI
Despacho do Secretário Nacional de Justiça:

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, INDEFIRO o pedido, tendo em vista que o requerente não comprovou saber ler e escrever português, nos ternos do inciso III do Art. 65 da Lei 13.445/2017.

ROGÉRIO AUGUSTO VIANA GALLORO
Secretário

PORTARIAS DE 24 DE FEVEREIRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, resolve:

Nº 24 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, as pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

CHANG CHENG HSUN - Y268995-9, natural da China, nascido em 24 de novembro de 1990, filho de Chang Pi Chi e de Lee Hsiu Mei, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08506.009048/2017-51);

HENRY MENDONÇA - V172422-0, natural da Índia, nascido em 10 de junho de 1968, filho de Nichols Mendonça e de Cicilia Mendonça, residente no Estado do Pará (Processo nº 08362.001160/2017-25);

LING FANG TSAI - V296532-S, natural da China (Taiwan), nascida em 02 de dezembro de 1973, filha de Ting Kuen Tsai e de Mei Lee Tsai, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.003265/2017-81);

MAYSAA MOHAMAD AWADA - V365140-O, natural do Líbano, nascida em 29 de março de 1984, filha de Mohamad Awada e de Rajaa Rihani, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.300360/2016-89);

MONA SAMIH HAMADI - Y233632-E, natural do Líbano, nascida em 09 de dezembro de 1973, filha de Samih Hamadi e de Mariam Rihan, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.301744/2016-19);

NINA YOUSSEF NABOUT - V182456-E, natural do Líbano, nascida em 17 de setembro de 1979, filha de Youssef Khalil Nabut e de Evelyne Youssef Nabut, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08386.004212/2017-47) e

OLGA KOLDAEVA - V221336-L, natural da Ucrânia, nascida em 05 de julho de 1956, filha de Sergey Vladimirov e de Evgenia Vladimirova, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08514.002801/2017-88).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

Nº 25 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, as pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

AURORA URBANO HEVILLA - V955464-0, natural da Espanha, nascida em 22 de julho de 1986, filha de José Urbano Lopez e de Antonia Hevilla Hevilla, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08707.301678/2016-37);

GEIRIZA NANINE NEVES DA COSTA CHANTRE - V401837-Y, natural do Cabo Verde, nascida em 27 de maio de 1985, filha de Antonio Manuel da Costa Chantre e de Maria Celeste Neves Chantre, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 08420.007856/2016-42);

IGOR LOBKOVSKIY - V307035-A, natural da Rússia, nascido em 08 de março de 1952, filho de Ivan Lobkovskiy e de Nadegda Lobkovskaya, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08514.000206/2017-16);

JIANWEI MA PORTO - V510505-E, natural da Republica Popular da China, nascido em 17 de março de 1987, filho de Kui Ma e de Guihui Zhang, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.013809/2017-61);

JOÃO CARLOS - G264812-M, natural da Angola, nascido em 01 de dezembro de 1987, filho de Carlos Kalonda Lubangi e de Antonica Tango Kolando, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.003073/2017-75);

JOSÉ WANDJI NYANDA - G119529-T, natural de Camarões, nascido em 27 de outubro de 1978 , filho de Minnette Paho, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.008493/2017-95);

KUAN LING LAI - V690536-M, natural de China (Taiwan), nascida em 24 de agosto de 1984, filha de Jung Pen Lai e de Shu Mei Peng, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.003407/2017-19);

LAURA JOHNSON WAIB - V758918-M, natural da Inglaterra, nascida em 05 de agosto de 1983, filha de Brian Johnson e de Judy Barbara Johnson, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.030453/2017-48);

MORAD MAHMOUD MAROUF ISMAIL - V855852-Y, natural da Jordânia, nascido em 27 de setembro de 1971, filho de Mahmoud Marouf Ismail e de Aysheh Abdala Ismail, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08436.000134/2017-79);

STAMEN KIRILOV KIRCHEV - V868944-8, natural da Bulgária, nascido em 17 de janeiro de 1980, filho de Kiril Kirchev e de Elma Kircheva, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.000958/2017-12);

WILMAR CARVAJAL OSSA - V527845-N, natural da Colômbia, nascido em 03 de novembro de 1984, filho de Braulio Carvajal Galman e de Elizabeth Ossa Rangel, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08495.002240/2017-92);

YANY LEOPOLDO LEON GONZALEZ - V957037-8, natural de Cuba, nascido em 22 de setembro de 1976, filho de José Leopoldo Leon Sosa e de Clara Maria Gonzalez Sarduy, residente no Estado de Roraima (Processo nº 08485.009809/2017-60) e

ZOE MARIA FERNANDEZ MARTINEZ - V760632-0, natural de Cuba, nascida em 26 de junho de 1999, filha de Angel Alfonso Fernandez Rodriguez e de Diamela Maria Martinez Barba, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08506.008166/2017-41).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ROGÉRIO AUGUSTO VIANA GALLORO

DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS

DEFIRO o presente pedido de Autorização de Residência por prazo indeterminado, a título de Reunião Familiar, nos termos do art. 153, do Decreto nº 9199 de 20/11/2017. Outrossim, informo que o(a) estrangeiro(a) deverá ser notificado(a), considerando o disposto no art. 176, § 1º, inciso II, do Decreto em referência.

Processo nº 08000.022151/2017-87 - EYAL KAHLON

DEFIRO o presente pedido de autorização de residência por prazo indeterminado, a título de Reunião Familiar, conforme disposto no art. 153 do Decreto n° 9.199 de 20/11/2017.

Processo nº 08495.000384/2017-12 - MAURIZIO LAUS

Determino o arquivamento dos processos, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento das exigências formuladas por esta Divisão, abaixo relacionados:

Processo nº 08506.005601/2017-86 - NUNO MIGUEL DE OLIVEIRA MARQUES

Processo nº 08354.002827/2017-14 - LARA MARIE JEANNE ODIN

Processo nº 08508.008299/2017-06 - MOHAMAD ALBADAWI KAZMOUZ

Processo nº 08505.047623/2017-23 - DADIARRA SHEIK MODIBO

Processo nº 08457.000657/2017-77 - JESUS ARTURO GIRALDO CASTANO

Processo nº 08089.001257/2017-14 - LUCY GUZMAN GALVIS

Processo nº 08089.001256/2017-70 - LIGIA GUZMAN GALVIS

Processo nº 08504.007407/2017-55 - KOICHI KANASHIRO

Processo nº 08420.007763/2017-07 - MARIA DEL MAR FERNANDES FLECHA

Processo nº 08000.019562/2017-95 - MARIA DO ROSARIO AGUIAR RODRIGUES RINO

Determino o arquivamento dos respectivos processos, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, considerando a perda do objeto, tendo em vista que os estrangeiros são portadores de visto permanente, conforme consulta realizada no Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiros.

Processo nº 08505.012867/2012-81 - HOSSAM HEJAZI KHALIL EL LOH

Processo nº 08505.050791/2015-34 - EMMANUEL ONYEBUCHI ALATUOGU

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, INDEFIRO o presente pedido tendo em vista que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo. Processo nº 08514.005343/2017-39 - SUNNY AGULUONU OHABUEZE

ISMAEL SILVA MACEDO
Chefe
Substituto

DESPACHOS

DEFIRO os pedidos de renovação da autorização de residência, nos termos do art. 146 do Decreto 9.199/17, abaixo relacionados:

Processo nº 08000.070200/2017-98 - FRANCISCO DE PAULA FORERO PATAQUIVA, até 22 /02 /2019.

Processo nº 08460.017340/2017-11 - LINDA GABRIELE GESENHUES, até 16/01/2019.

Processo nº 08000.068577/2017-87 - ELMER LEVANO HUAMACCTO, até 31/05/2018

DEFIRO o presente pedido de renovação da autorização de residência, nos termos do art. 146 do Decreto 9.199/17. Outrossim, informo que o(a) estrangeiro(a) deverá ser notificado(a), considerando o disposto no art. 176, § 1°, do Decreto em referência.

Processo nº 08000.069151/2017-41 - MIGUEL CLEMENTE RUBIO, até: 31/ 12/2018

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
Pela Delegação de Competência.

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 30, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Filme: SUBMERSÃO (SUBMERGENCE, Alemanha - 2017)
Produtor(es): Backup Filmes
Diretor(es): Win Wenders
Distribuidor(es): ANTÔNIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFÓRNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama/Romance
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.003870/2018-80
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: OPERAÇÃO RED SPARROW (RED SPARROW, Estados Unidos da América - 2017)
Diretor(es): Francis Lawrence
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Suspense
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Drogas , Conteúdo Sexual e Violência Extrema
Processo: 08000.003873/2018-13
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: O PASSAGEIRO (THE COMMUTER, Estados Unidos da América / Reino Unido - 2017)
Produtor(es): Sturart M. Beser/Alex Heineman/Andrew Rona
Diretor(es): Jaume Collet-Serra
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ação/Suspense
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.004205/2018-11
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: MOTORRAD (Brasil - 2016)
Produtor(es): LG Tubaldini Jr./André Skaf
Diretor(es): Vicente Amorim
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Violência Extrema , Drogas Ilícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.004506/2018-37
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Show Musical: ATITUDE 67 (Brasil - 2018)
Produtor(es): Universal Music International Ltda.
Diretor(es): Renan Felix/Guilherme Dalzoto
Distribuidor(es): Universal Music International Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.005566/2018-77
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Show Musical: BOTECO DA SOFRÊNCIA - PABLO (Brasil - 2017)
Produtor(es): AG Produções Eventos e Edição Musical Ltda.
Diretor(es): Francisco Mascarenhas Kertéz
Distribuidor(es): SOM LIVRE
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Contém: Drogas lícitas
Processo: 08000.005710/2018-75
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A.

Conjunto de Episódios: O TEATRO DE RUA (R)EXISTE (Brasil - 2014/2016)
Episódio(s): 01 A 05
Produtor(es): Bacteria Filmes Ltda
Diretor(es): Pedro de Lima Marques
Distribuidor(es): COLATERAL FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000130/2018-11
Requerente: BACTERIA FILMES LTDA

Filme: O CASO DO HOMEM ERRADO (Brasil - 2017)
Produtor(es): Mariani Batista da Silva Ferreira
Diretor(es): Camila Lopes de Moraes
Distribuidor(es): CAMILA LOPES DE MORAES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000137/2018-24
Requerente: MARIANI BATISTA DA SILVA FERREIRA

Filme: TODAS AS RAZÕES PARA ESQUECER (Brasil - 2017)
Produtor(es): Paranoid Filmes Ltda
Diretor(es): Pedro Coutinho
Distribuidor(es): BRETZ FILMES/PAGU PICTURES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Drama/Romance
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Drogas e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.000159/2018-94
Requerente: BRETZ FILMES DISTRIBUIDORA E PRODUTORA LTDA-EPP

Filme: QUERIDA MAMÃE (Brasil - 2017)
Produtor(es): Moonshot Pictures
Diretor(es): Jeremias Moreira
Distribuidor(es): ELO COMPANY
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000176/2018-21
Requerente: ELO COMPANY

Conjunto de Episódios: TRIÂNGULO DAS GERAES VI TEMPORADA (Brasil - 2015)
Episódio(s): 01 A 09
Produtor(es): Thavanna Lima
Diretor(es): Nara Angélica da Silva
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000177/2018-76
Requerente: EKOBÉ FILMES E ARTES

Filme: REAL CONQUISTA (Brasil - 2017)
Produtor(es): Fabiana Assis
Diretor(es): Fabiana Assis
Distribuidor(es): KINOPTERA
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000178/2018-11
Requerente: VIOLETA FILMES

Filme: EM UM MUNDO INTERIOR (Brasil - 2017)
Produtor(es): Kinoscópio
Diretor(es): Flavio Frederico/Mariana Pamplona
Distribuidor(es): ELO COMPANY
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000211/2018-11
Requerente: ELO COMPANY

Filme: O JABUTI E A ANTA (Brasil - 2016)
Produtor(es): Marina Yamaoka/Eliza Capai
Diretor(es): Eliza Capai
Distribuidor(es): TATURANA MOBILIZAÇÃO SOCIAL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000222/2018-92
Requerente: PARLATÓRIO PRODUÇÕES LTDA - ME

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 411, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Altera o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI do HUV Hospital Universitário de Vassouras - Vassouras (RJ) e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Rio de Janeiro e do Município de Vassouras.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Título IV - que define os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidades Neonatal - da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica alterado o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II, do hospital a seguir relacionado:

Proposta SAIPS 17.468	Hospital	Nº leitos
CNES: 2273748	HUV Hospital Universitário de Vassouras - Vassouras (RJ)	
Leito: 26.10 Neonatal		10

Art. 2º Fica determinado que a referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS - Título IV, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 559.144,96 (quinhentos e cinquenta e nove mil cento e quarenta e quatro reais e noventa e seis centavos), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Vassouras.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 3º, ao Fundo Municipal de Saúde de Vassouras (RJ), em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 3ª (terceira) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 415, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Habilita leitos da Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional - UCINCO e desabilita leitos de Cuidados Intermediários do HUV Hospital Universitário de Vassouras - Fundação Educacional Severino Sombra - Vassouras (RJ) e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Rio de Janeiro e do Município de Vassouras.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Título IV - que define os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidades Neonatal - da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Fica habilitado o número de leitos da Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional- UCINCo, do hospital a seguir relacionado:

Proposta SAIPS: 7.061	Hospital	Nº leitos
CNES: 2273748	HUV Hospital Universitário de Vassouras - Fundação Educacional Severino Sombra - Vassouras (RJ)	
Leito: 28.02 UCINCo		08

Art. 2º Fica desabilitado o número de leitos de Cuidados Intermediários, do hospital a seguir relacionado:

Proposta SAIPS: 7.061	Hospital	Nº leitos
CNES: 2273748	HUV Hospital Universitário de Vassouras - Fundação Educacional Severino Sombra - Vassouras (RJ)	
Leito: 28.01 Cuidados Intermediários		08

Art. 3º Fica determinado que a referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS - Título IV, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 4º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 420.480,000 (quatrocentos e vinte mil quatrocentos e oitenta reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Vassouras.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 4º, ao Fundo Municipal de Saúde de Vassouras (RJ), em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 6º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 3ª (terceira) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 417, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Altera leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI - Tipo II do HUV Hospital Universitário de Vassouras - Vassouras/RJ e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Hospital Universitário de Vassouras do Estado de Rio de Janeiro e do Município de Vassouras.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Título IV da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidades Neonatal; e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica alterado o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II, do hospital a seguir relacionado:

Proposta SAIPS 16.480 e 17466	Hospital	Nº leitos
CNES: 2273748	HUV Hospital Universitário de Vassouras - Vassouras (RJ)	
Leito: 26.01 Adulto		20

Art. 2º Fica determinado que a referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS - Título IV, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Ficam estabelecidos recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 1.677.434,88 (um milhão e seiscentos e setenta e sete mil quatrocentos e trinta e quatro reais e oitenta e oito centavos), a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Vassouras.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 3º, ao Fundo Municipal de Saúde de Vassouras (RJ), em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 3ª (terceira) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 429, DE 23 DE FEVEREIROE DE 2018

Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado do Paraná.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando art. 2º da Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando art. 1º do Anexo III da Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017, que institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017, Anexo III, Livro II, Título I - Do Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no Âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017, Anexo III, Livro II, Título X - Do Cuidado Progressivo ao Paciente Crítico ou Grave;

Considerando o Capítulo II - do Financiamento da rede de atenção às urgências e emergências da Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017;

Considerando a Portaria nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, no Título III, regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle; e

Considerando a Portaria SAS/MS nº 1.118, de 19 de setembro de 2016, que altera o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II da HOESP - Associação Beneficente de Saúde do Oeste do Paraná - Toledo/PR.

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.890, de 17 de outubro de 2016, que estabelece recurso do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Paraná e Município de Toledo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.949, de 27 de dezembro de 2016, que aprova o Componente Hospitalar do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências e Emergências do Estado e dos Municípios do Paraná e, para sua implantação, estabelece recursos do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a serem incorporados ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a inserção de leitos de enfermaria clínica de retaguarda no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 1.230.137,60 (um milhão, duzentos e trinta mil, cento e trinta e sete reais e sessenta centavos), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado do Paraná e do Município de Toledo.

Art. 2º Os recursos financeiros estabelecidos no art. 1° desta Portaria referem-se à qualificação de 10 (dez) leitos de Unidade de Tratamento Intensivo-UTI Tipo II, conforme Anexo a esta Portaria, previstos no Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências do Estado do Paraná e Municípios - PAR RAU Região de Saúde Macro Oeste, conforme Portaria nº 2.949/GM/MS, de 27 de dezembro de 2016, e em complemento a Portaria nº 1.890/GM/MS, de 17 de outubro de 2016.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no Art. 1º, ao Fundo Estadual de Saúde do Paraná, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0041 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 4ª (quarta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

UF	IBGE	Município	CNES	Estabelecimento	Gestão	Leitos UTI Adulto Tipo II	Valor anual
PR	412770	Toledo	4056752	Associação Beneficente de Saúde do Oeste do Paraná/ HOESP	Estadual	10	R$ 1.230.137,60

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 411, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 91, II aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 209, de 17 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 412, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 91, II aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 209, de 17 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 413, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 91, II aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 209, de 17 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir a petição de Inclusão/Autorização de Uso Domissanitário na Monografia do Ingrediente Ativo, conforme relação anexa.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 414, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 91, II aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 209, de 17 de janeiro de 2018, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 415, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 91, II aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 209, de 17 de janeiro de 2018, resolve:

Art.1º Indeferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 407, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 408, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 409, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir as petições de avaliação relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 416, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder a revalidação automática do registro dos medicamentos biológicos sob os nº. de processos constantes do anexo desta Resolução, nos termos do § 6º do art. 12 da Lei nº. 6.360, de 1976.

Art. 2º A revalidação abrange os pedidos que ainda não foram objetos de qualquer manifestação por parte da Anvisa.

Parágrafo único. Não constam do anexo desta Resolução os expedientes protocolados fora do prazo estabelecido nos termos da Lei nº. 6360, de 1976.

Art. 3º A revalidação automática não impedirá a continuação da análise da petição de renovação de registro requerida, podendo a Administração, se for o caso, indeferir o pedido de renovação e cancelar o registro que tenha sido automaticamente revalidado, ou ratificá-lo deferindo o pedido de renovação.

Art. 4º Os medicamentos revalidados podem ser consultados, assim como suas apresentações validas no link: http://www7.anvisa.gov.br/datavisa/Consulta_Produto/consulta_medicamento.asp

Art. 5º Será considerada a data de revalidação do registro contada a partir do final da vigência do período de validade anterior, de modo que não há interrupção na regularidade do registro.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 417, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a Resolução - RE nº 3.396, de 21 de dezembro de 2017, única e exclusivamente quanto ao cancelamento de registro de apresentação do medicamento CADUET, processo 25351047739200387, referente à empresa LABORATÓRIOS PFIZER LTDA, publicada no Diário Oficial da União nº 246, de 26 de dezembro de 2017, Seção 1, página 895 e Suplemento página 34.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

RESOLUÇÃO-RE Nº 418, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Publicar o cancelamento de registro a pedido dos medicamentos similares, genéricos e novos, sob o nº de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº. 9.784 de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 419, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 420, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 421, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 dias a partir da data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 422, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 423, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 101, de 13 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União N.º 11, de 16 de janeiro de 2017, Seção 1 pág. 21, e Suplemento pág. 16, referente ao processo n.º 25992.000773/18:

Onde se lê:

THERASKIN FARMACEUTICA LTDA. 61517397000188

MATRICARIA CHAMOMILLA L. + GLYCYRRHIZA GLABRA (ALCAÇUZ) + ÁCIDO ASCÓRBICO + COLECALCIFEROL

CAMOMILINA C 25992.000773/18 07/2016

10207 ESPECÍFICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 2474814/16-3

25MG + 5MG + 25 MG + 188UI CAP GEL DURA CT ENV AL X 20

MATRICARIA CHAMOMILLA L. + EXTRATO DE GLYCYRRHIZA GLABRA (ALCAÇUZ) + ÁCIDO ASCÓRBICO + VITAMINA D3

1.0191.0061.004-4 24 Meses

25MG + 5MG + 25MG + 188UI CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 20

MATRICARIA CHAMOMILLA L. + EXTRATO DE GLYCYRRHIZA GLABRA (ALCAÇUZ) + ÁCIDO ASCÓRBICO + VITAMINA D3

Leia-se:

THERASKIN FARMACEUTICA LTDA. 61517397000188

CAMOMILINA C 25992.000773/18 07/2016

10207 ESPECÍFICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 2474814/16-3

1.0191.0061.002-1 24 Meses

25MG + 5MG + 25 MG + 150UI CAP GEL DURA BUC CT ENV AL X 20

MATRICARIA CHAMOMILLA L. + GLYCYRRHIZA GLABRA L. + ÁCIDO ASCÓRBICO + COLECALCIFEROL

1.0191.0061.004-4 24 Meses

25MG + 5MG + 25MG + 150UI CAP GEL DURA BUC CT BL AL PLAS INC X 20

MATRICARIA CHAMOMILLA L. + GLYCYRRHIZA GLABRA L. + ÁCIDO ASCÓRBICO + COLECALCIFEROL

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE Nº 2.755, de 11 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União no. 198 de 16 de outubro de 2017, Seção 1, pág. 56 e Suplemento pág. 4, referente ao processo 25351.239554/2017-38:

Onde se lê:

MYRALIS INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA

17440261000125

HYPERICUM PERFORATUM

TRIATIV 25351.239554/2017-38 04/2018

11199 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - SOLICITAÇÃO DE

TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 0780935/17-2

1.3764.0135.001-5 24 Meses

300 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 4

1.3764.0135.002-3 24 Meses

300 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 8

1.3764.0135.003-1 24 Meses

300 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 30

1.3764.0135.004-1 24 Meses

450 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 4

1.3764.0135.005-8 24 Meses

450 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 8

1.3764.0135.006-6 24 Meses

450 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 30

Leia-se:

MYRALIS INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA

17440261000125

HYPERICUM PERFORATUM

TRIATIV 25351.239554/2017-38 04/2018

11199 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - SOLICITAÇÃO DE

TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 0780935/17-2

1.1462.0003.001-9 24 Meses

300 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 4

1.1462.0003.002-7 24 Meses

300 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 8

1.1462.0003.003-5 24 Meses

300 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 30

1.1462.0003.004-3 24 Meses

450 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 4

1.1462.0003.005-1 24 Meses

450 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 8

1.1462.0003.006-1 24 Meses

450 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 30

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE Nº 487, de 23 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União no. 41 de 1 de março de 2017, Seção 1, pág. 63 e Suplemento pág. 25, referente ao processo 25351.530206/2015-90:

Onde se lê:

VITAMINA B1 + VITAMINA B2 + VITAMINA B6 + VITAMINA

B12 + VITAMINA B3 + ÁCIDO PANTOTÊNICO + BIOTINA +

VITAMINA C + ÁCIDO FÓLICO + CARBONATO DE MAGNÉ-

SIO + citrato de zinco tri-hidratado

Beroccal 25351.530206/2015-90 02/2022

1577 ESPECÍFICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 0771613/15-3

1.7056.0109.001-3 24 Meses

COM REV CT BL AL PVC PE PVDC X 30

VITAMINA B1 + VITAMINA B2 + VITAMINA B6 + VITAMINA

B12 + VITAMINA B3 + ÁCIDO PANTOTÊNICO + BIOTINA +

VITAMINA C + ÁCIDO FÓLICO + CARBONATO DE MAGNÉ-

SIO + citrato de zinco tri-hidratado

1.7056.0109.002-1 24 Meses

COM REV CT BL AL PVC PE PVDC X 45

VITAMINA B1 + VITAMINA B2 + VITAMINA B6 + VITAMINA

B12 + VITAMINA B3 + ÁCIDO PANTOTÊNICO + BIOTINA +

VITAMINA C + ÁCIDO FÓLICO + CARBONATO DE MAGNÉ-

SIO + citrato de zinco tri-hidratado

1.7056.0109.003-1 24 Meses

COM REV CT BL AL PVC PE PVDC X 60

VITAMINA B1 + VITAMINA B2 + VITAMINA B6 + VITAMINA

B12 + VITAMINA B3 + ÁCIDO PANTOTÊNICO + BIOTINA +

VITAMINA C + ÁCIDO FÓLICO + CARBONATO DE MAGNÉ-

SIO + citrato de zinco tri-hidratado

Leia-se:

VITAMINA B1 + VITAMINA B2 + VITAMINA B6 + VITAMINA

B12 + VITAMINA B3 + ÁCIDO PANTOTÊNICO + BIOTINA +

VITAMINA C + ÁCIDO FÓLICO + CARBONATO DE MAGNÉ-

SIO + citrato de zinco tri-hidratado

Beroccal 25351.530206/2015-90 03/2022

1577 ESPECÍFICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 0771613/15-3

1.7056.0109.001-3 24 Meses

COM REV CT BL AL PVC PE PVDC X 30

VITAMINA B1 + VITAMINA B2 + VITAMINA B6 + VITAMINA

B12 + VITAMINA B3 + ÁCIDO PANTOTÊNICO + BIOTINA +

VITAMINA C + ÁCIDO FÓLICO + CARBONATO DE MAGNÉ-

SIO + citrato de zinco tri-hidratado

1.7056.0109.002-1 24 Meses

COM REV CT BL AL PVC PE PVDC X 45

VITAMINA B1 + VITAMINA B2 + VITAMINA B6 + VITAMINA

B12 + VITAMINA B3 + ÁCIDO PANTOTÊNICO + BIOTINA +

VITAMINA C + ÁCIDO FÓLICO + CARBONATO DE MAGNÉ-

SIO + citrato de zinco tri-hidratado

1.7056.0109.003-1 24 Meses

COM REV CT BL AL PVC PE PVDC X 60

VITAMINA B1 + VITAMINA B2 + VITAMINA B6 + VITAMINA

B12 + VITAMINA B3 + ÁCIDO PANTOTÊNICO + BIOTINA +

VITAMINA C + ÁCIDO FÓLICO + CARBONATO DE MAGNÉ-

SIO + citrato de zinco tri-hidratado

GERÊNCIA-GERAL DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS OU NÃO DO TABACO

RESOLUÇÃO-RE Nº 400, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 384, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada nº 90, de 27 de dezembro de 2007, republicada no DOU de 28 de março de 2008, e suas alterações, resolve:

Art.1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FRANCISCO BRANCO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

DESPACHO Nº 12, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária- ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 120-H, VIII, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

Autuado: F. DA SILVA PIRES - ME

CNPJ: 18.137.666/0001-51

PROCESSO Nº: 25069.012343/2015-59 - AIS: 002/2015

Expediente: 0018909/15-0

Penalidade de Multa no valor de R$ 7.000,00 (Sete mil reais).

Autuado: ELBARAKA OVERSEAS IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA

CNPJ: 18.861.877/0002-13

PROCESSO Nº: 25069.553821/2015-81 - AIS: 018/2015

Expediente: 0805848/15-2

Penalidade de Advertência.

Autuado: BRUNO LUIZ NETO DARBONE

CPF: 373.350.378-32

PROCESSO Nº: 25069.649373/2015-71 - AIS: 025/2015

Expediente: 0927316/15-6

Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais).

Autuado: DANIEL MENGUE DIMER

CPF: 939.640.800-04

PROCESSO Nº: 25069.650126/2015-35 - AIS: 026/2015

Expediente: 0928234/15-3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais).

Autuado: PHILIP MORRIS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ: 04.041.933/0001-88

PROCESSO Nº: 25069.946800/2016-19 - AIS: 001/2016

Expediente: 1392193/16-2

Penalidade de Multa no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Autuado: BRASITA CIGAROS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ: 12.778.043/0001-81

PROCESSO Nº: 25069.372110/2016-53 - AIS: 012/2016

Expediente: 2312777/16-5

Penalidade de Multa no valor de R$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais).

Autuado: BELLAVANA COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

CNPJ: 04.901.277/0001-46

PROCESSO Nº: 25069.368293/2016-00 - AIS: 011/2016

Expediente: 2307335/16-7

Penalidade de Multa no valor de R$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais).

Autuado: BB TOBACCO COMÉRCIO DE FUMO LTDA.

CNPJ: 11.379718/0001-57

PROCESSO Nº: 25069.250218/2016-13 - AIS: 007/2016

Expediente: 2135787/16-1

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais).

PATRÍCIA FRANCISCO BRANCO

DESPACHO Nº 24, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 120-H, VIII, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

Autuado: MENENDEZ AMERINO & CIA LTDA

CNPJ: 14.399.117/0001-02

PROCESSO Nº: 25069.066679/2014-93 - AIS: 002/2014

Expediente: 0091168142

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais).

Autuado: PHILIP MORRIS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

CNPJ: 04.041.933/0001-88

PROCESSO Nº: 25069.077217/2014-83 - AIS: 004/2014

Expediente: 0105280142

Penalidade de Multa no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Autuado: PHILIP MORRIS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

CNPJ: 04.041.933/0001-88

PROCESSO Nº: 25069.188577/2014-98 - AIS: 007/2014

Expediente: 0256470140

Penalidade de Multa no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Autuado: ORION DISTRIBUIDORA E TABACO LTDA-EPP

CNPJ: 18.647.905/0001-13

PROCESSO Nº: 25069.006602/2015-95 - AIS: 001/2015

Expediente: 0010836157

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais).

Autuado: EMERSON ALEXANDRE JIMENES DE OLIVEIRA

CPF: 352.243.498-69

PROCESSO Nº: 25069.153198/2015-11 - AIS: 005/2015

Expediente: 0221115157

Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais).

Autuado: GRAFIX PROGRAMAÇÃO VISUAL S/C LTDA ME

CNPJ: 51.234.508/0001-95

PROCESSO Nº: 25069.322219/2015-91 - AIS: 006/2015

Expediente: 0462231156

Penalidade de Multa no valor de R$ 7.000,00 (Sete mil reais).

Autuado: ROBERTO SILVESTRE GUMIERO

CPF: 055.143.167-93

PROCESSO Nº: 25069.027747/2016-58 - AIS: 002/2016

Expediente: 1639720167

Penalidade de Multa no valor de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

PATRÍCIA FRANCISCO BRANCO

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 401, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Publicar a desistência a pedido dos expedientes de produtos para a saúde sob o número de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº 9.784 de 1999.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 402, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 403, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 404, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 405, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa, em atendimento à decisão da ação ordinária nº 51051-50.2012.4.01.3400 - 21ª Vara Federal/DF, que confirma a antecipação de tutela e determina à ANVISA a aceitar os certificados de boas práticas estrangeiros ou seus congêneres, nas hipóteses em que os pedidos de inspeção internacional feitos pelos filiados da ABIMED (Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Equipamentos, Produtos e Suprimentos Médico-Hospitalares) estejam protocolados e paralisados há mais de seis meses, sem prejuízo da inspeção internacional a ser feita posteriormente pela ANVISA para fins de confirmação ou não da avaliação estrangeira.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 406, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Declarar o cancelamento de registro ou cadastro de produtos para a saúde a pedido da empresa sob os números de processos/números de registro/cadastro constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 424, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 425, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar, no âmbito da Anvisa, a avaliação de resíduos dos produtos agrotóxicos, componentes e afins, conforme relação anexa.

Art. 2º A publicação do extrato desta avaliação de resíduos não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 426, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido dos expedientes de agrotóxicos e afins, sob o nº. de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do Art. 51 da Lei nº. 9.784 de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 393, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando os arts. 12, 50, 59, e 67, item I da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

Considerando o art. 7º, item XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

Considerando a comprovação da divulgação e comercialização irregulares de produtos sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, realizados pela empresa Bella Você Natural, suposto CNPJ nº 21.382.224/0001-85, sem Autorização de Funcionamento nesta Agência, por meio do sítio eletrônico: www.bellavocenatural.com.br resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso dos produtos com alegações terapêuticas comercializados pela empresa Bella Você Natural, suposto CNPJ nº 21.382.224/0001-85, supostamente localizada nos endereços: Avenida Automóvel Clube nº 2536, Lj 104 - Vilar Teles - São João do Meriti/RJ e Av. Francisco Real, 1960 lj. 7C - Nova Iguaçu/RJ

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 394, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando os arts. 6º e 7º, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

Considerando as irregularidades detectadas durante inspeção para verificação de Boas Práticas de Fabricação na empresa Labocortex Fabricação de Cosméticos e Produtos de Higiene Ltda, CNPJ 82.410.101/0001-03, fabricante do CREME RISOTEX, realizada em 01/08/2017, que foi considerada insatisfatória, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto CREME RISOTEX, fabricado pela empresa Labocortex Fabricação de Cosméticos e Produtos de Higiene Ltda, CNPJ 82.410.101/0001-03.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no Art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 395, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o art. 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

Considerando o Laudo de Análise Fiscal n.º 613.1P.0/2017, emitido pelo Laboratório Central do Estado de São Paulo - Instituto Adolfo Lutz, apresentando resultado insatisfatório para a análise de Aspecto, relacionado ao Lote 917278 do medicamento Somaflex (diclofenaco sódico) 100mg, comprimido revestido;

Considerando declaração de Recolhimento Voluntário do produto apresentada pela empresa fabricante E.M.S. Sigma Pharma Ltda., resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote 917278 (Val 11/2018) do medicamento Somaflex (diclofenaco sódico) 100mg, comprimido revestido, fabricado pela empresa E.M.S. Sigma Pharma Ltda. (CNPJ: 00.923.140/0001-31).

Art. 2º Determinar que a empresa E.M.S. Sigma Pharma Ltda. promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 396, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o artigo 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

Considerando que um corpo estranho foi encontrado dentro de um frasco do lote N1791505 do medicamento Unasyn®, sulbactam sódico + ampicilina sódica, pó para solução injetável, 1,0 G + 2,0 G;

Considerando a comunicação de recolhimento voluntário encaminhado pela empresa Wyeth Indústria Farmacêutica Ltda.; resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote N1791505, do produto Unasyn®, sulbactam sódico + ampicilina sódica, pó para solução injetável, 1,0 G + 2,0 G, registro nº 1.2110.0380, fabricado pela empresa Wyeth Indústria Farmacêutica Ltda. (CNPJ: 61.072.393/0001-33).

Art. 2º Determinar à empresa o cumprimento de todos os requisitos relativos ao recolhimento descritos na Resolução - RDC nº 55/2005.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 397, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o art. 23 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

Considerando o Laudo de Análise Fiscal inicial nº. 479.1P.0/2017, emitido pelo LACEN/DF, em decorrência do programa PROVEME, referente ao medicamento genérico Cloridrato de Propranolol, 40mg, comprimido, lote 211151 (Val. 02/2019), da empresa Pharlab Indústria Farmacêutica S.A, que apresentou resultado insatisfatório nos ensaios de rotulagem secundária e características organolépticas (aspecto), resolve:

Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a interdição cautelar do lote 211151 (Val. 02/2019), do medicamento genérico Cloridrato de Propranolol, 40mg, comprimido, da empresa Pharlab Indústria Farmacêutica S.A (CNPJ 02.501.297/0001-02).

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e vigorará pelo prazo de noventa dias.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 399, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016 e,

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Saneantes Domissanitários, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Saneantes Domissanitários da empresa constante no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 410, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 427, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Alterar a razão social da empresa fabricante na certificação solicitada pela empresa Wright Medical Brasil Ltda, CNPJ nº 08.051.626/0001-39, publicada pela Resolução RE nº 1.139, de 5 de maio de 2016, no Diário Oficial da União nº. 87, de 9 de maio de 2016, Seção 1, pág. 73, e em suplemento, pág. 29, DE Tornier Orthopedics Ireland Ltd, PARA Wright, conforme expedientes nº. 1341574/16-3 e nº 2166476/17-5.

Art. 2º Alterar a razão social da empresa fabricante na certificação solicitada pela empresa Elekta Medical Systems Comércio e Serviços para Radioterapia Ltda., CNPJ nº 09.528.196/0001-66, publicada pela Resolução RE nº 1.938, de 19 de julho de 2017, no Diário Oficial da União nº. 140, de 24 de julho de 2017, Seção I, pág. 40 e suplemento, pág. 28, DE Impac Medical Systems, Inc., PARA Elekta, Inc., conforme expedientes nº. 0415726/15-5 e 2262126/17-1.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 428, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para Saúde, resolve:

Art. 1º Cancelar a Certificação de Boas Práticas de Fabricação da empresa constante no anexo, publicada pela Resolução RE n° 1.938, de 19 de julho de 2017, no Diário Oficial da União nº. 140, de 24 de julho de 2017, Seção I, pág. 40 e suplemento da Seção I, pág. 28, conforme expediente nº 1784466/17-5.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 429, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 430, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para a Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 431, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

considerando a Declaração de Cooperação firmada em 27 de novembro de 2012 entre as Autoridades Regulatórias participantes do Programa de Auditoria Única em Produtos para a Saúde (MDSAP - Medical Device Single Audit Program);

considerando o Art. 7° da Lei n°9.782, de 26 de janeiro de 1999 alterado pelo Art. 128 da Lei n°13.097, de 19 de janeiro de 2015;

considerando o Parágrafo Único do Art. 4º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, alterado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 179, de 27 de setembro de 2017;

considerando o parecer da área técnica emitido com base em relatório válido de auditoria realizada por organismo auditor terceiro reconhecido pela Anvisa para realizar auditorias regulatórias em estabelecimentos fabris de Produtos para Saúde;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 432, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 433, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 434, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 435, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 436, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar as Autorizações de Funcionamento de Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 437, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 438, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 439, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 440, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 441, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 442, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 443, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Cancelar a Certificação de Boas Práticas de Fabricação da empresa constante no anexo, publicada pela Resolução RE n° 2.661, de 30 de setembro de 2016, no Diário Oficial da União nº 190, de 03 de outubro de 2016, Seção 1, pág. 40, e em suplemento, pág. 55, conforme expedientes nº 2298447/16-0 e 2178375/17-6.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 444, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 445, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 446, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 447, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 448, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 449, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 450, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 451, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 452, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 453, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 454, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 455, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 456, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE N 457, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO-RE Nº 463, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016 e,

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Saneantes Domissanitários, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Saneantes Domissanitários da empresa constante no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 464, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016 e,

Considerando o encerramento das atividadesde de fabricação de saneantes, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Saneantes Domissanitários da empresa constante no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 465, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 466, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 467, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação em razão de transferência de titularidade, conforme a Resolução RDC nº 102, de 24 de agosto de 2016, resolve:

"Art. 1º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Inion Oy, publicada pela Resolução RE nº 1.509, de 09 de junho de 2016 no Diário Oficial da União nº.111, de 13 de junho de 2016, Seção 1, pág. 39, e em suplemento, pág. 52, de: Biotechnology Ortopedia Importação e Exportação Ltda, CNPJ nº 58.647.355/0001-57; para: MDT Indústria Comércio Importação e Exportação de Implantes SA, CNPJ nº 01.025.974/0001-92, conforme expedientes nº 0182147/13-4 e 0196419/17-4.

"Art. 2º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Samsung Electronics CO., LTD., publicada pela Resolução RE nº 2.257, de 24 de agosto de 2017, no Diário Oficial da União nº.165, de 28 de agosto de 2017, Seção 1, pág 49, e em suplemento, págs. 49 e 50, de Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda, CNPJ nº 00.280.273/0012-90; para Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda, CNPJ nº 00.280.273/0007-22, conforme expedientes nº 1075432/17-6, 2242630/17-2 e 0207752/14-3.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 2.620, de 29 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 189, de 2 de outubro de 2017, Seção 1, pág. 63, e em suplemento da Seção 1, páginas 89 e 90, retificar, a pedido, a certificação da empresa Shanghai Shyndec Pharmaceutical (Haimen), solicitada pela Medquímica Indústria Farmacêutica Ltda., CNPJ nº 17.875.154/0001-20, conforme expedientes nº 0415064/17-3 e 2629309/16-0.

Onde se lê: Nº 1 Xiandai Road, Linjiang Industrial Park, Linjiang New

Area, Haimen, Jiangsu 226133.

Leia-se: No. 1, Linjiang Avenue, Linjiang Town, Haimen, Jiangsu, 226133

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 2.257, de 24 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº. 165, de 28 de agosto de 2017, Seção 1, pág. 49 e em suplemento da Seção I, pág. 49, referente a certificação da empresa Arrow Internacional de Chihuahua S.A de C.V., solicitada pela Emergo Brazil Import Importação e Distribuição de Produtos Médicos Hospitalares Ltda. - ME, CNPJ n. º 04.967.408/0001-98, conforme expedientes nº 0102353/14-5 e 1953122/17-2.

Onde se lê: Edifício 4

Leia-se: Edifício 40

Na Resolução RE nº 2.506, de 21 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 184, de 25 de setembro de 2017, Seção I, pág. 77 e em suplemento da Seção I, pág. 83, referente a certificação da empresa Tecneuro Produtos Científicos e Hospitalares Ltda, CNPJ nº 08.822.624/0001-04, conforme expedientes nº 0414762/17-6 e 2092522/17-1.

Onde se lê: Endereço: Rua Marechal Deodoro, no 118, Lojas 09/10, Centro - Três Rios-RJ, CEP: 25082-220

Leia-se: Endereço: Rua Sete de Setembro, 144, Lojas 09/10, Centro - Três Rios - RJ, CEP: 25082-220

Na Resolução RE nº 2.613, de 29 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 189, de 02 de outubro de 2017, Seção I, pág. 62 e em suplemento da Seção I, pág. 89, referente a certificação da empresa certificação da empresa AngioDynamics, Inc. also D.B.A. Navilyst Medical Inc., solicitado pela empresa VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos Ltda., CNPJ 04.718.143/0001-94, conforme expedientes nº 1824837/17-3 e nº 2147372/17-2.

Onde se lê: AngioDynamics, Inc.

Leia-se: AngioDynamics, Inc. also D.B.A. Navilyst Medical Inc.

Na Resolução RE nº 122, de 17 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº.15, de 22 de janeiro de 2018, Seção I, pág. 53 e em suplemento da Seção I, pág. 85, referente a certificação da empresa Mapo Distribuidora de Material Hospitalar Eireli- ME, CNPJ 31.569.296/0001-90, conforme expedientes nº 1479376/17-8 e 0055657/18-2.

Onde se lê: Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde

Leia-se: Certificado de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem

---

Na Resolução RE nº 2.257, de 24 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº.165, de 28 de agosto de 2017, Seção I, pág. 49 e em suplemento da Seção I, págs. 49 a 51, referente a certificação da empresa Tecnilátex, S.A., solicitada pela empresa Made in Italy Importação Comércio e Representação de Produtos para Saúde Ltda., CNPJ n° 01.204.515/0001-76, conforme expedientes nº 0907118/12-1 e 1990462/17-2.

Onde se lê: Materiais de uso médico da classe III

Leia-se: Materiais de uso médico das classes III e IV

Na Resolução RE nº 125, de 17 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº.15, de 22 de janeiro de 2018, Seção I, pág. 53 e em suplemento da Seção I, pág. 86, referente a certificação da empresa Sanews Distribuidora de Produtos Para Laboratório e Medicamentos Para Uso Ambulatorial Ltda, CNPJ 02.842.909/0001-12, conforme expedientes nº 1364865/17-9 e 0072267/18-7.

Onde se lê: 1179415/17-1

Leia-se: 1364865/17-9

Na Resolução RE nº 209, de 25 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº.20, de 29 de janeiro de 2018, Seção I, pág. 75 e em suplemento da Seção I, pág. 64, referente a certificação da empresa Cellera Farmacêutica S.A., CNPJ 33.173.097/0002-74, conforme expediente nº 1120139/17-8 e 0075091/18-3.

Onde se lê: Instituto Terapêutico Delta Ltda

Leia-se: Cellera Farmacêutica S.A.

Na Resolução RE nº 1.357, de 22 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº. 101, de 29 de maio de 2017, Seção I, pág. 62 e em suplemento da Seção I, pág. 09, referente a certificação da empresa Biomérieux Shanghai Bio-TechCo Ltda (BSB), solicitada pela Biomérieux Brasil Indústria e Comércio de Produtos Laboratoriais Ltda., CNPJ nº 33.040.635/0001-71, conforme expedientes nº 2273431/16-7 e 1715791/17-9.

Onde se lê: Endereço: 4633, Pulsan Road, Kangqiao Industry Park, Pudong District 201315 - Shangai

Empresa Solicitante: Biomérieux Brasil S/A.

Leia-se: Endereço: 4633, Pusan Road, Kangqiao Industrial Zone, Pudong New Area - Shangai

Empresa Solicitante: Biomerieux Brasil Indústria e Comércio de Produtos Laboratoriais Ltda.

Na Resolução RE nº 2.317, de 31 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº. 170, de 04 de setembro de 2017, Seção I, pág. 47 e em suplemento da Seção I, pág. 11, referente a certificação da empresa Martech Medical Products, solicitada pela Medcorp Hospitalar LTDA, CNPJ n. º 67.630.541/0001-74, conforme expedientes nº 0471332/13-0 e 2027321/17-5.

Onde se lê: Materiais de uso médico da classe III

Leia-se: Materiais de uso médico das classes III e IV

Na Resolução RE nº 1.357, de 22 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº. 101, de 29 de maio de 2017, Seção I, pág. 62 e em suplemento da Seção I, pág. 09, referente a certificação da empresa Baxter Healthcare Corporation, solicitada pela Baxter Hospitalar Ltda, CNPJ n.º 49.351.786/0001-80, conforme expedientes nº 281618/11-1 e 2087182/17-1.

Onde se lê: Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III

Leia-se: Materiais de uso médico da classe III

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE N.º 251, de 1º de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 25, de 05 de fevereiro de 2018, Seção 1 pág. 67 e Suplemento págs. 92 e 93.

Onde se lê:

EMPRESA: DEUTSCHE CARGO DO BRASIL LTDA

ENDEREÇO: RUA DONA FRANCISCA N° 8300 BLOCO C MOD 8

BAIRRO: DISTRITO INDUSTRIAL CEP: 89219600 - JOINVILLE/SC

CNPJ: 10.403.318/0001-77

PROCESSO: 25351.656535/2017-37 AUTORIZ/MS: 2.09767.5

ATIVIDADE/ CLASSE

ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE

HIGIENE

TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE

HIGIENE

Leia-se:

EMPRESA: DEUTSCHE CARGO DO BRASIL LTDA

ENDEREÇO: RUA DONA FRANCISCA N° 8300 BLOCO C MOD 8

BAIRRO: DISTRITO INDUSTRIAL CEP: 89219600 - JOINVILLE/SC

CNPJ: 10.403.318/0001-77

PROCESSO: 25351.656535/2017-37 AUTORIZ/MS: 2.09767.5

ATIVIDADE/ CLASSE

ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE

HIGIENE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

Na resolução - RE N.º 251, de 1º de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 25, de 05 de fevereiro de 2018, Seção 1 Pag. 67 e Suplemento Págs. 92 e 95.
Onde se lê:
EMPRESA: DEUTSCHE CARGO DO BRASIL LTDA
ENDEREÇO: RUA DONA FRANCISCA N° 8300 BLOCO C MOD 8
BAIRRO: DISTRITO INDUSTRIAL CEP: 89219600 - JOINVILLE/SC
CNPJ: 10.403.318/0001-77
PROCESSO: 25351.656529/2017-80 AUTORIZ/MS: P679216313XH (8.15935.6)
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS
Leia-se:
EMPRESA: DEUTSCHE CARGO DO BRASIL LTDA
ENDEREÇO: RUA DONA FRANCISCA N° 8300 BLOCO C MOD 8
BAIRRO: DISTRITO INDUSTRIAL CEP: 89219600 - JOINVILLE/SC
CNPJ: 10.403.318/0001-77
PROCESSO: 25351.656529/2017-80 AUTORIZ/MS: P679216313XH (8.15935.6)
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

Na resolução - RE N.º 251, de 01 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 25, de 05 de fevereiro de 2018, Seção 1 Pag. 67 e Suplemento Págs. 92 e 94.
Onde se lê:
EMPRESA: DEUTSCHE CARGO DO BRASIL LTDA
ENDEREÇO: RUA DONA FRANCISCA N° 8300 BLOCO C MOD 8
BAIRRO: DISTRITO INDUSTRIAL CEP: 89219600 - JOINVILLE/SC
CNPJ: 10.403.318/0001-77
PROCESSO: 25351.656563/2017-54 AUTORIZ/MS: 1.17263.0
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: DEUTSCHE CARGO DO BRASIL LTDA
ENDEREÇO: RUA DONA FRANCISCA N° 8300 BLOCO C MOD 8
BAIRRO: DISTRITO INDUSTRIAL CEP: 89219600 - JOINVILLE/SC
CNPJ: 10.403.318/0001-77
PROCESSO: 25351.656563/2017-54 AUTORIZ/MS: 1.17263.0
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

Na resolução - RE N.º 251, de 01 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 25, de 05 de fevereiro de 2018, Seção 1 Pag. 67 e Suplemento Págs. 92 e 96.
Onde se lê:
EMPRESA: DEUTSCHE CARGO DO BRASIL LTDA
ENDEREÇO: RUA DONA FRANCISCA N° 8300 BLOCO C MOD 8
BAIRRO: DISTRITO INDUSTRIAL CEP: 89219600 - JOINVILLE/SC
CNPJ: 10.403.318/0001-77
PROCESSO: 25351.656565/2017-43 AUTORIZ/MS: 3.07746.8
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
TRANSPORTAR: SANEANTE DOMIS.
Leia-se:
EMPRESA: DEUTSCHE CARGO DO BRASIL LTDA
ENDEREÇO: RUA DONA FRANCISCA N° 8300 BLOCO C MOD 8
BAIRRO: DISTRITO INDUSTRIAL CEP: 89219600 - JOINVILLE/SC
CNPJ: 10.403.318/0001-77
PROCESSO: 25351.656565/2017-43 AUTORIZ/MS: 3.07746.8
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
TRANSPORTAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE N.º 3.214, de 07 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União n° 236, de 11 de dezembro de 2017, Seção 1 pág. 105 e Suplemento págs. 102 e 106.
Onde se lê:
EMPRESA: MVS DROGARIA LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA SERGIO LOURENÇO, 215
BAIRRO: JD. CAMBUCI CEP: 19045040 - PRESIDENTE VENCESLAU/SP
CNPJ: 07.839.911/0001-56
PROCESSO: 25351.457571/2014-77
AUTORIZ/MS: 7.25581-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
Leia-se:
EMPRESA: MVS DROGARIA LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA SERGIO LOURENÇO, 215
BAIRRO: JD. CAMBUCI CEP: 19045040 - PRESIDENTE PRUDENTE/SP
CNPJ: 07.839.911/0001-56
PROCESSO: 25351.457571/2014-77
AUTORIZ/MS: 7.25581-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Na resolução - RE N.º 4.985, de 27 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União n° 252, de 30 de dezembro de 2013, Seção 1 Pag. 757 e Suplemento Págs. 96, 103 e 104.
Onde se lê:
EMPRESA: DROGARIA MASSARO LTDA
ENDEREÇO: PRAÇA MARIO FURTADO, Nº12
BAIRRO: CENTRO CEP: 14620000 - ORLÂNDIA/SP
CNPJ: 53.311.551/0001-32
PROCESSO: 25351.186619/2002-13 AUTORIZ/MS: 0.09161.4
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉ-TICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A
CONTROLE ESPECIAL
FRACIONAMENTO -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAISMANIPULAÇÃO
DE PRODUTOS OFICINAIS-
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
Leia-se:
EMPRESA: FARMACIA MASSARO LTDA EPP
ENDEREÇO: AVENIDA 05, Nº 181
BAIRRO: CENTRO CEP: 14620000 - ORLÂNDIA/SP
CNPJ: 53.311.551/0001-32
PROCESSO: 25351.186619/2002-13
AUTORIZ/MS: 0.09161-4
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
FRACIONAMENTO: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Na resolução - RE N.º 1.331, de 10 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 71, de 14 de abril de 2014, Seção 1 Pag. 49 e Suplemento Págs. 73 e 118.
Onde se lê:
EMPRESA: LIDER ORGANIZAÇÃO COMERCIAL LTDA
ENDEREÇO: RUA OLEGARIO MACIEL 449 BAIRRO: CENTRO CEP: 38400084 - UBERLÂNDIA/MG
CNPJ: 23.879.331/0028-69
PROCESSO: 25351.026459/2014-98 AUTORIZ/MS: 7.08933.2
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉ-TICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS
Leia-se:
EMPRESA: LIDER ORGANIZAÇÃO COMERCIAL LTDA
ENDEREÇO: AV JOAO PINHEIRO, 275
BAIRRO: CENTRO CEP: 38400124 - UBERLÂNDIA/MG
CNPJ: 23.879.331/0028-69
PROCESSO: 25351.026459/2014-98
AUTORIZ/MS: 7.08933-2
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 458, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 459, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir pleito de concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 460, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 569, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em sua Trecentésima Reunião Ordinária, realizada nos dias 7 e 8 de dezembro de 2017, e no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990; pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006; cumprindo as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da legislação brasileira correlata; e

Considerando que o art. 196 da Constituição Federal de 1988, garante que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação";

Considerando que o art. 197 da Constituição Federal de 1988 determina que são de "relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado";

Considerando que a Constituição garante no art. 198, incisos II e III, o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais e a participação da comunidade";

Considerando que, nos termos do art. 200, inciso III, da Constituição Federal de 1988, é competência do Sistema Único de Saúde (SUS), além de outras atribuições, "ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde", diferentemente de "participar" ou "colaborar" como em outras competências do mesmo artigo;

Considerando que o art. 209, inciso I, da Constituição Federal de 1988 faculta que "O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: cumprimento das normas gerais da educação nacional" cabendo ao SUS, nos termos do art. 200, inciso III, "ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde";

Considerando que o art. 6º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, regulamentando a Constituição, estabelece que "estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), inciso III - a ordenação da formação de recursos humanos na área de saúde";

Considerando que o art. 12 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, prevê a criação de "comissões intersetoriais de âmbito nacional subordinadas ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), integradas pelos Ministérios e órgãos competentes e por entidades representativas da sociedade civil" e, no Parágrafo único que "as comissões intersetoriais terão a finalidade de articular políticas e programas de interesse para a saúde, cuja execução envolva áreas não compreendidas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)";

Considerando que a Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho do Conselho Nacional de Saúde (CIRHRT/CNS) tem o papel de cumprir o art. 12 da Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990;

Considerando que o art. 13 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, define que "A articulação das políticas e programas, a cargo das comissões intersetoriais abrangerá, em especial, as seguintes atividades, inciso IV - recursos humanos;

Considerando que o art. 14 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, determina que "deverão ser criadas Comissões Permanentes de integração entre os serviços de saúde e as instituições de ensino profissional e superior";

Considerando o art. 16 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que versa sobre as atribuições da direção nacional do SUS a quem compete, conforme o inciso IX, "promover a articulação com os órgãos educacionais e de fiscalização do exercício profissional, bem como com entidades representativas de formação de recursos humanos na área de saúde";

Considerando que o art. 27 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, garante que "A política de recursos humanos na área da saúde será formalizada e executada, articuladamente, pelas diferentes esferas de governo, em cumprimento dos seguintes objetivos: I - organização de um sistema de formação de recursos humanos em todos os níveis de ensino, inclusive de pós-graduação, além da elaboração de programas de permanente aperfeiçoamento de pessoal";

Considerando que o art. 1º, §2º da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, estabelece que o SUS, deve, necessariamente, contar, em cada esfera de governo, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, entre suas instâncias colegiadas, com o Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, que atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo;

Considerando o Edital MEC/SESU nº 04/1997 como marco histórico de elaboração de DCN numa perspectiva de construção social e política;

Considerando que o paradigma das DCN gerais para os cursos da área da saúde rompeu com os currículos mínimos e foi bem fundamentado pelo Professor Efren de Aguiar Maranhão, Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE) no ano de 2001;

Considerando a Resolução CNS nº 350, de 9 de junho de 2005, que aprova critérios de regulação para a autorização e reconhecimento de cursos de graduação da área da saúde, tendo em perspectiva: a) as necessidades sociais em saúde; b) projetos político-pedagógicos coerentes com as necessidades sociais; e c) a relevância social do curso;

Considerando a Resolução CNS nº 515, de 7 de outubro de 2016, na qual o CNS se manifesta de forma contrária à autorização de todo e qualquer curso de graduação em saúde ministrado na modalidade a distância (EaD), bem como delibera que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos da saúde sejam objeto de discussão e deliberação do CNS de forma sistematizada, em um espaço de tempo adequado para permitir a participação, no debate, das organizações de todas as profissões regulamentadas e das entidades e movimentos sociais que atuam no controle social; e

Considerando as competências e habilidades necessárias para a formação dos profissionais de saúde, esta Resolução expressa pressupostos, princípios e diretrizes comuns para as DCN dos cursos de graduação da área da saúde e é resultado de uma construção coletiva e democrática, realizada nos anos de 2016 e 2017, pelo Grupo de Trabalho das Diretrizes Curriculares Nacionais (GT/DCN), aprovado na 286ª Reunião Ordinária do CNS, ocorrida em 6 e 7 de outubro de 2016, articulado com associações/ entidades nacionais de ensino, conselhos e federações profissionais, executivas estudantis, gestores do MEC e MS, entre outros, e coordenada pela Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho do Conselho Nacional de Saúde (CIRHRT/CNS). Resolve:

Art. 1º Reafirmar a prerrogativa constitucional do SUS em ordenar a formação dos (as) trabalhadores (as) da área da saúde.

Art. 2º Aprovar o Parecer Técnico nº 300/2017, em anexo, que apresenta princípios gerais a serem incorporados nas DCN de todos os cursos de graduação da área da saúde, como elementos norteadores para o desenvolvimento dos currículos e das atividades didático-pedagógicas, e que deverão compor o perfil dos egressos desses cursos.

Art. 3º Aprovar os pressupostos, princípios e diretrizes comuns para a graduação na área da saúde, construídos na perspectiva do controle/participação social em saúde, e apresentados, sinteticamente, nos incisos a seguir:

I - Defesa da vida e defesa do SUS como preceitos orientadores do perfil dos egressos da área da saúde, com os seguintes objetivos:

a) formação em saúde comprometida com a superação das iniquidades que causam o adoecimento dos indivíduos e das coletividades, de modo que os futuros profissionais estejam preparados para implementar ações de promoção da saúde, educação e desenvolvimento comunitário, com responsabilidade social e compromisso com a dignidade humana, cidadania e defesa da democracia, do direito universal à saúde e do SUS, tendo a determinação social do processo saúde-doença como orientadora;

b) valorização da vida, por meio de abordagens dos problemas de saúde recorrentes na atenção básica, na urgência e na emergência, na promoção da saúde e na prevenção de riscos e doenças, visando à melhoria dos indicadores de qualidade de vida, de morbidade e de mortalidade;

c) formação profissional voltada para o trabalho que contribua para o desenvolvimento social, considerando as dimensões biológica, étnico-racial, de gênero, geracional, de identidade de gênero, de orientação sexual, de inclusão da pessoa com deficiência, ética, socioeconômica, cultural, ambiental e demais aspectos que representam a diversidade da população brasileira.

II - Atendimento às necessidades sociais em saúde, considerando:

a) a responsabilidade social das Instituições de Educação Superior (IES) com o seu entorno e o compromisso dos cursos da saúde com a promoção do desenvolvimento regional, por meio do enfrentamento dos problemas de saúde prevalentes e a organização de redes e sistemas inclusivos e produtores de integralidade;

b) a abordagem do processo saúde-doença em seus múltiplos aspectos de determinação, ocorrência e intervenção, para possibilitar que a atuação dos futuros profissionais possa transformar e melhorar a realidade em que estão inseridos.

III - Integração ensino-serviço-gestão-comunidade, de forma a promover:

a) a inserção dos estudantes nos cenários de práticas do SUS e outros equipamentos sociais desde o início da formação, integrando a educação e o trabalho em saúde;

b) a ampliação da rede de atenção em uma rede de ensino-aprendizagem, com vistas ao desenvolvimento dos (as) trabalhadores (as) e do trabalho em saúde;

c) a diversificação de cenários de práticas, possibilitando aos discentes vivenciar as políticas de saúde, os fluxos de atenção em rede e de organização do trabalho em equipe interprofissional;

d) a formalização da integração das IES com as redes de serviços de saúde, por meio de convênios ou outros instrumentos, que viabilizem pactuações e o estabelecimento de corresponsabilizações entre as instituições de ensino e as gestões municipais e estaduais de saúde;

e) a participação dos gestores de saúde nas instâncias decisórias das IES;

f) a integração das ações de formação aos processos de Educação Permanente em Saúde (EPS) da rede de serviços;

g) a participação ativa da comunidade e/ou das instâncias de controle social em saúde;

h) que as DCN dos cursos de graduação valorizem a carga horária destinada aos estágios curriculares e às atividades práticas e de extensão;

i) a articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão com a prestação de serviços de saúde, com base nas necessidades sociais e na capacidade de promover o desenvolvimento locorregional.

IV - Integralidade e Redes de Atenção à Saúde (RAS), observando-se os seguintes pressupostos:

a) a integralidade como um dos princípios fundamentais do SUS, que possibilita acesso universal dos cidadãos aos serviços do sistema de saúde e que garante ao usuário uma atenção que abrange ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, além de prevenção e tratamento de agravos;

b) a concepção de rede que rompe com o conceito de sistema verticalizado e fragmentado para trabalhar com um conjunto articulado de serviços básicos, ambulatórios e hospitais gerais e especializados;

c) a formação em redes de atenção à saúde caracterizadas pela formação de relações horizontais entre os pontos de atenção com o centro de comunicação na Atenção Primária em Saúde (APS), pela centralidade nas necessidades em saúde de uma população, pela responsabilização na atenção contínua e integral, pelo cuidado interprofissional, pelo compartilhamento de objetivos e compromissos com os resultados sanitários e econômicos;

d) a APS como coordenadora do cuidado e ordenadora das RAS. Nesta perspectiva, a formação dos profissionais da saúde para atuar de forma efetiva, eficiente, eficaz e segura na atenção básica assume uma importância estratégica, devendo equilibrar conteúdos e propiciar o desenvolvimento de habilidades e atitudes, tanto em saúde coletiva, como para a clínica/assistência individual em saúde.

V - Trabalho interprofissional, com as seguintes orientações:

a) as DCN devem expressar a formação de um profissional apto a atuar para a integralidade da atenção à saúde, por meio do efetivo trabalho em equipe, numa perspectiva colaborativa e interprofissional. O preceito da integralidade aponta para a interdisciplinaridade, enquanto integração de diferentes campos de conhecimentos; para a interprofissionalidade, ocasião em que há intensa interação entre diferentes núcleos profissionais; e para a intersetorialidade, envolvimento de diferentes setores da sociedade no atendimento das complexas e dinâmicas necessidades de saúde;

b) os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) devem apresentar estratégias alinhadas aos princípios da interdisciplinaridade, intersetorialidade e interprofissionalidade, como fundamentos da mudança na lógica da formação dos profissionais e na dinâmica da produção do cuidado em saúde;

c) as DCN devem estimular a elaboração de projetos terapêuticos assentados na lógica interprofissional e colaborativa, reconhecendo os usuários dos serviços como protagonistas ativos e co-produtores do cuidado em saúde, superando a perspectiva centrada em procedimentos ou nos profissionais.

VI - Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) e componentes curriculares coerentes com as necessidades sociais em saúde, observando-se:

a) que as DCN considerem os fundamentos das principais políticas públicas que contribuem para a redução das desigualdades e para a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo;

b) que os PPC sejam construídos com a participação ativa de representações de trabalhadores, discentes, usuários e gestores municipais/estaduais do SUS, tendo em perspectiva sua adequação ao contexto social e a integração dos componentes curriculares "intra" e "inter" cursos;

c) a relevância de que os PPC e os componentes curriculares estejam relacionados com todo o processo saúde-doença e referenciados na realidade epidemiológica, proporcionando a integralidade e a segurança assistencial em saúde;

d) a inovação das propostas pedagógicas, incluindo explicitação dos cenários de práticas e dos compromissos com a interprofissionalidade, o gerenciamento dos riscos, a prevenção de erros e a produção de conhecimentos socialmente relevantes;

e) abordagem de temas transversais no currículo que envolvam conhecimentos, vivências e reflexões sistematizadas acerca dos direitos humanos e de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, Transtorno do Espectro Autista (TEA), educação ambiental, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação das relações étnico-raciais e história da cultura afro-brasileira, africana, dos povos tradicionais e indígena;

f) os pressupostos e fundamentos da promoção da saúde e seus determinantes, da Educação Permanente em Saúde (EPS), e das Práticas Integrativas e Complementares (PIC) como elementos constituintes da formação, reafirmando o conceito ampliado de saúde;

g) o fortalecimento das ações de promoção e proteção à saúde relacionadas à vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental e à saúde do trabalhador;

h) que os núcleos de conhecimento e práticas previstos nas DCN considerem temáticas relacionadas ao envelhecimento populacional, às Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), à segurança do paciente e à urgência e emergência, entre outras;

i) a formação política e cidadã, que requer a realização de atividades teóricas e práticas que proporcionem informações e promovam diálogos sobre as relações humanas, estruturas e formas de organização social, suas transformações, suas expressões e seu impacto na qualidade de vida das pessoas, famílias, grupos e comunidades.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VII - Utilização de metodologias de ensino que promovam a aprendizagem colaborativa e significativa, tendo em vista:

a) a utilização de metodologias diversificadas para o processo de ensino-aprendizagem, que privilegiem a participação e a autonomia dos estudantes;

b) a integração entre os conteúdos curriculares, de forma a possibilitar processos de aprendizagem colaborativa e significativa, com base na ação-reflexão-ação, a partir de competências técnicas, comportamentais, éticas e políticas;

c) propostas educacionais pautadas em práticas interdisciplinares e integradas ao cotidiano dos docentes, estudantes, gestores, trabalhadores e comunidade, promovendo a formação de profissionais aptos a "aprender a aprender", que compreende o "aprender a conhecer", o "aprender a fazer", o "aprender a conviver" e o "aprender a ser".

VIII - Valorização da docência na graduação, do profissional da rede de serviços e do protagonismo estudantil, considerando:

a) a relevância da aprendizagem "no" e "para" o trabalho em saúde, que pressupõe a implementação de estratégias educacionais dirigidas à formação de docentes (inclusive para o desenvolvimento de atividades de tutoria) e trabalhadores que atuam na rede de serviços de saúde em atividades de preceptoria, fundamentadas nos pressupostos da Educação Permanente em Saúde (EPS) e que mobilizem o desenvolvimento de competências pedagógicas de profissionais vinculados ao ensino na área da saúde;

b) o fortalecimento dos mecanismos de participação e organização estudantil no âmbito das instituições de ensino para garantir a formação de profissionais críticos, colaborativos e conscientes de seu papel enquanto cidadãos e agentes de transformação social.

IX - Educação e comunicação em saúde, na seguinte perspectiva:

a) os cursos de graduação devem incorporar aos seus PPC o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), em suas diferentes formas, utilizando as ferramentas e estratégias disponíveis para efetivar a formação e as práticas para a educação e comunicação em saúde, bem como sua aplicabilidade nas relações interpessoais;

b) diálogo com todos os espaços da vida social, considerando o caráter intersetorial da saúde e sua determinação social, pois a inter-relação comunicação e educação ("educomunicação") é central para a mobilização e participação da comunidade. A "educomunicação" contribui para o crescimento e o aprimoramento do SUS, ao elevar a capacidade do exercício do controle social, possibilitando o diálogo com a sociedade sobre o direito constitucional à saúde, na lógica da seguridade social;

c) estabelecimento de uma relação mais próxima entre a área da saúde e as mídias e canais alternativos de comunicação para que a educação em saúde seja um instrumento que permita aos estudantes, trabalhadores, gestores e população em geral se apropriarem das informações, contribuindo para o exercício pleno da cidadania.

X - Avaliação com caráter processual e formativo, observando-se:

a) a definição de critérios para o acompanhamento e a avaliação dos processos de ensino-aprendizagem, desenvolvendo mecanismos que verifiquem a estrutura, os processos e os resultados, visando o contínuo aprimoramento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);

b) que a avaliação tenha caráter processual, contextual e formativo, com a utilização de instrumentos e métodos que avaliem conhecimentos, habilidades e atitudes, em um processo de construção dialógica, que inclua também a autoavaliação por parte de gestores, docentes e estudantes.

XI - Pesquisas e tecnologias diversificadas em saúde, de modo a promover:

a) o desenvolvimento do pensamento científico e crítico e a produção de novos conhecimentos direcionados para a atenção das necessidades de saúde individuais e coletivas, por meio da disseminação das melhores práticas e do apoio à realização de pesquisas de interesse da sociedade;

b) investigação de problemas de saúde coletiva pautada nos pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa-ação e da pesquisa-intervenção, pois suas concepções engendram processos teórico-metodológicos que se configuram como dispositivos de transformação social;

c) o uso de tecnologias diversificadas em saúde, em especial, as chamadas "tecnologias leves", os modos relacionais de atuação dos trabalhadores/equipes/usuários na produção do cuidado em saúde.

XII - Formação presencial e carga horária mínima para cursos de graduação da área da saúde, tendo em perspectiva:

a) a garantia da segurança e resolubilidade na prestação dos serviços de saúde, conforme disposto na Resolução CNS nº 515/2016, com posicionamento contrário à autorização de todo e qualquer curso de graduação em saúde ministrado na modalidade Educação a Distância (EaD);

b) uma formação profissional comprometida com a qualidade e as necessidades em saúde, em consonância com o preconizado na Recomendação CNS nº 024, de 10 de julho de 2008, no sentido de que a carga-horária total dos cursos de graduação da área da saúde seja de, no mínimo, 4.000 horas.

RONALD FERREIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho Nacional de Saúde

Homologo a Resolução CNS nº 569, de 8 de dezembro de 2017, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

RICARDO BARROS
Ministro de Estado da Saúde

ANEXO
PARECER TÉCNICO Nº 300/2017

ASSUNTO: Princípios Gerais para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação da Área da Saúde.

PREÂMBULO

A Constituição Federal (CF) de 1988 determina que a Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A Reforma Sanitária brasileira e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) produziram mudanças na gestão, no controle/participação social e no modelo assistencial. A descentralização do Sistema possibilitou aos estados e aos municípios uma atuação mais efetiva no enfrentamento dos problemas de saúde. A participação da sociedade se intensificou, a partir de sua representação nos Conselhos e nas Conferências de Saúde, reafirmando o direito à saúde como exercício de cidadania. Atuando como mecanismos essencialmente democráticos, por meio deles, a sociedade se organiza para a efetiva proteção e promoção da saúde como direito de todos e dever do Estado. A democratização das políticas de saúde é avanço conquistado no processo de disputas empreendidas pelo controle/participação social.

Segundo o artigo 200 da CF/88, compete ao SUS, entre outras atribuições, ordenar a formação dos profissionais da área de saúde. Neste contexto, em observância ao Decreto nº 8.754, de 10 de maio de 2016, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) opera, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), na regulação da formação em saúde do Sistema Federal de Ensino, manifestando-se em relação à autorização e reconhecimento de cursos de graduação em Medicina, Odontologia, Psicologia e Enfermagem, em consonância com os princípios e diretrizes do SUS e Resolução CNS nº 350, de 9 de junho de 2005, que normatiza os critérios de regulação da abertura e reconhecimento de cursos da área da saúde, tendo em perspectiva: a) as necessidades sociais em saúde; b) projetos político-pedagógicos coerentes com as necessidades sociais; e c) a relevância social do curso.

A Resolução CNS nº 350/2005 apresenta alguns critérios que abrangem: demonstração pelo novo curso da possibilidade de utilização da rede de serviços instalada e de outros recursos e equipamentos sociais existentes na região; demonstração da responsabilidade social do curso com a promoção do desenvolvimento locorregional; inovação das propostas pedagógicas, orientadas pelas diretrizes curriculares, incluindo explicitação dos cenários de prática e estratégias para a produção de conhecimentos socialmente relevantes; projeto construído em parceria e/ou com pactuações definidas com os gestores locais do SUS; compromissos com o diálogo entre docentes, estudantes e sociedade; e contribuição do curso para a superação dos desequilíbrios na oferta de profissionais de saúde atualmente existentes.

Mudanças na formação desses profissionais ainda se configuram como necessárias e estratégicas para a consolidação do SUS. Reconhecendo este desafio, o Ministério da Saúde (MS) tem destinado apoio técnico e financeiro a projetos, programas e políticas públicas que objetivam a qualificação e a adequação do perfil dos trabalhadores às necessidades sociais em saúde, tendo como eixo a integração ensino-serviço-gestão-comunidade. Os esforços empreendidos nesse sentido podem ser identificados nas estratégias governamentais de articulação entre as Instituições de Educação Superior (IES), os serviços públicos de saúde e a comunidade, em um contexto que busca aproximar as práxis da educação em saúde com a realidade social.

Neste cenário de múltiplos desafios, o CNS, enquanto órgão colegiado de caráter permanente e deliberativo, atua na formulação e no controle da execução da Política Nacional de Saúde, bem como nas estratégias e na promoção do processo de controle social, em toda a sua amplitude, no âmbito dos setores público e privado.

Em sua 286ª Reunião Ordinária (RO), ocorrida em 6 e 7 de outubro de 2016, o CNS aprovou a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para discutir as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos de graduação da área da saúde, na perspectiva de que possam expressar os princípios e as necessidades do SUS, com base na já citada Resolução CNS nº 350/2005, para assegurar a integralidade da atenção, a qualidade e a humanização do atendimento prestado aos indivíduos, famílias e comunidades.

A composição do GT/DCN foi aprovada na 287ª RO/CNS, ocorrida em 10 e 11 de novembro de 2016, de acordo com o disposto na Resolução nº 407, de 12 de setembro de 2008, Capítulo IV, que aprova o Regimento Interno do CNS. Assim, foram indicados cinco Conselheiros Nacionais de Saúde, representantes dos segmentos de usuários, trabalhadores e gestores do SUS.

A constituição do GT/DCN objetivou dar materialidade à Resolução nº 515, de 07 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 217, seção 1, página 61, em 11 de novembro de 2016, que expõe o posicionamento contrário deste órgão colegiado à autorização de todo e qualquer curso de graduação em saúde na modalidade a distância, bem como delibera que as DCN dos cursos da área da saúde sejam objeto de discussão e deliberação do CNS de forma sistematizada, em um espaço de tempo adequado para permitir a participação, no debate, das organizações de todas as profissões regulamentadas e das entidades e movimentos sociais que atuam no controle social.

Espera-se que as diretrizes apontem para um perfil profissional na perspectiva do trabalho coletivo em saúde como prática social, organizado de forma interdisciplinar e interprofissional, e proporcionem conhecimentos, habilidades e atitudes que possam superar os desafios contemporâneos do mundo do trabalho.

Desta forma, no âmbito da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho (CIRHRT/CNS), o GT/DCN reuniu-se regularmente ao longo de 2017 para tratar da temática, em um processo de construção coletiva que teve sempre em perspectiva a articulação entre gestão, atenção, educação e trabalho em saúde, uma vez que os serviços públicos integrantes do SUS constituem-se como campo de prática para o ensino, a pesquisa e a extensão, mediante normas específicas elaboradas conjuntamente com o sistema educacional.

Tendo em vista que a formação profissional está intrinsecamente relacionada com a atuação profissional, entendemos o trabalho no SUS como lócus produtor do conhecimento, um espaço de ensino-aprendizagem. A formação em serviço proporciona não somente a qualificação dos trabalhadores do SUS, mas o desenvolvimento do próprio sistema de saúde, partindo da reflexão sobre a realidade dos serviços e sobre o que precisa ser transformado, com a finalidade de melhorar a gestão e o cuidado em saúde.

Portanto, a formação no/para o SUS deve ser pautada pelas necessidades de saúde das pessoas e pela integralidade da atenção. Para tanto, requer uma formação interprofissional, humanista, técnica e de ordem prática presencial. Além disso, é fundamental que as DCN retratem a forma como a produção social da saúde está colocada e ressaltem que os trabalhadores da área estão inseridos nesse processo como agentes transformadores da sociedade, visando garantir saúde plena para a população.

Importante destacar a necessária indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. É comum a priorização da pesquisa científica (sendo geralmente mais valorizados temas relacionados à alta tecnologia) e do ensino (comumente descontextualizado das reais demandas dos serviços de saúde e da população), sem que se valorize suficientemente a extensão universitária, indispensável para uma adequada formação profissional e que deve ser desenvolvida de forma articulada ao ensino e à pesquisa. Observe-se que o Plano Nacional de Educação (aprovado por meio da Lei nº 13.005/2014) apresenta, como uma de suas estratégias para o alcance das metas propostas, "assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social".

Por sua vez, a intersetorialidade, como prática de gestão na saúde, permite o estabelecimento de espaços compartilhados de decisões entre instituições e diferentes setores do Estado que implementam políticas públicas que possam ter impacto positivo na saúde. Neste sentido, as ações estratégicas de educação na saúde são fortalecidas quando desenvolvidas de forma articulada entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação (MEC).

Esta contextualização exprime a importância de que questões relacionadas à formação e ao desenvolvimento dos trabalhadores da saúde envolvam distintos atores sociais dos setores da educação e saúde, com participação das organizações de todas as profissões regulamentadas e das entidades e movimentos sociais que atuam no controle social.

Em audiência ocorrida no dia 24 de janeiro de 2017, no edifício sede do Conselho Nacional de Educação (CNE/MEC), reuniram-se o presidente do CNE, o presidente da Câmara de Educação Superior/CNE, o presidente do CNS, bem como demais Conselheiros Nacionais de Saúde, membros da Mesa Diretora/CNS e Coordenadores da CIRHRT/CNS. Na ocasião, foi pactuado entre os dois órgãos colegiados que o CNS encaminharia formalmente ao CNE suas contribuições às diretrizes curriculares da área da saúde, na medida em que fossem sendo amplamente discutidas no âmbito do GT/DCN da CIRHRT/CNS.

Sendo assim, este parecer apresenta princípios gerais para as Diretrizes Curriculares Nacionais de todos os cursos de graduação da área da saúde, respeitando-se a expressão das singularidades de cada um deles e as especificidades de cada profissão, notadamente aquelas cujo escopo de atuação profissional não se restringe à saúde.

Os princípios do SUS (público, integral, universal e de qualidade) foram elementos fundamentais na elaboração do texto, que busca expressar competências comuns para uma formação em saúde mobilizadora de conhecimentos, habilidades e atitudes que permitam superar os desafios que se apresentam às práticas profissionais nos diferentes contextos do trabalho em saúde. Tendo em vista o conceito ampliado de saúde, os pressupostos aqui registrados abrangem a formação e o desenvolvimento para a saúde e outras áreas de conhecimento afins.

Em uma perspectiva de construção coletiva e dialógica, ressalte-se que o documento foi debatido no âmbito do GT-DCN da CIRHRT/CNS e em reuniões ampliadas em que foram convidados a participar gestores do MS e MEC, além de representações das associações nacionais de ensino, executivas estudantis, conselhos e federações das 14 categorias profissionais de saúde de nível superior relacionadas na Resolução CNS nº 287/1998, quais sejam, Biomedicina, Biologia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional, acrescidas dos profissionais da graduação em Saúde Coletiva.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Deste modo, com base nas considerações acima expressas, a seguir são apresentados pressupostos, princípios e diretrizes para a graduação na área da saúde, na perspectiva do controle/participação social em saúde.

I - Defesa da vida e defesa do SUS como preceitos orientadores do perfil dos egressos da área da saúde

O Conselho Nacional de Saúde reafirma seu compromisso com o disposto na Constituição Federal de 1988, que instituiu um Estado Democrático destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. Com a CF/88, estabeleceu-se um pacto social que coloca como dever do Estado a oferta de políticas de proteção social e de redução da pobreza e das desigualdades.

Nesta direção, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação na área da saúde também precisam expressar os princípios que constam nos primeiros artigos da constituição cidadã, cujos pressupostos e objetivos fundamentais apresentam as necessidades da população brasileira a serem atendidas na construção de uma sociedade livre, justa e solidária, dentre elas: a dignidade humana, a cidadania, o desenvolvimento e a soberania nacional, os valores sociais do trabalho, a redução das desigualdades sociais e regionais, a proteção aos direitos humanos e a erradicação da pobreza e da marginalização, promovendo o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Assim, as DCN devem contribuir para o desenvolvimento humano e social, tendo em vista as iniquidades presentes em nossa sociedade e os desafios atuais que se apresentam na formação de profissionais preparados para atuar com resolubilidade no SUS, seja na atenção, na gestão ou no controle social em saúde.

Destacamos os artigos 196 e 198 da CF/88, que apresenta ainda, em seu Art. 197, a relevância pública das ações e serviços de saúde, "cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle":

Seção II - DA SAÚDE

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

Ressaltamos, também, o disposto no artigo 5º da Lei nº 8.080/90:

CAPÍTULO I - Dos Objetivos e Atribuições

Art. 5º São objetivos do Sistema Único de Saúde (SUS):

I - a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde;

II - a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância do disposto no § 1º do art. 2º desta lei;

III - a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.

Ainda, no artigo 7º da Lei nº 8.080/90, consta que as ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o SUS são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no artigo 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios, entre outros:

universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;

igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;

direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde;

divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário;

utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática;

integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico;

capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência.

Deste modo, as instituições de ensino, orientadas pelas DCN, devem incorporar o arcabouço teórico do SUS nos projetos pedagógicos de seus cursos, objetivando a formação de profissionais comprometidos com a democracia e com o direito fundamental à saúde, que compreendam os princípios, diretrizes e políticas do sistema de saúde. O que se busca é a valorização da vida, por meio de abordagens dos problemas de saúde recorrentes na atenção básica, na urgência e na emergência, na promoção da saúde e na prevenção de riscos e doenças, visando à melhoria dos indicadores de qualidade de vida, de morbidade e de mortalidade.

Os egressos de cursos da área da saúde devem ter formação generalista, humanista, crítica, reflexiva, ética e transformadora, comprometida com a melhoria da qualidade de vida e saúde da população, capazes de atuar na análise, monitoramento e avaliação de situações de saúde, formulação de políticas, planejamento, programação e avaliação de sistemas e serviços de saúde. Devem também estar preparados para o desenvolvimento de ações intersetoriais de promoção da saúde, educação e desenvolvimento comunitário, com responsabilidade social e compromisso com a dignidade humana, cidadania e defesa da democracia, do direito universal à saúde e do SUS, tendo a determinação social do processo saúde-doença como orientadora.

Os cursos de graduação da área da saúde precisam formar trabalhadores com capacidade para desempenhar atividades nos diferentes níveis de atenção à saúde e proporcionar o desenvolvimento de competências para a atuação em equipes interdisciplinares e interprofissionais, na organização das linhas de cuidado e redes de atenção, nas ações de proteção da saúde coletiva e de vigilância em saúde, incluindo a saúde ambiental. Os futuros profissionais da área devem estar preparados a reconhecer e intervir positivamente nos riscos existentes na prestação de serviços de saúde, considerando que sua ação é fator importante na prevenção de agravos relacionados ao cuidado em saúde.

Em parceria com os gestores da saúde e do ensino, bem como trabalhadores e estudantes da área, o controle social em saúde tem papel relevante nesse processo, cabendo a ele, entre outras atribuições:

I - participar do processo de fortalecimento da integração entre ensino, serviço, gestão e comunidade;

II - apresentar as demandas dos usuários e dos profissionais de saúde que atuam no SUS, que atendam

Em consonância com o disposto na CF/88, é importante que sejam consideradas as dimensões biológica, étnico-racial, de gênero, geracional, de orientação sexual, ética, socioeconômica, cultural, ambiental e demais aspectos que representam a diversidade da população brasileira. Objetiva-se favorecer a construção de vínculos, a partir de uma escuta qualificada dos problemas relatados pelas pessoas, famílias, grupos e comunidades, respeitando seus valores e crenças, no sentido de concretizar:

I - acesso universal e equidade como direito à cidadania, sem privilégios nem preconceitos de qualquer espécie, tratando as desigualdades com equidade e atendendo às necessidades pessoais específicas, segundo as prioridades definidas pela vulnerabilidade e pelo risco à saúde e à vida;

II - integralidade e humanização do cuidado, por meio de práticas integradas com as demais ações e instâncias de saúde, de modo a construir projetos terapêuticos compartilhados, estimulando o autocuidado e a autonomia, reconhecendo os usuários como protagonistas ativos de sua própria saúde; e

III - qualidade e segurança na atenção à saúde, pautando o pensamento crítico que conduz o seu fazer nas melhores evidências científicas e nas políticas públicas, programas, ações estratégicas e diretrizes vigentes, tendo em perspectiva a proteção responsável e comprometida com a redução de agravos e iatrogenias, em conformidade com o Programa Nacional de Segurança do Paciente.

Em síntese, uma formação comprometida com a superação das iniquidades que causam o adoecimento dos indivíduos e das coletividades. A questão dos determinantes sociais, da produção social da saúde e da doença é central, bem como o atendimento às necessidades sociais em saúde, tendo em perspectiva a seguridade social, entendida como um conjunto de ações e instrumentos por meio dos quais se pretende alcançar uma sociedade justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e promover o bem comum.

Em parceria com os gestores da saúde e do ensino, bem como trabalhadores e estudantes da área, o controle social em saúde tem papel relevante nesse processo, cabendo a ele, entre outras atribuições:

I - participar do processo de fortalecimento da integração entre ensino, serviço, gestão e comunidade;

II - apresentar as demandas dos usuários e dos profissionais de saúde que atuam no SUS, que atendam às necessidades sociais em saúde e o desenvolvimento regional/local;

III - monitorar as condições de estruturação e reestruturação da rede de serviços para atender as demandas relativas à presença de estudantes e docentes, atentando-se para as condições de acessibilidade e práticas institucionais (instituições de ensino e serviços de saúde) que sejam promotoras de inclusão social;

IV - monitorar a transparência pública da contrapartida institucional das instituições de ensino nos campos de práticas dos estudantes;

V - desenvolver ações de educação permanente para o exercício do controle social em saúde que envolvam a participação de estudantes, docentes das instituições de ensino e preceptores dos serviços de saúde; e

VI - fomentar ações de reconhecimento da educação permanente integrada ao processo de trabalho dos serviços que recebem estudantes e docentes das instituições de ensino.

II - Atendimento às necessidades sociais em saúde

O Artigo 5º da Lei nº 8.080/90 apresenta como um dos objetivos do SUS, "a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde". É fundamental que conste nas DCN a forma como a produção social da saúde é compreendida, uma vez que os processos formativos devem considerar o acelerado ritmo de evolução do conhecimento, as mudanças do processo de trabalho em saúde, as transformações nos aspectos demográficos e epidemiológicos, sempre na perspectiva do equilíbrio entre excelência técnica e relevância social.

Neste contexto, torna-se relevante a responsabilidade social das IES com o seu entorno, demonstrando o compromisso dos cursos da área da saúde com a promoção do desenvolvimento regional, por meio do enfrentamento dos problemas de saúde mais prevalentes, e com a produção de conhecimentos direcionados para as necessidades da população e para o desenvolvimento tecnológico locorregional. Isso pode ser viabilizado a partir de parcerias estabelecidas com a rede de serviços de saúde instalada e outros recursos e equipamentos sociais existentes na região.

No que se refere ao atendimento das necessidades de saúde coletiva, os cursos devem abordar o processo saúde-doença em seus múltiplos aspectos de determinação, ocorrência e intervenção, para possibilitar que a atuação dos futuros profissionais nos serviços de saúde possa transformar, melhorar a realidade em que estão inseridos.

A investigação de problemas de saúde coletiva comporta o desempenho de análise das necessidades de saúde de grupos de pessoas e as condições de vida e de saúde de comunidades, a partir de dados demográficos, epidemiológicos, sanitários e ambientais, considerando as dimensões de risco, vulnerabilidade, incidência e prevalência das condições de saúde, com os seguintes descritores:

I - acesso e utilização de dados secundários ou informações que incluam o contexto político, cultural, socioeconômico, ambiental e das relações, discriminações institucionais, movimentos e valores de populações em seu território, visando ampliar a explicação de causas e efeitos fundamentados na determinação social do processo saúde-doença, assim como seu enfrentamento;

II - relacionamento dos dados e das informações obtidas, articulando os aspectos biológicos, psicológicos, socioeconômicos, culturais, ambientais, nutricionais e alimentares relacionados ao adoecimento e à vulnerabilidade de grupos; e

III - estabelecimento de diagnóstico de saúde e priorização de problemas, considerando sua magnitude, existência de recursos para o seu enfrentamento e importância técnica, cultural e política do contexto.

III - Integração Ensino-Serviço-Gestão-Comunidade

Para a consolidação do SUS, é primordial investir na formação e desenvolvimento de seus profissionais, aqui considerados como agentes das mudanças necessárias para os avanços esperados. Na construção de habilidades e atitudes, as ações educativas devem ser compreendidas, para além do sentido clássico da aquisição de conhecimentos técnico-científicos, como um processo de formação de sujeitos críticos e reflexivos, de transformação da realidade e de criação de novas formas de gestão dos processos de trabalho.

O movimento "O SUS como escola", em que a rede pública de saúde se transforma em uma rede de ensino-aprendizagem ao disseminar capacidade pedagógica nos serviços, precisa ser fortalecido, tendo em vista o desenvolvimento dos trabalhadores e do trabalho em saúde.

A Educação Permanente em Saúde (EPS) propõe um processo longitudinal de reflexão sobre a realidade do trabalho, que se (re)constrói no cotidiano, buscando superar a fragmentação do saber que se apresenta quando são adotadas nas políticas educacionais somente abordagens estruturadas em temas segmentados, sem articulação entre si. Neste sentido, constitui-se em um dispositivo estratégico para a formação, a gestão, a atenção e o controle social em saúde.

A EPS considera o mundo do trabalho como escola, ou seja, que as experiências no trabalho são uma fonte sistemática de formação, de geração de novas ideias e proposições, de (re)elaboração de conhecimentos que emergem da prática.

Ao integrar o mundo do trabalho ao mundo da educação, o ambiente de aprendizagem dos estudantes e trabalhadores configura-se no próprio espaço da atenção e gestão do SUS. Essa aproximação faz com que o aprendizado seja fundamentado na reflexão das práticas, ganhando sentido por estar relacionado à realidade do trabalho em saúde.

Deste modo, os estudantes devem ser inseridos nos cenários de práticas do SUS e outros equipamentos sociais desde o início da formação, rompendo com a dicotomia teoria-prática, incluindo os serviços de reabilitação do SUS e os serviços conveniados, a exemplo das APAES, que atendem pessoas com deficiência intelectual e Síndrome de Down, e das AMAS, que atendem pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A diversificação de espaços de práticas permite aos alunos vivenciar as políticas de saúde e de organização do trabalho em equipe interprofissional. Da mesma forma, a atuação junto à comunidade lhes garantirá conhecimentos e compromissos com a realidade de saúde do seu país e sua região. Nesta direção, é relevante que as DCN dos cursos de graduação da área da saúde valorizem a carga horária destinada às atividades práticas, à participação em atividades de extensão e aos estágios curriculares.

Essa inserção requer supervisão e acompanhamento constantes, entendendo que a aproximação com a realidade da assistência não pode adicionar riscos aos usuários do SUS. Não se trata de aprendizado empírico, mas sim, de exposição a uma realidade e processos assistenciais para os quais os futuros profissionais estão sendo preparados.

A integração das IES com as redes de serviços de saúde, consideradas como ambientes relevantes de aprendizagem, precisa ser formalizada por meio de convênios ou outros instrumentos que viabilizem pactuações e o estabelecimento de corresponsabilizações entre as instituições de ensino e as gestões municipais e estaduais de saúde.

Importante que haja representação dos gestores de saúde nas instâncias decisórias das IES para favorecer a efetiva integração ensino-serviço-gestão-comunidade. Esta articulação é essencial, frente aos muitos desafios que se apresentam nos cenários de práticas, relacionados à infraestrutura, disponibilidade de preceptores, ausência de PCCS (plano de carreiras, cargos e salários), rede de serviços não suficiente para o quantitativo de estudantes e disputas entre os setores público e privado, entre outros.

A parceria objetiva, portanto, garantir o acesso aos estabelecimentos de saúde sob a responsabilidade do gestor da área como cenários de práticas para a formação, bem como estabelecer atribuições das partes relacionadas à integração ensino-serviço-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

gestão-comunidade, com vistas à superação dos nós críticos comuns no cotidiano desse processo, observando-se os seguintes princípios:

I - formação de profissionais de saúde em consonância com os princípios e diretrizes do SUS, tendo como eixo a abordagem integral do processo de saúde-doença;

II - respeito à diversidade humana, à autonomia dos cidadãos e à atuação fundamentada em princípios éticos, destacando-se o compromisso com a segurança dos usuários do sistema, tanto em intervenções diretas quanto em riscos indiretos advindos da inserção dos estudantes nos cenários de práticas;

III - compromisso das instituições de ensino e gestões municipais, estaduais e federal do SUS com o desenvolvimento de atividades educacionais e de atenção à saúde integral;

IV - singularidade das instituições de ensino envolvidas no processo de pactuação e contratualização das ações de integração ensino e serviço, especialmente as especificidades relativas à natureza jurídica das instituições de ensino;

V - compromisso das IES com o desenvolvimento de atividades que articulem o ensino, a pesquisa e a extensão com a prestação de serviços de saúde, com base nas necessidades sociais e na capacidade de promover o desenvolvimento regional a partir do enfrentamento dos problemas de saúde da região;

VI - compromisso das instituições de ensino, estados e municípios com as condições de biossegurança dos estudantes nos serviços da rede;

VII - integração das ações de formação aos processos de Educação Permanente da rede de saúde;

VIII - planejamento e avaliação dos processos formativos, compartilhados entre instituições de ensino e serviços de saúde, garantida a autonomia progressiva do estudante no desenvolvimento de competências em serviço e de integração do processo de trabalho da equipe de saúde; e

IX - participação ativa da comunidade e/ou das instâncias do controle social em saúde.

Ainda, tendo em vista a relevância da formação em serviço para o sistema público de saúde, as instituições de ensino precisam ser estimuladas e apoiadas a desenvolverem Programas de Residência Médica, Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde, respeitando-se os mesmos princípios aqui apresentados.

IV - Integralidade e as Redes de Atenção à Saúde (RAS)

A integralidade, como um dos princípios fundamentais do SUS, garante ao usuário uma atenção que abrange ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, além de prevenção e tratamento de agravos, permitindo acesso universal dos cidadãos aos serviços e ações do sistema de saúde. Pressupõe atenção focada no indivíduo, na família e na comunidade.

A atenção básica tem um papel estratégico no SUS. Estudos demonstram que a Atenção Primária em Saúde (APS), bem organizada e estruturada, pode garantir a resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população. Ela se constitui como o primeiro contato com o sistema, trazendo os serviços de saúde o mais próximo possível do cotidiano de vida e trabalho das pessoas.

Um marco histórico da APS é a Declaração de Alma-Ata, em 1978, quando se realizou a "Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde". Ela já propunha a instituição de serviços locais de saúde centrados nas necessidades da população, o trabalho interprofissional e a participação social na gestão de suas atividades. Entre outras formulações que constam no relatório final da Conferência, a Declaração concebe a saúde como um direito humano, o aumento de investimentos em políticas sociais para a redução de iniquidades, e a compreensão de que a saúde é o resultado das condições econômicas e sociais.

Starfield (2002) também aponta a relevância da atenção primária no atendimento às necessidades de saúde das pessoas, e destaca os seguintes atributos para as práticas da atenção básica: primeiro contato, longitudinalidade, integralidade e coordenação.

No Brasil, a APS incorporou os princípios da Reforma Sanitária, enfatizando a reorientação do modelo assistencial, a partir de um sistema universal e integrado. O Ministério da Saúde busca consolidar e qualificar a Estratégia Saúde da Família (ESF) como modelo de atenção básica e como ordenadora das Redes de Atenção à Saúde (RAS) no SUS, definidas como arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, de diferentes densidades tecnológicas, que integradas por meio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado.

A ideia de rede pressupõe ruptura com o conceito de sistema verticalizado para trabalhar com um conjunto articulado de serviços básicos, ambulatórios de especialidades e hospitais gerais e especializados. As RAS caracterizam-se, portanto, pela formação de relações horizontais entre os pontos de atenção com o centro de comunicação na APS, pela centralidade nas necessidades em saúde de uma população, pela responsabilização na atenção contínua e integral, pelo cuidado interprofissional, pelo compartilhamento de objetivos e compromissos com os resultados sanitários e econômicos. Seu fortalecimento passa necessariamente pelo compromisso em garantir a preservação e a utilização da melhor informação e canais de comunicação em rede. Os trabalhadores da área da saúde são atores importantes nesse processo ao atuarem em um sistema complexo e, para tanto, devem compreender as interfaces, fragilidades e riscos existentes nessa cadeia de serviços, garantindo a melhor assistência e a segurança do paciente.

A Atenção Básica, desta forma, tem papel chave para o estabelecimento das RAS, como coordenadora do cuidado e ordenadora dessas redes. Nesta perspectiva, a formação dos profissionais da saúde para atuar de forma efetiva, eficiente, eficaz e segura na APS assume uma importância estratégica, devendo equilibrar conteúdos e propiciar o desenvolvimento de habilidades e atitudes, tanto em saúde coletiva, como para a clínica/assistência individual em saúde, contemplando também o reconhecimento dos riscos existentes no sistema, para que os trabalhadores possam agir na sua mitigação.

V - Trabalho interprofissional

As DCN devem expressar a formação de um profissional apto a atuar para a integralidade da atenção à saúde, por meio do efetivo trabalho em equipe, numa perspectiva colaborativa e interprofissional. O preceito da integralidade aponta também para a interdisciplinaridade - enquanto integração de diferentes campos de conhecimentos; para a interprofissionalidade - ocasião em que há intensa interação entre diferentes núcleos profissionais; e para a intersetorialidade - envolvimento de diferentes setores da sociedade no atendimento das complexas e dinâmicas necessidades de saúde. A integralidade, sustentada por essas premissas, demanda em sua essência (re)situar os usuários na centralidade do processo de produção dos serviços de saúde.

O trabalho colaborativo, entendido enquanto complementaridade de diferentes atores atuando de forma integrada, permite o compartilhamento de objetivos em comum para alcançar os melhores resultados de saúde. O efetivo trabalho em equipe, dessa forma, precisa ser compreendido para além de diferentes sujeitos ocupando um mesmo espaço. É um processo permanente de colaboração sustentado pela parceria, interdependência, sintonia de ações e finalidades, e equilíbrio das relações de poder, possibilitando potencializar a atuação do usuário/paciente/sujeito, das famílias e comunidades na tomada de decisões e na elaboração de ações e políticas que possam dar respostas às suas demandas. Também se constitui em um instrumento poderoso para garantir a segurança do paciente, ao possibilitar uma comunicação produtiva entre os profissionais, pela diminuição da hierarquia, aumento da possibilidade de escuta e atenção compartilhada para as necessidades das pessoas no processo de saúde-doença.

A integralidade da atenção pressupõe a constituição de redes, ampliando a aproximação entre instituições, serviços e outros setores envolvidos na atenção à saúde em sua concepção ampliada, enquanto exercício de cidadania determinado pela dinâmica sócio-histórica.

A partir desses fundamentos teóricos, conceituais e metodológicos, as diretrizes curriculares devem estimular a elaboração de projetos terapêuticos assentados na lógica interprofissional e colaborativa, reconhecendo os usuários dos serviços como protagonistas ativos e co-produtores do cuidado em saúde.

Nessa perspectiva, os projetos pedagógicos dos cursos da área da saúde precisam apresentar estratégias alinhadas aos princípios da interdisciplinaridade, intersetorialidade e interprofissionalidade, como fundamentos da mudança na lógica da formação dos profissionais e na dinâmica da produção do cuidado.

Trazer esses princípios é reforçar o compromisso pela integralidade da atenção enquanto orientadora dos processos de fortalecimento e consolidação do SUS. É também reconhecer a centralidade dos usuários/pacientes, familiares e comunidades na dinâmica do trabalho em saúde, superando a perspectiva procedimento ou profissional centrado.

VI - Projetos Pedagógicos de Cursos e Componentes Curriculares coerentes com as necessidades sociais em saúde

Os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) devem ser construídos com a participação ativa de representações de trabalhadores, discentes, usuários e gestores municipais/estaduais do SUS, tendo em perspectiva sua adequação ao contexto social e a integração dos componentes curriculares "intra" e "inter" cursos.

É relevante que os PPC e os componentes curriculares fundamentais dos cursos de graduação da área da saúde estejam relacionados com todo o processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade e referenciados na realidade epidemiológica e profissional, proporcionando a integralidade e a segurança assistencial em saúde. Deve-se considerar, ainda, que a formação na área requer competências políticas no estabelecimento de relações entre os trabalhadores, os serviços, a gestão em saúde e a comunidade, tendo em vista, entre outros aspectos:

I - as dimensões ética, humanística e política, com conteúdos do mundo real, de forma a desenvolver atitudes e valores orientados para a cidadania;

II - a integração e a interdisciplinaridade, buscando articular as dimensões biológicas, psicológicas, étnico-raciais, de gênero, geracional, de orientação sexual, socioeconômicas, culturais, ambientais e educacionais;

III - oportunidades de aprendizagem, desde o início do curso e ao longo de todo o processo de graduação, tendo as Ciências Humanas e Sociais como eixo transversal na formação de profissionais com perfil generalista;

IV - inovação das propostas pedagógicas, incluindo explicitação dos cenários de práticas e dos compromissos com a integralidade, a interprofissionalidade, o gerenciamento dos riscos, a prevenção de erros e a produção de conhecimentos socialmente relevantes;

V - compromisso com o desenvolvimento social, urbano e rural, por meio da oferta de atividades de extensão;

VI - abordagem de temas transversais no currículo que envolvam conhecimentos, vivências e reflexões sistematizadas acerca dos direitos humanos e de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, TEA, educação ambiental, língua brasileira de sinais (Libras), educação das relações étnico-raciais e história da cultura afro-brasileira, africana, dos povos tradicionais e indígena[1];

VII - preservação da biodiversidade com sustentabilidade, de modo que sejam respeitadas as relações entre ser humano, ambiente, sociedade e tecnologias, contribuindo para a incorporação de novos cuidados, hábitos e práticas de saúde;

VIII - identificação de oportunidades e de desafios na organização do trabalho nas redes de serviços de saúde, reconhecendo o conceito ampliado de saúde, no qual todos os cenários em que se produz saúde são ambientes relevantes e neles se deve assumir e propiciar compromissos com a qualidade e a segurança na atenção à saúde; e

IX - a união indissociável entre a saúde humana, animal e ambiental, tendo em vista a interconectividade existente entre elas, em consonância com o conceito de "Saúde Única".

Neste contexto, o CNS orienta que as diretrizes dos cursos de graduação da área da saúde considerem os pressupostos e fundamentos da promoção da saúde e seus determinantes, da Educação Popular em Saúde, e das Práticas Integrativas e Complementares como elementos constituintes da formação, objetivando que os egressos estejam preparados para reorientar os serviços de saúde; o fortalecimento da autonomia dos sujeitos e da cidadania, com olhar emancipatório; e a humanização e a integralidade na atenção à saúde.

O exercício da Educação Popular em Saúde fomenta o autocuidado e a participação da comunidade na construção de estratégias direcionadas à garantia do acesso às ações e serviços de saúde, ao valorizar os saberes dos sujeitos e promover sua conscientização em relação aos direitos sociais previstos na CF/88.

[1] Em atendimento à Lei nº 9.394/96, com redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e à Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004, que estabeleceram diretrizes para Educação das Relações Étnicos-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena; ao disposto na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, no que se refere à Política Nacional de Educação Ambiental; às diretrizes nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP n° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP n° 1, de 30/05/2012; à proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), conforme disposto na Lei n° 12.764, de 27 de dezembro de 2012; ao preconizado no Decreto nº 5.626/2005, no que se refere à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); e às condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, artigos 205, 206 e 208, na NBR 9.050/2004, da ABNT, na Lei n° 10.098/2000, nos Decretos n° 5.296/2004, n° 6.949/2009, n° 7.611/2011 e na Portaria n° 3.284/2003.

Outro aspecto relevante a ser considerado na formação diz respeito às Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), que constituem o problema de saúde de maior magnitude no país e correspondem a cerca de 70% das causas de mortes, atingindo fortemente camadas pobres da população e grupos mais vulneráveis. Como determinantes sociais das DCNT, são apontadas as iniquidades, as diferenças no acesso aos bens e aos serviços, a baixa escolaridade, as desigualdades no acesso à informação, além dos fatores de risco modificáveis, como tabagismo, consumo de bebida alcoólica, inatividade física e alimentação inadequada, tornando possível sua prevenção.

Deste modo, é importante que a graduação em saúde considere os princípios e diretrizes das principais políticas públicas que contribuem para a redução das desigualdades e para a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo, tais quais: a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem e a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).

No âmbito da inclusão de pessoas com deficiência, ressalte-se que, em 2006, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, com o objetivo de "proteger e garantir o total e igual acesso a todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, e promover o respeito à sua dignidade".

Essa Convenção foi incorporada à legislação brasileira em 2008. Após uma atuação de liderança em seu processo de elaboração, o Brasil decidiu, soberanamente, ratificá-la com equivalência de emenda constitucional, nos termos previstos no Artigo 5º, § 3º, da CF/88, e, quando o fez, reconheceu um instrumento que gera maior respeito aos Direitos Humanos. A Convenção e seu Protocolo facultativo são uma referência essencial para um país com acessibilidade, no sentido mais amplo desse conceito. Não é o limite individual que determina a deficiência, mas sim as barreiras existentes nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação, na comunicação e nos serviços.

Ressalte-se que a Lei nº 13.146/2015 considera pessoa com deficiência "aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas".

Nesta perspectiva, a formação em saúde deve contemplar a diversidade das pessoas com deficiência, incluindo deficiências intelectuais como o TEA, em que muitos não conseguem se comunicar. A legislação pertinente aponta para a "inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento" e "o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis".

Para efeitos da Lei nº 12.764/2012, é considerada pessoa com TEA aquela portadora de síndrome clínica caracterizada por: 1) deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; e 2) padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

Também o envelhecimento populacional se configura em um desafio para a saúde pública. A velocidade do processo de transição demográfica e epidemiológica vivenciada pelo país nas últimas décadas repercute em uma série de novas questões para gestores, docentes, pesquisadores e profissionais dos serviços de saúde, em especial em um contexto de iniquidades sociais. Esse fenômeno requer da gestão e das instituições formadoras uma adequação que considere tecnologias específicas e a necessidade de profissionais preparados para atuarem junto aos idosos, tendo em vista os aspectos fisiopatológicos e psicossociais singulares que esse público apresenta.

Por sua vez, a Segurança do Paciente é um dos atributos da qualidade do cuidado e tem adquirido, em todo o mundo, grande importância para os pacientes, famílias, gestores e profissionais de saúde, com a finalidade de oferecer uma assistência segura. Os incidentes associados ao cuidado em saúde, e em particular seus eventos adversos, representam uma elevada morbidade e mortalidade nos sistemas de saúde.

Neste sentido, as ações previstas no âmbito do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP) comtemplam as demais políticas de saúde e objetivam contribuir para a qualificação do cuidado nas Redes de Atenção à Saúde.

Ainda, no Brasil, assim como em todo o mundo, há um aumento no número de casos de urgência e emergência que demandam atenção dos hospitais e serviços de saúde em geral, o que ocorre em virtude do maior número e maior longevidade da população, da maior sobrevida de pacientes com diversas doenças crônicas e do expressivo quantitativo de acidentes e casos de violência civil. Este quadro tem demandado adequações na formação e desenvolvimento dos trabalhadores da área da saúde, que devem contemplar: a assistência direta aos pacientes nas situações de urgência e emergência; o conhecimento e a discussão das políticas públicas de saúde; e a prevenção e a reabilitação dos agravos, estimulando atividades que enfoquem a promoção da saúde no sentido de evitar a agudização de doenças crônicas e prevenir os diversos tipos de condições clínicas agudas e traumas, temas prioritários de saúde pública em todo o território nacional. Neste sentido, é importante que as DCN definam as competências requeridas na área de urgência e emergência, em consonância com a Política Nacional de Atenção às Urgências.

Portanto, os núcleos de conhecimento e práticas previstos nas diretrizes dos cursos da área da saúde devem dialogar com esse complexo cenário e com a construção histórica no país em que a Vigilância em Saúde se insere, tendo em perspectiva o fortalecimento das ações de promoção e proteção à saúde relacionadas à vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental e à saúde do trabalhador.

Reafirmando os preceitos do SUS, recomenda-se a inclusão de processos pedagógicos que abordem: história da saúde; políticas públicas de saúde no Brasil; Reforma Sanitária; o SUS e seus princípios; e os desafios da organização do trabalho em saúde. A formação política e cidadã requer a realização de atividades teóricas e práticas que proporcionem informações e promovam diálogos sobre as relações humanas, estruturas e formas de organização social, suas transformações, suas expressões e seu impacto na qualidade de vida das pessoas, famílias, grupos e comunidades.

VII - Utilização de metodologias de ensino que promovam a aprendizagem colaborativa e significativa

Com vistas ao alcance das competências profissionais almejadas, é importante que a avaliação da aprendizagem ocorra em consonância com as metodologias e com a dinâmica curricular definidas pelos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Recomenda-se a utilização de metodologias diversificadas para o processo de ensino-aprendizagem, que privilegiem a participação e a autonomia dos estudantes. Desta forma, os discentes são sujeitos ativos na construção do conhecimento, tendo os docentes como facilitadores/mediadores/ativadores desse processo, com vistas à formação integral, articulando o ensino com a pesquisa e a extensão.

As metodologias participativas proporcionam espaços de diálogo e reflexão sobre temas diversos e promovem a criticidade de todos os envolvidos nesse processo, possibilitando também que os profissionais da saúde desenvolvam habilidades e atitudes para uma atuação mais segura e proponham medidas para reduzir os riscos e eventos adversos, tendo em vista as interfaces críticas existentes no sistema.

A estrutura dos cursos, portanto, deve privilegiar a integração entre os conteúdos curriculares, de forma a possibilitar processos de aprendizagem colaborativa e significativa, com base na ação-reflexão-ação, favorecendo a autonomia e a alteridade.

Propostas educacionais pautadas em práticas interdisciplinares e integradas ao cotidiano dos docentes, estudantes, gestores, trabalhadores e comunidade promovem a formação de profissionais aptos a aprender a aprender, que compreende o aprender a conhecer, o aprender a fazer, o aprender a conviver e o aprender a ser, com vistas à integralidade da atenção à saúde.

Neste sentido, a utilização de abordagens pedagógicas participativas, que promovam a aprendizagem significativa, pode formar trabalhadores como sujeitos sociais com sensibilidade para atuarem de forma efetiva na complexidade do trabalho em saúde, a partir de competências técnicas, comportamentais, éticas e políticas.

VIII - Valorização da Docência na Graduação, do Profissional da Rede de Serviços e do Protagonismo Estudantil

Tendo em vista a relevância da aprendizagem "no" e "para" o trabalho em saúde, torna-se necessária a implementação de estratégias educacionais dirigidas à formação de docentes (inclusive para o desenvolvimento de atividades de tutoria) e trabalhadores que atuam na rede de serviços de saúde em atividades de preceptoria, fundamentadas nos pressupostos da EPS e que mobilizem o desenvolvimento de competências pedagógicas de profissionais vinculados ao ensino na área da saúde.

Nesta perspectiva, os cursos de graduação devem fomentar a participação dos profissionais da rede de serviços em programas permanentes de formação e desenvolvimento para atuarem como preceptores, objetivando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem nos cenários de práticas e da qualidade da gestão e da atenção à saúde.

Comumente, observa-se nas instituições de ensino uma valorização excessiva da pesquisa em detrimento da docência. Visando modificar esse cenário, é primordial que as IES, por meio de um efetivo apoio institucional (técnico e financeiro), intensifiquem seus programas de formação docente, com vistas à valorização do trabalho na graduação e ao maior envolvimento dos professores com o PPC e seu aprimoramento para a implementação de práticas pedagógicas inovadoras, pautadas na interdisciplinaridade e em atividades desenvolvidas nas comunidades, nas cidades, nas regiões de saúde ou junto às redes de gestão e atenção do SUS.

O desenvolvimento de competências comportamentais tem sido reconhecido como essencial para um cuidado em saúde seguro e de qualidade. Espera-se que os profissionais de saúde tenham atitudes de escuta, alteridade, empatia, comunicação e atenção aos riscos e eventos adversos. A educação na saúde tem papel estratégico nesse processo, quando promove o debate sobre comportamentos, atitudes e decisões que os profissionais devem ter na assistência em saúde.

Por sua vez, os estudantes são corresponsáveis nos processos de ensino-aprendizagem, desenvolvendo a curiosidade, formulando questões para a busca de respostas cientificamente consolidadas, construindo sentidos para a identidade profissional, com base na reflexão sobre as próprias práticas e no compartilhamento de saberes com profissionais da saúde e outras áreas do conhecimento. Neste cenário, devem ser observados o dinamismo das mudanças sociais e científicas que afetam o cuidado e a formação dos trabalhadores da saúde.

Importante que seja prevista a participação estudantil na estrutura dos PPC, seja nos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) ou por meio de outros mecanismos de cogestão. Sugere-se que as atividades complementares, de livre eleição pelos estudantes, contemplem os campos do ensino, pesquisa e extensão, além do ativismo comunitário e estudantil, o que possibilita educar cidadãos com capacidade para o pensamento crítico e transformação da realidade. A participação nas instâncias de participação social do SUS, no movimento estudantil e nas entidades de representação de categorias profissionais, por exemplo, possibilita aos discentes compreender o papel dos cidadãos, gestores, trabalhadores e controle social na elaboração da política de saúde brasileira.

O fortalecimento dos mecanismos de participação e organização estudantil no âmbito das instituições de ensino é fundamental para garantir a formação de profissionais críticos, colaborativos e conscientes de seu papel enquanto cidadãos e agentes de transformação da sociedade. Desta forma, a comunidade acadêmica deve estimular o fortalecimento e a independência de entidades estudantis como centros/diretórios acadêmicos, diretórios estudantis, executivas de curso, entre outros. A cultura de participação e democracia interna nas instituições de ensino é essencial para o avanço dos movimentos de transformação da formação em saúde e deve ser reforçada por meio da paridade entre os segmentos universitários nos espaços colegiados e pelo constante diálogo com movimentos sociais, gestores, trabalhadores, usuários e outros sujeitos da comunidade.

IX - Educação e Comunicação em saúde

Com as novas tecnologias que levam à formação de redes vivas de relações dinâmicas em frequentes transformações, os PPC das instituições de ensino precisam ser reorientados considerando, inclusive, o papel social dos cursos e das IES.

Uma dimensão importante a ser incluída nas DCN dos cursos de graduação diz respeito à Comunicação em Saúde, incorporando as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), em suas diferentes formas, pautada pela participação e diálogo, tendo em vista o bem-estar do indivíduo, famílias, grupos e comunidades, para interação a distância e acesso a bases remotas de dados. Fortalecer competências relacionadas à educação e à comunicação em saúde é primordial para profissionais que atuam/atuarão no âmbito do cuidado.

O compartilhamento de informações e a criação de instrumentos eficazes de comunicação são elementos fundamentais, produtores e indicadores da democracia na organização do trabalho em saúde e dispositivos para a garantia da segurança no cuidado em saúde. Comunidades de Práticas, por exemplo, são comprovadamente eficazes quando se abordam processos que exigem reflexão constante. Essa interação de pessoas, a partir das práticas vivenciadas na formação, atenção, gestão ou controle social, favorece o aprendizado coletivo e a construção de redes de informação e conhecimento.

Ressalte-se que estão disponíveis, atualmente, importantes ferramentas e estratégias que contribuem para a educação e a comunicação em saúde, tais quais o Sistema Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS), o Portal Saúde Baseada em Evidências, o Telessaúde Brasil Redes e o Portal de Periódicos da CAPES/MEC.

Considerando o caráter intersetorial da saúde e sua determinação social, a inter-relação comunicação e educação ("educomunicação") deve dialogar com todos os espaços da vida social, pois ela é central para a mobilização e participação da comunidade. O compartilhamento de informações em saúde traz responsabilidades para a população sobre sua saúde e a saúde coletiva. A "educomunicação" contribui para o crescimento e o aprimoramento do SUS, ao elevar a capacidade do exercício do controle social, possibilitando o diálogo com a sociedade sobre o direito constitucional à saúde, na lógica da seguridade social.

Estabelecer uma relação mais próxima entre a área da saúde e as mídias e canais alternativos de comunicação é fundamental, para que a educação em saúde seja um instrumento que permita aos estudantes, trabalhadores, gestores e população em geral se apropriarem das informações, contribuindo para o exercício pleno da cidadania.

X - Avaliação com caráter processual e formativo

Os cursos de graduação da área da saúde devem utilizar metodologias participativas e critérios para o acompanhamento e a avaliação dos processos de ensino-aprendizagem, desenvolvendo instrumentos que verifiquem a estrutura, os processos e os resultados, visando o contínuo aprimoramento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com seus três olhares que se completam e interligam: para as IES, para os cursos de graduação e para os estudantes, envolvendo na sua realização, portanto, gestores das instituições de ensino, docentes e discentes.

O processo avaliativo, na sua concepção formativa/emancipatória e como mecanismo fundamental de regulação e melhoria da qualidade da educação, desempenha um papel indutor fundamental para viabilizar mudanças na graduação, tendo em perspectiva a formação de profissionais aptos a prestar atenção à saúde de forma resolutiva e integral.

É essencial que a avaliação tenha caráter processual, contextual e formativo, com a utilização de instrumentos e métodos que avaliem conhecimentos, habilidades e atitudes, em um processo de construção dialógica, com reflexões coletivas que ofereçam diretrizes para a tomada de decisões e definição de prioridades. Deste modo, os processos avaliativos periódicos têm caráter abrangente, que incluem também a autoavaliação por parte de gestores, docentes e estudantes.

XI - Pesquisas e Tecnologias Diversificadas em Saúde

A promoção do pensamento científico e crítico e a produção de novos conhecimentos requerem: (1) utilização dos desafios do trabalho para estimular e aplicar o raciocínio científico, formulando perguntas e hipóteses e buscando dados e informações; (2) análise crítica de fontes, métodos e resultados, no sentido de avaliar evidências e práticas no cuidado, na gestão do trabalho e na educação de trabalhadores de saúde, pessoas sob seus cuidados, famílias e responsáveis; (3) identificação da necessidade de produção de novos conhecimentos em saúde, a partir do diálogo entre a própria prática, a produção científica e o desenvolvimento tecnológico disponíveis; e (4) favorecimento ao desenvolvimento científico e tecnológico direcionado para a atenção das necessidades de saúde individuais e coletivas, por meio da disseminação das melhores práticas e do apoio à realização de pesquisas de interesse da sociedade.

A gestão do cuidado deve ocorrer com o uso de saberes e dispositivos de todas as densidades tecnológicas. As tecnologias em saúde estão necessariamente atreladas ao cuidado em saúde. Elas são frequentemente entendidas apenas enquanto tecnologias duras, porém, as DCN devem expressar também uma formação direcionada à utilização das chamadas "tecnologias leves", os modos relacionais de atuação dos trabalhadores/equipes na produção da saúde, que se aplicam diretamente ao cuidado e que, portanto, propiciam o trabalho vivo em ato.

[...] o trabalhador, para atuar, utiliza três tipos de valises: uma que está vinculada a sua mão e na qual cabe, por exemplo, um estetoscópio, bem como uma caneta, papéis, entre vários outros tipos que expressam uma caixa de ferramentas tecnológicas formada por 'tecnologias duras'; outra que está na sua cabeça e na qual cabem saberes bem estruturados como a clínica ou a epidemiologia ou a pedagogia, que expressam uma caixa formada por 'tecnologias leve-duras'; e, finalmente, uma outra que está presente no espaço relacional trabalhador-usuário e que contém 'tecnologias leves' implicadas com a produção das relações entre dois sujeitos, que só tem existência em ato [...] (MERHY, 2006).

A inovação em saúde requer o fomento a pesquisas com ênfase na investigação das necessidades da comunidade, comunicação em saúde, organização dos serviços de saúde, experimentação de novos modelos de intervenção, avaliação da incorporação de novas tecnologias e desenvolvimento de indicadores que permitam melhor estimativa da resolubilidade da atenção. Este processo deve considerar a Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde, construída coletivamente e publicada pelo Ministério da Saúde, o que irá favorecer a produção de conhecimentos em áreas prioritárias para o desenvolvimento das políticas sociais e o estabelecimento de prioridades de pesquisa em saúde em consonância com os princípios do SUS.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Neste contexto, para além das pesquisas baseadas em evidências, é preciso que a investigação de problemas de saúde coletiva seja pautada nos pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa-ação e da pesquisa-intervenção, pois suas concepções engendram processos teórico-metodológicos que se constituem em dispositivos de transformação social.

XII - Formação presencial e carga horária mínima para cursos de graduação da área da saúde

Tendo em perspectiva a garantia da segurança e resolubilidade na prestação dos serviços de saúde à população brasileira, o Conselho Nacional de Saúde, por meio da já referida Resolução nº 515/2016, posicionou-se de forma contrária à autorização de todo e qualquer curso de graduação da área da saúde ministrado na modalidade de Educação a Distância (EaD), pelos prejuízos que tais cursos podem oferecer à qualidade da formação de seus profissionais, bem como pelos riscos que estes trabalhadores possam causar à sociedade, imediato, a médio e a longo prazos, refletindo uma formação inadequada e sem a necessária integração ensino-serviço-gestão-comunidade.

Não nos referimos aqui às oportunas Tecnologias de Informação e Comunicação em cursos de graduação na modalidade presencial, que, devidamente utilizadas, promovem e qualificam os processos pedagógicos na área da saúde.

Entretanto, ratificamos o posicionamento contrário à modalidade EaD na graduação em saúde. É fundamental que a formação dos trabalhadores da área ocorra na modalidade presencial, pois ela apresenta uma singularidade que inviabiliza a oferta de cursos a distância: a formação em saúde não pode ocorrer de forma dissociada do trabalho em saúde, ou seja, é imprescindível a integração entre o ensino, os serviços de saúde e a comunidade. A modalidade a distância desconsidera que a graduação em saúde requer interação constante entre os trabalhadores da área, estudantes e usuários dos serviços de saúde, para assegurar a integralidade da atenção, a qualidade e a humanização do atendimento prestado aos indivíduos, famílias e comunidades.

A formação na área da saúde não se limita a oferecer conteúdos teóricos. Para além dos conhecimentos requeridos para a atuação profissional, ela exige o desenvolvimento de habilidades e atitudes que não podem ser obtidas por meio da modalidade EaD, sem o contato direto com o ser humano, visto tratar-se de competências que se adquirem nas práticas inter-relacionais. O aprender a conhecer, e especialmente o aprender a ser, o aprender a fazer, e o aprender a viver juntos, não se viabilizam com a modalidade a distância. A aprendizagem significativa, que se realiza nos encontros e no compartilhamento de experiências, pressupõe convivência, diálogo e acesso a práticas colaborativas, essencialmente presenciais.

Desta forma, considerando o crescimento exponencial e desordenado, bem como os diagnósticos situacionais de cursos de graduação na modalidade a distância, que revelam um quadro incompatível para o adequado exercício profissional, reitera-se que a formação dos trabalhadores da área da saúde deve ser viabilizada por meio de cursos na modalidade presencial, buscando a qualificação do cuidado em saúde e a aprendizagem "no" e "para" o trabalho.

Neste sentido, as DCN devem expressar a necessidade de que a graduação dos trabalhadores da área da saúde ocorra por meio de cursos presenciais, considerando, ainda, que a maioria deles não preenche o número de vagas ofertadas, o que demonstra não apenas a impropriedade, como também a desnecessidade de cursos EaD na área da saúde.

Objetivando garantir uma formação profissional comprometida com a qualidade e necessidades em saúde da população, recomenda-se que a carga-horária total dos cursos de graduação da área da saúde deve ser de, no mínimo, 4.000 horas, em consonância com o disposto na Recomendação CNS nº 24, de 10 de julho de 2008.

Por fim, reafirmamos que a defesa pela formação presencial na área da saúde visa a segurança na realização de processos e procedimentos, referenciados nos mais altos padrões das práticas de atenção à saúde, de modo a evitar riscos, efeitos adversos e danos aos usuários, com base em reconhecimento clínico-epidemiológico e nas vulnerabilidades das pessoas e grupos sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Brasília: 2011. Diário Oficial da União, Poder Executivo, 29 de junho de 2011.

Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 8.754, de 10 de maio de 2016. Altera o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília: 2016. Diário Oficial da União, Poder Executivo, 11 de maio de 2016.

Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 2017.Diário Oficial da União, Poder Executivo, 26 de maio de 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 de setembro de 1990.

Ministério da Saúde. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 de dezembro de 1990.

Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996.

Presidência da República. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 de dezembro de 2012.

Presidência da República. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 de junho de 2014.

Presidência da República. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 de julho de 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Plano Nacional de Saúde - PNS 2016 - 2019. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Portaria GM/MS nº 1.060, de 5 de junho de 2002. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 de junho de 2002.

Portaria GM/MS nº 198, de 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 de fevereiro de 2004.

Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

Portaria GM/MS nº 971, de 3 de maio de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 4 de maio de 2006.

Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 de agosto de 2007.

Portaria GM/MS nº 1.944, de 27 de agosto de 2009. Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 de agosto de 2009.

Portaria GM/MS nº 1.600, de 7 de julho de 2011. Reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 de julho de 2011.

Portaria GM/MS nº 2.836, de 1 de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 de dezembro de 2011.

Portaria GM/MS nº 793, de 24 de abril de 2012. Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 de abril de 2012.

Portaria GM/MS nº 2.761, de 19 de novembro de 2013. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 de novembro de 2013.

Portaria GM/MS nº 529, de 1 de abril de 2013. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP). Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 de abril de 2013.

Portaria GM/MS nº 2.446, de 11 de novembro de 2014. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 de novembro de 2014.

Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA). Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

Portaria Interministerial nº 1.124, de 4 de agosto de 2015. Institui as diretrizes para a celebração dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES), para o fortalecimento da integração entre ensino, serviços e comunidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 de agosto de 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 287, de 08 de outubro de 1998. Brasília, DF. Relaciona categorias profissionais de saúde de nível superior para fins de atuação do CNS.

Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 350, de 09 de junho de 2005. Brasília, DF. Aprova critérios de regulação para a autorização e reconhecimento de cursos de graduação da área da saúde.

Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Recomendação nº 024, de 10 de julho de 2008.Brasília, DF. Recomenda ao Conselho Nacional de Educação a definição da carga horária total mínima de 4.000 horas integralizadas em no mínimo 4 (quatro) anos para os cursos de graduação da área da saúde que não se encontram contempladas no Parecer CES/CNE n.º 08/2007 e Resolução CES/CNE nº 02/2007.

Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 507, de 16 de março de 2016. Brasília, DF. Publica as propostas, diretrizes e moções aprovadas pelas Delegadas e Delegados na 15a Conferência Nacional de Saúde, com vistas a garantir-lhes ampla publicidade até que seja consolidado o Relatório Final.

Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 515, de 7 de outubro de 2016. Brasília, DF.

Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 3, de 20 de junho de 2014. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 de junho de 2014.

Ministério da Educação. Parecer CNE/CES nº 1.133/2001. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 de outubro de 2001.

Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022. Brasília, DF, 2011.

DALLARI, S.G. O Direito à Saúde. Revista de Saúde Pública, 1988.

FEUERWERKER, L.C.M. Micropolítica e saúde: produção do cuidado, gestão e formação. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014.

FREIRE, P. Educação como Prática da Liberdade. 19ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1989.

MERHY, E.E. O cuidado é um acontecimento e não um ato. In: Conselho Federal de Psicologia, I Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública: contribuições técnicas e políticas para avançar o SUS. Brasília-DF, 2006, p. 69-78.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE/OMS. Declaração de Alma-Ata. OMS, Alma-Ata, 1978.

ROSCHKE, M.A. Aprendizagem e conhecimento significativo nos serviços de Saúde. Tradução livre do original publicado no livro de EPS de Honduras. OPAS/OMS: Honduras, 1997, p. 140-161.

STARFIELD, B. Atenção Primária: Equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologias. Brasília: UNESCO/Ministério da Saúde, 2002.

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 203, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Santa Casa de Misericórdia, com sede em Santana do Livramento (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 104-SEI/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.496761/2017-32, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia, CNPJ nº 96.039.581/0001-44, com sede em Santana do Livramento (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 207, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação Hospital Maternidade São Camilo, com sede em Aracruz (ES).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 107-SEI/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.402635/2017-25, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Hospital Maternidade São Camilo, CNPJ nº 27.108.380/0001-39, com sede em Aracruz (ES).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 210, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Hospitalar de Clementina, com sede em Clementina (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 110-SEI/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.477056/2017-36, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Hospitalar de Clementina, CNPJ nº 44.441.079/0001-61, com sede em Clementina (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 28 de abril de 2018 à 27 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 217, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Hospital Dr. Otávio Gonçalves, com sede em Cachoeira de Pajeú (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 68/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.127794/2016-54, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital Dr. Otávio Gonçalves, CNPJ nº 18.932.277/0001-18, com sede em Cachoeira de Pajeú (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 20 de julho de 2017 à 19 de julho de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 444/SAS/MS, de 23 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 40, de 24 de fevereiro de 2017, Seção 1, página 78.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 218, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, com sede em Mogi Mirim (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 112/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.459830/2017-27, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, CNPJ nº 52.775.392/0001-64, com sede em Mogi Mirim (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 219, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Sociedade Beneficente Hospitalar Maravilha, com sede em Maravilha (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 114/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.189589/2015-00, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Sociedade Beneficente Hospitalar Maravilha, CNPJ nº 85.197.077/0001-56, com sede em Maravilha (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 222, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Redistribui a cota anual para cadastro de novos doadores voluntários de medula óssea (DVMO) do Estado do Rio de Janeiro -RJ.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 2.132/GM/MS, de 25 de setembro de 2013, que estabelece novos quantitativos físicos da manutenção regulada do número de doadores no Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME);

Considerando a Portaria nº 1.395/SAS/MS, de 5 de dezembro de 2014, que distribui a cota anual para cadastro de novos doadores voluntários de medula óssea (DVMO);

Considerando a Portaria nº 348/SAS/MS, de 17 de abril de 2015, que altera Anexos das Portarias nº 597/SAS/MS, de 17 de julho de 2014, nº 907/SAS/MS, de 17 de setembro de 2014, e nº 1.395/SAS/MS, de 5 de dezembro de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Unico de Saúde; e

Considerando a solicitação de redistribuição da cota anual para cadastro de doadores voluntários de medula óssea do estado do Rio de Janeiro, resolve:

Art. 1º Fica redistribuída a cota anual para cadastro de novos doadores voluntários de medula óssea do estado do Rio de Janeiro na forma do quadro a seguir:

Resolução CIB-RJ	Município/UF	Gestão	Laboratório	Número de Cadastros de DVMO/ano
Nº 4.771/2017	Rio de Janeiro/RJ	Estadual	Laboratório de Histocompatibilidade e Criopreservação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ CNES: 4046382	5.500
	Rio de Janeiro/RJ	Estadual	HEMORIO - Instituto Estadual de Hematologia Arthur de Siqueira Cavalcanti CNES: 2295067	5.000
	Rio de Janeiro/RJ	Municipal	Laboratório de Imunogenética do Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA) CNES: 2273470	3.500

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 229, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado do Tocantins, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017; que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Poratria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e documentos encaminhados pela Secretaria de Estado do Tocantins, por meio do Ofício nº 774/2018, resolve:

Art. 1º Fica remanejado os valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar referente ao Estado do Tocantins, com base nas Deliberações da Comissão Intergestores Bipartite nº 370, de 06 de dezembro de 2017.

§ 1º O total do recurso MAC anual do Estado Tocantins fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	R$ 266.673.873,90
Fundos Municipais de Saúde	R$ 122.168.321,79
TOTAL	R$ 388.842.195,69

§ 2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br

§ 3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC, por meio desta Portaria, não acarreta impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 3ª Parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 231, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

Reabilita Hospital União Oeste Paranaense de Estudos e Combate ao Câncer - UOPECCAN, localizado em Cascavel/PR como Centro de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - CACON com Serviço de Oncologia Pediátrica.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 140/SAS/MS, de 27 de fevereiro de 2014, que redefine os critérios e parâmetros para organização, planejamento, monitoramento, controle e avaliação dos estabelecimentos de saúde habilitados na atenção especializada em oncologia e define as condições estruturais, de funcionamento e de recursos humanos para a habilitação destes estabelecimentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite, por meio da Resolução nº 43, de 04 de abril de 2016; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral de Atenção Especializada/DAET/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica reabilitado o Hospital União Oeste Paranaense de Estudos e Combate ao Câncer - UOPECCAN, localizado em Cascavel/PR como Centro de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - CACON com Serviço de Oncologia Pediátrica (Código 17.13).

Estabelecimento - Município/UF	CNES	Habilitação	CNPJ
Hospital União Oeste Paranaense de Estudos e Combate ao Câncer - UOPECCAN - Cascavel/PR	2740338	CACON com Serviço de Oncologia Pediátrica	81.270.548/0001-53

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 232, DE 22 FEVEREIRO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado do Paraná, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII - Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde - da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título III da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e documentos encaminhados pela Comissão Intergestore Bipartite do Estado do Paraná, por meio do Ofício nº 003/2018, resolve:

Art. 1º Fica efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar referente ao Estado do Paraná, com base na Deliberação da Comissão Intergestores Bipartite nº 11 , de 26/01/2018.

§1º O total do recurso MAC anual do Estado do Paraná fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	R$ 1.051.696.418,15
Fundos Municipais de Saúde	R$ 1.590.583.970,33
TOTAL	R$ 2.711.356.793,91

§2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br

.§3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC por meio desta Portaria, não acarreta impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 2ª Parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 16, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 19, da Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB;

Considerando o que dispõe a Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015;

Considerando a publicação da Resolução nº 691, de 27 de setembro de 2017, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN; e

Considerando o que consta no processo administrativo nº 80000.033234/2017-29, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 04 (quatro) anos, a partir da publicação desta Portaria, nos termos do § 1º, do art. 10, da Resolução nº 691, de 2017, a pessoa jurídica Laboratório Contraprova Análises, Ensino e Pesquisas LTDA, inscrito no CNPJ nº 10.822.357/0001-09, sediado na Alameda São Boaventura, n° 726, Bairro: Fonseca, CEP: 24120-191 - Niterói/RJ, para realização de exame toxicológico com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias.

Art. 2º A credenciada registrará o resultado do exame toxicológico diretamente na Base do RENACH Nacional.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 25, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 19, da Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB;

Considerando o que dispõe a Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015;

Considerando a publicação da Resolução nº 691, de 27 de setembro de 2017, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN; e

Considerando o que consta no processo administrativo nº 80000.001995/2018-01, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 04 (quatro) anos, a partir da publicação desta Portaria, nos termos do § 1º, do art. 10, da Resolução nº 691, de 2017, a pessoa jurídica Labet Exames Toxicológicos LTDA, sediado na Estrada Tenente Marques, n°. 1818, lote 01-I, Galpões G06 e G07, Parque Panorama II (Fazendinha), CEP: 06.534-030, Santana de Parnaíba/SP, para realização de exame toxicológico com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias.

Art. 2º A credenciada registrará o resultado do exame toxicológico diretamente na Base do RENACH Nacional.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA, Nº 31, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos I e II do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e conforme o disposto no §1º do art. 4º da Resolução CONTRAN Nº 560, de 15 de outubro de 2015, bem como o que consta no Processo Administrativo nº 80000.002126/2018-95, resolve:

Art. 1º Integrar o Município de Pirenópolis no Estado de Goiás, por meio da Diretoria de Trânsito dentro da Estrutura da Secretaria Municipal de infraestrutura e Trânsito, ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 32, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 19, da Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB;

Considerando o que dispõe a Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015;

Considerando a publicação da Resolução nº 691, de 27 de setembro de 2017, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN; e

Considerando o que consta no processo administrativo nº 80000.000984/2018-03, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 04 (quatro) anos, a partir da publicação desta Portaria, nos termos do § 1º, do art. 10, da Resolução nº 691, de 2017, a pessoa jurídica LABORATÓRIO MAXILABOR DIAGNÓSTICOS LTDA, inscrito no CNPJ nº 03.941.124/0001-60, sediado à Rua Ponta Delgada, n° 57-65, Bairro: Vila Olímpia, CEP: 04548-020 - São Paulo/SP, para realização de exame toxicológico com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias.

Art. 2º A credenciada registrará o resultado do exame toxicológico diretamente na Base do RENACH Nacional.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 34, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 19, da Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB;

Considerando o que dispõe a Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015;

Considerando a publicação da Resolução nº 691, de 27 de setembro de 2017, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN; e

Considerando o que consta no processo administrativo nº 80000.002219/2018-10, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 04 (quatro) anos, a partir da publicação desta Portaria, nos termos do § 1º, do art. 10, da Resolução nº 691, de 2017, a pessoa jurídica Laboratório Morales LTDA, CNPJ sob n°. 05.934.885/0003-81, sediado na Rua Rodrigues Alves, n°. 172, Centro, Município: Lins, CEP: 16400-090 - São Paulo/SP, para realização de exame toxicológico com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias.

Art. 2º A credenciada registrará o resultado do exame toxicológico diretamente na Base do RENACH Nacional.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 35, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 19, da Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB;

Considerando o que dispõe a Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015;

Considerando a publicação da Resolução nº 691, de 27 de setembro de 2017, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN; e

Considerando o que consta no processo administrativo nº 80000.002045/2018-95, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 04 (quatro) anos, a partir da publicação desta Portaria, nos termos do § 1º, do art. 10, da Resolução nº 691, de 2017, a pessoa jurídica laboratório Chromatox LTDA, CNPJ sob n°. 14.877.243/0001-17, sediado na Rua Havaí, n°. 549, Sumaré, CEP: 01259-000 - São Paulo/SP, para realização de exame toxicológico com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias.

Art. 2º A credenciada registrará o resultado do exame toxicológico diretamente na Base do RENACH Nacional.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SUBSECRETARIA-GERAL DE COMUNIDADES BRASILEIRAS E DE ASSUNTOS CONSULARES E JURÍDICOS

DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS

DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O INSTITUTO RIO BRANCO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O INSTITUTO DIPLOMÁTICO SURINAME DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA DO SURINAME

O Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

e

O Instituto Diplomático Suriname do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Suriname,

doravante denominados "Partes",

Desejando estabelecer e desenvolver colaboração mutuamente benéfica para o treinamento na área de diplomacia e intercâmbio de conhecimento nas áreas do direito internacional, regras diplomáticas e outras disciplinas acadêmicas que são relevantes para o exercício da diplomacia e das relações internacionais, seja nas áreas política, econômica, cultural, financeira ou outra,

Chegaram ao seguinte entendimento:

ARTIGO 1

As Partes manterão intercâmbio de informações acerca de seus respectivos programas de estudo e outras atividades acadêmicas relevantes.

ARTIGO 2

As Partes facilitarão o intercâmbio de acadêmicos, conferencistas, especialistas e pesquisadores nas áreas de interesse comum. As Partes encorajarão aulas e apresentações, sobretudo pelos seus funcionários no âmbito de seus programas de treinamento.

ARTIGO 3

As Partes consultarão sobre as possibilidades de organizar cursos e seminários que poderão ter lugar alternativamente em Brasília e em Paramaribo.

ARTIGO 4

As Partes facilitarão o intercâmbio de suas respectivas publicações, bem como textos pertinentes de outras instituições públicas ou privadas nos seus respectivos países.

ARTIGO 5

As Partes intercambiarão informações relacionadas a atividades de interesse comum, levando em especial consideração a participação em encontros de caráter regional e internacional que envolvam academias e outras instituições acadêmicas que ofereçam treinamento para diplomatas.

ARTIGO 6

Cada Parte irá cumprir suas obrigações sob este Memorando de Entendimento em conformidade com a legislação de seus respectivos países. Este Memorando de Entendimento não será constituído como ou interpretado como um acordo internacional entre os Estados das Partes. Nenhuma provisão do presente Memorando de Entendimento será interpretado e implementado como criando direitos legais ou compromissos das Partes.

ARTIGO 7

O presente Memorando de Entendimento surtirá efeito na data de sua assinatura e será válido por três (3) anos. Exceto se uma das Partes notificar a outra de sua intenção de denunciar o Memorando de Entendimento, mediante comunicação escrita até pelo menos 90 (noventa) dias antes de data de sua expiração, a sua validade será renovada automaticamente por períodos de três (3) anos.

Assinado em Brasília, em 19 de fevereiro de 2018, em dois originais, nos idiomas português, holandês e inglês, todos os textos sendo igualmente válidos.

Pelo Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

ALOYSIO NUNES FERREIRA
Ministro das Relações Exteriores

Pelo Instituto Diplomático Suriname do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Suriname

YLDIZ POLLACK-BEIGHLE
Ministra dos Negócios Estrangeiros

ACORDO COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO SURINAME PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO "FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL PARA GESTÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS HÍDRICOS NO SURINAME"

O Governo da República Federativa da República do Brasil,

e

O Governo da República do Suriname
(doravante denominados Partes Contratantes),

CONSIDERANDO:

As relações de cooperação técnica fortalecidas ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Suriname, assinado em 22 de junho de 1976;

A mútua vontade de promover a cooperação técnica para o desenvolvimento; e

O fato de que a gestão de águas é de especial interesse para as Partes Contratantes;

Acordam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Acordo Complementar tem por objetivo implementar o Projeto "Fortalecimento institucional para gestão estratégica dos recursos hídricos no Suriname" (doravante referido como o Projeto), com o objetivo de revisar o marco legislativo, institucional e regulamentar existente e propor instrumentos destinados a alcançar a sustentabilidade do setor em longo prazo, a eficácia e eficiência na prestação de serviços, a qualidade e segurança da água potável e o acesso equitativo.

2.O Projeto abrangerá os objetivos, as atividades previstas, os resultados a serem alcançados e o orçamento.

3.O projeto será aprovado e assinado pelas instituições coordenadoras e as instituições executoras.

Artigo II

1.O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Acordo Complementar; e

b) a Agência Nacional de Águas (ANA) como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Acordo Complementar.

2.O Governo da República do Suriname designa:

a) o Ministério das Relações Exteriores como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Acordo Complementar; e

b) o Ministério dos Recursos Naturais como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Acordo Complementar.

Artigo III

1. O Governo da República Federativa do Brasil deverá:

a) designar e enviar técnicos brasileiros ao Suriname para realizar as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) tomar providências relativas à viagem de especialistas surinameses em missões técnicas ao Brasil;

c) fornecer apoio, equipamentos e materiais de treinamento para atividades de capacitação; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. O Governo da República do Suriname deverá:

a) designar técnicos surinameses para participar de cursos de capacitação;

b) disponibilizar instalações e infraestruturas adequadas para a execução das atividades do Projeto;

c) apoiar técnicos enviados pelo Governo brasileiro, fornecendo particularmente todas as informações disponíveis para a execução do Projeto;

d) garantir o pagamento dos salários e outras vantagens relacionadas ao cargo ou à função dos técnicos surinameses envolvidos no Projeto;

e) garantir que as iniciativas realizadas por técnicos do governo brasileiro sejam continuadas por técnicos da instituição executora do Suriname; e

f) monitorar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

Artigo IV

As Partes Contratantes compartilharão os custos decorrentes da implementação do presente Acordo Complementar, com base nos detalhes do Projeto.

Artigo V

Para a execução das atividades previstas no Projeto, em conformidade com o presente Acordo Complementar, as Partes Contratantes poderão buscar recursos de instituições públicas e privadas, organizações internacionais e agências de cooperação técnica, bem como de fundos de programas regionais e internacionais.

Artigo VI

O presente Acordo Complementar entra em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em vigor por três (3) anos, sendo renovado automaticamente por igual período até o cumprimento de seu objetivo, salvo disposição em contrário por qualquer uma das Partes Contratantes.

Artigo VII

1.As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto desenvolvido no âmbito do presente Acordo Complementar, que serão encaminhados às instituições coordenadoras.

2.Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no âmbito do presente Acordo Complementar serão de propriedade de ambas as Partes Contratantes. O idioma inglês será usado em documentos de trabalho e em versões oficiais. Em caso de publicação dos referidos documentos, as Partes Contratantes serão consultadas diretamente, notificadas e citadas no documento a ser publicado.

Artigo VIII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação do presente Acordo Complementar que possa surgir a partir da execução será resolvida por negociações diretas entre as Partes Contratantes por via diplomática.

Artigo IX

Quaisquer emendas ao presente Acordo Complementar serão realizadas em consenso mútuo entre as Partes Contratantes, por via diplomática, e entrarão em vigor na data que as Partes Contratantes acordarem mutuamente.

Artigo X

Qualquer uma das Partes Contratantes poderá manifestar sua intenção de denunciar o presente Acordo Complementar, por via diplomática. A denúncia surtirá efeito três (3) meses após o recebimento da notificação, caso em que as Partes Contratantes decidirão sobre a continuidade das atividades em execução.

Artigo XI

Nas questões não previstas no presente Acordo Complementar, serão aplicadas as disposições contidas no Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, assinado em 22 de junho de 1976.

Feito em Brasília, em 19 de fevereiro de 2018, em dois originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

ALOYSIO NUNES FERREIRA
Ministro das Relações Exteriores

Pelo Governo da República do Suriname

YLDIZ POLLACK-BEIGHLE
Ministra dos Negócios Estrangeiros

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 63, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 12, 19 e 20, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e o que consta do Processo nº 48300.000311/2018-58, resolve:

Art. 1º A Portaria MME nº 44, de 8 de fevereiro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º.....

§ 1º As Declarações de Necessidade, de que trata o caput, deverão ser apresentadas até 15 de março de 2018, na forma e modelo a serem disponibilizados na página do Ministério de Minas e Energia, na internet, no endereço eletrônico www.mme.gov.br.

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO COELHO FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.860, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003268/2015-83 Interessada: Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - Eletrosul. Objeto: alterar a Resolução Autorizativa n° 5.744, de 05 abril de 2016, que autorizou a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - Eletrosul a implantar reforços em instalações de transmissão sob sua responsabilidade, bem como estabeleceu os valores correspondentes das parcelas da Receita Anual Permitida - RAP. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.864, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.002011/2004-26. Interessado: Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. Objeto: prorrogar a vigência da outorga de autorização da UTE Flores, cadastrada sob o Código Único do Empreendimento de Geração (CEG) UTE.PE.AM.029192-7.01, com 95.400 kW de Potência Instalada, localizada no município de Manaus, estado do Amazonas, até a conclusão da obra e entrada em operação do 4° Transformador 230/69 kV - 150 MVA da Subestação Manaus, nos termos da Portaria MME nº 492, de 19 de dezembro de 2017. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.867, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.002546/2002-71. Interessado: Multifase Centrais de Energia do Brasil Ltda. Objeto: Revoga a Resolução Autorizativa nº 1.308/2008, que autorizou a Interessada, inscrita no CNPJ nº. 04.888.799/0001-55, a implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica Água Limpa Multifase, sob o regime de Produtor Independente de Energia Elétrica, localizada nos municípios de Mariluz e Alto Piquiri, estado do Paraná. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.869, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.004525/2017-66. Interessada: Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 34,5 kV Rede Coletora EOL São Bento do Norte III. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.874, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processos: 48500.002888/2012-52, 48500.002889/2012-05, 48500.003872/2015-18. Interessada: Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP. Objeto: (i) autoriza a Concessionária a realizar reforços nas instalações de transmissão sob sua responsabilidade; (ii) estabelece o valor da parcela adicional de Receita Anual Permitida - RAP correspondente, conforme Anexo I; e (iii) estabelece o cronograma de execução, conforme Anexo II. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 381, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nº 48500.005142/2017-13, decide: (i) conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista, em face da decisão proferida pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, referente à reclamação do Condomínio do Edifício Duque de Caxias, em virtude de classificação incorreta da unidade consumidora e, no mérito, negar-lhe provimento; (ii) determinar que CPFL Paulista efetue a devolução em dobro dos valores faturados a maior, na forma do regulamento vigente, decorrentes do erro de classificação das unidades consumidoras, referente ao período de 36 ciclos de faturamento imediatamente anteriores à constatação do erro, descontados os valores já pagos; (iii) determinar que esta decisão seja cumprida no prazo de 15 (quinze) dias a partir da sua publicação; e (iv) determinar que a CPFL Paulista encaminhe à ARSESP a comprovação do pagamento, no prazo de até 15 (quinze) dias a partir de sua efetivação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO N° 383, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005156/2016-48, decide conhecer do Pedido de Reconsideração interposto pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA em face da Resolução Homologatória nº 2.222, de 18 de abril de 2017, e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para estabelecer o ajuste financeiro de R$ 8.021.183,42 (oito milhões, vinte e um mil, cento e oitenta e três reais e quarenta e dois centavos), base de abril de 2017, a ser considerado no processo tarifário subsequente da Concessionária, atualizado pela SELIC.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO N° 389, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.000461/2018-13, decide indeferir o pedido da ATE VII - Foz do Iguaçu Transmissora de Energia S.A. para suspender a aplicação da Parcela Variável por Atraso (PVA) em decorrência do atraso na entrada em operação comercial das instalações de transmissão relativas ao Contrato de Concessão nº 13/2007.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

RETIFICAÇÃO

Na retificação do Despacho nº 282, de 2 de fevereiro de 2018, publicada no DOU, de 20 de fevereiro de 2018, Seção 1, p. 31, n. 34, onde se lê "48513.040836/2017-00" leia-se "48500.001362/2002-01". A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 415, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº 48500.003120/2008-10. Interessado: Eletrobras CGTEE Decisão: I - Suspender, a partir de 1º de janeiro de 2018, a operação comercial da unidade geradora UG1 da UTE Presidente Médici - Fase A. II - A suspensão da operação comercial é em caráter definitivo. Usina: UTE Presidente Médici - Fase A. Unidade Geradora: UG1, de 66.000 kW. Localização: Município de Candiota, Estado do Rio Grande do Sul. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO
Superintendente

DESPACHO Nº 416, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº 48500.001524/2015-06. Interessado: Parque Eólico Diamante III S.A. Decisão: Liberar a unidade geradora para início da operação em teste a partir de 24 de fevereiro de 2018. Usina: EOL Diamante III. Unidades Geradoras: UG3 de 2.500 kW. Localização: Municípios de Gentio do Ouro, estado da Bahia. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 409, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº 48500.000817/2018-19. Interessada: Central Hidrelétrica Salto das Flores S.A. Decisão: anuir à transferência do controle societário direto da interessada, atualmente exercido pela Grant Concessões e Participações Ltda., para as empresas Burkhart Participações Ltda e NDMBLS Participações e Investimentos Ltda. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

DESPACHO Nº 410, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº 48500.000856/2018-16. Interessada: Barra do Braúna Energética S.A. Decisão: anuir à proposta de alteração do Estatuto Social da Interessada para redução de capital no valor de até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO Nº 422, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Processos: 48500.005750/2015-58 e 48500.004186/2017-18. Interessados: Concessionárias e Permissionárias de Distribuição e Consumidores do Sistema Interligado Nacional. Decisão: Fixar a bandeira tarifária verde com vigência no mês de março de 2018, nos termos da versão 1.4 do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET e na Decisão proferida pela Diretoria Colegiada na instauração da Audiência Pública n° 61/2017. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 413, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e de acordo com o que consta no Processo nº 48500.004592/2015-19, decide aprovar o Custo Variável Unitário - CVU no valor de R$ R$ 950,41/MWh (novecentos e cinquenta e reais e quarenta e um centavos), para aplicação no processo de contabilização do mês de janeiro de 2018 na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, com vistas ao ressarcimento dos custos variáveis à Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte pela geração da UTE Araguaia (Código CEG: UTE.PE.MT.035090-7.01).

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do(s) produto(s) abaixo, das empresas relacionadas:

Nº 262	FÁBRICA-QUÍMICA PETRÓLEO E DERIVADOS LTDA. - CNPJ nº 05.853.347/0001-09					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000224/2018 - 16	GIRUX ORDENHADEIRA	ISO 68		ÓLEO LUBRIFICANTE	10487
Nº 263	INCOL-LUB INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - CNPJ nº 04.338.434/0001-57					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000397/2018 - 34	INCOL MOTOR HWS	SAE 20W50	API CH4	ÓLEO LUBRIFICANTE	5381
	48600.000398/2018 - 89	INCOL HWS TOP CI-4	SAE 15W40	API CI-4	ÓLEO LUBRIFICANTE	12888
	48600.000395/2018 - 45	INCOL HWS ELITE CJ-4	SAE 15W40	API CJ-4	ÓLEO LUBRIFICANTE	18734
	48600.000396/2018 - 90	INCOL MOTOR HWS	SAE 20W40	API CH4	ÓLEO LUBRIFICANTE	5381
	48600.000396/2018 - 90	INCOL MOTOR HWS	SAE 15W40	API CH4	ÓLEO LUBRIFICANTE	5381
Nº 264	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - CNPJ nº 34.274.233/0001-02					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000168/2018 - 10	LUBRAX GRANS JD	SAE 10W30	API SN	ÓLEO LUBRIFICANTE	18735
Nº 265	REGELUB LUBRIFICANTES LTDA - CNPJ nº 01.084.176/0001-31					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000320/2018 - 64	GT OIL ATF	SAE 20	TASA (TIPO A SUFIXO A)	ÓLEO LUBRIFICANTE	3325
Nº 266	SIGLA-OIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP - CNPJ nº 14.993.396/0001-20					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.004013/2017 - 71	MOTOR'S PRIME GOLDEN MAX	SAE 15W40	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	18214
	48600.004013/2017 - 71	MOTOR'S PRIME GOLDEN MAX	SAE 40	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	18214
	48600.004013/2017 - 71	MOTOR'S PRIME GOLDEN MAX	SAE 20W50	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	18214
Nº 267	TECLUB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA. - CNPJ nº 00.616.970/0001-16					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000106/2018 - 16	MAXON OIL TOP PREMIUM 4T	SAE 15W50	API SL/JASO MA2	ÓLEO LUBRIFICANTE	18736
	48600.000107/2018 - 52	MAXON OIL TECSYN 4T	SAE 10W30	API SN/JASO MA2	ÓLEO LUBRIFICANTE	18737

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 135, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.005316/2013-69, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da USINA GRANELLI LTDA., CNPJ nº 56.624.174/0001-80, com capacidade de produção de 48 m³/dia de etanol hidratado, localizada na Fazenda São Benedito, s/n, Paraisolândia, Charqueada - SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica a empresa obrigada a atender ao prazo estabelecido na Resolução ANP nº 26/2012 ou outra que venha substituí-la, referente à apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal, sob pena de cancelamento ou revogação desta autorização.

Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP nº 551, de 21/06/2013, publicada no DOU de 24/06/2013.

Art. 4º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO Nº 261, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelas Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.200702/2017-96, nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, torna público o seguinte ato:

Fica revogada a Autorização ANP nº 621, de 26/12/2012, publicada no DOU de 27/12/2012, outorgada à empresa SABARÁLCOOL S.A. AÇÚCAR E ÁLCOOL, CNPJ nº 76.509.611/0001-21, referente à planta produtora de etanol "Sabarálcool S/A - Açúcar e Álcool - Matriz", com capacidade de produção de 360 m³/d de etanol hidratado e 210 m³/d de etanol anidro, situada no Lote Rural, 23, Distrito de Ivailândia em Engenheiro Beltrão - PR, em função de requerimento da própria empresa.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

CARLOS ORLANDO ENRIQUE DA SILVA

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO Nº 134, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 49, de 30 de novembro de 2016 e da Resolução ANP nº 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.000087/2017-10, autoriza a empresa LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S.A., CNPJ n.º 60.886.413/0066-92, a operar a base de armazenamento de GLP, envasado e a granel, localizada na AV ERNESTO IGEL, 2928, 2984, BONFIM, CEP 13.147-070, PAULINIA/SP. [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -22:43:06.200; -47:08:32.000 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 2637,18 m³ (1117,43 t).

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 268, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/BA0185291	AUTO POSTO DE COMBUSTIVEIS BARREIRINHAS LTDA - ME	28.217.200/0001-10	48610.001135/2018-78
PR/MG0185253	BICUDO CENTER LTDA - ME	11.211.524/0001-48	48610.001655/2018-81
PR/MT0185252	CMJ COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP	27.277.039/0001-07	48610.001658/2018-14
PR/AP0185272	CONCESSIONARIA ROCHA & OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP	24.995.676/0002-01	48610.013180/2017-94
PR/PA0185332	DIELI SABRINA SALVATTI EIRELI - ME	26.200.911/0001-56	48610.011904/2017-65
PR/PI0185254	J L CARVALHO DA SILVA EIRELI - ME	04.661.353/0002-74	48610.005785/2017-10
PR/AP0185311	M Q DOS SANTOS EIRELI - ME	22.767.307/0001-55	48610.001667/2018-13

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR/PR0185251	MABELY LUPEPSA PAGNUSSAT - ME	28.151.255/0001-74	48610.001012/2018-37
PR/RO0185273	MENDONCA & TESTONI COMBUSTIVEIS LTDA - EPP	20.675.006/0001-76	48610.000008/2018-51
PR/GO0185255	MORRO AGUDO PETROLEO E DERIVADOS LTDA - EPP	27.260.551/0001-40	48610.014784/2017-58
PR/SC0185331	POSTO AGRICOPEL LTDA.	83.488.882/0044-43	48610.001666/2018-61
PR/PA0185258	R. L. DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - EPP	27.719.948/0001-58	48610.001665/2018-16
PR/PB0185271	REDE LUCENA 2 COREMENSE DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA - EPP	27.170.113/0001-91	48610.012100/2017-83
PR/AM0185257	RUBI COMERCIO DE PETROLEO LTDA - ME	20.703.180/0001-85	48610.001148/2018-47
PR/BA0185256	SINAI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME	28.318.597/0001-36	48610.015022/2017-79

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 269, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,com base no Art. 7°, IV, da Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, torna público o cancelamento, POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/SP0114642	AUTO POSTO DESTK LTDA	10.323.068/0001-65	48610.006316/2012-03
PR/RO0085463	AUTO POSTO GOTARDI LTDA.	11.290.609/0003-20	48610.010829/2010-49
PR/AL0172097	CAVALCANTE & BARROS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME	19.740.812/0001-00	48610.009648/2015-84
PR/MS0031715	ILARINO OLIVEIRA DE SOUZA & CIA LTDA. - EPP	05.086.576/0001-37	48610.002418/2003-51
PR/SP0139842	J. ARAUJO & CARVALHO LTDA.	00.835.226/0003-74	48610.007097/2013-52
PR/AM0179107	M C D CARVALHO & CIA LTDA	02.748.653/0009-36	48610.011715/2004-78
PR/BA0162334	MAGALHAES COMERCIAL DE DERIV. PETROLEO E SERVIÇOS LTDA	04.741.011/0001-83	48610.007324/2003-78
PR/PA0015972	POSTO CHICO MACHADO LTDA.	83.890.392/0001-39	48610.016227/2001-12
PR/SC0016427	POSTO MAIOCHI TREVO LTDA	75.792.010/0001-06	48610.017263/2001-95
PR/RS0211039	POSTO NONEMACHER BRASIL LTDA	94.961.158/0001-71	48610.005498/2007-21
PR/RS0173263	SAGRES COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP	89.774.699/0005-84	48610.012386/2015-35
PR/GO0173013	TUDO COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME.	11.785.369/0001-73	48610.011896/2015-95
PR/RS0013446	V. BASSANI & CIA LTDA.	88.464.144/0001-40	48610.012730/2001-91
PR/GO0140164	VALE COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	15.495.365/0001-01	48610.007308/2013-57
PR/PE0082666	WALLACE CARVALHO DE ARRUDA	05.989.806/0001-78	48610.006141/2010-64

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 270, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/PA0243948	A. F. ZAPAROLE GONÇALVES - EIRELI	19.181.864/0002-66	48610.001047/2018-76
GLP/PR0243949	ADAILSON MIRANDA - COMERCIO DE GAS - ME	12.956.957/0001-95	48610.014305/2017-01
GLP/MT0243950	ADRIANNY ALVES DE FREITAS 05377151186	28.497.125/0001-98	48610.001077/2018-82
GLP/PR0243951	AILTON DA SILVA COMERCIO DE GAS - ME	28.646.231/0001-96	48610.001048/2018-11
GLP/PR0243952	ALCARAS E SOARES COMERCIO DE GAS LTDA.- ME	28.118.642/0001-09	48610.000047/2018-59
GLP/RN0243953	ALRIBERTO DE SOUZA MAIA - ME	24.954.292/0007-55	48610.014310/2017-14
GLP/MT0243954	AMARILDO RODRIGUES PINHEIRO 72472367953	28.308.254/0001-90	48610.000117/2018-79
GLP/SC0243955	ANA CAROLINA SOARES ZAMPIVA 06194123990	29.221.450/0001-96	48610.001028/2018-40
GLP/SP0243956	ANDERSON RAFAEL DOS SANTOS 39077633863	28.400.884/0001-90	48610.000869/2018-30
GLP/SP0243957	BRUNO HENRIQUE PINHO PEREIRA 43317490888	29.229.398/0001-14	48610.001026/2018-51
GLP/RS0243958	CARLITO MEDINGER 13041398087	28.044.209/0001-76	48610.015293/2017-24
GLP/MG0243959	CARLOS EDUARDO HORACIO DE BARROS 10027683737 - ME	29.258.689/0001-30	48610.001029/2018-94
GLP/PR0243960	CLAUDENICE CANDIDO DA SILVA - ME	26.822.091/0001-34	48610.013117/2017-58
GLP/MG0243961	CLEITO SOARES SANTOS 07155134600	26.608.390/0001-70	48610.015330/2017-02
GLP/MS0243962	CLENILSON SILVEIRO DE SOUZA 03062472910	17.835.096/0001-00	48610.015291/2017-35
GLP/SP0243963	COMERCIAL SAMID LTDA - ME	65.405.698/0001-70	48610.012403/2015-34
GLP/SP0243964	D P GARCIA ME	28.513.635/0001-01	48610.000877/2018-86
GLP/MT0243965	DANILO MENEZES DHOLANDA 02515144128	28.541.622/0001-46	48610.001075/2018-93
GLP/MT0243966	DARLENE ALVES DE SOUSA 01178305180	27.858.605/0001-74	48610.013362/2017-65
GLP/ES0243967	DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E GAS PEÇANHA EIRELI - ME	03.996.563/0001-70	48610.001074/2018-49
GLP/TO0243968	DISTRIBUIDORA DE GAS CORREA LTDA - EPP	19.972.394/0006-82	48610.014992/2017-57
GLP/MG0243969	DISTRIBUIDORA OURO VERDE OB LTDA	28.215.264/0001-81	48610.015319/2017-34
GLP/MT0243970	DOUGLAS DE AGUIAR MARQUES 21762628830	29.094.961/0001-94	48610.001076/2018-38
GLP/AM0243971	E NASCIMENTO DO AMARAL COMERCIO EPP	27.603.064/0001-33	48610.000878/2018-21
GLP/GO0243972	EDNALDO FERREIRA DA ROCHA	14.722.971/0001-50	48610.015057/2017-16
GLP/MA0243973	ELTON DE SOUSA LOPES 04204359302	27.264.723/0001-54	48610.014326/2017-19
GLP/MA0243974	F DE A S CAMPOS EIRELI - ME	23.321.280/0001-35	48610.000209/2018-59
GLP/PA0243975	FERNANDO AGUIAR MACIEL 83983597220	27.350.098/0001-63	48610.001078/2018-27
GLP/DF0243976	FJ COMERCIAL DE GAS LTDA - ME	28.076.979/0001-09	48610.013745/2017-33
GLP/MG0243977	FLAVIO FURTADO ROSA 05812430640	26.806.093/0001-30	48610.001023/2018-17
GLP/CE0243978	FRANCISCO GLAUBER CHAVES 06183086363	29.031.529/0001-54	48610.001066/2018-01
GLP/MS0243979	FRANCISCO GONCALVES DE QUEIROS - ME	28.829.594/0001-67	48610.000128/2018-59
GLP/PI0243980	FRANCISCO ISAQUIEL ALVES DE SOUSA - ME	27.943.569/0001-47	48610.000082/2018-78
GLP/AP0243981	G M RODRIGUES - ME	29.308.397/0001-65	48610.000870/2018-64
GLP/SP0243982	GUILHERME HENRIQUE CREMONEZI COMERCIAL DE GAS E AGUA - ME	28.379.077/0001-33	48610.001062/2018-14
GLP/GO0243983	GUSTAVO HEMRIQUE MENDONCA SOUZA 04690741166	28.529.810/0001-59	48610.000053/2018-14
GLP/SP0243984	J. DE S NASCIMENTO COMERCIO DE GAS - ME	28.728.473/0001-29	48610.015000/2017-17
GLP/MT0243985	J VALERIANO DE OLIVEIRA - ME	28.802.097/0001-75	48610.000868/2018-95
GLP/MT0243986	J. W DE FREITAS - ME	26.537.572/0002-89	48610.015338/2017-61
GLP/ES0243987	JEANIA DOS SANTOS FERREIRA RIGGIO 05529626785	27.774.542/0001-78	48610.014625/2017-53
GLP/MG0243988	JHONATA VANTUIL SILVA 13053506696	28.862.606/0001-55	48610.000116/2018-24
GLP/PR0243989	JOSÉ AMILTON DA SILVA 00648526950	24.608.644/0001-25	48610.013399/2017-93
GLP/PA0243990	JOSE CARLOS RIBEIRO MESQUITA 67889310200	27.380.602/0001-78	48610.013115/2017-69
GLP/PB0243991	JOSE CARLOS RODRIGUES VELOSO 07855148485	24.544.987/0001-73	48610.000076/2018-11
GLP/SP0243992	JURACI AGUIAR DE ALMEIDA SOBRINHO COMERCIO DE GAS - ME	28.417.752/0001-71	48610.001115/2018-05
GLP/MS0243993	KEILA DA SILVA CARIDADE 00945260105	23.579.909/0001-41	48610.001020/2018-83
GLP/SC0243994	KI-BARATO SUPERMERCADO EIRELI EPP	28.967.695/0001-02	48610.000057/2018-94
GLP/MT0243995	L A DE SOUZA DISTRIBUIDORA, CONVENIENCIA E ATACADISTA - ME	27.418.910/0001-45	48610.001110/2018-74
GLP/PA0243996	L VENANCIO BARBOSA ME	28.374.078/0001-95	48610.000876/2018-31
GLP/SP0243997	MARCOS ROBERTO MARRARA LORDELLO 37429259898	27.722.574/0001-20	48610.001073/2018-02
GLP/MG0243998	MARIA ISTELA ALVES DE AQUINO 05879993655	28.828.700/0001-98	48610.000050/2018-72
GLP/SE0243999	MARISE SANTOS DE OLIVEIRA 07892235540	29.222.887/0001-44	48610.001056/2018-67
GLP/DF0244000	MASTER GAS EIRELI - ME	29.139.194/0001-92	48610.001068/2018-91
GLP/MG0244001	MAURCIO PEREIRA DE FARIA CPF 93071442653 ME	28.302.623/0001-38	48610.015095/2017-61
GLP/SP0244002	MERCADO SOARES DE CAMPOS LTDA - ME	08.627.845/0001-13	48610.001019/2018-59
GLP/SP0244003	MICHELE DE OLIVEIRA SANTOS TEIXEIRA DE SOUZA - ME	27.148.110/0001-51	48610.001030/2018-19
GLP/MT0244004	MONICA CRISTINA DA SILVA NASCIMENTO 00594607175	27.290.531/0001-12	48610.000075/2018-76
GLP/ES0244005	NUNES E LOYOLLA LTDA - ME	10.887.448/0001-22	48610.014622/2017-10
GLP/SP0244006	PAMELA GEYER DESSIYEH - ME	21.890.623/0001-57	48610.000741/2018-76
GLP/MG0244007	PEDRO BENEDITO DE AZEVEDO	41.700.873/0001-94	48610.015284/2017-33
GLP/MT0244008	PETROCIAM FELIPE DA SILVA 08730216494	23.317.285/0001-94	48610.013527/2017-07
GLP/SP0244009	RBR BARAO DISTRIBUIDORA DE GLP LTDA - EPP	28.719.551/0001-29	48610.000810/2018-41
GLP/SP0244010	RENATO CORREA DE FREITAS E CIA LTDA - ME	28.200.531/0001-47	48610.013317/2017-19
GLP/PI0244011	REVENDEDORA DE GAS REIS LTDA - ME	26.705.803/0001-35	48610.001108/2018-03
GLP/ES0244012	RF MANUTENCAO E REPARACAO LTDA ME	18.034.433/0001-23	48610.014892/2017-21
GLP/SP0244013	RIBEIRO E TAGLIOLATTO DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA. - ME	26.684.396/0001-27	48610.015283/2017-99
GLP/ES0244014	RIEGO GUASTTI DOS SANTOS 17531383705	28.645.112/0001-19	48610.001061/2018-70
GLP/GO0244015	ROBERTO CARRIJO DE MIRANDA 15486095104	28.642.796/0001-03	48610.001079/2018-71
GLP/AP0244016	ROSINALDO R. RABELO - ME	28.527.543/0001-80	48610.014589/2017-28
GLP/PR0244017	ROSSO ROSSO & SOUZA LTDA ME	09.555.972/0001-17	48610.015258/2017-13
GLP/PI0244018	SAMUEL LACERDA SILVA - ME	10.587.606/0012-81	48610.001022/2018-72
GLP/RS0244019	SERGIO RICARDO DE VARGAS 39747425068	28.965.420/0001-21	48610.001111/2018-19
GLP/RS0244020	SERRA AZUL ITACOLOMI LTDA ME	08.218.237/0001-55	48610.004598/2017-19
GLP/PE0244021	SILVA SANTOS COMERCIO VAREJISTA DE GAS LTDA EPP	26.740.176/0001-73	48610.008270/2017-63
GLP/PA0244022	SOL NASCENTE COMERCIO DE PETROLEO LTDA - EPP	13.698.973/0004-30	48610.013959/2017-18
GLP/MG0244023	SUELI TEOFILO ALVES - ME	28.619.780/0001-71	48610.001033/2018-52
GLP/MT0244024	TIAGO DE REZENDE INACIO 03714135162	28.791.686/0001-03	48610.000099/2018-25
GLP/MT0244025	VANDERLEY GONCALVES DE MATOS 88677184104	27.758.570/0001-00	48610.013118/2017-01
GLP/MG0244026	VERA LUCIA ALVES RIBEIRO FARIA 82861072687	22.921.262/0001-21	48610.000881/2018-44
GLP/SP0244027	VILMA LUCIA GONCALVES AGULHARE - ME	08.216.041/0001-21	48610.013972/2017-69
GLP/MG0244028	XAMA GAS LTDA - ME	06.120.569/0001-77	48610.001035/2018-41

CEZAR CARAM ISSA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 271, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004 ,com base no Art. 30, da Resolução ANP nº51 de 30 de novembro de 2016, torna público o cancelamento, POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/SP0234385	ACF DE SOUZA - GÁS - ME	23.547.810/0001-68	48610.005285/2016-99
GLP/RS0222784	ADRIELI PEDON - ME	17.039.217/0001-08	48610.009996/2013-90
GLP/MG0210893	ANTONIO LEONEL LACERDA RIBEIRO 57037167649	13.399.889/0001-73	48610.011415/2011-18
001/GLP/MA0012432	ARLINDO CARLOS VERA	06.701.742/0002-01	48610.002996/2007-11
GLP/SP0185548	ARNOM SAMPAIO BOTELHO COMÉRCIO DE GÁS E ÁGUA	10.821.311/0001-75	48610.004870/2010-86
GLP/BA0212818	BELA VISTA COMERCIO DE GAS LTDA ME	13.869.310/0001-99	48610.014776/2011-16
GLP/MG0228254	DIEMERSON RIBEIRO DE PAULA 09471673666	19.681.702/0001-06	48610.011270/2014-06
001/GLP/ES0016250	DISTRIBUIDORA DE AGUA MINERAL E REVENDEDORA DE GAS MOULIN EIRELI - ME.	35.996.412/0001-08	48610.009347/2007-41
GLP/RN0216752	EGLICIO¿S COMERCIO E SERVICOS DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	13.709.255/0001-70	48610.005962/2012-45
GLP/SP0208227	F. F. DUARTE DA SILVA - COMERCIO VAREJISTA DE GAS DE COZINHA E AGUA MNINERAL - ME	13.411.948/0001-81	48610.007515/2011-40
GLP/CE0218066	FREDERICO UCHOA DA SILVA	15.556.382/0001-01	48610.010765/2012-48
001/GLP/BA0002928	GENIVAL CORDEIRO DA SILVA	04.297.146/0001-00	48610.000915/2005-86
GLP/SC0233216	GEOVANE FERNANDES DOS SANTOS 06977307943	23.576.394/0001-26	48610.001920/2016-69
GLP/MG0236669	GILSON RUAS SOUZA 11396231684	25.112.159/0001-29	48610.011315/2016-04
GLP/PR0236613	GLAISON DOS SANTOS GAIA 10278840914	24.502.433/0001-03	48610.009625/2016-51
GLP/SC0236230	GLORIA SILVEIRAQ REUS	24.722.693/0001-94	48610.010211/2016-74
GLP/MT0187769	IMPERIAL GAS LTDA - EPP	37.508.074/0001-43	48610.009969/2010-74
GLP/SC0172890	J.B. COMERCIO DE GAS LTDA.	73.591.802/0004-30	48610.009785/2008-90
GLP/BA0229996	JI COMÉRCIO DE GÁS LTDA	13.217.244/0002-53	48610.003701/2015-33
GLP/GO0176018	JM DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA ME	01.978.009/0001-34	48610.014335/2008-19
GLP/PR0234563	JOEL MENDES 64514633968	24.376.368/0001-17	48610.005736/2016-98
GLP/MT0241454	JOSE ALVES MARTINS	17.803.822/0001-03	48610.009344/2017-89
001/GLP/PE0005419	JOSE ROBERTO DA SILVA FERREIRA - ME.	06.987.108/0001-04	48610.007035/2005-31
GLP/RS0220194	LEAO & BIAGGI LTDA - ME	11.259.625/0001-99	48610.002943/2013-48
GLP/CE0230602	LUCIENE DE AZEVEDO BANDEIRA ME	22.143.415/0001-57	48610.007778/2015-82
GLP/MG0213737	MERCEARIA VILA VASSALO LTDA ME	22.718.217/0001-74	48610.002136/2012-44
GLP/SP0235333	MINIMERCADO BARRCÃO LTDA ME	09.570.659/0001-58	48610.007784/2016-11
GLP/TO0204590	NIVALDO PEREIRA DE SOUZA	00.059.497/0001-13	48610.015461/2010-13
GLP/AM0206838	RONAN GAMA FOGAÇA	09.153.226/0002-88	48610.004671/2011-59
GLP/MG0221063	ROSANIA JOANA DA SILVA SOUZA 06471814607	17.302.877/0001-30	48610.005273/2013-11
GLP/SP0171809	SEBASTIAO MOYSES DE ANDRADE ME	01.001.820/0001-60	48610.008555/2008-11
GLP/SP0221396	SOROCABA GAS COMERCIO DE GAS LTDA	17.666.051/0001-50	48610.005286/2013-91

CEZAR CARAM ISSA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 40/2018-SEDE - DF

Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
896.004/2006-GRAMABRIL - GRANITOS E MÁRMORES BEIRA RIO LTDA.-O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, por decisão judicial AUTORIZA a indisponibilidade de direitos minerários, em abster de conceder qualquer tipo de Licenciamento, Portaria de lavra ou Guia de Utilização, de titularidade de GRAMABRIL GRANITOS E MÁRMORES BEIRA RIO LTDA - CNPJ 00.323.032/0001-28, conforme Decisão Judicial do processo nº 0006897-35.2010.4.02.5001, expedido pelo Juiz de Direito Dr. Rodrigo Reiff Botelho da 3ª Vara Federal Cível de Vitória, Estado do Espírito Santo.
Fase de Concessão de Lavra
Autoriza averbação do contrato de Arrendamento Total da concessão de lavra(449)
851.211/1980-MINERAÇÃO VILA NOVA LTDA-Arrendatário:HANNAVILA NOVA FERROUS LTDA.- CNPJ 15.008.209/0001-79 - Termino do arrendamento: 30 (TRINTA) anos a partir da averbação pelo DNPM.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(557)
001.492/1936-CARBONIFERA METROPOLITANA SA-MANIFESTO DE MINA Nº 461/1936- Cessionário:815.583/2017-INDÚSTRIA CARBONIFERA RIO DESERTO LTDA.- CNPJ 83.286.500/0001-69
Autoriza a averbação dos atos de penhora de direitos minerarios(1934)
Exequente:JOACI GOMES- CPF ou CNPJ - DNPM 001.663/1937-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA-Manifesto de Mina N° 712.01/1937
Exequente:JOACI GOMES- CPF ou CNPJ - DNPM 166.301/1937-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA-Manifesto de Mina N° 712.01/1937
Exequente:JOACI GOMES- CPF ou CNPJ - DNPM 166.302/1937-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA-Manifesto de Mina N° 712.01/1937
Exequente:JOACI GOMES- CPF ou CNPJ - DNPM 166.303/1937-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA-Manifesto de Mina N° 712.01/1937
Exequente:JOACI GOMES- CPF ou CNPJ - DNPM 166.304/1937-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA-Manifesto de Mina N° 712.01/1937
Exequente:JOACI GOMES- CPF ou CNPJ - DNPM 166.305/1937-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA-Manifesto de Mina N° 712.01/1937
Exequente:JOACI GOMES- CPF ou CNPJ - DNPM 166.306/1937-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA-Manifesto de Mina N° 712.01/1937
Exequente:JOACI GOMES- CPF ou CNPJ - DNPM 166.307/1937-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA-Manifesto de Mina N° 712.01/1937
Exequente:JOACI GOMES- CPF ou CNPJ - DNPM 166.308/1937-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA-Manifesto de Mina N° 712.01/1937
Exequente:JOACI GOMES- CPF ou CNPJ - DNPM 166.309/1937-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA-Manifesto de Mina N° 712.01/1937
Exequente:JOACI GOMES- CPF ou CNPJ - DNPM 166.310/1937-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA-Manifesto de Mina N° 712.01/1937
Exequente:JOACI GOMES- CPF ou CNPJ - DNPM 166.311/1937-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA-Manifesto de Mina N° 712.01/1937
Exequente:JOACI GOMES- CPF ou CNPJ - DNPM 166.312/1937-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA-Manifesto de Mina N° 712.01/1937
Exequente:JOACI GOMES- CPF ou CNPJ - DNPM 166.313/1937-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA-Manifesto de Mina N° 712.01/1937
Exequente:SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE EXTRAÇÕES, BENEFICIAMENTOS E COMÉRCIO DE MARMORE, GRANITOS E CALCÁRIO DO ESPÍRITO SANTO- CPF ou CNPJ - DNPM 896.402/2001-GRANVIERI GRANITOS VIEIRA LTDA-Portaria de Lavra N° 125/2005
Exequente:JOACI GOMES- CPF ou CNPJ - DNPM 815.706/2004-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA-Manifesto de Mina N° 712.01/1937
Fase de Requerimento de Licenciamento
Nega a averbação de transferência de direitos - Sucessão Causa Mortis(1956)
860.406/2015-FRANCISCO RUFINO DE CARVALHO

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 41/2018-SEDE - DF

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)
832.090/2016-PEDREIRA MG LTDA-ALVARÁ N°1210/2018-Destacado do DNPM 832.371/2012-ALVARÁ N°7928/2015-Vencimento em 14/09/2018
826.557/2017-CUNHAMAIS TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES EIRELI ME-ALVARÁ N°1211/2018-Destacado do DNPM 826.054/2016-ALVARÁ N°2714/2016-Vencimento em 22/07/2018
826.600/2017-CLAUDETE TEREZINHA BOSCARDIN-ALVARÁ N°1212/2018-Destacado do DNPM 826.001/2016-ALVARÁ N°4244/2016-Vencimento em 02/05/2018
830.817/2017-GUILHERME CHAVES DE ANDRADE-ALVARÁ N°1213/2018-Destacado do DNPM 832.747/2009-ALVARÁ N°4476/2016-Vencimento em 11/05/2019
831.948/2017-SILICON MINING EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-ALVARÁ N°1214/2018-Destacado do DNPM 832.751/2016-ALVARÁ N°3797/2017-Vencimento em 22/05/2020
831.949/2017-SILICON MINING EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-ALVARÁ N°1215/2018-Destacado do DNPM 832.751/2016-ALVARÁ N°3797/2017-Vencimento em 22/05/2020
831.950/2017-LACT MINERAÇÃO LTDA. EPP-ALVARÁ N°1216/2018-Destacado do DNPM 832.754/2016-ALVARÁ N°4840/2017-Vencimento em 14/06/2020
864.171/2017-CERÂMICA REFRAN I. E C. DE TIJOLOS E TELHAS LTDA ME-ALVARÁ N°1217/2018-Destacado do DNPM 864.011/2013-ALVARÁ N°5929/2016-Vencimento em 13/06/2018
864.176/2017-ITAPOROROCA BRITAS LTDA ME-ALVARÁ N°1218/2018-Destacado do DNPM 864.040/2017-ALVARÁ N°4606/2017-Vencimento em 06/06/2019
864.221/2017-JERIBA MINERAÇÃO DE PEDRAS ORNAMENTAIS, ESTRAÇÃO, IMPORT E EXPORTAÇÃO LTDA ME-ALVARÁ N°1219/2018-Destacado do DNPM 864.151/2015-ALVARÁ N°5973/2017-Vencimento em 25/07/2019
864.234/2017-VITOR ZORDAN COSTA-ALVARÁ N°1220/2018-Destacado do DNPM 864.094/2015-ALVARÁ N°3006/2015-Vencimento em 09/03/2018
864.235/2017-VITOR ZORDAN COSTA-ALVARÁ N°1221/2018-Destacado do DNPM 864.094/2015-ALVARÁ N°3006/2015-Vencimento em 09/03/2018
864.236/2017-VITOR ZORDAN COSTA-ALVARÁ N°1222/2018-Destacado do DNPM 864.094/2015-ALVARÁ N°3006/2015-Vencimento em 09/03/2018
830.067/2018-LEYDIMIRA SOUSA SILVA-ALVARÁ N°1223/2018-Destacado do DNPM 833.155/2015-ALVARÁ N°11618/2016-Vencimento em 26/10/2018

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO N° 21/2018

CONCESSÃO DE LAVRA (Código 5.49)
Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que julgou-se parcialmente procedentes(s) a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança nº: 900.906/2017.
Notificado nº: TINTAS HIDRACOR S.A
CNPJ/CPF: 04.706.416/0001-80.
NFLDP nº: 296/2017 - DNPM/CE.
Valor: R$ 10.120.422,49.
Processo de Cobrança nº: 900.907/2017.
Notificado nº: TINTAS HIDRACOR S.A
CNPJ/CPF: 04.706.416/0001-80.
NFLDP nº: 295/2017 - DNPM/CE.
Valor: R$ 1.516.133,26.

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO N° 23/2018

Fase de Requerimento de Lavra
Retificação de despacho(1388)
805.740/1976-ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S A - Publicado DOU de 13/01/2004, Relação n° 8, Seção 1, pág. 63- Onde se lê: " ... mediante Edital n° 002/84-SEMIN-MME-ES, ..." Leia-se: "...mediante Edital n° 002/94-SEMIN-MME-ES, ..."
Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1669)
896.356/2015-AREIAL BELEM LTDA. ME- DOU de 25/04/2017

JOAO ANTONIO VASCONCELOS
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO N° 26/2018

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
896.133/2017-MARIANA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. N°0203/2018-DNPM/ES
896.196/2017-D2P PESQUISAS EIRELI ME-OF. N°0166/2018-DNPM/ES
896.197/2017-LUIZ PAULO DE OLIVEIRA SANTOS-OF. N°0177/2018-DNPM/ES
896.215/2017-VICTOR DE PAIVA DIAS NEVES-OF. N°0179/2018-DNPM/ES
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
896.711/2009-HÉLIO CARLOS MACHADO EPP- Alvará n°11.185/2015 - Cessionario:896.162/2017 e 896.165/2017-M.S. BORLOT-ME- CPF ou CNPJ 11.826.974/0001-45
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento(186)
896.212/2016-MINERAÇÃO NOVAGRAN LTDA ME
896.240/2016-MINERAÇÃO NOVAGRAN LTDA ME
896.267/2016-MINERAÇÃO NOVAGRAN LTDA ME
896.046/2017-TERCOL TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
896.315/2012-MINERGRAN MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME- Cessionário:DIAMAGRAN ROCHAS DO BRASIL LTDA ME- CPF ou CNPJ 28.381.686/0001-27- Alvará n°8.649/2016
896.094/2015-AGROBARRA AGROPECUARIA BARRA NOVA LTDA- Cessionário:IRMÃOS CAFFEU AREIA E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME- CPF ou CNPJ 09.622.610/0001-00- Alvará n°13.806/2016
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
896.020/2014-MNERAÇÃO OFRANTI LTDA ME-RIO NOVO DO SUL/ES, VARGEM ALTA/ES - Guia n° 0007/2018-15.000T/ANO-GRANITO- Validade:08/02/2024
896.075/2014-MINERAÇÃO EVERESTE LTDA-MIMOSO DO SUL/ES, CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ - Guia n° 0039/2017-50.000T/ANO-AREIA- Validade:22/09/2023
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
896.570/2012-JAILSON VIEIRA DAS MERCES-AI N°0074/2018-DNPM/ES
896.078/2013-GILMAR BARBOSA DA SILVA-AI N°0060/2018-DNPM/ES
896.276/2013-ULTRAMAR MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-AI N°0061/2018-DNPM/ES
896.286/2013-ANDRE MENDES DA SILVA ME-AI N°0062/2018-DNPM/ES
896.287/2013-CELSO FERRI-AI N°0063/2018-DNPM/ES
896.299/2013-GILMAR BARBOSA DA SILVA-AI N°0064/2018-DNPM/ES
896.306/2013-LEONCIO BATISTA APOLINARIO-AI N°0065/2018-DNPM/ES
896.308/2013-MINERAÇÃO EUROPA LTDA ME-AI N°0066/2018-DNPM/ES
896.312/2013-INVESTIDORA VARIÁVEL Y LTDA-AI N°0067/2018-DNPM/ES
896.313/2013-INVESTIDORA VARIÁVEL Y LTDA-AI N°0073/2018-DNPM/ES
896.321/2013-CELSO FERRI-AI N°0068/2018-DNPM/ES
896.327/2013-ANGELIN FRANCISCO ULIANA-AI N°0069/2018-DNPM/ES
896.333/2013-MDX LOGISTICA LTDA-AI N°0070/2018-DNPM/ES
896.339/2013-MINERADORA CACHOEIRA LTDA ME-AI N°0071/2018-DNPM/ES
896.353/2013-CERÂMICA ARCO ÍRIS LTDA EPP-AI N°0072/2018-DNPM/ES
896.357/2013-FAL CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO EIRELI ME-AI N°0050/2018-DNPM/ES
896.358/2013-FAL CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO EIRELI ME-AI N°0051/2018-DNPM/ES
896.376/2013-A. F. MINERAÇÃO LTDA ME-AI N°0052/2018-DNPM/ES
896.397/2013-ZILDA DELAZARO ARAUJO-AI N°0053/2018-DNPM/ES
896.400/2013-CERÂMICA ELITE LTDA EPP-AI N°0054/2018-DNPM/ES
896.401/2013-ALUCINERIA ALBERTI RODRIGUES DE OLIVEIRA-AI N°0055/2018-DNPM/ES
896.402/2013-AGROBARRA AGROPECUARIA BARRA NOVA LTDA-AI N°0056/2018-DNPM/ES
896.432/2013-FERNANDO FELIS GUEDES-AI N°0057/2018-DNPM/ES
896.202/2014-APACHE MINERAÇÃO LTDA ME-AI N°0058/2018-DNPM/ES
896.603/2014-LEVI LEANDRO DE SOUZA-AI N°0059/2018-DNPM/ES
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.441/1986-MINERAÇÃO ATLÂNTICA LTDA.-OF. N°0269/2018-DNPM/ES
890.209/1989-GRAMOBRAS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°0308/2018-DNPM/ES
896.519/2004-GOLD CRISTAL MINERAÇÃO EIRELI EPP-OF. N°0239/2018-DNPM/ES
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
896.035/1998-MINERAÇAO CANTAGALLO LTDA EPP-OF. N°1.272/2016-DNPM/ES-60 dias
896.036/1998-MINERAÇAO CANTAGALLO LTDA EPP-OF. N°1.279/2016-DNPM/ES-60 dias
896.037/1998-MINERAÇAO CANTAGALLO LTDA EPP-OF. N°1.280/2016-DNPM/ES-60 dias
896.038/1998-MINERAÇAO CANTAGALLO LTDA EPP-OF. N°1.281/2016-DNPM/ES-60 dias
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
896.393/2007-PALMARES DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-ALEGRE/ES - Guia n° 0009/2018-16.000T/ANO-GRANITO- Validade:15/02/2024
896.198/2011-CERÂMICA SÃO FRANCISCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. EPP-ITAPEMIRIM/ES - Guia n° 0008/2018-12.000T/ANO-ARGILA- Validade:09/02/2021
896.496/2011-ÔNIX MINERAÇÃO LTDA ME-VILA PAVÃO/ES - Guia n° 0006/2018-4.500T/ANO-GNAISSE- Validade:07/02/2024
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
890.000/1988-DIMENSIONAL GRANITOS LTDA. ME-ALVARÁ n° 1.016/1990 - Cessionário: EQUIPOS CELULOSE COM. E IND. LTDA ME- CNPJ 02.546.148/0001-51
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
890.460/1985-MINERBON MINERAÇÃO BONADIMAN LTDA-OF. N°0178/2018-DNPM/ES
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
890.041/1986-ÁGUA PEDRA AZUL S A- Fonte Boa Esperança, marca PEDRA AZUL PREMIUM, embalagens descartáveis de 310ml com gás, 300ml com gás e 300ml sem gás. Fonte Nossa Senhora Aparecida, marca Pedra Azul Premium, embalagens descartáveis de 310 ml com gás, 310ml sem gás, 300ml com gás e 300ml sem gás.- MARECHAL FLORIANO/ES
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
896.569/2002-ÁGUA PEDRA AZUL S A-OF. N°0257/2018-DNPM/ES
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Licenciamento com vigência a partir dessa publicação(730)
896.356/2015-AREIAL BELEM LTDA. ME-Licenciamento N°03/2018 - Prazo: ATÉ 26/04/2020 ano(s)
896.214/2017-LEONCIO BOLSONI ME-Licenciamento N°02/2018 - Prazo: ATÉ 31/12/2018 ano(s)
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
896.219/2017-TERCOL TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA
896.233/2017-MINERAÇÃO NOVAGRAN LTDA ME
896.234/2017-MINERAÇÃO NOVAGRAN LTDA ME
896.235/2017-MINERAÇÃO NOVAGRAN LTDA ME
Da provimento ao recurso interposto(1171)
896.356/2015-AREIAL BELEM LTDA. ME
Fase de Licenciamento
Despacho publicado(756)
896.311/2000-CERÂMICA CIMACO LTDA EPP- Acolhendo proposta técnica da DTM/DNPM/ES e haja vista a publicação no D.O.U. de 16.04.2004, na Relação nº 005/2004, às fls. 407 dos autos, ANULO o extrato publicado no D.O.U. de 16.04.2004, na Relação nº 005/2004, Seção I, página 67, que concedeu a anuência prévia e autorizou a averbação de cessão total, por ter sido publicado erroneamente e CONVALIDO os atos de anuência e averbação de cessão parcial aprovada no dia 24.10.2003 e sua averbação, praticados nos processos DNPM 896.311/2000 e DNPM 896.251/2003, por não constar na relação do D.O.U de 24.10.2003.

JOAO ANTONIO VASCONCELOS
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO N° 10/2018

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
a r Weber me - 866444/16 - A.I. 50/18
Ademar Diniz da Costa - 866291/16 - A.I. 47/18
Adenor Fonseca Moreira - 866790/17 - A.I. 109/18
Afranio Vilela Torres - 866362/17 - A.I. 93/18
Aldo Doerner - 866224/17 - A.I. 74/18
Almeida's Mineração e Terraplanagem Ltda - 866639/13 - A.I. 29/18
Ana Francisca Pompeu de Barros Neves - 866746/16 - A.I. 54/18
Antonio Agnaldo do Nascimento - 866073/17 - A.I. 61/18, 866226/17 - A.I. 75/18
Antônio da Cunha Barbosa Filho - 866467/17 - A.I. 114/18
Ari Goss Oliveira - 866442/15 - A.I. 42/18
Arnaldo Antonio de Oliveira - 866288/12 - A.I. 23/18, 866623/17 - A.I. 105/18
Atiaia Pecuária s a - 866216/17 - A.I. 72/18, 866217/17 - A.I. 73/18
br Conquista Mineração Ltda - 866762/14 - A.I. 34/18, 866763/14 - A.I. 35/18, 866771/14 - A.I. 17/18
Brazil Tin Ltda - 866988/12 - A.I. 117/18, 866989/12 - A.I. 118/18, 866990/12 - A.I. 119/18
Bruno Moraes Fernandes - 866761/16 - A.I. 55/18
Ccoope de PEQ. Mineradores de Ouro e P.preciosas de N.bandeirantes e Outros Muni - 866244/17 - A.I. 121/18
Celso Luis Kempf - 866059/12 - A.I. 21/18, 866040/16 - A.I. 43/18
Companhia Energética Sinop s a - 866085/17 - A.I. 64/18
Cristal Mineradora Eireli Epp - 866502/17 - A.I. 96/18
Davos Comercial e Exploração Mineral Ltda - 866076/17 - A.I. 63/18
Deusimar Sousa Silva - 866349/15 - A.I. 40/18
Devora Ghensev Barberan - 866286/16 - A.I. 46/18
Didimo da Silva Rodrigues - 866087/13 - A.I. 25/18
Donizete Dos Reis Lima - 866622/17 - A.I. 104/18, 866711/17 - A.I. 107/18, 866712/17 - A.I. 108/18
Draga Porto Seguro Ltda me - 866184/17 - A.I. 69/18 e Daroit Importadora e Exportadora Epp - 866631/17 - A.I. 106/18
Eudinéia Miranda de Freitas - 866578/17 - A.I. 99/18, 866595/17 - A.I. 102/18
Fabio Cunha Gaissler Donin - 867002/16 - A.I. 62/18
Fanio Teixiraes Guimarães - 866256/17 - A.I. 77/18
Fernando Antonio Costa - 866203/16 - A.I. 44/18
Flavio Donin - 867001/16 - A.I. 59/18
Flavio Ferreira Pires - 866277/16 - A.I. 45/18
Geraldo Aluizio Guimarães - 866372/16 - A.I. 48/18
Hevelcio Ezequias Rodrigues - 866088/17 - A.I. 65/18
Hudson Neves Depaula - 866138/17 - A.I. 66/18
Império Investimentos, Reflorestamento e Mineração Ltda Epp - 867134/13 - A.I. 30/18
Irineu Molon - 866143/15 - A.I. 37/18, 866144/15 - A.I. 38/18
João Alex Monteiro Catan - 867002/11 - A.I. 20/18
João Euripedes Alves e Silva - 866381/13 - A.I. 27/18, 866598/17 - A.I. 103/18, 866585/17 - A.I. 100/18
Josafa da Silva Junior - 866864/16 - A.I. 57/18
José Antonio Gonçalves Viana - 866254/15 - A.I. 39/18
José Maria Lopes - 866861/16 - A.I. 120/18
José Roberto Almeida Fernandes de Melo - 866630/14 - A.I. 33/18
José Roberto Schmaltz - 866415/16 - A.I. 49/18
José Sampaio Leite - 866588/17 - A.I. 101/18
José Seixas da Silva - 866561/17 - A.I. 113/18, 866563/17 - A.I. 111/18, 866564/17 - A.I. 112/18
Josileni Resende de Oliveira - 866619/10 - A.I. 19/18
Josimar Vieira Pires - 866669/16 - A.I. 53/18
Juliano Leomar Nichele - 866503/17 - A.I. 18/18
Júlio Cezar Dantas da Costa - 866555/17 - A.I. 98/18
Lago Dourado Mineração Ltda - 866105/13 - A.I. 26/18, 866934/12 - A.I. 24/18
M.M. Geologia e Meio Ambiente LTDA. - 866245/17 - A.I. 76/18
Manoel Brianes Rodrigues Junior - 866140/17 - A.I. 67/18, 866141/17 - A.I. 68/18
Manoel Monteiro da Silva Filho - 866440/15 - A.I. 41/18
Marcio Augusto Guariente - 866495/16 - A.I. 51/18
Marcio Sandim Gonçalves - 866469/13 - A.I. 28/18
Marcos Roberto Cruz - 866481/17 - A.I. 95/18
Mário Sabatel Júnior - 866018/17 - A.I. 60/18
Max Salustiano de Lima Junior - 866858/16 - A.I. 56/18
Mineração Vale do Arinos Ltda - 866188/12 - A.I. 22/18, 866535/17 - A.I. 97/18
Mineradora Paracall Ltda - 866496/16 - A.I. 52/18
Nelson Peterlini Neto - 866636/16 - A.I. 116/18
Pavão Rochas Ornamentais LTDA. - 866336/17 - A.I. 84/18, 866337/17 - A.I. 85/18, 866338/17 - A.I. 86/18, 866339/17 - A.I. 87/18, 866340/17 - A.I. 88/18, 866341/17 - A.I. 89/18, 866342/17 - A.I. 90/18, 866348/17 - A.I. 91/18
Rio Novo Mineração LTDA. - 866261/17 - A.I. 78/18
Rio Pec Rio Sangue Pecuária sa - 866214/17 - A.I. 70/18, 866215/17 - A.I. 71/18
Sebastião Benevides de Souza - 866355/17 - A.I. 92/18
Svm Consultoria em Mineração Ltda Epp - 866469/17 - A.I. 94/18, 866273/17 - A.I. 79/18, 866274/17 - A.I. 80/18, 866275/17 - A.I. 81/18, 866276/17 - A.I. 82/18, 866277/17 - A.I. 83/18
Torio Brasil Mineração Ltda - 867416/13 - A.I. 31/18
Transmix Engenharia Industria e Comercio S.A. - 866251/14 - A.I. 32/18
Valdeci Alves da Costa - 866447/12 - A.I. 115/18
Valdecir Barbieri - 866993/14 - A.I. 36/18
Valdenir da Silva Rego - 866803/16 - A.I. 110/18
Valmor José Andrade - 866902/16 - A.I. 58/18

SERAFIM CARVALHO MELO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO N° 11/2018

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
José Tavares da Silva - 866453/13, 866687/13

SERAFIM CARVALHO MELO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO N° 12/2018

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Max Salustiano de Lima - 866973/14 - Not.1/2018 - R$ 376,70, 866973/14 - Not.2/2018 - R$ 75,94

SERAFIM CARVALHO MELO

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO N° 1/2018

Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1669)
846.135/2017-CONSERV CONSTRUTORA LTDA ME-DOU de 20/12/2017

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO N° 13/2018

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Verdes Vales de Caicó Mineração Ltda - 846212/16

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO N° 14/18

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Marcelino Batista Campos - 846054/15

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO N° 10/2018

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho de não aprovação do Relatório de Pesquisa(191)
848.763/2010-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.- Publicado DOU de 12/02/2015

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO N° 13/2018

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Cerâmica Arco Romano LTDA. - 890950/14

LUÍS FLÁVIO NAGEM MORALES

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO N°3/2018

Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
878.005/2017-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A - Alvará N°1267/2017
878.015/2017-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A - Alvará N°2001/2017
878.030/2017-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A - Alvará N°4238/2017
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
878.074/2015-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
878.076/2015-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
878.077/2015-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
878.118/2015-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
878.092/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
878.093/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
878.095/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
878.050/2015-ALOÍSIO DE CAMPOS LIMA JÚNIOR-AI N°05/2018
878.051/2015-ALOÍSIO DE CAMPOS LIMA JÚNIOR-AI N°06/2018
878.104/2015-CERÂMICA SERGIPE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-AI N°08/2018
878.105/2015-CERÂMICA SERGIPE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-AI N°09/2018
878.106/2015-CERÂMICA SERGIPE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-AI N°10/2018
878.123/2015-CARLOS HAGENBECK FILHO-AI N°02/2018
878.124/2015-CARLOS HAGENBECK FILHO-AI N°03/2018
878.139/2015-DIEGO ANTONIO FONTES DE AVILA CONSULTORIA ME-AI N°04/2018
878.143/2015-JAZIDA CAJUEIRO LTDA ME-AI N°07/2018
878.051/2016-JRS MINERAÇÕES LTDA-AI N°11/2018
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
878.125/2015-GBN INDÚSTRIA DE MASSA E ARGAMASSA LTDA - AI N°117/2017
Fase de Disponibilidade
Despacho publicado(316)
878.051/2009-B&A PESQUISA MINERAL LTDA.- Publicação DOU 12/12/2017, Seção 1, Relação 106/2017 - Onde se lê "...AI nº 09/2015 e 10/2015", leia-se "...AI nº 09/2016 e 10/2016".
Fase de Concessão de Lavra
Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)
813.568/1973-Cal Trevo Industrial Ltda- AI N° 19/2014
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
813.568/1973-CAL TREVO INDUSTRIAL LTDA-OF. N°11/2018
Aceita defesa apresentada(475)
813.568/1973-CAL TREVO INDUSTRIAL LTDA
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1713)
878.018/1997-SERVIÇOS DESMONTE DEMOLIÇÕES LTDA- AI N°99/2017
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
878.100/2017-WILBERT CLAIRTON TOSCAN-OF. N°15/2018
878.111/2017-CONSORCIO PAVOTEC VILASA EPC-OF. N°16/2018
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
878.077/2017-JOSÉ CARLOS TAVARES DA CRUZ & CIA LTDA ME
878.089/2017-MINERADORA SAO FRANCISCO DE ASSIS LTDA ME
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
878.112/2017-DIEGO ANTONIO FONTES DE AVILA CONSULTORIA ME
878.113/2017-DIEGO ANTONIO FONTES DE AVILA CONSULTORIA ME

GEORGE EUSTAQUIO SILVA

SUPERINTENDÊNCIA EM TOCANTINS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 21/2018

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
864.302/2015-MENDELSSOHN ERWIN KIELING CARDONA PEREIRA-OF. N°143/2017 - DNPM/TO
864.303/2015-MENDELSSOHN ERWIN KIELING CARDONA PEREIRA-OF. N°142/2017 - DNPM/TO
864.304/2015-MENDELSSOHN ERWIN KIELING CARDONA PEREIRA-OF. N°141/2017 - DNPM/TO
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
864.349/2016-CALTINS CALCÁRIO TOCANTINS LTDA
864.350/2016-CALTINS CALCÁRIO TOCANTINS LTDA
864.351/2016-CALTINS CALCÁRIO TOCANTINS LTDA
864.352/2016-CALTINS CALCÁRIO TOCANTINS LTDA
864.353/2016-CALTINS CALCÁRIO TOCANTINS LTDA
Indefere de Plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(166)
864.338/2016-RICARDO OLIVEIRA GALLART DE MENEZES
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
864.234/2014-ABF GEOLOGIA, MANUTENÇÃO E SONDAGENS LTDA.-OF. N°190/2018 - DNPM/TO
864.147/2015-P C NUNES EIRELI EPP F.I.-OF. N°225/2017 - DNPM/TO
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
864.308/2016-AMADOR FERREIRA DA CUNHA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
864.287/2013-MINERGEO . MINERAÇÃO , PESQUISAS GEOLÓGICAS E ENGENHARIA-Cessionário:Phyladelfia Extração Ind. e Comercio de Minerios Ltda- CPF ou CNPJ 17.234.843/0001-55- Alvará n°11.106/2013
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para PLG(2067)
864.308/2016-AMADOR FERREIRA DA CUNHA
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
864.113/2003-ITAFOS ARRAIAS MINERAÇÃO E FERTILIZANTES S.A.- AI N° 000.641/2017-DNPM/TO; 000.946/2017-DNPM/TO; 001.226/2017-DNPM/TO; 001.425/2017-DNPM/TO; 001.584/2017-DNPM/TO; 001.721/2017-DNPM/TO; 001.837/2017-DNPM/TO; 000.361/2018-DNPM/TO; 000.362/2018-DNPM/TO
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
864.037/2017-AMADOR FERREIRA DA CUNHA - PLG N°01/2018 de 15/02/2018 - Prazo 5 (Cinco) anos
Homologa desistência do requerimento de PLG(613)
864.084/2016-LEONARDO VILELA DE MELO
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)
864.666/2007-JOSÉ RANULPHO DE S. SANTOS-Licenciamento N°:16/2009 - Prorrogado por 05/02/2020 ano(s)
864.227/2015-JOÃO RODRIGUES DOS SANTOS-Licenciamento N°:28/2016 - Prorrogado por 10/01/2022 ano(s)
864.329/2016-FABIANA ARANTES BEZERRA BARBOSA- Licenciamento N°:13/2017 - Prorrogado por 09/02/2019 ano(s)
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
864.055/2016-CARLOS LUIZ ZORZI-OF. N°230/2017 - DNPM/TO
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
864.438/2012-LUCIJONES LOPES COSTA
864.202/2017-MÁRCIO ADRIANO MARTINS DOS SANTOS
864.220/2017-EDICEU RODRIGUES DA SILVA
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
864.022/2018-EDMAR DE FARIAS AMORIM
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
864.314/2003-IAMGOLD BRASIL PROSPECÇÃO MINERAL LTDA.

FABIANO PINEIRO MIRANDA

DIRETORIA DE GESTÃO DE TÍTULOS MINERÁRIOS

DESPACHO DO DIRETOR
RELAÇÃO Nº 42/2018-SEDE - DF

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
820.237/2008-CÍCERO JOAQUIM DOS SANTOS-OF. N°52/DGTM/DNPM
820.993/2009-JOSÉ RICARDO DIAS DE OLIVEIRA-OF. N°69/DGTM/DNPM
862.549/2011-FLAVIO CESAR POSTAL-OF. N°256/DGTM/DNPM
860.035/2012-FLAVIO CESAR POSTAL-OF. N°256/DGTM/DNPM
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.622/1985-ODAIR MAIA-OF. N°62/DGTM/DNPM
820.261/2000-WALTER SGOBBI-FI-OF. N°58/DGTM/DNPM
821.059/2000-WALTER SGOBBI ME-OF. N°58/DGTM/DNPM
821.060/2000-WALTER SGOBBI ME-OF. N°58/DGTM/DNPM

ALOISIO DE JESUS E CRUZ

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Desenvolvimento Social

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: FUNDAÇÃO PORTO REAL
CNPJ: 02.955.164/0001-06
Município: Porto Real/RJ
Processo nº: 71000.084726/2016-19

JOSÉ HENRIQUE MEDEIROS PIRES

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

SUPERINTENDÊNCIA-REGIONAL SUDESTE I EM SÃO PAULO

GERÊNCIA EXECUTIVA - A - EM SÃO PAULO - CENTRO

DESPACHO DE 23 DE AGOSTO DE 2018

PROCESSO Nº 35366.000397/2017-21.
ASSUNTO: Alienação de imóveis de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, considerados desnecessários e não vinculados às suas atividades operacionais, localizados à Rua Luiz Gama nº 500 - São Paulo/SP, inscrito no SGPI sob nº 10582-21-00000-9. INTERESSADO: INSS - Gerência Executiva São Paulo / Centro - Superintendência Regional Sudeste I. MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 01/2018 com Adjudicação. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 17, inciso I, alíneas "a" e "e", da Lei nº 8.666/93 combinado com o artigo 14, §§ 1º e 2º da Lei 11.481/2017, Lei nº 9.702, de 17 de novembro de 1998 e Portaria MPS/GM nº 178, de 7 de maio de 2014.

DECISÃO: 1. Considerando o Despacho Decisório Conjunto nº 3/PRES/DIROFL/INSS, de 23/03/2017, publicado no BS n° 57, de 23/03/2017, o Parecer nº 0090/2014/DPIM/CGMADM/PFE-INSS/PGF/AGU, de fls. 12 a 39, aprovado pelo Despacho GAB/PFE-INSS, de fls. 40, e de acordo com a competência delegada pelo inciso XIII, do artigo 230 da Portaria/MDS/GM nº 414, de 28/09/2017, publicada no DOU Edição Extra nº 188-A, 29.09.2017. AUTORIZO a alienação com DISPENSA DE LICITAÇÃO e ADJUDICO o imóvel acima citado em favor do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - IPREM, CNPJ/MF nº 47.109.087/0001-01, pelo valor de R$ 7.800.000,00 (Sete milhões e oitocentos mil reais), à vista. 2.

SAMUEL RAPCHAN IGNÁCIO DA SILVA
Gerente
Substituto

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre a realização de testes de redução da descarga mínima do reservatório da UHE de Serra da Mesa, no rio Tocantins.

A DIRETORA-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS-ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 103, inciso XVII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 1.934, de 30 de outubro de 2017, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 689ª Reunião Ordinária, realizada em 20 de fevereiro de 2018, considerando o disposto no art. 7º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e com base nos elementos constantes do processo nº 02501.001919/2004-37, que

onsiderando o disposto no art. 4º, inciso XII e § 3º da Lei nº 9.984, de 2000, que estabelece caber à ANA definir e fiscalizar as condições de operação de reservatórios por agentes públicos e privados, visando garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, conforme estabelecido nos planos de recursos hídricos das respectivas bacias hidrográficas, e que no caso de reservatórios de aproveitamentos hidrelétricos a definição será efetuada em articulação com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

considerando que desde 2015 a bacia do rio Tocantins vem enfrentando condições hidrometeorológicas desfavoráveis, com vazões e precipitações abaixo da média, com impactos nos armazenamentos dos reservatórios instalados na bacia;

considerando o caráter estratégico do reservatório da Usina Hidrelétrica - UHE Serra da Mesa na regularização das vazões do rio Tocantins;

considerando as diretrizes gerais para a definição de vazões mínimas remanescentes estabelecidas pela Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH n° 129, de 29 de junho de 2011;

considerando a experiência de redução das defluências de Serra da Mesa em 2014, e as conclusões do relatório de Furnas: "Monitoramento da influência da operação da UHE Serra da Mesa com vazão reduzida sobre a ictiofauna de jusante" - GEA.E.RTT.044.2014;

considerando que o reservatório da UHE Cana Brava, por se situar imediatamente a jusante da UHE Serra da Mesa, proporciona a manutenção do alagamento do trecho do leito do rio Tocantins situado entre as duas barragens; e

considerando que o período chuvoso é o momento mais oportuno para recuperar o armazenamento dos reservatórios, resolve:

Art. 1º Autorizar, por 60 (sessenta) dias, a realização de teste de redução da descarga mínima da UHE Serra da Mesa, assegurando uma defluência mínima de 100 m³/s, em termos médios diários, desde que respeitada a Resolução n° 129, de 2011, do CNRH.

§ 1º Atribuir a responsabilidade ao reservatório da UHE Serra da Mesa por, sempre que necessário, suprir com as vazões defluentes necessárias a garantir o atendimento das restrições de vazões defluentes mínimas das UHEs Cana Brava, Peixe Angical, Lajeado e Estreito, localizadas no trecho do rio Tocantins a jusante da UHE Serra da Mesa, estabelecidas em suas respectivas licenças ambientais e no Inventário das Restrições Operativas Hidráulicas dos Aproveitamentos Hidrelétricos, expedido e atualizado pelo ONS.

§ 2º A empresa Furnas deverá promover a divulgação da flexibilização temporária da vazão mínima defluente de Serra da Mesa para os municípios existentes entre os reservatórios de Serra da Mesa e Cana Brava.

§ 3º A empresa Furnas deverá apresentar, num prazo máximo de trinta dias após o término dos testes, um relatório com a descrição dos resultados da operação especial de redução da descarga mínima da UHE Serra da Mesa.

Art. 2º Enquanto esta Resolução estiver em vigor, fica suspenso o limite estabelecido no art. 1° da Resolução ANA n° 529, de 19 de outubro de 2004.

§ 1º A ANA poderá, mediante decisão fundamentada, antes do prazo disposto no caput, suspender ou revogar a presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução não dispensa nem substitui a obtenção, por Furnas, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, inclusive a ambiental, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 4º A empresa Furnas se sujeita à fiscalização da ANA, por intermédio de seus agentes, devendo franquear-lhes o acesso à documentação relativa à operação do reservatório de Serra da Mesa, objeto desta Resolução.

Art. 5º Os agentes responsáveis pela operação do reservatório devem se articular com a Marinha do Brasil de forma a garantir a segurança da navegação e salvaguarda da vida humana, conforme preconiza a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CHRISTIANNE DIAS FERREIRA

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre a redução temporária da descarga mínima dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Caconde e Limoeiro, no Rio Pardo.

A DIRETORA-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 103, inciso III, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 1.934, de 30 de outubro de 2017, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 689ª Reunião Ordinária, realizada em 20 de fevereiro de 2018, considerando o disposto no art. 7º, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e com base nos elementos constantes do processo n° 02501.000919/2014-91, que

considerando o disposto no art. 4º, inciso XII e § 3º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que estabelece caber à ANA definir e fiscalizar as condições de operação de reservatórios por agentes públicos e privados, visando a garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, conforme estabelecido nos planos de recursos hídricos das respectivas bacias hidrográficas, e que no caso de reservatórios de aproveitamentos hidrelétricos a definição será efetuada em articulação com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

considerando a importância de se preservar o estoque de água disponível no reservatório de usina hidrelétrica - UHE Caconde, face à desfavorável situação hidrometeorológica por qual passa a bacia do rio Pardo, com vistas a garantir a manutenção dos usos múltiplos da água na bacia;

considerando as manifestações recebidas pelas Câmaras Municipais de Poços de Caldas, MG, e Casa Branca, SP, e da Associação para Proteção Ambiental de Caconde (APAC) para que haja redução da vazão mínima defluente da UHE Caconde; e

considerando a posição favorável do ONS relativa à redução da defluência mínima em Caconde e Limoeiro, por meio da Carta ONS 0020/DOP/2018, resolve:

Art. 1º Autorizar a redução, até 30 de abril de 2018, da descarga mínima do reservatório da UHE Caconde, no rio Pardo, de 32 m³/s para 10 m³/s; e do reservatório da UHE Limoeiro, também no rio Pardo, de 19 m³/s para 13 m³/s.

§ 1° A autorização para a redução da descarga mínima das usinas de Caconde e Limoeiro deverá ser suspensa caso os usuários outorgados a jusante da barragem da UHE Caconde sejam afetados.

§ 2° A AES-Tietê, agente responsável pela operação dos empreendimentos, deverá promover ampla divulgação a respeito da prática das vazões reduzidas, sobretudo nas cidades ribeirinhas.

Art. 2º O ONS voltará a respeitar as descargas mínimas da UHE Caconde de 32 m³/s, e da UHE Limoeiro, de 19 m³/s, a partir de 1° de maio de 2018.

Art. 3ºA AES-Tietê deverá se articular com a Marinha do Brasil de forma a garantir a segurança da navegação e salvaguarda da vida humana, conforme a Lei n° 9.537, de 11 de dezembro de 1997.

Art. 4º Esta Resolução não dispensa nem substitui a obtenção, pelas concessionárias, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, inclusive a ambiental, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CHRISTIANNE DIAS FERREIRA

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 25, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R$ 500.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista a autorização constantes do art. 4º, caput, inciso II, alínea "a", item "1", da Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, e a delegação de competência de que trata o inciso I do art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018), em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ANEXO

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71103 - Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							500.000.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							500.000.000
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							500.000.000
			F	3	1	90	0	100	500.000.000
TOTAL - FISCAL									500.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									500.000.000

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social

UNIDADE: 55902 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2061	Previdência Social							500.000.000
		Operações Especiais							
09 271	2061 0E81	Benefícios Previdenciários Urbanos							500.000.000
09 271	2061 0E81 0001	Benefícios Previdenciários Urbanos - Nacional							500.000.000
			S	3	1	90	0	100	500.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									500.000.000
TOTAL - GERAL									500.000.000

PORTARIA Nº 26, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista o disposto no art. 8º, caput, inciso I, do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, resolve:
Art. 1º Ampliar o limite constante do Anexo I do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, na forma do Anexo desta Portaria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ANEXO

(Anexo I ao Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018)
AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
R$ 1,00

Órgão		Demais				
		PAC	Emendas Impositivas		Outras	Total
			Individuais	Bancada		
53000	Ministério da Integração Nacional	0	0	0	312.700.651	312.700.651
	TOTAL	0	0	0	312.700.651	312.700.651

RETIFICAÇÃO

Na Portaria GM/MP nº 11, de 31 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 1º de fevereiro de 2018, Seção 1, páginas 45 a 93, no Anexo VII, art. 2º, inciso IV, alínea "e", onde se lê: "Coordenação-Geral de Estruturas de Modelos de Gestão", leia-se: "Coordenação-Geral de Modelos de Gestão".

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 1.893, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 43, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e
Considerando a não convalidação das fontes 956 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público e 969 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público, haja vista a suspensão dos efeitos da Medida Provisória nº 805, de 30 de outubro de 2017, pelo Supremo Tribunal Federal, e a possibilidade de utilização do excesso de arrecadação das fontes 132 - Recursos destinados ao FUNDAF, 153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, 156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público, 169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público, 174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais, 176 - Outras Contribuições Sociais e 250 - Recursos Próprios Não Financeiros, para a execução de despesas com Aposentadorias e Pensões Civis da União, no âmbito de diversões órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário, do Conselho Nacional do Ministério Público, e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, no que concerne a diversos órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário, ao Conselho Nacional do Ministério Público, e a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

GEORGE SOARES

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12106 - Tribunal Regional Federal da 5a. Região
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.312.134
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.312.134
09 272	0089 0181 6016	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE							3.312.134
			S	1	1	90	0	156	3.312.134
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.312.134
TOTAL - GERAL									3.312.134

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							137.776
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							137.776
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							137.776
			S	1	1	90	0	156	137.776
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									137.776
TOTAL - GERAL									137.776

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14102 - Tribunal Regional Eleitoral do Acre
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							400.537
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							400.537
09 272	0089 0181 0012	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Acre							400.537
			S	1	1	90	0	156	400.537
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									400.537
TOTAL - GERAL									400.537

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.029.953
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.029.953
09 272	0089 0181 0027	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Alagoas							1.029.953
			S	1	1	90	0	156	1.029.953
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.029.953
TOTAL - GERAL									1.029.953

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14104 - Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.058.562
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.058.562
09 272	0089 0181 0013	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amazonas							1.058.562
			S	1	1	90	0	156	1.058.562
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.058.562
TOTAL - GERAL									1.058.562

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.529.247
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.529.247
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia	S	1	1	90	0	156	5.529.247
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.529.247
TOTAL - GERAL									5.529.247

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14106 - Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.801.096
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.801.096
09 272	0089 0181 0023	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Ceará	S	1	1	90	0	156	3.801.096
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.801.096
TOTAL - GERAL									3.801.096

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.399.197
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.399.197
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal	S	1	1	90	0	156	2.399.197
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.399.197
TOTAL - GERAL									2.399.197

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.416.185
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.416.185
09 272	0089 0181 0032	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Espírito Santo	S	1	1	90	0	156	1.416.185
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.416.185
TOTAL - GERAL									1.416.185

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14109 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.202.954
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.202.954
09 272	0089 0181 0052	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Goiás	S	1	1	90	0	156	2.202.954
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.202.954
TOTAL - GERAL									2.202.954

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.045.600
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.045.600

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09 272	0089 0181 0021	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Maranhão	S	1	1	90	0	156	2.045.600 2.045.600
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.045.600
TOTAL - GERAL									2.045.600

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.515.827
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.515.827
09 272	0089 0181 0051	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso							1.515.827
			S	1	1	90	0	156	1.515.827
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.515.827
TOTAL - GERAL									1.515.827

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14112 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.501.405
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.501.405
09 272	0089 0181 0054	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul							1.501.405
			S	1	1	90	0	156	1.501.405
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.501.405
TOTAL - GERAL									1.501.405

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.047.275
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.047.275
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará							3.047.275
			S	1	1	90	0	156	3.047.275
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.047.275
TOTAL - GERAL									3.047.275

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14115 - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.544.929
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.544.929
09 272	0089 0181 0025	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Paraíba							1.544.929
			S	1	1	90	0	156	1.544.929
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.544.929
TOTAL - GERAL									1.544.929

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.814.059
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.814.059
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná							4.814.059
			S	1	1	90	0	156	4.814.059
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.814.059
TOTAL - GERAL									4.814.059

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.425.800
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.425.800
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco							4.425.800
			S	1	1	90	0	156	4.425.800
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.425.800
TOTAL - GERAL									4.425.800

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14118 - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.174.234
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.174.234
09 272	0089 0181 0022	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Piauí							2.174.234
			S	1	1	90	0	156	2.174.234
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.174.234
TOTAL - GERAL									2.174.234

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14120 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.400.886
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.400.886
09 272	0089 0181 0024	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte							2.400.886
			S	1	1	90	0	156	2.400.886
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.400.886
TOTAL - GERAL									2.400.886

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14121 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.819.758
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.819.758
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							5.819.758
			S	1	1	90	0	156	5.819.758
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.819.758
TOTAL - GERAL									5.819.758

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							686.635
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							686.635
09 272	0089 0181 0011	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Rondônia							686.635
			S	1	1	90	0	156	686.635
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									686.635
TOTAL - GERAL									686.635

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14123 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.682.947
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.682.947
09 272	0089 0181 0042	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Santa Catarina							3.682.947
			S	1	1	90	0	156	3.682.947
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.682.947
TOTAL - GERAL									3.682.947

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14125 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.364.649
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.364.649
09 272	0089 0181 0028	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Sergipe							1.364.649
			S	1	1	90	0	156	1.364.649
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.364.649
TOTAL - GERAL									1.364.649

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							486.366
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							486.366
09 272	0089 0181 0017	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Tocantins							486.366
			S	1	1	90	0	156	486.366
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									486.366
TOTAL - GERAL									486.366

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14127 - Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							314.708
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							314.708
09 272	0089 0181 0014	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Roraima							314.708
			S	1	1	90	0	156	314.708
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									314.708
TOTAL - GERAL									314.708

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							185.964
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							185.964
09 272	0089 0181 0016	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amapá							185.964
			S	1	1	90	0	156	185.964
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									185.964
TOTAL - GERAL									185.964

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.909.903
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.909.903
09 272	0089 0181 0021	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Maranhão							1.909.903
			S	1	1	90	0	156	1.909.903
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.909.903
TOTAL - GERAL									1.909.903

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.482.362
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.482.362
09 272	0089 0181 0032	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Espírito Santo							3.482.362
			S	1	1	90	0	156	3.482.362
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.482.362
TOTAL - GERAL									3.482.362

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.679.272
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.679.272
09 272	0089 0181 0052	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Goiás							5.679.272
			S	1	1	90	0	156	5.679.272
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.679.272
TOTAL - GERAL									5.679.272

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.420.829
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.420.829
09 272	0089 0181 0027	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Alagoas							2.420.829
			S	1	1	90	0	156	2.420.829
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.420.829
TOTAL - GERAL									2.420.829

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15121 - Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.273.818
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.273.818
09 272	0089 0181 0028	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Sergipe							2.273.818
			S	1	1	90	0	156	2.273.818
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.273.818
TOTAL - GERAL									2.273.818

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.597.108
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.597.108
09 272	0089 0181 0024	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte							4.597.108
			S	1	1	90	0	156	4.597.108
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.597.108
TOTAL - GERAL									4.597.108

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15123 - Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							826.595
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							826.595
09 272	0089 0181 0022	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Piauí							826.595
			S	1	1	90	0	156	826.595
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									826.595
TOTAL - GERAL									826.595

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.682.011
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.682.011
09 272	0089 0181 0051	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso							2.682.011
			S	1	1	90	0	156	2.682.011
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.682.011
TOTAL - GERAL									2.682.011

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.703.887
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.703.887
09 272	0089 0181 0054	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul							2.703.887
			S	1	1	90	0	156	2.703.887
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.703.887
TOTAL - GERAL									2.703.887

ÓRGÃO: 17000 - Conselho Nacional de Justiça
UNIDADE: 17101 - Conselho Nacional de Justiça
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							14.904
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							14.904
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							14.904
			S	1	1	90	0	156	14.904
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									14.904
TOTAL - GERAL									14.904

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20101 - Presidência da República
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							12.361
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							12.361
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							12.361
			S	1	1	90	0	156	12.361
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									12.361
TOTAL - GERAL									12.361

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20118 - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							11.701.925
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							11.701.925
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							11.701.925
			S	1	1	90	0	169	11.701.925
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									11.701.925
TOTAL - GERAL									11.701.925

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20129 - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							761.588
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							761.588
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							761.588
			S	1	1	90	0	156	761.588
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									761.588
TOTAL - GERAL									761.588

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							23.562.889
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							23.562.889
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							23.562.889
			S	1	1	90	0	176	23.562.889
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									23.562.889
TOTAL - GERAL									23.562.889

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 5664	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Em Brasília - DF							1.430
			S	1	1	90	0	156	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20927 - Fundo de Imprensa Nacional
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.318.585
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.318.585
09 272	0089 0181 5664	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Em Brasília - DF							1.318.585
			S	1	1	90	0	156	1.318.585
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.318.585
TOTAL - GERAL									1.318.585

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							69.233.062
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							69.233.062

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional	S	1	1	90	0	153	69.233.062 69.233.062
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									69.233.062
TOTAL - GERAL									69.233.062

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Administração Direta
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							71.091.308
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							71.091.308
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							71.091.308
			S	1	1	90	0	153	71.091.308
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									71.091.308
TOTAL - GERAL									71.091.308

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.628.064
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.628.064
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							4.628.064
			S	1	1	90	0	156	4.628.064
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.628.064
TOTAL - GERAL									4.628.064

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							17.915.336
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							17.915.336
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							17.915.336
			S	1	1	90	0	169	17.915.336
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									17.915.336
TOTAL - GERAL									17.915.336

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24205 - Agência Espacial Brasileira
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							50.067
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							50.067
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							50.067
			S	1	1	90	0	156	50.067
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									50.067
TOTAL - GERAL									50.067

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24211 - Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.173.002
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.173.002
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							1.173.002
			S	1	1	90	0	156	1.173.002
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.173.002
TOTAL - GERAL									1.173.002

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda - Administração Direta
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							141.582.551
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							141.582.551
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							141.582.551
			S	1	1	90	0	153	141.582.551
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									141.582.551
TOTAL - GERAL									141.582.551

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							722.709.612
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							722.709.612
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							722.709.612
			S	1	1	90	0	132	722.709.612
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									722.709.612
TOTAL - GERAL									722.709.612

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							13.243.355
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							13.243.355
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							13.243.355
			S	1	1	90	0	169	13.243.355
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									13.243.355
TOTAL - GERAL									13.243.355

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							202.439.235
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							202.439.235
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							202.439.235
			S	1	1	90	0	153	66.373.371
			S	1	1	90	0	250	136.065.864
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									202.439.235
TOTAL - GERAL									202.439.235

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25203 - Comissão de Valores Mobiliários
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							6.008.915
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							6.008.915
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							6.008.915
			S	1	1	90	0	156	1.210.073
			S	1	1	90	0	174	4.798.842
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									6.008.915
TOTAL - GERAL									6.008.915

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25206 - Superintendência Nacional de Previdência Complementar
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							100.134
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							100.134
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							100.134
			S	1	1	90	0	156	100.134
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									100.134
TOTAL - GERAL									100.134

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25208 - Superintendência de Seguros Privados
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.073.376
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.073.376
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							5.073.376
			S	1	1	90	0	156	4.172.241
			S	1	1	90	0	174	901.135
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.073.376
TOTAL - GERAL									5.073.376

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.166.959
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.166.959
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							2.166.959
			S	1	1	90	0	156	2.166.959
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.166.959
TOTAL - GERAL									2.166.959

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.083.479
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.083.479
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							1.083.479
			S	1	1	90	0	156	1.083.479
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.083.479
TOTAL - GERAL									1.083.479

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26105 - Instituto Benjamin Constant
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							666.757
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							666.757
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							666.757
			S	1	1	90	0	156	666.757
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									666.757
TOTAL - GERAL									666.757

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26201 - Colégio Pedro II
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							11.189.494
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							11.189.494
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							11.189.494
			S	1	1	90	0	169	11.189.494
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									11.189.494
TOTAL - GERAL									11.189.494

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26230 - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							130.970
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							130.970
09 272	0089 0181 0020	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Região Nordeste							130.970
			S	1	1	90	0	156	130.970
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									130.970
TOTAL - GERAL									130.970

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26231 - Universidade Federal de Alagoas
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							17.428.003
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							17.428.003
09 272	0089 0181 0027	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Alagoas							17.428.003
			S	1	1	90	0	169	17.428.003
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									17.428.003
TOTAL - GERAL									17.428.003

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26232 - Universidade Federal da Bahia
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							28.110.842
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							28.110.842
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia							28.110.842
			S	1	1	90	0	153	28.110.842
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									28.110.842
TOTAL - GERAL									28.110.842

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26233 - Universidade Federal do Ceará
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							27.499.204
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							27.499.204

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09 272	0089 0181 0023	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Ceará	S	1	1	90	0	153	27.499.204
									27.499.204
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									27.499.204
TOTAL - GERAL									27.499.204

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26234 - Universidade Federal do Espírito Santo
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							19.081.755
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							19.081.755
09 272	0089 0181 0032	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Espírito Santo							19.081.755
			S	1	1	90	0	169	19.081.755
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									19.081.755
TOTAL - GERAL									19.081.755

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26235 - Universidade Federal de Goiás
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							25.578.829
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							25.578.829
09 272	0089 0181 0052	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Goiás							25.578.829
			S	1	1	90	0	153	25.578.829
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									25.578.829
TOTAL - GERAL									25.578.829

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26236 - Universidade Federal Fluminense
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							40.139.004
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							40.139.004
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							40.139.004
			S	1	1	90	0	156	40.139.004
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									40.139.004
TOTAL - GERAL									40.139.004

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							22.678.725
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							22.678.725
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							22.678.725
			S	1	1	90	0	153	22.678.725
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									22.678.725
TOTAL - GERAL									22.678.725

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							39.615.886
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							39.615.886
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							39.615.886
			S	1	1	90	0	156	39.615.886
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									39.615.886
TOTAL - GERAL									39.615.886

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26239 - Universidade Federal do Pará
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							14.531.959
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							14.531.959
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará							14.531.959
			S	1	1	90	0	169	14.531.959
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									14.531.959
TOTAL - GERAL									14.531.959

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26240 - Universidade Federal da Paraíba
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							33.914.405
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							33.914.405
09 272	0089 0181 0025	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Paraíba							33.914.405
			S	1	1	90	0	153	33.914.405
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									33.914.405
TOTAL - GERAL									33.914.405

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26241 - Universidade Federal do Paraná
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							34.242.229
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							34.242.229
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná							34.242.229
			S	1	1	90	0	153	34.242.229
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									34.242.229
TOTAL - GERAL									34.242.229

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							31.906.279
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							31.906.279
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco							31.906.279
			S	1	1	90	0	153	31.906.279
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									31.906.279
TOTAL - GERAL									31.906.279

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26243 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							29.416.963
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							29.416.963
09 272	0089 0181 0024	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte							29.416.963
			S	1	1	90	0	153	29.416.963
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									29.416.963
TOTAL - GERAL									29.416.963

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							35.554.749
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							35.554.749
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							35.554.749
			S	1	1	90	0	153	35.554.749
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									35.554.749
TOTAL - GERAL									35.554.749

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							29.467.766
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							29.467.766
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							29.467.766
			S	1	1	90	0	156	29.467.766
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									29.467.766
TOTAL - GERAL									29.467.766

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26246 - Universidade Federal de Santa Catarina
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							30.935.953
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							30.935.953
09 272	0089 0181 0042	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Santa Catarina							30.935.953
			S	1	1	90	0	153	30.935.953
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									30.935.953
TOTAL - GERAL									30.935.953

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26247 - Universidade Federal de Santa Maria
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							24.053.847
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							24.053.847
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							24.053.847
			S	1	1	90	0	153	24.053.847
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									24.053.847
TOTAL - GERAL									24.053.847

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							13.597.355
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							13.597.355
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco							13.597.355
			S	1	1	90	0	169	13.597.355
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									13.597.355
TOTAL - GERAL									13.597.355

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							17.374.259
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							17.374.259
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							17.374.259
			S	1	1	90	0	169	17.374.259
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									17.374.259
TOTAL - GERAL									17.374.259

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.794.767
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.794.767
09 272	0089 0181 0014	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Roraima							1.794.767
			S	1	1	90	0	156	1.794.767
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.794.767
TOTAL - GERAL									1.794.767

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26251 - Fundação Universidade Federal do Tocantins
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							359.353
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							359.353
09 272	0089 0181 0017	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Tocantins							359.353
			S	1	1	90	0	156	359.353
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									359.353
TOTAL - GERAL									359.353

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26252 - Universidade Federal de Campina Grande
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							15.173.771
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							15.173.771
09 272	0089 0181 0025	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Paraíba							15.173.771
			S	1	1	90	0	169	15.173.771
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									15.173.771
TOTAL - GERAL									15.173.771

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.087.849
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.087.849
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará							4.087.849
			S	1	1	90	0	156	4.087.849
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.087.849
TOTAL - GERAL									4.087.849

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26254 - Universidade Federal do Triângulo Mineiro
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							8.234.001
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							8.234.001
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							8.234.001
			S	1	1	90	0	169	8.234.001
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.234.001
TOTAL - GERAL									8.234.001

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26255 - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.144.392
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.144.392
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							1.144.392
			S	1	1	90	0	156	1.144.392
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.144.392
TOTAL - GERAL									1.144.392

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							8.232.875
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							8.232.875
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							8.232.875
			S	1	1	90	0	169	8.232.875
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.232.875
TOTAL - GERAL									8.232.875

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26257 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							9.234.223
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							9.234.223
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							9.234.223
			S	1	1	90	0	169	9.234.223
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									9.234.223
TOTAL - GERAL									9.234.223

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							9.601.854
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							9.601.854
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná							9.601.854
			S	1	1	90	0	169	9.601.854
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									9.601.854
TOTAL - GERAL									9.601.854

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26260 - Universidade Federal de Alfenas
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.897.377
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.897.377
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							2.897.377
			S	1	1	90	0	156	2.897.377
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.897.377
TOTAL - GERAL									2.897.377

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26261 - Universidade Federal de Itajubá
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.684.941
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.684.941
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							4.684.941
			S	1	1	90	0	156	4.684.941
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.684.941
TOTAL - GERAL									4.684.941

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26262 - Universidade Federal de São Paulo
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							23.775.433
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							23.775.433
09 272	0089 0181 0035	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo							23.775.433
			S	1	1	90	0	153	23.775.433
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									23.775.433
TOTAL - GERAL									23.775.433

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26263 - Universidade Federal de Lavras
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.323.645
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							7.323.645
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							7.323.645
			S	1	1	90	0	169	7.323.645
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									7.323.645
TOTAL - GERAL									7.323.645

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26264 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.957.735
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.957.735
09 272	0089 0181 0024	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte							3.957.735
			S	1	1	90	0	156	3.957.735
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.957.735
TOTAL - GERAL									3.957.735

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							71.524
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							71.524
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							71.524
			S	1	1	90	0	156	71.524
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									71.524
TOTAL - GERAL									71.524

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26267 - Universidade Federal da Integração Latino Americana
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná							1.430
			S	1	1	90	0	156	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26268 - Fundação Universidade Federal de Rondônia
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.355.773
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.355.773
09 272	0089 0181 0011	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Rondônia							4.355.773
			S	1	1	90	0	156	4.355.773
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.355.773
TOTAL - GERAL									4.355.773

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.508.941
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.508.941
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							4.508.941
			S	1	1	90	0	156	4.508.941
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.508.941
TOTAL - GERAL									4.508.941

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26270 - Fundação Universidade do Amazonas
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							14.151.877
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							14.151.877
09 272	0089 0181 0013	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amazonas							14.151.877
			S	1	1	90	0	169	14.151.877
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									14.151.877
TOTAL - GERAL									14.151.877

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26271 - Fundação Universidade de Brasília
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							38.060.047
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							38.060.047
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							38.060.047
			S	1	1	90	0	153	12.282.637
			S	1	1	90	0	156	25.777.410
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									38.060.047
TOTAL - GERAL									38.060.047

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							15.487.295
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							15.487.295
09 272	0089 0181 0021	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Maranhão							15.487.295
			S	1	1	90	0	169	15.487.295
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									15.487.295
TOTAL - GERAL									15.487.295

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							9.912.808
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							9.912.808
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							9.912.808
			S	1	1	90	0	169	9.912.808
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									9.912.808
TOTAL - GERAL									9.912.808

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26274 - Universidade Federal de Uberlândia
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							24.098.389
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							24.098.389
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							24.098.389
			S	1	1	90	0	153	24.098.389
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									24.098.389
TOTAL - GERAL									24.098.389

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26275 - Fundação Universidade Federal do Acre
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							6.610.593
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							6.610.593
09 272	0089 0181 0012	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Acre							6.610.593
			S	1	1	90	0	156	4.032.718
			S	1	1	90	0	169	2.577.875
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									6.610.593
TOTAL - GERAL									6.610.593

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							20.793.400
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							20.793.400
09 272	0089 0181 0051	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso							20.793.400
			S	1	1	90	0	153	20.793.400
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									20.793.400
TOTAL - GERAL									20.793.400

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26277 - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							8.822.873
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							8.822.873
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							8.822.873
			S	1	1	90	0	169	8.822.873
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.822.873
TOTAL - GERAL									8.822.873

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							14.112.117
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							14.112.117
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							14.112.117
			S	1	1	90	0	169	14.112.117
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									14.112.117
TOTAL - GERAL									14.112.117

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							15.180.504
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							15.180.504
09 272	0089 0181 0022	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Piauí							15.180.504
			S	1	1	90	0	169	15.180.504
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									15.180.504
TOTAL - GERAL									15.180.504

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							13.690.856
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							13.690.856
09 272	0089 0181 0035	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo							13.690.856
			S	1	1	90	0	169	13.690.856
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									13.690.856
TOTAL - GERAL									13.690.856

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26281 - Fundação Universidade Federal de Sergipe
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							14.057.789
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							14.057.789
09 272	0089 0181 0028	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Sergipe							14.057.789
			S	1	1	90	0	169	14.057.789
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									14.057.789
TOTAL - GERAL									14.057.789

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							17.501.786
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							17.501.786
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							17.501.786
			S	1	1	90	0	169	17.501.786
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									17.501.786
TOTAL - GERAL									17.501.786

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							16.734.729
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							16.734.729
09 272	0089 0181 0054	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul							16.734.729
			S	1	1	90	0	169	16.734.729
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									16.734.729
TOTAL - GERAL									16.734.729

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26284 - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.043.142
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.043.142
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							2.043.142
			S	1	1	90	0	156	2.043.142
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.043.142
TOTAL - GERAL									2.043.142

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26285 - Fundação Universidade Federal de São João del-Rei
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.047.913
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.047.913
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							3.047.913
			S	1	1	90	0	156	3.047.913
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.047.913
TOTAL - GERAL									3.047.913

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26286 - Fundação Universidade Federal do Amapá
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							643.720
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							643.720
09 272	0089 0181 0016	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amapá							643.720
			S	1	1	90	0	156	643.720
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									643.720
TOTAL - GERAL									643.720

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							591.357
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							591.357
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							591.357
			S	1	1	90	0	156	591.357
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									591.357
TOTAL - GERAL									591.357

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.564.695
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.564.695
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							2.564.695
			S	1	1	90	0	156	2.564.695
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.564.695
TOTAL - GERAL									2.564.695

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26292 - Fundação Joaquim Nabuco
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.192.189
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.192.189
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco							2.192.189
			S	1	1	90	0	156	2.192.189
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.192.189
TOTAL - GERAL									2.192.189

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.538.961
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.538.961
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							3.538.961
			S	1	1	90	0	156	3.538.961
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.538.961
TOTAL - GERAL									3.538.961

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26350 - Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.115.782
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.115.782
09 272	0089 0181 0054	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul							1.115.782
			S	1	1	90	0	156	1.115.782
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.115.782
TOTAL - GERAL									1.115.782

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							677.260
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							677.260
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia							677.260
			S	1	1	90	0	156	677.260
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									677.260
TOTAL - GERAL									677.260

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26352 - Fundação Universidade Federal do ABC
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							157.354
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							157.354
09 272	0089 0181 0035	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo							157.354
			S	1	1	90	0	156	157.354
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									157.354
TOTAL - GERAL									157.354

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26358 - Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.736.901
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.736.901
09 272	0089 0181 0027	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Alagoas							1.736.901
			S	1	1	90	0	156	1.736.901
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.736.901
TOTAL - GERAL									1.736.901

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26359 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							902.739
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							902.739
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia							902.739
			S	1	1	90	0	156	902.739
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									902.739
TOTAL - GERAL									902.739

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26362 - Hospital Universitário Walter Cantídio
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.316.979
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.316.979
09 272	0089 0181 0023	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Ceará							2.316.979
			S	1	1	90	0	156	2.316.979
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.316.979
TOTAL - GERAL									2.316.979

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26363 - Maternidade-Escola Assis Chateaubriand
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.136.820
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.136.820
09 272	0089 0181 0023	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Ceará							1.136.820
			S	1	1	90	0	156	1.136.820
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.136.820
TOTAL - GERAL									1.136.820

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.960.853
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.960.853
09 272	0089 0181 0032	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Espírito Santo							2.960.853
			S	1	1	90	0	156	2.960.853
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.960.853
TOTAL - GERAL									2.960.853

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26365 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							443.452
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							443.452
09 272	0089 0181 0052	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Goiás							443.452
			S	1	1	90	0	156	443.452
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									443.452
TOTAL - GERAL									443.452

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26366 - Hospital Universitário Antonio Pedro
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							1.430
			S	1	1	90	0	156	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26367 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							930.125
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							930.125
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							930.125
			S	1	1	90	0	156	930.125
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									930.125
TOTAL - GERAL									930.125

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26368 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.452.132
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.452.132
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							3.452.132
			S	1	1	90	0	156	3.452.132
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.452.132
TOTAL - GERAL									3.452.132

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26369 - Hospital Universitário João de Barros Barreto
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							858.294
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							858.294

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará	S	1	1	90	0	156	858.294
									858.294
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									858.294
TOTAL - GERAL									858.294

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26370 - Hospital Universitário Bettina Ferro Souza
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							228.878
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							228.878
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará							228.878
			S	1	1	90	0	156	228.878
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									228.878
TOTAL - GERAL									228.878

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26371 - Hospital Universitário Lauro Wanderley
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.765.373
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.765.373
09 272	0089 0181 0025	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Paraíba							2.765.373
			S	1	1	90	0	156	2.765.373
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.765.373
TOTAL - GERAL									2.765.373

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26372 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							121.592
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							121.592
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná							121.592
			S	1	1	90	0	156	121.592
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									121.592
TOTAL - GERAL									121.592

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26373 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.088.750
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.088.750
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco							3.088.750
			S	1	1	90	0	156	3.088.750
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.088.750
TOTAL - GERAL									3.088.750

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26374 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							121.592
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							121.592

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09 272	0089 0181 0024	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte	S	1	1	90	0	156	121.592
									121.592
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									121.592
TOTAL - GERAL									121.592

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26378 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							557.891
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							557.891
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							557.891
			S	1	1	90	0	156	557.891
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									557.891
TOTAL - GERAL									557.891

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26385 - Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							21.457
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							21.457
09 272	0089 0181 0054	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul							21.457
			S	1	1	90	0	156	21.457
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									21.457
TOTAL - GERAL									21.457

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26386 - Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.485.470
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.485.470
09 272	0089 0181 0042	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Santa Catarina							3.485.470
			S	1	1	90	0	156	3.485.470
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.485.470
TOTAL - GERAL									3.485.470

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26387 - Hospital Universitário de Santa Maria
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.002.071
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.002.071
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							3.002.071
			S	1	1	90	0	156	3.002.071
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.002.071
TOTAL - GERAL									3.002.071

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26388 - Hospital Universitário Alcides Carneiro
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							543.586
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							543.586
09 272	0089 0181 0025	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Paraíba							543.586
			S	1	1	90	0	156	543.586
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									543.586
TOTAL - GERAL									543.586

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26389 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							1.430
			S	1	1	90	0	156	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26391 - Hospital Universitário Gaffree e Guinle
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.087.172
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.087.172
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							1.087.172
			S	1	1	90	0	156	1.087.172
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.087.172
TOTAL - GERAL									1.087.172

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26392 - Hospital Universitário Getúlio Vargas
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.246.835
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.246.835
09 272	0089 0181 0013	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amazonas							1.246.835
			S	1	1	90	0	156	1.246.835
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.246.835
TOTAL - GERAL									1.246.835

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26393 - Hospital Universitário de Brasília
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							136.042
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							136.042
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							136.042
			S	1	1	90	0	156	136.042
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									136.042
TOTAL - GERAL									136.042

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26394 - Hospital Universitário da Fundação Universidade do Maranhão
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							85.829
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							85.829
09 272	0089 0181 0021	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Maranhão							85.829
			S	1	1	90	0	156	85.829
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									85.829
TOTAL - GERAL									85.829

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26395 - Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr.

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.076.812
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.076.812
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							1.076.812
			S	1	1	90	0	156	1.076.812
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.076.812
TOTAL - GERAL									1.076.812

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26396 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.252.240
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.252.240
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							4.252.240
			S	1	1	90	0	156	4.252.240
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.252.240
TOTAL - GERAL									4.252.240

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26397 - Hospital Júlio Muller

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 0051	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso							1.430
			S	1	1	90	0	156	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26398 - Hospital das Clínicas da Fundação Universidade Federal de Pelotas

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							50.067
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							50.067
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							50.067
			S	1	1	90	0	156	50.067
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									50.067
TOTAL - GERAL									50.067

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26399 - Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal do Piauí

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							81.678
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							81.678
09 272	0089 0181 0022	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Piauí							81.678
			S	1	1	90	0	156	81.678
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									81.678
TOTAL - GERAL									81.678

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26400 - Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal de Sergipe

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							731.943
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							731.943
09 272	0089 0181 0028	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Sergipe							731.943
			S	1	1	90	0	156	731.943
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									731.943
TOTAL - GERAL									731.943

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26401 - Hospital Universitário Maria Pedrossian

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 0054	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul							1.430
			S	1	1	90	0	156	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26402 - Instituto Federal de Alagoas

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.646.289
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.646.289
09 272	0089 0181 0027	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Alagoas							5.646.289
			S	1	1	90	0	156	5.646.289
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.646.289
TOTAL - GERAL									5.646.289

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26403 - Instituto Federal do Amazonas

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.589.845
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.589.845
09 272	0089 0181 0013	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amazonas							3.589.845
			S	1	1	90	0	156	3.589.845
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.589.845
TOTAL - GERAL									3.589.845

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26404 - Instituto Federal Baiano

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							944.379
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							944.379
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia							944.379
			S	1	1	90	0	156	944.379
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									944.379
TOTAL - GERAL									944.379

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26405 - Instituto Federal do Ceará
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.647.330
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.647.330
09 272	0089 0181 0023	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Ceará							5.647.330
			S	1	1	90	0	156	5.647.330
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.647.330
TOTAL - GERAL									5.647.330

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26406 - Instituto Federal do Espírito Santo
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.900.424
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							7.900.424
09 272	0089 0181 0032	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Espírito Santo							7.900.424
			S	1	1	90	0	169	7.900.424
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									7.900.424
TOTAL - GERAL									7.900.424

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26407 - Instituto Federal Goiano
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.887.628
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.887.628
09 272	0089 0181 0052	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Goiás							1.887.628
			S	1	1	90	0	156	1.887.628
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.887.628
TOTAL - GERAL									1.887.628

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26408 - Instituto Federal do Maranhão
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.345.099
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.345.099
09 272	0089 0181 0021	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Maranhão							4.345.099
			S	1	1	90	0	156	4.345.099
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.345.099
TOTAL - GERAL									4.345.099

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26409 - Instituto Federal de Minas Gerais
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.629.337
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.629.337
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							3.629.337
			S	1	1	90	0	156	3.629.337
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.629.337
TOTAL - GERAL									3.629.337

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.344.660
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.344.660
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							1.344.660
			S	1	1	90	0	156	1.344.660
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.344.660
TOTAL - GERAL									1.344.660

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26411 - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.686.958
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.686.958
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							3.686.958
			S	1	1	90	0	156	3.686.958
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.686.958
TOTAL - GERAL									3.686.958

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26412 - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.413.605
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.413.605
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							3.413.605
			S	1	1	90	0	156	3.413.605
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.413.605
TOTAL - GERAL									3.413.605

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26413 - Instituto Federal do Triângulo Mineiro
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.236.877
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.236.877
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							2.236.877
			S	1	1	90	0	156	2.236.877
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.236.877
TOTAL - GERAL									2.236.877

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26414 - Instituto Federal do Mato Grosso
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.533.472
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.533.472
09 272	0089 0181 0051	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso							4.533.472
			S	1	1	90	0	156	4.533.472
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.533.472
TOTAL - GERAL									4.533.472

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26415 - Instituto Federal do Mato Grosso do Sul

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							42.915
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							42.915
09 272	0089 0181 0054	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul							42.915
			S	1	1	90	0	156	42.915
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									42.915
TOTAL - GERAL									42.915

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26416 - Instituto Federal do Pará

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.796.406
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.796.406
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará							4.796.406
			S	1	1	90	0	156	4.796.406
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.796.406
TOTAL - GERAL									4.796.406

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26417 - Instituto Federal da Paraíba

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							6.105.228
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							6.105.228
09 272	0089 0181 0025	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Paraíba							6.105.228
			S	1	1	90	0	156	6.105.228
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									6.105.228
TOTAL - GERAL									6.105.228

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26418 - Instituto Federal de Pernambuco

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							9.993.119
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							9.993.119
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco							9.993.119
			S	1	1	90	0	169	9.993.119
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									9.993.119
TOTAL - GERAL									9.993.119

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.405.374
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.405.374
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							2.405.374
			S	1	1	90	0	156	2.405.374
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.405.374
TOTAL - GERAL									2.405.374

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26420 - Instituto Federal Farroupilha

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.215.200
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.215.200
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							1.215.200
			S	1	1	90	0	156	1.215.200
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.215.200
TOTAL - GERAL									1.215.200

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26421 - Instituto Federal de Rondônia

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							278.945
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							278.945
09 272	0089 0181 0011	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Rondônia							278.945
			S	1	1	90	0	156	278.945
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									278.945
TOTAL - GERAL									278.945

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26422 - Instituto Federal Catarinense

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.651.236
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.651.236
09 272	0089 0181 0042	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Santa Catarina							1.651.236
			S	1	1	90	0	156	1.651.236
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.651.236
TOTAL - GERAL									1.651.236

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26423 - Instituto Federal de Sergipe

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.217.270
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.217.270
09 272	0089 0181 0028	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Sergipe							4.217.270
			S	1	1	90	0	156	4.217.270
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.217.270
TOTAL - GERAL									4.217.270

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26424 - Instituto Federal do Tocantins

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							221.726
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							221.726
09 272	0089 0181 0017	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Tocantins							221.726
			S	1	1	90	0	156	221.726
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									221.726
TOTAL - GERAL									221.726

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26425 - Instituto Federal do Acre
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							28.610
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							28.610
09 272	0089 0181 0012	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Acre							28.610
			S	1	1	90	0	156	28.610
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									28.610
TOTAL - GERAL									28.610

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26426 - Instituto Federal do Amapá
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							14.305
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							14.305
09 272	0089 0181 0016	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amapá							14.305
			S	1	1	90	0	156	14.305
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									14.305
TOTAL - GERAL									14.305

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26427 - Instituto Federal da Bahia
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.343.238
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.343.238
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia							5.343.238
			S	1	1	90	0	156	5.343.238
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.343.238
TOTAL - GERAL									5.343.238

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26428 - Instituto Federal de Brasília
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							85.829
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							85.829
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							85.829
			S	1	1	90	0	156	85.829
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									85.829
TOTAL - GERAL									85.829

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26429 - Instituto Federal de Goiás
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.806.445
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.806.445
09 272	0089 0181 0052	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Goiás							4.806.445
			S	1	1	90	0	156	4.806.445
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.806.445
TOTAL - GERAL									4.806.445

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26430 - Instituto Federal do Sertão Pernambucano
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							687.156
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							687.156
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco							687.156
			S	1	1	90	0	156	687.156
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									687.156
TOTAL - GERAL									687.156

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26431 - Instituto Federal do Piauí
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.798.444
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.798.444
09 272	0089 0181 0022	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Piauí							3.798.444
			S	1	1	90	0	156	3.798.444
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.798.444
TOTAL - GERAL									3.798.444

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26432 - Instituto Federal do Paraná
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							357.622
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							357.622
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná							357.622
			S	1	1	90	0	156	357.622
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									357.622
TOTAL - GERAL									357.622

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26433 - Instituto Federal do Rio de Janeiro
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.672.624
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.672.624
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							4.672.624
			S	1	1	90	0	156	4.672.624
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.672.624
TOTAL - GERAL									4.672.624

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26434 - Instituto Federal Fluminense
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							6.303.142
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							6.303.142
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							6.303.142
			S	1	1	90	0	156	6.303.142
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									6.303.142
TOTAL - GERAL									6.303.142

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26435 - Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Parte II

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.512.897
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.512.897

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09 272	0089 0181 0024	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte	S	1	1	90	0	156	5.512.897 5.512.897
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.512.897
TOTAL - GERAL									5.512.897

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.822.282
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.822.282
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							5.822.282
			S	1	1	90	0	156	5.822.282
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.822.282
TOTAL - GERAL									5.822.282

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26437 - Instituto Federal de Roraima
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.247.079
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.247.079
09 272	0089 0181 0014	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Roraima							1.247.079
			S	1	1	90	0	156	1.247.079
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.247.079
TOTAL - GERAL									1.247.079

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26438 - Instituto Federal de Santa Catarina
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.571.626
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.571.626
09 272	0089 0181 0042	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Santa Catarina							5.571.626
			S	1	1	90	0	156	5.571.626
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.571.626
TOTAL - GERAL									5.571.626

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26439 - Instituto Federal de São Paulo
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.659.272
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.659.272
09 272	0089 0181 0035	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo							5.659.272
			S	1	1	90	0	156	5.659.272
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.659.272
TOTAL - GERAL									5.659.272

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26440 - Universidade Federal da Fronteira Sul
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							48.780
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							48.780
09 272	0089 0181 0040	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Região Sul							48.780
			S	1	1	90	0	156	48.780
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									48.780
TOTAL - GERAL									48.780

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							193.116
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							193.116
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará							193.116
			S	1	1	90	0	156	193.116
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									193.116
TOTAL - GERAL									193.116

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26442 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							57.220
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							57.220
09 272	0089 0181 0020	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Região Nordeste							57.220
			S	1	1	90	0	156	57.220
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									57.220
TOTAL - GERAL									57.220

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26444 - Maternidade Victor Ferreira do Amaral
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná							1.430
			S	1	1	90	0	156	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26445 - Hospital Universitário da UNIFESP
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 0035	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo							1.430
			S	1	1	90	0	156	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26447 - Universidade Federal do Oeste da Bahia
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							35.762
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							35.762
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia							35.762
			S	1	1	90	0	156	35.762
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									35.762
TOTAL - GERAL									35.762

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							28.610
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							28.610
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará							28.610
			S	1	1	90	0	156	28.610
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									28.610
TOTAL - GERAL									28.610

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26449 - Universidade Federal do Cariri
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							28.610
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							28.610
09 272	0089 0181 0023	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Ceará							28.610
			S	1	1	90	0	156	28.610
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									28.610
TOTAL - GERAL									28.610

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26450 - Universidade Federal do Sul da Bahia
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							45.446
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							45.446
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia							45.446
			S	1	1	90	0	156	45.446
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									45.446
TOTAL - GERAL									45.446

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26451 - Hospital Universitário da Universidade Federal do Vale do São Francisco
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco							1.430
			S	1	1	90	0	156	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
UNIDADE: 28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - Administração Direta
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.378.264
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.378.264
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							2.378.264
			S	1	1	90	0	156	2.378.264
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.378.264
TOTAL - GERAL									2.378.264

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
UNIDADE: 28202 - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.642.234
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							7.642.234
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							7.642.234
			S	1	1	90	0	169	7.642.234
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									7.642.234
TOTAL - GERAL									7.642.234

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
UNIDADE: 28203 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.371.788
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							7.371.788
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							7.371.788
			S	1	1	90	0	169	7.371.788
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									7.371.788
TOTAL - GERAL									7.371.788

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
UNIDADE: 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.514.572
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.514.572
09 272	0089 0181 0010	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Região Norte							2.514.572
			S	1	1	90	0	156	2.514.572
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.514.572
TOTAL - GERAL									2.514.572

ÓRGÃO: 29000 - Defensoria Pública da União
UNIDADE: 29101 - Defensoria Pública da União
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.832.127
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.832.127
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							1.832.127
			S	1	1	90	0	156	1.832.127
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.832.127
TOTAL - GERAL									1.832.127

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							16.532.468
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							16.532.468
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							16.532.468
			S	1	1	90	0	169	16.532.468
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									16.532.468
TOTAL - GERAL									16.532.468

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30103 - Arquivo Nacional
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.259.195
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.259.195
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							1.259.195
			S	1	1	90	0	156	1.259.195
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.259.195
TOTAL - GERAL									1.259.195

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							49.710.035
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							49.710.035
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							49.710.035
			S	1	1	90	0	156	49.710.035
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									49.710.035
TOTAL - GERAL									49.710.035

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							9.418.370
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							9.418.370
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							9.418.370
			S	1	1	90	0	169	9.418.370
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									9.418.370
TOTAL - GERAL									9.418.370

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							57.798
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							57.798
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							57.798
			S	1	1	90	0	156	57.798
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									57.798
TOTAL - GERAL									57.798

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.259.447
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.259.447
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							1.259.447
			S	1	1	90	0	156	1.259.447
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.259.447
TOTAL - GERAL									1.259.447

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.230.221
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.230.221
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							1.230.221
			S	1	1	90	0	156	1.230.221
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.230.221
TOTAL - GERAL									1.230.221

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32266 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							271.793
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							271.793

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal	S	1	1	90	0	156	271.793
									271.793
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									271.793
TOTAL - GERAL									271.793

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32396 - Agência Nacional de Mineração
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.992.202
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.992.202
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							5.992.202
			S	1	1	90	0	156	5.992.202
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.992.202
TOTAL - GERAL									5.992.202

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							40.737.375
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							40.737.375
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							40.737.375
			S	1	1	90	0	156	40.737.375
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									40.737.375
TOTAL - GERAL									40.737.375

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.177.082
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.177.082
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							5.177.082
			S	1	1	90	0	156	5.177.082
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.177.082
TOTAL - GERAL									5.177.082

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							8.578.092
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							8.578.092
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							8.578.092
			S	1	1	90	0	156	8.578.092
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.578.092
TOTAL - GERAL									8.578.092

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							20.813.019
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							20.813.019
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							20.813.019
			S	1	1	90	0	156	20.813.019
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									20.813.019
TOTAL - GERAL									20.813.019

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34105 - Escola Superior do Ministério Público da União
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 5664	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Em Brasília - DF							1.430
			S	1	1	90	0	156	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35101 - Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							31.217.354
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							31.217.354
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							31.217.354
			S	1	1	90	0	153	31.217.354
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									31.217.354
TOTAL - GERAL									31.217.354

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35201 - Fundação Alexandre de Gusmão
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							100.134
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							100.134
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							100.134
			S	1	1	90	0	156	100.134
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									100.134
TOTAL - GERAL									100.134

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							27.068.945
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							27.068.945
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							27.068.945
			S	1	1	90	0	153	27.068.945
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									27.068.945
TOTAL - GERAL									27.068.945

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							40.677.564
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							40.677.564
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							40.677.564
			S	1	1	90	0	156	40.677.564
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									40.677.564
TOTAL - GERAL									40.677.564

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							12.350.290
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							12.350.290
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							12.350.290
			S	1	1	90	0	169	12.350.290
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									12.350.290
TOTAL - GERAL									12.350.290

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36213 - Agência Nacional de Saúde Suplementar
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							466.029
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							466.029
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							466.029
			S	1	1	90	0	156	466.029
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									466.029
TOTAL - GERAL									466.029

ÓRGÃO: 37000 - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União
UNIDADE: 37101 - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - Administração Direta
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							19.670.459
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							19.670.459
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							19.670.459
			S	1	1	90	0	153	16.278.697
			S	1	1	90	0	169	3.391.762
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									19.670.459
TOTAL - GERAL									19.670.459

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - Administração Direta
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							8.865.581
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							8.865.581
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							8.865.581
			S	1	1	90	0	169	8.865.581
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.865.581
TOTAL - GERAL									8.865.581

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.422.885
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.422.885
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							1.422.885
			S	1	1	90	0	156	1.422.885
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.422.885
TOTAL - GERAL									1.422.885

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39251 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							623.693
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							623.693
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							623.693
			S	1	1	90	0	156	623.693
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									623.693
TOTAL - GERAL									623.693

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							17.030.924
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							17.030.924
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							17.030.924
			S	1	1	90	0	169	17.030.924
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									17.030.924
TOTAL - GERAL									17.030.924

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39254 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.789.553
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.789.553
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							1.789.553
			S	1	1	90	0	156	1.789.553
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.789.553
TOTAL - GERAL									1.789.553

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho
UNIDADE: 40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							65.913.141
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							65.913.141
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							65.913.141
			S	1	1	90	0	153	3.897.707
			S	1	1	90	0	156	8.986.045
			S	1	1	90	0	174	53.029.389
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									65.913.141
TOTAL - GERAL									65.913.141

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho
UNIDADE: 40203 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.087.727
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.087.727
09 272	0089 0181 0035	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo							2.087.727
			S	1	1	90	0	156	2.087.727
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.087.727
TOTAL - GERAL									2.087.727

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42101 - Ministério da Cultura - Administração Direta
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.910.197
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.910.197

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal	S	1	1	90	0	156	1.910.197 1.910.197
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.910.197
TOTAL - GERAL									1.910.197

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42201 - Fundação Casa de Rui Barbosa
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							911.057
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							911.057
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							911.057
			S	1	1	90	0	156	911.057
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									911.057
TOTAL - GERAL									911.057

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42202 - Fundação Biblioteca Nacional - BN
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.551.114
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.551.114
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							1.551.114
			S	1	1	90	0	156	1.551.114
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.551.114
TOTAL - GERAL									1.551.114

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42203 - Fundação Cultural Palmares
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							104.898
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							104.898
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							104.898
			S	1	1	90	0	156	104.898
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									104.898
TOTAL - GERAL									104.898

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42204 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.163.500
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.163.500
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							3.163.500
			S	1	1	90	0	156	3.163.500
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.163.500
TOTAL - GERAL									3.163.500

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42205 - Fundação Nacional de Artes
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							996.885
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							996.885
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							996.885
			S	1	1	90	0	156	996.885
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									996.885
TOTAL - GERAL									996.885

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42206 - Agência Nacional do Cinema
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							71.524
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							71.524
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							71.524
			S	1	1	90	0	156	71.524
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									71.524
TOTAL - GERAL									71.524

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42207 - Instituto Brasileiro de Museus
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.015.648
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.015.648
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							1.015.648
			S	1	1	90	0	156	1.015.648
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.015.648
TOTAL - GERAL									1.015.648

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							872.600
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							872.600
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							872.600
			S	1	1	90	0	156	872.600
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									872.600
TOTAL - GERAL									872.600

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							244.425
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							244.425
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							244.425
			S	1	1	90	0	156	244.425
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									244.425
TOTAL - GERAL									244.425

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							24.126.226
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							24.126.226
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							24.126.226
			S	1	1	90	0	153	24.126.226
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									24.126.226
TOTAL - GERAL									24.126.226

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44205 - Agência Nacional de Águas - ANA
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							157.354
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							157.354
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							157.354
			S	1	1	90	0	156	157.354
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									157.354
TOTAL - GERAL									157.354

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.324.764
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.324.764
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							1.324.764
			S	1	1	90	0	156	1.324.764
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.324.764
TOTAL - GERAL									1.324.764

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							6.269.111
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							6.269.111
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							6.269.111
			S	1	1	90	0	156	6.269.111
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									6.269.111
TOTAL - GERAL									6.269.111

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE: 47204 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							6.646.590
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							6.646.590
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							6.646.590
			S	1	1	90	0	169	6.646.590
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									6.646.590
TOTAL - GERAL									6.646.590

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE: 47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							39.839.077
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							39.839.077
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							39.839.077
			S	1	1	90	0	156	39.839.077
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									39.839.077
TOTAL - GERAL									39.839.077

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE: 47210 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							531.641
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							531.641

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							531.641
			S	1	1	90	0	156	531.641
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									531.641
TOTAL - GERAL									531.641

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte
UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							221.697
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							221.697
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							221.697
			S	1	1	90	0	156	221.697
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									221.697
TOTAL - GERAL									221.697

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.121.434
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.121.434
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							2.121.434
			S	1	1	90	0	156	2.121.434
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.121.434
TOTAL - GERAL									2.121.434

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							13.685.178
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							13.685.178
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							13.685.178
			S	1	1	90	0	169	13.685.178
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									13.685.178
TOTAL - GERAL									13.685.178

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							13.425.143
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							13.425.143
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							13.425.143
			S	1	1	90	0	169	13.425.143
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									13.425.143
TOTAL - GERAL									13.425.143

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							12.493.351
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							12.493.351
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							12.493.351
			S	1	1	90	0	169	12.493.351
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									12.493.351
TOTAL - GERAL									12.493.351

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52211 - Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.831
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.831
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							2.831
			S	1	1	90	0	156	2.831
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.831
TOTAL - GERAL									2.831

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52222 - Fundação Osório

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							331.718
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							331.718
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							331.718
			S	1	1	90	0	156	331.718
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									331.718
TOTAL - GERAL									331.718

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52232 - Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							20.003
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							20.003
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							20.003
			S	1	1	90	0	156	20.003
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									20.003
TOTAL - GERAL									20.003

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52902 - Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.627.021
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.627.021
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							2.627.021
			S	1	1	90	0	156	2.627.021
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.627.021
TOTAL - GERAL									2.627.021

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							430.034
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							430.034
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							430.034
			S	1	1	90	0	156	430.034
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									430.034
TOTAL - GERAL									430.034

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							214.573
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							214.573
09 272	0089 0181 6000	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Amazônia Legal							214.573
			S	1	1	90	0	156	214.573
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									214.573
TOTAL - GERAL									214.573

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							369.420
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							369.420
09 272	0089 0181 0020	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Região Nordeste							369.420
			S	1	1	90	0	156	369.420
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									369.420
TOTAL - GERAL									369.420

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.650.531
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							7.650.531
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							7.650.531
			S	1	1	90	0	169	7.650.531
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									7.650.531
TOTAL - GERAL									7.650.531

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 0050	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Região Centro-Oeste							1.430
			S	1	1	90	0	156	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54101 - Ministério do Turismo - Administração Direta
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							22.131
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							22.131
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							22.131
			S	1	1	90	0	156	22.131
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									22.131
TOTAL - GERAL									22.131

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54201 - EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							611.762
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							611.762
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							611.762
			S	1	1	90	0	156	611.762
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									611.762
TOTAL - GERAL									611.762

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social
UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social - Administração Direta
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							17.166
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							17.166
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							17.166
			S	1	1	90	0	156	17.166
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									17.166
TOTAL - GERAL									17.166

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades - Administração Direta
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							21.457
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							21.457
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							21.457
			S	1	1	90	0	156	21.457
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									21.457
TOTAL - GERAL									21.457

ÓRGÃO: 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público
UNIDADE: 59101 - Conselho Nacional do Ministério Público
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 5664	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Em Brasília - DF							1.430
			S	1	1	90	0	156	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 63000 - Advocacia-Geral da União
UNIDADE: 63101 - Advocacia-Geral da União
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							67.579.150
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							67.579.150
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							67.579.150
			S	1	1	90	0	156	67.579.150
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									67.579.150
TOTAL - GERAL									67.579.150

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
UNIDADE: 73113 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							42.348.180
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							42.348.180
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							42.348.180
			S	1	1	90	0	156	42.348.180
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									42.348.180
TOTAL - GERAL									42.348.180

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 81000 - Ministério dos Direitos Humanos
UNIDADE: 81101 - Ministério dos Direitos Humanos - Administração Direta
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							1.430
			S	1	1	90	0	156	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12106 - Tribunal Regional Federal da 5a. Região
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.312.134
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.312.134
09 272	0089 0181 6016	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE							3.312.134
			S	1	1	90	0	969	3.312.134
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.312.134
TOTAL - GERAL									3.312.134

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							137.776
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							137.776
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							137.776
			S	1	1	90	0	969	137.776
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									137.776
TOTAL - GERAL									137.776

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14102 - Tribunal Regional Eleitoral do Acre
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							400.537
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							400.537
09 272	0089 0181 0012	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Acre							400.537
			S	1	1	90	0	969	400.537
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									400.537
TOTAL - GERAL									400.537

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.029.953
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.029.953
09 272	0089 0181 0027	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Alagoas							1.029.953
			S	1	1	90	0	969	1.029.953
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.029.953
TOTAL - GERAL									1.029.953

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14104 - Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.058.562
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.058.562
09 272	0089 0181 0013	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amazonas							1.058.562
			S	1	1	90	0	969	1.058.562
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.058.562
TOTAL - GERAL									1.058.562

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.529.247
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.529.247
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia							5.529.247
			S	1	1	90	0	956	655.657
			S	1	1	90	0	969	4.873.590
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.529.247
TOTAL - GERAL									5.529.247

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14106 - Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.801.096
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.801.096
09 272	0089 0181 0023	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Ceará							3.801.096
			S	1	1	90	0	956	806.469
			S	1	1	90	0	969	2.994.627
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.801.096
TOTAL - GERAL									3.801.096

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.399.197
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.399.197
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							2.399.197
			S	1	1	90	0	956	1.219.247
			S	1	1	90	0	969	1.179.950
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.399.197
TOTAL - GERAL									2.399.197

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.416.185
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.416.185
09 272	0089 0181 0032	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Espírito Santo							1.416.185
			S	1	1	90	0	969	1.416.185
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.416.185
TOTAL - GERAL									1.416.185

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14109 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.202.954
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.202.954
09 272	0089 0181 0052	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Goiás							2.202.954
			S	1	1	90	0	969	2.202.954
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.202.954
TOTAL - GERAL									2.202.954

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.045.600
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.045.600
09 272	0089 0181 0021	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Maranhão							2.045.600
			S	1	1	90	0	969	2.045.600
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.045.600
TOTAL - GERAL									2.045.600

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.515.827
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.515.827
09 272	0089 0181 0051	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso							1.515.827
			S	1	1	90	0	956	66.445
			S	1	1	90	0	969	1.449.382
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.515.827
TOTAL - GERAL									1.515.827

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14112 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.501.405
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.501.405
09 272	0089 0181 0054	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul							1.501.405
			S	1	1	90	0	956	134.692
			S	1	1	90	0	969	1.366.713
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.501.405
TOTAL - GERAL									1.501.405

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.047.275
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.047.275
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará							3.047.275
			S	1	1	90	0	956	896.153
			S	1	1	90	0	969	2.151.122
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.047.275
TOTAL - GERAL									3.047.275

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14115 - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.544.929
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.544.929
09 272	0089 0181 0025	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Paraíba							1.544.929
			S	1	1	90	0	969	1.544.929
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.544.929
TOTAL - GERAL									1.544.929

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.814.059
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.814.059
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná							4.814.059
			S	1	1	90	0	956	931.179
			S	1	1	90	0	969	3.882.880
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.814.059
TOTAL - GERAL									4.814.059

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.425.800
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.425.800
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco							4.425.800
			S	1	1	90	0	956	921.430
			S	1	1	90	0	969	3.504.370
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.425.800
TOTAL - GERAL									4.425.800

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14118 - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.174.234
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.174.234
09 272	0089 0181 0022	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Piauí							2.174.234
			S	1	1	90	0	956	137.092
			S	1	1	90	0	969	2.037.142
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.174.234
TOTAL - GERAL									2.174.234

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14120 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.400.886
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.400.886
09 272	0089 0181 0024	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte							2.400.886
			S	1	1	90	0	956	608.066
			S	1	1	90	0	969	1.792.820
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.400.886
TOTAL - GERAL									2.400.886

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14121 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.819.758
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.819.758
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							5.819.758
			S	1	1	90	0	956	1.777.878
			S	1	1	90	0	969	4.041.880
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.819.758
TOTAL - GERAL									5.819.758

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							686.635
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							686.635
09 272	0089 0181 0011	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Rondônia							686.635
			S	1	1	90	0	969	686.635
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									686.635
TOTAL - GERAL									686.635

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14123 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.682.947
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.682.947
09 272	0089 0181 0042	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Santa Catarina							3.682.947
			S	1	1	90	0	956	1.201.498
			S	1	1	90	0	969	2.481.449
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.682.947
TOTAL - GERAL									3.682.947

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14125 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.364.649
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.364.649
09 272	0089 0181 0028	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Sergipe							1.364.649
			S	1	1	90	0	956	233.781
			S	1	1	90	0	969	1.130.868
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.364.649
TOTAL - GERAL									1.364.649

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							486.366
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							486.366
09 272	0089 0181 0017	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Tocantins							486.366
			S	1	1	90	0	969	486.366
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									486.366
TOTAL - GERAL									486.366

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14127 - Tribunal Regional Eleitoral de Roraima

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							314.708
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							314.708
09 272	0089 0181 0014	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Roraima							314.708
			S	1	1	90	0	969	314.708
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									314.708
TOTAL - GERAL									314.708

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							185.964
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							185.964
09 272	0089 0181 0016	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amapá							185.964
			S	1	1	90	0	969	185.964
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									185.964
TOTAL - GERAL									185.964

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.909.903
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.909.903
09 272	0089 0181 0021	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Maranhão							1.909.903
			S	1	1	90	0	969	1.909.903
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.909.903
TOTAL - GERAL									1.909.903

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.482.362
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.482.362
09 272	0089 0181 0032	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Espírito Santo							3.482.362
			S	1	1	90	0	969	3.482.362
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.482.362
TOTAL - GERAL									3.482.362

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.679.272
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.679.272
09 272	0089 0181 0052	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Goiás							5.679.272
			S	1	1	90	0	969	5.679.272
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.679.272
TOTAL - GERAL									5.679.272

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.420.829
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.420.829
09 272	0089 0181 0027	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Alagoas							2.420.829
			S	1	1	90	0	969	2.420.829
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.420.829
TOTAL - GERAL									2.420.829

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15121 - Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.273.818
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.273.818
09 272	0089 0181 0028	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Sergipe							2.273.818
			S	1	1	90	0	969	2.273.818
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.273.818
TOTAL - GERAL									2.273.818

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.597.108
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.597.108
09 272	0089 0181 0024	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte							4.597.108
			S	1	1	90	0	956	940.918
			S	1	1	90	0	969	3.656.190
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.597.108
TOTAL - GERAL									4.597.108

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15123 - Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							826.595
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							826.595
09 272	0089 0181 0022	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Piauí							826.595
			S	1	1	90	0	969	826.595
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									826.595
TOTAL - GERAL									826.595

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.682.011
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.682.011
09 272	0089 0181 0051	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso							2.682.011
			S	1	1	90	0	969	2.682.011
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.682.011
TOTAL - GERAL									2.682.011

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.703.887

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.703.887
09 272	0089 0181 0054	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul							2.703.887
			S	1	1	90	0	969	2.703.887
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.703.887
TOTAL - GERAL									2.703.887

ÓRGÃO: 17000 - Conselho Nacional de Justiça
UNIDADE: 17101 - Conselho Nacional de Justiça
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							14.904
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							14.904
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							14.904
			S	1	1	90	0	969	14.904
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									14.904
TOTAL - GERAL									14.904

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20101 - Presidência da República
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							12.361
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							12.361
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							12.361
			S	1	1	90	0	969	12.361
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									12.361
TOTAL - GERAL									12.361

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20118 - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							11.701.925
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							11.701.925
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							11.701.925
			S	1	1	90	0	956	5.884.474
			S	1	1	90	0	969	5.817.451
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									11.701.925
TOTAL - GERAL									11.701.925

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20129 - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							761.588
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							761.588
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							761.588
			S	1	1	90	0	956	294.858
			S	1	1	90	0	969	466.730
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									761.588
TOTAL - GERAL									761.588

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							23.562.889
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							23.562.889
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							23.562.889

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			S	1	1	90	0	156	1.053.932
			S	1	1	90	0	956	10.707.366
			S	1	1	90	0	969	11.801.591
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									23.562.889
TOTAL - GERAL									23.562.889

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 5664	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Em Brasília - DF							1.430
			S	1	1	90	0	969	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20927 - Fundo de Imprensa Nacional
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.318.585
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.318.585
09 272	0089 0181 5664	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Em Brasília - DF							1.318.585
			S	1	1	90	0	956	768.511
			S	1	1	90	0	969	550.074
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.318.585
TOTAL - GERAL									1.318.585

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							69.233.062
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							69.233.062
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							69.233.062
			S	1	1	90	0	956	34.481.710
			S	1	1	90	0	969	34.751.352
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									69.233.062
TOTAL - GERAL									69.233.062

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Administração Direta
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							71.091.308
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							71.091.308
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							71.091.308
			S	1	1	90	0	956	56.022.610
			S	1	1	90	0	969	15.068.698
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									71.091.308
TOTAL - GERAL									71.091.308

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.628.064
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.628.064
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							4.628.064
			S	1	1	90	0	956	2.427.767
			S	1	1	90	0	969	2.200.297
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.628.064
TOTAL - GERAL									4.628.064

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							17.915.336
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							17.915.336
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							17.915.336
			S	1	1	90	0	956	8.614.082
			S	1	1	90	0	969	9.301.254
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									17.915.336
TOTAL - GERAL									17.915.336

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24205 - Agência Espacial Brasileira
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							50.067
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							50.067
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							50.067
			S	1	1	90	0	969	50.067
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									50.067
TOTAL - GERAL									50.067

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24211 - Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.173.002
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.173.002
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							1.173.002
			S	1	1	90	0	969	1.173.002
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.173.002
TOTAL - GERAL									1.173.002

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda - Administração Direta
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							141.582.551
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							141.582.551
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							141.582.551
			S	1	1	90	0	956	125.247.006
			S	1	1	90	0	969	16.335.545
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									141.582.551
TOTAL - GERAL									141.582.551

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							722.709.612
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							722.709.612
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							722.709.612
			S	1	1	90	0	156	241.320.344
			S	1	1	90	0	956	448.222.854
			S	1	1	90	0	969	33.166.414
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									722.709.612
TOTAL - GERAL									722.709.612

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							13.243.355
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							13.243.355
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							13.243.355
			S	1	1	90	0	969	13.243.355
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									13.243.355
TOTAL - GERAL									13.243.355

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							202.439.235
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							202.439.235
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							202.439.235
			S	1	1	90	0	156	136.065.864
			S	1	1	90	0	956	37.902.866
			S	1	1	90	0	969	28.470.505
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									202.439.235
TOTAL - GERAL									202.439.235

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25203 - Comissão de Valores Mobiliários
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							6.008.915
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							6.008.915
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							6.008.915
			S	1	1	90	0	956	3.091.855
			S	1	1	90	0	969	2.917.060
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									6.008.915
TOTAL - GERAL									6.008.915

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25206 - Superintendência Nacional de Previdência Complementar
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							100.134
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							100.134
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							100.134
			S	1	1	90	0	969	100.134
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									100.134
TOTAL - GERAL									100.134

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25208 - Superintendência de Seguros Privados
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.073.376
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.073.376
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							5.073.376
			S	1	1	90	0	956	2.506.363
			S	1	1	90	0	969	2.567.013
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.073.376
TOTAL - GERAL									5.073.376

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.166.959
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.166.959
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							2.166.959
			S	1	1	90	0	969	2.166.959
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.166.959
TOTAL - GERAL									2.166.959

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.083.479
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.083.479
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							1.083.479
			S	1	1	90	0	969	1.083.479
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.083.479
TOTAL - GERAL									1.083.479

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26105 - Instituto Benjamin Constant
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							666.757
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							666.757
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							666.757
			S	1	1	90	0	969	666.757
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									666.757
TOTAL - GERAL									666.757

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26201 - Colégio Pedro II
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							11.189.494
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							11.189.494
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							11.189.494
			S	1	1	90	0	956	5.205.354
			S	1	1	90	0	969	5.984.140
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									11.189.494
TOTAL - GERAL									11.189.494

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26230 - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							130.970
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							130.970
09 272	0089 0181 0020	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Região Nordeste							130.970
			S	1	1	90	0	969	130.970
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									130.970
TOTAL - GERAL									130.970

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26231 - Universidade Federal de Alagoas

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							17.428.003
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							17.428.003
09 272	0089 0181 0027	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Alagoas							17.428.003
			S	1	1	90	0	956	8.475.129
			S	1	1	90	0	969	8.952.874
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									17.428.003
TOTAL - GERAL									17.428.003

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26232 - Universidade Federal da Bahia

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							28.110.842
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							28.110.842
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia							28.110.842
			S	1	1	90	0	956	14.013.942
			S	1	1	90	0	969	14.096.900
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									28.110.842
TOTAL - GERAL									28.110.842

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26233 - Universidade Federal do Ceará

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							27.499.204
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							27.499.204
09 272	0089 0181 0023	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Ceará							27.499.204
			S	1	1	90	0	956	14.345.764
			S	1	1	90	0	969	13.153.440
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									27.499.204
TOTAL - GERAL									27.499.204

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26234 - Universidade Federal do Espírito Santo

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							19.081.755
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							19.081.755
09 272	0089 0181 0032	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Espírito Santo							19.081.755
			S	1	1	90	0	956	7.990.260
			S	1	1	90	0	969	11.091.495
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									19.081.755
TOTAL - GERAL									19.081.755

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26235 - Universidade Federal de Goiás

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							25.578.829
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							25.578.829
09 272	0089 0181 0052	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Goiás							25.578.829

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			S	1	1	90	0	956	12.510.401
			S	1	1	90	0	969	13.068.428
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									25.578.829
TOTAL - GERAL									25.578.829

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26236 - Universidade Federal Fluminense
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							40.139.004
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							40.139.004
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							40.139.004
			S	1	1	90	0	956	20.231.320
			S	1	1	90	0	969	19.907.684
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									40.139.004
TOTAL - GERAL									40.139.004

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							22.678.725
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							22.678.725
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							22.678.725
			S	1	1	90	0	956	14.344.268
			S	1	1	90	0	969	8.334.457
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									22.678.725
TOTAL - GERAL									22.678.725

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							39.615.886
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							39.615.886
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							39.615.886
			S	1	1	90	0	956	19.841.553
			S	1	1	90	0	969	19.774.333
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									39.615.886
TOTAL - GERAL									39.615.886

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26239 - Universidade Federal do Pará
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							14.531.959
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							14.531.959
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará							14.531.959
			S	1	1	90	0	969	14.531.959
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									14.531.959
TOTAL - GERAL									14.531.959

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26240 - Universidade Federal da Paraíba
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							33.914.405
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							33.914.405
09 272	0089 0181 0025	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Paraíba							33.914.405
			S	1	1	90	0	956	16.567.066
			S	1	1	90	0	969	17.347.339
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									33.914.405
TOTAL - GERAL									33.914.405

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26241 - Universidade Federal do Paraná
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							34.242.229
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							34.242.229
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná							34.242.229
			S	1	1	90	0	956	15.192.994
			S	1	1	90	0	969	19.049.235
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									34.242.229
TOTAL - GERAL									34.242.229

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							31.906.279
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							31.906.279
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco							31.906.279
			S	1	1	90	0	956	15.564.076
			S	1	1	90	0	969	16.342.203
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									31.906.279
TOTAL - GERAL									31.906.279

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26243 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							29.416.963
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							29.416.963
09 272	0089 0181 0024	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte							29.416.963
			S	1	1	90	0	956	14.448.278
			S	1	1	90	0	969	14.968.685
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									29.416.963
TOTAL - GERAL									29.416.963

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							35.554.749
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							35.554.749
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							35.554.749
			S	1	1	90	0	956	16.262.148
			S	1	1	90	0	969	19.292.601
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									35.554.749
TOTAL - GERAL									35.554.749

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							29.467.766
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							29.467.766
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							29.467.766
			S	1	1	90	0	969	29.467.766
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									29.467.766
TOTAL - GERAL									29.467.766

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26246 - Universidade Federal de Santa Catarina
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							30.935.953
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							30.935.953
09 272	0089 0181 0042	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Santa Catarina							30.935.953
			S	1	1	90	0	956	15.287.177
			S	1	1	90	0	969	15.648.776
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									30.935.953
TOTAL - GERAL									30.935.953

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26247 - Universidade Federal de Santa Maria
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							24.053.847
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							24.053.847
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							24.053.847
			S	1	1	90	0	956	12.193.915
			S	1	1	90	0	969	11.859.932
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									24.053.847
TOTAL - GERAL									24.053.847

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							13.597.355
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							13.597.355
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco							13.597.355
			S	1	1	90	0	956	5.459.591
			S	1	1	90	0	969	8.137.764
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									13.597.355
TOTAL - GERAL									13.597.355

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							17.374.259
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							17.374.259
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							17.374.259
			S	1	1	90	0	956	2.143.872
			S	1	1	90	0	969	15.230.387
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									17.374.259
TOTAL - GERAL									17.374.259

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.794.767
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.794.767
09 272	0089 0181 0014	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Roraima							1.794.767
			S	1	1	90	0	969	1.794.767
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.794.767
TOTAL - GERAL									1.794.767

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26251 - Fundação Universidade Federal do Tocantins
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							359.353
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							359.353
09 272	0089 0181 0017	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Tocantins							359.353
			S	1	1	90	0	969	359.353
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									359.353
TOTAL - GERAL									359.353

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26252 - Universidade Federal de Campina Grande
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							15.173.771
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							15.173.771
09 272	0089 0181 0025	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Paraíba							15.173.771
			S	1	1	90	0	956	6.884.320
			S	1	1	90	0	969	8.289.451
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									15.173.771
TOTAL - GERAL									15.173.771

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.087.849
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.087.849
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará							4.087.849
			S	1	1	90	0	956	1.749.201
			S	1	1	90	0	969	2.338.648
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.087.849
TOTAL - GERAL									4.087.849

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26254 - Universidade Federal do Triângulo Mineiro
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							8.234.001
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							8.234.001
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							8.234.001
			S	1	1	90	0	956	4.741.864
			S	1	1	90	0	969	3.492.137
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.234.001
TOTAL - GERAL									8.234.001

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26255 - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.144.392
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.144.392
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							1.144.392
			S	1	1	90	0	969	1.144.392
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.144.392
TOTAL - GERAL									1.144.392

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600170

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							8.232.875
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							8.232.875
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							8.232.875
			S	1	1	90	0	956	3.410.558
			S	1	1	90	0	969	4.822.317
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.232.875
TOTAL - GERAL									8.232.875

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26257 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							9.234.223
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							9.234.223
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							9.234.223
			S	1	1	90	0	956	3.926.841
			S	1	1	90	0	969	5.307.382
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									9.234.223
TOTAL - GERAL									9.234.223

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							9.601.854
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							9.601.854
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná							9.601.854
			S	1	1	90	0	969	9.601.854
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									9.601.854
TOTAL - GERAL									9.601.854

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26260 - Universidade Federal de Alfenas
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.897.377
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.897.377
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							2.897.377
			S	1	1	90	0	956	178.677
			S	1	1	90	0	969	2.718.700
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.897.377
TOTAL - GERAL									2.897.377

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26261 - Universidade Federal de Itajubá
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.684.941
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.684.941
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							4.684.941
			S	1	1	90	0	956	1.964.574
			S	1	1	90	0	969	2.720.367
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.684.941
TOTAL - GERAL									4.684.941

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600171

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26262 - Universidade Federal de São Paulo

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							23.775.433
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							23.775.433
09 272	0089 0181 0035	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo							23.775.433
			S	1	1	90	0	956	12.677.270
			S	1	1	90	0	969	11.098.163
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									23.775.433
TOTAL - GERAL									23.775.433

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26263 - Universidade Federal de Lavras

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.323.645
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							7.323.645
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							7.323.645
			S	1	1	90	0	956	2.816.371
			S	1	1	90	0	969	4.507.274
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									7.323.645
TOTAL - GERAL									7.323.645

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26264 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.957.735
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.957.735
09 272	0089 0181 0024	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte							3.957.735
			S	1	1	90	0	956	348.915
			S	1	1	90	0	969	3.608.820
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.957.735
TOTAL - GERAL									3.957.735

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa

Parte III

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							71.524
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							71.524
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							71.524
			S	1	1	90	0	969	71.524
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									71.524
TOTAL - GERAL									71.524

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26267 - Universidade Federal da Integração Latino Americana

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná							1.430
			S	1	1	90	0	969	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600172

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26268 - Fundação Universidade Federal de Rondônia

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.355.773
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.355.773
09 272	0089 0181 0011	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Rondônia							4.355.773
			S	1	1	90	0	956	621.936
			S	1	1	90	0	969	3.733.837
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.355.773
TOTAL - GERAL									4.355.773

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.508.941
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.508.941
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							4.508.941
			S	1	1	90	0	969	4.508.941
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.508.941
TOTAL - GERAL									4.508.941

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26270 - Fundação Universidade do Amazonas

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							14.151.877
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							14.151.877
09 272	0089 0181 0013	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amazonas							14.151.877
			S	1	1	90	0	956	6.632.530
			S	1	1	90	0	969	7.519.347
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									14.151.877
TOTAL - GERAL									14.151.877

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26271 - Fundação Universidade de Brasília

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							38.060.047
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							38.060.047
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							38.060.047
			S	1	1	90	0	956	16.673.831
			S	1	1	90	0	969	21.386.216
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									38.060.047
TOTAL - GERAL									38.060.047

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							15.487.295
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							15.487.295
09 272	0089 0181 0021	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Maranhão							15.487.295
			S	1	1	90	0	956	7.449.545
			S	1	1	90	0	969	8.037.750
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									15.487.295
TOTAL - GERAL									15.487.295

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600173

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							9.912.808
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							9.912.808
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							9.912.808
			S	1	1	90	0	956	4.942.138
			S	1	1	90	0	969	4.970.670
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									9.912.808
TOTAL - GERAL									9.912.808

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26274 - Universidade Federal de Uberlândia

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							24.098.389
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							24.098.389
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							24.098.389
			S	1	1	90	0	956	12.331.803
			S	1	1	90	0	969	11.766.586
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									24.098.389
TOTAL - GERAL									24.098.389

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26275 - Fundação Universidade Federal do Acre

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							6.610.593
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							6.610.593
09 272	0089 0181 0012	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Acre							6.610.593
			S	1	1	90	0	956	2.863.421
			S	1	1	90	0	969	3.747.172
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									6.610.593
TOTAL - GERAL									6.610.593

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							20.793.400
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							20.793.400
09 272	0089 0181 0051	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso							20.793.400
			S	1	1	90	0	956	9.538.549
			S	1	1	90	0	969	11.254.851
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									20.793.400
TOTAL - GERAL									20.793.400

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26277 - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							8.822.873
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							8.822.873
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							8.822.873
			S	1	1	90	0	956	3.722.185
			S	1	1	90	0	969	5.100.688
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.822.873
TOTAL - GERAL									8.822.873

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							14.112.117
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							14.112.117
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							14.112.117
			S	1	1	90	0	956	5.982.688
			S	1	1	90	0	969	8.129.429
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									14.112.117
TOTAL - GERAL									14.112.117

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							15.180.504
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							15.180.504
09 272	0089 0181 0022	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Piauí							15.180.504
			S	1	1	90	0	956	6.529.338
			S	1	1	90	0	969	8.651.166
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									15.180.504
TOTAL - GERAL									15.180.504

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							13.690.856
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							13.690.856
09 272	0089 0181 0035	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo							13.690.856
			S	1	1	90	0	956	5.993.152
			S	1	1	90	0	969	7.697.704
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									13.690.856
TOTAL - GERAL									13.690.856

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26281 - Fundação Universidade Federal de Sergipe
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							14.057.789
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							14.057.789
09 272	0089 0181 0028	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Sergipe							14.057.789
			S	1	1	90	0	956	6.520.106
			S	1	1	90	0	969	7.537.683
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									14.057.789
TOTAL - GERAL									14.057.789

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							17.501.786
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							17.501.786
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							17.501.786
			S	1	1	90	0	956	7.738.803
			S	1	1	90	0	969	9.762.983
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									17.501.786
TOTAL - GERAL									17.501.786

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600175

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							16.734.729
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							16.734.729
09 272	0089 0181 0054	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul							16.734.729
			S	1	1	90	0	956	7.285.122
			S	1	1	90	0	969	9.449.607
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									16.734.729
TOTAL - GERAL									16.734.729

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26284 - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.043.142
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.043.142
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							2.043.142
			S	1	1	90	0	956	504.601
			S	1	1	90	0	969	1.538.541
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.043.142
TOTAL - GERAL									2.043.142

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26285 - Fundação Universidade Federal de São João del-Rei
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.047.913
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.047.913
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							3.047.913
			S	1	1	90	0	969	3.047.913
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.047.913
TOTAL - GERAL									3.047.913

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26286 - Fundação Universidade Federal do Amapá
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							643.720
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							643.720
09 272	0089 0181 0016	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amapá							643.720
			S	1	1	90	0	969	643.720
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									643.720
TOTAL - GERAL									643.720

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							591.357
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							591.357
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							591.357
			S	1	1	90	0	969	591.357
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									591.357
TOTAL - GERAL									591.357

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.564.695
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.564.695
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							2.564.695
			S	1	1	90	0	956	1.001.151
			S	1	1	90	0	969	1.563.544
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.564.695
TOTAL - GERAL									2.564.695

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26292 - Fundação Joaquim Nabuco
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.192.189
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.192.189
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco							2.192.189
			S	1	1	90	0	956	1.110.377
			S	1	1	90	0	969	1.081.812
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.192.189
TOTAL - GERAL									2.192.189

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.538.961
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.538.961
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							3.538.961
			S	1	1	90	0	956	1.607.034
			S	1	1	90	0	969	1.931.927
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.538.961
TOTAL - GERAL									3.538.961

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26350 - Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.115.782
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.115.782
09 272	0089 0181 0054	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul							1.115.782
			S	1	1	90	0	969	1.115.782
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.115.782
TOTAL - GERAL									1.115.782

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							677.260
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							677.260
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia							677.260
			S	1	1	90	0	969	677.260
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									677.260
TOTAL - GERAL									677.260

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600177

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26352 - Fundação Universidade Federal do ABC
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							157.354
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							157.354
09 272	0089 0181 0035	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo							157.354
			S	1	1	90	0	969	157.354
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									157.354
TOTAL - GERAL									157.354

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26358 - Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.736.901
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.736.901
09 272	0089 0181 0027	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Alagoas							1.736.901
			S	1	1	90	0	969	1.736.901
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.736.901
TOTAL - GERAL									1.736.901

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26359 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							902.739
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							902.739
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia							902.739
			S	1	1	90	0	969	902.739
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									902.739
TOTAL - GERAL									902.739

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26362 - Hospital Universitário Walter Cantídio
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.316.979
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.316.979
09 272	0089 0181 0023	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Ceará							2.316.979
			S	1	1	90	0	969	2.316.979
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.316.979
TOTAL - GERAL									2.316.979

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26363 - Maternidade-Escola Assis Chateaubriand
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.136.820
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.136.820
09 272	0089 0181 0023	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Ceará							1.136.820
			S	1	1	90	0	969	1.136.820
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.136.820
TOTAL - GERAL									1.136.820

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600178

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.960.853
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.960.853
09 272	0089 0181 0032	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Espírito Santo							2.960.853
			S	1	1	90	0	956	1.307.297
			S	1	1	90	0	969	1.653.556
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.960.853
TOTAL - GERAL									2.960.853

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26365 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							443.452
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							443.452
09 272	0089 0181 0052	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Goiás							443.452
			S	1	1	90	0	969	443.452
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									443.452
TOTAL - GERAL									443.452

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26366 - Hospital Universitário Antonio Pedro
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							1.430
			S	1	1	90	0	969	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26367 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							930.125
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							930.125
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							930.125
			S	1	1	90	0	969	930.125
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									930.125
TOTAL - GERAL									930.125

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26368 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.452.132
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.452.132
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							3.452.132
			S	1	1	90	0	969	3.452.132
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.452.132
TOTAL - GERAL									3.452.132

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600179

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26369 - Hospital Universitário João de Barros Barreto
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							858.294
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							858.294
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará							858.294
			S	1	1	90	0	969	858.294
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									858.294
TOTAL - GERAL									858.294

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26370 - Hospital Universitário Bettina Ferro Souza
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							228.878
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							228.878
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará							228.878
			S	1	1	90	0	969	228.878
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									228.878
TOTAL - GERAL									228.878

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26371 - Hospital Universitário Lauro Wanderley
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.765.373
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.765.373
09 272	0089 0181 0025	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Paraíba							2.765.373
			S	1	1	90	0	969	2.765.373
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.765.373
TOTAL - GERAL									2.765.373

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26372 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							121.592
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							121.592
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná							121.592
			S	1	1	90	0	969	121.592
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									121.592
TOTAL - GERAL									121.592

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26373 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.088.750
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.088.750
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco							3.088.750
			S	1	1	90	0	969	3.088.750
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.088.750
TOTAL - GERAL									3.088.750

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600180

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26374 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							121.592
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							121.592
09 272	0089 0181 0024	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte							121.592
			S	1	1	90	0	969	121.592
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									121.592
TOTAL - GERAL									121.592

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26378 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							557.891
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							557.891
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							557.891
			S	1	1	90	0	969	557.891
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									557.891
TOTAL - GERAL									557.891

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26385 - Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							21.457
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							21.457
09 272	0089 0181 0054	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul							21.457
			S	1	1	90	0	969	21.457
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									21.457
TOTAL - GERAL									21.457

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26386 - Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.485.470
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.485.470
09 272	0089 0181 0042	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Santa Catarina							3.485.470
			S	1	1	90	0	969	3.485.470
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.485.470
TOTAL - GERAL									3.485.470

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26387 - Hospital Universitário de Santa Maria
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.002.071
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.002.071
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							3.002.071
			S	1	1	90	0	969	3.002.071
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.002.071
TOTAL - GERAL									3.002.071

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600181

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26388 - Hospital Universitário Alcides Carneiro
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							543.586
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							543.586
09 272	0089 0181 0025	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Paraíba							543.586
			S	1	1	90	0	969	543.586
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									543.586
TOTAL - GERAL									543.586

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26389 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							1.430
			S	1	1	90	0	969	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26391 - Hospital Universitário Gaffree e Guinle
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.087.172
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.087.172
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							1.087.172
			S	1	1	90	0	969	1.087.172
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.087.172
TOTAL - GERAL									1.087.172

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26392 - Hospital Universitário Getúlio Vargas
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.246.835
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.246.835
09 272	0089 0181 0013	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amazonas							1.246.835
			S	1	1	90	0	969	1.246.835
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.246.835
TOTAL - GERAL									1.246.835

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26393 - Hospital Universitário de Brasília
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							136.042
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							136.042
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							136.042
			S	1	1	90	0	969	136.042
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									136.042
TOTAL - GERAL									136.042

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26394 - Hospital Universitário da Fundação Universidade do Maranhão
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							85.829
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							85.829
09 272	0089 0181 0021	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Maranhão							85.829
			S	1	1	90	0	969	85.829
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									85.829
TOTAL - GERAL									85.829

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26395 - Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr.
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.076.812
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.076.812
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							1.076.812
			S	1	1	90	0	969	1.076.812
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.076.812
TOTAL - GERAL									1.076.812

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26396 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.252.240
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.252.240
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							4.252.240
			S	1	1	90	0	969	4.252.240
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.252.240
TOTAL - GERAL									4.252.240

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26397 - Hospital Júlio Muller
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 0051	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso							1.430
			S	1	1	90	0	969	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26398 - Hospital das Clínicas da Fundação Universidade Federal de Pelotas
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							50.067
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							50.067
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							50.067
			S	1	1	90	0	969	50.067
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									50.067
TOTAL - GERAL									50.067

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26399 - Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal do Piauí
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							81.678
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							81.678
09 272	0089 0181 0022	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Piauí							81.678
			S	1	1	90	0	969	81.678
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									81.678
TOTAL - GERAL									81.678

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600183

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26400 - Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal de Sergipe
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							731.943
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							731.943
09 272	0089 0181 0028	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Sergipe							731.943
			S	1	1	90	0	969	731.943
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									731.943
TOTAL - GERAL									731.943

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26401 - Hospital Universitário Maria Pedrossian
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 0054	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul							1.430
			S	1	1	90	0	969	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26402 - Instituto Federal de Alagoas
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.646.289
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.646.289
09 272	0089 0181 0027	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Alagoas							5.646.289
			S	1	1	90	0	956	1.087.341
			S	1	1	90	0	969	4.558.948
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.646.289
TOTAL - GERAL									5.646.289

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26403 - Instituto Federal do Amazonas
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.589.845
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.589.845
09 272	0089 0181 0013	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amazonas							3.589.845
			S	1	1	90	0	969	3.589.845
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.589.845
TOTAL - GERAL									3.589.845

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26404 - Instituto Federal Baiano
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							944.379
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							944.379
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia							944.379
			S	1	1	90	0	969	944.379
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									944.379
TOTAL - GERAL									944.379

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600184

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26405 - Instituto Federal do Ceará

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.647.330
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.647.330
09 272	0089 0181 0023	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Ceará							5.647.330
			S	1	1	90	0	969	5.647.330
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.647.330
TOTAL - GERAL									5.647.330

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26406 - Instituto Federal do Espírito Santo

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.900.424
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							7.900.424
09 272	0089 0181 0032	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Espírito Santo							7.900.424
			S	1	1	90	0	969	7.900.424
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									7.900.424
TOTAL - GERAL									7.900.424

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26407 - Instituto Federal Goiano

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.887.628
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.887.628
09 272	0089 0181 0052	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Goiás							1.887.628
			S	1	1	90	0	969	1.887.628
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.887.628
TOTAL - GERAL									1.887.628

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26408 - Instituto Federal do Maranhão

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.345.099
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.345.099
09 272	0089 0181 0021	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Maranhão							4.345.099
			S	1	1	90	0	969	4.345.099
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.345.099
TOTAL - GERAL									4.345.099

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26409 - Instituto Federal de Minas Gerais

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.629.337
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.629.337
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							3.629.337
			S	1	1	90	0	969	3.629.337
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.629.337
TOTAL - GERAL									3.629.337

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600185

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.344.660
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.344.660
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							1.344.660
			S	1	1	90	0	969	1.344.660
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.344.660
TOTAL - GERAL									1.344.660

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26411 - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.686.958
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.686.958
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							3.686.958
			S	1	1	90	0	956	39.800
			S	1	1	90	0	969	3.647.158
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.686.958
TOTAL - GERAL									3.686.958

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26412 - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.413.605
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.413.605
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							3.413.605
			S	1	1	90	0	956	171.501
			S	1	1	90	0	969	3.242.104
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.413.605
TOTAL - GERAL									3.413.605

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26413 - Instituto Federal do Triângulo Mineiro
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.236.877
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.236.877
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							2.236.877
			S	1	1	90	0	969	2.236.877
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.236.877
TOTAL - GERAL									2.236.877

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26414 - Instituto Federal do Mato Grosso
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.533.472
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.533.472
09 272	0089 0181 0051	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso							4.533.472
			S	1	1	90	0	969	4.533.472
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.533.472
TOTAL - GERAL									4.533.472

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600186

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26415 - Instituto Federal do Mato Grosso do Sul
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							42.915
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							42.915
09 272	0089 0181 0054	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul							42.915
			S	1	1	90	0	969	42.915
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									42.915
TOTAL - GERAL									42.915

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26416 - Instituto Federal do Pará
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.796.406
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.796.406
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará							4.796.406
			S	1	1	90	0	969	4.796.406
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.796.406
TOTAL - GERAL									4.796.406

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26417 - Instituto Federal da Paraíba
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							6.105.228
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							6.105.228
09 272	0089 0181 0025	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Paraíba							6.105.228
			S	1	1	90	0	969	6.105.228
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									6.105.228
TOTAL - GERAL									6.105.228

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26418 - Instituto Federal de Pernambuco
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							9.993.119
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							9.993.119
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco							9.993.119
			S	1	1	90	0	956	3.592.256
			S	1	1	90	0	969	6.400.863
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									9.993.119
TOTAL - GERAL									9.993.119

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.405.374
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.405.374
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							2.405.374
			S	1	1	90	0	969	2.405.374
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.405.374
TOTAL - GERAL									2.405.374

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600187

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26420 - Instituto Federal Farroupilha

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.215.200
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.215.200
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							1.215.200
			S	1	1	90	0	969	1.215.200
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.215.200
TOTAL - GERAL									1.215.200

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26421 - Instituto Federal de Rondônia

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							278.945
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							278.945
09 272	0089 0181 0011	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Rondônia							278.945
			S	1	1	90	0	969	278.945
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									278.945
TOTAL - GERAL									278.945

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26422 - Instituto Federal Catarinense

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.651.236
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.651.236
09 272	0089 0181 0042	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Santa Catarina							1.651.236
			S	1	1	90	0	969	1.651.236
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.651.236
TOTAL - GERAL									1.651.236

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26423 - Instituto Federal de Sergipe

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.217.270
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.217.270
09 272	0089 0181 0028	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Sergipe							4.217.270
			S	1	1	90	0	956	1.021.839
			S	1	1	90	0	969	3.195.431
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.217.270
TOTAL - GERAL									4.217.270

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26424 - Instituto Federal do Tocantins

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							221.726
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							221.726
09 272	0089 0181 0017	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Tocantins							221.726
			S	1	1	90	0	969	221.726
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									221.726
TOTAL - GERAL									221.726

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600188

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26425 - Instituto Federal do Acre
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							28.610
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							28.610
09 272	0089 0181 0012	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Acre							28.610
			S	1	1	90	0	969	28.610
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									28.610
TOTAL - GERAL									28.610

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26426 - Instituto Federal do Amapá
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							14.305
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							14.305
09 272	0089 0181 0016	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amapá							14.305
			S	1	1	90	0	969	14.305
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									14.305
TOTAL - GERAL									14.305

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26427 - Instituto Federal da Bahia
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.343.238
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.343.238
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia							5.343.238
			S	1	1	90	0	969	5.343.238
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.343.238
TOTAL - GERAL									5.343.238

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26428 - Instituto Federal de Brasília
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							85.829
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							85.829
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							85.829
			S	1	1	90	0	969	85.829
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									85.829
TOTAL - GERAL									85.829

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26429 - Instituto Federal de Goiás
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.806.445
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.806.445
09 272	0089 0181 0052	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Goiás							4.806.445
			S	1	1	90	0	969	4.806.445
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.806.445
TOTAL - GERAL									4.806.445

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600189

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26430 - Instituto Federal do Sertão Pernambucano
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							687.156
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							687.156
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco							687.156
			S	1	1	90	0	969	687.156
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									687.156
TOTAL - GERAL									687.156

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26431 - Instituto Federal do Piauí
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.798.444
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.798.444
09 272	0089 0181 0022	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Piauí							3.798.444
			S	1	1	90	0	969	3.798.444
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.798.444
TOTAL - GERAL									3.798.444

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26432 - Instituto Federal do Paraná
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							357.622
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							357.622
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná							357.622
			S	1	1	90	0	969	357.622
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									357.622
TOTAL - GERAL									357.622

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26433 - Instituto Federal do Rio de Janeiro
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.672.624
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.672.624
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							4.672.624
			S	1	1	90	0	969	4.672.624
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.672.624
TOTAL - GERAL									4.672.624

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26434 - Instituto Federal Fluminense
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							6.303.142
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							6.303.142
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							6.303.142
			S	1	1	90	0	956	1.305.802
			S	1	1	90	0	969	4.997.340
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									6.303.142
TOTAL - GERAL									6.303.142

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600190

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26435 - Instituto Federal do Rio Grande do Norte
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.512.897
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.512.897
09 272	0089 0181 0024	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte							5.512.897
			S	1	1	90	0	969	5.512.897
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.512.897
TOTAL - GERAL									5.512.897

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.822.282
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.822.282
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							5.822.282
			S	1	1	90	0	956	389.883
			S	1	1	90	0	969	5.432.399
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.822.282
TOTAL - GERAL									5.822.282

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26437 - Instituto Federal de Roraima
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.247.079
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.247.079
09 272	0089 0181 0014	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Roraima							1.247.079
			S	1	1	90	0	969	1.247.079
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.247.079
TOTAL - GERAL									1.247.079

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26438 - Instituto Federal de Santa Catarina
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.571.626
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.571.626
09 272	0089 0181 0042	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Santa Catarina							5.571.626
			S	1	1	90	0	969	5.571.626
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.571.626
TOTAL - GERAL									5.571.626

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26439 - Instituto Federal de São Paulo
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.659.272
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.659.272
09 272	0089 0181 0035	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo							5.659.272
			S	1	1	90	0	969	5.659.272
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.659.272
TOTAL - GERAL									5.659.272

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600191

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26440 - Universidade Federal da Fronteira Sul

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							48.780
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							48.780
09 272	0089 0181 0040	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Região Sul							48.780
			S	1	1	90	0	969	48.780
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									48.780
TOTAL - GERAL									48.780

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							193.116
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							193.116
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará							193.116
			S	1	1	90	0	969	193.116
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									193.116
TOTAL - GERAL									193.116

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26442 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							57.220
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							57.220
09 272	0089 0181 0020	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Região Nordeste							57.220
			S	1	1	90	0	969	57.220
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									57.220
TOTAL - GERAL									57.220

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26444 - Maternidade Victor Ferreira do Amaral

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná							1.430
			S	1	1	90	0	969	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26445 - Hospital Universitário da UNIFESP

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 0035	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo							1.430
			S	1	1	90	0	969	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600192

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26447 - Universidade Federal do Oeste da Bahia
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							35.762
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							35.762
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia							35.762
			S	1	1	90	0	969	35.762
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									35.762
TOTAL - GERAL									35.762

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							28.610
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							28.610
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará							28.610
			S	1	1	90	0	969	28.610
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									28.610
TOTAL - GERAL									28.610

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26449 - Universidade Federal do Cariri
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							28.610
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							28.610
09 272	0089 0181 0023	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Ceará							28.610
			S	1	1	90	0	969	28.610
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									28.610
TOTAL - GERAL									28.610

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26450 - Universidade Federal do Sul da Bahia
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							45.446
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							45.446
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia							45.446
			S	1	1	90	0	969	45.446
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									45.446
TOTAL - GERAL									45.446

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26451 - Hospital Universitário da Universidade Federal do Vale do São Francisco
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco							1.430
			S	1	1	90	0	969	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600193

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
UNIDADE: 28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - Administração Direta
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.378.264
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.378.264
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							2.378.264
			S	1	1	90	0	969	2.378.264
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.378.264
TOTAL - GERAL									2.378.264

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
UNIDADE: 28202 - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.642.234
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							7.642.234
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							7.642.234
			S	1	1	90	0	956	3.158.296
			S	1	1	90	0	969	4.483.938
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									7.642.234
TOTAL - GERAL									7.642.234

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
UNIDADE: 28203 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.371.788
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							7.371.788
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							7.371.788
			S	1	1	90	0	956	3.232.175
			S	1	1	90	0	969	4.139.613
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									7.371.788
TOTAL - GERAL									7.371.788

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
UNIDADE: 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.514.572
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.514.572
09 272	0089 0181 0010	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Região Norte							2.514.572
			S	1	1	90	0	956	1.049.374
			S	1	1	90	0	969	1.465.198
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.514.572
TOTAL - GERAL									2.514.572

ÓRGÃO: 29000 - Defensoria Pública da União
UNIDADE: 29101 - Defensoria Pública da União
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.832.127
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.832.127
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							1.832.127
			S	1	1	90	0	969	1.832.127
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.832.127
TOTAL - GERAL									1.832.127

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600194

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							16.532.468
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							16.532.468
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							16.532.468
			S	1	1	90	0	956	11.381.774
			S	1	1	90	0	969	5.150.694
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									16.532.468
TOTAL - GERAL									16.532.468

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.177.082
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.177.082
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							5.177.082
			S	1	1	90	0	969	5.177.082
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.177.082
TOTAL - GERAL									5.177.082

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							8.578.092
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							8.578.092
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							8.578.092
			S	1	1	90	0	969	8.578.092
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.578.092
TOTAL - GERAL									8.578.092

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							20.813.019
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							20.813.019
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							20.813.019
			S	1	1	90	0	969	20.813.019
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									20.813.019
TOTAL - GERAL									20.813.019

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34105 - Escola Superior do Ministério Público da União
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 5664	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Em Brasília - DF							1.430
			S	1	1	90	0	969	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600195

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35101 - Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							31.217.354
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							31.217.354
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							31.217.354
			S	1	1	90	0	956	13.861.681
			S	1	1	90	0	969	17.355.673
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									31.217.354
TOTAL - GERAL									31.217.354

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35201 - Fundação Alexandre de Gusmão
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							100.134
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							100.134
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							100.134
			S	1	1	90	0	969	100.134
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									100.134
TOTAL - GERAL									100.134

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							27.068.945
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							27.068.945
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							27.068.945
			S	1	1	90	0	956	4.634.254
			S	1	1	90	0	969	22.434.691
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									27.068.945
TOTAL - GERAL									27.068.945

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							40.677.564
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							40.677.564
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							40.677.564
			S	1	1	90	0	956	11.208.591
			S	1	1	90	0	969	29.468.973
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									40.677.564
TOTAL - GERAL									40.677.564

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							12.350.290
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							12.350.290
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							12.350.290
			S	1	1	90	0	956	2.635.647
			S	1	1	90	0	969	9.714.643
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									12.350.290
TOTAL - GERAL									12.350.290

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600196

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36213 - Agência Nacional de Saúde Suplementar
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							466.029
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							466.029
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							466.029
			S	1	1	90	0	969	466.029
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									466.029
TOTAL - GERAL									466.029

ÓRGÃO: 37000 - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União
UNIDADE: 37101 - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - Administração Direta
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							19.670.459
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							19.670.459
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							19.670.459
			S	1	1	90	0	956	4.261.715
			S	1	1	90	0	969	15.408.744
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									19.670.459
TOTAL - GERAL									19.670.459

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - Administração Direta
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							8.865.581
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							8.865.581
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							8.865.581
			S	1	1	90	0	956	7.198.690
			S	1	1	90	0	969	1.666.891
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.865.581
TOTAL - GERAL									8.865.581

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.422.885
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.422.885
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							1.422.885
			S	1	1	90	0	969	1.422.885
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.422.885
TOTAL - GERAL									1.422.885

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39251 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							623.693
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							623.693
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							623.693
			S	1	1	90	0	969	623.693
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									623.693
TOTAL - GERAL									623.693

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600197

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							17.030.924
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							17.030.924
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							17.030.924
			S	1	1	90	0	956	6.183.558
			S	1	1	90	0	969	10.847.366
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									17.030.924
TOTAL - GERAL									17.030.924

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39254 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.789.553
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.789.553
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							1.789.553
			S	1	1	90	0	969	1.789.553
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.789.553
TOTAL - GERAL									1.789.553

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho
UNIDADE: 40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							65.913.141
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							65.913.141
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							65.913.141
			S	1	1	90	0	956	36.652.530
			S	1	1	90	0	969	29.260.611
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									65.913.141
TOTAL - GERAL									65.913.141

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho
UNIDADE: 40203 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.087.727
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.087.727
09 272	0089 0181 0035	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo							2.087.727
			S	1	1	90	0	956	972.577
			S	1	1	90	0	969	1.115.150
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.087.727
TOTAL - GERAL									2.087.727

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42101 - Ministério da Cultura - Administração Direta
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.910.197
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.910.197
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							1.910.197
			S	1	1	90	0	956	833.385
			S	1	1	90	0	969	1.076.812
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.910.197
TOTAL - GERAL									1.910.197

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600198

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42201 - Fundação Casa de Rui Barbosa
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							911.057
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							911.057
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							911.057
			S	1	1	90	0	956	434.326
			S	1	1	90	0	969	476.731
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									911.057
TOTAL - GERAL									911.057

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42202 - Fundação Biblioteca Nacional - BN
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.551.114
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.551.114
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							1.551.114
			S	1	1	90	0	956	667.662
			S	1	1	90	0	969	883.452
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.551.114
TOTAL - GERAL									1.551.114

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42203 - Fundação Cultural Palmares
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							104.898
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							104.898
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							104.898
			S	1	1	90	0	956	48.224
			S	1	1	90	0	969	56.674
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									104.898
TOTAL - GERAL									104.898

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42204 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.163.500
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.163.500
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							3.163.500
			S	1	1	90	0	956	1.363.257
			S	1	1	90	0	969	1.800.243
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.163.500
TOTAL - GERAL									3.163.500

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42205 - Fundação Nacional de Artes
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							996.885
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							996.885
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							996.885
			S	1	1	90	0	956	428.475
			S	1	1	90	0	969	568.410
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									996.885
TOTAL - GERAL									996.885

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600199

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42206 - Agência Nacional do Cinema
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							71.524
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							71.524
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							71.524
			S	1	1	90	0	969	71.524
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									71.524
TOTAL - GERAL									71.524

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42207 - Instituto Brasileiro de Museus
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.015.648
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.015.648
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							1.015.648
			S	1	1	90	0	969	1.015.648
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.015.648
TOTAL - GERAL									1.015.648

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							872.600
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							872.600
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							872.600
			S	1	1	90	0	969	872.600
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									872.600
TOTAL - GERAL									872.600

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							244.425
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							244.425
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							244.425
			S	1	1	90	0	969	244.425
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									244.425
TOTAL - GERAL									244.425

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							24.126.226
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							24.126.226
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							24.126.226
			S	1	1	90	0	956	11.162.812
			S	1	1	90	0	969	12.963.414
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									24.126.226
TOTAL - GERAL									24.126.226

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600200

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44205 - Agência Nacional de Águas - ANA
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							157.354
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							157.354
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							157.354
			S	1	1	90	0	969	157.354
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									157.354
TOTAL - GERAL									157.354

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.324.764
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.324.764
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							1.324.764
			S	1	1	90	0	956	554.660
			S	1	1	90	0	969	770.104
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.324.764
TOTAL - GERAL									1.324.764

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							6.269.111
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							6.269.111
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							6.269.111
			S	1	1	90	0	969	6.269.111
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									6.269.111
TOTAL - GERAL									6.269.111

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE: 47204 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							6.646.590
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							6.646.590
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							6.646.590
			S	1	1	90	0	956	3.862.882
			S	1	1	90	0	969	2.783.708
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									6.646.590
TOTAL - GERAL									6.646.590

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE: 47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							39.839.077
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							39.839.077
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							39.839.077
			S	1	1	90	0	956	19.874.889
			S	1	1	90	0	969	19.964.188
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									39.839.077
TOTAL - GERAL									39.839.077

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600201

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE: 47210 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							531.641
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							531.641
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							531.641
			S	1	1	90	0	956	218.265
			S	1	1	90	0	969	313.376
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									531.641
TOTAL - GERAL									531.641

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte
UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							221.697
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							221.697
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							221.697
			S	1	1	90	0	969	221.697
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									221.697
TOTAL - GERAL									221.697

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.121.434
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.121.434
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							2.121.434
			S	1	1	90	0	956	1.603.031
			S	1	1	90	0	969	518.403
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.121.434
TOTAL - GERAL									2.121.434

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							13.685.178
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							13.685.178
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							13.685.178
			S	1	1	90	0	969	13.685.178
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									13.685.178
TOTAL - GERAL									13.685.178

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							13.425.143
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							13.425.143
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							13.425.143
			S	1	1	90	0	969	13.425.143
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									13.425.143
TOTAL - GERAL									13.425.143

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600202

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							12.493.351
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							12.493.351
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							12.493.351
			S	1	1	90	0	969	12.493.351
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									12.493.351
TOTAL - GERAL									12.493.351

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52211 - Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.831
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.831
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							2.831
			S	1	1	90	0	956	1.164
			S	1	1	90	0	969	1.667
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.831
TOTAL - GERAL									2.831

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52222 - Fundação Osório
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							331.718
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							331.718
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							331.718
			S	1	1	90	0	956	138.359
			S	1	1	90	0	969	193.359
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									331.718
TOTAL - GERAL									331.718

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52232 - Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							20.003
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							20.003
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							20.003
			S	1	1	90	0	969	20.003
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									20.003
TOTAL - GERAL									20.003

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52902 - Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.627.021
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.627.021
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							2.627.021
			S	1	1	90	0	969	2.627.021
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.627.021
TOTAL - GERAL									2.627.021

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							430.034
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							430.034
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							430.034
			S	1	1	90	0	969	430.034
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									430.034
TOTAL - GERAL									430.034

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600203

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							214.573
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							214.573
09 272	0089 0181 6000	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Amazônia Legal							214.573
			S	1	1	90	0	969	214.573
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									214.573
TOTAL - GERAL									214.573

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							369.420
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							369.420
09 272	0089 0181 0020	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Região Nordeste							369.420
			S	1	1	90	0	969	369.420
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									369.420
TOTAL - GERAL									369.420

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.650.531
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							7.650.531
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							7.650.531
			S	1	1	90	0	956	3.765.007
			S	1	1	90	0	969	3.885.524
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									7.650.531
TOTAL - GERAL									7.650.531

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 0050	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Região Centro-Oeste							1.430
			S	1	1	90	0	969	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54101 - Ministério do Turismo - Administração Direta
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							22.131
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							22.131
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							22.131
			S	1	1	90	0	969	22.131
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									22.131
TOTAL - GERAL									22.131

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600204

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54201 - EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							611.762
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							611.762
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							611.762
			S	1	1	90	0	956	325.030
			S	1	1	90	0	969	286.732
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									611.762
TOTAL - GERAL									611.762

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social
UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social - Administração Direta
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							17.166
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							17.166
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							17.166
			S	1	1	90	0	969	17.166
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									17.166
TOTAL - GERAL									17.166

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades - Administração Direta
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							21.457
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							21.457
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							21.457
			S	1	1	90	0	969	21.457
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									21.457
TOTAL - GERAL									21.457

ÓRGÃO: 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público
UNIDADE: 59101 - Conselho Nacional do Ministério Público
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 5664	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Em Brasília - DF							1.430
			S	1	1	90	0	969	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 63000 - Advocacia-Geral da União
UNIDADE: 63101 - Advocacia-Geral da União
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							67.579.150
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							67.579.150
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							67.579.150
			S	1	1	90	0	956	16.115.545
			S	1	1	90	0	969	51.463.605
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									67.579.150
TOTAL - GERAL									67.579.150

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600205

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
UNIDADE: 73113 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							42.348.180
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							42.348.180
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							42.348.180
			S	1	1	90	0	969	42.348.180
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									42.348.180
TOTAL - GERAL									42.348.180

ÓRGÃO: 81000 - Ministério dos Direitos Humanos
UNIDADE: 81101 - Ministério dos Direitos Humanos - Administração Direta
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							1.430
			S	1	1	90	0	969	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Nas alterações da Norma Regulamentadora n.º 12 (NR-12), dadas pelo art. 2º da Portaria MTb n.º 98, de 08 de fevereiro de 2018, publicada no DOU, de 09 de fevereiro de 2018, Seção 1, pág. 67, onde se lê: 12.6.2 As áreas de circulação devem ser mantidas permanentemente desobstruídas.

Leia-se:

12.6.2 As áreas de circulação devem ser mantidas desobstruídas.

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHO DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O Coordenador-Geral de Imigração - Substituto, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0077/2018 de 20/02/2018, 0078/2018 de 20/02/2018, 0081/2018 de 21/02/2018, 0082/2018 de 21/02/2018, 0083/2018 de 22/02/2018 e 0084/2018 de 22/02/2018, respectivamente:

Residência Prévia - RN 02 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039001867201846 Empresa: DAVIS POLK & WARDWELL CONSULTORES EM DIREITO IMIGRANTE / DIREITO NORTE-AMERICANO, INGLES E DO PAIS DE GALES Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: AMY LEIGH LARSEN Data Nascimento: 20/01/1988 Passaporte: 505578164 País: EUA Mãe: CHERYL BETH LARSEN Pai: Não informado; Processo: 47039001974201874 Empresa: DOW BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PEDRO LOPEZ GONZALEZ Data Nascimento: 30/04/1979 Passaporte: AAE872703 País: ESPANHA Mãe: ANTONIA GONZALEZ Pai: PEDRO LOPEZ; Processo: 47039001996201834 Empresa: MAZAK SULAMERICANA LTDA Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: TOMOYA MASUDA Data Nascimento: 30/05/1992 Passaporte: TR2976136 País: JAPÃO Mãe: SATOMI MASUDA Pai: TAKASHI MASUDA; Processo: 47039002020201889 Empresa: NEOVIA NUTRICAO E SAUDE ANIMAL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CÉDRIC JEAN-LOUIS PICAUT Data Nascimento: 24/03/1990 Passaporte: 11AA95517 País: FRANÇA Mãe: CATHERINE MARIE JOSÉ LE RAY Pai: ELIE JULIEN MARIE PICAUT.

Residência Prévia - RN 21 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039002926201801 Empresa: ASSOCIACAO ESPORTIVA E RECREATIVA CERRADO Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: STEVEN BERNARD LENARD GREEN Data Nascimento: 30/03/1993 Passaporte: 583144471 País: EUA Mãe: CINDY LOUIS Pai: BERNARD S. GREEN.

Residência Prévia - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039000588201865 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: KENJI ITAHASHI Data Nascimento: 03/03/1963 Passaporte: TK9759179 País: JAPÃO; Processo: 47039001530201839 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: TOSHIRO KAWAI Data Nascimento: 27/09/1979 Passaporte: TR6593792 País: JAPÃO; Processo: 47039001534201817 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: YASUHIRO WATABE Data Nascimento: 28/04/1963 Passaporte: TR4181468 País: JAPÃO; Processo: 47039001613201828 Empresa: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LIU BIN Data Nascimento: 05/04/1979 Passaporte: E87753561 País: CHINA; Processo: 47039001619201803 Empresa: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: WU JUNYI Data Nascimento: 06/10/1978 Passaporte: G35007315 País: CHINA; Processo: 47039001620201820 Empresa: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HE CHAOSHENG Data Nascimento: 14/12/1991 Passaporte: E48183547 País: CHINA; Processo: 47039001871201812 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARTIN MACKENZIE Data Nascimento: 31/08/1981 Passaporte: 099250397 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039001870201860 Empresa: USINA TERMELETRICA PAMPA SUL S/A Prazo: até 31/01/2019 Imigrante: ESWAR CHANDRA NAIDU BELLAPUKONDA Data Nascimento: 11/06/1974 Passaporte: K2208125 País: ÍNDIA; Processo: 47039001869201835 Empresa: USINA TERMELETRICA PAMPA SUL S/A Prazo: até 31/01/2019 Imigrante: VIJAY KUMAR PASUPULETI Data Nascimento: 15/03/1972 Passaporte: N4235045 País: ÍNDIA; Processo: 47039001786201846 Empresa: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GELACIO SANCHEZ RAMOS Data Nascimento: 23/05/1982 Passaporte: G24225671 País: MÉXICO; Processo: 47039001784201857 Empresa: UPTON INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: UROS JUDEZ Data Nascimento: 03/12/1991 Passaporte: PB0962496 País: ESLOVÊNIA; Processo: 47039001785201800 Empresa: UPTON INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: UROS SKRLEC Data Nascimento: 09/06/1984 Passaporte: PB1004536 País: ESLOVÊNIA; Processo: 47039001787201891 Empresa: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MEIR SAMUEL MOLINA MENACHE Data Nascimento: 29/09/1988 Passaporte: G15840687 País: MÉXICO; Processo: 47039001813201881 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CRIS ANDERSEN Data Nascimento: 07/10/1989 Passaporte: 26417482 País: NORUEGA; Processo: 47039001818201811 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KAI-ERIK AUNE Data Nascimento: 04/08/1987 Passaporte: 30075880 País: NORUEGA; Processo: 47039001859201808 Empresa: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LIANG,XIAOQUN Data Nascimento: 08/08/1989 Passaporte: E45414732 País: CHINA; Processo: 47039001885201828 Empresa: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CHENGSHUN WANG Data Nascimento: 16/12/1963 Passaporte: EC1369738 País: CHINA Imigrante: DONGDONG YAN Data Nascimento: 08/01/1988 Passaporte: EB7875450 País: CHINA Imigrante: HELI WANG Data Nascimento: 17/02/1970 Passaporte: EC1369748 País: CHINA Imigrante: LEI QIN Data Nascimento: 01/12/1987 Passaporte: EB7359865 País: CHINA Imigrante: XINGWANG WANG Data Nascimento: 28/11/1988 Passaporte: E72141352 País: CHINA Imigrante: XINJIANG WEI Data Nascimento: 02/09/1970 Passaporte: EC1369741 País: CHINA Imigrante: YUJI PEI Data Nascimento: 09/06/1965 Passaporte: EC1721123 País: CHINA Imigrante: YUNCHAO LI Data Nascimento: 18/11/1977 Passaporte: EB6514852 País: CHINA Imigrante: ZHONGCHAO MAN Data Nascimento: 20/08/1970 Passaporte: G59165713 País: CHINA Imigrante: ZUDUO XU Data Nascimento: 15/01/1968 Passaporte: EB6513469 País: CHINA; Processo: 47039001897201852 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: OSCAR HUGO FERNANDEZ ARELLANO Data Nascimento: 09/07/1977 Passaporte: G2760384 País: MÉXICO; Processo: 47039001904201816 Empresa: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HAOQIU HU Data Nascimento: 30/12/1972 Passaporte: EB5414285 País: CHINA; Processo: 47039001919201884 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GEERT WIEBE FEIKEMA Data Nascimento: 23/07/1962 Passaporte: BKR5B51C0 País: HOLANDA.

Residência Prévia - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º caput):

Processo: 47039000965201866 Empresa: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DANIEL HOLGER STROMBLAD Data Nascimento: 21/01/1976 Passaporte: 88349956 País: SUÉCIA; Processo: 47039001836201895 Empresa: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Kjetil Moekkelgaard Data Nascimento: 01/02/1985 Passaporte: 30619299 País: NORUEGA; Processo: 47039001960201851 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: David Benavidez Data Nascimento: 17/12/1961 Passaporte: 531254127 País: EUA; Processo: 47039001991201810 Empresa: HEIDELBERG DO BRASIL SISTEMAS GRAFICOS E SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YULIN LI Data Nascimento: 14/05/1990 Passaporte: E62277648 País: CHINA; Processo: 47039002107201856 Empresa: DIESEL LINE CAMBUI LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SIMOM RICHARDSON Data Nascimento: 21/02/1970

Passaporte: 510756075 País: INGLATERRA; Processo: 47039002119201881 Empresa: CISCO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JEFFREY BALLEZA ROEL Data Nascimento: 31/05/1977 Passaporte: 475184414 País: EUA; Processo: 47039002121201850 Empresa: CISCO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RODGER WALTER NUTT Data Nascimento: 31/05/1977 Passaporte: 468112964 País: EUA; Processo: 47039002123201849 Empresa: CISCO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: AARON PAUL RUSSELL Data Nascimento: 31/05/1977 Passaporte: 475703414 País: EUA; Processo: 47039002124201893 Empresa: CISCO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: FRANCISCO MANUEL FERNANDEZ-POSSE Data Nascimento: 06/07/1970 Passaporte: 540476914 País: EUA; Processo: 47039002125201838 Empresa: CISCO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JEFFERY BRAD WILSON Data Nascimento: 18/07/1968 Passaporte: 548583798 País: EUA; Processo: 47039002137201862 Empresa: THERMOTITE DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOSE LUIS SAAVEDRA ROMERO Data Nascimento: 19/05/1980 Passaporte: G11873395 País: MÉXICO; Processo: 47039002140201886 Empresa: THERMOTITE DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Stuart Henderson Dunlop Data Nascimento: 16/04/1981 Passaporte: 801041098 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039002206201838 Empresa: MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SANDEEP VITHALRAO SAWANT Data Nascimento: 26/04/1972 Passaporte: J3393376 País: ÍNDIA; Processo: 47039002214201884 Empresa: TEC SERVICE 1515 SERVICOS ELETROMECANICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Kensuke Suga Data Nascimento: 22/04/1989 Passaporte: TK9393354 País: JAPÃO; Processo: 47039002216201873 Empresa: TEC SERVICE 1515 SERVICOS ELETROMECANICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Rommel Terro Pepito Data Nascimento: 09/04/1971 Passaporte: P1472502A País: FILIPINAS; Processo: 47039002230201877 Empresa: HALLIBURTON PRODUTOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Cristian Leonel Arguello Valdivieso Data Nascimento: 19/07/1989 Passaporte: 0603079138 País: EQUADOR; Processo: 47039002234201855 Empresa: HALLIBURTON PRODUTOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Miguel Angel Hernandez Romero Data Nascimento: 18/10/1981 Passaporte: G28092936 País: MÉXICO; Processo: 47039002430201820 Empresa: CAN-PACK BRASIL INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ANDRZEJ PIOTR PABIAN Data Nascimento: 17/04/1973 Passaporte: EG1720167 País: POLÔNIA Imigrante: CZESLAW WLADYSLAW STYRNA Data Nascimento: 01/01/1969 Passaporte: EF0718830 País: POLÔNIA; Processo: 47039002433201863 Empresa: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ADAM FRANCISZEK TRZCIONKA Data Nascimento: 04/06/1993 Passaporte: EM0256007 País: POLÔNIA; Processo: 47039002451201845 Empresa: VARD PROMAR S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HOIL LIM Data Nascimento: 03/03/1974 Passaporte: M04030476 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039002453201834 Empresa: VARD PROMAR S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JIHYEONG OH Data Nascimento: 31/03/1981 Passaporte: M60187537 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039002454201889 Empresa: VARD PROMAR S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HYEONJIN KIM Data Nascimento: 18/11/1985 Passaporte: M79679281 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039002456201878 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SEBASTIAN BENAVIDES PEREZ Data Nascimento: 11/02/1994 Passaporte: AO576641 País: COLÔMBIA; Processo: 47039002457201812 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JUANITA MARCELA ROZO Data Nascimento: 02/08/1972 Passaporte: 561247955 País: EUA; Processo: 47039002466201811 Empresa: DANIELI DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: ACHILLE SAMMARCO Data Nascimento: 27/05/1956 Passaporte: YA1366094 País: ITÁLIA Imigrante: LUCA GIUSTI Data Nascimento: 25/08/1970 Passaporte: YA9769157 País: ITÁLIA Imigrante: MAURIZIO DE CANDIDO Data Nascimento: 07/05/1971 Passaporte: YA3735839 País: ITÁLIA Imigrante: NICOLO BERTELLI Data Nascimento: 03/06/1995 Passaporte: YA8218705 País: ITÁLIA; Processo: 47039002459201810 Empresa: ENGINEERING DO BRASIL S/A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LUCA DI DONATO Data Nascimento: 11/12/1978 Passaporte: YA6153302 País: ITÁLIA; Processo: 47039002471201816 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DEON BATTISS Data Nascimento: 21/05/1987 Passaporte: M00175973 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47039002474201850 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: OCKERT JOHANNES KAMFER Data Nascimento: 22/04/1990 Passaporte: M00133143 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47039002475201802 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PITSI MAHLAKE Data Nascimento: 08/12/1984 Passaporte: M00186407 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47039002476201849 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: BRADLEY CLIVE SICKLE Data Nascimento: 15/11/1975 Passaporte: M00114227 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47039002477201893 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CORNE STANDER Data Nascimento: 31/07/1985 Passaporte: M00130010 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47039002478201838 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RUAN BARNARD Data Nascimento: 06/12/1989 Passaporte: M00100770 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47039002480201815 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ROSS SNYMAN Data Nascimento: 25/08/1990 Passaporte: M00144396 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47039002481201851 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CODY RICHARD BOTHA Data Nascimento: 16/12/1991 Passaporte: A02396097 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47039002533201890 Empresa: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MIKE FROHLICH Data Nascimento: 24/07/1978 Passaporte: CHHJN5H8H País: ALEMANHA; Processo: 47039002535201889 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YON ELORZA LACONCHA Data Nascimento: 10/06/1981 Passaporte: AAJ617229 País: ESPANHA; Processo: 47039002536201823 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ALESANDER OLEA ABARRATEGUI Data Nascimento: 10/01/1977 Passaporte: AAC352232 País: ESPANHA; Processo: 47039002537201878 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: FRIEDHELM HERMANN OPITZ Data Nascimento: 04/10/1958 Passaporte: C7KZ8PRTY País: ALEMANHA; Processo: 47039002538201812 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JUSTIN MICHAEL CALLAWAY Data Nascimento: 01/05/1974 Passaporte: 531291046 País: INGLATERRA; Processo: 47039002539201867 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: NATHAN SCOTT COFFEY Data Nascimento: 02/10/1981 Passaporte: 509040291 País: EUA; Processo: 47039002674201811 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: Issei Nakanishi Data Nascimento: 13/02/1979 Passaporte: TS0073575 País: JAPÃO; Processo: 47039002673201868 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: Hokuto Kawazu Data Nascimento: 21/03/1984 Passaporte: TS0073576 País: JAPÃO; Processo: 47039002672201813 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: Tomoro Utsumi Data Nascimento: 13/08/1987 Passaporte: TR4836449 País: JAPÃO; Processo: 47039002670201824 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: Tsutomu Dobashi Data Nascimento: 29/01/1948 Passaporte: MU7129021 País: JAPÃO; Processo: 47039002547201811 Empresa: CATERPILLAR BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ESTUARDO IVAN LOPEZ CRUZ Data Nascimento: 08/02/1970 Passaporte: G23143500 País: MÉXICO; Processo: 47039002668201855 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: Katsuaki Ikeda Data Nascimento: 02/06/1974 Passaporte: TR9791289 País: JAPÃO; Processo: 47039002665201811 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: Junichi Yoshida Data Nascimento: 26/10/1976 Passaporte: TL0071887 País: JAPÃO; Processo: 47039002549201801 Empresa: NETCRACKER TECHNOLOGY DO BRASIL - SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SRAVANTHI THODUPUNOORI Data Nascimento: 28/04/1992 Passaporte: J8959867 País: ÍNDIA; Processo: 47039002551201871 Empresa: CONTINENTAL AUTOMOTIVE DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DIRK WOLF Data Nascimento: 13/04/1968 Passaporte: C5K796ZMX País: ALEMANHA; Processo: 47039002552201816 Empresa: NETCRACKER TECHNOLOGY DO BRASIL - SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SANDEEP RACHAMALLA Data Nascimento: 31/08/1992 Passaporte: K9099019 País: ÍNDIA; Processo: 47039002553201861 Empresa: NETCRACKER TECHNOLOGY DO BRASIL - SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ASRA BEGUM Data Nascimento: 29/03/1992 Passaporte: M8094392 País: ÍNDIA; Processo: 47039002556201802 Empresa: NETCRACKER TECHNOLOGY DO BRASIL - SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RAJESH KUMAR CHUNCHULA Data Nascimento: 19/07/1991 Passaporte: P6484102 País: ÍNDIA; Processo: 47039002563201804 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: KENJI TANAKA Data Nascimento: 08/10/1984 Passaporte: TK4463618 País: JAPÃO; Processo: 47039002573201831 Empresa: ARDAGH INDUSTRIA DE EMBALAGENS METALICAS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: INGOLF DIETZEL Data Nascimento: 30/06/1968 Passaporte: HKMX9XJG País: ALEMANHA; Processo: 47039002574201886 Empresa: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: NORBERTO RIVERA Data Nascimento: 19/11/1970 Passaporte: 488117867 País: EUA; Processo: 47039002588201808 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PHILIPPE JEAN YVES COCHENNEC Data Nascimento: 18/09/1963 Passaporte: 15FV14764 País: FRANÇA; Processo: 47039002590201879 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: STEEN HORSBOEL JOERGENSEN Data Nascimento: 11/01/1963 Passaporte: 209425097 País: DINAMARCA; Processo: 47039002592201868 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ULF PATRICK PERSSON Data Nascimento: 20/06/1964 Passaporte: 89466712 País: SUÉCIA; Processo: 47039002600201876 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HENRIK MICHAEL NIELSEN Data Nascimento: 13/05/1960 Passaporte: 207802109 País: DINAMARCA Imigrante: KARSTEN LARSEN Data Nascimento: 07/01/1978 Passaporte: 209830637 País: DINAMARCA; Processo: 47039002602201865 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TAKAYUKI MURASAWA Data Nascimento: 04/10/1972 Passaporte: TH7478241 País: JAPÃO; Processo: 47039002610201810 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ALBERTO CAMELLINI Data Nascimento: 31/03/1965 Passaporte: YA1998979 País: ITÁLIA Imigrante: ANTONIO MESCHIARI Data Nascimento: 06/04/1969 Passaporte: YA6740002 País: ITÁLIA Imigrante: FRANCESCO CARTA Data Nascimento: 23/11/1965 Passaporte: AA4305871 País: ITÁLIA; Processo: 47039002612201809 Empresa: ESTALEIRO ATLANTICO SUL S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Jeil Yeom Data Nascimento: 18/09/1983 Passaporte: M56197348 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039002614201890 Empresa: ESTALEIRO ATLANTICO SUL S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Jonghoon Kim Data Nascimento: 02/10/1975 Passaporte: M47301266 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039002616201889 Empresa: NETCRACKER TECHNOLOGY DO BRASIL - SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ANDREI ROMANTSOV Data Nascimento: 18/03/1992 Passaporte: 750858619 País: RÚSSIA; Processo: 47039002618201878 Empresa: NETCRACKER TECHNOLOGY DO BRASIL - SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SIDDHESH VILAS PANKAR Data Nascimento: 07/12/1979 Passaporte: L4840393 País: ÍNDIA; Processo: 47039002624201825 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: EIJI FUJIMOTO Data Nascimento: 01/07/1967 Passaporte: MU4685610 País: JAPÃO; Processo: 47039002625201870 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SATOSHI MARUYAMA Data Nascimento: 04/12/1971 Passaporte: MU5917585 País: JAPÃO; Processo: 47039002635201813 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHRISTOPHER MERRIL-CHARLES WRIGHT Data Nascimento: 03/12/1986 Passaporte: 488302162 País: EUA.

Residência Prévia - Sem Contrato - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Parágrafo 1º):

Processo: 47039002747201866 Empresa: KOMATSU DO BRASIL LTDA Prazo: 30 Dia(s) Imigrante: TAKASHI AKIMOTO Data Nascimento: 21/07/1985 Passaporte: TK5150183 País: JAPÃO; Processo: 47039002786201863 Empresa: KOMATSU DO BRASIL LTDA Prazo: 30 Dia(s) Imigrante: MASAHIKO MIYAKE Data Nascimento: 15/07/1971 Passaporte: TR7934025 País: JAPÃO; Processo: 47039002794201818 Empresa: GE CELMA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JAMES WILLIAM ANDERSON Data Nascimento: 27/10/1961 Passaporte: 531093661 País: EUA; Processo: 47039002816201831 Empresa: FIVES DO BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ADRIEN STANISLAS CEDRIC LEROUX Data Nascimento: 28/11/1985 Passaporte: 16CE69993 País: FRANÇA.

Residência Prévia - RN 04 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039001712201818 Empresa: HBL CONSULTORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Andres Palacio Alvarez Data Nascimento: 30/12/1975 Passaporte: AN436953 País: COLÔMBIA; Processo: 47039001713201854 Empresa: HBL CONSULTORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANDREW JAMES BODLEY Data Nascimento: 26/02/1980 Passaporte: E4025606 País: AUSTRÁLIA; Processo: 47039001714201807 Empresa: HBL CONSULTORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BARRY LEWIS KYTE Data Nascimento: 14/02/1978 Passaporte: PA2457898 País: AUSTRÁLIA; Processo: 47039001716201898 Empresa: HBL CONSULTORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JUAN DAVID VELASQUEZ GONZALEZ Data Nascimento: 31/12/1976 Passaporte: AP745262 País: COLÔMBIA; Processo: 47039001717201832 Empresa: HBL CONSULTORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PASCAL POULIOT Data Nascimento: 30/09/1973 Passaporte: HG260805 País: CANADÁ; Processo: 47039001718201887 Empresa: HBL CONSULTORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SEBASTIAN JOSE RECABAL RAMIREZ Data Nascimento: 10/09/1983 Passaporte: F14105444 País: CHILE; Processo: 47039001861201879 Empresa: SCHWEITZER-

MAUDUIT DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: OLIVIER PIERRE YVES BERTHOU Data Nascimento: 20/02/1973 Passaporte: 17EK55680 País: FRANÇA; Processo: 47039001806201889 Empresa: PSMM PERNAMBUCO COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: até 06/11/2018 Imigrante: ANDREA CORDA Data Nascimento: 06/12/1975 Passaporte: YA4292303 País: ITÁLIA.

Residência Prévia - RN 06 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041000483201867 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Nenad Palaversa Data Nascimento: 09/12/1975 Passaporte: 061812470 País: CROÁCIA; Processo: 47041000567201809 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Ioan Cristian Dima Data Nascimento: 03/03/1988 Passaporte: 055431663 País: ROMÊNIA; Processo: 47041000644201812 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Arnolfo Blanco Pande Data Nascimento: 11/10/1983 Passaporte: EC6294510 País: FILIPINAS Imigrante: Rexil Illut Cabatañа Data Nascimento: 09/07/1974 Passaporte: EC1595651 País: FILIPINAS; Processo: 47041000646201810 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Mazen Mohamed Maher Moneer Hamed Elnawasra Data Nascimento: 10/09/1981 Passaporte: A11507382 País: REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO; Processo: 47041000662201802

Empresa: GOLAR SERVICOS DE OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Prazo: até 20/09/2019 Imigrante: Alberto Jr. Maldo Lanugan Data Nascimento: 23/07/1973 Passaporte: EC1901917 País: FILIPINAS; Processo: 47041000713201898 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KRZYSZTOF SWISTON Data Nascimento: 11/12/1979 Passaporte: EB1757799 País: POLÔNIA; Processo: 47041000756201873 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/01/2019 Imigrante: Ionut Fabian Ivanciu Data Nascimento: 18/08/1986 Passaporte: 054466499 País: ROMÊNIA; Processo: 47041000758201862 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/12/2019 Imigrante: Debasis Dinda Data Nascimento: 04/01/1985 Passaporte: Z2616003 País: ÍNDIA Imigrante: Vernon Britto Data Nascimento: 16/07/1987 Passaporte: M9797806 País: ÍNDIA Imigrante: Vineeth Mathew Data Nascimento: 18/11/1984 Passaporte: P8254877 País: ÍNDIA; Processo: 47041000764201810 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 06/03/2019 Imigrante: Shashi Prakash Pandey Data Nascimento: 15/02/1957 Passaporte: Z4753196 País: ÍNDIA; Processo: 47041000803201889 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ANDREJUS KURAMSINAS Data Nascimento: 26/06/1984 Passaporte: 24502809 País: LITUÂNIA; Processo: 47041000783201846 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: até 08/08/2019 Imigrante: RONALD CHARLES STOLK Data Nascimento: 29/12/1968 Passaporte: BGPF0BJ54 País: PAÍSES BAIXOS; Processo: 47041000785201835 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 06/03/2019 Imigrante: Abhishek Kumar Upadhyay Data Nascimento: 15/07/1993 Passaporte: L3934117 País: ÍNDIA Imigrante: Amit Namdeo Gavade Data Nascimento: 02/03/1988 Passaporte: Z4631510 País: ÍNDIA Imigrante: Anand Kumar Singh Data Nascimento: 01/01/1982 Passaporte: Z2451132 País: ÍNDIA Imigrante: Awadesh Kumar Gupta Data Nascimento: 10/02/1969 Passaporte: H9993665 País: ÍNDIA Imigrante: Goush Mohiuddin Mian Shaik Data Nascimento: 16/07/1984 Passaporte: N5242798 País: ÍNDIA Imigrante: Kiran Kaladharan Data Nascimento: 22/09/1991 Passaporte: L2972612 País: ÍNDIA Imigrante: Saif Uddin Khan Data Nascimento: 04/10/1987 Passaporte: N7732177 País: ÍNDIA Imigrante: Shakib Abdul Shakoor Gantare Data Nascimento: 20/01/1985 Passaporte: M4898767 País: ÍNDIA Imigrante: Vijay Mishra Data Nascimento: 10/05/1988 Passaporte: Z3566100 País: ÍNDIA; Processo: 47041000784201891 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: até 15/01/2019 Imigrante: Mark John Neethling Wainwright Data Nascimento: 05/01/1974 Passaporte: M00086863 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47041000786201880 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/01/2019 Imigrante: Nelcar Jr Aro Detuyatu Data Nascimento: 28/06/1985 Passaporte: EC7615709 País: FILIPINAS; Processo: 47041000802201834 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 06/10/2019 Imigrante: JON IMANOL RODRIGUEZ DE ITURREGUI Data Nascimento: 20/03/1985 Passaporte: AAI210001 País: ESPANHA; Processo: 47041000787201824 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/05/2018 Imigrante: Efren De Chavez Leviste Data Nascimento: 04/03/1972 Passaporte: EC4447810 País: FILIPINAS; Processo: 47041000788201879 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Lenard Septimo Navaja Data Nascimento: 11/02/1973 Passaporte: EC8103412 País: FILIPINAS; Processo: 47041000789201813 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Bernard Buen Osalvo Data Nascimento: 20/08/1971 Passaporte: EC2066938 País: FILIPINAS; Processo: 47041000790201848 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 15/11/2018 Imigrante: David Robarts Data Nascimento: 14/06/1979 Passaporte: M00201521 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47041000791201892 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Antonios Ladopoulos Data Nascimento: 30/05/1983 Passaporte: AK4269799 País: GRÉCIA Imigrante: Miltiadis Karapetsas Data Nascimento: 24/01/1978 Passaporte: AM1320921 País: GRÉCIA; Processo: 47041000792201837 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/06/2018 Imigrante: Benito Atencio Valenzuela Data Nascimento: 02/10/1980 Passaporte: EC3598511 País: FILIPINAS; Processo: 47041000793201881 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/01/2019 Imigrante: Aristotle Del Mundo Marjes Data Nascimento: 09/11/1976 Passaporte: EC1057762 País: FILIPINAS Imigrante: Rodion Maslennikov Data Nascimento: 15/10/1974 Passaporte: 721067356 País: RÚSSIA Imigrante: Ryan Landero Oviedo Data Nascimento: 17/12/1993 Passaporte: P5107900A País: FILIPINAS; Processo: 47041000795201871 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 20/06/2019 Imigrante: ANTONIO FERNANDEZ ASANZA Data Nascimento: 06/08/1970 Passaporte: P4811106A País: FILIPINAS; Processo: 47041000796201815 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/06/2018 Imigrante: Cristian Sarla Data Nascimento: 18/04/1980 Passaporte: 053031578 País: ROMÊNIA; Processo: 47041000798201812 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: até 15/01/2019 Imigrante: Rizalito Princesa Bulanadi Data Nascimento: 19/06/1973 Passaporte: P4831666A País: FILIPINAS; Processo: 47041000797201860 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/05/2018 Imigrante: Rolly Casulla Lasala Data Nascimento: 06/12/1974 Passaporte: P0037772A País: FILIPINAS; Processo: 47041000799201859 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: até 15/01/2019 Imigrante: Radoslaw Romuald Putresza Data Nascimento: 09/03/1983 Passaporte: EF3945040 País: POLÔNIA; Processo: 47041000806201812 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 04/04/2019 Imigrante: Andrei Liviu Popa Data Nascimento: 05/07/1984 Passaporte: 053117485 País: ROMÊNIA Imigrante: Dario Lumactod Calubag Data Nascimento: 14/08/1976 Passaporte: EC5568998 País: FILIPINAS Imigrante: Pedro Jr. Elacion Bonite Data Nascimento: 22/07/1974 Passaporte: EC5540943 País: FILIPINAS; Processo: 47041000804201823 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Michail Fragkias Data Nascimento: 17/11/1944 Passaporte: AN0872513 País: GRÉCIA; Processo: 47041000805201878 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Antonio Murguia Judit Data Nascimento: 25/05/1972 Passaporte: P5563991A País: FILIPINAS; Processo: 47041000807201867 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Lukasz Wegier Data Nascimento: 22/06/1983 Passaporte: EH2730566 País: POLÔNIA Imigrante: Robert Sylwester Krzyzanowski Data Nascimento: 23/09/1971 Passaporte: ED0011263 País: POLÔNIA; Processo: 47041000810201881 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 27/11/2018 Imigrante: Benjamin Aquino Angeles Data Nascimento: 25/03/1976 Passaporte: EB9379275 País: FILIPINAS Imigrante: Ramil Vista Basilonia Data Nascimento: 14/07/1967 Passaporte: EB9673307 País: FILIPINAS Imigrante: Roy Olvinar Clemente Data Nascimento: 15/11/1970 Passaporte: EC4102210 País: FILIPINAS.

Residência Prévia - RN 11/2017 Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039010569201766 Empresa: ESTUDIO SILVIA ROCA BRASIL PESQUISAS DE MERCADO LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: Silvia Roca Grau Data Nascimento: 31/01/1953 Passaporte: AAJ572409 País: ESPANHA; Processo: 47039000451201819 Empresa: LOGISTICA SUMARE LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MITSUAKI MIZUMURA Data Nascimento: 31/03/1970 Passaporte: TK0302782 País: JAPÃO; Processo: 47039002059201804 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: MITSUO OKUBO Data Nascimento: 04/03/1963 Passaporte: TK9588471 País: JAPÃO Imigrante: MITSUO OKUBO Data Nascimento: 04/03/1963 Passaporte: TK9588471 País: JAPÃO; Processo: 47039002062201810 Empresa: KITE WORLDWIDE BRASIL HOTEIS E EVENTOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: Rico Samuel Wey Data Nascimento: 23/02/1958 Passaporte: X2909268 País: SUIÇA; Processo: 47039002133201884 Empresa: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: YONGWOOK LEE Data Nascimento: 07/02/1968 Passaporte: M83260957 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039002177201812 Empresa: MITSUBISHI CORPORATION DO BRASIL S/A Prazo: 3 Ano(s) Imigrante: JOJI DOHARA Data Nascimento: 22/04/1983 Passaporte: TR 5.840.544 País: JAPÃO; Processo: 47039002205201893 Empresa: SONY BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: KENICHIRO HIBI Data Nascimento: 30/01/1967 Passaporte: TZ1010783 País: JAPÃO; Processo: 47039002209201871 Empresa: NIPPON STEEL & SUMITOMO METAL EMPREENDIMENTOS SIDERURGICOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: IPPEI MATSUO Data Nascimento: 16/07/1972 Passaporte: TZ 1.048.253 País: JAPÃO; Processo: 47039002273201852 Empresa: MAKITA DO BRASIL FERRAMENTAS ELETRICAS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: YUHEI IWANAGA Data Nascimento: 29/05/1982 Passaporte: MZ1082842 País: JAPÃO; Processo: 47039002274201805 Empresa: ELECNOR DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: PABLO URIBARRI GONZALEZ Data Nascimento: 24/09/1985 Passaporte: PAG060577 País: ESPANHA.

Residência Prévia - RN 11/2017 Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º, Inciso III):

Processo: 47039000712201892 Empresa: MISC DO BRASIL SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Faisal Abidin Lee Data Nascimento: 22/08/1983 Passaporte: A35190137 País: MALÁSIA Imigrante: Faisal Abidin Lee Data Nascimento: 22/08/1983 Passaporte: A35190137 País: MALÁSIA.

Residência - RN 06 - Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041004037201741 Empresa: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: NORMAN MURRAY Data Nascimento: 10/06/1958 Passaporte: 510547529 País: GRÃ BRETANHA.

Residência - RN 11/2017 Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 6º):

Processo: 47039001077201861 Empresa: CALEFFI BRASIL IMPORTACAO, EXPORTACAO, COMERCIO E SERVICOS EM COMPONENTES HIDROTERMICOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: gonçalo nuno bessone basto henriques pereira Data Nascimento: 24/02/1970 Passaporte: P521535 País: PORTUGAL; Processo: 47039001614201872 Empresa: HYUNDAI HEAVY INDUSTRIES BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUCAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DONGYOUNG LEE Data Nascimento: 17/07/1980 Passaporte: M59776363 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039001720201856 Empresa: ECOGAMES DISTRIBUICAO E SERVICOS S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: RUI MANUEL RODRIGUES DE ALMEIDA FONSECA Data Nascimento: 31/10/1961 Passaporte: P455975 País: PORTUGAL Imigrante: RUI MANUEL RODRIGUES DE ALMEIDA FONSECA Data Nascimento: 31/10/1961 Passaporte: P455975 País: PORTUGAL; Processo: 47039001655201869 Empresa: BRASAF, INCORPORADORA LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: PAULO MANUEL DOS SANTOS FREIRE Data Nascimento: 21/02/1966 Passaporte: C686865 País: PORTUGAL; Processo: 47039001730201891 Empresa: MOBIS BRASIL FABRICACAO DE AUTO PECAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HYUNGJOON SEO Data Nascimento: 14/02/1971 Passaporte: M11988395 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: HYUNGJOON SEO Data Nascimento: 14/02/1971 Passaporte: M11988395 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039001778201808 Empresa: EDEGA AMERICA LATINA SERVICOS DE ADMINISTRACAO LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Imigrante: PAULO JORGE FERREIRA DA SILVEIRA Data Nascimento: 19/04/1961 Passaporte: C571041 País: PORTUGAL; Processo: 47039001855201811 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: YONGWOO LEE Data Nascimento: 20/03/1959 Passaporte: M71856250 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039001959201826 Empresa: NISSEI ASB SUDAMERICA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: NORITSUGU SAITO Data Nascimento: 24/10/1961 Passaporte: TZ1042738 País: JAPÃO; Processo: 47039001965201883 Empresa: OLEOS MENU INDUSTRIA E COMERCIO LIMITADA Prazo: Indeterminado Imigrante: AKIHIRO FUKUZAWA Data Nascimento: 25/10/1963 Passaporte: TZ1169945 País: JAPÃO.

O Coordenador Geral de Imigração - Substituto, no uso de suas atribuições, autoriza a Imigrante NATACHA HERRERO ET GUICHARD MARLY exercer concomitantemente o cargo de Membro do Conselho de Administração na Empresa USINA TERMELETRICA PAMPA SUL S/A Processo: 47039.001856/2018-66 anteriormente autorizado através do Processo : 47039.000287/2017-51.

O Coordenador Geral de Imigração - Substituto, no uso de suas atribuições, autoriza a Imigrante NATACHA HERRERO ET GUICHARD MARLY exercer concomitantemente o cargo de Administrador na Empresa ENGIE BRASIL SOLUCOES INTEGRADAS PARTICIPACOES LTDA Processo: 47039.001857/2018-19 anteriormente autorizado através do Processo : 47039.000287/2017-51.

O Coordenador-Geral de Imigração - Substituto, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de residência:

Processo: 47039010862201723 Empresa: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARCELO MARQUEZ HAISCH Passaporte: A406056; Processo: 47039010865201767 Empresa: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: NESTOR EDUARDO MUÑOZ QUIROGA Passaporte: AP596630; Processo: 47039010868201709 Empresa: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOSE JOVANY MENESES RIVERA Passaporte: AM853067; Processo: 47039010892201730 Empresa: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LUIS EDGAR GARCIA GIL Passaporte: AN275690; Processo: 47039010894201729 Empresa: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LUIS FERNANDO LINARES RODRIGUEZ Passaporte: AP643204; Processo: 47039010898201715 Empresa: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MIGUEL ANGEL DUQUE SANCHEZ Passaporte: AN413903; Processo: 47039010899201751 Empresa: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RAFAEL RAMON OJEDA MADRID Passaporte: AM789946; Processo: 47039010902201737 Empresa: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: WILFRED SALAZAR MONTEALEGRE Passaporte: AO564229; Processo: 47039010923201752 Empresa: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GUSTAVO IVAN ZAMBRANO ARANDA Passaporte: AU319303; Processo: 47039010926201796 Empresa: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JORGE ENRIQUE JACOME TORRES Passaporte: AM797638; Processo: 47039010927201731 Empresa: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JUAN PABLO RIBERA LAVADENZ Passaporte: 3912956; Processo: 47039010946201767 Empresa: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOSE MANUEL CASTILLO CASTILLO Passaporte: FB486986; Processo: 47039002752201879 Empresa: TANAC SA Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: AXEL BUSCHHART Passaporte: C7M916YXP; Processo: 47039001164201818 Empresa: DA VINCI SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARIKA AMANN Passaporte: U1542363; Processo: 47039002013201887 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TOO JUIN BIAU Passaporte: E5272081F; Processo: 47039002014201821 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: IPPEI SUGIMURA Passaporte: TZ1240902; Processo: 47041000527201859 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Anfiel Damaso Barba Passaporte: P5557845A Imigrante: Anthony Agcawili Alanes Passaporte: EC5571034 Imigrante: Elmer Cawit Mangunay Passaporte: EC3370865 Imigrante: Irnelo Castillon Salaum Passaporte: EC4915443 Imigrante: Jeffrey Agas Valentin Passaporte: P1203390A Imigrante: Joselito Legara Del Campo Passaporte: P1451983A Imigrante: Manuel III Bautista Del Valle Passaporte: EC1611036 Imigrante: Richard Gulmatico Versales Passaporte: EC1207608 Imigrante: Rodolfo De La Cruz Ramos Passaporte: EC4305473; Processo: 47041000723201823 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/06/2018 Imigrante: Marcin Szczepan Kaluga Passaporte: EJ5990051; Processo: 47041000234201871 Empresa: JAZZ FLAVOUR CLUB S.A. Prazo: 30 Dia(s) Imigrante: JACK OWEN BROADBENT Passaporte: 548179242; Processo: 47041000921201897 Empresa: ASSOCIACAO ESPORTIVA E RECREATIVA CERRADO Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: STEVEN BERNARD LENARD GREEN Passaporte: 583144471; Processo: 47039010469201730 Empresa: RAFAEL MARTINS DA SILVA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Tan Flortessa Luis Passaporte: EC4272904; Processo: 47041000926201810 Empresa: CONGREGACAO DAS IRMAS DE NOSSA SENHORA DA CONSOLACAO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Yrenice Josefina Prieto Perdomo Passaporte: 124120725.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

RETIFICAÇÃO

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração - Substituto, o deferimento publicado no DOU n° 014 de 19/01/2018, Seção 1, p. 90, Processo: 47039.000391/2018-26, onde se lê: Passaporte: YA8702240, leia-se:Passaporte: YB2286188.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600208

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

RETIFICAÇÃO

No Anexo I da Portaria SIT n.º 593, de 02 de fevereiro de 2017, publicada no DOU, de 03 de fevereiro de 2017, na Seção 1, página 44; onde se lê:

431	R1

Leia-se:

432	R1

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46235.000001/2015-96	205642861	Geraldo Marcial	MG
2	46235.000002/2015-31	205642853	Geraldo Marcial	MG
3	46235.000003/2015-85	205642870	Geraldo Marcial	MG
4	46235.000008/2015-16	205642829	Geraldo Marcial	MG
5	46235.000009/2015-52	205642845	Geraldo Marcial	MG
6	46235.000010/2015-87	205642837	Geraldo Marcial	MG
7	46235.000732/2014-51	205621333	Geraldo Marcial	MG
8	46235.000734/2014-40	205625924	Geraldo Marcial	MG
9	46235.000735/2014-94	205623999	Geraldo Marcial	MG
10	46235.000736/2014-39	205623794	Geraldo Marcial	MG
11	46235.000737/2014-83	205624367	Geraldo Marcial	MG
12	46235.000738/2014-28	205624740	Geraldo Marcial	MG
13	46235.000739/2014-72	205624251	Geraldo Marcial	MG
14	46235.000740/2014-05	205624537	Geraldo Marcial	MG
15	46235.000741/2014-41	205624189	Geraldo Marcial	MG
16	46222.004035/2013-37	200653989	Junior Rocha de Oliveira	PA
17	47533.015157/2014-99	205208177	Filtrax Industria e Comercio Ltda - EPP	PR
18	47533.003037/2014-49	203097599	Nokia Solutions And Networks do Brasil Serviços Ltda.	PR
19	47533.003038/2014-93	203097602	Nokia Solutions And Networks do Brasil Serviços Ltda.	PR
20	46617.008178/2011-12	23654724	Fundação Attíla Taborda - Jornal Minuano	RS
21	46617.008184/2011-70	23654716	Fundação Attíla Taborda - Jornal Minuano	RS
22	46272.004283/2014-73	202925170	Manir Jose Zeni	RS
23	46218.018231/2013-58	202024911	Vinicola Pizzato Ltda - EPP	RS
24	46218.018228/2013-34	202024873	Vinicola Pizzato Ltda - EPP	RS
25	46218.018229/2013-89	202024890	Vinicola Pizzato Ltda - EPP	RS
26	46218.018230/2013-11	202024903	Vinicola Pizzato Ltda - EPP	RS
27	46218.018232/2013-01	202024938	Vinicola Pizzato Ltda - EPP	RS
28	46220.001273/2014-91	203040082	Buettner S.A. - Indústria e Comércio	SC
29	46220.001818/2014-60	203151097	Conexao Maritima - Servicos Logisticos S.A.	SC
30	46220.001822/2014-28	203151143	Conexao Maritima - Servicos Logisticos S.A.	SC
31	46220.001835/2014-05	203146786	Conexao Maritima - Servicos Logisticos S.A.	SC
32	46304.000813/2014-90	203111524	Durmetal Indústria e Comércio de Peças e Maquinas Ltda.	SC

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46235.000011/2015-21	200.428.586	Geraldo Marcial	MG

2) Em apreciação de recurso de ofício:

2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46736.000358/2015-23	205759050	Concessionaria do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S/A	SP
2	46736.000359/2015-78	205759114	Concessionaria do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S/A	SP
3	46736.000559/2015-21	205797865	Concessionaria do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S/A	SP
4	46736.000560/2015-55	205829350	Concessionaria do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S/A	SP
5	46736.000561/2015-08	205829333	Concessionaria do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S/A	SP
6	46736.000563/2015-99	205795072	Concessionaria do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S/A	SP
7	46736.000564/2015-33	205767257	Concessionaria do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S/A	SP
8	46736.000565/2015-88	205767249	Concessionaria do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S/A	SP
9	46736.000668/2015-48	205885918	Concessionaria do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S/A	SP
10	46736.000313/2015-59	205755950	Concessionaria Rota das Bandeiras S.A.	SP
11	46736.000314/2015-01	205728731	Concessionaria Rota das Bandeiras S.A.	SP
12	46736.000315/2015-48	205728740	Concessionaria Rota das Bandeiras S.A.	SP
13	46736.000508/2015-07	205816631	Concessionaria Rota das Bandeiras S.A.	SP
14	46736.000509/2015-43	205796885	Concessionaria Rota das Bandeiras S.A.	SP
15	46736.000510/2015-78	205796877	Concessionaria Rota das Bandeiras S.A.	SP
16	46736.000511/2015-12	205796851	Concessionaria Rota das Bandeiras S.A.	SP
17	46736.000512/2015-67	205796834	Concessionaria Rota das Bandeiras S.A.	SP
18	46736.000513/2015-10	205766293	Concessionaria Rota das Bandeiras S.A.	SP

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, e na Nota Técnica 110/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR o pedido de Registro do SINTRAF - SINDICATO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DE ITAPEJARA DO OESTE - PR, CNPJ 13.766.086/0001-00, Processo 46212.013395/2011-87, com fundamento no art. 27, inciso IV, da Portaria n° 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria n.º 326/2013 e na NOTA TÉCNICA 109/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR o processo 46223.008925/2010-65, de interesse do SINTRAF-SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICIPIO DE SANTA INES-MARANHAO, CNPJ 10.943.299/0001-71, nos termos do art. 27, inciso IV, da Portaria n° 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, e na Nota Técnica 105/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR o pedido de Alteração Estatutária do SINDICATO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DE SANANDUVA - RS, CNPJ 91.063.842/0001-48, Processo 46218.001539/2011-01, com fundamento no art. 27, inciso IV, da Portaria n° 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, e na Nota Técnica 101/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR o pedido de Registro Sindical do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura familiar de Região dos Inhamuns - CE, CNPJ n° 12.219.196/0001-99, Processo 46205.007951/2010-94, com fundamento no art. 27, inciso IV, da Portaria n° 326/2013.

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Em continuidade ao cumprimento de decisão judicial, processo 0000518-63.2017.5.10.0010, na qual a 10ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, TRT da 10ª Região, determinou a análise dos autos no prazo de 60 dias; o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na NOTA TÉCNICA 75/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR o processo de pedido de registro sindical 46551.000382/2016-10 (SC18219), CNPJ 20.165.282/0001-94, de interesse do SIND ACS/ACE - Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Combate às Endemias de Unaí - MG e Região, nos termos do art. 27, inciso I da Portaria 326/2013 c/c art. 12, § 1º e 3º da respectiva Portaria.

MARCUS VINICIUS LAIRA
Secretário
Substituto

DESPACHOS DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, dando continuidade ao cumprimento da decisão judicial exarada nos autos do Processo 0000950-78.2016.5.13.0028, em trâmite na 2ª Vara do Trabalho de Santa Rita, Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 90/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR o Pedido de Registro Sindical 46224.005572/2015-46 de interesse do SAFER-SAPE - Sindicato dos Agricultores Familiares e Empreendedores Rurais de Sapé - PB, CNPJ 22.328.271/0001-03, nos termos do art. 27, incisos I e IV, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 87/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR o processo de Pedido de Registro Sindical 46249.002723/2015-26, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores em Montagens e Reparos Industriais de Ipatinga, S. do Paraíso, Timóteo, J. Monlevade e Itabira, CNPJ 22.646.102/0001-11, com fundamento no art. 27, da Portaria 326, I, de 11 de março de 2013 e art.40 da Lei 9784/1999.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013, na Lei 9.784/1999 e na Nota Técnica 77/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve ANULAR o ato publicado no DOU de 08/06/2017, Seção 1, N°109, fl. 125, e todos os atos dele decorrentes, nos termos dos artigos 53 e 54 da Lei 9.784/1999, e, por conseguinte, ARQUIVAR o Processo 46000.002250/2016-51, CNPJ 24.106.878/0001-74, nos termos do art. 27, inciso II, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013, e na Nota Técnica 111/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR o processo de Pedido de Alteração Estatutária 46000.010976/00-92 de interesse do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário de Itapevi e Região/SP, CNPJ 56.973.381/0001-40, com respaldo no artigo 51 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600209

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, e na Nota Técnica 100/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR o pedido de Registro Sindical do SINTRAF - SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE CAMPO ALEGRE DE LOURDES/BA, CNPJ 12.559.570/0001-03, Processo n° 47008.001517/2010-90, com fundamento no art. 27, inciso IV, da Portaria n° 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, e na Nota Técnica 98/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR o pedido de Registro Sindical do Sindicato dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Município de Turmalina - Safer - MG, CNPJ 11.549.907/0001-20, Processo 46211.002382/2010-10, com fundamento no art. 27, inciso IV, da Portaria n° 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria n.º 326/2013, e na NOTA TÉCNICA 95/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR o processo de pedido de registro sindical n.º 46268.002373/2014-99 (SC16327), CNPJ n.º 19.710.321/0001-08, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário de Votuporanga e Região, com respaldo no art. 27, inciso I, da Portaria 326/2013.

MARCUS VINICIUS LAIRA
Substituto

DESPACHO DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nas Portarias 186/2008 e 326/2013, bem como na NT 94/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve conhecer do Recurso Administrativo 46000.003140/2011-00 interposto pelo Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas do Estado de Minas Gerais - SETCEMG (CNPJ 17.433.780/0001-66) nos autos do Processo 46211.001840/2009-51, para revogar, com fulcro no art. 53 da Lei 9784/99 e nas Súmulas 346 e 473 do STF, a NT 434/2011/DICNES/CGRS/SRT/MTb, publicada em 25/05/2011 no DOU, Seção 1, nº 99, p. 125 e, por conseguinte, determinar que seja realizada a análise técnica dos demais requisitos, seguindo os autos com sua tramitação regular.

MARCUS VINICIUS LAIRA
Substituto

DESPACHO DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RES 74/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o registro sindical ao SINDIÚNA - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PARAÚNA (GO) , CNPJ 21.802.979/0001-91, Processo 46208.000106/2016-53, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores, Funcionários e Servidores Públicos do Município de Praúna- GO, pertencentes à Administração Direta e Indireta, envolvendo as Autarquias, Fundações e Instituições sob o controle do Município e da Câmara Municipal, com abrangência Municipal e base territorial em Paraúna, Estado de Goiás , nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve ANOTAR a representação das seguinte entidade: UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11; nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

MARCUS VINICIUS LAIRA
Substituto

DESPACHO DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo nos artigos 26 e 27 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR e ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46218.021528/2015-62
Entidade	Sindicato dos Municipários de Júlio de Castilhos - SIMUNJUC
CNPJ	92.462.118/0001-50
Fundamento	NT 84/2018/CGRS/SRT/MTb

MARCUS VINICIUS LAIRA
Substituto

DESPACHOS DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria n.º 326/2013 e na NOTA TÉCNICA 113/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve INDEFERIR o processo 46202.005939/2013-18 (SC14776), de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, Câmara Municipal, e Autarquias e Empresas Municipais do Município de Anori-AM, CNPJ: 13.991.473/0001-40, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria n.º 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria n.º 326/2013 e na NOTA TÉCNICA 106/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve INDEFERIR o processo 46204.002262/2013-46, de interesse do SINDJOÃOSA - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO SÁ, CNPJ 17.173.291/0001-12, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria n.º 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 99/2018/CGRS/SRT/MTb resolve, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013 INDEFERIR o processo de pedido de Registro Sindical 46211.010105/2008-58 de interesse do STRAF - SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS ASSALARIADOS E AGRICULTORES FAMILIAR DE BAMBUI, CNPJ 03.605.673/0001-63.

MARCUS VINICIUS LAIRA
Substituto

DESPACHOS DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013, bem como, no artigo 26, § 4.º, da Lei n.º 9.784/1999, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que, notifica o (a) Senhor (a) Representante Legal SINDMOB - Sindicato Das Indústrias Moveleiras de Bauru e Região, CNPJ n° 23.406.302/0001-60, Processo n° 46219.009449/2016-54 (SC18299), do inteiro teor do Ofício n° 509/2017/CGRS/SRT/MTb, que terá o prazo de 20 (vinte) dias para apresentar a documentação solicitada, sob pena de ARQUIVAMENTO do citado pedido de registro sindical, nos termos do inciso I do art. 27 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em continuidade ao cumprimento da Decisão Judicial prolatada no Processo n.º 0000214-74.2017.5.23.0116, procedente da Vara do Trabalho de Juara, Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, e com fundamento na Portaria 326/2013, bem como no artigo 26, § 4.º, da Lei n.º 9.784/1999, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que notifica o Representante Legal do Sindicato Intermunicipal das Indústrias Madeireiras do Vale do Arinos - SIMAVA, CNPJ 33.709.213/0001-46, Processo 46210.001287/2016-96, do inteiro teor do Ofício n.º 37/2018/SEARQ/CGRS/SRT/MTb encaminhado à entidade, em 22/01/2018, o qual restou devolvido, conforme Aviso de Recebimento n.º AR002166100BI, que terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar a documentação solicitada, sob pena de INDEFERIMENTO do citado pedido de registro sindical, nos termos do parágrafo único, art. 25 da Portaria 326/2013.

MARCUS VINICIUS LAIRA
Substituto

DESPACHO DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em continuidade ao cumprimento da Decisão Judicial prolatada no Processo n.º 0001281-34.2017.5.10.0020, procedente da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, e, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46221.001970/2017-85
Entidade	SINDCERAM/SE - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fabricação de Cerâmica, nas Indústrias Vidreiras e de Fabricação de Embalagens de Vidro do Estado de Sergipe
CNPJ	08.206.700/0001-49
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Sergipe
Categoria	Trabalhadores nas indústrias de fabricação de cerâmica, nas indústrias vidreiras e de fabricação de vidro
Fundamento	NT 82/2018/CGRS/SRT/MTb

MARCUS VINICIUS LAIRA
Substituto

DESPACHO DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	47998.004598/2013-17
Entidade	Sindicato dos Empregados Rurais de Itapira/SP - SERITA
CNPJ	51.904.068/0001-36
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	*São Paulo*: Águas de Lindóia, Itapira e Lindóia.
Fundamento	NT 115/2018/CGRS/SRT/MTb

Categoria Profissional: Para efeito do Estatuto são considerados Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais: os assalariados e assalariadas rurais, permanentes, safristas e eventuais que exerçam suas atividades na agricultura, criação de animais, silvicultura, reflorestamento e extrativismo rural; trabalhadores rurais sem vinculo rural, em atividade eventual, safrista, diarista ou volante; e os agricultores e agricultoras que exerçam suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e extrativistas, com limite de até 02(dois) módulos rurais.

MARCUS VINICIUS LAIRA
Substituto

DESPACHO DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, dando continuidade ao cumprimento da decisão judicial exarada nos autos do Processo n.º 0001318-91.2017.5.10.0010 em trâmite na 10ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46254.001580/2015-66
Entidade	SINDICAM- BOTUCATU - Sindicato dos Transportadores Autônomos de Cargas em Geral do Município de Botucatu e Região
CNPJ	21.102.951/0001-41
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	*São Paulo*: Anhembi, Barra Bonita, Bofete, Botucatu, Conchas, Pardinho, Pratânia e São Manuel.
Fundamento	NT 92/2018/CGRS/SRT/MTb

Categoria: Categoria dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens ou Transportadores Rodoviários Autônomos de Cargas em Geral sendo que se consideram Transportador Rodoviário Autônomo os proprietários, coproprietario ou arrendatários de pelo menos 1 (um) veículo automotor, sem vínculo empregatício que transportam bens ou cargas em geral, para pessoa física ou jurídica, e que estejam devidamente cadastrado nos órgãos disciplinares competentes da categoria.

MARCUS VINICIUS LAIRA
Substituto

DESPACHO DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46214.004801/2015-24
Entidade	Sindicato dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais do Estado do Piauí - SINFITO-PI
CNPJ	11.324.247/0001-80
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Piauí
Categoria	Fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais
Fundamento	NT 89/2018/CGRS/SRT/MTb.

MARCUS VINICIUS LAIRA
Substituto

DESPACHO DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, em cumprimento à decisão judicial prolatada nos autos do Processo 1016468-46.2017.4.01.3400, procedente da 22ª Vara Federal Cível da SJDF, Seção Judiciária do Distrito Federal, que determinou a análise do pedido do impetrante no prazo de 60 (sessenta) dias, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46215.001823/2017-94
Entidade	Sindicato dos Peritos Oficiais do Estado do Rio de Janeiro-SINDPERJ
CNPJ	26.536.624/0001-11
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Rio de Janeiro
Categoria	Profissional dos Peritos Criminais e Peritos Legistas do Estado do Rio de Janeiro, ativos e aposentados, definida pela Lei Federal 12.030/2009.
Fundamento	NT 83/2018/CGRS/SRT/MTb

MARCUS VINICIUS LAIRA
Substituto

DESPACHOS DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Em continuidade ao cumprimento de decisão judicial, processo n.º 0000630-55.2010.5.10.0017, procedente da 17ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, TRT da 10ª Região; o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na NOTA TÉCNICA 91/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR a impugnação 46000.006660/2017-51 nos termos do art. 18, incisos III e IX da Portaria n.º 326/2013; e DEFERIR o registro de alteração estatutária (RAE) ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Ibicuitinga - CE, processo 46205.014889/2014-11 (SA02184), CNPJ n.º 41.286.352/0001-32, para representar a categoria dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares àqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, limitado a dois módulos rurais nos termos do Decreto Lei 1166/1971, no município de Ibicuitinga, no estado do Ceará, com fundamento no art. 25, inciso II, da Portaria n.º 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RAE 114/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR a impugnação 46000.004737/2017-59 interposta pelo STSPPERJ - SINDICATO DOS TRAB. SERV.PORTUÁRIOS DOS PORTOS DO EST.RJ, CNPJ 30.276.752/0001-40, nos termos dos incisos II e III do art. 18 da Portaria 326/2013; e, ainda, DEFERIR o Registro de Alteração Estatutária ao Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Estiva de Minérios do Rio de Janeiro, CNPJ 34.115.246/0001-20, Processo 46215.025170/2013-13, para representar a Categoria Profissional dos Estivadores e Trabalhadores em Estiva de Minérios, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios Itaboraí, Itaguaí, Niterói, Rio De Janeiro e São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 25, inciso II, da Portaria 326/2013.

MARCUS VINICIUS LAIRA
Substituto

DESPACHOS DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, em continuidade à Decisão Judicial prolatada nos autos do processo 1009667-51.2016.4.01.3400, procedente da 13ª Vara do Federal Cível da SJDF, Seção Judiciária do Distrito Federal, que determinou a tramitação, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, de todas as medidas de expediente e decisórias vocacionadas à conclusão do requerimento nº 46224.002040/2015-57, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RES 86/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o Registro Sindical ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Caaporã-SINSERCAAP, CNPJ 12.232.375/0001-66, Processo 46224.002040/2015-57, para representar a categoria de Todos os servidores públicos municipais ativos e inativos da Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e autarquias e órgãos públicos municipais, com abrangência municipal e base territorial no município de Caaporã, no estado da Paraíba, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve ANOTAR a representação da seguinte entidade: UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11, excluindo a Categoria de Todos os servidores públicos municipais ativos e inativos da Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e autarquias e órgãos públicos municipais, no município de Caaporã, no estado da Paraíba, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, dando continuidade ao cumprimento da decisão judicial exarada nos autos do Processo nº 0802461-75.2017.4.05.8200 da 3ª Vara da Seção Judiciária da Paraíba do TRF da 5ª Região, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RES 85/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o registro sindical ao SINFESA - Sindicato dos Funcionários Públicos do Município de Santa Rita/PB, CNPJ 08.609.430/0001-17, Processo 46224.003850/2015-21, para representar a Categoria dos Servidores Públicos Municipais: Professor de educação básica I, professor de educação básica II, professor polivalente, professor PI, professor PII, supervidor (sic) educacional, professor (A) - quadro especial suplementar, orientador educacional, psicopedagogo, psicólogos, nutricionista, operador de micro, instrutor de informática, técnico em contabilidade, aux. de sala de creche, motoristas, agente da educação, vigilante, aux. de serviços gerais, merendeira, instrutor de prof. em arte culinária, instrutor de prof. em cabeleireiro, instrutor de prof. em carpintaria, instrutor de prof. em corte e costura, instrutor de prof. crochê, instrutor de prof. datilografia, instrutor de prof. manicure, instrutor de prof. tricot, encanador, marceneiro, eletricista, assistente de gestão administrativa, operador de computador, técnico de laboratório, técnico em meio ambiente, técnico de radiologia, técnico em edificações, técnico em saneamento, desenhista, engenheiros, administrador, assistente social, bioquímico, enfermeiro, farmacêutico, fisioterapeuta, odontologo, veterinário, engenheiro civil, operador de veiculo automotor, telefonista, técnico polivalente, aux. administrativo, aux. de administração, vigia, aux. de escrita, assistente de berçário, agente administrativo, agente municipal de trânsito, analista de processo administrativos, arquiteto, assistente de sala, assistente de gestão administrativa, assistente técnico administrativo, auditor fiscal de tributos, aux. de biblioteca, aux. de secretaria, contador, escriturário, fiscal de trânsito, fiscal de tributos, espetor de obras, espetor de tributos, agente comunitário de saúde, agente de saúde, agente do peva, agente de endemias, atendente de saúde, aux de enfermagem, aux. de saúde bucal, cirurgiões dentista, enfermeiro PSF'S, enfermeiro, fisioterapeuta, founoudiologo, médicos, técnico de enfermagem PSF, técnico de enfermagem, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Santa Rita, Estado da Paraíba/PB; nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve ANOTAR a representação do UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11, excluindo a Categoria dos Servidores Públicos Municipais: Professor de educação básica I, professor de educação básica II, professor polivalente, professor PI, professor PII, supervidor (sic) educacional, professor (A) - quadro especial suplementar, orientador educacional, psicopedagogo, psicólogos, nutricionista, operador de micro, instrutor de informática, técnico em contabilidade, aux. de sala de creche, motoristas, agente da educação, vigilante, aux. de serviços gerais, merendeira, instrutor de prof. em arte culinária, instrutor de prof. em cabeleireiro, instrutor de prof. em carpintaria, instrutor de prof. em corte e costura, instrutor de prof. crochê, instrutor de prof. datilografia, instrutor de prof. manicure, instrutor de prof. tricot, encanador, marceneiro, eletricista, assistente de gestão administrativa, operador de computador, técnico de laboratório, técnico em meio ambiente, técnico de radiologia, técnico em edificações, técnico em saneamento, desenhista, engenheiros, administrador, assistente social, bioquímico, enfermeiro, farmacêutico, fisioterapeuta, odontologo, veterinário, engenheiro civil, operador de veiculo automotor, telefonista, técnico polivalente, aux. administrativo, aux. de administração, vigia, aux. de escrita, assistente de berçário, agente administrativo, agente municipal de trânsito, analista de processo administrativos, arquiteto, assistente de sala, assistente de gestão administrativa, assistente técnico administrativo, auditor fiscal de tributos, aux. de biblioteca, aux. de secretaria, contador, escriturário, fiscal de trânsito, fiscal de tributos, espetor de obras, espetor de tributos, agente comunitário de saúde, agente de saúde, agente do peva, agente de endemias, atendente de saúde, aux de enfermagem, aux. de saúde bucal, cirurgiões dentista, enfermeiro PSF'S, enfermeiro, fisioterapeuta, founoudiologo, médicos, técnico de enfermagem PSF, técnico de enfermagem, no Município de Santa Rita, Estado da Paraíba/PB; nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 81/2018/CGRS/SRT/MT, resolve ARQUIVAR a impugnação 46000.009325/2017-23 com fulcro no art. 18º, inciso II da Portaria 326/2013 da Portaria 326/2013, e DEFERIR o Registro Sindical ao SINDITAC AGRESTE - Sindicato dos Transportadores Autônomos de Cargas do Agreste de Pernambuco e Região processo de pedido de Registro Sindical 46213.001285/2017-58, CNPJ: 26.113.818/0001-04 para representar a categoria Econômica dos Transportadores Autônomos de Cargas, na respectiva base territorial, exceto a categoria dos Transportadores Autônomos de Veículo (cegonheiros), em observância à Nota Técnica nº 134/2016/CGRS/SRT/MTb com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Águas Belas, Altinho, Angelim, Arcoverde, Belo Jardim, Brejão, Cachoeirinha, Caetés, Calçado, Canhotinho, Capoeiras, Correntes, Garanhuns, Iati, Ibirajuba, Jucati, Jupi, Jurema, Lagoa Do Ouro, Lajedo, Palmeirina, Paranatama, Pedra, Pesqueira, São Bento Do Una, São Caitano, São João, Tacaimbó, Terezinha e Venturosa no estado de Pernambuco, com fulcro no art. 25º inciso II da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, dando continuidade ao cumprimento da decisão judicial exarada nos autos do Processo n.º 5028947-83.2017.4.04.7000 em trâmite na 11ª Vara Federal de Curitiba - PR, fundamentado na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 80/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos Servidores Municipais da Ativa e Aposentados do Município de Cerro Azul, Estado do Paraná - SISMUCAZ, CNPJ 09.195.581/0001-39, Processo 46212.015180/2016-13, para representar a Categoria dos Servidores e dos Empregados Públicos Municipais do Poder Executivo e do Poder Legislativo, Administração Direta e Indireta, inclusive dos comissionados ou em função gratificada, dos exercentes de funções públicas sobre contrato administrativo da forma do inciso IX do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Cerro Azul, Estado do Paraná/PR, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve ANOTAR a representação do UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11; excluindo a Categoria dos Servidores e dos Empregados Públicos Municipais do Poder Executivo e do Poder Legislativo, Administração Direta e Indireta, inclusive dos comissionados ou em função gratificada, dos exercentes de funções públicas sobre contrato administrativo da forma do inciso IX do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, no Município de Cerro Azul, Estado do Paraná/PR; nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, dando continuidade ao cumprimento a Decisão Judicial exarada no Processo 0001244-43.2017.5.10.0008 em trâmite na 8ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RES 79/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o Registro Sindical ao Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Condomínios, Administradora de Condomínios e Imóveis de Viçosa e Região - SETHAC - VR, CNPJ 25.107.829/0001-19, Processo 46211.004621/2016-53, para representar a Categoria Profissional dos trabalhadores em empresas de prestação de serviços de asseio e conservação, limpeza urbana e áreas verdes, constituída pelas categorias profissionais e funções de empregados em empresas de prestação de serviços de asseio e conservação (higiene, faxina, servente), copa, limpeza de fossas e caixas d'água, manutenção predial, limpeza e restauração de fachadas, limpeza de vidros, jardinagem, portaria, zeladoria, recepção e vigia, empregados de condomínios, de edifícios comerciais, residenciais ou mistos, shopping center, galerias, empregados de empresas administradoras de condomínios e imóveis, conservação de elevadores, inclusive os empregados em serviços administrativos das referidas empresas e dos cabineiros (ascensoristas), independentemente do cargo ou função que ocupem, exceto os de categorias diferenciadas por lei; controle de pragas e vetores (dedetização, desratização, descupinação), limpeza urbana (coleta de lixo domiciliar, industrial, de resíduo de saúde, seletiva e de entulhos, grandes geradores de resíduos), destino final de lixo (usinas de reciclagem, compostagem, incineradores e aterros sanitários), varrição de vias públicas, serviços complementares de limpeza urbana, operacional, de manutenção e administrativo, manutenção de área verde, (jardinagem e paisagismo, manutenção e instalação em vias e logradouros públicos, poda de árvores, capinação e limpeza de córregos, canais e sistema de drenagem, pintura de postes e meio fio, operacional, manutenção e administrativo); empregados em institutos de beleza e cabeleireiros, barbearias, salões de beleza, oficiais barbeiros, manicures, esteticistas, maquiadores, depiladores, ajudantes, copeiros, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Amparo do Serra, Araponga, Cajuri, Canaã, Coimbra, Ervália, Guaraciaba, Guiricema, Paula Cândido, Pedra do Anta, Raul Soares, São Miguel do Anta, São Pedro dos Ferros, Teixeiras e Viçosa, Estado de Minas Gerais/MG, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve ANOTAR a representação do SINTEAC - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio e Conservação de Juiz de Fora - MG, CNPJ 05.890.642/0001-27, Processo 46211.001299/2012-87, excluindo de sua base territorial os municípios de Araponga, Cajuri, Canaã, Coimbra, Ervália, Guiricema, Paula Cândido, São Miguel do Anta e Viçosa, Estado de Minas Gerais/MG, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600211

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Em continuidade ao cumprimento de decisão judicial, processo n.º 0000093-18.2017.5.10.0016, procedente da 16ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, TRT da 10ª Região, que determinou a imediata análise dos autos; o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Portaria 326/2013, e com base na NOTA TÉCNICA 78/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o registro sindical (RES) ao SINTAXI/BAYEUX - Sindicato Municipal dos Taxistas de Bayeux/PB, processo 46224.000765/2016-91 (SC17883), CNPJ n.º 23.791.002/0001-41, para representar a categoria de Taxista Autônomo, Taxista Auxiliar ou Taxista Locatário, conforme Lei Federal nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, no município de Bayeux, no estado da Paraíba. E, para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), nos termos do art. 30 da Portaria n.º 326/2013, resolve EXCLUIR a CATEGORIA SUPRACITADA no MUNICÍPIO de Bayeux, no estado da Paraíba, da REPRESENTAÇÃO do SINDTAXI - Sindicato Intermunicipal dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários Taxistas, Caminhoneiros, Escolares e Auxiliares de Condutores na Paraíba - PB, processo de registro de alteração estatutária 46010.001612/2001-91, CNPJ 09.141.664/0001-45.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, em continuidade à Decisão Judicial prolatada nos autos do processo n.º 5000976-75.2017.4.04.7016, procedente da 1ª Vara Federal de Toledo, Seção Judiciária do Paraná, que determinou a conclusão do processo no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RES 76/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o Registro Sindical ao SSP - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Jesuítas, CNPJ 12.546.386/0001-10, Processo 46212.014224/2016-80, para representar a Categoria dos Servidores públicos da administração municipal, funcionários e empregados da administração direta e indireta do município, com abrangência Municipal e base territorial em Jesuítas, Estado do Paraná, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve ANOTAR a representação da seguinte entidade: UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11, excluindo a Categoria dos Servidores públicos da administração municipal, funcionários e empregados da administração direta e indireta do município de Jesuítas, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Portaria n.º 326/2013, e com base na NOTA TÉCNICA 112/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o registro sindical (RES) ao SINDSERP/SP - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Pinhalzinho, processo 46418.001405/2013-97 (SC15704), CNPJ n.º 18.362.472/0001-50, para representar a categoria dos Servidores Públicos Municipais de Pinhalzinho, no estado de São Paulo. E para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), nos termos do art. 30 da Portaria n.º 326/2013, resolve: EXCLUIR a CATEGORIA SUPRACITADA no MUNICÍPIO de Pinhalzinho, no estado de São Paulo, da REPRESENTAÇÃO do UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, processo de registro sindical n.º 24000.004348/89-11, CNPJ 33.721.911/0001-67.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RES 108/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos Empregados no Comercio Varejista e Atacadista de Gênero Alimentícios de Mossoró - Rio Grande Do Norte, CNPJ 17.631.986/0001-09, Processo 46217.001991/2013-36, para representar a Categoria Profissionais de trabalhadores (as) empregados (as) em estabelecimentos comerciais varejistas e atacadistas de gênero alimentícios, entendendo como tais empregados(as) em supermercados, hipermercados, mercadinhos, minimercados, mercearias e lojas de conveniência de mercadorias com predominância de produtos alimentícios industrializados, compreendido na função de açougueiro, entregador, balconista, auxiliar de escritório, motorista, repositor, auxiliar de deposito, operadores de caixa, empacotador, fiscal de caixa, padeiro, confeiteiro, empilhador, conferente, gerente de setor, faxineiro, vigia, auxiliar administrativo, auxiliar de tesouraria,e supervisor de caixa e em todos locais onde realize atos de comercio de gêneros alimentícios no município de Mossoró -Rio Grande do Norte, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Mossoró - RN, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 107/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR a impugnação 46000.005699/2017-51, nos termos dos incisos III e VIII do art. 18 c/c art. 42, da Portaria 326/2013; e a impugnação 46000.005827/2017-67, nos termos dos incisos I, II e III do art. 18 da Portaria 326/2013; deferir o registro sindical ao SAFER/Montes Claros - Sindicato dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais de Montes Claros e Região - MG, CNPJ 11.809.730/0001-54, Processo 46246.000697/2010-17, para representação da Categoria dos agricultores familiares, que exercem atividades na agricultura como proprietário (as), arrendatários (as), comodatários (as), parceiros (as), meeiros (as), posseiros (as), acampados (as), que desenvolvem suas atividades de forma individual ou coletiva com os membros da família, numa área de até 2 módulos rurais, conforme dispõe o Decreto-Lei 1.166 de 15 de abril de 1971, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Montes Claros, Bocaiúva, Engenheiro Navarro, Francisco Dumont, Olhos D'Água, Guaraciama, Glaucilândia, Juramento, Francisco Sá, Mirabela, Patis, Brasília de Minas, Coração de Jesus e Claro dos Poções, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 25, inciso II, da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bocaiúva - MG, Carta Sindical L088 P081 A1981, CNPJ 21.350.806/0001-80; B) STR Francisco Sá/MG - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Sá/MG, Carta Sindical L109 P054 A1988, CNPJ 25.217.647/0001-09; C) STR de Mirabela/MG - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirabela/MG, Processo 46000.010576/00-12, CNPJ 25.214.818/0001-38; D) STR Coração de Jesus/MG - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coração de Jesus/MG, Carta Sindical L097 P080 A1985, CNPJ 21.361.894/0001-15; excluindo a Categoria dos agricultores familiares, que exercem atividades na agricultura como proprietário (as), arrendatários (as), comodatários (as), parceiros (as), meeiros (as), posseiros (as), acampados (as), que desenvolvem suas atividades de forma individual ou coletiva com os membros da família, numa área de até 2 módulos rurais, conforme dispõe o Decreto-Lei 1.166 de 15 de abril de 1971, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326/2013 e, na Nota Técnica 97/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR a Impugnação n.º 46000.002368/2011-74, nos termos do art. 18, inciso III, da Portaria 326/2013 e, por conseguinte, DEFERIR o Registro Sindical n.º 46201.001474/2010-93 ao Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Educação Básica e Profissional no Estado de Alagoas - SINTIETFAL, CNPJ 35.745.645/0001-38, para representar a Categoria dos Servidores Públicos Federais ativos, aposentados e pensionistas das instituições federais de educação básica e profissional, com abrangência Estadual e base territorial no Estado de Alagoas/AL, nos termos do art. 25, inciso II, da Portaria 326/2013. Para fins de Anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), resolve EXCLUIR da representação do SINASEFE - Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Federal de 1° e 2° Graus, CNPJ 03.658.820/0001-63, Processo 24000.001245/90-05, a Categoria dos Servidores Públicos Federais ativos, aposentados e pensionistas das instituições federais de educação básica e profissional, no Estado de Alagoas/AL, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

MARCUS VINICIUS LAIRA
Substituto

DESPACHO DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 88/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve SUSPENDER o Pedido de Registro Sindical 46246.003223/2015-31, de interesse do SINTRAPOSTOS SERTÕES - Sindicato dos Trabalhadores em postos de serviços de revenda de combustíveis e derivados de petróleo de montes claros e região, CNPJ 18.874.481/0001-20, nos termos do art. 23, § 9º, da Portaria 326/2013.

MARCUS VINICIUS LAIRA
Substituto

DESPACHO DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 117/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, EXCLUIR os municípios de Angra dos Reis, Aperibé, Araruama, Areal, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Barra do Piraí, Barra Mansa, Belford Roxo, Bom Jardim, Bom Jesus do Itabapoana, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Cambuci, Campos dos Goytacazes, Cantagalo, Carapebus, Cardoso Moreira, Carmo, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabu, Cordeiro, Duas Barras, Duque de Caxias, Engenheiro Paulo de Frontin, Guapimirim, Iguaba Grande, Itaboraí, Itaguaí, Itaocara, Itaperuna, Itatiaia, Japeri, Macaé, Macuco, Magé, Mangaratiba, Maricá, Mendes, Mesquita, Miguel Pereira, Miracema, Natividade, Nilópolis, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Paracambi, Paraíba do Sul, Paraty, Paty do Alferes, Petrópolis, Pinheiral, Piraí, Porciúncula, Porto Real, Quatis, Queimados, Quissamã, Resende, Rio Bonito, Rio Claro, Rio das Flores, Rio das Ostras, Rio de Janeiro, Santa Maria Madalena, Santo Antônio de Pádua, São Fidélis, São Gonçalo, São João da Barra, São João de Meriti, São José do Vale do Rio Preto, São Pedro da Aldeia, São Sebastião do Alto, Sapucaia, Saquarema, Seropédica, Silva Jardim, Sumidouro, Tanguá, Teresópolis, Trajano de Moraes, Três Rios, Valença, Varre-Sai, Vassouras, Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro, da representação do SINCAB - Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Sistemas de Televisão por Assinatura e Serviços Especiais de Telecomunicações - CNPJ 00.146.036/0001-88, Processo 46000.006479/94-24, conforme determina o art. 30 da Portaria 326, de 11 de março de 2013.

MARCUS VINICIUS LAIRA
Substituto

DESPACHO DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 104/2018/CGRS/SRT/MTb, para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve ALTERAR a categoria, a abrangência e a base territorial de: "Categoria: Profissional dos Trabalhadores em Edifícios, Condomínios, Shopping Centers, Flats e de Empresas Interpostas em Edifícios e Condomínios. EXCETO a categoria dos trabalhadores em serviços de asseio, conservação, limpeza, zeladoria, serviços e jardinagens nos municípios de Amaral Ferrador, Anta Gorda, Arroio do Meio, Arroio do Tigre, Arvorezinha, Barros Cassal, Bom Retiro do Sul, Boqueirão do Leão, Candelária, Canudos do Vale, Capitão, Cerro Branco, Chuvisca, Colinas, Coqueiro Baixo, Cruzeiro do Sul, Dom Feliciano, Doutor Ricardo, Encruzilhada do Sul, Estrela, Estrela Velha, Fazenda Vilanova, Forquetinha, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Ilópolis, Imigrante, Lagoão, Lajeado, Marques de Souza, Mato Leitão, Muçum, Nova Bréscia, Novo Cabrais, Pantano Grande, Paraíso do Sul, Passo do Sobrado, Paverama, Poço das Antas, Pouso Novo, Progresso, Putinga, Relvado, Rio Pardo, Santa Clara do Sul, Santa Cruz do Sul, São José do Herval, Segredo, Sério, Sinimbu, Sobradinho, Tabaí, Taquari, Teutônia, Travesseiro, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires, Vera Cruz, Vespasiano Correa, Victor Graeff e Westfalia; EXCETO Trabalhadores em Edifícios e condomínios residenciais, comerciais, misto, verticais e horizontais, condomínios de shoppings centers, condomínios de centro empresariais e villages nos municípios de Arroio Grande, Bagé, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Cristal, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu - RS; Abrangência: Estadual; Base Territorial: *Rio Grande do Sul*"; para: Categoria: Profissional dos Trabalhadores em Edifícios, Condomínios, Shopping Centers, Flats e de Empresas Interpostas em Edifícios e Condomínios. EXCETO os trabalhadores em edifícios e condomínios, residenciais, comerciais, mistos, verticais e horizontais nos municípios de Arroio Grande, Bagé, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Cristal, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu; EXCETO os trabalhadores em edifícios e condomínios, residenciais, comerciais, mistos, verticais e horizontais, shopping centers, flats e villages nos municípios de Agudo, Arroio Do Tigre, Caçapava Do Sul, Cacequi, Cerro Branco, Dona Francisca, Faxinal Do Soturno, Formigueiro, Ibarama, Ivorá, Jaguari, Júlio De Castilhos, Mata, Nova Esperança Do Sul, Nova Palma, Paraíso Do Sul, Pinhal Grande, Quevedos, Restinga Sêca, Santa Maria, Santana Da Boa Vista, Santiago, São João Do Polêsine, São Martinho Da Serra, São Pedro Do Sul, São Sepé, São Vicente Do Sul, Segredo, Silveira Martins, Tupanciretã e Vila Nova Do Sul; EXCETO os empregados em edifícios, zeladores, vigias cabineiros, rondas e faxineiros no município de Uruguaiana; EXCETO os trabalhadores em serviços de asseio, conservação, limpeza, zeladoria, serviços e jardinagens nos municípios de Amaral Ferrador, Anta Gorda, Arroio do Meio, Arroio do Tigre, Arvorezinha, Barros Cassal, Bom Retiro do Sul, Boqueirão do Leão, Candelária, Canudos do Vale, Capitão, Cerro Branco, Chuvisca, Colinas, Coqueiro Baixo, Cruzeiro do Sul, Dom Feliciano, Doutor Ricardo, Encruzilhada do Sul, Estrela, Estrela Velha, Fazenda Vilanova, Forquetinha, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Ilópolis, Imigrante, Lagoão, Lajeado, Marques de Souza, Mato Leitão, Muçum, Nova Bréscia, Novo Cabrais, Pantano Grande, Paraíso do Sul, Passo do Sobrado, Paverama, Poço das Antas, Pouso Novo, Progresso, Putinga, Relvado, Rio Pardo, Santa Clara do Sul, Santa Cruz do Sul, São José do Herval, Segredo, Sério, Sinimbu, Sobradinho, Tabaí, Taquari, Teutônia, Travesseiro, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires, Vera Cruz, Vespasiano Correa, Victor Graeff e Westfalia; Abrangência Intermunicipal; Base Territorial: Aceguá, Água Santa, Ajuricaba, Alecrim, Alegrete, Alegria, Almirante Tamandaré do Sul, Alpestre, Alto Alegre, Alto Feliz, Alvorada, Amaral Ferrador, Ametista do Sul, André da Rocha, Anta Gorda, Antônio Prado, Arambaré, Araricá, Aratiba, Arroio do Meio, Arroio do Padre, Arroio do Sal, Arroio dos Ratos, Arvorezinha, Augusto Pestana, Áurea, Balneário Pinhal, Barão, Barão de Cotegipe, Barão do Triunfo, Barra do Guarita, Barra do Quarai, Barra do Ribeiro, Barra do Rio Azul, Barra Funda, Barracão, Barros Cassal, Benjamin Constant do Sul, Bento Gonçalves, Boa Vista das Missões, Boa Vista do Buricá, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Boa Vista do Sul, Bom Jesus, Bom Princípio, Bom Progresso, Bom Retiro do Sul, Boqueirão do Leão, Bossoroca, Bozano, Braga, Brochier, Butiá, Cachoeira do Sul, Cachoeirinha, Cacique Doble, Caibaté, Caiçara, Camaquã, Camargo, Cambará do Sul, Campestre da Serra, Campina das Missões, Campinas do Sul, Campo Bom, Campo Novo, Campos Borges, Candelária, Cândido Godói, Candiota, Canela, Canoas, Canudos do Vale, Capão Bonito do Sul, Capão da Canoa, Capão do Cipó, Capela de Santana, Capitão, Capivari do Sul, Caraá, Carazinho, Carlos Barbosa, Carlos Gomes, Casca, Caseiros, Catuípe, Caxias do Sul, Centenário, Cerro Grande, Cerro Grande do Sul, Cerro Largo, Chapada, Charqueadas, Charrua, Chiapetta, Chuvisca, Cidreira, Ciríaco, Colinas, Colorado, Condor, Constantina, Coqueiro Baixo, Coqueiros do Sul, Coronel Barros, Coronel Bicaco, Coronel Pilar, Cotiporã, Coxilha, Crissiumal, Cristal, Cristal do Sul, Cruz Alta, Cruzaltense, Cruzeiro do Sul, David Canabarro, Derrubadas, Dezesseis de Novembro, Dois Irmãos, Dois Irmãos das Missões, Dois Lajeados, Dom Feliciano, Dom Pedrito, Dom Pedro de Alcântara, Doutor Maurício Cardoso, Doutor Ricardo, Eldorado do Sul, Encantado, Encruzilhada do Sul, Engenho Velho, Entre-Ijuís, Entre Rios do Sul, Erebango, Erechim, Ernestina, Erval Grande, Erval Seco, Esmeralda, Esperança do Sul, Espumoso, Estação, Estância Velha,

Esteio, Estrela, Eugênio de Castro, Fagundes Varela, Farroupilha, Faxinalzinho, Fazenda Vilanova, Feliz, Flores da Cunha, Floriano Peixoto, Fontoura Xavier, Forquetinha, Fortaleza dos Valos, Frederico Westphalen, Garibaldi, Garruchos, Gaurama, General Câmara, Gentil, Getúlio Vargas, Giruá, Glorinha, Gramado, Gramado dos Loureiros, Gramado Xavier, Gravataí, Guabiju, Guaíba, Guaporé, Guarani das Missões, Harmonia, Herveiras, Horizontina, Hulha Negra, Humaitá, Ibiaçá, Ibiraiaras, Ibirapuitã, Ibirubá, Igrejinha, Ijuí, Ilópolis, Imbé, Imigrante, Independência, Inhacorá, Ipê, Ipiranga do Sul, Irai, Itacurubi, Itapuca, Itaqui, Itati, Itatiba do Sul, Ivoti, Jaboticaba, Jacuizinho, Jacutinga, Jaquirana, Jóia, Lagoa Bonita do Sul, Lagoa dos Três Cantos, Lagoa Vermelha, Lagoão, Lajeado, Lajeado do Bugre, Lavras do Sul, Liberato Salzano, Lindolfo Collor, Linha Nova, Maçambará, Machadinho, Mampituba, Manoel Viana, Maquine, Marata, Marau, Marcelino Ramos, Mariana Pimentel, Mariano Moro, Marques de Souza, Mato Castelhano, Mato Leitão, Mato Queimado, Maximiliano de Almeida, Minas do Leão, Miraguaí, Montauri, Monte Alegre dos Campos, Monte Belo do Sul, Montenegro, Mormaço, Morrinhos do Sul, Morro Reuter, Mostardas, Muçum, Muitos Capões, Muliterno, Não-Me-Toque, Nicolau Vergueiro, Nonoai, Nova Alvorada, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Boa Vista, Nova Bréscia, Nova Candelária, Nova Hartz, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Prata, Nova Ramada, Nova Roma do Sul, Nova Santa Rita, Novo Barreiro, Novo Cabrais, Novo Hamburgo, Novo Machado, Novo Tiradentes, Novo Xingu, Osório, Paim Filho, Palmares do Sul, Palmeira das Missões, Palmitinho, Panambi, Pantano Grande, Parai, Pareci Novo, Parobé, Passa Sete, Passo do Sobrado, Passo Fundo, Paulo Bento, Paverama, Pedras Altas, Pejuçara, Picada Café, Pinhal, Pinhal da Serra, Pinheirinho do Vale, Pirapó, Planalto, Poço das Antas, Pontão, Ponte Preta, Portão, Porto Alegre, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Porto Xavier, Pouso Novo, Presidente Lucena, Progresso, Protásio Alves, Putinga, Quarai, Quatro Irmãos, Quevedos, Quinze de Novembro, Redentora, Relvado, Rio dos Índios, Rio Pardo, Riozinho, Roca Sales, Rodeio Bonito, Rolador, Rolante, Ronda Alta, Rondinha, Roque Gonzáles, Rosário do Sul, Sagrada Família, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Salvador das Missões, Salvador do Sul, Sananduva, Santa Bárbara do Sul, Santa Cecília do Sul, Santa Clara do Sul, Santa Cruz do Sul, Santa Margarida do Sul, Santa Maria do Herval, Santa Rosa, Santa Tereza, Sant'ana do Livramento, Santo Ângelo, Santo Antônio da Patrulha, Santo Antônio das Missões, Santo Antônio do Palma, Santo Antônio do Planalto, Santo Augusto, Santo Cristo, Santo Expedito do Sul, São Borja, São Domingos do Sul, São Francisco de Assis, São Francisco de Paula, São Gabriel, São Jerônimo, São João da Urtiga, São Jorge, São José das Missões, São José do Herval, São José do Hortêncio, São José do Inhacorá, São José do Ouro, São José do Sul, São José dos Ausentes, São Leopoldo, São Luiz Gonzaga, São Marcos, São Martinho, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro da Serra, São Pedro das Missões, São Pedro do Butiá, São Sebastião do Caí, São Valentim, São Valentim do Sul, São Valério do Sul, São Vendelino, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Sarandi, Seberi, Sede Nova, Selbach, Senador Salgado Filho, Sentinela do Sul, Serafina Corrêa, Sério, Sertão, Sertão Santana, Sete de Setembro, Severiano de Almeida, Sinimbu, Sobradinho, Soledade, Tabaí, Tapejara, Tapera, Tapes, Taquara, Taquari, Taquaruçu do Sul, Tavares, Tenente Portela, Terra de Areia, Teutônia, Tio Hugo, Tiradentes do Sul, Torres, Tramandaí, Travesseiro, Três Arroios, Três Cachoeiras, Três Coroas, Três de Maio, Três Forquilhas, Três Palmeiras, Três Passos, Trindade do Sul, Triunfo, Tucunduva, Tunas, Tupanci do Sul, Tupandi, Tuparendi, Ubiretama, União da Serra, Unistalda, Vacaria, Vale do Sol, Vale Real, Vale Verde, Vanini, Venâncio Aires, Vera Cruz, Veranópolis, Vespasiano Corrêa, Viadutos, Viamão, Vicente Dutra, Victor Graeff, Vila Flores, Vila Lângaro, Vila Maria, Vista Alegre, Vista Alegre do Prata, Vista Gaúcha, Vitória das Missões, Westfália, Xangri-lá, estado do Rio Grande do Sul do SINDEF/RS - Sindicato dos Trabalhadores em Edifícios e Condomínios Residenciais, Comerciais e Mistos, Shopping Centers e Flats e de Trabalhadores em Empresas Interpostas em Edifícios e Condomínios do Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ 87.950.341/0001-06, Processo 46000.011911/2003-14, conforme determina o art. 30 da Portaria 326, de 11 de março de 2013.

MARCUS VINICIUS LAIRA
-Substituto

DESPACHO DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 103/2018/CGRS/SRT/MTb resolve CONVALIDAR o ato de Concessão do Registro Sindical de interesse do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário de Ubiratã - PR, CNPJ: 78.681.483/0001-24, publicado no DOU de 20/11/1990, Seção I, pág. 22030 (fl. 139), para que conste "os municípios de Boa Esperança/PR, Formosa do Oeste/PR, Goioerê/PR, Janiópolis/PR e Jesuítas/PR no estado do Paraná na representação do referido Sindicato" corrigindo-se o erro sanável, conforme art. 55 da Lei 9.784/99.

MARCUS VINICIUS LAIRA
Substituto

DESPACHO DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria n.º 326/2013, e na NOTA TÉCNICA 116/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve REMETER para procedimento de MEDIAÇÃO as seguintes entidades: a) Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos de Jundiaí e Região (impugnado), processo de pedido de registro n.º 46255.000358/2013-74 (SC15046), CNPJ n.º 17.534.145/0001-75; b) Sindicato dos Práticos, Técnicos e Auxiliares de Farmácia e dos Empregados no Comércio Varejista e Atacadista de Drogas, Medicamentos, Produtos Farmacêuticos, Homeopáticos, Alopáticos, Perfumarias, Cosméticos, Insumos Farmacêuticos, Essências, Produtos Naturais e Similares de Americana e Região - SP (impugnante), processo de registro sindical n.º 46000.001907/97-10, CNPJ n.º 01.778.300/0001-69; c) SINPROVESP - Sindicato dos Propagandistas do Estado de São Paulo (impugnante), carta sindical L023 P043 A1954, CNPJ n.º 61.762.043/0001-07; com fundamento no art. 20 da Portaria n.º 326/2013 (alterado pela Portaria n.º 1.043, de 04 de setembro de 2017).

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, e, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 96/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: REMETER para o procedimento de Mediação as seguintes entidades: 1) ADUFSCar, Sindicato - Sindicato dos Docentes em Instituições Federais de Ensino Superior dos Municípios de São Carlos, Araras e Sorocaba, CNPJ 08.791.464/0001-75, Processo 46385.000177/2010-10; (Impugnado) 2) Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES, CNPJ 00.676.296/0001-65, Processo 24000.001266/90-77, Impugnação 46000.000023/2011-86 (Impugnante); nos termos do art. 20 da Portaria 326/2013.

MARCUS VINICIUS LAIRA
Substituto

DESPACHO DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve RETIFICAR a NT 150/2014/CGRS/SRT/MTE e o despacho publicado no Diário Oficial da União (DOU, seção 1, p. 91, nº 20), de 29 de janeiro de 2014, no que se refere ao deferimento da alteração de denominação do Sindicato da Indústria da Energia no Estado de São Paulo - SindiEnergia, CNPJ nº 60.524.212/0001-08, para que onde se lê: Sindicato da Indústria da Energia no Estado de São Paulo - Sindinergia, leia-se: Sindicato da Indústria da Energia no Estado de São Paulo - SindiEnergia.

Em continuidade ao cumprimento de decisão judicial, processo n.º 0000830-25.2015.5.10.0005, procedente da 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, TRT da 10ª Região; o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria n.º 326/2013, e na NOTA TÉCNICA 93/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve RETIFICAR a publicação do registro de alteração estatutária (RAE) disposta no DOU de 25/03/2015, seção I, pág. 83, n.º 57, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Catanduvas - SC, processo n.º 47516.000304/2009-77, CNPJ n.º 82.850.777/0001-00, para que ONDE SE LÊ: "Categoria: Profissional dos Trabalhadores e trabalhadoras rurais: assalariados e assalariadas rurais empregados permanentes, safristas, e eventuais na agricultura, criação de animais, silvicultura, hortifruticultura e extrativismo rural; agricultores e agricultoras que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e extrativistas, na ativa; e aposentados e aposentadas." ; LEIA-SE: "Categoria: : Trabalhadoras rurais: assalariados e assalariadas rurais, empregados permanentes, safristas, e eventuais na agricultura, criação de animais, silvicultura, hortifruticultura e extrativismo rural; agricultores e agricultoras que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e extrativistas, na ativa; nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, e que explora até 02 módulos rurais, aposentados e aposentadas, regendo-se pelas leis em vigor e pelo presente estatuto.

MARCUS VINICIUS LAIRA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA PARAÍBA

DESPACHOS DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O Superintendente Regional do Trabalho no Estado da Paraíba, usando das atribuições conferidas pelo Art. 1º da Portaria/SRT/MTE nº 02, de 25 de maio de 2006, alterada pelas Portarias SRT/MTE Nº 05, de 20 de novembro de 2008 e Nº 06, de 26 de janeiro de 2010, para decidir sobre pedidos de homologação de Quadro de Pessoal Organizado em Carreira das Empresas, resolve:

Nº 1 - Homologar o Quadro de Carreira do Pessoal Docente das FACULDADES INTEGRADAS DE PATOS - FIP, mantida pelo Centro Educacional de Ensino Superior de Patos (CEESP), CNPJ nº 19.768.173/0001-82, situado na Rua Floriano Peixoto, n. 223, Centro - CEP: 58.700-300 - Patos/PB, na forma proposta no Processo 46224.004783/2017-23.

As alterações do Plano de Carreira posteriores à publicação deste Despacho Homologatório no Diário oficial da União, deverão ser submetidas ao órgão regional do Ministério do Trabalho, para nova análise e homologação.

O Superintendente Regional do Trabalho no Estado da Paraíba, usando das atribuições conferidas pelo Art. 1º da Portaria/SRT/MTE nº 02, de 25 de maio de 2006, alterada pelas Portarias SRT/MTE Nº 05, de 20 de novembro de 2008 e Nº 06, de 26 de janeiro de 2010, para decidir sobre pedidos de homologação de Quadro de Pessoal Organizado em Carreira das Empresas, resolve:

Nº 2 - Homologar o Quadro de Carreira do Pessoal Docente das FACULDADES INTEGRADAS DE PATOS - FIP CAMPINA GRANDE, mantida pelo Centro Educacional de Ensino Superior de Patos (CEESP), CNPJ nº19. 768.173/0001-63, situada na Avenida Floriano Peixoto, nº 3333, Bairro Santa Rosa, CEP: 58416-440 - Campina Grande/PB, na forma proposta no Processo 46224.004784/2017-78.

As alterações do Plano de Carreira posteriores à publicação deste Despacho Homologatório no Diário oficial da União, deverão ser submetidas ao órgão regional do Ministério do Trabalho, para nova análise e homologação.

SEVERINO PEREIRA DANTAS

Ministério dos Direitos Humanos

PORTARIAS DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS, INTERINO, usando da atribuição que lhe confere o art. 2° da Lei n° 11.520, de 18 de setembro de 2007, resolve DEFERIR os processos de Pensão Especial para pessoas atingidas pela hanseníase da 161.ª Reunião Ordinária:

Nº 78 - I. O. R. - Processo nº 00005.002474/2009-92

Nº 79 - J. R. M. - Processo nº 00005.214215/2016-31

Nº 80 - J. F. F. - Processo nº 08000.002550/2017-21

Nº 81 - L. L. S. - Processo nº 08000.045052/2017-73

Nº 82 - V. R. S. - Processo nº 08000.007296/2017-58

Nº 83 - Z. C. A. - Processo nº 00005.209238/2015-43

GUSTAVO DO VALE ROCHA

PORTARIAS DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS, INTERINO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2° da LEI n.° 11.520, de 18 de setembro de 2007, resolve INDEFERIR os processos de Pensão Especial para pessoas atingidas pela hanseníase da 161.ª Reunião Ordinária.

Nº 84 - A. C. S. S. - Processo nº 00009.000736/2010-88

Nº 85 - C. J. C. - Processo nº 08000.057835/2017-08

Nº 86 - F. B. C. - Processo nº 08000.037787/2017-23

Nº 87 - G. C. P. - Processo nº 08000.057768/2017-13

Nº 88 - J. P. S. - Processo nº 08000.046782/2017-91

Nº 89 - J. A. C. S. - Processo nº 08000.039211/2017-09

Nº 90 - J. S. C. - Processo nº 08000.046826/2017-83

Nº 91 - L. F. N. - Processo nº 08000.035732/2017-89

Nº 92 - M. P. O. - Processo nº 08000.057192/2017-94

Nº 93 - N. R. F. - Processo nº 00005.005036/2009-86

Nº 94 - N. J. C. - Processo nº 08000.057834/2017-55

Nº 95 - W. L. P. - Processo nº 00005.200616/2016-12

GUSTAVO DO VALE ROCHA

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018

A GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600213

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 569 - Alterar a inscrição do aeródromo privado Fazenda São Nicolau (MT) (código OACI: SWQT) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.003529/2018-68. A inscrição tem validade até 16 de outubro de 2022. Fica revogada a Portaria nº 2151/SIA, de 11 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 2012, Seção 1, Página 7.

Nº 574 - Alterar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Vitória (MT) (código OACI: SDNK) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.003535/2018-15. A inscrição tem validade até 19 de dezembro de 2022. Fica revogada a Portaria nº 2763/SIA, de 18 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2012, Seção 1, Página 13.

Nº 576 - Inscrever o heliponto privado BS Tower (CE) (código OACI: SWTW) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.571251/2017-76. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Nº 577 - Inscrever o aeródromo privado Mocelin II (PR) (código OACI: SIZM) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.003804/2018-43. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

BARBARA CARVALHO DE AZEVEDO

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIAS DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3426 de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 119 (RBAC nº 119) e na Instrução Suplementar nº 119-004 (IS 119-004), resolve:

Nº 600 - Revogar o Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 2011-10-0CNQ-01-00, emitido em favor da sociedade empresária LMP-JET TÁXI AÉREO LTDA. Processo nº 00058.003377/2018-92.

Nº 601 - Revogar o Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 2012-03-5CNT-01-00, emitido em favor da sociedade empresária RUSSI & RUSSI TÁXI AÉREO LTDA. Processo nº 00058.003358/2018-66.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 5.930, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.011150/2017-99 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 438ª Reunião Ordinária, realizada em 23 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º Expedir Termo de Autorização em favor da empresa YARA AQUACULTURA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.007.353/0001-65, domiciliada na Estrada Municipal Agenor Fioravante Silvestrini, s/nº, Sítio Silvestrini, Córrego da Ponte Pensa - Santa Fé do Sul/SP, com a finalidade específica de obtenção de pré-registro de embarcação em construção em estaleiro brasileiro, no Registro Especial Brasileiro - REB, nos termos do § 1º do art. 4º, do Decreto nº 2.256, de 1997, neste caso, sem direito a afretamento de embarcação, em observância às disposições contidas na norma aprovada pela Resolução nº 1.558-ANTAQ, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.522-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 5.944, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 71 da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, que dá nova redação ao art. 27, inciso VII da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e pelo artigo 3º, inciso VIII do Regulamento da ANTAQ, aprovado pelo Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, considerando o disposto na Portaria nº 118, de 17 de maio de 2002, do Ministro de Estado da Fazenda e o que consta do Processo nº 50300.011027/2017-78, tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 436ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar reajuste linear máximo de 15,28% (quinze vírgula vinte e oito por cento) incidente sobre os valores da tarifa do porto organizado de Suape.

Art. 2º Determinar que o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros - SUAPE encaminhe à ANTAQ, para acompanhamento, cópia completa das tabelas tarifárias consolidadas, incluindo as tabelas de valores, isenções, taxas mínimas e normas de aplicação, após o reajuste aprovado no art 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO

DESPACHO Nº 6, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº 50300.007953/2016-68. Fiscalizada: LOG IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A., CNPJ nº 42.278.291/0001-24. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer do recurso interposto, dada sua tempestividade, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a penalidade de multa pecuniária no valor total de R$ 58.500,00 (cinquenta e oito mil e quinhentos reais), pelo cometimento das infrações tipificadas nos incisos II e IV do art. 23 da Resolução nº 2.920/2013-ANTAQ.

ALEXANDRE GOMES DE MOURA
Gerente

DESPACHO Nº 42, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº 50300.000796/2016-60. Fiscalizada: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0001-01. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer do recurso interposto, dada sua tempestividade, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a penalidade de multa pecuniária no valor total de R$ 137.500,00 (cento e trinta e sete mil e quinhentos reais), pelo cometimento das infrações tipificadas nos incisos IV e V do art. 23 da Resolução nº 2.920/2013-ANTAQ e incisos III e IV do art. 25 da Resolução nº 2.919/ANTAQ.

ALEXANDRE GOMES DE MOURA
Gerente

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 5.746, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre a exploração de projetos associados pelas concessionárias de serviço público de transporte ferroviário de cargas.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso VIII do art. 25 da Resolução nº 3.000, de 28 de janeiro de 2009, fundamentada no Voto DSL - 047, de 6 de fevereiro de 2018, no que consta do Processo nº 50500.012231/2006-05;

CONSIDERANDO o que dispõe o inciso IV, do art. 24, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que atribui à ANTT competência para elaborar e editar normas e regulamentos relativos à exploração de vias e terminais;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 11, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 2005, que prevê a instituição de outras fontes de receitas com vistas a favorecer a modicidade tarifária; e

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos a serem seguidos na obtenção de autorização prévia da ANTT para a exploração de projetos associados, conforme previsão dos Contratos de Concessão, resolve:

Art. 1º Dispor sobre a exploração de Projetos Associados pelas concessionárias de serviço público de transporte ferroviário de cargas ("concessionárias").

Art. 2º Para fins desta Resolução, considera-se:

I - Projetos Associados: exploração comercial de bens ou prestação de serviços distintos do transporte ferroviário de cargas ou passageiros, das operações acessórias, do tráfego mútuo ou do direito de passagem;

II - Receita Alternativa Bruta: receita total proveniente da exploração de Projetos Associados, incluindo valores enquadrados como reembolsos, ressarcimentos, taxas de vistoria e análises de projeto, independentemente de seu recebimento pela concessionária; e

III - Receita Alternativa Líquida: Receita Alternativa Bruta deduzida dos tributos que incidem sobre essa receita.

CAPÍTULO I

DO CONTRATO ESPECÍFICO

Art. 3º A exploração de Projetos Associados será precedida da formalização de Contrato Específico entre a concessionária e o terceiro interessado.

Parágrafo único. O Contrato Específico reger-se-á pelo direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre o terceiro interessado e o Poder Concedente, e terá vigência limitada ao término do contrato de concessão.

Art. 4º O Contrato Específico deverá conter, no mínimo:

I - número sequencial de identificação;

II - vigência;

III - descrição detalhada do objeto, incluindo os bens e obras envolvidos;

IV - local da prestação do serviço;

V - obrigações entre as partes;

VI - forma de pagamento; e

VII - cláusula de eficácia condicionada à autorização da ANTT e relação dos bens envolvidos na exploração do Projeto Associado, na hipótese de que trata o Art. 5º.

CAPÍTULO II

DA AUTORIZAÇÃO

Art. 5º A exploração de Projetos Associados deverá ser previamente autorizada pela ANTT, na hipótese de envolver a locação, cessão ou transferência a qualquer título, dos seguintes bens:

I - material rodante;

II - armazéns e terminais;

III - oficinas; e

IV - pátios.

Art. 6º O pedido de autorização deverá ser acompanhado de cópia simples do Contrato Específico celebrado, sem prejuízo de outros documentos que se mostrem necessários à completa análise do pleito.

Art. 7º Constatado que não haverá comprometimento da prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas, a Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER expedirá autorização para a exploração do Projeto Associado, nos termos do Contrato Específico celebrado, em até 90 (noventa dias) dias contados da apresentação do pedido.

§1º A existência de pendência ou vício formal na documentação apresentada implica a suspensão do prazo de que trata o caput deste artigo, voltando à contagem do prazo estabelecido, a partir da data de recebimento da documentação saneadora.

§2º A autorização não implicará em responsabilidade da ANTT quanto à verificação dos estudos, cálculos ou dimensionamentos porventura envolvidos, que são de exclusiva responsabilidade da concessionária.

§3º A obtenção de autorização para exploração de Projeto Associado não exime a concessionária do cumprimento das exigências requeridas em regulamentação específica da ANTT para a realização de obras.

Art. 8º A concessionária deverá também submeter à autorização eventuais aditivos aos Contratos Específicos autorizados pela ANTT, na hipótese de alteração do objeto ou do quantitativo de bens da concessão envolvidos na exploração do Projeto Associado.

CAPÍTULO III

DOS RECOLHIMENTOS A TÍTULO DE PARTICIPAÇÃO SOBRE RECEITAS ALTERNATIVAS

Art. 9º. As concessionárias cujos contratos de concessão prevejam recolhimentos aos cofres públicos, a título de participação sobre receitas decorrentes da exploração de Projetos Associados, deverão observar as disposições deste artigo.

§1º Para os contratos de concessão que estabeleçam participação entre 3% e 10%, deverá ser realizado recolhimento correspondente a 8,5% (oito e meio por cento) da Receita Alternativa Líquida.

§2º Para os demais contratos de concessão, deverá ser realizado recolhimento correspondente ao percentual neles fixados.

§3º O recolhimento deverá ser efetuado por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, até o dia 31 de março do ano subsequente ao período de apuração da Receita Alternativa Bruta, que deve coincidir com o exercício fiscal.

§4º O não recolhimento no prazo fixado no § 3º deste artigo, implicará em multa de mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, calculada até o limite de 20% (vinte por cento), e atualização pela SELIC a partir do primeiro dia do mês subsequente ao de vencimento, até o mês anterior ao do pagamento, acrescida de um por cento no mês de pagamento.

§5º Para efeito de apuração da base de cálculo do valor a ser recolhido aos cofres públicos, não serão admitidas compensações de débitos e créditos entre a concessionária e o contratante.

CAPÍTULO IV

DA MODICIDADE TARIFÁRIA

Art. 10. O montante correspondente a 28% (vinte e oito por cento) da Receita Alternativa Bruta decorrente da exploração de Projetos Associados, será utilizado para a redução do teto tarifário quando da realização das revisões tarifárias.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 11. As cópias dos Contratos Específicos e eventuais aditivos firmados, deverão ser encaminhadas à ANTT, até o dia 15 (quinze) de maio do exercício subsequente.

Art. 12. A concessionária deverá manter em seus controles internos todos os originais dos Contratos Específicos celebrados e eventuais aditivos firmados.

Art. 13. A percepção de receitas alternativas sem observância das disposições desta norma não afasta a obrigação da concessionária de recolher aos cofres públicos os valores que lhe são devidos, na forma do Capítulo III, sem prejuízo da adoção pela ANTT das medidas cabíveis visando a regularização do débito.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600214

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 14. As infrações ao disposto nesta Resolução sujeitam o infrator às penalidades previstas no contrato de concessão.

Art. 15. Qualquer benfeitoria realizada por terceiro interessado, decorrente da exploração de Projeto Associado, não gera direito de indenização pelo Poder Concedente.

Art. 16. Aplica-se às subconcessões o disposto nesta Resolução.

Art. 17. Esta Resolução entra em vigor na data de 1º de abril de 2018.

MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.748, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

Determina o arquivamento do Processo Administrativo instaurado em desfavor da VIAÇÃO NOVO HORIZONTE LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 050, de 19 de fevereiro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.013574/2010-65, resolve:

Art. 1º Determinar o arquivamento do presente processo administrativo, instaurado em desfavor da VIAÇÃO NOVO HORIZONTE LTDA.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 93, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 051, de 9 de fevereiro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.210222/2014-80, delibera:

Art. 1º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS a apuração dos fatos indicados no Processo nº 50500.210222/2014-80, referente à empresaJ P RODRIGUES TURISMO EIRELLI - ME, CNPJ nº 19.023.288/0001-48.

Art. 2º Para os fins dispostos no art. 1°, as Unidades Organizacionais da ANTT deverão prestar apoio à SUPAS, indicando, quando solicitadas, servidores para compor a Comissão de Processo Administrativo.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 94, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 052, de 9 de fevereiro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.384207/2016-39, delibera:

Art. 1º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 152 da empresa VIA ENERGIA LOG LTDA. para incluir o mercado: Caicó/RN-Juazeirinho/PB, disponibilizados na 1ª etapa conforme Deliberação nº 224, de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 3º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que notifique a empresa VIA ENERGIA LOG LTDA. acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro 1999, art. 3º, inc. II.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 95, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 053, de 16 de fevereiro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.524666/2017-42, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa UNESUL DE TRANSPORTES LTDA. para a paralisação das linhas Caxias do Sul (RS) - Cascavel (PR), prefixo nº 10-0080-00 e Porto Alegre (RS) - Cascavel (PR), prefixo nº 10-0086-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 96 da empresa UNESUL DE TRANSPORTES LTDA. conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que notifique a empresa UNESUL DE TRANSPORTES LTDA., acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, art. 3º, inc. II.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 96, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 047, de 6 de fevereiro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.410537/2017-78, delibera:

Art. 1º Aprovar a Ata e o Relatório da Audiência Pública nº 011/2017, e a minuta de Resolução, que dispõe sobre a exploração de projetos associados pelas concessionárias de serviço público de transporte ferroviário de cargas.

Art. 2º Determinar, conforme art. 24 da Resolução ANTT nº 3.705, de 10 de agosto de 2011, a divulgação da Ata e do Relatório Final no endereço eletrônico da ANTT.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 97, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 052, de 19 de fevereiro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.728538/2017-76, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa REAL EXPRESSO LTDA. de implantação do mercado Brasília/DF - Teresópolis de Goiás/GO, como seção na linha Brasília/DF - Porto Alegre/RS, prefixo nº 12-0186-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 54 da empresa REAL EXPRESSO LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 98, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 055, de 19 de fevereiro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.560252/2017-87, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa ROTAS DE VIAÇÃO DO TRIÂNGULO LTDA., autorizando a implantação da linha Goiânia (GO) - Barretos (SP), com as seções abaixo listadas:

I - De: Goiânia/GO e Itumbiara/SP, para: Barretos/SP e Frutal/MG; e

II - De: Frutal/MG, para: Barretos/SP.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 40 da empresa ROTAS DE VIAÇÃO DO TRIÂNGULO LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 99, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 056, de 19 de fevereiro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.380187/2017-16, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de transferência da empresa EDMO RODRIGUES ARAÚJO TRANSPORTE E TURISMO EIRELI para a empresa EXPRESSO VILA RICA LTDA-ME. dos mercados:

I - De: Brasília/DF, para: Bonito de Minas/MG e Formosa/GO; e

II - De: Cabeceiras/GO, para: Bonito de Minas/MG.

Art. 2º Modificar as Licenças Operacionais nº 126 da EDMO RODRIGUES ARAÚJO TRANSPORTE E TURISMO EIRELI e nº 20 da EXPRESSO VILA RICA LTDA-ME., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 21, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, resolve:

Autorizar a construção de acesso em via marginal na faixa de domínio da Rodovia Engenheiro Vasco Filho, BR - 324/BA, no trecho entre o km 615+455m e o km 616+330m, Pista Leste, e ampliação do vão da passarela no km 616+100m, no município de Salvador/BA, de interesse da empresa VG Realizações e Operações Logísticas LTDA. - Processo nº 50535.003424/2017-12.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço http://portal.antt.gov.br/index.php/content/view/355.html.

LUIZ FERNANDO CASTILHO

PORTARIA Nº 22, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, resolve:

Autorizar a implantação de rede de cabos de fibra óptica na faixa de domínio da Rodovia Presidente Dutra, BR-116/SP/RJ, por meio de subtrechos de ocupações longitudinais e travessias, no trecho entre o km 163+060m e o km 333+580m, pista expressa/marginal, no Estado do Rio de Janeiro e entre o km 0+000m e o km 230+772m, pista expressa/marginal, no Estado de São Paulo, de interesse da SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. - Processo nº 50515.047916/2017-58.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço http://portal.antt.gov.br/index.php/content/view/355.html.

LUIZ FERNANDO CASTILHO

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

PORTARIA Nº 942, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 178 do Regimento Interno aprovado pela Resolução/CA nº 26 de 05/05/2016 e publicada no DOU de 12/05/2016, e tendo em vista o constante no processo nº 50610.001588/2017-65, resolve:

Declarar de utilidade pública, para efeitos de desapropriação e afetação a fins socioambientais, áreas de terras e benfeitorias delimitadas pela poligonal formada pela lista de coordenadas geográficas a seguir, destinadas à comunidade indígena Kaingang de Estrela (RS), conforme exigido por condicionante ambiental (item 2.16) da Licença de Instalação N.º 709/2010 do IBAMA, no âmbito do Programa de Apoio às Comunidades Indígenas Kaingang, integrante do plano Básico Ambiental (PBA) das obras de duplicação da rodovia BR-386/RS.

I - Coordenadas Geográficas: 474406,191 6764116,998; 474448,909 6764049,128; 474450,208 6763999,331; 474544,266 6763868,651; 474590,832 6763775,102; 474624,668 6763674,53; 474649,769 6763616,654; 474715,109 6763558,778; 475004,235 6763549,142; 475041,104 6764066,705; 474725,539 6764090,346; 474406,191 6764116,998. Sistema de referência UTM Zona 22S Datum Sirgas 2000.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

DIRETORIA COLEGIADA

PORTARIA Nº 965, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

A DIRETORIA COLEGIADA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 12, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 26 de 05/05/2016, publicada no DOU em 12/05/2016 e, tendo em vista o constante no Processo nº 50600.002902/2018-27, resolve:

Art. 1º DELEGAR COMPETÊNCIA Plena e as Responsabilidades decorrentes aos Superintendentes Regionais do DNIT nos Estados da Federação, como representantes do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, órgão Executivo Rodoviário da União, para exercerem a atribuição de Autoridade de Trânsito, relativas às competências elencadas nos artigos 21, 256, 280, 281, 282, 285 e 288 do Código de Trânsito Brasileiro, no âmbito de suas circunscrições, conforme Relato nº 43/2018-DIR, incluído na Ata da 7ª Reunião da Diretoria Colegiada de 2018, realizada em 21 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA
Diretor Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600215

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Conselho Nacional do Ministério Público

PORTARIA Nº 25, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre o planejamento estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 130-A, § 2º, I, da Constituição Federal e pelo art. 12, I, XII, XIII, XVII, XXVI e XXVII, do Regimento Interno (Resolução nº 92, de 13 de março de 2013);

Considerando que a Constituição Federal, em seu art. 37, caput, e a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em seu art. 2º, caput, consagraram a eficiência como um dos princípios reitores da Administração Pública, sendo a atividade de planejamento determinante para a sua concretização;

Considerando o disposto no art. 7º, VII, a, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que assegura o direito de acesso à informação relativa a implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;

Considerando que, em 29 de julho de 2014, aprimorando os mecanismos de monitoramento da estratégia e de sincronização das suas ações, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) instituiu, por meio da Portaria CNMP-PRESI nº 160, o Comitê de Governança Corporativa e da Estratégia (CGCE), composto por representantes de suas unidades administrativas e finalísticas, para assessorar o Plenário, a Presidência e a Secretaria-Geral nas questões afetas à governança corporativa e da estratégia do Conselho, bem como nas questões que reclamam integração intersetorial;

Considerando que, em 10 de maio de 2016, em sua 9ª Sessão Ordinária, o Plenário aprovou a segunda extensão da vigência do PEN-MP, até 31 de dezembro de 2019;

Considerando que, em 21 de julho de 2016, o CNMP editou a Resolução nº 147, dispondo sobre o planejamento estratégico nacional do Ministério Público e estabelecendo diretrizes para o Conselho Nacional do Ministério do Ministério Público e para as unidades e ramos do Ministério Público;

Considerando que, na 13ª Reunião Ordinária do CGCE, realizada no dia 26 de abril de 2017, foi apresentado o projeto de elaboração do planejamento estratégico do CNMP, cuja vigência será de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2023;

Considerando que, na 12ª Sessão Plenária, realizada no dia 27 de junho de 2017, foi aprovado por unanimidade o projeto de elaboração do planejamento estratégico do CNMP;

Considerando que, em 15 de dezembro de 2017, na 15ª Reunião Ordinária do CGCE, foi apresentado o novo Mapa Estratégico do CNMP;

Considerando que o novo PE-CNMP foi apresentado ao Plenário do CNMP em sua 24ª Sessão Ordinária de 2017, realizada no dia 18 de dezembro, e que obteve a sua respectiva aprovação na 2ª Sessão Ordinária de 2018 realizada no dia 20 de fevereiro de 2018;

Considerando que o CNMP elaborou e publicou a sua Cadeia de Valor e as Políticas de Gestão de Riscos e de Segurança Institucional, por meio da Portaria CNMP-PRESI nº 37, em 18 de abril de 2017, da Portaria CNMP-PRESI nº 45, em 27 de abril de 2017, e da Portaria CNMP-PRESI nº 153, em 19 de dezembro de 2017, respectivamente;

Considerando que o CNMP, ao longo dos anos, desenvolveu uma cultura de planejamento, monitoramento e comunicação da sua estratégia, com a elaboração de uma metodologia que abrange a aplicação de diversas ferramentas de planejamento - a exemplo de planos diretores setoriais e planos de gestão anuais -, a realização de reuniões periódicas de acompanhamento e o fomento da gestão por processos e projetos e da gestão do conhecimento, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O planejamento estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e seus respectivos planos, unidades de governança e gestão e instrumentos complementares serão regidos por esta Portaria e deverão orientar-se pelos princípios da eficiência, responsabilidade, transparência, comunicação, flexibilidade, accountability e cultura de resultados.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - planejamento estratégico: todo o processo que resulta na definição da estratégia da Instituição;

II - plano estratégico: representação concreta da estratégia da Instituição;

III - mapa estratégico: representação gráfica e estruturada dos principais elementos do plano estratégico (visão, missão e objetivos estratégicos);

IV - visão: o futuro almejado para a Instituição;

V - missão: a razão de existir da Instituição;

VI - objetivo estratégico: resultado que a Instituição pretende alcançar para, ao final, atingir o futuro almejado;

VII - valor: diretriz axiológica que, de modo destacado, guia as decisões e atitudes dos integrantes da Instituição;

VIII - indicador: instrumento de mensuração do alcance de um objetivo estratégico;

IX - meta: nível de desempenho pretendido para um determinado tempo, traduzindo quantitativamente um objetivo estratégico;

X - objetivo de contribuição: fim perseguido pela unidade para contribuir com o alcance do objetivo estratégico a ela relacionado;

XI - plano diretor setorial: instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos táticos, de modo a contribuir, a médio prazo, com a materialização da estratégia institucional;

XII - plano de gestão anual: instrumento de planejamento e gestão operacional que consolida as ações, com ou sem impacto orçamentário, a serem executadas a curto prazo pelas unidades da Instituição;

XIII - ação: conjunto de iniciativas, projetos ou processos executados buscando um benefício alinhado à estratégia da Instituição;

XIV - iniciativa: ação temporária de baixa complexidade, com início, meio e fim determinados, empreendida para criar um produto ou serviço para a Instituição;

XV - projeto: ação de maior complexidade, duração e transversalidade - que enseja um maior monitoramento e detalhamento -, empreendida para criar um produto ou serviço para a Instituição;

XVI - processo: conjunto de atividades correlacionadas - normalmente, atividades de rotina -, empreendidas para transformar entradas (insumos ou inputs) em saídas (resultados ou outputs), buscando o alcance de uma meta ou objetivo;

XVII - programa: é um grupo de projetos relacionados, gerenciados de modo coordenado, para obtenção de benefícios e controles que não estariam disponíveis se eles fossem gerenciados individualmente;

XVIII - portfólio: agrupamento de ações com atributos comuns;

XIX - modelo de governança e gestão integrada da estratégia (MGGIE): método de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação da estratégia adotado no âmbito da Instituição.

Parágrafo único. O modelo referido no inciso XIX será documentado em um manual a ser elaborado pela Secretaria-Geral, por meio da Secretaria de Gestão Estratégica, e aprovado pela Presidência, devendo-se observar o disposto nesta Portaria.

CAPÍTULO II

DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Seção I

Da Governança

Art. 3º Constituem instâncias de governança do planejamento estratégico do CNMP:

I - Plenário;

II - Alta Administração: Presidência e Secretaria-Geral;

III - Corregedoria Nacional do Ministério Público;

IV - Comissões permanentes;

V - Ouvidoria Nacional;

VI - Comitê de Governança Corporativa e da Estratégia (CGCE);

VII - Auditoria Interna;

VIII - Secretaria de Gestão Estratégica.

Art. 4º Na condição de instância máxima do Conselho, caberá ao Plenário:

I - aprovar a metodologia, o cronograma e o procedimento para elaboração e alteração do Plano Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público (PE-CNMP);

II - aprovar o PE-CNMP e suas alterações, bem como os planos diretores setoriais dos órgãos finalísticos;

III - avaliar, direcionar e monitorar a gestão e implementação do PE-CNMP;

IV - avaliar os cenários, o ambiente e os resultados atingidos pelo PE-CNMP;

V - direcionar e orientar a preparação, a articulação e a coordenação de políticas e planos, alinhando-os às necessidades da sociedade;

VI - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. As instâncias mencionadas no art. 3º, II a VIII, desta Portaria, no âmbito de sua competência, auxiliarão, direta ou indiretamente, o Plenário no exercício das atribuições mencionadas no caput do presente artigo.

Seção II

Da Gestão

Art. 5º A gestão do planejamento estratégico do CNMP será exercida pela Presidência, à qual compete:

I - coordenar o processo de elaboração e alteração do PE-CNMP;

II - formular propostas de indicadores, metas e ações estratégicos e suas alterações, submetendo-as ao Plenário;

III - monitorar o PE-CNMP e adotar as providências necessárias à sua implementação e cumprimento;

IV - produzir diagnósticos, estudos e avaliações periódicas a respeito do PE-CNMP;

V - produzir informações de inteligência estratégica para subsidiar a tomada de decisões pelo Plenário;

VI - aprovar os planos diretores setoriais das unidades administrativas do Conselho, bem como o Plano de Gestão Anual, após manifestação do CGCE;

VII - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. As atividades previstas no caput serão exercidas por meio da Secretaria-Geral e com o auxílio das demais unidades do CNMP, sem prejuízo da possibilidade de consulta ao CGCE.

Art. 6º Compete à Secretaria de Gestão Estratégica atuar como Escritório de Estratégia, Projetos e Processos no âmbito do CNMP, cabendo-lhe assessorar os órgãos e unidades do Conselho nas questões afetas ao planejamento estratégico da Instituição.

Seção III

Do Plano Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público

Subseção I

Do Processo de Elaboração e Alteração

Art. 7º O PE-CNMP será composto pelos elementos indicados no art. 2º, III a IX, desta Portaria, bem como pelos processos, ações, projetos e iniciativas de maior relevância para o cumprimento dos objetivos estratégicos da Instituição.

Art. 8º O PE-CNMP será elaborado mediante processo que possibilite ampla participação dos conselheiros, membros e servidores do CNMP e consulta à sociedade.

§ 1º A Presidência, por meio da Secretaria-Geral, coordenará o processo de elaboração do PE-CNMP, a ser submetido à aprovação do Plenário, assegurando a legitimidade, objetividade e eficiência do produto final.

§ 2º A Presidência, com antecedência mínima de 1 (um) ano do término do plano vigente, submeterá ao Plenário o projeto de elaboração do PE-CNMP, que deverá contemplar, entre outros elementos, a metodologia, o cronograma e o procedimento a serem observados.

§ 3º O processo de elaboração do PE-CNMP será deflagrado com antecedência mínima de 6 (seis) meses do término do plano vigente.

Art. 9º No processo de elaboração do PE-CNMP, serão definidos o mapa, a missão, a visão, os valores, os objetivos, os indicadores, as metas e ações estratégicos.

Parágrafo único. O PE-CNMP terá um horizonte temporal mínimo de 5 (cinco) anos.

Art. 10. A alteração da visão, da missão, dos valores ou dos objetivos estratégicos deverá observar o mesmo processo definido para a elaboração do respectivo PE-CNMP.

Art. 11. O processo de alteração de indicadores, metas e ações estratégicos será deflagrado mediante proposta formulada por qualquer conselheiro ou integrante do CGCE ou pelo secretário-geral do CNMP.

§ 1º A proposta de alteração deverá ser encaminhada à Secretaria de Gestão Estratégica, autuada como processo administrativo e, após manifestação técnica, submetida à apreciação do CGCE.

§ 2º Os integrantes do CGCE, após consulta interna aos membros e servidores de suas respectivas unidades, conforme o caso, apreciarão a matéria em reunião.

§ 3° Após o pronunciamento do CGCE, a Secretaria de Gestão Estratégica encaminhará os autos à Secretaria-Geral para manifestação e posterior encaminhamento à Presidência, para que a proposta seja submetida à deliberação do Plenário.

Art. 12. O PE-CNMP deverá ser implementado e cumprido por todas as unidades, conselheiros, membros e servidores do CNMP.

§ 1º A implementação e o cumprimento do PE-CNMP pelos conselheiros serão acompanhados pelo Plenário, a partir das informações prestadas pela Presidência.

§ 2º A implementação e o cumprimento do PE-CNMP pelos membros e servidores do CNMP serão acompanhados pelas respectivas chefias administrativas.

Subseção II

Do Processo de Monitoramento

Art. 13. O monitoramento da estratégia do CNMP será realizado por meio das seguintes reuniões, sem prejuízo de outras medidas:

I - Reunião de Análise da Estratégia (RAE): realizada semestralmente, entre os conselheiros, com o auxílio da Secretaria-Geral;

II - Reunião de Acompanhamento Tático (RAT): realizada quadrimestralmente da seguinte forma:

a) na área afeta à atividade-meio do CNMP: entre o secretário-geral, a chefia de gabinete da Presidência e os titulares de secretarias, da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, da Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial, da Assessoria de Segurança Institucional e da Auditoria Interna;

b) na área afeta à atividade finalística do CNMP: entre o secretário-geral, a chefia de gabinete da Presidência e os integrantes da cada Comissão, da Corregedoria Nacional, da Ouvidoria Nacional e dos Gabinetes dos conselheiros;

III - Reunião de Acompanhamento Operacional (RAO) realizada da seguinte forma:

a) na área afeta à atividade-meio do CNMP: quadrimestralmente, apenas entre os membros e servidores lotados em determinada unidade - Presidência, Secretaria-Geral, Secretaria de Administração, Secretaria Processual, Secretaria de Tecnologia da Informatização, Secretaria de Planejamento Orçamentário, Secretaria de Gestão Estratégica, Coordenadoria de Gestão de Pessoas, Assessoria de Comunicação Social, Assessoria de Cerimonial e Eventos, Assessoria de Segurança Institucional e Auditoria Interna - e seu respectivo responsável;

b) na área afeta à atividade finalística do CNMP: quadrimestralmente, apenas entre os integrantes de determinada unidade - Corregedoria Nacional, Comissão permanente e Ouvidoria Nacional - e seu(s) respectivo(s) responsável(is).

§ 1º As reuniões de que tratam este artigo se destinam ao monitoramento, nos respectivos níveis, do alcance dos objetivos estratégicos por meio da análise do desempenho de indicadores, do cumprimento de metas e da implementação de ações sob responsabilidade da Instituição e/ou de cada unidade.

§ 2º A Presidência divulgará, anualmente, o calendário das reuniões mencionadas neste artigo, com a anuência prévia das unidades finalísticas envolvidas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600216

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 3º A Secretaria-Geral, por meio da Secretaria de Gestão Estratégica, prestará assessoramento técnico e organizará os dados necessários para a realização de cada reunião.

Seção III

Dos Instrumentos Complementares de Implementação da Estratégia

Subseção I

Das Disposições Preliminares

Art. 14. Os planos diretores setoriais e o Plano de Gestão Anual de que trata a presente Portaria constituem instrumentos complementares para o cumprimento dos objetivos estratégicos do PE-CNMP.

Parágrafo único. Além dos planos mencionados no caput, outros instrumentos complementares poderão ser criados para contribuir com o alcance dos objetivos estratégicos.

Subseção II

Dos Planos Diretores Setoriais

Art. 15. O PE-CNMP será desdobrado, no nível tático, por meio de planos diretores setoriais, com vigência mínima de 2 (dois) anos, afetos às seguintes áreas de atuação do Conselho:

I - atividade-meio:

a) Secretaria de Tecnologia da Informatização;

b) Coordenadoria de Gestão de Pessoas;

c) Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial;

d) Secretaria de Gestão Estratégica;

e) Secretaria de Administração;

II - atividade finalística:

a) Corregedoria Nacional;

b) Comissão permanente;

c) Ouvidoria Nacional.

§ 1º Os planos diretores setoriais conterão os seguintes elementos mínimos:

I - diagnóstico da unidade;

II - objetivos de contribuição;

III - metas e indicadores táticos;

IV - portfólio de ações setoriais;

V - gestão de riscos.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, os planos diretores setoriais reproduzirão, a título informativo, em um capítulo específico, os indicadores, as metas e as ações estratégicos que eventualmente estejam sob a responsabilidade da respectiva unidade.

§ 3º As unidades mencionadas no presente artigo poderão solicitar à Secretaria-Geral o auxílio da Secretaria de Gestão Estratégica para a elaboração dos seus respectivos planos diretores setoriais.

§ 4º Outras unidades do Conselho poderão desenvolver planos diretores setoriais quando, a critério da Administração ou das respectivas chefias imediatas, tal instrumento se revelar necessário para um planejamento adequado das suas atividades.

Subseção III

Do Plano de Gestão Anual

Art. 16. O PE-CNMP e os planos diretores setoriais das unidades mencionadas no art. 15 desta Portaria serão desdobrados no Plano de Gestão Anual.

§ 1º O Plano de Gestão Anual será divulgado por portaria da Presidência, que também veiculará o calendário anual de contratações e o calendário anual de publicações e eventos do CNMP.

§ 2º A implementação do Plano de Gestão Anual será vinculada ao processo de gestão da execução orçamentária.

§ 3º As ações desenvolvidas pelas unidades do Conselho deverão constar, direta ou indiretamente, do Plano de Gestão Anual.

Art. 17. O Plano de Gestão Anual poderá ser alterado, em caráter excepcional e mediante justificativa, para inclusão, cancelamento ou modificação de ações, com ou sem impacto orçamentário, nas seguintes situações:

I - contingenciamento ou reprogramação orçamentária;

II - mudanças no direcionamento estratégico;

III - outro fator considerado relevante para a Administração ou para o respectivo órgão finalístico.

§ 1º A Secretaria-Geral deliberará sobre a alteração, dando ciência ao CGCE.

§ 2º As inclusões, cancelamentos ou modificações de que trata o presente artigo não implicarão a necessidade de alteração formal da portaria reportada no parágrafo primeiro do artigo anterior.

CAPÍTULO III

DA TRANSIÇÃO DA GESTÃO

Art. 18. A transição da gestão é o processo que objetiva assegurar a continuidade administrativa e contribuir para a promoção da boa governança no âmbito do CNMP.

Art. 19. O processo de transição terá início 60 (sessenta) dias antes do término do mandato do presidente do CNMP e se encerra com a entrada em exercício do sucessor.

Art. 20. O processo de transição de gestão será coordenado pela Secretaria-Geral, com o apoio da Secretaria de Gestão Estratégica e do CGCE.

§ 1º O secretário-geral deverá indicar formalmente equipe de transição, que terá acesso aos dados e informações referentes à gestão em curso.

§ 2º A equipe de transição, no prazo indicado pelo secretário-geral, apresentará relatório contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

I - diagnóstico do PE-CNMP;

II - diagnóstico dos planos táticos;

III - trabalhos em andamento de maior relevância institucional;

IV - proposta orçamentária para o exercício seguinte;

V - relação das licitações em andamento;

VI - relação dos contratos em vigor e respectivos prazos de vigência;

VII - relação dos acordos de cooperação em vigor e respectivos prazos de vigência;

VIII - sindicâncias e processos administrativos disciplinares em andamento, se houver;

IX - projetos de lei em andamento no Congresso Nacional de iniciativa do CNMP, se houver;

X - projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional de interesse do CNMP.

Art. 21. O coordenador da equipe de transição solicitará informações às unidades do CNMP, as quais deverão fornecê-las em tempo hábil e com a necessária precisão.

Art. 22. O secretário-geral, após aprovação do relatório de que trata o presente capítulo, encaminhará o documento à Presidência do CNMP.

§ 1º O presidente realizará a entrega formal do relatório ao Plenário na última sessão ordinária de sua gestão, para que seu sucessor dele tome conhecimento na primeira sessão ordinária que presidir.

§ 2º Na impossibilidade de se proceder conforme o disposto no parágrafo anterior, o presidente realizará a entrega formal do relatório ao corregedor nacional em exercício, para que o documento seja apresentado ao novo presidente na primeira sessão ordinária que presidir.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. O CNMP deverá adotar política de comunicação do planejamento estratégico que considere, entre outros, os seguintes aspectos:

I - promoção interna contínua dos valores, da missão, da visão, dos objetivos, das metas, dos indicadores e das ações estratégicos, bem como dos objetivos de contribuição, das metas, dos indicadores e das ações táticos;

II - desenvolvimento da cultura de gestão por resultados;

III - comunicação externa dos resultados e desempenho do planejamento estratégico.

Art. 24. O CNMP deverá adotar política de capacitação contínua em desenvolvimento de liderança e em gestão estratégica, de riscos e por resultados.

Art. 25. A missão, a visão, os valores e os objetivos estratégicos do PE-CNMP, editado em 2017, com vigência prevista de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2023, são os representados graficamente no mapa constante do Anexo I desta Portaria.

Parágrafo Único. Os indicadores e metas do PE-CNMP, bem como o portfólio de projetos estratégicos, serão publicados por ato específico da Presidência.

Art. 26. O Plano Estratégico Nacional do Ministério Público (PEN-MP), editado em 2011, com vigência prevista até 31 de dezembro de 2019, é o representado graficamente no mapa constante do Anexo II desta Portaria.

§ 1º O PEN-MP, entre outros atributos, constitui um dos instrumentos por meio dos quais o CNMP busca alcançar objetivos estratégicos finalísticos constantes do PE-CNMP e cumprir sua missão constitucional.

§ 2º A Comissão de Planejamento Estratégico encaminhará à Presidência informações atualizadas a respeito da implementação do PEN-MP, para que constem do relatório previsto no art. 2º, I, desta Portaria.

Art. 27. A Secretaria-Geral realizará estudos e adotará as medidas necessárias para a edição, pela Presidência, de atos normativos dispondo sobre a gestão do conhecimento e a implementação da gestão de riscos e segurança institucional.

Art. 28. Fica revogada a Portaria CNMP-PRESI, nº 36, de 5 de abril de 2016.

Art. 29. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

CONSELHO SUPERIOR

EXTRATO DA ATA DA 220ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Início: 10h09.

Presidência: Jeferson Luiz Pereira Coelho (Presidente em exercício). Presentes os Senhores Conselheiros: Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária), Sandra Lia Simón, Júnia Soares Nader, Manoel Jorge e Silva Neto, Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre, André Luís Spies, Edelamare Barbosa Melo e Luiz Eduardo Guimarães Bojart. Ausentes, justificadamente, o Presidente Ronaldo Curado Fleury e o Corregedor-Geral do MPT Maurício Correia de Mello. Presentes o Ouvidor do MPT Rogério Rodriguez Fernandez Filho e o representante da ANPT Ângelo Fabiano Farias da Costa.

Deliberações:

I - Processos com vistas regimentais.

01 - PGEA nº 004316.2017.00.900/2.

Proponente: Ronaldo Curado Fleury - Procurador-Geral do Trabalho.

Assunto: Proposta de alteração da Resolução nº 135/2016, dispõe sobre a emissão de certidão eletrônica de regularidade do serviço pela Corregedoria do Ministério Público do Trabalho.

Relatora: Conselheira Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre.

Decisão anterior: Após votar a Conselheira Relatora no sentido de alterar a redação dos artigos 2º, I e II, e 3º da Resolução CSMPT nº 135/2016, pediu vista regimental a Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano, Sandra Lia Simón e Manoel Jorge e Silva Neto. CSMPT, 189ª Sessão Extraordinária, 20/04/2017.

Decisão anterior: Prosseguindo o julgamento, pediu vista regimental a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. O proferimento do voto vista da Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos foi adiado para a próxima sessão. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas. CSMPT, 215ª Sessão Ordinária, 31/08/2017.

Decisão anterior: Prosseguindo o julgamento, após o voto vista da Conselheira Edelamare Barbosa Melo, que acompanhou o voto da Conselheira Relatora, permanece com vista regimental a Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos, ante a sua ausência justificada. Ausentes, justificadamente, o Presidente Ronaldo Curado Fleury e a Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos. CSMPT, 216ª Sessão Ordinária, 28/09/2017.

Decisão anterior: Prosseguindo o julgamento, após o voto vista da Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos divergindo parcialmente do voto da Conselheira Relatora, pediu vista regimental o Conselheiro Luís Eduardo Guimarães Bojart. Ausente, justificadamente, a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 217ª Sessão Ordinária, 26/10/2017.

Decisão anterior: Prosseguindo o julgamento, pediu vista regimental a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. O proferimento do voto vista do Conselheiro Luiz Eduardo Guimarães Bojart foi adiado para a próxima sessão. Ausente, momentânea e justificadamente, o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente) e Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Secretária do CSMPT). CSMPT, 218ª Sessão Ordinária, 23/11/2017.

Decisão anterior: Prossegue com a vista regimental a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 219ª Sessão Ordinária, 14/12/2017.

Decisão: Prosseguindo o julgamento, após voto vista da Conselheira Edelamare Barbosa Melo, adiou-se o julgamento do feito para próxima sessão. O Conselheiro Luiz Eduardo Guimarães Bojart disponibilizará, posteriormente, aos demais Conselheiros, o seu voto vista. Ausente, justificadamente, o Presidente Ronaldo Curado Fleury. CSMPT, 220ª Sessão Ordinária, 22/02/2018.

02 - PGEA nº 002478.2017.00.900/2.

Interessado: Ministério Público do Trabalho.

Assunto: Pedidos de revisão da Resolução CSMPT nº 133/2016 e apresentação de consultas.

Relatora: Conselheira Sandra Lia Simón.

Decisão anterior: Após votar a Conselheira Relatora no sentido de alterar a Resolução CSMPT nº 133/2016, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho inicialmente decidiu, à unanimidade, alterar, nesta assentada, o artigo 26 da Resolução CSMPT nº 133/2017, cujo dispositivo passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 26. Os servidores e estagiários alocados nos ofícios substituídos ficarão, durante o período de afastamento, vinculados ao membro designado para atuar em substituição, exceto em caso de convocações feitas para a Câmara de Coordenação e Revisão." Em seguida foi concedida vista regimental à Conselheira Edelamare Barbosa Melo. Ausente, momentânea e justificadamente, o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente) e Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Secretária do CSMPT). CSMPT, 218ª Sessão Ordinária, 23/11/2017.

Decisão anterior: Prossegue com a vista regimental a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 219ª Sessão Ordinária, 14/12/2017.

Decisão: Prosseguindo o julgamento, após o voto vista da Conselheira Edelamare Barbosa Melo e a Conselheira Relatora haver reformulado parcialmente o seu anterior voto, pediu vista regimental o Conselheiro Luiz Eduardo Guimarães Bojart. Ausente, justificadamente, o Presidente Ronaldo Curado Fleury. CSMPT, 220ª Sessão Ordinária, 22/02/2018.

03 - PGEA nº 002479.2017.00.900/8.

Interessado: Ministério Público do Trabalho.

Assunto: Consultas, pedidos de esclarecimentos e de revisão da Resolução CSMPT nº 132/2016 e apresentação de consultas.

Relatora: Conselheira Sandra Lia Simón.

Decisão anterior: Após votar a Conselheira Relatora no sentido de alterar a Resolução CSMPT nº 132/2016, pediram vistas regimentais sucessivas os Conselheiros Edelamare Barbosa Melo, Ronaldo Curado Fleury e Luiz Eduardo Guimarães Bojart. Ausente, momentânea e justificadamente, o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente) e Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Secretária do CSMPT). CSMPT, 218ª Sessão Ordinária, 23/11/2017.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600217

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Decisão anterior: Prossegue com a vista regimental a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 219ª Sessão Ordinária, 14/12/2017.

Decisão: Adiado o julgamento para próxima sessão, em razão da ausência justificada do Conselheiro vistor do feito, Presidente Ronaldo Curado Fleury. Ausente, justificadamente, o Presidente Ronaldo Curado Fleury.

II - Outros processos desta Sessão.

04 - PGEA nº 000186.2017.98.900/6 - (Processo físico nº 2.00.000.021932/2016-15).

Interessado: Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

Assunto: Alteração dos artigos 10 e 11 da Resolução CSMPT nº 69/2007.

Relatora: Conselheira Edelamare Barbosa Melo.

Revisor: Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho.

Decisão anterior: Adiado o julgamento do feito para próxima sessão extraordinária, em razão da ausência justificada da Conselheira Revisora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano, Sandra Lia Simón e Manoel Jorge e Silva Neto. CSMPT, 189ª Sessão Extraordinária, 20/04/2017.

Decisão anterior: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, adiar o julgamento para a próxima sessão, em razão da ausência justificada do Conselheiro Revisor. Ausente, momentânea e justificadamente, o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente) e Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Secretária do CSMPT). CSMPT, 218ª Sessão Ordinária, 23/11/2017.

Decisão anterior: Prosseguindo o julgamento, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, adiar o julgamento para a próxima sessão, em razão da ausência justificada da Conselheira Relatora. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 219ª Sessão Ordinária, 14/12/2017.

Decisão: Prosseguindo o julgamento, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, aprovar e editar a Resolução nª 149/2018, que altera os artigos 10 e 11 da Resolução CSMPT nº 69, de 12 de dezembro de 2007, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Ausente, justificadamente, o Presidente Ronaldo Curado Fleury. CSMPT, 220ª Sessão Ordinária, 22/02/2018.

05 - PGEA nº 017400.2017.00.900/6 - (Ad referendum - Portaria PGT nº 1933/2017).

Interessado: Thiago Gurjão Alves Ribeiro - Procurador do Trabalho.

Assunto: Requerimento de Afastamento para participar do Foro España - Américas: El Rol de la Sociedad Civil para la Eliminación Sostenida del Trabajo Infantil y la Protección del Adolescente Trabajador, em Sevilla.

Relatora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.

Decisão anterior: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, adiar o julgamento para a próxima sessão, em razão da ausência justificada da Conselheira Relatora. Ausente, momentânea e justificadamente, o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente) e Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Secretária do CSMPT). CSMPT, 218ª Sessão Ordinária, 23/11/2017.

Decisão anterior: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, adiar o julgamento para a próxima sessão, em razão da ausência justificada da Conselheira Relatora. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 219ª Sessão Ordinária, 14/12/2017.

Decisão: Prosseguindo o julgamento, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, referendar a Portaria PGT nº 1933/2017, que autorizou o afastamento do Procurador do Trabalho Thiago Gurjão Alves Ribeiro, no período de 7 a 11.11.2017, incluído o trânsito, a fim de participar do Foro España - Américas: El Rol de la Sociedad Civil para la Eliminación Sostenida del Trabajo Infantil y la Protección del Adolescente Trabajador, em Sevilla, Espanha, com ônus para o MPT nos dias 7, 10 e 11.11.2017, excluindo-se as passagens aéreas, que foram fornecidas pela organização do evento (OIT), nos termos do voto da Conselheira Relatora. Ausente, justificadamente, o Presidente Ronaldo Curado Fleury. CSMPT, 220ª Sessão Ordinária, 22/02/2018.

06 - PGEA nº 001650.2017.17.900/2.

Interessado: João Hilário Valentim - Procurador Regional do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para frequentar o curso de aperfeiçoamento de aperfeiçoamento "o Trabalho na era Global: dumping social, previdência e direitos humanos", em Roma/Itália e em Estrasburgo/França.

Relatora: Conselheira Edelamare Barbosa Melo.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, manifestar-se favoravelmente pela autorização do afastamento do Procurador Regional do Trabalho João Hilário Valentim, no período de 19 de maio a 2 de junho de 2018, para participar do curso de aperfeiçoamento "O trabalho na era global: dumping social, previdência e direitos humanos", em Roma e Estrasburgo, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Ausente, justificadamente, o Presidente Ronaldo Curado Fleury.

07 - PGEA nº 000052.2018.22.900/0.

Interessado: José Heraldo de Sousa - Procurador do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para elaboração de dissertação do Curso de Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília.

Relatora: Conselheira Júnia Soares Nader.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, manifestar-se favoravelmente pela autorização do afastamento do Procurador do Trabalho José Heraldo de Sousa, para elaboração de dissertação do Curso de Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília, no período de 1º de agosto a 30 de setembro de 2018, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Ausente, justificadamente, o Presidente Ronaldo Curado Fleury.

08 - PGEA nº 000075.2018.22.900/8.

Interessado: José Heraldo de Sousa - Procurador do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para frequentar o curso de aperfeiçoamento de aperfeiçoamento "O Trabalho na era global: dumping social, previdência e direitos humanos", em Roma/Itália e em Estrasburgo/França.

Relatora: Conselheira Júnia Soares Nader.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, manifestar-se favoravelmente pela autorização do afastamento do Procurador do Trabalho José Heraldo de Sousa, para participar do curso "O trabalho na era global: dumping social, previdência e direitos humanos", promovido pela Universitá degli Studi di Roma Tor Vergata em parceria com a International Experience e a ESMPU - Escola Superior do Ministério Público da União, no período de 19 de maio a 2 de junho de 2018, incluído o trânsito, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Ausente, justificadamente, o Presidente Ronaldo Curado Fleury.

09 - PGEA nº 000005.2018.09.909/3.

Interessada: Aline Riegel Nilson - Procuradora do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para frequentar o curso de aperfeiçoamento de aperfeiçoamento "O trabalho na era global: dumping social, previdência e direitos humanos", em Roma/Itália e em Estrasburgo/França.

Relator: Conselheiro Luiz Eduardo Guimarães Bojart.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, manifestar-se favoravelmente pela autorização do afastamento da Procuradora do Trabalho Aline Riegel Nilson para participar do curso "O trabalho na era global: dumping social, previdência e direitos humanos", promovido pela Universitá Degli Studi di Roma Tor Vergata, no período de 21 a 31.5.2018, em Roma/Itália e Estrasburgo/França, incluindo-se trânsito de dois dias antes do início e dois dias após o seu término, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Ausente, justificadamente, o Presidente Ronaldo Curado Fleury.

10 - PGEA n° 000002.2018.98.900/4

Interessado: Ministério Público do Trabalho

Assunto: Aprovação da lista de antiguidade dos membros do MPT apurada até 31/12/2017.

Relatora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, pela aprovação da lista de antiguidade dos membros do Ministério Público do Trabalho, vigente à data de 31/12/2017, tal como encaminhada pelo Departamento de Registros e Informações Funcionais, com a consequente publicação no Diário Oficial, mediante edição da Resolução nº 150, de 22/02/2018, na forma do artigo 202, §1º, da Lei Complementar nº 75/1993, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Ausente, justificadamente, o Presidente Ronaldo Curado Fleury.

11 - PGEA n° 000010.2018.98.900/2 (Processo nº 2.00.000.017673/2016-63 - legado físico em arquivo).

Interessada: Renata Coelho Vieira - Procuradora do Trabalho.

Assunto: Acompanhamento de afastamento para elaboração de dissertação de Mestrado em Direito na Universidade Católica de Brasília.

Relatora: Conselheira Sandra Lia Simón.

Revisora: Conselheira Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, por maioria, conceder o prazo de 30 (trinta) dias para que a Procuradora do Trabalho, Renata Coelho Vieira, encaminhe a este Conselho Superior cópia da outorga do título de mestre ou de documento que comprove o atraso por parte da instituição de ensino em emiti-lo e, findo o prazo sem o envio dos referidos documentos, que os autos sejam imediatamente remetidos à Corregedoria do MPT para adoção das medidas cabíveis, nos termos do voto da Conselheira Relatora, vencido o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto, que entendeu suprido o requisito previsto na Resolução nº 75/2008, uma vez que a dissertação de mestrado já foi encaminhada à biblioteca da PGT, e vencido, parcialmente, o Conselheiro André Luís Spies, que votou por não incluir, por ora, a advertência de remessa à Corregedoria. Ausente, justificadamente, o Presidente Ronaldo Curado Fleury.

12 - PGEA nº 000184.2017.98.900/3 - (Processo físico nº 2.00.000.022459/2016-29).

Interessado: Procuradoria-Geral do Trabalho.

Assunto: Proposta de resolução para designar Membros para sessões junto ao Tribunal Superior do Trabalho.

Relatora: Conselheira Sandra Lia Simón.

Revisora: Conselheira Edelamare Barbosa Melo.

Decisão anterior: Adiado o julgamento para próxima sessão extraordinária, em razão da ausência justificada da Conselheira revisora. Ausente, justificadamente, a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 186ª Sessão Extraordinária, 28/11/2016.

Decisão anterior: Adiado o julgamento do feito para próxima sessão extraordinária. CSMPT, 187ª Sessão Extraordinária, 15/12/2016.

Decisão anterior: Adiado o julgamento do feito para próxima sessão extraordinária, em razão da ausência justificada da Conselheira Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano, Sandra Lia Simón e Manoel Jorge e Silva Neto. CSMPT, 189ª Sessão Extraordinária, 20/04/2017.

Decisão anterior: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, converter o julgamento em diligência, para ouvir o Coordenador da COI - Coordenadoria de Órgão Interveniente, Subprocurador-Geral do Trabalho Luiz da Silva Flores. Ausente, momentânea e justificadamente, o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente) e Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Secretária do CSMPT).

Decisão anterior: Prosseguindo o julgamento, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, inicialmente, acolhendo proposta do Procurador-Geral do Trabalho, decidiu, por maioria, pela suspensão provisória de indicação de Membros Titulares da CCR/MPT para atuar em sessões do TST, até o julgamento definitivo deste feito, vencidos os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho e Cristina soares de Oliveira e Almeida Nobre. Em seguida, adiou-se a apreciação da proposta de resolução para a próxima sessão, em razão da ausência justificada da Conselheira Revisora. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 219ª Sessão Ordinária, 14/12/2017.

Decisão: Prosseguindo o julgamento, após o voto da Conselheira Relatora no sentido de aprovar proposta de resolução na forma apresentada ao Colegiado, que estabelece critérios para assento e substituição em sessões nos órgãos de julgamento do Tribunal Superior do Trabalho, pediu vista regimental a Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos. O Conselheiro Luiz Eduardo Guimarães Bojart antecipou o seu voto acompanhando a Conselheira Relatora. Os demais Conselheiros aguardam. Ausente, justificadamente, o Presidente Ronaldo Curado Fleury. CSMPT, 220ª Sessão Ordinária, 22/02/2018.

13 - PGEA nº 000063.2018.22.900/5.

Interessada: Maria Elena Moreira Rêgo - Procuradora do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para elaboração de dissertação do Curso de Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília.

Relatora: Conselheira Sandra Lia Simón.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, manifestar-se favoravelmente pela autorização do afastamento da Procuradora do Trabalho Maria Elena Moreira Rêgo, para que elabore e conclua a dissertação do curso de mestrado em Direito na Universidade Católica de Brasília, nos períodos de 19/03 a 18/04/2018 e 15/08 a 14/09/2018, nos termos do voto da conselheira Relatora. Ausente, justificadamente, o Presidente Ronaldo Curado Fleury.

14 - PGEA n° 0018296.2017.00.900/7

Interessado: Ministério Público do Trabalho - MPT.

Assunto: Promoção ao cargo de Subprocurador-Geral do Trabalho - Critério antiguidade.

Relator: Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, indicar para ocupar cargo vago de Subprocurador-Geral do Trabalho, decorrente do falecimento da Subprocuradora-Geral do Trabalho Maria Guiomar Sanches de Mendonça (Portaria nº 1982, de 14/11/2017, publicada no Diário Oficial da União, de 17/11/2017), a ser provido pelo critério de antiguidade, o Procurador Regional do Trabalho WILIAM SEBASTIÃO BEDONE. Ausente, justificadamente, o Presidente Ronaldo Curado Fleury.

15 - PGEA nº 000162.2018.05.900/9.

Interessado: Rômulo Barreto de Almeida - Procurador do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para frequentar o curso "o trabalho na era global: dumping social, previdência e direitos humanos", a ser realizado em Roma, Itália, e em Estrasburgo, França.

Relatora: Conselheira Sandra Lia Simón.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, manifestar-se favoravelmente ao pedido de afastamento das funções institucionais formulado pelo Procurador do Trabalho Rômulo Barreto de Almeida para participar do curso de aperfeiçoamento "O trabalho na era global: dumping social, previdência e direitos humanos" realizado pela International Experience em parceria com a Universitá degli Studi di Roma Tor Vergata - Itália, no período de 19/05/2018 a 02/06/2018, incluído o trânsito (art. 24 da Resolução CSMPT nº 75/2008), nos termos do voto da Conselheira Relatora. Ausente, justificadamente, o Presidente Ronaldo Curado Fleury.

16 - PGEA nº 004496.2017.02.900/2.

Interessado: Ailton Vieira dos Santos - Procurador do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para frequentar o Curso de Aperfeiçoamento "O trabalho na era global: dumping social, previdência e direitos humanos", a ser realizado na Universitá degli Studi di Roma Tor Vergata, em Roma (Itália).

Relatora: Conselheira Sandra Lia Simón.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600218

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, manifestar-se favoravelmente ao pedido de afastamento das funções institucionais formulado pelo Procurador do Trabalho Ailton Vieira dos Santos para participar do curso de aperfeiçoamento "O trabalho na era global: dumping social, previdência e direitos humanos" realizado pela International Experience em parceria com a Università degli Studi di Roma Tor Vergata - Itália, no período de 19/05/2018 a 02/06/2018, incluído o trânsito (art. 24 da Resolução CSMPT nº 75/2008), nos termos do voto da Conselheira Relatora. Ausente, justificadamente, o Presidente Ronaldo Curado Fleury.

Término: 11h48.

JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Presidente do Conselho
Em exercício

IVANA AUXILIADORA MENDONÇA SANTOS
Conselheira Secretária

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

DECISÕES DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018

NOTÍCIA DE FATO 142-62.2017.1106
EMENTA. SUPOSTA FRAUDE A LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE SIMULADORES DE ARTILHARIA DE CAMPANHA. NÃO CONFIGURAÇÃO. NOTÍCIA DE PRÁTICAS CORRUPTIVAS. QUESTIONAMENTO QUANTO À CAPACIDADE TÉCNICA DA EMPRESA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS. NOTÍCIA APÓCRIFA. ANONIMATO INJUSTIFICADO. ARQUIVAMENTO.

Notícia anônima de supostos crimes praticados, em tese, por oficiais-generais do Exército Brasileiro. Licitação internacional para desenvolvimento, transferência tecnológica e instalação de dois simuladores de artilharia de campanha, conduzida pela Comissão do Exército Brasileiro em Washington (CEBW). Empresa espanhola declarada vencedora no certame. Suposta fraude. Não configuração. Questionamento quanto à capacidade técnica da empresa e alegação de práticas corruptivas. Ausência de indícios suficientes. Anonimato injustificado. Caráter especulatório e conspiratório da delação. Questões outras que configuram matéria administrativa, estranha à competência da Justiça Militar da União. O PGJM determinou o arquivamento do feito.

JAIME DE CASSIO MIRANDA
Procurador-Geral de Justiça Militar

DELIBERAÇÃO Nº 1, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

A COMISSÃO GERAL ELEITORAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 9º da Resolução nº 80/CSMPM, de 15/10/2013, alterada pela Resolução nº 85/CSMPM, de 28/5/2015, e pela Resolução nº 98/CSMPM, de 8/11/2017, deliberou, por unanimidade, que:

1º) As inscrições de candidaturas à 14ª Eleição para Procurador-Geral de Justiça Militar deverão ser procedidas exclusivamente mediante sistema constante na página eletrônica da intranet do MPM, que ficará disponível para as inscrições, das 8 horas do dia 26/2/2018 às 18 horas do dia 2/3/2018, horário oficial de Brasília/DF;

2º) O sistema de captação de inscrições de candidaturas deverá permitir desistência de inscrição até as 18 horas do dia 2/3/2018, horário de Brasília/DF. Após esse prazo, até as 48 horas seguintes, eventuais desistências de inscrição deverão ser apresentadas à Comissão Geral Eleitoral mediante petição encaminhada por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

GIOVANNI RATTACASO
Presidente da Comissão

CEZAR LUÍS RANGEL COUTINHO
Membro da Comissão

IRABENI NUNES DE OLIVEIRA
Membro da Comissão

Tribunal de Contas da União

RESOLUÇÃONº 259, DE 7 DE MAIO DE 2014(*)

Estabelece procedimentos para constituição, organização e tramitação de processos e documentos relativos à área de controle externo.

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando os estudos e os pareceres constantes do processo TC 044.513/2012-7, resolve:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Os procedimentos que tratam da constituição, organização e tramitação de processos e documentos relativos ao controle externo observarão as disposições contidas nesta Resolução.

Art. 2º Para efeitos desta Resolução, considera-se:

I - apensamento definitivo: união definitiva de um ou mais processos a outro processo (considerado principal), desde que seus objetos sejam comuns, total ou parcialmente ou que possua relação de dependência, conexão ou continência;

II - apensamento provisório: união provisória de um processo a outro, com a finalidade de propiciar estudos, opiniões, informações e decisões;

III - assinatura eletrônica: registro eletrônico realizado por pessoa física de modo a garantir autenticidade, integridade e validade jurídica a documentos ou operações em formato eletrônico;

IV - autuação: operação realizada em sistema informatizado por meio da qual um processo externo ou documento recebe numeração específica, passando a constituir processo no âmbito do Tribunal;

V - certificação digital: conjunto de procedimentos que asseguram a integridade das informações e a autenticidade das ações realizadas em meio eletrônico, mediante assinatura eletrônica;

VI - classificação da informação quanto à confidencialidade: ação que define o grau de confidencialidade, os grupos de acesso atribuídos à informação e demais elementos previstos em ato normativo específico do Tribunal;

VII - conexão: quando dois ou mais processos tiverem o mesmo objeto (pedido final contido nos autos) ou a mesma causa de pedir (relação jurídica que fundamenta o pedido final);

VIII - continência: relação existente entre dois ou mais processos, quando as partes forem as mesmas, seus objetos forem comuns, total ou parcialmente, e um dos processos for de maior abrangência que o outro;

IX - correspondência: comunicação em papel ou em qualquer meio eletrônico, recebida ou expedida pelo Tribunal, apresentada sob várias formas, podendo ser interna ou externa, oficial ou particular, ostensiva ou com restrição de acesso;

X - desentranhamento: retirada de peças do processo, mediante autorização da autoridade competente;

XI - documento: registro de uma informação oficial, com finalidade institucional, independentemente da natureza do suporte que a contém;

XII - evento: ato ou fato administrativo ou processual que determina modificações no andamento do processo ou do documento no âmbito no TCU;

XIII - exame de admissibilidade: análise realizada em expediente apresentado ao Tribunal, com o objetivo de verificar a existência dos requisitos genéricos e específicos referentes à matéria a que se refira, de forma a subsidiar a decisão quanto ao conhecimento ou não pelo relator ou colegiado;

XIV - juntada de documento: operação por meio da qual um documento é incluído em um processo, passando a constituir peça processual;

XV - peça processual: documento juntado aos autos do processo;

XVI - processo: conjunto de peças que documentam o exercício da atividade do Tribunal;

XVII - processo apartado: processo de qualquer natureza formado a partir da extração de elementos de outro processo, com o objetivo de dar tratamento a assunto cuja apuração e apreciação não tenham relação de dependência com os assuntos tratados no processo originador;

XVIII - processo principal: processo que possui um ou mais processos que lhes são associados mediante apensamento ou vinculação;

XIX - processo vinculado: processo criado a partir de outro para tratamento de desdobramentos posteriores à deliberação de mérito;

XX - responsável por agir: unidade do Tribunal ou pessoa a quem incumbe realizar determinado ato, em um dado momento, relativamente a um processo ou documento;

XXI - sobrestamento: suspensão do julgamento ou apreciação de um processo em razão de surgimento de matéria ou fato que obste seu regular prosseguimento, sem prejuízo da continuidade de sua instrução no que for possível;

XXII - tramitação: alteração da responsabilidade por agir em relação a processo ou documento; e

XXIII - usuário interno: autoridade ou servidor ativo do Tribunal que tenha acesso autorizado a informações produzidas ou custodiadas pelo TCU.

CAPÍTULO II
DISPOSIÇÕES GERAIS
Seção I
Da gestão eletrônica de processos e documentos

Art. 3º A autuação, a tramitação e a gestão documental e processual, no âmbito do TCU, serão realizadas em meio eletrônico, ressalvadas situações excepcionais previstas em normativo específico.

§1º Todos os eventos e tramitações relativos a processos e documentos serão registrados em sistema informatizado, com identificação do responsável pelo ato em nível pessoal ou de unidade, conforme o caso, resguardadas a integridade e a confiabilidade dos dados.

§2º O funcionamento da solução de tecnologia da informação que dá suporte aos atos e às atividades descritas no *caput*, denominada TCU-Eletrônico (e-TCU), observará os princípios, diretrizes e requisitos dispostos na Resolução - TCU nº 233, de 4 de agosto de 2010.

Art. 4º Os responsáveis por instruções, despachos ou pareceres, bem como pelo registro dos eventos e pela tramitação de documentos e processos obedecerão a procedimentos específicos e padronizados para a alimentação dos sistemas informatizados.

Seção II
Salvaguarda de informações com restrição de acesso

Art. 5º Deverão ser adotadas medidas de segurança e salvaguarda na constituição, organização e tramitação de documentos e de processos que contenham informações com restrição de acesso, nos termos da lei e da Política Corporativa de Segurança da Informação (PCSI/TCU).

Parágrafo único. Ficarão responsáveis por resguardar a confidencialidade de matérias em tramitação no Tribunal todas as pessoas que tiverem sua identificação de acesso ao processo ou ao documento, as quais deverão ter sua identificação registrada.

Art. 6º No tratamento de informações com restrição de acesso, as unidades deverão, observados os normativos vigentes, adotar os seguintes procedimentos:

I - conceder o acesso à informação apenas a pessoas autorizadas;

II - registrar nos sistemas informatizados a classificação da informação quanto àconfidencialidade; e

III - no caso de documentos em papel:

a) armazenar e tramitar em envelope lacrado, feito de papel opaco com a indicação "Este envelope somente poderá ser aberto pelo destinatário, que ficará responsável por resguardar a confidencialidade de seu conteúdo";

b) manter registro de todos aqueles que tiveram acesso à informação, com a indicação, no mínimo, do nome, documento de identificação, data e horário do acesso; e

c) no caso de descarte, fazê-lo de modo que a informação não possa ser recuperada.

Art. 7º Quando da obtenção de informações junto a entes jurisdicionados, havendo alegação do gestor público de que tais informações possuem restrição de acesso público, deverá ser-lhe solicitada a indicação, mediante termo circunstanciado, de quais partes devem ser protegidas, do grau de confidencialidade, dos motivos e fundamentos legais que justifiquem a restrição, sem prejuízo das demais informações exigidas em ato normativo específico do Tribunal.

CAPÍTULO III
RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS E AUTUAÇÃO DE PROCESSOS

Seção I
Recebimento de documentos

Art. 8º Os documentos serão recebidos pelo Tribunal, preferencialmente em meio eletrônico, atendidos os requisitos de autenticidade, integridade e validade jurídica preconizados pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), bem como outros parâmetros estabelecidos pelo Tribunal.

Art. 9º Os documentos em papel recebidos pelo Tribunal serão digitalizados, devendo a versão eletrônica resultante, após conferência, ter sua fidedignidade atestada por meio de assinatura eletrônica de usuário interno, com certificação digital.

§1º Os documentos eletrônicos resultantes do procedimento de que trata o *caput*, bem como aqueles originalmente produzidos em meio eletrônico, com assinatura eletrônica, serão considerados autênticos para todos os efeitos legais.

§2º O documento em papel objeto de digitalização será mantido pela unidade competente por prazo determinado, com posterior descarte, conforme disciplinado em ato do Presidente.

§3º Objetos cuja digitalização não seja tecnicamente possível devem ser representados em arquivo eletrônico por meios alternativos, tais como captura de vídeo, imagem fotográfica ou áudio, de modo a viabilizar a juntada aos autos eletrônicos, e devolvidos a quem os apresentou.

§4º Na hipótese de o arquivo eletrônico a que se refere o parágrafo anterior apresentar formato que inviabilize a sua inserção nos autos eletrônicos, o objeto deve ser identificado como documento físico vinculado ao processo e enviado à unidade competente.

Art. 10. Os documentos encaminhados ao Tribunal serão recebidos pelo Serviço de Protocolo e Produção Gráfica (Seprot) ou pelos Serviços de Administração (SAs) das unidades técnicas situadas nos estados, os quais providenciarão o registro de entrada no e-TCU, a digitalização, se for o caso, e a remessa à unidade técnica competente, observada a natureza do assunto e a vinculação da clientela.

Parágrafo único. Caso o documento seja referente a processo já autuado, deverá, após as providências de que trata o *caput*, ser encaminhado à unidade em que se encontre o respectivo processo para juntada.

Art. 11. A correspondência oficial recebida com indicação de restrição de acesso ou dirigida a autoridade será encaminhada fechada ao respectivo destinatário, com aposição, no envelope, do número de registro no sistema informatizado, cabendo à unidade do destinatário, se for o caso, a conversão para o meio eletrônico.

Parágrafo único. Caso não seja possível a identificação da unidade destinatária, compete à chefia dos setores de que trata o art. 10 desta Resolução a abertura da correspondência para fins de identificação do destinatário e o seu reacondicionamento em envelope lacrado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600219

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 12. As denúncias, declarações de bens e rendas e outros documentos, que, por sua natureza, devam ser de conhecimento restrito e requeiram tratamento especial, serão recebidos e identificados como informação sujeita a sigilo e observarão procedimentos específicos de tramitação definidos para esse fim.

Seção II

Autuação de processos

Art. 13. Após a triagem dos documentos recebidos e, quando for o caso, da digitalização, conferência e assinatura da versão eletrônica resultante, as unidades promoverão, em cumprimento a determinação do Tribunal, do relator ou do dirigente, a autuação do processo.

§1º A autuação é realizada mediante operação no e-TCU, na qual se dá a inserção dos dados relativos ao processo, tais como o cadastramento das partes processuais, representantes legais, unidade jurisdicionada, dentre outros.

§2º A presidência poderá expedir ato disciplinando os dados a serem inseridos no momento da autuação, observadas as peculiaridades de cada tipo processual, com vistas à melhoria da qualidade e gerenciamento das informações.

§3º Após a autuação, a responsabilidade por agir sobre o processo será da unidade que o autuou.

Art. 14. Os desdobramentos posteriores à deliberação de mérito proferida pelo Tribunal serão tratados mediante a autuação de processos vinculados, dentre outros:

I - recurso;

II - monitoramento;

III - parcelamento de dívida;

IV - cobrança executiva.

§ 1º Os processos vinculados serão autuados a partir do processo no qual a deliberação de mérito houver sido proferida.

§2º Os processos vinculados terão o mesmo número identificador do processo principal, acrescido de sufixo que o identifique univocamente, conforme padrão a ser estabelecido em normativo específico.

§3º A responsabilidade por agir no processo vinculado poderá ser distinta daquela do processo principal, de modo a permitir ações simultâneas, desde que não comprometam o rito processual e o devido processo legal.

§4º O e-TCU deve controlar automaticamente as situações em que a responsabilidade por agir nos processos vinculados e no principal for atribuída a unidades ou pessoas distintas.

§5º Em nenhuma hipótese poderá ser desfeita a vinculação entre processos.

Seção III

Constituição e organização dos processos

Art. 15. O processo de controle externo será organizado de maneira cronológica e sequencial, com numeração contínua de peças, e constituído de forma integralmente eletrônica, ressalvada a existência de documentos físicos a ele vinculados, nos termos do artigo 9º, § 4º, desta Resolução.

Art.16. A juntada de documentos ao processo será realizada exclusivamente por usuário interno ou de modo automático pela solução de tecnologia da informação do e-TCU.

§1º À exceção de peças juntadas de modo automático, o responsável pela juntada deverá assinar eletronicamente o documento, com o fim de atestar a autoria, a concordância ou a conferência do documento com o original.

§2º A juntada será precedida do cadastramento de informações acerca do documento, tais como natureza, tipo, assunto e classificação da informação quanto à confidencialidade.

§3º O usuário interno, antes de proceder à juntada, realizará a conferência e, se for o caso, a retificação e/ou complementação das informações relativas ao documento anteriormente cadastradas.

§4º Em caso de juntada indevida e desde que não haja ato processual ou peça posterior, o responsável pela inclusão da peça poderá reverter a ação, sendo esse ato registrado de modo automático no histórico do processo.

§5º Identificada a juntada indevida e não se configurando a situação de que trata o parágrafo anterior, a unidade deverá adotar providências com vistas ao desentranhamento da peça.

Art. 17. O desentranhamento de peça processual será realizado por usuário interno, mediante prévia autorização da autoridade competente.

§1º Desde que não se trate de peça que tenha subsidiado manifestação de relator ou de colegiado do TCU, a competência para autorizar o desentranhamento pode ser objeto de delegação.

§2º A autorização de que trata o *caput* deve estar inserida eletronicamente no processo do qual foram desentranhadas as peças.

§3º Cada peça desentranhada deve ser substituída por termo de desentranhamento em que conste referência ao ato de autorização e outras informações relativas a esse evento, de modo a manter a integridade dos autos e a numeração sequencial e contínua das peças processuais.

§4º A peça desentranhada dos autos deve permanecer disponível no e-TCU como documento ou como peça juntada a outro processo, observada a classificação quanto à confidencialidade atribuída às informações, em consonância com os normativos do Tribunal.

§5º O desentranhamento de peça que tenha subsidiado manifestação de colegiado deverá ser-lhe comunicado de imediato.

CAPÍTULO IV

TRAMITAÇÃO

Seção I

Tramitação após autuação

Art. 18. A tramitação do processo ensejará a alteração da responsabilidade por agir, a qual passará a ser da unidade, subunidade ou pessoa que o receber.

Seção II

Tramitação após instrução

Art. 19. O processo que contiver proposta de decisão preliminar será encaminhado pela unidade técnica diretamente ao relator, salvo na hipótese de existência de delegação de competência.

§1º Proferida a decisão preliminar, o processo deverá ser devolvido à unidade competente, para efetivação das medidas nela determinadas.

§2° Após o atendimento das medidas preliminares ou o esgotamento do prazo nelas fixado, o que ocorrer primeiro, a unidade competente dará prosseguimento à instrução do processo.

Art. 20. Após instrução que contenha proposta de deliberação definitiva, a unidade técnica submeterá o processo diretamente ao relator, exceto nos casos em que a audiência do Ministério Público junto ao Tribunal for obrigatória, nos termos do art. 62, inciso III, do Regimento Interno, ou quando houver determinação expressa do relator nesse sentido.

Seção III

Processos com medida cautelar proposta ou adotada

Art. 21. As unidades técnicas e os gabinetes deverão dar tratamento prioritário aos processos nos quais deva ser apreciada a adoção ou manutenção de medida cautelar.

Parágrafo único. O e-TCU proverá identificação própria para os processos que se encontrem na situação especificada no caput deste artigo, devendo ser retirada logo que não mais persistirem esses motivos.

Art. 22. A manifestação da unidade técnica quanto à adoção ou não de medida cautelar deve ser encaminhada diretamente ao relator, no prazo máximo de cinco dias úteis após o recebimento do pedido pela unidade.

Parágrafo único. Na manifestação de que trata o *caput* deste artigo, a unidade técnica incluirá, necessariamente, análise conclusiva sobre a presença ou não dos pressupostos da plausibilidade jurídica e do perigo da demora, sob a ótica exclusiva do interesse público, bem assim esclarecerá sobre a incidência de eventual perigo da demora inverso.

Art. 23. Realizada oitiva prévia, nos termos do art. 276, § 2º, do Regimento Interno, a unidade técnica deverá encaminhar ao gabinete do relator análise conclusiva sobre os fundamentos da medida cautelar, no prazo máximo de dez dias.

Parágrafo único. O prazo de que trata o *caput* será contado a partir do recebimento da resposta da oitiva prévia ou, em caso de ausência de manifestação, do término do prazo para resposta.

Art. 24. Independentemente dos prazos fixados nos arts. 22 e 23 desta Resolução, a unidade técnica deverá observar situações em que a iminência da ocorrência do evento exija maior celeridade na adoção de providências de forma a possibilitar a concessão da medida cautelar em tempo hábil.

Art. 25. Na impossibilidade de cumprimento dos prazos de que tratam os arts. 22 e 23 desta Resolução, a unidade técnica deverá cientificar o relator acerca das razões que inviabilizam o seu cumprimento, indicando, ainda, o prazo necessário à conclusão dos trabalhos.

Art. 26. Concedida a medida cautelar, a unidade técnica deverá, imediatamente, providenciar a expedição das comunicações pertinentes.

Art. 27. Após o recebimento da resposta da oitiva obrigatória de que trata o art. 276, § 3º, do Regimento Interno, ou, findo o prazo concedido sem que tenham sido apresentadas as manifestações das partes, a unidade técnica deverá submeter o processo à apreciação do relator com:

I - análise e proposta tão somente quanto aos fundamentos e à manutenção ou não da cautelar; ou

II - análise e proposta de mérito quando o estado do processo assim o permitir.

§1º A manifestação da unidade técnica prevista no *caput* deste artigo deverá ocorrer, no máximo, em quinze dias do recebimento da resposta enviada pelas partes ou no prazo fixado pelo relator ou por colegiado deste Tribunal.

§2º Na impossibilidade de cumprimento do prazo de que trata o parágrafo anterior, a unidade técnica deverá informar ao relator sobre os elementos que inviabilizaram o seu cumprimento, indicando, ainda, o prazo necessário à conclusão dos trabalhos, com vistas à análise da conveniência da manutenção da cautelar, ante a possibilidade da ocorrência do perigo da demora inverso.

Art. 28. O processo não mais estará sujeito à prioridade estabelecida no art. 21 desta Resolução nas seguintes hipóteses:

I - revogação da medida cautelar;

II - revogação ou anulação do procedimento licitatório ou do ato ou contrato objeto da cautelar; ou

III - ocorrência de qualquer outro fato que possa levar à perda de objeto da cautelar.

Parágrafo único. As ocorrências de que tratam os incisos II e III deverão ser comprovadas por documentação juntada aos autos e comunicadas, de pronto, ao relator.

Seção IV

Tramitação após apreciação

Art. 29. Os processos apreciados de forma unitária, após a deliberação do Tribunal e a adoção das providências a cargo da unidade responsável pelo secretariado nas sessões colegiadas, serão tramitados à unidade técnica competente para fins de efetivação das comunicações, monitoramento do cumprimento da deliberação, quando for o caso, e demais providências necessárias.

Art. 30. Os processos submetidos à deliberação do Tribunal mediante relação e os que forem apreciados em decisão monocrática serão remetidos pelos gabinetes às unidades técnicas competentes para os fins previstos no artigo anterior.

Art. 31. Os processos referentes à admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma ou pensão, após apreciação, serão encaminhados à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) para fins de registro e demais providências que se fizerem necessárias.

CAPÍTULO V

PROVIDÊNCIAS APÓS DELIBERAÇÃO

Art. 32. No caso de contas julgadas irregulares, as unidades técnicas competentes devem providenciar, no momento oportuno e nos termos da regulamentação própria, o registro das informações requeridas no Cadastro de Responsáveis por Contas Julgadas Irregulares (Cadirreg).

Art. 33. O processo será encerrado no e-TCU, mediante despacho do dirigente da unidade técnica, nas hipóteses previstas do art. 169 do Regimento Interno.

Parágrafo único. O despacho autorizando o encerramento de processo poderá ser objeto de delegação de competência.

Art. 34. Em caso de decisão definitiva transitada em julgado, havendo débito ou multa, a unidade técnica deverá autuar processo vinculado para a cobrança executiva ou acompanhamento de pagamento parcelado, se for o caso, e arquivar o processo originador.

§1° Havendo o pagamento integral da dívida, a unidade técnica formulará proposta de expedição de quitação nos autos do processo vinculado aberto para o acompanhamento.

§2° Na hipótese de inadimplemento no pagamento de parcela, a unidade técnica autuará processo de cobrança executiva que conterá informações acerca do valor original do débito e das eventuais parcelas já adimplidas.

Art. 35. No caso de monitoramento para verificar o cumprimento de deliberações do Tribunal e os resultados delas advindos, a unidade técnica deverá, se for o caso, providenciar a autuação de processo vinculado para esse fim.

§1º Na hipótese de que trata o *caput*, o processo principal poderá ser encerrado, observado o disposto no art. 33 desta Resolução.

§2º Nos casos em que não for necessária a autuação de processo vinculado, o monitoramento deverá ocorrer no processo em que foi proferida a deliberação.

§3º A unidade técnica deve circunscrever o objeto do monitoramento aos itens de deliberação transitados em julgado.

CAPÍTULO VI

APENSAMENTO DE PROCESSOS E FORMAÇÃO DE APARTADOS

Seção I

Apensamento de processos

Art. 36. Processos que tenham relação de dependência, conexão ou continência poderão ser apensados definitivamente ou temporariamente, desde que seja conveniente a tramitação conjunta.

Parágrafo único. O apensamento de processo em papel a autos eletrônicos deve ser precedido da conversão do processo para meio eletrônico, conforme procedimentos descritos em normativo específico.

Art. 37. O apensamento de um processo a outro, quando definitivo, implica o encerramento do processo apensado e, quando provisório, requer a manutenção de ambos os processos como "aberto".

Art. 38. Sempre que for necessário ou conveniente, poderá ocorrer o desapensamento de processo, o qual, na hipótese de apensamento definitivo, será reaberto, fazendo-se nele incluir os atos processuais a ele relativos, praticados nos autos do processo ao qual estava apensado.

Parágrafo único. A responsabilidade pela instrução e a relatoria do processo desapensado caberão, respectivamente, à unidade técnica e ao relator que detinham essa condição anteriormente ao apensamento.

Art. 39. O apensamento e o desapensamento serão registrados nos processos envolvidos mediante termos a eles juntados.

Art. 40. O apensamento ou desapensamento de processos pode ser determinado:

I - pelo Plenário, em qualquer caso;

II - pelas Câmaras, desde que os processos envolvidos sejam da relatoria de membros da mesma Câmara;

III - pelos relatores, desde que se trate de apensamento definitivo.

§1º A competência para determinar o apensamento provisório é privativa dos Colegiados.

§2º No caso de apensamento a processo de relator diferente, caberá a relatoria ao relator do principal.

§3º Eventual discordância de relator quanto à conveniência do apensamento definitivo determinado por decisão monocrática será dirimida:

I - pela Câmara, se as questões tratadas em ambos os processos forem de sua competência, nos termos do art. 17 do Regimento Interno, e os relatores integrarem a mesma Câmara; e

II - pelo Plenário, nos demais casos.

Art. 41. Quando for determinada a conversão de processo em tomada de contas especial (TCE), nos termos do art. 47 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 252 do Regimento Interno, a unidade técnica responsável pela instrução da TCE deverá autuar processo específico para esse fim, ao qual será apensado o processo originador.

§1º Não sendo possível o imediato apensamento do processo originador à TCE, em razão de eventuais desdobramentos das demais deliberações nele exaradas, a providência deverá ser adotada assim que possível.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600220

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§2º Compete à unidade técnica responsável pela instrução da TCE elaborar a minuta de cientificação do Ministro de Estado supervisor da área ou autoridade equivalente, nos termos do art. 198, parágrafo único, do Regimento Interno.

§3º A unidade técnica deverá notificar o responsável, a entidade fiscalizada e o terceiro interessado, que, no âmbito do processo originador, tenham sido chamados em audiência ou oitiva, à exceção daqueles em que já tenha sido excluída a responsabilidade, informando que foi autuado processo de TCE, ao qual está sendo apensado o processo em que foram ouvidos, e que os atos processuais subsequentes e a apreciação final da matéria se darão no novo processo.

§4° A TCE deverá ser constituída de cópia do relatório, voto e acórdão exarado no processo originador, sem prejuízo da juntada de outros documentos considerados necessários à sua instrução e julgamento.

§5° O relator do processo originador ou seu sucessor ficará prevento em relação ao processo de TCE.

Art. 42. Verificada pelo Tribunal, a qualquer tempo, a ausência de pressupostos de constituição ou de desenvolvimento válido e regular do processo de TCE autuado nos termos do artigo anterior e havendo providências pendentes de adoção no processo originador, a unidade técnica deverá:

I - desapensar o processo originador da TCE;

II - apensar a TCE ao originador; e

III - registrar, em ambos os processos, mediante termo, os procedimentos adotados, bem como os fatos que os motivaram.

Seção II

Apartação de processos

Art. 43. Constatada a existência de matéria cuja apuração e apreciação não guardem relação de dependência com os assuntos tratados no processo, poderá ser constituído, para exame da referida matéria, processo apartado, de natureza semelhante ou diversa do processo originador, mediante o desentranhamento ou reprodução por cópia de peças.

§1º O processo apartado estará sujeito às mesmas regras de formação e organização estabelecidas para os demais processos, devendo cópia do ato que determinou a apartação ser-lhe juntada como peça inicial.

§2º Quando a instrução do processo apartado for de competência de outra unidade, o processo será a ela encaminhado.

§3º. Não sendo possível estabelecer a natureza do processo apartado, este será tratado como fiscalização.

Art. 44. O relator e os colegiados são competentes para determinar a apartação de processos.

Parágrafo único. A relatoria dos processos apartados será definida de acordo com as regras estabelecidas pelo Tribunal em ato normativo específico.

Art. 45. Identificada a necessidade de reapreciação de mérito de contas julgadas, em razão de novos elementos constantes em autos de processo de qualquer natureza referentes a matéria já examinada de forma expressa e conclusiva no âmbito das contas, a unidade técnica autuará processo apartado de representação e o submeterá ao relator, com proposta de encaminhamento ao Ministério Público junto ao Tribunal para avaliação da conveniência e oportunidade da interposição do recurso de revisão previsto no art. 288, § 2º, do Regimento Interno.

§1° Inexistindo questões remanescentes nos autos do processo originador de que trata o *caput*, a unidade deverá propor seu apensamento à representação.

§2º Havendo, no processo originador, outras questões, o processo prosseguirá em seu curso normal.

§3° Em qualquer hipótese, a matéria pertinente às contas julgadas será tratada exclusivamente no âmbito do processo de representação e do eventual recurso de revisão.

§4° O processo apartado deverá ser constituído com as partes do processo originador que constituam o suporte material e probatório do recurso às contas que se pretende reabrir.

§5° O recurso de revisão interposto pelo Ministério Público deverá ser autuado como processo autônomo e será apensado às contas que pretende reabrir.

§6° A representação da unidade técnica será apensada ao recurso de revisão, caso esse venha a ser interposto pelo Ministério Público.

Art. 46. Quando o Tribunal determinar o encaminhamento de cópia da deliberação ao Ministério Público junto ao TCU com o fito de que este avalie a conveniência e oportunidade de interpor recurso de revisão, ser-lhe-á assegurado o acesso aos autos em que foi proferida a deliberação, bem como ao processo de contas a ser reaberto.

CAPÍTULO VII

SOBRESTAMENTO

Art. 47. A juízo do relator, das Câmaras ou do Plenário, o julgamento de contas ou a apreciação de matéria por parte do Tribunal poderá ser sobrestado.

§1º O despacho ou deliberação que determinar o sobrestamento especificará claramente a matéria objeto de sobrestamento ou os responsáveis que terão o julgamento de suas contas sobrestado, bem como o motivo justificador de tal providência.

§2º O sobrestamento não prejudicará a adoção de providências com vistas ao saneamento do processo nem a apreciação de matéria diversa da que teve sua apreciação sobrestada, tampouco o julgamento das contas dos demais responsáveis arrolados no processo.

§3° Cabe à unidade técnica responsável pela instrução do processo efetuar, no eTCU, o registro do sobrestamento e de sua cessação, quando ocorrer.

CAPÍTULO VIII

RECURSOS

Art. 48. O recurso que der entrada no Tribunal será encaminhado à unidade técnica responsável pelo processo em que foi adotada a deliberação recorrida, para fins de autuação de processo vinculado de recurso.

Parágrafo único. As petições, em geral, apresentadas após a prolação da deliberação e não caracterizadas como recurso, deverão ser instruídas pela unidade técnica responsável pelo processo principal e submetidas ao relator.

Art. 49. Autuado o processo vinculado de recurso, a unidade técnica, de imediato, deverá encaminhá-lo:

I - à Secretaria de Recursos (Serur), para exame preliminar de admissibilidade, quando se tratar de recurso de reconsideração, recurso de revisão ou pedido de reexame;

II - ao gabinete do autor do despacho recorrido, quando se tratar de agravo contra despacho; ou

III - ao gabinete do relator que proferiu o voto condutor do acórdão recorrido, no caso de embargos de declaração ou agravo contra decisão do Tribunal.

Parágrafo único. A interposição de recurso e a consequente tramitação do processo à Serur não eximem a unidade técnica responsável pelo processo principal de concluir as notificações de todos os interessados ou responsáveis e de monitorar o recebimento e a juntada dos comprovantes destas notificações aos autos.

Art. 50. Recebido o recurso, a Serur realizará o exame preliminar de admissibilidade a ser submetido ao relator.

§1º Entendendo admissível o recurso e tratando-se de recurso de reconsideração ou pedido de reexame, a Serur indicará os itens da deliberação recorrida sobre os quais, a seu juízo, deverá incidir o efeito suspensivo.

§2º As circunstâncias objetivas serão examinadas quando da análise de mérito do recurso.

§3º Nos casos em que a análise preliminar concluir tratar-se de mera petição que não possa ser conhecida como recurso, a Serur deverá propor o não recebimento do pedido e a sua restituição ao interessado, submetendo esta proposta ao relator da deliberação a que se referir a petição ou, na sua ausência, ao relator do processo principal.

§4º Na hipótese de mera petição em processo com decisão transitada em julgado e sem viabilidade jurídica para interposição de quaisquer outros recursos, a Serur deverá propor ao Presidente do Tribunal o não recebimento do pedido e a sua restituição ao interessado ou, havendo delegação de competência, adotar tais providências de ofício.

Art. 51. Após o exame preliminar de admissibilidade de que trata o artigo anterior, será realizado sorteio eletrônico de relator para o recurso, encaminhando-se, automaticamente, os autos ao relator sorteado para apreciação da admissibilidade do recurso.

Art. 52. Entendendo inadmissível o recurso, após ouvido o Ministério Público junto ao Tribunal, quando cabível, nos termos do art. 278, § 2º, c/c o art. 280, § 1º, inciso I, do Regimento Interno, o relator não conhecerá do recurso ou, a seu critério, o submeterá ao colegiado com proposta de não conhecimento.

§1º O recorrente será comunicado, pela unidade técnica responsável pelo processo principal, acerca do despacho de relator ou da decisão do Tribunal que, nos termos do art. 278, § 2º, do Regimento Interno, declarar prejudicado o recurso ou negar-lhe conhecimento.

§2º Do despacho de relator que negar conhecimento ao recurso ou considerá-lo prejudicado caberá agravo, observado o disposto no art. 289, § 4º, do Regimento Interno.

§3º O relator não poderá, por despacho, negar seguimento ao agravo previsto no parágrafo anterior.

Art. 53. O despacho do relator que considerar admissível o recurso fixará, nos termos do art. 278 do Regimento Interno, os itens sobre os quais incide o efeito suspensivo, podendo fazer remissão ao exame preliminar de admissibilidade elaborado na forma estabelecida no art. 50, § 1º, desta Resolução.

Parágrafo único. O efeito suspensivo de que trata o *caput* abrangerá a integralidade do item da deliberação, salvo se expressamente excepcionado no despacho do relator ou na proposta da Serur, desde que acolhida.

Art. 54. A unidade técnica responsável pelo processo principal, ao ser cientificada acerca do alcance do efeito suspensivo atribuído ao recurso, expedirá as comunicações previstas no art. 278, § 1º, do Regimento Interno e procederá à atualização imediata do Cadirreg, no que se refere aos recursos interpostos.

§1° Havendo, na deliberação recorrida, itens não alcançados pelo efeito suspensivo, a unidade técnica responsável pelo processo principal deverá adotar, em relação aos itens não suspensos, os procedimentos com vistas ao registro do trânsito em julgado e à execução da decisão, na forma estabelecida pelo art. 285, § 1º, do Regimento Interno.

§2º O disposto no parágrafo anterior aplica-se à parte não suspensa de item, quando o efeito suspensivo não abranger a sua integralidade, nos termos da exceção prevista no parágrafo único do artigo 53 desta Resolução.

§3º Registrado o trânsito em julgado, a subsequente execução da decisão poderá ser diferida, por racionalidade administrativa devidamente justificada pela unidade técnica responsável.

§ 4° A cientificação de que trata o caput será realizada de forma automática, a partir dos registros constantes dos sistemas corporativos.

Art. 55. Preliminarmente ao exame de mérito, deverá a Serur identificar se há partes com interesses opostos aos do recorrente e, caso existam, promover notificação com vistas a facultar a apresentação das contrarrazões de que trata o art. 284 do Regimento Interno do TCU.

Art. 56. A Serur realizará a análise de mérito dos itens recorridos e submeterá o processo diretamente ao relator do recurso, exceto nos casos em que a audiência do Ministério Público junto ao Tribunal for obrigatória, nos termos do art. 280 do Regimento Interno.

Art. 57. O recurso interposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal tendente a agravar a situação de responsável, após admitido pelo relator, será encaminhado à Serur para que seja oferecida, mediante notificação, oportunidade para que o responsável apresente contrarrazões, devendo ser-lhe dado o acesso ao conteúdo processual necessário ao exercício da ampla defesa.

§1º Na hipótese do recurso de revisão interposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal, com fundamento no art. 35, inciso III, da Lei nº 8.443, de 1992, os autos deverão ser encaminhados à unidade técnica responsável pela instrução das contas da unidade jurisdicionada para identificação dos fatos e dos responsáveis e quantificação do débito, conforme o caso, e posterior instauração do contraditório e exame de mérito, nos termos do art. 288, § 3º, do Regimento Interno.

§2º Para a identificação dos responsáveis e a quantificação do débito, a unidade técnica responsável pela instrução das contas reabertas poderá, se for o caso, solicitar o apoio da unidade que conduziu o processo que deu causa à reabertura das contas.

Art. 58. As contestações apresentadas contra cálculo efetuado pelo Tribunal, no que se refere ao estabelecimento de coeficientes com vistas à repartição de receitas tributárias, a exemplo de Fundo de Participação de Estados e Municípios, serão encaminhadas à Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag) para instrução.

CAPÍTULO IX

SOLICITAÇÕES AO TRIBUNAL

Seção I

Disposições gerais

Art. 59. As solicitações encaminhadas ao Tribunal, relacionadas ao controle externo, serão classificadas, conforme seu conteúdo, em:

I - solicitações do Congresso Nacional;

II - solicitações de informação ou de cópia por órgãos ou autoridades legitimados;

III - solicitações de informação para subsidiar ação judicial;

IV - solicitações de certidão;

V - solicitações de acesso a informações para esclarecimentos de interesse particular, coletivo ou geral;

VI - solicitações de prorrogação de prazos para apresentação de prestação de contas; e

VII - pedidos de partes relativos ao exercício da ampla defesa.

§1º As solicitações de que trata o inciso V correspondem aos pedidos previstos no art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, regulados pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

§2º As solicitações de que tratam os incisos I, V e VI serão disciplinadas por normas específicas, aplicando-se, no que couber, a presente Resolução.

Art. 60. O atendimento às solicitações de que trata este Capítulo deve ser realizado, preferencialmente, por meio eletrônico.

Parágrafo único. No caso de o solicitante não dispor de solução de tecnologia da informação compatível com aquela utilizada pelo TCU, o atendimento dar-se-á, preferencialmente, por meio de mídia eletrônica ou, na impossibilidade, por meio de cópia em papel.

Art. 61. As solicitações de que trata o art.59, incisos II, III e IV, desta Resolução, serão autuadas pelas unidades e, após seu atendimento, o processo deverá ser encerrado nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno.

Parágrafo único. Caso a unidade técnica entenda conveniente, poderá apensar o processo de solicitação aos autos do processo ao qual se refira, dispensada, nesse caso, autorização expressa do relator, sem prejuízo de que lhe seja dada ciência dessa medida nos autos do processo principal.

Seção II

Solicitação de informações ou de cópia formulada por órgãos ou autoridades legitimados

Art. 62. São legitimados para solicitar informações ou cópia os órgãos e autoridades que detiverem a prerrogativa constitucional e/ou legal para solicitá-las, bem assim aqueles que, por dever de ofício, estejam tratando do mesmo objeto de processo em tramitação no Tribunal.

Art. 63. A solicitação de informações ou de cópia de que trata esta Seção será registrada como documento e encaminhada à unidade técnica competente para prestar as informações ou autorizar o acesso aos autos.

Parágrafo único. A unidade técnica deverá autuar, examinar e encaminhar a solicitação ao relator ou à Presidência, conforme o caso, com proposta sobre a forma de atendimento, incluindo, quando couber, minuta de atendimento ao interessado, ou, caso haja delegação de competência, providenciar o atendimento.

Art. 64. A responsabilidade pelo atendimento às solicitações de que trata esta Seção obedecerá às regras dispostas no art. 79 desta Resolução.

Art. 65. As solicitações de que trata esta Seção serão apreciadas:

I - pela Presidência, quando se referirem a assuntos não examinados em processos autuados no TCU, processos encerrados com decisão transitada em julgado ou a procedimentos judiciais relativos à área administrativa do Tribunal;

II - pelo relator do recurso, quando se tratar de processo pendente de apreciação de recurso; e

III - pelo relator ou, a critério deste, pelo colegiado, nos demais casos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600221

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. Havendo delegação de competência, a apreciação e o atendimento das solicitações de que trata este artigo poderão ser adotadas no âmbito da unidade técnica competente.

Art. 66. Caso a informação solicitada se encontre pendente de deliberação, o atendimento, a critério do relator, será realizado com base nas informações já disponíveis, alertando-se ao solicitante de seu caráter preliminar, com posterior complementação quando da apreciação final da matéria, se for o caso.

Parágrafo único. Se entender que a solicitação somente deva ser atendida após a apreciação ou julgamento do processo pelo Tribunal, o relator determinará, por despacho, que a unidade técnica competente comunique ao solicitante que a informação será fornecida tão logo o Tribunal tenha proferido decisão a respeito.

Seção III

Solicitação de informação para subsidiar ação judicial

Subseção I

Solicitação de informação da Advocacia-Geral da União (AGU)

Art. 67. As solicitações da AGU, na defesa dos direitos ou interesses da União, terão tratamento preferencial e serão atendidas no prazo nelas assinalado.

Art. 68. A solicitação da AGU que se referir a subsídios para propositura de ação de cobrança judicial de dívida decorrente de acórdão ou ato administrativo do TCU será instruída e atendida pela unidade técnica detentora do processo no qual foi exarado o ato.

Parágrafo único. A solicitação da AGU relativa unicamente a informação específica de controle externo será instruída pela unidade técnica detentora do processo originário, com eventual apoio da Consultoria Jurídica (Conjur), caso necessário.

Art. 69. Quando as informações solicitadas pela AGU para a instrução de feitos judiciais se referirem a atos do Tribunal ou atos praticados por dirigentes de unidades da Secretaria do TCU, a solicitação deverá ser imediatamente encaminhada à Conjur, que elaborará os subsídios, com o apoio da respectiva unidade técnica, caso necessário.

Art. 70. As intimações e comunicações de decisões judiciais recebidas pelas unidades técnicas deverão ser imediatamente encaminhadas à Conjur, para adoção das providências cabíveis.

Art. 71. Fica a Conjur incumbida de elaborar periodicamente demonstrativo das ações judiciais em curso nos órgãos do Poder Judiciário que digam respeito ao Tribunal de Contas da União, a partir de informações enviadas pela Advocacia-Geral da União.

Parágrafo único. O demonstrativo de que trata este artigo será disponibilizado em meio eletrônico à Presidência, aos ministros, aos ministros-substitutos, ao Procurador-Geral e aos dirigentes das unidades básicas.

Subseção II

Solicitação de informação formulada em razão de mandado de segurança

Art. 72. A solicitação de informação formulada em razão de mandado de segurança impetrado contra ato do Tribunal ou de seus dirigentes, recebida por unidade técnica, deverá, após registro no e-TCU, ser encaminhada de imediato à Conjur, para autuação e atendimento no prazo de dez dias, se não houver outro prazo estipulado.

§1º A Conjur solicitará à unidade técnica competente os elementos necessários ao atendimento da solicitação.

§2º As informações deverão ater-se, principalmente, à decisão objeto do mandado de segurança e ao relatório e voto que a fundamentaram e, subsidiariamente, a outros elementos considerados de interesse à defesa.

§3º Nos casos de mandados de segurança contra ato de dirigente do Tribunal, após a elaboração das informações pela Conjur, o encaminhamento à autoridade judicial solicitante será feito diretamente pelo dirigente arrolado como autoridade coatora, no prazo indicado pela Conjur, dando conhecimento do fato à Presidência.

§4º A Conjur, após o atendimento, deverá remeter à unidade técnica competente cópia das peças produzidas para fins de juntada no processo original, ou, caso o processo esteja sob seu poder, juntá-las ao processo.

Subseção III

Solicitação de informação formulada em razão de outros processos judiciais

Art. 73. A solicitação de informação formulada em razão de outras ações judiciais ajuizadas contra ato do Tribunal obedecerá, no que couber, à mesma tramitação e procedimento de que tratam as Subseções I e II desta Seção.

Seção IV

Solicitações de Certidão

Art. 74. Pessoas físicas ou jurídicas podem requerer ao Tribunal certidões para defesa de seus direitos ou esclarecimentos de interesse particular, coletivo ou geral.

Art. 75. Constituem requisitos de admissibilidade para o atendimento à solicitação de certidões:

I - apresentação de requerimento do próprio interessado ou de seu representante regularmente instituído na forma da lei, dirigido ao Tribunal com as seguintes informações:

a) identificação do requerente com o nome completo, endereço e CPF;

b) especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e

c) indicação do cargo ou função pública que o interessado ocupa nas esferas federal, estadual ou municipal, se for o caso;

II - existência de correlação entre o objeto da solicitação e a área de atuação do Tribunal; e

III - indicação do número do processo, no caso de certidão positiva.

Parágrafo único. Caso a solicitação não preencha os requisitos de admissibilidade, o processo será submetido pela unidade competente à Presidência com proposta de indeferimento.

Art. 76. As solicitações de certidão formuladas por denunciante serão processadas nos termos do art. 182 do Regimento Interno.

Art. 77. A solicitação de certidão cuja informação requerida não diga respeito ao próprio interessado será recebida e tratada como solicitação de acesso a informações para esclarecimento de interesse particular, coletivo ou geral, de que trata o art. 59, inciso V, desta Resolução.

Art. 78. As certidões serão emitidas com garantia de autenticidade, preferencialmente, via Portal TCU.

§1°. Tratando-se de certidões negativas, a emissão será automática.

§2º O solicitante de certidão negativa será informado de que sua certidão deverá ser obtida diretamente mediante acesso ao Portal do TCU.

Art. 79. A responsabilidade pelo atendimento às solicitações de que trata esta Seção obedecerá às seguintes regras:

I - se a solicitação versar sobre um único processo, a competência será da unidade técnica responsável por sua instrução;

II - se a solicitação versar sobre processos de unidades técnicas diversas, a competência será daquela que recebeu originalmente a solicitação, desde que seja responsável pela instrução de ao menos um dos processos, sem prejuízo de, se for o caso, solicitar a colaboração de outras unidades envolvidas;

III - se a solicitação versar sobre processos que não sejam da responsabilidade da unidade técnica recebedora deverá ser providenciado seu encaminhamento à unidade competente, caso possível sua identificação, ou, na hipótese do inciso II deste artigo, à unidade técnica responsável pelo primeiro processo indicado na solicitação; e

IV - se a solicitação versar sobre matéria não processada, a competência será da unidade técnica em cuja clientela conste o órgão ou entidade a que se refira a matéria ou que mantenha vínculo ou relação contratual com o solicitante, no caso de solicitação de certidão negativa por parte de gestor público ou empresa.

§1° Na hipótese de que trata o inciso II, não sendo possível o atendimento de forma consolidada, a unidade deverá gerar cópias eletrônicas da solicitação e encaminhá-las às unidades técnicas competentes para o atendimento, comunicando o fato ao solicitante.

§2° A Serur será considerada unidade técnica responsável, para os fins previstos no inciso I, quando a solicitação versar sobre matéria objeto de recurso pendente de apreciação pelo Tribunal, sem prejuízo da colaboração da unidade técnica de origem, se necessário.

Art. 80. No atendimento às solicitações de certidão, devem ser considerados os julgados do Tribunal e o cadastro de responsáveis por contas julgadas irregulares, bem como outras fontes subsidiárias.

Art. 81. A solicitação poderá ser indeferida quando se tratar de matéria cujo sigilo seja considerado pelo Tribunal como imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, devendo o requerente ser informado sobre a impossibilidade de atendimento.

Art. 82. O atendimento à solicitação de certidão que tenha por objeto a certificação da existência de contas julgadas irregulares ou de sanções em nome do interessado observará os seguintes procedimentos:

I - caso não constem em nome do interessado sanções nem contas julgadas irregulares, a certidão deve restringir-se ao que foi solicitado; e

II - nos demais casos, a certidão deverá conter todos os registros relativos às ocorrências identificadas, inclusive os dados relativos a eventuais recursos ainda não apreciados pelo Tribunal.

Art. 83. No caso de solicitação de certidão sobre a existência de recurso ainda não admitido pelo relator, o documento a ser expedido fará menção expressa a essa situação, destacando a ausência de efeitos sobre a deliberação recorrida.

Parágrafo único. No caso de recurso contra acórdão que contenha medida cautelar, a solicitação de certidão deverá ser submetida ao relator.

Art. 84. As certidões serão expedidas pelo titular da unidade técnica ou por seu substituto, caso haja delegação de competência, ou enviada juntamente com o respectivo processo à Presidência para expedição.

Art. 85. As certidões serão expedidas no prazo máximo de quinze dias contados da data de protocolização do pedido.

Art. 86. As certidões negativas emitidas pelo Tribunal têm prazo máximo de validade de trinta dias, devendo essa informação ser consignada expressamente nos documentos expedidos via internet.

Art. 87. A Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) disponibilizará manual com orientações operacionais e modelos de certidão a serem observados pelas unidades técnicas para elaboração das certidões de que trata esta Seção.

Seção V

Pedidos de partes relativos ao exercício da ampla defesa

Art. 88. As partes, para o exercício da ampla defesa, poderão encaminhar ao Tribunal os seguintes pedidos:

I - pedido de vista e de cópia dos autos;

II - pedido de juntada de documentos; e

III - pedido de sustentação oral.

Art. 89. O pedido de retirada de autos das dependências do Tribunal por parte de advogado, nos termos dispostos em lei, será atendido por meio de acesso aos autos eletrônicos, ou, na impossibilidade, pela concessão gratuita de cópia eletrônica armazenada em mídia digital.

Art. 90. Aplicam-se à apreciação dos pedidos de que trata esta Seção as regras contidas no art. 65 desta Resolução.

Subseção I

Pedidos de vista e de cópia dos autos

Art. 91. Os pedidos de vista e de cópia facultados às partes, nos termos do art. 163 do Regimento Interno, serão atendidos por meio de acesso aos autos eletrônicos.

§1º Caso o processo objeto do pedido esteja em meio físico, o atendimento será precedido da conversão dos autos para o meio eletrônico, conforme procedimentos descritos em normativo específico.

§2º Normativo próprio disciplinará o atendimento nos casos em que não for tecnicamente possível o acesso eletrônico aos autos.

Art. 92. O acesso aos autos será concedido à parte, ou ao seu representante legal, preferencialmente de forma remota, por meio do Portal TCU.

§1º A concessão de acesso aos autos de forma remota será precedida de prévio credenciamento para uso do e-TCU, nos termos de regulamentação própria.

§2º O credenciamento envolve a identificação do solicitante, a aceitação das condições de uso do e-TCU mediante assinatura de termo de adesão e, quando for o caso, a geração de senha de acesso.

§3º Na impossibilidade da concessão de acesso aos autos de forma remota, o acesso será concedido presencialmente em qualquer unidade do Tribunal, a qual deverá juntar ao processo os pedidos de vista ou cópia e os comprovantes dos recolhimentos, se for o caso, bem como os respectivos comprovantes do atendimento.

Art. 93. A parte, ou seu representante legal, uma vez credenciada, estará autorizada a compulsar, a qualquer tempo, os elementos processuais que não ofereçam comprometimento à garantia da intimidade e da vida privada dos cidadãos ou à preservação do sigilo sob a tutela do TCU.

§1º Ficarão registrados nas informações relativas ao processo a identificação de quem obteve acesso aos autos e a data e o horário do acesso.

§2º O acesso a informações sujeitas a sigilo depende de autorização específica da autoridade competente.

Art. 94. A solicitação de acesso aos autos formulada por pessoa não qualificada como parte ou como representante legal de parte será recebida e tratada como solicitação de acesso a informações para esclarecimento de interesse particular, coletivo ou geral, de que trata o art. 59, inciso V, desta Resolução.

Subseção II

Pedido de juntada de documentos

Art. 95. Os pedidos de juntada de documentos de que trata o art. 160, §1º, do Regimento Interno, após o competente registro, serão encaminhados à unidade em que se encontre o respectivo processo.

Art. 96. Havendo delegação de competência à unidade técnica para a autorização do procedimento, caberá ao seu titular, ou ao servidor a quem tiver sido subdelegada competência, deferir o pedido ou, caso entenda haver motivo para o indeferimento, submeter a matéria ao relator ou à Presidência, conforme o caso.

Subseção III

Pedido de sustentação oral

Art. 97. O pedido de sustentação oral será processado nos termos do art. 168 do Regimento Interno.

Art. 98. A unidade técnica deverá providenciar a juntada do pedido de sustentação oral ao processo, fazendo constar expressamente da instrução a informação sobre a sua existência.

CAPÍTULO X

CONSULTAS

Art. 99. As consultas que derem entrada no Tribunal, nos termos dos arts. 264 e 265 do Regimento Interno, serão registradas e encaminhadas à unidade técnica competente para autuação, exame de admissibilidade e, se for o caso, exame de mérito.

§1º Para os fins deste artigo, a unidade técnica competente será aquela a cuja clientela pertença o órgão ou entidade a que se refira a matéria para exame ou a correspondente unidade especializada quando o tema da consulta se referir à sua área específica de atuação.

§2º Não incidindo as hipóteses do parágrafo anterior, a consulta será encaminhada à unidade técnica em cuja clientela conste o órgão de controle interno a que se vincule a autoridade consulente.

Art. 100. Após o exame de que trata o art. 99 desta Resolução, a consulta será encaminhada ao relator em cuja lista conste o órgão ou entidade a que se refira a matéria, administrador ou responsável sujeito à jurisdição do Tribunal.

Parágrafo único. Quando a consulta não se referir explicitamente a determinado órgão ou entidade, o processo será encaminhado ao relator da lista em que conste a entidade à qual se vincule a autoridade consulente.

Art. 101. Serão encaminhadas ao relator, após mero exame preliminar, as consultas em que a unidade técnica se manifeste pela não admissibilidade, nos termos regimentais, ou que versem sobre caso concreto.

Art. 102. O relator, mediante despacho fundamentado, determinará o arquivamento de consulta que não atenda aos requisitos de admissibilidade ou que verse sobre caso concreto, dando-se ciência ao consulente.

CAPÍTULO XI

DENÚNCIAS E REPRESENTAÇÕES

Art. 103. As denúncias e as representações sobre irregularidades ou ilegalidades que derem entrada no Tribunal, nos termos dos arts. 234 a 237 do Regimento Interno, serão registradas e encaminhadas à unidade técnica responsável pela clientela a que se refira a matéria para autuação, exame de admissibilidade e, se for o caso, exame de mérito.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600222

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§1° O exame de admissibilidade abordará a competência do Tribunal sobre o assunto, a legitimidade do autor, a suficiência dos indícios e a existência de interesse público no trato da suposta ilegalidade apontada.

§2° Tratando-se de denúncia ou representação formulada contra ato de dirigente regional de órgão ou entidade sujeita à jurisdição do Tribunal, a apuração dos fatos competirá à unidade técnica situada no estado em que se localizar a projeção regional do órgão ou entidade.

Art. 104. Tratando-se de denúncia, serão adotadas, de imediato, pelo setor em que der entrada, as providências cabíveis com vistas à preservação do sigilo, nos termos do art. 236 do Regimento Interno e de normas específicas.

§1º A fim de resguardar o sigilo e a proteção do denunciante, o documento original da denúncia, bem como qualquer outro documento no qual conste sua identificação, serão juntados ao processo como peças sujeitas a sigilo, classificadas quanto à confidencialidade como informação pessoal, nos termos da Lei 12.527/2011, tendo por grupo de acesso o auditor designado para instrução, o diretor e o secretário da unidade técnica competente, o relator, seu chefe de gabinete e o(s) assessor(es) por ele indicado(s), bem como o membro do Ministério Público que houver atuado no processo, seu chefe de gabinete e eventual(is) assessor(es) indicado(s), além do presidente do Tribunal, e delas não se concederá vista ou cópia durante o período de vigência da restrição, salvo nas hipóteses previstas em lei. *(NR) (Resolução-TCU nº 262, de 21/2/2018, DOU de 23/2/2018)*

§2º A unidade técnica providenciará cópia do documento original, devendo tarjar quaisquer sinais que possam identificar o denunciante, tais como logotipos, timbres, nome, assinatura, endereço e qualificação profissional.

§3º A hipótese de restrição de acesso estabelecida no §1º deste artigo não se aplica caso seja comprovada má-fé do denunciante. *(AC) (Resolução-TCU nº 262, de 21/2/2018, DOU de 23/2/2018)*

Art. 105. As denúncias ou representações que, após mero exame preliminar, no juízo da unidade técnica não preencham os requisitos de admissibilidade serão, de imediato, encaminhadas ao relator com proposta de arquivamento.

Parágrafo único. O relator, mediante despacho fundamentado, determinará liminarmente o arquivamento da denúncia ou representação que não atenda aos requisitos de admissibilidade, dando-se ciência ao denunciante ou representante, conforme o caso.

Art. 106. Caso se façam presentes os requisitos de admissibilidade, as unidades técnicas realizarão exame sumário acerca do risco para a unidade jurisdicionada, da materialidade e relevância dos fatos noticiados na denúncia ou representação, exceto aquelas formuladas com base no art. 113, §1°, da Lei n° 8.666/93.

§ 1°. No exame sumário acerca da materialidade, do risco e da relevância dos fatos noticiados, deverão ser observadas as premissas indicadas na Instrução Normativa - TCU nº 63, de 26 de maio de 2010;

§2° A análise de materialidade dos fatos que envolvam pagamentos de prestação continuada será efetuada considerando o somatório dos eventuais dispêndios já ocorridos, acrescidos daqueles previstos para os próximos cinco anos ou até a data prevista para a cessação dos pagamentos, o que ocorrer primeiro.

§3° A unidade técnica submeterá os autos ao relator com proposta de conhecimento da denúncia ou representação e:

I - no caso de os fatos serem considerados de baixo risco, materialidade e relevância, de que as questões sejam levadas ao conhecimento das unidades jurisdicionadas para a adoção das providências de sua alçada, com cópia para o órgão de controle interno, e de arquivamento do processo;

II - no caso de os fatos serem considerados de alto risco, materialidade ou relevância, prosseguimento do processo.

§4º Na hipótese prevista no inciso I do parágrafo anterior, o relator, caso esteja de acordo com a proposta da unidade técnica, determinará a adoção das providências nele referenciadas e o arquivamento da denúncia ou representação, dando-se ciência ao denunciante ou representante, conforme o caso.

§5° O Tribunal solicitará, anualmente, que os relatórios de gestão que lhes são encaminhados pelos órgãos e/ou entidades jurisdicionadas tragam registros analíticos das providências adotadas, em relação às situações previstas no § 4°.

§6° Na análise do relatório de gestão a unidade técnica verificará a adequabilidade das providências adotadas e, caso as considere insuficientes, avaliará a conveniência e a oportunidade de autuar processo de representação.

§7° Acolhida a denúncia ou a representação em face do risco, da materialidade ou da relevância dos fatos, o relator restituirá o processo à unidade técnica para apuração.

Art. 107. O relator, mediante despacho fundamentado, determinará o arquivamento das denúncias e representações que, após as diligências pertinentes, revelarem-se improcedentes, dando-se ciência ao denunciante ou representante, conforme o caso.

Art. 108. Após a decisão definitiva no processo de denúncia, inclusive no caso de conversão em TCE, a unidade técnica adotará as providências com vistas à alteração do grau de confidencialidade do processo para "público", salvo se houver expressa manifestação do Tribunal em contrário.

Parágrafo único. A reclassificação do processo de denúncia como "público", após a decisão definitiva, não alcança as peças que contenham a identificação do denunciante, as quais permanecem classificadas como informação pessoal, nos termos da Lei 12.527/2011, e delas não se concederá vista ou cópia durante o prazo de vigência da restrição, salvo nas hipóteses legais. *(AC) (Resolução-TCU nº 262, de 21/2/2018, DOU de 23/2/2018)*

Art. 109. As eventuais irregularidades publicadas na imprensa serão objeto de representação ao respectivo relator, quando verificados, pela unidade técnica competente, indícios concernentes às irregularidades ou ilegalidades anunciadas e se encontrarem presentes os critérios de risco, materialidade e relevância estabelecidos no art. 106.

Art. 110. As comunicações de irregularidades poderão ser apresentadas em meio eletrônico, nos termos da Instrução Normativa - TCU nº 68, de 25 de outubro de 2011.

Parágrafo único. As comunicações de irregularidades apresentadas por telegrama, fac- símile ou em meio eletrônico em desacordo com o contido no normativo de que trata o *caput* deverão ser substituídas por versão que atenda aos requisitos contidos no citado normativo, no prazo de dez dias, contados da confirmação de recebimento, sob pena de serem considerados como não praticados os atos processuais fundamentados nas peças não substituídas.

CAPÍTULO XII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 111. Fica a Presidência autorizada a:

I - expedir os atos necessários à regulamentação desta Resolução, incluída a padronização de documentos e formulários, a definição de tipos de processo e os procedimentos relativos à sua tramitação e ao registro dos resultados de julgamento e de acompanhamento;

II - atualizar as remissões e referências desta Resolução a artigos e textos do Regimento Interno ou de outro normativo, sempre que necessário e desde que não implique alteração do seu conteúdo;

III - atualizar as nomenclaturas de unidades técnico-executivas referidas nesta Resolução, sempre que houver alteração na estrutura ou atribuições das unidades da secretaria do TCU; e

IV - manter atualizada a nomenclatura dos sistemas informatizados e dos cadastros de informações referidos nesta Resolução.

Art. 112. Fica a Secretaria-Geral de Administração (Segedam) incumbida da elaboração de norma específica para disciplinar a constituição, organização e tramitação de processos e documentos relativos à área administrativa do Tribunal.

Parágrafo único. Enquanto não for publicada a norma específica de que trata o *caput*, aplicar-se-á aos documentos e processos administrativos, no que couber, o disposto nesta Resolução.

Art. 113. Ficam revogadas a Resolução - TCU nº 163, de 8 de outubro de 2003, a Resolução - TCU nº 191, de 21 de junho de 2006, a Portaria - TCU nº 28, de 25 de fevereiro de 1986, a Portaria - TCU nº 331, de 22 de junho de 1998, e a Portaria - TCU nº 256, de 13 de novembro de 2000.

Art. 114. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 7 de maio de 2014.
AROLDO CEDRAZ
Presidente do Tribunal
Em exercício

Redação anterior:
Por força da Resolução-TCU nº 262, de 21/2/2018.

Art. 104. (...)
§1º A fim de resguardar o sigilo do denunciante durante a apuração, o documento original da denúncia, no qual consta sua identificação, será juntado ao processo como peça sujeita a sigilo, e dela não se concederá vista ou cópia.

(*) Republicada por ter saído no DOU de de 23.02.2018, Seção 1, pág. 97, com incorreção no original

2ª CÂMARA

ATA Nº 4, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018
(Sessão Extraordinária da 2ª Câmara)

Presidente: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes
Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
Subsecretária das Câmaras: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Às 10 horas, o Ministro Augusto Nardes, na Presidência, declarou aberta a sessão extraordinária da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Aroldo Cedraz e Ana Arraes e do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho (convocado para substituir o Ministro José Múcio Moneiro) e do Representante do Ministério Público Marinus Eduardo de Vries Marsico.

Ausentes o Presidente Ministro José Múcio Monteiro, em licença médica, e o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em férias.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a Ata n.º 3 referente à Sessão Ordinária realizada em 6 de fevereiro de 2018.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-003.680/2015-0 e TC-016.524/2007-8, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

TC-000.925/2018-7, TC-000.927/2018-0, TC-000.930/2018-0, TC-000.931/2018-7, TC-001.038/2018-4, TC-001.039/2018-0, TC-001.042/2018-1, TC-001.044/2018-4, TC-001.045/2018-0, TC-001.048/2018-0, TC-001.050/2018-4, TC-001.051/2018-0, TC-001.073/2018-4, TC-001.261/2016-9, TC-001.290/2018-5, TC-001.291/2018-1, TC-001.292/2018-8, TC-001.352/2018-0, TC-001.410/2018-0, TC-001.484/2018-4, TC-001.485/2018-0, TC-001.570/2018-8, TC-001.627/2018-0, TC-001.629/2018-2, TC-001.708/2018-0, TC-001.709/2018-6, TC-001.712/2018-7, TC-001.713/2018-3, TC-001.714/2018-0, TC-001.715/2018-6, TC-001.717/2018-9, TC-001.718/2018-5, TC-001.719/2018-1, TC-001.720/2018-0, TC-001.721/2018-6, TC-001.722/2018-2, TC-001.724/2018-5, TC-001.725/2018-1, TC-001.793/2018-7, TC-001.825/2018-6, TC-001.826/2018-2, TC-001.827/2018-9, TC-001.828/2018-5, TC-001.829/2017-3, TC-001.830/2018-0, TC-001.831/2007-2, TC-001.831/2018-6, TC-001.832/2018-2, TC-001.878/2007-9, TC-001.890/2018-2, TC-001.893/2018-1, TC-002.007/2018-5, TC-002.033/2018-6, TC-003.033/2018-0, TC-003.048/2018-7, TC-003.094/2018-9, TC-003.101/2018-5, TC-003.131/2018-1, TC-003.136/2018-3, TC-003.148/2018-1, TC-003.157/2018-0, TC-003.160/2018-1, TC-004.253/2015-9, TC-005.581/2017-6, TC-008.953/2015-3, TC-008.974/2016-0, TC-011.552/2015-8, TC-011.983/2017-5, TC-012.776/2007-7, TC-014.150/2010-7, TC-014.708/2014-0, TC-014.739/2008-0, TC-014.876/2016-7, TC-017.264/2014-6, TC-017.386/2017-9, TC-018.197/2015-9, TC-020.780/2013-3, TC-023.107/2017-0, TC-023.466/2017-0, TC-023.547/2017-0, TC-023.557/2017-6, TC-023.563/2017-6, TC-026.371/2017-0, TC-027.896/2017-0, TC-031.469/2017-5, TC-031.472/2017-6, TC-031.630/2017-0, TC-031.909/2017-5, TC-032.731/2016-7 e TC-035.468/2017-3, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro; e

TC-000.497/2015-0, tc-002.514/2016-8, TC-002.706/2015-6, TC-003.151/2015-8, TC-005.019/2016-8, TC-007.874/2016-2, TC-008.640/2015-7, TC-009.163/2017-4, TC-010.330/2016-0, TC-010.371/2017-6, TC-011.736/2017-8, TC-018.356/2015-0, TC-018.533/2006-8, TC-019.506/2016-3, TC-025.300/2017-2, TC-033.248/2015-0 e TC-034.924/2017-5, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo nº TC-003.329/2015-1, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, o Dr. Huilder Magno de Souza - OAB/DF nº 18.444, não compareceu para apresentar sustentação oral em nome de Cláudia Gomes de Melo e de Premium Avança Brasil.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo nº TC-046.082/2012-3 (Ata nº 45/2017) e a Segunda Câmara aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 547/2018.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 441 a 540:

RELAÇÃO Nº 3/2018 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 441/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do mérito do ato de concessão de aposentadoria de Jorge Eduardo de Menezes Lisboa, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.632/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jorge Eduardo de Menezes Lisboa (120.093.935-20)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 442/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.691/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Janete Fernandes Silva da Cruz (011.070.557-25); Luiz Antonio Coimbra dos Santos (242.851.027-49); Luzia Medela da Silva (436.690.507-87).
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Federal de Bonsucesso.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 443/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.699/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Marcos Alexandre Nacif (261.522.587-15); Maria Lucia Correa (348.123.427-91)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Federal Ipanema.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 444/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Dalva Benevides Rodrigues, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.766/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Dalva Benevides Rodrigues (313.030.214-04).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Amazonas.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 445/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Dorneles Magalhães, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.772/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Dorneles Magalhães (061.978.251-04).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Mato Grosso do Sul.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 446/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.774/2018-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Olival Lacerda de Oliveira (098.513.056-34); Rubens Geraldo Sarti (002.863.706-20).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 447/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Edson de Angilis Cortez, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.781/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Edson de Angilis Cortez (033.855.155-72).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Sergipe.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 448/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de Gutemberg Mancur, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo da seguinte providência:

1. Processo TC-001.981/2018-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Gutemberg Mancur (227.791.596-34)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 449/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.993/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carlos Amorim Filho (003.599.395-20); Elivaldo Gonçalves Cardoso (253.108.875-04); Luciana Maria Carvalho Paim Figueiredo Santos (097.848.615-34); Nelson Pereira da Silva (991.942.798-53); Rufino Santos Silva (109.339.135-91)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 450/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.994/2018-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria Alves de Sousa (022.949.073-53); Raimundo Jose da Cunha Neto (048.779.773-68)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 451/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de aposentadoria de Clarice Maria dos Santos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.805/2017-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Clarice Maria dos Santos (205.704.576-53)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 452/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.532/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anderson Ramos Goes (548.892.439-68); Jose Maria Nunes Ribeiro (604.278.417-04); Marilda da Silva Pereira (202.395.057-00).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 453/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.020/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andreia Cristiane Costa da Silva (939.856.220-00); Ednilson Velasques Benites (668.896.180-68); Eduardo Marchese (705.106.950-00); Elaine da Silva da Silveira (994.053.770-00); Fernanda Brenner Mores (004.810.060-95); Gloria Rejane Brisolara Balhego (463.269.360-04); Leandro Flores Coradini (006.206.740-08); Marina Delanni Vitoria Guedes (025.877.130-56); Marlene Toledo Froz (676.586.360-53); Sulema Menezes Pinheiro (001.631.620-77)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.a.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 454/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.025/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Camila Morais Migliavacca (813.305.290-49); Claudia Ines Marques do Monte (676.538.980-68); Cleusa Maria dos Santos (509.628.500-63); Fabiano da Silva Gomes (920.598.480-91); Fernanda Fraga dos Santos (005.454.410-64); Luciano Xavier Madruga (004.897.010-78); Luiz Felipe Peres Giesta (009.056.600-99); Natalia Camargo Mattos (014.401.880-25); Patricia Dorneles Ventura Correia (020.881.640-22); Vanessa Pereira Albuquerque da Rosa (001.214.770-29)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.a.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600224

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 455/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.083/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Alberto dos Santos (571.090.010-91); Carolina da Silva Motta (979.282.590-87); Caura Vanessa Flores Medeiros (784.627.890-87); Cristhiana Cardoso Rodrigues (029.089.730-06); Daiane Biehl (017.626.380-29); Jaqueline Lima Borges (444.268.360-34); Lisandra Vicente Ferreira Borges de Christo (004.823.620-90); Luis Airton Novachinski (467.914.340-15); Marilei Fernandes Jacques (670.309.040-87); Rosangela Escobar Pereira (514.613.580-00)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.a.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 456/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.087/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana dos Santos Camargo (676.844.320-87); Andre Saldanha Souza (851.689.710-91); Camila Araujo Bervig Silva (021.675.130-62); Fabiana de Oliveira Ribeiro (676.701.210-68); Gilda Marizete Hanus (886.779.070-68); Jeniffer Dernitz Rosa (027.957.320-09); Karina da Silva Castro Oliveira (973.833.170-68); Paulo Ricardo Baptista dos Santos (764.441.390-15); Priscila Soares (002.128.170-00); Ritta de Cassia Borges Ferreira (006.900.590-78)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.a.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 457/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.089/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alice Soares Brogni (015.278.930-81); Andre Luiz Silveira de Miranda (936.654.740-00); Andressa Vasconcelos Barbosa (007.349.380-55); Eliete Alves de Moura (403.824.600-06); Kellen de Castro Vargas Nunes (828.882.300-97); Marcelo Nunes Goncalves da Rosa (032.931.460-23); Marcia Shirley Meireles Caetano (573.240.930-00); Noely de Souza Fernandes (361.722.000-20); Suzana Patricia dos Santos (981.157.580-00); Vanessa Cabral Goncalves (010.341.240-99)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.a.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 458/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.150/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Silveira Pereira (000.051.560-41); Andre Henrique Soares Pires (582.981.930-91); Bruna Barbara Weber de Oliveira (040.740.040-03); Caroline Figueiredo da Costa (014.393.970-07); Claudia Rovadoschi Kretzmann Dias (990.353.670-49); Debora Wassaf Youssef (019.499.940-82); Janaina de Quadros (664.585.440-49); Lislen dos Santos Maidana (016.252.870-11); Rebecca de La Rua Martin e Hijas Caldas (055.568.449-09); Rogerio dos Santos (587.000.640-68)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.a.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 459/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Donatilia Machado de Sa Lima, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.812/2018-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Donatilia Machado de Sa Lima (394.907.263-20).
1.2. Órgão/Entidade: Coordenadoria Estadual do Dnocs no Piauí.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 460/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Juvina Tomé da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.833/2018-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Juvina Tomé da Silva (875.807.134-20).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 461/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Maria de Lourdes Breves Pereira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.847/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria de Lourdes Breves Pereira (032.058.437-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 462/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos

1. Processo TC-001.868/2018-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Maria Batista de Souza (314.528.095-34); Maria de Lourdes de Lima Santos (296.944.265-53).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 463/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil dos integrantes do presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.914/2018-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Angelina Tourinho Dantas Garcia Rosa (018.954.095-86); Angelina Tourinho Dantas Garcia Rosa (018.954.095-86); Edmea de Oliveira Leão Cabral Machado (186.888.885-15); Janailson Moreira Pereira (045.104.325-18); Licia Espinola Teixeira Americano da Costa (459.445.805-00); Maria Jose Bezerra Homem (366.844.655-53); Maria Ligia Muricy Cardoso (041.273.075-87)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 464/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil dos integrantes do presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.507/2017-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Iraci Ferreira Bonfim (045.402.794-08); Mariza Silva Carleial (505.413.824-20)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 465/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil dos integrantes do presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.537/2017-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Benedita Araújo Ferreira (442.590.936-49); Gideon Barbosa de Almeida (366.856.586-49); Ines Maria de Jesus (527.144.466-04)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 466/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600225

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil de Dalva Barbosa Santos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.556/2017-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Dalva Barbosa Santos (199.928.075-04)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 467/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil de Zelia Pereira dos Santos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.577/2017-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Zelia Pereira dos Santos (151.780.135-49)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 468/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.654/2017-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Rosa Carvalho Cruz (258.327.195-49); Vanda Pereira da Cunha Oliveira (163.168.005-68)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 469/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, e 243 do Regimento Interno, em considerar cumprida as determinações exaradas nos itens 1.7.4.1 e 1.7.4.2 do Acórdão 2.267/2017- TCU-2ª Câmara, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.200/2015-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Edinar Valente de Andrade (229.247.362-34); José Ribamar Costa Silva (608.830.222-49); Nadia Maria Santos Cunha (255.626.733-04).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Roraima.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (SECEX-RR).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Controladoria-Geral da União que analise a situação de acumulação indevida de cargos no âmbito do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Roraima na ocasião da realização da Auditoria Anual de Contas a ser realizada em 2018, em especial a dos servidores de matrícula 0531299/6531299 e 0655465/6655465.

1.7.2. remeter cópia desta deliberação à Corregedoria-Geral do Ministério da Saúde, ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Roraima e à Controladoria-Geral da União.

ACÓRDÃO Nº 470/2018 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que, regularmente notificada, em 26/7/2017, da deliberação recorrida, o Acórdão nº 4479/2017-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão Ordinária de 23/5/2017, inserido na Ata nº 17/2017-2ª Câmara, a interessada somente compareceu aos autos em 11/8/2017, oportunidade em que protocolizou seu Recurso de Reconsideração;

Considerando que o prazo para a interposição daquele recurso é de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 285 do Regimento Interno do TCU;

Considerando também que, por força dessas peculiaridades, os pareceres emitidos nos autos convergem pelo não-conhecimento do citado recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso IV, alínea b e § 3º; 277, inciso I; e 285; do Regimento Interno do TCU, e ante as razões expendidas pelo relator, em não conhecer do Recurso de Reconsideração e enviar cópia deste Acórdão à recorrente .

1. Processo TC-009.169/2015-6 (RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Associação de Cinema e Vídeo de Quixadá (02.820.106/0001-67); Sheila Maria Gonçalves da Silva (480.946.173-49).

1.2. Recorrente: Sheila Maria Gonçalves da Silva (480.946.173-49).

1.3. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Ceará.

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

1.8. Representação legal: não há.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 471/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002; 38 e Anexo VI da Resolução nº 164/2003, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 9948/2017-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 22/11/2017, inserido na Ata nº 44/2017-Ordinária, relativamente ao seu terceiro parágrafo, onde se lê: "(...) em arquivar o presente processo, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o responsável, Sr. Antônio Carlos Montandon, CPF: 057.324.921-00 (...)", leia-se: "(...) em arquivar o presente processo, instaurado pela Superintendência Regional do Incra no Estado do Tocantins, em razão da impugnação parcial das despesas referentes ao Termo de Parceria/TO nº 1000/2004, Siafi nº 509729, sem cancelamento do débito apurado no valor de R$ 34.792,77, em 13/06/2005, a cujo pagamento continuará obrigado o responsável, Sr. Antônio Carlos Montandon (CPF 057.324.921-00) (...)", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado:

1. Processo TC-016.158/2017-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Antônio Carlos Montandon (057.324.921-00); Associação Brasileira de Desenvolvimento Econômico e Social - Abradese (06.049.776/0001-82).

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.3. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (SECEX-TO).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 472/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, e de conformidade com a proposta da unidade técnica, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente; indeferir o requerimento de medida cautelar formulado pela empresa Proatividade Consultoria Empresarial e Gestão de RH Ltda. (CNPJ 13.732.124/0001-03), tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para adoção da referida medida, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.6 desta deliberação.

1. Processo TC-000.827/2018-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1.Comunicar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (NEMS/RJ) e ao representante o inteiro teor desta deliberação;

1.6.2. Arquivar os presentes autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU.

ACÓRDÃO Nº 473/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, em não conhecer da documentação como representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade previstos, e em determinar liminarmente seu arquivamento, após ciência do teor desta deliberação à empresa Alcance Construtora e Incorporadora Ltda. - EPP.

1. Processo TC-035.001/2017-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Alcance Construtora e Incorporadora Ltda. (00.869.073/0001-14)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cuiabá - MT

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (SECEX-MT).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 3/2018 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 474/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.348/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alexandre de Menezes Oliveira (013.490.637-38); Luiz Lopes Ferreira (338.236.697-53); Olavo Marinho Mendes Moura (006.717.283-00); Pedro Raimundo da Silva (042.465.434-20); Roberto Gonçalves de Carvalho (142.233.416-34); Victor de Menezes Cesarino (070.256.797-39).

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 475/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão a seguir relacionado, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.705/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Carlos Alberto de Lima (067.920.221-87).

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 476/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.568/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daniel Chuquer (098.686.447-12); Daniel Libanio de Menezes Dias (058.672.986-04); Danielle Mitie Kita (325.006.738-55); Diego Rodrigues Almeida (999.209.212-20); Eduardo de Mendonça Mesquita (037.393.491-23); Fausto Campani (813.357.840-04); Fausto Luis Abramides (220.922.958-88); Franklin Victor Silva (082.171.194-65); Guilherme Gregory Silva Azevedo (139.551.377-59); Harrold Cappelletti Valentim (102.781.997-47); Jackson Melo Rufino (981.590.112-53); Jonata Mauricio Batista da Silva (352.104.078-02); Luiz Felipe dos Santos Pippi (836.237.870-00); Marcilio Melo Matos (031.841.075-31); Mariana Ferreira Pinto (053.200.427-28); Natalicio de Medeiros Nascimento (001.372.061-94); Pedro Henrique Braga Siqueira (343.213.048-14); Ruderval Guimarães de Oliveira Junior (057.835.365-20); Thyers Oliveira Lima (024.968.025-44); Victor Eduardo Santos de Souza (314.218.328-01).

1.2. Órgão/Entidade: Petrobras Distribuidora S.a. - Mme.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 477/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e nos termos do acórdão 2.100/2010-Plenário e do art. 169, inciso IV, do Regimento Interno, em atribuir chancela de exclusão por duplicidade ao ato de admissão a seguir relacionado; e em arquivar este processo.

1. Processo TC-002.042/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Leda Maria Krull Pinheiro Lima (404.637.615-53).
1.2. Órgão/Entidade: Defensoria Pública da União.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 478/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.446/2018-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Virginia Liberatoscioli de Carvalho (337.482.767-53).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 479/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.830/2008-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Jessika Mendes Cruz (098.014.657-78); Romulo Moraes de Santana Sobrinho (058.034.607-29); William Mendes Cruz (098.014.637-24).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss No Rio de Janeiro/norte.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 480/2018 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que, em virtude de sua peculiar natureza recursal, os embargos de declaração objetivam corrigir obscuridade, omissão ou contradição de deliberações recorridas, a teor do que estabelece o art. 34, caput, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 287 do Regimento Interno do TCU, situação que não restou evidenciada no presente caso, vez que o embargante não registrou a ocorrência de qualquer dessas situações na deliberação que ora recorre, o Acórdão nº 9450/2017-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 24/10/2017-Ordinária, inserido na Ata nº 39/2017 -2ª Câmara, ao apreciar o recurso de reconsideração interposto em face do Acórdão nº 1074/2015-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 17/3/2015, inserido na Ata nº 7/2015-2ª Câmara;

Considerando que o sentido emprestado aos presentes embargos de declaração tenciona, em última análise, rediscutir a matéria com vistas à modificação no conteúdo da aludida deliberação, desvirtuando a real finalidade daquela espécie recursal, a teor do que estabelece o art. 287, caput, do Regimento Interno do TCU;

Considerando, alfim, que a peça recursal apresentada à guisa de embargos de declaração não preenche os requisitos regimentais de admissibilidade pertinentes;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em 2ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso VI, 143, inciso V, alínea "f", do Regimento Interno do TCU, ante as razões expostas pelo Relator, em não conhecer dos embargos de declaração ora interpostos, por não atendimento dos requisitos específicos de admissibilidade.

1. Processo TC-003.325/2013-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: José Antonio dos Santos Carvalho (292.638.082-87).
1.2. Recorrente: José Antonio dos Santos Carvalho (292.638.082-87).
1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Aurora do Pará - PA.
1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).
1.8. Representação legal:
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 481/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; e 237, todos do Regimento Interno, em mandar fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.591/2016-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: Albino Felix de Sousa Neto (084.013.004-01).
1.2. Interessado: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (09.283.110/0001-82).
1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Catingueira - PB.
1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.8.1. encaminhar cópia desta representação ao Ministério da Saúde, para subsidiar o acompanhamento da execução das obras de construção de Academia de Saúde, de reforma da Unidade Básica de Saúde Inácio Luiz Mota e de ampliação do Posto de Saúde da Vila Itajubatiba, custeadas com recursos transferidos ao município de Catingueira/PB no âmbito dos blocos de financiamento do Sistema Único de Saúde "investimento" e "atenção básica", e a análise de possíveis prestações de contas; fixando-se o prazo de 90 (noventa) dias para que aquele Ministério informe ao Tribunal as providências por ele adotadas;
1.8.2 enviar comunicação ao Fundo Nacional de Saúde (FNS), ressaltando que conforme Acórdão 1072/2017-TCU-Plenário, os valores transferidos do Fundo Nacional de Saúde aos demais entes federativos constituem recursos federais, competindo, portanto, ao Ministério da Saúde (mais especificamente, à Diretoria-Executiva do FNS, por força do art. 7ª, inciso VII, do Decreto 8.901/2016) a instauração de processos de Tomada de Contas Especial quanto a eles, e ao TCU o julgamento desses processos (Decisão 506/1997-TCU-Plenário e Acórdão 1426/2015-TCU-Plenário); lembrando na comunicação que o não cumprimento de determinação deste Tribunal poderá ensejar a aplicação da multa prevista no art. 58, § 1º, da Lei 8.443/1992, a qual prescinde de realização de prévia audiência, nos termos do art. 268, § 3º, do Regimento Interno/TCU.

RELAÇÃO Nº 2/2018 - 2ª Câmara
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 482/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Vera Lucia Mariano Alves.

1. Processo TC-001.265/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Vera Lucia Mariano Alves (CPF 024.424.078-76).
1.3. Unidade: Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 483/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Paulo Sergio Pinto Bonadiman.

1. Processo TC-001.266/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Paulo Sergio Pinto Bonadiman (CPF 218.956.007-15).
1.3. Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Rondônia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 484/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Márcia Maria Pereira Pinto de Carvalho.

1. Processo TC-001.341/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Márcia Maria Pereira Pinto de Carvalho (CPF 306.385.428-04).
1.3. Unidade: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 485/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-001.386/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Ivelise Arruda Figueiredo de Araujo (CPF 236.299.244-68); Jacqueline Brandt Cruz dos Anjos (CPF 129.653.832-04); Jorge Mauricio Rodrigues da Silva (CPF 465.934.977-20); Jose Franco Correa (CPF 161.180.227-04); José Carlos dos Santos (CPF 554.357.267-00); Maria Helena Magalhaes Valente (CPF 641.461.387-87); Maria de Fatima Sobrinho Barbosa (CPF 116.783.131-49); Mauro Fernando Ferreira Guimaraes Camarinha (CPF 625.900.307-20); Milton Luiz Gazaniga de Oliveira (CPF 347.025.639-04); Percilia Toledo de Menezes Alves (CPF 217.608.536-15).
1.3. Unidade: Advocacia-geral da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 486/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitido nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de aposentadoria a Joacyr Guimarães.

1. Processo TC-001.597/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Joacyr Guimaraes (CPF 000.788.242-49).
1.3. Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 487/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de aposentadoria a Ataide Jose David.

1. Processo TC-001.614/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Ataide Jose David (CPF 161.932.617-53).
1.3. Unidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600227

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 488/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-001.641/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Eliane Bodart Soares (CPF 761.335.837-20); Francisco Siqueira Santos (CPF 066.335.951-15).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 489/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de aposentadoria a Thomaz Volney de Almeida.

1. Processo TC-001.661/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Thomaz Volney de Almeida (CPF 071.815.586-68).
1.3. Unidade: Fundação Nacional do Índio.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 490/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de aposentadoria a Gilvaldo Luiz de Rezende.

1. Processo TC-001.678/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Gilvaldo Luiz de Rezende (CPF 144.520.571-87).
1.3. Unidade: Imprensa Nacional.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 491/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de aposentadoria a Nadia Lumena Sousa Oliveira Lopes.

1. Processo TC-001.681/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Nadia Lumena Sousa Oliveira Lopes (CPF 213.790.841-72).
1.3. Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 492/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-001.683/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Antonio Marcio Piccina (CPF 446.644.358-00); Edmauro Siqueira Cardoso (CPF 447.889.328-49); Eros Rocha (CPF 367.360.408-25).
1.3. Unidade: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 493/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de aposentadoria a Ilma Maria da Silva Frade.

1. Processo TC-001.789/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Ilma Maria da Silva Frade (CPF 347.349.457-72).
1.3. Unidade: Advocacia-geral da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 494/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-001.790/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Maria Goretti Batista de Abreu (CPF 216.220.354-53); Nicola Barbosa de Azevedo da Motta (CPF 105.970.937-68).
1.3. Unidade: Advocacia-geral da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 495/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 4º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados e em fazer a determinação constante no item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-001.940/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Carlos Henrique Menengrone (CPF 024.441.918-38); José Roberto Filho (CPF 168.686.176-15).
1.3. Unidade: Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal dos atos no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 496/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-031.234/2017-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Adalgiza Carmosina Nascimento (CPF 165.903.252-00); Arlene de Lima Gama Fernandes Oliveira (CPF 218.442.241-04); Carlos Henrique Dayrell Fernandes (CPF 194.620.421-87); Cleide Elcy Cordeiro Braconi (CPF 098.469.301-78); Denise Ferreira Igreja de Freitas (CPF 790.423.767-91); Elimarlete Costa Santos (CPF 126.302.093-34); Francisco Danilo Feitosa (CPF 073.880.203-49); Jose Silvino da Silva Filho (CPF 049.630.673-15); Luis Fernando Franco Martins Ferreira (CPF 157.406.148-80); Marcus Vinicius Valois de Melo (CPF 122.547.464-72).
1.3. Unidade: Advocacia-geral da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 497/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de aposentadoria a Maria de Fatima Ramos Leite.

1. Processo TC-031.426/2017-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Maria de Fatima Ramos Leite (CPF 141.722.404-53).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 498/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-031.499/2017-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Afonso Celso Freitas Jacques (CPF 316.555.800-00); Antonio Mario de Carvalho Guimarães (CPF 053.348.880-04); Fernando Antonio de Oliveira Cyrillo (CPF 181.433.340-15).
1.3. Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado do Rio Grande do Sul.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 499/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-001.035/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Francis Cosme de Farias (CPF 024.971.771-98); Helena Magalhaes Mian (CPF 018.194.791-96); João Paulo Gualberto Forni (CPF 009.903.541-30); Leandro Faria Fernandes (CPF 159.985.388-46); Marcel Azevedo Coutinho de Freitas (CPF 112.052.987-54); Mateus Amaral Rodrigues Chaves (CPF 072.911.216-04); Nelson Anderson Costa Ribeiro (CPF 075.009.627-62); Paulo Gustavo Henriques de Miranda Santos (CPF 041.692.864-13); Pedro Ferreira de Araujo Neto (CPF 011.913.094-79); Rafaela Soares Pimentel (CPF 039.231.584-08).
1.3. Unidade: Tribunal de Contas da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 500/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-001.075/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Jairo Roberto Schott (CPF 001.005.690-48); Jean Carlos Hansen (CPF 005.756.260-11); Karen da Silveira Solari (CPF 005.949.350-08); Lea Veneza Soares Santos Oliveira (CPF 018.760.260-30); Patrícia Regina Fidelis (CPF 947.051.780-68); Paulo Eneias Dornelles Zugel (CPF 890.877.200-68).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Sul - DR/RS.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600228

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 501/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-001.498/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Aniel Amaral do Carmo (CPF 003.925.871-81); Everton Arsego Lima (CPF 013.309.301-85); Fellipe Antonio Eloi Miranda (CPF 008.743.681-70); Renato dos Santos Correia (CPF 653.151.893-68); Sarah Mendes da Cunha Triers (CPF 042.914.311-71); Wesley Lopes Santos (CPF 022.146.881-10).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT em Tocantins.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 502/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Edglei Vergetti de Siqueira Melo.

1. Processo TC-024.810/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessada: Edglei Vergetti de Siqueira Melo (CPF 894.541.974-87).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 503/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-031.756/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Lucas Freitas de Oliveira (CPF 022.709.481-65); Luiz Felipe Rogerio Lima (CPF 027.429.043-01); Luiz Gustavo dos Santos Queiroz Lima (CPF 000.302.532-25); Madona Louize Gabry Taboas (CPF 057.895.197-50); Mairla Cristina Silva Mota (CPF 013.694.272-55); Marcio Marcelo Silva Monteiro (CPF 091.138.317-47); Maria das Dores da Silva Nascimento (CPF 638.464.383-91); Mateus Hedonal Santos Silva (CPF 043.872.493-31); Paulo Henrique de Paula de Oliveira (CPF 036.035.231-64); Piero Mello Costa (CPF 002.829.641-93).
1.3. Unidade: Departamento Penitenciário Nacional.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 504/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-031.759/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Pollyanna Barros de Castro (CPF 066.569.234-02); Rafael Pereira da Silva (CPF 043.920.569-70); Rafael Pires dos Santos (CPF 077.783.869-92); Rafaelle Cristina Timbo Magalhaes (CPF 001.428.563-04); Renan Medeiros Otani (CPF 053.146.499-77); Renato Brito Rosa (CPF 969.225.085-72); Renato Hohenfeld Nery de Oliveira (CPF 022.328.365-76); Renato da Costa Rodrigues (CPF 050.834.923-00); Sebastiao Eduardo de Araujo Silva (CPF 058.223.374-73).
1.3. Unidade: Departamento Penitenciário Nacional.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 505/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de pensão civil de Leonora Avila Rondon.

1. Processo TC-001.800/2018-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Leonora Avila Rondon (CPF 688.991.811-87).
1.3. Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Mato Grosso do Sul.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 506/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de pensão civil a Pedro Paulino Souto.

1. Processo TC-001.801/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Pedro Paulino Souto (CPF 010.841.866-91).
1.3. Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 507/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de pensão civil dos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-001.845/2018-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessadas: Anna Therezinha de Jesus Souza (CPF 011.195.677-34); Maria Leite da Silva (CPF 054.907.155-53).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 508/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, os atos de concessão de pensão civil a Alice D'almeida Barbosa.

1. Processo TC-001.872/2018-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Alice D'almeida Barbosa (CPF 014.501.777-00).
1.3. Unidade: Imprensa Nacional.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 509/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de pensão civil de Maria Victoria da Silva Quiterio.

1. Processo TC-001.876/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Maria Victoria da Silva Quiterio (CPF 129.874.157-29).
1.3. Unidade: Instituto Nacional de Tecnologia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 510/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de pensão civil a Anna Cecília Maldonado.

1. Processo TC-001.891/2018-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Anna Cecília Maldonado (CPF 872.222.997-34).
1.3. Unidade: Tribunal de Contas da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 511/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de pensão civil de Maria Edi da Silva.

1. Processo TC-001.930/2018-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Maria Edi da Silva (CPF 215.775.258-76).
1.3. Unidade: Advocacia-Geral da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 512/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c a súmula TCU 145, em retificar, por inexatidão material, o acórdão 10.210/2017 - 2ª Câmara, prolatado na sessão de 6/12/2017, para que, em seu item 1, onde se lê: "1. Processo TC-001.918/2017-6 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)", leia-se: "1. Processo TC-001.918/2017-6 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)", mantidos os demais termos da deliberação ora retificada.

1. Processo TC-001.918/2017-6 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)
1.1. Classe de Assunto: II.
1.2. Responsáveis: Arthur Achilles Dayrell Santos (CPF 344.980.101-59); Demi Getschko (CPF 829.487.988-68); Flávio Lenz César (CPF 289.220.503-49); Francisco Ziober Filho (CPF 479.719.599-15); Genildo Lins de Albuquerque Neto (CPF 007.911.504-70); Jaqueline Gomes de Oliveira Praca (CPF 833.896.287-20); Jorge Ricardo Bittar (CPF 269.220.537-53); Lauro Arcângelo Zanol (CPF 198.625.390-20); Luisa Amelia Tavares de Souza (CPF 086.824.398-16); Luiz Antonio Alves de Azevedo (CPF 748.362.268-72); Marcelo de Siqueira Freitas (CPF 776.055.601-25); Marcio Barreira Campello (CPF 078.382.597-89); Maximiliano Salvadori Martinhão (CPF 158.543.988-69); Márcio Antônio Rodrigues dos Santos (CPF 477.862.800-49); Paulo Eduardo Henriques Kapp (CPF 730.642.117-49); Rafael Rodrigues Alves da Rocha (CPF 057.733.387-93).
1.3. Unidade: Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras).
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCom).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 513/2018 - TCU - 2ª Câmara

Vista esta tomada de contas especial com proposta da Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás de revisão, de ofício, do acórdão 6.237/2012 - 1ª Câmara e seus retificadores (4.565/2014 - 1ª Câmara, 8.469/2015 - 2ª Câmara, 813/2016 - 1ª Câmara e 11.206/2016 - 2ª Câmara), de modo a excluir a multa aplicada a Outubrina Gonçalves Klein em razão de seu falecimento.

Considerando que a deliberação em questão julgou irregulares contas da referida responsável e aplicou-lhe a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992;

considerando que Outubrina Gonçalves Klein já havia falecido quando da notificação do último acórdão retificador, antes, portanto, do trânsito em julgado do processo;

considerando os pareceres uniformes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600229

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 3º, § 2º, da Resolução-TCU 178/2005, em rever, de ofício, o acórdão 6.237/2012 - 1ª Câmara e seus retificadores, para tornar insubsistente a multa aplicada a Outubrina Gonçalves Klein, em razão do seu falecimento, e em expedir a determinação do item 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC 009.111/2008-6 (Tomada de Contas Especial)

1.1. Classe de Assunto: II

1.2. Unidades: Município de Formosa/GO e Fundo Nacional de Saúde - FNS.

1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.4. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás - Secex/GO.

1.6. Representação legal: Alexandre Henrique de Albuquerque Klein (CPF 008.104.864-58).

1.7. Determinar à Secex/GO que dê ciência desta deliberação ao Fundo Nacional de Saúde e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Goiás.

ACÓRDÃO Nº 514/2018 - TCU - 2ª Câmara

Vistos estes embargos de declaração opostos por Silvia Regina Silva Pinto contra o acórdão 9.567/2017 - 2ª Câmara, que não conheceu de embargos de declaração opostos anteriormente contra o acórdão 7.981/2017 - 2ª Câmara.

Considerando que os embargos de declaração opostos ao acórdão 7.981/2017 - 2ª Câmara (peça 72) não foram conhecidos por serem intempestivos;

considerando que não houve discussão de mérito na deliberação ora embargada, não cabendo, portanto, a arguição de obscuridade, omissão ou contradição, conforme previsto no art. 34 da Lei 8.443/1992;

considerando que a notificação do acórdão anteriormente embargado foi enviada para o endereço correto, como comprova o aviso de recebimento constante na peça 90, o mesmo endereço que consta do aviso de recebimento de peça 68;

considerando que não há prova nos autos de que a notificação relativa ao acórdão 7.981/2017 - 2ª Câmara foi enviada para endereço equivocado, por serem insuficientes para esse fim os elementos constantes das peças 86 e 87;

considerando, por fim, que a embargante pode exercer seu direito de defesa plenamente, com a apresentação de suas alegações de defesa quando de sua citação, e, posteriormente, com a interposição de recurso de reconsideração;

os ministros do Tribunal de Contas da União reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, em não conhecer dos embargos de declaração; em dar ciência desta deliberação à embargante e a seu representante; em considerar estes embargos protelatórios e alertar à recorrente e a seu representante que novos embargos com finalidade assemelhada, tratando de matéria já examinada e rejeitada por este Tribunal, podem ensejar aplicação da multa do art. 1.026, §2º, do Código de Processo Civil.

1. Processo TC-010.214/2014-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Classe de Assunto: I

1.2. Recorrente: Sílvia Regina Silva Pinto (CPF 587.771.052-49).

1.3. Unidade: Município de Cametá/PA.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.

1.7. Unidade Técnica: não atuou.

1.8. Representação legal: Odivaldo Viana Tavares (OAB/PA 23.459).

1.9.Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 515/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 169, inciso V, 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, e no art. 103, §1º, da Resolução 259/2014, em conhecer desta representação; em considerá-la improcedente; em indeferir a medida cautelar pleiteada; em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 6, à representante e à Superintendência Estadual de Operações de São Paulo Metropolitana da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e em arquivar o processo.

1. Processo TC-002.698/2018-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VI.

1.2. Representante: Conceição Locações e Serviços Eireli - EPP (CNPJ 26.421.145/0001-50).

1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).

1.7. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 516/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 27 da Lei 8.443/1992 e 218 do Regimento Interno, em expedir quitação a Rubens Portugal Bacellar, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada; em reconhecer em seu favor crédito de R$ 106,52, ante o recolhimento de valor superior à multa imputada e em dar ciência desta deliberação e da instrução à peça 257 ao responsável.

- Quitação relativa ao subitem 9.3 do acórdão 2.404/2015 - 2ª Câmara

Valor original da multa: R$ 2.500,00	Data de origem da multa: 12/05/2015
Valor recolhido: R$ 2.973,07	Data do último recolhimento 27/11/2017

1. Processo TC-002.961/2012-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apenso: TC015.817/2013-0 (MONITORAMENTO)

1.2. Classe de Assunto: VI.

1.3. Responsável: Rubens Portugal Bacellar (CPF 186.710.639-68).

1.4. Unidades: Ministério do Turismo e Município de Altônia/PR.

1.5. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR).

1.8. Representação legal: Wellington Alves Valente (OAB/PA 9.617-B) e outros, Pedro Estevam Alves Pinto Serrano (OAB/SP 90.846) e outros.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 517/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno, 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, em conhecer desta representação; em considerá-la improcedente; em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 21, ao representante; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-028.558/2017-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VI.

1.2. Representante: Daniela Tenfen - ME (CNPJ 26.290.918/0001-06).

1.3. Unidades: Coudelaria de Rincão; 2º Regimento de Cavalaria Mecanizado.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (Secex-RS).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 518/2018 - TCU - 2ª Câmara

Vista esta representação, com pedido de cautelar, formulada por Alexandre Bueno Pacífico, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, acerca de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 4/2017 da Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro, cujo objeto foi a "contratação de recolhimento, depósito e guarda de veículos de terceiros objeto de medidas administrativas previstas na Lei 9.503/1997, aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal - PRF, bem como de veículos avariados, recuperados, acidentados e abandonados e suas cargas, ao longo das rodovias federais sob circunscrição da superintendência no Rio de Janeiro e áreas de interesse na União", conforme especificações estabelecidas no edital e seus anexos (peça 2).

Considerando que o representante apontou, em síntese, como restritivos: (i) o subitem 6.9 do termo de referência, que estabeleceu ao licitante a necessidade de possuir depósito para guarda dos veículos (peça 2, p. 22); (ii) o subitem 8.11.3.2 do edital, que exigiu que o licitante comprove a propriedade de, pelo menos, um dos veículos de cada tipo especificado no subitem 6.8 e não no subitem 9.1 do termo de referência (peça 2, p. 8); e (iii) o subitem 8.11.3.3 do edital, que demandou três atestados de capacidade técnica, comprovando experiência mínima de três anos (peça 2, p. 8);

considerando que a Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro - Secex/RJ, após oitiva da Superintendência, verificou a adoção de medidas para correção dos pontos impugnados, tempestivamente;

considerando a improcedência de todas as questões levantadas pela representante;

considerando que os atos praticados pela 5ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro no Pregão Eletrônico 4/2017 observaram as exigências legais;

considerando que a Superintendência ressaltou que as alterações realizadas no instrumento convocatório ocorreram previamente à notícia de representação feita ao TCU e reiterou que o interessado poderia ter utilizado o procedimento administrativo público em andamento para obtenção de esclarecimentos ou apresentação de pedidos de impugnação, que, como nos demais casos, seriam atendidos nos prazos legais;

considerando que não se configuraram nem o perigo na demora, nem a fumaça do bom direito, pressupostos necessários à adoção de medida cautelar;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 235 e 237 do Regimento Interno, em conhecer esta representação, em considerá-la improcedente, em encaminhar cópia eletrônica desta deliberação, bem como da instrução da unidade técnica, à 5ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro e ao representante, e em arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-031.905/2017-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VI.

1.2. Representante: Alexandre Bueno Pacífico (CPF 132.917.118-74).

1.3. Unidade: Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro - Secex/RJ.

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 519/2018 - TCU - 2ª Câmara

Vista esta representação, com pedido de medida cautelar, relativa a possíveis irregularidades no pregão presencial 106/2017 da Prefeitura de Aparecida de Goiânia-GO, destinado à aquisição, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de gêneros alimentícios tipo frios, secos e molhados destinados a unidades escolares.

Considerando que a representação deve ser conhecida, por preencher os requisitos do § 1º do art. 113 da Lei 8.666/1993, c/c o inciso VII do art. 237 do Regimento Interno;

considerando que o representante questionou: (i) a exigência de apresentação de certificado, declaração ou alvará sanitário do Ministério da Saúde; (ii) a subjetividade no julgamento das propostas e a ausência de previsão da presença dos licitantes na análise de amostras a serem realizadas; e (iii) a exigência de prazo de validade da proposta não inferior a 150 dias;

considerando que, embora a natureza dos produtos a serem contratados justifique a exigência de certificado, declaração ou alvará sanitário concedido pelo Ministério da Saúde, não houve especificação dos produtos para os quais seria aplicável cada tipo de exigência, o que poderia comprometer a transparência do procedimento;

considerando que a subjetividade no julgamento das propostas não foi caracterizada e, em resposta à oitiva realizada, a administração informou haver convocação dos licitantes para acompanhar a análise das amostras a ser realizada, embora esse procedimento não tenha sido previsto no edital;

considerando que consulta realizada à página da prefeitura na Internet em 18/1/2018 confirmou a convocação dos licitantes credenciados para análise das amostras;

considerando que a norma instituidora do pregão prevê prazo de validade das propostas de sessenta dias apenas "se outro não estiver fixado no edital" (art. 6º da Lei 10.520/2002), o que afasta o questionamento quanto a essa exigência;

considerando que a unidade técnica reputou imprópria a utilização do pregão presencial em detrimento do pregão eletrônico e insuficientes as justificativas apresentadas pela administração sobre esse ponto;

considerando que, na aplicação de recursos públicos federais, é recomendável a utilização do pregão eletrônico em detrimento da forma presencial, na linha do Decreto 5.450/2005;

considerando que a unidade técnica, em pareceres uniformes, propôs considerar a representação parcialmente procedente e dar ciência à prefeitura sobre as falhas remanescentes, para evitar ocorrências futuras;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600230

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

considerando que 31 licitantes participaram do certame e que, no caso concreto, não restou configurado prejuízo à competitividade ou ao julgamento objetivo;

considerando que se mostra medida de melhor eficácia orientar a entidade jurisdicionada, dando-lhe ciência das ocorrências verificadas nos autos, de modo a evitar sua repetição;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos autos e com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c o inciso VII do art. 237 do Regimento Interno, em conhecer desta representação; em indeferir o pedido de medida cautelar formulado pelo representante; em considerar a representação parcialmente procedente; em dar ciência ao Município de Aparecida de Goiânia acerca das ocorrências e da recomendação indicadas nos subitens 1.8 e 1.9 a seguir; em encaminhar cópia desta deliberação ao representante; e em arquivar os autos.

1. Processo TC 032.115/2017-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2. Representante: Edmilson Gomes da Silveira Júnior (CPF 413.855.192-15).
1.3. Unidade: Município de Aparecida de Goiânia/GO.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex-GO).
1.7. Representação legal: Aracelly Jéssica Esteves Bessa (OAB/GO 39.178) e outros.
1.8. Dar ciência ao Município de Aparecida de Goiânia/GO acerca das seguintes ocorrências, constatadas no pregão presencial 106/2017:
1.8.1. a falta de especificação, no edital, dos produtos para os quais seria aplicável cada tipo de certificado, declaração ou alvará sanitário exigido e a respectiva fundamentação legal não foi compatível com os princípios da publicidade e do julgamento objetivo previstos no art. 3º da Lei 8.666/1993;
1.8.2. a falta de previsão, no edital, da possibilidade de acompanhamento da análise das amostras pelos licitantes teria potencial de comprometer os princípios da transparência e da publicidade, previstos no art. 3º da Lei 8.666/1993 (acórdão 1.984/2008-Plenário, relator ministro Aroldo Cedraz);
1.9. recomendar ao Município de Aparecida de Goiânia/GO que, na ausência de justificativa satisfatória, utilize o pregão eletrônico em detrimento da forma presencial para aquisição de bens e serviços comuns com recursos federais, em consonância com o Decreto 5.450/2005.

ACÓRDÃO Nº 520/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 235, parágrafo único, 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno; 103, § 1º, e 105, da Resolução TCU 259/2014, em não conhecer da documentação apresentada como representação por não preencher os requisitos de admissibilidade, haja vista tratar de interesses privados; em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 12, à representante; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-032.783/2017-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2. Representante: Intelecto Contact Center Ltda. (CNPJ 10.198.516/0001-46).
1.3. Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - Sebrae/SP.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).
1.7. Representação legal: Antônio de Jesus da Silva (OAB/SP 130.495), representando o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 4/2018 - 2ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 521/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado e fazer a determinação abaixo indicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.949/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Claudio Marcelo Garcia Fagundes (CPF 300.061.550-49)
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Blumenau/SC (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Sefip que corrija o fundamento legal do ato em favor de Claudio Marcelo Garcia Fagundes no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 522/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado e fazer a determinação abaixo indicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.953/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Arnaldo Franco de Battisti (CPF 236.190.406-30).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Barbacena/MG (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Sefip que corrija o fundamento legal do ato em favor de Arnaldo Franco de Battisti no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 523/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.080/2017-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Maria Eunice de Souza Paiva (CPF 149.579.222-68); Sonilda Rodrigues da Silva (CPF 357.299.961-87) e Terezinha Sidney Duarte Ávalo (CPF 273.042.301-00)
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Campo Grande/MS (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 524/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.104/2017-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Adenilde Ferreira de Melo Silva (CPF 433.415.356-91); Elza Maria de Freitas Vilaça (CPF 363.954.636-91) e Maria Rosali Henriques Campos (CPF 253.359.876-34).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Divinópolis/MG (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 525/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.491/2017-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Albertina de Medeiros Ferreira (CPF 506.369.796-87).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Uberlândia/MG (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 526/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.567/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Hermes Duarte Lacerda (CPF 663.003.048-68); Renato Rodrigues Caetano (CPF 948.887.441-49); Simei Ricardo de Lima (CPF 391.202.791-91) e Wanderson Caramit Garcia (CPF 011.200.841-05).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 527/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.370/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Matheus Mattos Ferreira de Jesus (CPF 043.271.581-94); Melina Sanches Silva Santos (CPF 365.659.928-94); Michel Houli Filho (CPF 378.784.858-44); Monica Mielke (CPF 706.897.250-00); Natalia Ramos Pacheco (CPF 070.586.636-02); Paulo Fernando Santos Bacelar (CPF 427.589.715-34); Paulo Marconi da Silva Oliveira (CPF 338.313.354-00); Rafael Honorato da Silva (CPF 129.217.967-83); Robson José Pereira (CPF 007.328.025-98) e Thais Regina de Almeida Andrade (CPF 058.993.794-48).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 528/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.877/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Patrícia Souza Viana Fonseca (CPF 916.082.365-87).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 529/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação, para fins de registro, do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir da maioridade da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.799/2018-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Leticia Soares Santos (CPF 050.655.083-48).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em São Luís/MA (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600231

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 530/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.817/2018-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Luiz Gonzaga Rodrigues (CPF 215.742.000-20).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Novo Hamburgo/RS (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 531/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.840/2018-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Iolanda Freiman (CPF 333.351.336-68).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Barbacena/MG (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 532/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado e fazer a determinação abaixo indicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.051/2018-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria Antônia da Silva Vaz (CPF 072.896.367-16).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan/MinC).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Sefip que corrija o fundamento legal do ato em favor de Maria Antônia da Silva Vaz no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 533/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.478/2008-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Nair Carlos Argenta (CPF 443.638.931-68).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Distrito Federal (MTE).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 534/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.532/2017-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Flavio Guimaraes de Souza (CPF 018.042.600-10).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Blumenau/SC (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 535/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos a partir do falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.553/2017-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Adília Augusta Lemos Siqueira (CPF 033.929.027-72); Ayrton Oswaldo de Campos (CPF 024.315.727-49); Elza Wanda da Cruz Falcone (CPF 009.719.054-36); Glaucia Luiza Moreira Mendl (CPF 399.563.697-72) e Romeu Machado de Oliveira (CPF 059.682.327-49).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva no Rio de Janeiro-Centro/RJ (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 536/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.635/2017-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Dalvina Amaral Rodrigues (CPF 134.399.286-91).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Belo Horizonte/MG (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 537/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e na Súmula nº 145 do TCU, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 9.536/2017 prolatado pela 2ª Câmara do TCU, na Sessão Ordinária de 31/10/2017 (Ata nº 40/2017), no que concerne ao seu item 9.3, mantendo inalterados os demais termos do referido acórdão, além de restituir, em seguida, os autos à Secex/SP, para que dê prosseguimento ao feito, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, de sorte que:

onde se lê:

"9.3. (...) o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;"

leia-se:

"9.3. (...) o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão condenatório até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento;"

1. Processo TC-016.253/2015-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: J M da Silva Produções e Serviços - ME (CNPJ 01.514.117/0001-56) e Manoel João dos Santos Filho (CPF 015.173.504-25).

1.2. Entidade: Município de Orobó - PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex/SP).

1.6. Representação legal: Felipe Augusto de Vasconcelos Caraciolo (OAB/PE 29.702) e outros, representando J M da Silva Producoes e Servicos - ME.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 538/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e na Súmula nº 145 do TCU, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 9.951/2016 prolatado pela 2ª Câmara do TCU, na Sessão Ordinária de 30/8/2016 (Ata nº 31/2016), no que concerne ao seu item 9, mantendo inalterados os demais termos do referido acórdão, além de restituir, em seguida, os autos à Secex/TO, para que dê prosseguimento ao feito, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, de sorte que:

onde se lê:

"9. Acórdão:

(...), diante da inexecução parcial do Convênio 582/2008 celebrado com o Fundo Nacional de Saúde - Funasa para a execução de melhorias sanitárias domiciliares;"

leia-se:

"9. Acórdão:

(...), diante da inexecução parcial do Convênio 582/2008 celebrado com a Fundação Nacional de Saúde - Funasa para a execução de melhorias sanitárias domiciliares;"

1. Processo TC-027.982/2015-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: TC-030.872/2015-4 (SOLICITAÇÃO).

1.2. Responsáveis: Antônio Maria de Castro (CPF: 532.401.621-72) e HW Construtora Ltda. - ME (CNPJ: 09.351.512/0001-77).

1.3. Entidade: Município de Lavandeira/TO.

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 539/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em deferir a solicitação apresentada pela Sra. Helena Magalhães Porto Lira, como Superintendente Estadual-Substituta da Fundação Nacional de Saúde no Estado de Pernambuco, e, assim, conceder à Funasa a prorrogação, por 90 (noventa) dias, do prazo para o atendimento ao item 1.7.1 do Acórdão 2.669/2017-TCU-2ª Câmara, devendo o novo prazo ser contado a partir do término daquele originalmente concedido, conforme a proposta da unidade técnica:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600232

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-020.251/2017-3 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.2. Entidade: Município de Poção/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 540/2018 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação formulada pela A. Telecom Teleinformática Ltda. sobre possíveis irregularidades na condução do Pregão Eletrônico nº 23/2016 pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para o registro de preços com vistas à contratação de empresa especializada em solução de comunicação de voz sobre IP e em solução de comunicação ponto a ponto e multiponto, com os serviços de instalação, repasse tecnológico e suporte;

Considerando que, por intermédio do Acórdão 2.567/2017-TCU-2ª Câmara, ao conhecer desta representação para considerá-la procedente, o Tribunal decidiu:

"(...) 9.3. determinar que, no caso do lançamento de novo certame com o mesmo objeto do Pregão Eletrônico 23/2016, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) adote as medidas necessárias para evitar a repetição das seguintes irregularidades:

9.3.1. indevida preferência por marca, em desacordo com o disposto nos arts. 3º, § 1º, I, e 15, § 7º, I, da Lei nº 8.666, de 1993, e com a jurisprudência do TCU (v. g.: Acórdãos 88/2008, 1.010/2005, 130/2002 e 664/2001, do Plenário);

9.3.2. solicitação de cotações apenas a potenciais fornecedores, contrariando a jurisprudência do TCU no sentido da busca também de outras fontes (v. g.: Acórdãos 3.010/2016, 1.678/2015, 965/2015, 299/2011 e 819/2009, do Plenário);

9.3.3. inserção da contratação do Network Operations Center (NOC) no objeto da contratação sem a adequada justificativa, contrariando o disposto no art. 6º da Lei nº 8.666, de 1993, no art. 2º do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, e nos artigos 14 e 15 da Instrução Normativa MP/SLTI nº 4, de 11 de setembro de 2014;

9.3.4. insuficiente estabelecimento dos requisitos da contratação, das responsabilidades da contratante, da contratada e do órgão gerenciador da ata de registro de preços, do modelo de execução e do modelo de gestão, além do regime de execução do contrato, em desacordo com o disposto, respectivamente, nos artigos 17, 18, 19, 20 e 24 da Instrução Normativa MP/SLTI nº 4, de 2014, nos artigos 55, VII, 58, IV, 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993, e no art. 3º, caput e § 1º, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, além de contrariar a Súmula 269 do TCU no que concerne à necessária vinculação da remuneração da contratada a resultados ou ao atendimento de níveis de serviço previamente pactuados no instrumento contratual;

9.3.5. indevida exigência de carta do fabricante como requisito de qualificação técnica sem a necessária justificativa, expressa e pública, para essa obrigação, mostrando-se indevida, portanto, por possuir caráter restritivo e por ferir o princípio da isonomia entre os licitantes, com afronta ao disposto no art. 30 da Lei nº 8.666, de 1993, no art. 14 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, além de contrariar a jurisprudência do TCU (v. g.: Acórdãos 808/2003, 1.670/2003, 1.676/2005, 423/2007, 539/2007, 1.729/2008, 2.056/2008, 1.805/2015, do Plenário);

9.3.6. indevida exigência de que os equipamentos e outros itens provenham do mesmo fabricante sem a justificativa, expressa e pública, para essa obrigação, mostrando-se indevida, portanto, por possuir caráter restritivo e por ferir o princípio da isonomia entre os licitantes, configurando afronta ao disposto no art. 3º, § 1º, inciso I da Lei nº 8.666, de 1993, além de contrariar a jurisprudência do TCU (v. g.: Acórdãos 1.401/2016, 1990/2014 e 2.403/2012, do Plenário);

9.3.7. indevida exigência de apresentação de declaração de que a contratada possua, na data de assinatura do contrato, o Network Operations Center (NOC) em funcionamento em regime 24x7, com observância dos requisitos especificados no edital, sem a justificativa, expressa e pública, para essa obrigação, mostrando-se indevida, portanto, por possuir caráter restritivo e por ferir o princípio da isonomia entre os licitantes, configurando afronta ao art. 30 da Lei nº 8.666, de 1993;

9.3.8. indevida exigência de que a licitante comprove possuir (em seu quadro de empregados) pelo menos um profissional detentor de certificação de gerenciamento de projetos - PMP (Project Management Professional) do PMI (Project Management Institute), configurando afronta ao disposto no art. 30 da Lei nº 8.666, de 1993, além de contrariar a jurisprudência do TCU (v. g.: Acórdãos 481/2004, 1.094/2004, 26/2007 e 126/2007, do Plenário);

9.4. determinar, ainda, que, no caso do lançamento de novo certame com o mesmo objeto do Pregão Eletrônico 23/2016 (atualmente revogado), o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) informe previamente o TCU sobre esse evento, apresentando as minutas do edital e do contrato, entre outros documentos inerentes ao novo certame, sem prejuízo de, desde já, orientar o SFB no sentido de que:

9.4.1. não se encontrava devidamente justificada, de forma expressa e pública, a utilização do sistema de registro de preços para a contratação do objeto previsto no Pregão Eletrônico 23/2016, já que a utilização do SRP deveria estar adstrita às hipóteses do Decreto nº 7.892, de 2013 (v. g.: Acórdãos 113/2012, 757/2015 e 2.842/2016, do Plenário);

9.4.2. a reincidência das mesmas falhas detectadas no Pregão Eletrônico 23/2016 em futuros procedimentos licitatórios tende a afastar a presunção de boa-fé em benefício dos gestores e, assim, tende a sujeitar os responsáveis às sanções previstas na Lei nº 8.443, de 1992";

Considerando que, com o intuito de monitorar o cumprimento das aludidas determinações, a unidade técnica realizou diligência junto ao Serviço Florestal Brasileiro (SFB), solicitando informações sobre o cumprimento das aludidas medidas (Peça nº 53);

Considerando que, em sua resposta, o SFB encaminhou a cópia do processo interno de contratação - Processo nº 02209.005131/2017-29 (Peças 58 e 59), apresentando o planejamento da contratação atestado pelo documento de oficialização da demanda, pelos estudos técnicos preliminares e pelo termo de referência;

Considerando que, ao analisar a documentação enviada e constatar que não havia a comprovação do cumprimento de algumas determinações, a unidade técnica realizou a nova oitiva do SFB para que se manifestasse, de forma específica e individualizada, sobre o cumprimento das determinações prolatadas pelo Acórdão 2.567/2017-TCU-2ª Câmara (Peça nº 62);

Considerando que, ao enviar a Nota Técnica nº 127/2017/GETI/GAB/SFB/MMA com as respostas individualizadas sobre o cumprimento de cada determinação proferida pelo Acórdão 2.567/2017-TCU-2ª Câmara, o SFB informou, por meio do Ofício nº 553/2017/GAB/SFB/MMA (Peça nº 64), que não haveria mais interesse em prosseguir com o projeto, devendo ele ser cancelado, diante do relato pela área competente no sentido de que não haveria previsão orçamentária para o exercício de 2018;

Considerando que, em face do cancelamento do aludido projeto e da determinação prolatada pelo item 9.4 do Acórdão 2.567/2017-TCU-2ª Câmara, no sentido de prever que, no caso do lançamento de novo certame com o mesmo objeto do Pregão Eletrônico nº 23/2016, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) deve informar previamente o TCU sobre esse evento, apresentando as minutas do edital e do contrato, entre outros documentos inerentes ao novo certame, a unidade técnica anotou que não mais subsistem providências a serem adotadas no âmbito dos presentes autos;

Considerando, dessa forma, que, diante da perda de objeto do referido monitoramento sobre as determinações enviadas ao Serviço Florestal Brasileiro por meio do Acórdão 2.567/2017-TCU-2ª Câmara, mostra-se adequada a proposta de arquivamento dos presentes autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e diante da perda de objeto do referido monitoramento sobre as determinações enviadas ao Serviço Florestal Brasileiro por meio do Acórdão 2.567/2017-TCU-2ª Câmara, arquivar os presentes autos e fazer a determinação abaixo indicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.939/2016-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: A Telecom Teleinformática Ltda. (CNPJ 37.166.592/0001-26).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço Florestal Brasileiro (SFB/MMA).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Paulo Ricardo Brinckmann Oliveira (OAB/DF 19.415) e outros, representando a A Telecom Teleinformática Ltda.

1.7. Determinar que a Selog envie a cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, à representante e ao Serviço Florestal Brasileiro (SFB), destacando que, em sintonia com a determinação prolatada pelo item 9.4 do Acórdão 2.567/2017-TCU-2ª Câmara, no caso do lançamento de novo certame com o mesmo objeto do Pregão Eletrônico nº 23/2016, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) deve informar previamente o TCU sobre esse evento, apresentando as minutas do edital e do contrato, entre outros documentos inerentes ao novo certame.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 541 a 569, a seguir transcritos, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 541/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 008.205/2017-5

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Maria dos Reis de Souza Ferreira Leal (CPF 364.661.401-30).

4. Unidades: município de Flores de Goiás/GO e Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (atual Ministério do Desenvolvimento Social).

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí - Secex/PI.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, atual Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS ao município de Flores de Goiás/GO, no exercício de 2008, para desenvolvimento de Programas de Proteção Social Básica - PSB e de Proteção Social Especial - PSE.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c" e §§ 2º e 3º, 19, 23, inciso III, 26, 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Maria dos Reis de Souza Ferreira Leal;

9.2. condená-la ao recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social das quantias abaixo discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora das datas indicadas até o pagamento:

DATA DA OCORRÊNCIA	DÉBITO (R$)
4.500,00	19/2/2008
4.500,00	14/3/2008
4.500,00	8/4/2008
4.500,00	12/5/2008
4.500,00	6/6/2008
4.500,00	1º/7/2008
4.500,00	12/8/2008
4.500,00	4/9/2008
4.500,00	17/10/2008
4.500,00	7/11/2008
4.500,00	19/12/2008
458,33	7/3/2008
458,33	17/3/2008
458,33	14/4/2008
458,33	9/5/2008
458,33	9/6/2008
458,33	3/7/2008
458,33	12/8/2008
458,33	10/9/2008
458,33	15/10/2008
458,33	3/12/2008
458,33	10/12/2008
2.860,00	21/2/2008
2.860,00	20/3/2008
2.880,00	18/4/2008
2.740,00	15/5/2008
2.720,00	11/6/2008
2.480,00	1º/7/2008
2.620,00	15/8/2008
2.600,00	10/9/2008
2.600,00	13/10/2008
2.680,00	12/11/2008
2.512,50	17/6/2008
2.512,50	1º/7/2008
2.512,50	19/8/2008
2.512,50	10/9/2008
2.512,50	15/10/2008
2.512,50	13/11/2008
2.512,50	16/12/2008
325,00	20/2/2008
455,00	18/3/2008
455,00	14/4/2008
455,00	19/5/2008
455,00	11/6/2008
455,00	3/7/2008
455,00	14/8/2008
455,00	9/9/2008
455,00	10/10/2008
455,00	7/11/2008
455,00	10/12/2008
1.000,00	25/2/2008
2.360,00	25/2/2008

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600233

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.3 aplicar-lhe multa de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.8. alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério do Desenvolvimento Social e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Piauí.

10. Ata n° 4/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/2/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0541-04/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 542/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 019.317/2017-4

2. Grupo I - Classe VI - Representação.

3. Representante: Telc Telecom Empreendimentos Ltda. (CNPJ 04.841.288/0001-88).

4. Unidade: Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog.

8. Representação Legal: Carício Rodrigues de Souza (OAB/DF 45.101) e outros representando a Telecomunicações Brasileiras S.A.; Fúlvia Soares de Oliveira (OAB/MT 6.954) representando a Telc. Telecom Empreendimentos Ltda.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida a representação da Telc Telecom Empreendimentos Ltda. acerca de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico para Registro de Preços 20/2017, promovido pela Telecomunicações Brasileiras S.A. para execução de projetos e implantação de rede no Distrito Federal, incluso o fornecimento de cabos de fibra óptica e de outros materiais.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, arts. 1º, inciso XXIV, 169, inciso III, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal e art. 7º da Resolução TCU 265/2014, em:

9.1. conhecer da representação e considerá-la parcialmente procedente;

9.2. indeferir o pedido de concessão de medida cautelar;

9.3. dar ciência à Telecomunicações Brasileiras S.A. sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão Eletrônico SRP 20/2017, para que sejam adotadas medidas internas com vistas a prevenir a ocorrência de outras semelhantes:

9.3.1. rejeição indevida do pedido de recurso da ora representante relativo à decisão que habilitou como vencedora a Binário Distribuidora de Equipamentos Eletrônicos Ltda., em afronta ao art. 26 do Decreto 5.450/2005;

9.3.2. admissão de documentos apresentados em língua estrangeira, sem tradução por profissional competente, em desacordo com os itens 10.3.6 e 10.3.7 do edital;

9.3.3. aceitação de preenchimento inadequado do documento "Declaração de Elaboração Independente de Proposta", em desconformidade com o item 10.3.8.4 do edital e com a Instrução Normativa SLTI/MPOG 2/2009, Anexo I;

9.3.4. incompletude da documentação apresentada pela licitante vencedora (Binário Distribuidora de Equipamentos Eletrônicos Ltda.), por meio do sítio eletrônico Compras Governamentais, que se ateve a documentos contábeis e societários, não incluiu documentação técnica, como os conectores e demais itens a serem homologados pela Anatel, nem possibilitou a análise das características técnicas dos postes a serem fornecidos, em desacordo com o princípio da transparência e com a jurisprudência do TCU (acórdãos 1.391/2014 - Plenário, 1.343/2015 - Plenário, 2.096/2015 - Plenário, 2.159/2016 - Plenário e 11.373/2016 - 2ª Câmara).

9.4. encaminhar cópia desta deliberação à Telecomunicações Brasileiras S.A., à empresa Binário Distribuidora de Equipamentos Eletrônicos Ltda. e à representante.

9.5. arquivar estes autos.

10. Ata n° 4/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/2/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0542-04/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 543/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 020.919/2016-6

1.1. Apenso: TC 013.373/2011-0

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Abraccef - Associação Brasileira dos Centros de Convenção e Feiras (CNPJ 55.515.985/0001-80), Alvo Eventos Ltda. (CNPJ 75.431.734/0001-24), ARC Arquitetura e Urbanismo Ltda. - EPP (CNPJ 23.463.441/0001-25), Personal Consultoria Ltda. (CNPJ 41.324.450/0001-17), Ventura Assessoria, Consultoria e Empreendimentos de Turismo Ltda. - ME (CNPJ 04.127.671/0001-79), Francisca Regina Magalhães Cavalcante (CPF 142.838.833-87), João Frederico Rocha Loures e Souza (CPF 055.327.749-94), Kátia Terezinha Patrício da Silva (CPF 447.631.319-15), Luís Eduardo Farão (CPF 070.638.948-46), Margareth Sobrinho Pizzatto (CPF 185.328.619-20), Mário Augusto Lopes Moyses (CPF 953.055.648-91), Rodrigo Correa Ramiro (CPF 831.581.621-72) e Sérgio Camilo de Camargo (CPF 528.050.508-00).

4. Unidades: Ministério do Turismo - MTur e Abraccef - Associação Brasileira dos Centros de Convenção e Feiras.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná - Secex/PR.

8. Representação legal: Frederico Matsuura (OAB/PR 20.691) e outros representando a Abraccef, Margareth Sobrinho Pizzatto e Sérgio Camilo de Camargo; Luiz Roberto Romano (OAB/PR 21.363) e outro representando a Alvo Eventos Ltda.; Mariana Panciera (CPF 002.057.051-11) e outra representando a ARC Arquitetura e Urbanismo Ltda. - EPP; Humberto Daniel Bostelmann (OAB/PR 67.132) representando a Ventura Assessoria, Consultoria e Empreendimentos de Turismo Ltda. - ME; Pedro Estevam Alves Pinto Serrano (OAB/SP 90.846) e outros representando Mário Augusto Lopes Moyses.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, relativa ao convênio 702.836/2008, celebrado pela União, por meio do Ministério do Turismo - MTur, com a Abraccef - Associação Brasileira de Centros de Convenção e Feiras, a fim de realizar estudos e diagnósticos para ordenamento e estruturação do desenvolvimento turístico do município de São Bernardo do Campo/SP.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 2a Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c" e §§ 2º e 3º, 19, 23, inciso III, 26, 28, incisos I e II, 57 e 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 215 a 217 do Regimento Interno, em:

9.1. excluir João Frederico Rocha Loures e Souza da relação processual;

9.2. julgar irregulares as contas da Abraccef - Associação Brasileira dos Centros de Convenção e Feiras, de Margareth Sobrinho Pizzatto e da ARC Arquitetura e Urbanismo Ltda. - EPP e condená-las solidariamente ao recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional das quantias indicadas a seguir, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora desde as datas especificadas até a data do pagamento:

Valor original (R$)	Data
220.000,00	01/04/2009
175.000,00	06/05/2009
89.000,00	16/07/2009

9.3. aplicar à Abraccef - Associação Brasileira dos Centros de Convenção e Feiras, a Margareth Sobrinho Pizzatto e à ARC Arquitetura e Urbanismo Ltda. - EPP, com amparo no art. 57 da Lei 8.443/1992, multas individuais de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. com amparo no art. 58, inciso II, da 8.443/1992, aplicar multas aos responsáveis a seguir, nos valores mencionados, também a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado:

Responsável	Valor (R$)
Francisca Regina Magalhães Cavalcante	4.500,00
Kátia Terezinha Patrício da Silva	4.500,00
Mário Augusto Lopes Moyses	3.000,00
Rodrigo Correa Ramiro	3.000,00
Margareth Sobrinho Pizzatto	6.000,00
Luís Eduardo Farão	6.000,00
Sérgio Camilo de Camargo	6.000,00

9.5. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. determinar ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que, caso notificado pelo TCU da não comprovação do recolhimento da dívida de Rodrigo Correa Ramiro, efetue o respectivo desconto na remuneração do responsável em favor do Tesouro Nacional, na forma estabelecida pela legislação pertinente;

9.8. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.9. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.10. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.11. enviar cópia deste acórdão ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Paraná, para as providências cabíveis;

9.12. dar ao Ministério do Turismo ciência do inteiro teor desta deliberação, com vistas à adoção de providências internas que previnam a ocorrência de outras irregularidades semelhantes às identificadas no convênio 702.836/2008, firmado com a Abraccef.

10. Ata n° 4/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/2/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0543-04/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 544/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 021.848/2014-9

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Luiz Gonzaga Coqueiro Sobrinho (CPF 409.317.303-68).

4. Unidade: município de Presidente Vargas/MA.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais - Secex/MG.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa contra Luiz Gonzaga Coqueiro Sobrinho em razão da omissão no dever de prestar contas do convênio 1.751/2005 para execução do sistema de abastecimento de água no município de Presidente Vargas/MA.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", 19, 23, inciso III, alínea "a", 26, 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 202, § 6º, 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Luiz Gonzaga Coqueiro Sobrinho;

9.2. condená-lo ao recolhimento aos cofres da Fundação Nacional de Saúde das quantias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir de cada data até a data do pagamento:

Valor original	Data da ocorrência
20.000,00	13/10/2009
30.000,00	27/5/2010
30.000,00	27/5/2010
20.000,00	14/12/2011

9.3. aplicar-lhe multa no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo a seguir estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600234

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.6. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.8. alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. remeter cópia deste acórdão ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 4/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/2/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0544-04/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 545/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 025.011/2017-0

2. Grupo I - Classe VI - Representação.

3. Representante: Delf Distribuidora de Medicamentos Eireli (CNPJ 05.922.826/0001-21).

4. Unidades: Hospital Militar de Área de Porto Alegre/RS e Ministério da Defesa (vinculador).

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul - Secex/RS.

8. Representação legal: Adriano da Silva Peixoto (CPF 655.800.870-04) e outros.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida a representação da Delf Distribuidora de Medicamentos Eireli acerca de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico para Registro de Preços 49/2016, promovido pelo Hospital Militar de Área de Porto Alegre/RS para aquisição de antissépticos e sabonetes líquidos.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e arts. 1º, inciso XXIV, 169, inciso V e § 1º, 235, 237, inciso VII e parágrafo único, 250, inciso I, e 276, § 6º, do Regimento Interno deste Tribunal, em:

9.1. conhecer da representação e considerá-la improcedente;

9.2. indeferir o pedido de concessão de medida cautelar;

9.3. alertar ao Ministério da Defesa e ao Hospital Militar de Área de Porto Alegre/RS de que dados relativos a licitações realizadas e contratos celebrados por aquela unidade médica devem estar sempre disponíveis em meio eletrônico, a fim de não haver prejuízo a eventual exame por este Tribunal e por outros órgãos de controle;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Ministério da Defesa, ao Hospital Militar de Área de Porto Alegre/RS, à Medcare Produtos e Equipamentos Médico-Hospitalares Ltda. e à Delf Distribuidora de Medicamentos Eireli;

9.5. arquivar estes autos.

10. Ata n° 4/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/2/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0545-04/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 546/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 033.044/2014-7

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Antônio Marcos Mahmud Nedir (CPF 405.693.906-30) e Sebastião Coelho de Oliveira (CPF 549.333.586-72).

4. Unidades: município de Novo Cruzeiro/MG e Fundação Nacional de Saúde - Funasa.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais - Secex/MG.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa contra Antônio Marcos Mahmud Nedir, ex-prefeito de Novo Cruzeiro/MG, em razão do não cumprimento dos objetivos do convênio 995/2001.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 201, § 3º, e 212 do Regimento Interno, em:

9.1. determinar o arquivamento desta tomada de contas especial, sem julgamento do mérito, ante a ausência de pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo;

9.2. enviar cópia desta deliberação à Fundação Nacional de Saúde, cientificando-a de que a ausência de identificação das causas da interrupção do funcionamento do sistema de abastecimento concebido para o convênio, associada à não evidenciação do liame entre a situação que deu origem ao dano e a conduta ilegal do respectivo responsável, impediu a apreciação conclusiva da presente tomada de contas especial.

10. Ata n° 4/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/2/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0546-04/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 547/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 046.082/2012-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Prestação de Contas).

3. Recorrentes: José Zortéa (008.020.340-04); Paulo Gilberto Fernandes Tigre (001.477.290-68); Heitor José Müller (019.919.570-68).

4. Órgão/Entidade: Departamento Regional do Senai no Estado do Rio Grande do Sul - Senai-RS.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (Secex-RS).

8. Representação legal:

8.1. Lindomar dos Santos (23.829/OAB-RS), Patrícia Cardoso Rosa (53.619/OAB-RS), Loiva Pacheco Duarte (37.741/OAB-RS), Sonia Terezinha Sanguiné (16.358/OAB-RS), Leonardo Rodrigo Silva Tinoco (55.521/OAB-RS), Patricia Manica Ortiz (58.370/OAB-RS), Patricia Rocha (57.474/OAB-RS), Sérgio Luís Rodrigues Couto (71.410/OAB-RS), Daniele Jardim Vasconcellos (75.114/OAB-RS), representando Departamento Regional do Senai no Estado do Rio Grande do Sul.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recursos de Reconsideração interpostos por José Zortéa, Paulo Gilberto Fernandes Tigre e Heitor José Müller contra o Acórdão 3.895/2014-TCU-2ª Câmara, que julgou irregulares suas contas referentes ao exercício de 2011 e aplicou-lhes multa individual;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992 e no art. 285 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer dos Recursos de Reconsideração para, no mérito, dar-lhes provimento parcial, de modo a:

9.1.1. julgar regulares, com ressalvas, as contas de José Zortéa, Paulo Gilberto Fernandes Tigre e Heitor José Müller e, por conseguinte, declarar a insubsistência dos itens 9.1, 9.3 e 9.4 do Acórdão 3.895/2014-TCU-2ª Câmara;

9.1.2. tornar sem efeito a determinação contida no item 9.5.2 do Acórdão 3.895/2014-TCU-2ª Câmara;

9.2. dar conhecimento desta deliberação aos recorrentes, ao Departamento Regional do Senai no Estado do Rio Grande do Sul - Senai-RS e ao Instituto Euvaldo Lodi (IEL).

10. Ata n° 4/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/2/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0547-04/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 548/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 003.048/2017-9

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Trabalho e Emprego.

3.2. Responsáveis: Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNPJ 00.898.019/0001-05) e Eduardo Ferreira de Oliveira (CPF 118.819.258-20).

4. Órgão/Entidade: Congresso Nacional Afro-Brasileiro (00.898.019/0001-05).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo.

8. Representação legal: José Carlos da Silva Brito (OAB/SP 123.044-A) e Paulo Leonardo Oliveira Farias (OAB/SP 370.590).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/TEM), em razão da não comprovação da boa e regular execução do Convênio Sert/Sine 206/2004, celebrado com o Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNAB), com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, repassados por meio do Convênio TEM/SPPE/Codefat 48/2004-Sert/SP;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. nos termos do art. 212, do Regimento Interno do TCU, arquivar o presente processo, sem julgamento de mérito, ante a ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular, relativamente aos Srs. Francisco Prado de Oliveira Ribeiro (CPF 017.692.008-00) e Carmelo Zitto Neto (CPF 620.467.488-91), e ao responsável falecido Eduardo Ferreira de Oliveira (CPF 118.819.258-20);

9.2. julgar irregulares as contas do Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNPJ 00.898.019/0001-05), nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 2º, e 19, caput, 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, do Regimento Interno/TCU, condenando-o ao pagamento das quantias especificadas a seguir, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir das respectivas datas até o dia da efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento do débito aos cofres do Fundo de Amparo ao Trabalhador, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, na forma da legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
29.812,00	4/2/2005
119.248,00	7/3/2005

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992;

9.4. autorizar o pagamento parcelado da dívida, se solicitado, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, fixando o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação do acórdão, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada parcela os respectivos encargos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. alertar a entidade de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.6. remeter cópia do presente acórdão à Procuradoria Regional da República no Estado de São Paulo, para as providências cabíveis, nos termos do § 7º, in fine, do art. 209 do Regimento Interno/TCU;

9.7. dar ciência da presente deliberação à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e à Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600235

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10. Ata n° 4/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/2/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0548-04/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 549/2018 - TCU - 2ª Câmara.

1. Processo TC 004.020/2016-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16).

3.2. Responsáveis: Inácio Roberto de Lira Campos (686.893.574-91); Município de Cacimba de Areia - PB (08.874.984/0001-41).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cacimba de Areia - PB.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial (TCE) foi instaurada pela Fundação Nacional de Saúde/Ministério da Saúde (Funasa/MS), em desfavor do Município de Cacimba de Areia/PB e do Sr. Inácio Roberto de Lira Campos, ex-Prefeito Municipal, em razão da inexecução parcial e da omissão na prestação de contas do Convênio 1664/2007, cujo objeto era execução de Sistema de Esgotamento Sanitário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "a" e "c"; 19; 23, inciso III; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 209, 210 e 214, inciso III, alínea "a"; e 267 do Regimento Interno do Tribunal, em:

9.1. considerar revéis o Município de Cacimba de Areia/PB e o Sr. Inácio Roberto de Lira Campos;

9.2. excluir a responsabilidade do Município de Cacimba de Areia/PB;

9.3. julgar irregulares as contas do Sr. Inácio Roberto de Lira Campos, condenando-o ao pagamento da importância abaixo especificada, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno), o recolhimento da referida quantia aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a contar das datas indicadas até o dia do efetivo recolhimento do débito, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DÉBITO/CRÉDITO	DATA DA OCORRÊNCIA
300.000,00	D	23/10/2009
300.000,00	D	7/12/2010
450.000,00	D	30/4/2012

9.4. aplicar ao Sr. Inácio Roberto de Lira Campos a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a contar da data deste Acórdão até o dia o efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo ora fixado, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:

9.5.1. o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado pela responsável, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5.2. a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Paraíba, para ajuizamento das ações que entender cabíveis;

9.7. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 4/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/2/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0549-04/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 550/2018 - TCU - 2ª Câmara.

1. Processo TC 008.657/2016-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16).

3.2. Responsáveis: Equilibrium Construções e Serviços Ltda - EPP (09.502.686/0001-93); João Bosco Cavalcante (030.305.564-25).

4. Órgão/Entidade: Município de Serra Grande - PB.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada contra João Bosco Cavalcante, ex-prefeito municipal de Serra Grande/PB (gestão 2005-2012), em razão da inexecução parcial do objeto do Termo de Compromisso/PAC 1368/2008 firmado com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) com propósito de executar melhorias habitacionais para controle da doença de chagas na municipalidade;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alínea "c"; 19; 23, inciso III; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 209, 210 e 214, inciso III, alínea "a"; e 267 do Regimento Interno do Tribunal, em:

9.1. Considerar revéis os responsáveis, Sr. João Bosco Cavalcante e a empresa Equilibrium Construções e Serviços Ltda., nos termos do § 3º do art. 12 da Lei 8.443/1992;

9.2. excluir da relação processual a empresa Equilibrium Construções e Serviços Ltda.;

9.3. julgar irregulares as contas do Sr. João Bosco Cavalcante, condenando-o ao pagamento da importância abaixo especificada, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno), o recolhimento da referida quantia aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a contar das datas indicadas até o dia do efetivo recolhimento do débito, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor (R$)
15/4/2010	138.396,00
8/9/2010	57.000,00

9.4. aplicar ao Sr. João Bosco Cavalcante a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a contar da data deste Acórdão até o dia o efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo ora fixado, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:

9.5.1. o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado pela responsável, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5.2. a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Paraíba, para ajuizamento das ações que entender cabíveis;

9.7. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 4/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/2/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0550-04/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 551/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 011.681/2015-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Antônio Dinoá Cabral (CPF 008.418.034-04) e CM Construções Miranda Ltda. (CNPJ 04.780.933/0001-08).

4. Órgãos/Entidades: Município de Natuba-PB e Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Tomada de Contas Especial (TCE), ora em fase de análise quanto à ocorrência de possível erro material relativamente às datas a partir das quais deverão incidir atualização monetária e juros de mora sobre o valor original do débito constituído pelo Acórdão 2.505/2013-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar não configurado o erro material suscitado pela Secex-CE às peças 32 e 33 destes autos;

9.2. com fundamento no Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência do TCU, retificar, de ofício, inexatidão material observada no Acórdão 2.505/2013-TCU-2ª Câmara, mais precisamente nos itens 7 e 14 do voto que fundamenta a aludida deliberação, de maneira que, nos respectivos itens, onde se lê "Serur", leia-se "Secex-CE";

9.3. restituir os autos à mencionada unidade técnica regional para que dê continuidade às providências que lhe competem.

10. Ata n° 4/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/2/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0551-04/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 552/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 016.997/2015-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Eduardo José Torreão Mota (CPF 160.296.154-91) e Luiz José Mamede de Lima (CPF 436.757.434-20).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600236

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4. Órgãos/Entidades: Município de Serra Branca-PB e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo deste Tribunal no Estado do Amazonas (Secex-AM).

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em desfavor do Prefeito do Município de Serra Branca-PB na gestão de 2005 a 2008, Sr. Luiz José Mamede de Lima, e de seu sucessor, Sr. Eduardo José Torreão da Mota, em decorrência da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos públicos federais repassados àquela edilidade no âmbito do Convênio 844054/2007 e do Programa Brasil Alfabetizado, exercício 2008;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. Luiz José Mamede de Lima, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443, de 16/7/1992;

9.2. excluir da presente relação processual o Sr. Eduardo José Torreão da Mota;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei Orgânica deste Tribunal, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno-TCU, julgar irregulares as contas do Sr. Luiz José Mamede de Lima, condenando-o ao pagamento das importâncias especificadas no quadro abaixo, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora desde as respectivas datas até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste Acórdão, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento dessas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno-TCU:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
39.914,90	7/7/2008
18.000,00	25/11/2008

9.4. aplicar ao Sr. Luiz José Mamede de Lima a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno desta Corte, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno-TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:

9.5.1. o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado pelo responsável, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5.2. a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, e do art. 209, § 7º, do Regimento Interno-TCU, encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 4/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/2/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0552-04/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 553/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 021.798/2008-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.

3. Interessadas: Hanna Louise Luna Rodrigues de Sá (CPF 901.710.982-34) e Luísa Arantes Bahia (CPF 447.638.756-04).

4. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: Carlos Bruno Gomes Lima (OAB/AM 7.904), Iza Amélia de Castro Albuquerque (OAB/AM 3.814), Izabel Albuquerque Signorini (OAB/AM 7.558) e Márcia Regina Castro Albuquerque (OAB/AM 8.769), representando Hanna Louise Luna Rodrigues de Sá (procurações e termo de renúncia às peças 17, 39, 48, 71 e 101).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Pensões Civis instituídas por ex-servidoras da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região-DF, Jenny dos Santos Luna e Lecy Lima e Arantes, em favor de Hanna Louise Luna Rodrigues de Sá e Luísa Arantes Bahia, respectivamente, ambas na condição de menor sob guarda;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16/7/1992, e com o art. 262 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegais as Pensões Civis instituídas por Jenny dos Santos Luna (CPF 011.398.512-68) e Lecy Lima e Arantes (CPF 280.768.506-49) em favor de Hanna Louise Luna Rodrigues de Sá (CPF 901.710.982-34) e Luísa Arantes Bahia (CPF 447.638.756-04), negando-se registro aos respectivos atos, identificados no Sistema de Apreciação e Registro de Atos e Admissão e Concessões (Sisac) pelos números 2-078181-4-05-2006-000020-0 e 2-078181-4-05-2007-000021-1, respectivamente, eis que contemplam ilicitude consubstanciada na inexistência de dependência econômica dessas duas interessadas relativamente às instituidoras dos benefícios pensionais;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelas interessadas, consoante disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região-DF que:

9.3.1. no prazo 15 (quinze) dias contado a partir da ciência desta deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos relativos aos atos ora apreciados pela ilegalidade, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. comunique as interessadas sobre o teor desta decisão, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não as eximirá da obrigação de devolver os valores percebidos indevidamente após a notificação do presente acórdão, caso os recursos não sejam providos;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que as interessadas tomaram ciência deste decisum.

10. Ata n° 4/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/2/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0553-04/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 554/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 025.115/2009-2.

1.1. Apenso: TC 008.819/2010-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial).

3. Recorrentes: Domingos Juvenil Nunes de Sousa (010.836.512-34); Multisul Engenharia Ltda. (02.577.145/0001-85).

4. Órgão/Entidade: Município de Altamira - PA.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).

8. Representação legal:

8.1. Walter Costa Porto (6.098/OAB-DF), Adale Luciane Telles de Freitas (18.453/OAB-DF), Antônio Perilo Teixeira Netto (21.359/OAB-DF), Gabriella Dellacasa Stuckert (39.693/OAB-DF) e Jéssica de Oliveira Amaral (48.386/OAB-DF), conforme procurações às peças 50, 79, 94 e 103; Ivone Souza Lima (OAB/PA 9.524), conforme procuração à peça 39.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recursos de Reconsideração interpostos por Domingos Juvenil Nunes de Souza, ex-prefeito do Município de Altamira-PA (2001/2004), e pela empresa Multisul Engenharia Ltda. contra o Acórdão 4.312/2014-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992:

9.1. conhecer dos recursos e, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar conhecimento desta deliberação aos recorrentes e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Pará.

10. Ata n° 4/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/2/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0554-04/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 555/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 000.306/2015-0.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Eliésio Cavalcante de Lima (CPF 662.267.592-91).

4. Entidade: Município de Uiramutã - RR.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (Secex-RR).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (Caixa) em desfavor do Sr. Eliésio Cavalcante de Lima, ex-prefeito de Uiramutã - RR (gestões: 2009-2012 e 2013-2016), diante do não cumprimento dos objetivos do Contrato de Repasse 201.287-04/2006 (Siafi 581293) destinado à recuperação das estradas vicinais (Warapá e Santa Luzia) com os recursos provenientes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) sob o valor de R$ 487.500,00, tendo a vigência do ajuste sido estipulada para o período de 28/12/2006 a 26/6/2016;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões apresentadas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Eliésio Cavalcante de Lima, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443, de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas dos Sr. Eliésio Cavalcante de Lima, com fundamento nos arts. 1º inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e 19, caput, da Lei 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados desde as datas indicadas até a data da efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU - RITCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor:

Valor Original (em R$)	Data da Ocorrência
5.033,15	3/9/2010
34.152,51	22/11/2011
46.397,25	21/8/2012

9.3. aplicar ao Sr. Eliésio Cavalcante de Lima a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendidas as notificações; e

9.6. enviar a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado de Roraima, com fulcro no art. 16, § 3º, da Lei 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações penais e civis cabíveis.

10. Ata n° 4/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/2/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0555-04/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 556/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.340/2015-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Município de Camaragibe - PE (CNPJ 08.260.663/0001-57); Ricarda Samara da Silva Bezerra (CPF 326.403.663-00).

4. Entidade: Município de Camaragibe - PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) contra Ricarda Samara da Silva Bezerra, ex-secretária de Saúde do município de Camaragibe/PE, em razão de irregularidades na aplicação de recursos repassados em 2011 para o Fundo Municipal de Saúde (FMS).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, regulares com ressalva as contas do Município de Camaragibe/PE, dando-se-lhe quitação;

9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Ricarda Samara da Silva Bezerra;

9.3. aplicar à Sra. Ricarda Samara da Silva Bezerra a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo à responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais; e

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida constante deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendida a notificação.

10. Ata n° 4/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/2/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0556-04/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 557/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.233/2015-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: III - Monitoramento

3. Responsáveis: Alysson Rogers Soares Macedo (CPF: 613.998.503-00); Carlos Mario Guedes de Guedes (CPF: 606.955.950-91); Diego Reis de Melo (CPF: 056.417.317-73); Rafael Torgone Vicente da Silva (CPF: 649.469.161-72); Roberto Francisco Gomes (CPF: 194.838.486-87); Rondinele Nascimento Querino (CPF: 950.894.895-72); Sidney Evandro Amaral Araújo (CPF: 021.259.574-18); Sérgio Roberto Lopes (CPF: 523.873.569-34).

4. Entidade/Órgão: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (Secex/MT).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento determinado pelo Acórdão 951/2015-TCU-2ª Câmara em face do cumprimento apenas parcial dos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 11.914/2011-TCU-2ª Câmara por parte do Instituto Nacional de Colonização Agrária (Incra) e da Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Serfal) do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com a determinação, ainda, para que adotassem as providências para localizar e revisar os processos de regularização fundiária ainda não revisados, diante de irregularidades na concessão de títulos de domínio durante a gestão do Sr. Leonel Wohlfahrt, como então Superintendente Regional do Incra/MT (SR-13) no período de 2003 a 2007, com base em valores bastante inferiores ao preço de mercado dos imóveis, desconsiderando os parâmetros fixados pela própria superintendência regional;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar em cumprimento as medidas veiculadas pelos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 11.914/2011-TCU-2ª Câmara para que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e a então Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal promovam a apuração de irregularidades nos processos de regularização fundiária emitidos durante a gestão do Sr. Leonel Wohlfahrt, como então superintendente no período de 2003 a 2007;

9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis, em virtude da ausência de vínculo entre as atividades realizadas no bojo do correspondente grupo de trabalho instituído pela Portaria Conjunta Incra/Serfal 12, de 2012, e as omissões perpetradas no âmbito da TCE 75.201/2014, para excluir a responsabilidade, neste processo, dos seguintes gestores públicos:

Item	Beneficiário	Item	Beneficiário
1	Aparecida Gaglio Ribeiro	19	Marieli Scalabrin
2	Benedito Antônio Pinto de França	20	Nélson Véber Brandani
3	Carlos Alberto Burttet	21	Paulo Cézar Marcon
4	Carlos Trevisan	22	Rene Francisco Funghetto
5	César Augusto Burttet	23	Rudimar José Marcon
6	Edimo Citadella	24	Sandra Maria Zanchet
7	Eduardo Nabarrete Filho	25	Sérgio da Silva
8	Eduardo Wronski	26	Tatiana Trevisan
9	Eloi Dalben	27	Valério Bernardes Saenger
10	Flávio Airton Mileto Gindri	28	Vera Lúcia Bohrer
11	Frederico Wagner F. Tannurefi Filho	29	Waldemir Benedito Ribeiro
12	Gentil Euzébio Bortoluzzi	30	Waldir da Silva
13	Idalmo Nunes	31	Wanderley Comis Ancinello
14	Jairo Oliveira Saenger	32	Dino Luiz Bortoluzzi
15	Jorge Luís Burttet	33	Arão José da Silva
16	José Carlos Cláudio	34	Arnaldo Scherner
17	Liddy Zimmermann Burttet	35	Eroni Geraldo Carlott
18	Luiz Jairton Mileto Gindri		

9.3. rejeitar as razões de justificativa para, assim, aplicar em desfavor dos responsáveis elencados no quadro abaixo, individualmente, a multa prevista no art. 58, IV, da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 268, VII, do RITCU, sob o valor de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), em face do descumprimento aos Acórdãos 11.914/2011, 3.333/2013 e 951/2015, da 2ª Câmara do TCU, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze dias), a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor:

Responsável	CPF	Cargo/função
Carlos Mário Guedes de Guedes	606.955.950-91	Presidente do Incra
Sérgio Roberto Lopes	523.873.569-34	Secretário da Serfal
Alysson Rogers Soares Macedo	613.998.503-00	membros dos grupos de trabalho instituídos pelas Portarias Conjuntas Incra/Serfal 12/2012 e 2/2014.
Diego Reis Melo	056.417.317-73	

9.4. determinar que o Instituto Nacional de Reforma Agrária - Incra promova o desconto em folha de pagamento das dívidas constantes do item 9.3 deste Acórdão em desfavor dos Srs. Carlos Mário Guedes de Guedes e Diego Reis Melo, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei 8.443, de 1992;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.7. determinar, nos termos do art. 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 250, II, do RITCU, que a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário junto à Casa Civil da Presidência da República adote as seguintes medidas:

9.7.1. promova o cumprimento das recomendações suscitadas no relatório do grupo de trabalho constituído pela Portaria Conjunta Incra/Serfal 1/2016, com a observância das ressalvas apontadas no parecer da Secex/MT à Peça 147, sob pena de violação ao art. 189 da Constituição de 1988 e à então vigente Norma de Execução Incra 29, de 2002 além das cláusulas resolutivas registradas no verso dos próprios títulos de domínio, ficando os responsáveis sujeitos, assim, à responsabilização perante o TCU;

9.7.2. promova a notificação dos 35 (trinta e cinco) responsáveis abaixo indicados para que apresentem as suas alegações e justificativas sobre as irregularidades apontadas no relatório do grupo de trabalho constituído pela Portaria Conjunta Incra/Serfal 1/2016, sem prejuízo de, diante da rejeição dessas justificativas, promover o subsequente cancelamento dos títulos de domínio e o envio dos processos à Procuradoria da União no Estado de Mato Grosso para o ajuizamento da correspondente ação reivindicatória:

Responsável	CPF	Cargo/função
Rafael Torgone Vicente da Silva	649.469.161-72	membros do grupo de trabalho instituídos pela Portaria Conjunta Incra/Serfal 12/2012.
Roberto Francisco Gomes	194.838.486-87	
Rondinele Nascimento Querino	950.894.895-72	
Sidney Evandro Amaral Araújo	021.259.574-18	

9.7.3. apure os reais valores devidos pelos 29 (vinte e nove) responsáveis abaixo indicados e, em seguida, notifique-os para que promovam a renegociação das correspondentes dívidas, sem prejuízo de, diante da rejeição dessas justificativas, promover o subsequente cancelamento dos títulos de domínio e o envio dos processos à Procuradoria da União no Estado de Mato Grosso para o ajuizamento da correspondente ação reivindicatória:

Item	Beneficiário	Item	Beneficiário
1	Agnaldo Sandim de Melo	16	Lucimar Oliveira
2	Aldenaldo Alves de Souza	17	Maria de Lourdes de Cerqueira
3	Ângela Consuelo de Almeida Bedin	18	Maria Lúcia Ferreira de Oliveira
4	Arlindo José Pughalle	19	Matilde Garcia de Castro
5	Assis Zanela	20	Neide Fátima M. de Arruda Correa
6	Darcy Cesário Pretto (Espólio)	21	Nilza Santana de Oliveira
7	Dometília da Costa Arruda	22	Olímpio Santana de Almeida
8	Elias Ferreira de Almeida	23	Pedro Pacheco de Siqueira
9	Espólio Armindo Leite de Pinho	24	Regiane Maria Sandim de M. Tonon
10	Espólio de Marçal D. de Figueiredo	25	Tirso Pedro Bortoluzzi
11	Espólio de Maria Herondina de Jesus	26	Vílson Luiz Bortoluzzi

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600238

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12	Espólio Domingos de Figueiredo	27	Wigberto de Rocha Santos
13	Glauco César Neves	28	Zuleica Cunha de Arruda
14	Helena Colombo Pereira	29	Pedro Vigolo
15	José Nilton de Figueiredo		

9.7.4. assegure a efetiva continuidade do processo de regularização para o Sr. Auti de Bona em favor dos sucessores legais, conforme previsto na legislação aplicável, tendo em vista a exploração atual do imóvel pelo seu herdeiro, debitando da eventual dívida os valores já pagos por meio do Contrato Particular de Compra e Venda em função do tempo para a liberação das cláusulas resolutivas já transcorrido até o falecimento do beneficiário original;

9.7.5. assegure a efetiva continuidade do processo de regularização para o Sr. Marco Aurélio Toledo Zuber, conforme previsto na legislação aplicável;

9.7.6. instaure o procedimento administrativo para apurar a exploração por apenas um agente, desde 2009, de imóveis rurais titulados em favor de vários beneficiários, a exemplo, especialmente, da Gleba Vale do Tartaruga no Município de Sorriso - MT, conforme o relatório do grupo de trabalho instituído pela Portaria Conjunta Incra/Serfal 1/2016;

9.7.7. informe o Ministério Público Federal sobre a ocupação e a exploração de aproximadamente 5.000 (cinco mil) hectares de terras da União na Gleba Vale do Tartaruga no Município de Sorriso - MT pelo uso de força armada, sem prejuízo de adotar as medidas judiciais cabíveis para a reintegração de posse desses imóveis;

9.8. determinar, nos termos do art. 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 250, II, do RITCU, que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária adote as seguintes medidas:

9.8.1. promova o cumprimento das recomendações suscitadas no relatório do grupo de trabalho constituído pela Portaria Conjunta Incra/Serfal 1/2016, com a observância das ressalvas apontadas no parecer da Secex/MT à Peça 147, sob pena de violação ao art. 189 da Constituição de 1988 e à então vigente Norma de Execução Incra 29, de 2002 além das cláusulas resolutivas registradas no verso dos próprios títulos de domínio, ficando os responsáveis sujeitos, assim, à responsabilização perante o TCU;

9.8.2. instaure o devido procedimento administrativo para apurar a exploração por apenas um agente, desde 2009, de imóveis rurais titulados a vários beneficiários, em especial na Gleba Vale do Tartaruga no município de Sorriso/MT, conforme o relatório do grupo de trabalho instituído pela Portaria Conjunta Incra/Serfal 1/2016;

9.8.3. instaure o devido procedimento administrativo para apurar a exploração por apenas um agente, desde 2009, de imóveis rurais titulados em favor de vários beneficiários, a exemplo, especialmente, da Gleba Vale do Tartaruga no Município de Sorriso - MT, conforme o relatório do grupo de trabalho instituído pela Portaria Conjunta Incra/Serfal 1/2016;

9.8.4. apure as possíveis irregularidades nos atos de liberação de cláusulas resolutivas antes do prazo decenal, pelos Srs. Leonel Wohlfahrt e João Bosco de Moraes, como então Superintendentes Regionais do Incra no Estado de Mato Grosso sem prejuízo de eventuais medidas adotadas por outras instituições;

9.9. determinar, nos termos do art. 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 250, II, do RITCU, que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário junto à Casa Civil da Presidência da República apresentem o respectivo plano de ação, ao TCU, para o cumprimento das determinações prolatadas pelos itens 9.6 e 9.7 deste Acórdão, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias contados da ciência desta deliberação, sem prejuízo de também apresentarem os resultados do cumprimento das correspondentes providências no âmbito dos subsequentes relatórios de gestão expedidos nas suas prestações de contas anuais para os exercícios de 2019, 2020 e 2021;

9.10. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, além do relatório do grupo de trabalho instituído pela Portaria Conjunta Incra/Serfal 1/2016, ao Ministério Público Federal, para ciência e adoção de eventuais providências no sentido de verificar a regularidade, ou não, da concessão de terras públicas da União na Gleba Vale do Tartaruga no Município de Sorriso - MT, entre outras localidades, como garantia a agentes financeiros nacionais e estrangeiros, configurando o enriquecimento ilícito por meio da exploração dos imóveis rurais citados no correspondente relatório técnico;

9.11. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, além do relatório do grupo de trabalho instituído pela Portaria Conjunta Incra/Serfal 1/2016, à Procuradoria da União no Estado de Mato Grosso para que adote as medidas judiciais cabíveis para a ação reivindicatória dos imóveis não desocupados voluntariamente pelos beneficiários após o cancelamento dos títulos de domínio; e

9.12. determinar que a unidade técnica promova o apensamento do presente processo de monitoramento ao TC 000.385/2014-0, após a quitação das dívidas ou a instauração das respectivas cobranças executivas, com fundamento no art. 169, V, do RITCU.

10. Ata n° 4/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/2/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0557-04/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 558/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.155/2016-0.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: José Severino Ramos de Souza (CPF 197.078.434-20).

4. Entidade: município de Gameleira - PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

8. Representação legal: Eduardo Antônio de Albuquerque Ferreira Lima Filho (OAB/PE 29.398), representando José Severino Ramos de Souza.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em desfavor do Sr. José Severino Ramos de Souza, ex-prefeito de Gameleira - PE (gestões: 2005-2008 e 2009-2012), diante da omissão no dever de prestar contas dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) ao aludido ente federado, no exercício de 2011, para aplicação nas ações do Piso Básico Fixo (PBF), do Piso Básico Variável II (PBV II), do Piso Fixo de Média Complexidade II (PFMC II), do Projovem Adolescente e do Piso Variável de Média Complexidade - PETI (PVMC - PETI);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. José Severino Ramos de Souza, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. José Severino Ramos de Souza, com fulcro nos arts. 1º, I, 16, III, alínea "a", 19 e 23, III, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, I, 209, I, 210 e 214, III, do Regimento Interno do TCU (RITCU), para condená-lo ao pagamento das quantias a seguir indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados desde as datas informadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), nos termos do art. 23, III, "a", da citada lei e do art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):

Data de Ocorrência	Valor (R$)
25/07/2011	7.223,25
03/08/2011	2.512,50
03/08/2011	2.512,50
08/08/2011	1.545,08
10/08/2011	44.500,00
15/08/2011	6.300,00
22/08/2011	6.909,00
08/09/2011	44.500,00
12/09/2011	1.545,08
13/09/2011	6.300,00
20/09/2011	8.165,25
07/10/2011	44.500,00
10/10/2011	1.256,25
11/10/2011	1.545,08
18/10/2011	4.500,00
18/10/2011	4.500,00
19/10/2011	6.300,00
20/10/2011	4.500,00
20/10/2011	8.165,25
11/11/2011	6.300,00
21/11/2011	44.500,00
22/11/2011	1.545,08
24/11/2011	8.165,25
13/12/2011	4.500,00
14/12/2011	1.545,08
14/12/2011	44.500,00
16/12/2011	4.500,00
16/12/2011	5.967,00
22/12/2011	6.300,00

9.3. aplicar ao Sr. José Severino Ramos de Souza a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.6. enviar a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 4/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/2/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0558-04/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600239

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 559/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.267/2016-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: José Rodrigues da Silva (CPF: 398.982.021-49); Valter Araújo Rodrigues (CPF: 067.426.531-91).

4. Entidade: Município de Aliança do Tocantins - TO.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex-TO).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social em desfavor de Valter Araújo Rodrigues e de José Rodrigues da Silva, como ex-prefeitos de Aliança do Tocantins - TO (gestões: 2005-2008 e 2009-2012/2013-2016, respectivamente), diante da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais transferidos, sob a modalidade fundo a fundo, no âmbito do Programa de Proteção Social Básica e do Programa de Proteção Social Especial (PSB/PSE) para o exercício de 2008;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Valter Araújo Rodrigues, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas de Valter Araújo Rodrigues e de José Rodrigues da Silva, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, "a" e "c", 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-los solidariamente ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados desde as datas discriminadas até o efetivo recolhimento do débito, abatendo-se, na oportunidade, os valores eventualmente já ressarcidos:

Data	Valor (R$)	Data	Valor (R$)
13/2/2008	1.743,90	2/7/2008	1.743,90
19/2/2008	3.100,00	3/7/2008	3.100,00
21/2/2008	1.880,00	5/8/2008	1.743,90
25/2/2008	3.100,00	6/8/2008	3.100,00
25/2/2008	20,00	8/8/2008	3.606,50
25/2/2008	1.860,00	15/8/2008	1.920,00
7/3/2008	3.606,50	2/9/2008	1.743,90
12/3/2008	3.100,00	4/9/2008	3.606,50
12/3/2008	1.743,90	4/9/2008	3.100,00
20/3/2008	1.880,00	10/9/2008	2.040,00
1/4/2008	3606,50	8/10/2008	3.100,00
15/04/2008	3.100,00	8/10/2008	1.743,90
15/4/2008	1.743,90	13/10/2008	2.020,00
22/4/2008	3.606,50	7/11/2008	1.743,90
9/5/2008	3.606,50	11/11/2008	3.100,00
12/5/2008	3.100,00	12/11/2008	1.900,00
12/5/2008	1.743,90	3/12/2008	3.606,50
9/6/2008	3.100,00	8/12/2008	1.743,90
11/6/2008	1.880,00	16/12/2008	3.100,00
11/6/2008	1.743,90	22/12/2008	2.500,00
13/6/2008	3.606,50	23/12/2008	3.606,50
1/7/2008	1.880,00	30/12/2008	3.606,50
2/7/2008	3.606,50	----	----
TOTAL			115.834,40

9.3. aplicar em desfavor de Valter Araújo Rodrigues e de José Rodrigues da Silva, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais; e

9.6. enviar a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Tocantins, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações penais e civis cabíveis.

10. Ata n° 4/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/2/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0559-04/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 560/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.552/2016-5.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Militar.

3. Interessado: Átila Toledo de Oliveira (CPF 599.200.846-20).

4. Órgão: 4ª Região Militar.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de reversão de pensão militar deferida pela 4ª Região Militar em favor de Átila Toledo de Oliveira;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição de 1988 e nos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de reversão de pensão militar em favor de Átila Toledo de Oliveira (à Peça 13 sob o nº de controle 10003436-08-2005-000243-2), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em sintonia com a Súmula nº 106 do TCU;

9.3. determinar que a 4ª Região Militar adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência deste Acórdão, os pagamentos decorrentes do ato indicado no item 9.1 deste Acórdão, alertando que a autoridade administrativa omissa está sujeita à responsabilidade solidária pelo eventual débito subsequente, nos termos do art. 262, caput e § 1º, do Regimento Interno do TCU (RITCU);

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta decisão ao interessado indicado no item 9.1 deste Acórdão, no prazo de 15 (quinze) contados da ciência desta deliberação, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, no caso de não provimento do aludido recurso;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste Acórdão, os comprovantes de que o interessado indicado no item 9.1 deste Acórdão tomou ciência da presente deliberação; e

9.4. arquivar o presente processo, sem prejuízo de determinar que a Sefip promova o monitoramento das determinações prolatadas pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, caso isso se mostre necessário.

10. Ata n° 4/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/2/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0560-04/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 561/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.143/2015-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Maria das Graças Carneiro da Cunha Pinto Lapa (CPF 055.484.034-00).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Tracunhaém - PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secex/PE.

8. Representação legal:

8.1. Williams Rodrigues Ferreira (11133/OAB-PE) e outros, representando Maria das Graças Carneiro da Cunha Pinto Lapa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI) em desfavor da Sra. Maria das Graças Carneiro da Cunha Pinto Lapa, como ex-prefeita de Tracunhaém - PE (gestões: 2001/2004 e 2009/2012), diante da não aprovação da prestação de contas referente ao Convênio 01.0042.00/2004 destinado à execução "do Projeto Educação Itinerante em Informática" sob o montante de R$ 208.602,64, com R$ 189.442,64 à conta do concedente e R$ 19.160,00 a título de contrapartida do convenente;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas da Sra. Maria das Graças Carneiro da Cunha Pinto Lapa, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, caput e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-la ao pagamento da importância de R$ 189.442,64 (cento e oitenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e sessenta e quatro centavos), atualizada monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados desde 6/7/2004 até a data da efetiva quitação, sem prejuízo de abater a quantia já restituída, em 1º/12/2009, no valor de R$ 9.955,31 (nove mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e trinta e um centavos), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional;

9.2. aplicar à Sra. Maria das Graças Carneiro da Cunha Pinto Lapa a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento da dívida constante deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo à responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial da dívida constante deste Acórdão, caso não atendidas as notificações; e

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do RITCU, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 4/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/2/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0561-04/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 562/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.649/2015-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: João Batista de Oliveira (CPF 391.688.401-87).

4. Entidade: Município de Fortaleza do Tabocão - TO.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (Secex/ES).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Coordenação-Geral de Convênios do Ministério do Turismo em desfavor do Sr. João Batista de Oliveira, ex-prefeito de Fortaleza do Tabocão - TO (gestão: 2009-2012), diante da total impugnação dos dispêndios inerentes ao Convênio 827/2009 destinado ao incentivo à "Expo Tabocão 2009", no período de 12 a 15/8/2009, tendo a vigência do ajuste sido fixada para o período de 11/8 a 15/10/2009, com a previsão do aporte de recursos federais na ordem de R$ 300.000,00 à conta do concedente, além de R$ 15.000,00 a título de contrapartida do convenente, perfazendo o total de R$ 315.000,00;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. João Batista de Oliveira, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. João Batista de Oliveira, com fundamento nos arts. 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento das quantias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados desde as datas indicadas até

o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei e do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):

Valor (R$)	Data
13.352,00	27/10/2009
33.948,00	27/10/2009
240.000,00	27/10/2009

9.3. aplicar ao Sr. João Batista de Oliveira a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4 . autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.6. enviar a cópia deste Acórdão, acompanhado do Voto que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Tocantins, nos termos do art. 16, § 3º da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do RITCU, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 4/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/2/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0562-04/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 563/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.976/2015-4.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Associação Brasileira Para Conservação de Aves - Proaves (CNPJ 36.750.552/0001-64); Jussara Macedo Flores (CPF 485.689.880-91).

4. Órgão: Ministério do Meio Ambiente (vinculador).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmbiental).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em desfavor da Sra. Jussara Macedo Flores e da Associação Brasileira para Conservação das Aves (Proaves), diante da parcial impugnação dos dispêndios inerentes ao Convênio nº 61/2003 (Siafi 488.697) celebrado, por intermédio do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), para "assegurar, a longo prazo, a conservação da Arara-Azul-de-Lear, integrando estratégias de pesquisa, fiscalização e educação, de forma a garantir o estabelecimento de uma população selvagem viável", tendo a vigência inicial do aludido ajuste sido estipulada para o período de 24/12/2003 a 30/11/2005 sob o valor total previsto de R$ 265.632,00;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis a Sra. Jussara Macedo Flores e a Associação Brasileira para Conservação das Aves, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas da Sra. Jussara Macedo Flores e da Associação Brasileira para Conservação das Aves, com fundamento nos arts. 16, III, alínea "c", e § 2º, alínea "b", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-las, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados desde as datas informadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância aos cofres do Fundo Nacional do Meio Ambiente, nos termos do art. 23, III, "a", da citada lei e do art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
45,02	27/4/2004
65.358,00	9/12/2004
15.938,00	6/12/2005

9.3. aplicar à Sra. Jussara Macedo Flores e à Associação Brasileira para Conservação das Aves, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo às responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.6. enviar a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamenta, à Procuradoria da República no Distrito Federal, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 4/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/2/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0563-04/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 564/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.085/2015-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério da Integração Nacional (vinculador) (03.353.358/0001-96)

3.2. Responsável: José Carlos de Sousa Rêgo (601.863.644-15)

3.3. Recorrente: José Carlos de Sousa Rêgo (601.863.644-15).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Queimadas - PB.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

8. Representação legal: José Murilo Freire Duarte Júnior (OAB/PB 15.713).

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração em tomada de contas especial interposto por José Carlos de Sousa Rêgo contra o Acórdão 6.240/2016-TCU-2a Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração, uma vez presentes os requisitos previstos nos arts. 32, I, e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;

9.2. alterar o item 9.1 do Acórdão nº 6.240/2016-TCU-2ª Câmara, que passará a ter a seguinte redação:

"9.1. julgar, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso II, e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c art. 214, inciso II, do Regimento Interno, regulares com ressalvas as contas do Sr. José Carlos de Sousa Rêgo;"

9.3. tornar insubsistentes os itens 9.2, 9.3 e 9.4 do Acórdão nº 6.240/2019-TCU-2ª Câmara;

9.4. Determinar a Secex/PB que envie cópia integral deste processo ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, para examinar a eventual ocorrência de aplicação de recursos próprios em sobreposição aos recursos federais liberados por intermédio do Termo de Compromisso nº 117/2011, firmado entre o Ministério da Integração e o município de Queimadas-PB, representado a este Tribunal se for o caso;

9.5. dar ciência deste Acórdão ao Ministério da Integração Nacional, ao responsável e ao Ministério Público Federal.

10. Ata n° 4/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/2/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0564-04/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 565/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.329/2015-1

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (02.961.362/0001-74).

3.2. Responsáveis: Claudia Gomes de Melo (478.061.091-53); Cleone Luiz Gomes (387.346.131-53); LBS Transportes e Eventos Ltda. ME (09.431.348/0001-08) e Premium Avança Brasil (07.435.422/0001-39).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Goiás.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex-GO).

8. Representação legal:

8.1. Fábio Santos Martins (21.828/OAB-GO) e outros, representando Lbs Transportes e Eventos Ltda. Me.

8.2. Wender Romes Teixeira (26.228/OAB-GO) e outros, representando Cleone Luiz Gomes e LBS Transportes e Eventos Ltda. Me;

8.3. Huilder Magno de Souza (18444/OAB-DF) e outros, representando Claudia Gomes de Melo e Premium Avança Brasil.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo, em desfavor da entidade Premium Avança Brasil e da Sra. Cláudia Gomes de Melo, na condição de presidente dessa entidade, em razão de irregularidades afetas ao Convênio 188/2009 (SICONV 703280),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as alegações de defesa apresentadas pela empresa LBS Transportes e Eventos Ltda - ME e Cleone Luiz Gomes;

9.2. julgar irregulares, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, as contas dos responsáveis Premium Avança Brasil e Cláudia Gomes de Melo, condenando-os, solidariamente, ao pagamento da importância de R$ 100.000,00 (cem mil reais), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculada a partir de 22/5/2009, até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento do débito ao Tesouro Nacional;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600241

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.3. aplicar aos responsáveis a seguir identificados, a multa prevista nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, nos valores especificados, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das respectivas quantias ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente entre a data do presente acórdão e a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

9.3.1. Premium Avança Brasil, R$ 20.000,00 (vinte mil reais);

9.3.2. Cláudia Gomes de Melo, R$ 20.000,00 (vinte mil reais);

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde já, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RI/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. remeter cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Goiás, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para ajuizamento das ações judiciais que entender cabíveis;

9.7. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Ministério do Turismo.

10. Ata n° 4/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/2/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0565-04/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 566/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.750/2011-3.

1.1. Apensos: 014.045/2010-9; 028.086/2014-7

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (em Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Clara Raíssa de França Rocha e Lopes (500.709.324-68).

3.2. Responsáveis: Adriana Lea de Araujo Macedo (456.009.535-34); Angela Maria de Souza (514.080.825-00); Chelminsky Consultoria em Informática Ltda. (04.832.908/0001-12); Estrela Marinha Informática Ltda. (03.928.362/0001-35); Fluxotech - Fluxo e Tecnologia Ltda. (05.135.932/0001-65); João Alves do Nascimento (154.776.145-87); Lindemberg Oliveira de Araujo (000.397.635-10); Marcus Dratovsky (328.821.065-72); Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli (059.857.811-00); Mônica Sampaio de Carvalho (662.546.205-53); Rogério Carvalho Santos (411.687.205-91); Rogério Nascimento Lopes (378.538.134-49); e Sergipe Parque Tecnológico - Sergipe Tec (06.938.508/0001-11)

3.3. Recorrentes: Sergipe Parque Tecnológico - Sergipe Tec (06.938.508/0001-11); Fluxotech - Fluxo e Tecnologia Ltda. (05.135.932/0001-65); Estrela Marinha Informática Ltda. (03.928.362/0001-35); e Clara Raíssa de França Rocha e Lopes (500.709.324-68).

4. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e Secretaria de Estado de Saúde de Sergipe (SES).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR).

8. Representação legal: Benedito Tadeu Ferreira da Silva (82735/OAB-SP) e outros, representando Estrela Marinha Informática Ltda; Renatha Guilherme Carvalho Rocha (4669/OAB-SE), representando Clara Raíssa de França Rocha e Lopes; Ludwig Oliveira Junior (5750/OAB-SE), representando Fluxotech - Fluxo e Tecnologia Ltda; Ailton Alves Nunes Júnior (3475/OAB-SE), representando Rogério Carvalho Santos; Paulo José Soares (58-B/OAB-SE), representando Marcus Dratovsky e Angela Maria de Souza; Eduardo José Capua de Alvarenga (70.821/OAB-SP), representando Chelminsky Consultoria Em Informática Ltda..

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes recursos de reconsideração interpostos por Sergipe Parque Tecnológico - Sergipetec, Fluxotech - Fluxo e Tecnologia Ltda., Estrela Marinha Informática Ltda. e Clara Raiìssa de França Rocha e Lopes contra o Acórdão 6.671/2015-TCU-2ª Câmara, por meio do qual este Tribunal julgou irregulares as contas de Rogério Nascimento Lopes (falecido), condenou o seu espólio em débito solidário com os recorrentes e outros responsáveis e aplicou aos recorrentes a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração e negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e à Procuradoria da República no Estado de Sergipe.

10. Ata n° 4/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/2/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0566-04/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 567/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.061/2014-0.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração.

3. Órgão: Ministério do Turismo - MTur.

4. Recorrente: Mauricio de Araujo Mattos (CPF 056.278.267-20).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: Gabriel Costa Pinheiro Chagas (OAB/SP 305.149) e Julio de Souza Comparini (OAB/SP 297.284).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia, nesta fase processual, Recurso de Reconsideração interposto contra o Acórdão nº 8.742/2016 -TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 32, parágrafo único, da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 285, § 2º, do Regimento Interno do TCU, conhecer do presente recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se na íntegra o acórdão recorrido;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e aos demais órgãos e interessados cientificados do acórdão recorrido, bem como à Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro, em resposta ao Ofício 3396/2017-IPL 0452/2012-11 SR/PF/RJ-DELECOR, de 7/4/2017.

10. Ata n° 4/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/2/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0567-04/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 568/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.196/2015-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (02.961.362/0001-74).

3.2. Responsáveis: Lourenço Pereira Filho (449.005.461-00) e Prefeitura Municipal de Uruaçu/GO (01.219.807/0001-82).

4. Órgão/Entidade: Município de Uruaçu/GO.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor do Sr. Lourenço Pereira Filho, ex-prefeito de Uruaçu/GO, em razão de prejuízo ao erário oriundo de irregularidade na execução financeira dos recursos repassados ao município por força do Convênio 1.780/2009, que teve por objeto incentivar o turismo, por meio do apoio à realização do Projeto intitulado "Realização do Réveillon 2009/2010 de Uruaçu/GO".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, em:

9.1. excluir da relação processual o Município de Uruaçu/GO, tendo em vista a ausência, nos autos deste processo, de evidências inequívocas de seu beneficiamento dos recursos federais transferidos;

9.2. considerar revel, para todos os efeitos, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, o Sr. Lourenço Pereira Filho, ex-Prefeito Municipal de Uruaçu/GO (Gestão 2009-2012), dando-se prosseguimento ao processo;

9.3. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 202, § 6º, 209, inciso III, 210, caput, e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, as contas do responsável, Sr. Lourenço Pereira Filho, ex-Prefeito Municipal de Uruaçu/GO (Gestão 2009-2012), e condená-lo ao pagamento da quantia de R$ 100.000,00 (cem mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir de 13/04/2010, até a data do recolhimento, abatendo-se na oportunidade as quantias eventualmente ressarcidas, na forma prevista na legislação em vigor:

9.4. aplicar ao Sr. Lourenço Pereira Filho a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida ao cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Goiás/GO, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

10. Ata n° 4/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/2/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0568-04/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 569/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.515/2014-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

3.2. Responsáveis: Ezaú Gomes da Silva (037.723.574-15); Prefeitura Municipal de Terezinha - PE (11.286.366/0001-95)

3.3. Recorrente: Ezaú Gomes da Silva (037.723.574-15).

4. Unidade jurisdicionada: Município de Terezinha/PE.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação Legal: Bruno Siqueira França, OAB/PE 15.148.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Ezaú Gomes da Silva, em face do Acórdão 10.045/2015-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/1992, conhecer do presente recurso de reconsideração, para, no mérito, dar-lhe provimento;

9.2. reconhecer a prescrição da multa aplicada ao Sr. Ezaú Gomes da Silva de maneira a suprimi-la;

9.3. tornar insubsistente o Acórdão 10.045/2015-TCU-2ª Câmara;

9.4. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17; e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU, julgar regulares as contas do Município de Terezinha/PE e do Sr. Ezaú Gomes da Silva, dando-lhes quitação plena;

9.5. dar ciência desta deliberação ao recorrente, ao Município de Terezinha/PE, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco e ao Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS;

9.6. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 4/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/2/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0569-04/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Aroldo Cedraz, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Ministro Augusto Nardes.

ENCERRAMENTO

Às 10 horas e 26 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

(Assinado eletronicamente)
ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária das Câmaras

Aprovada em 21 de fevereiro de 2018.

(Assinado eletronicamente)
JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600242

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA
SECRETARIA DAS SESSÕES

EXTRATO DE PAUTA
Sessão Ordinária de Plenário, de 28/02/2018, às 14h30

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

003.251/2018-7
Natureza: Representação
Representante: General Goods Ltda. - ME
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
Representação legal: não há

028.078/2014-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Goiás
Responsáveis: Claudia Gomes de Melo; Conhecer Consultoria e Marketing Ltda - Me; Luiz Henrique Peixoto de Almeida; Premium Avança Brasil
Representação legal: Huilder Magno de Souza (OAB/DF 18444) e outros, representando Claudia Gomes de Melo e Premium Avança Brasil

350.461/1995-3
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Joaci Neres dos Santos
Responsáveis: Antonio Americo Machado Bacellar; Carlos Magno Duque Bacelar Sobrinho; Joaci Neres dos Santos
Representação legal: não há.

Ministro BENJAMIN ZYMLER

000.374/2018-0
Natureza: Representação
Representante: Prefeitura Municipal de Bonfim do Piauí/PI
Representação legal: Uanderson Ferreira da Silva (OAB/PI 5.456) e outros

003.332/2018-7
Natureza: Representação
Representante: Luxor Comércio e Serviços de Equipamento de Escritório Ltda. - ME
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

Ministro AUGUSTO NARDES

002.291/2018-5
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

005.590/2011-6
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Geosolo Engenharia Planejamento e Consultoria Ltda.
Responsáveis: Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores; Geosolo Engenharia Planejamento e Consultoria Ltda.; Marco Antônio Marques de Oliveira; Paulo Dietzsch Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Aeroporto de São Paulo
Representação legal: Jose Antonio Duarte Alvares (OAB/MT 3432) e outros, representando Geosolo Engenharia Planejamento e Consultoria Ltda.; Márcia Uchôa de Oliveira da Rocha e outros, representando Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Aeroporto de São Paulo; Clovis Manzoni dos Santos Lores (OAB/DF 42883) e outros, representando Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores

015.137/2002-9
Natureza: Pedido de Reexame (Representação)
Recorrentes: Terminal de Granéis do Guarujá S.A. TGG; Terminal Marítimo do Guarujá S.A. Termag
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo
Responsáveis: Fernando Lima Barbosa Vianna; Frederico Victor Moreira Bussinger; Marcelo de Azeredo; Terminal Marítimo do Guarujá S.A. Termag; Terminal de Granéis do Guarujá S.A. TGG; Wagner Goncalves Rossi
Interessado: Frederico Victor Moreira Bussinger
Representação legal: Ricardo Barretto de Andrade (OAB/DF 32136) e outros, representando Terminal Marítimo do Guarujá S.A. Termag; Letícia Queiroz de Andrade (OAB/SP 147544) e outros, representando Terminal de Granéis do Guarujá S.A. TGG e Terminal Marítimo do Guarujá S.A. Termag; Carlos Roberto Faustino e outros, representando Fernando Lima Barbosa Vianna; Carlos Henrique Lemos (OAB/SP 183041), representando ALL - América Latina Logistica Malha Norte e Frederico Victor Moreira Bussinger

027.073/2017-3
Natureza: Representação
Representante: Ana Letícia Netto Marchesini Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Especial de Saúde Indígena
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

000.161/2018-7
Natureza: Representação
Representante: Mauro Brandolt
Órgão/Entidade/Unidade: Delegacia da Receita Federal em Manaus
Representação legal: não há

000.649/2018-0
Natureza: Representação
Representante: ATP Tecnologia e Produtos S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: não há

000.829/2018-8
Natureza: Representação
Representante: Sistechne-Intertechne Sistema S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
Representação legal: Rafael Ferreira Filippin (OAB/PR 27.200) e outros

000.875/2018-0
Natureza: Representação
Representante: Multsolutions Tecnologia, Sistemas e Comércio Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior Eleitoral
Representação legal: não há

002.224/2018-6
Natureza: Representação
Representante: Prosegur Tecnologia em Sistemas de Segurança Eletrônica e Incêndios Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: Bruno Moury Fernandes (OAB/PE 18.373) e outros

002.369/2018-4
Natureza: Representação
Representante: Fiducial Consultoria e Serviços Financeiros Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: não há

003.700/2018-6
Natureza: Representação
Representante: Associação do Empregados da Eletrobrás
Órgão/Entidade/Unidade: Centrais Elétricas Brasileiras
Responsável: Wilson Ferreira Junior - Presidente Eletrobras
Representação legal: não há

003.702/2018-9
Natureza: Representação
Representante: Sindicatos dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro e Região
Órgão/Entidade/Unidade: Centrais Elétricas Brasileiras
Responsável: Wilson Ferreira Junior - Presidente Eletrobras
Representação legal: não há

004.696/2018-2
Natureza: Representação
Representante: Atlântico Engenharia Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda/DF
Representação legal: André Macedo de Oliveira (OAB/DF 15.014) e outros

006.318/2013-4
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Francisco Anilton Pinheiro Maia
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Ibicuitinga/CE
Representação legal: José Moreira Lima Junior (OAB/CE 6986) e outros

011.718/2017-0
Natureza: Representação
Representante: Griaulo Biometrics Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Federal de Processamento de Dados
Representação legal: Mario Marcos Pinto da Cunha (OAB/DF 43.330) e outros

016.174/2016-0
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Interessado: Senado Federal
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: Tatiana Zuma Pereira (OAB/RJ 120.831) e outros

020.766/2014-9
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Responsáveis: Euler José dos Santos, Milton Rocha Marinho e Valter Casimiro Silveira
Representação legal: não há

031.838/2015-4
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A.
Representação legal: Igor Folena Dias da Silva (OAB/DF 52.120) e outros

032.140/2017-7
Natureza: Representação
Representante: Bernardo de Alencar Araripe Diniz
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Federal de Processamento de Dados
Representação legal: não há

032.311/2017-6
Natureza: Representação
Representante: Akiyama S.A. Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos e Sistemas
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: Daniele Pimenta Pardim (OAB/PR 72.881), Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261) e outros

034.937/2014-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Prata/PB
Responsáveis: Adriano Ferreira de Melo; Audy Lopes Fernandes; Fabiana dos Santos Ferreira; Marcel Nunes de Farias e Raniere Pereira Dantas
Representação legal: Josedeo Saraiva de Souza (OAB/PB 10.376)

Ministra ANA ARRAES

007.518/2005-5
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União
Responsável: João Augusto Barbosa Monteiro
Órgão/Entidade/Unidade: Banco da Amazônia S.A.
Representação legal: Camillo Silva Montenegro Duarte (OAB/PA 495) e outros, representando Alaudio de Oliveira Mello Junior, José Maria Gomes Trindade, Jose Artur Guedes Tourinho e Luiz Benedito Varela; Jorge Amaury Maia Nunes (OAB/DF 8.577) e outros, representando Jorge Nemetala José Filho e Flora Valladares Coelho; Adriana Silva Rabêlo (OAB/AC 2.609) e outros, representando Banco da Amazônia S.A.

023.312/2011-4
Natureza: Pedido de Reexame (Representação)
Recorrente: Transportadora Associada de Gás S. A. - Grupo Petrobras
Órgãos/Entidades/Unidades: Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras, Transportadora Associada de Gás S/A e Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas
Representação legal: Antonio Victor Assed Estefan Gomes (OAB/RJ 133.780), Renato de Oliveira da Silva (OAB/RJ 133.477) e outros, representando Transportadora Associada de Gás S. A. - Grupo Petrobras

035.305/2017-7
Natureza: Consulta
Consulente: José Ricardo de Antoni, ex-diretor do Departamento de Normas da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Representação legal: não há

Ministro BRUNO DANTAS

002.191/2018-0
Natureza: Solicitação
Solicitante: Ministro de Estado dos Transportes Portos e Aviação Civil, Senhor Maurício Quintella
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

005.465/2012-5
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Hilton Laborda Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã/AM
Responsáveis: Embrac Construções e Comercio Ltda - ME; Hilton Laborda Pinto
Representação legal: Diego das Neves Loureiro (OAB/AM 11.721) e outros, representando Hilton Laborda Pinto; Alfredo Gluck Young (OAB/AM 1.838) e outros, representando Embrac Construções e Comercio Ltda. - ME

007.599/2015-3
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Aldo Alves Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Amapá
Responsáveis: Aldo Alves Ferreira; Marcos Roberto Marques da Silva
Representação legal: não há

009.253/2015-7
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Responsável: Secretaria Executiva do Ministério da Saúde
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

020.378/2017-3
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia; Ministério da Saúde
Responsáveis: Laura Barreto Carneiro; Marco Antônio de Araújo Fireman; Oswaldo Cordeiro de Paschoal Castilho
Representação legal: Antônio Perilo de Sousa Teixeira Netto (OAB/DF 21.359) e outros

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600243

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

033.318/2016-6
Natureza: Auditoria
Interessados: Congresso Nacional; Geosistemas Engenharia e Planejamento Ltda.; Ivaí Engenharia de Obras S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Superintendência Regional do DNIT no Estado do Rio Grande do Norte
Representação legal: Igor Fellipe Araujo de Sousa (OAB/DF 41.605), Paulo Aristóteles Amador de Sousa e outros

035.004/2012-6
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Responsável: João Martins Dias
Interessados: Antônio Ribeiro da Costa Neto; Marcelo Martins da Gama
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

007.880/2017-0
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
Responsáveis: Álvaro Rodrigues Fernandes; Ângelo Coelho de Andrade; Antônio Varejão de Godoy; Evandro Gastão Wanderley; Francisco Roberto Nunes de Souza; José Ailton de Lima; José Carlos de Miranda Farias; João Bosco de Almeida; Marcos Aurélio Madureira da Silva; Sérgio Sarquis Attié e Sinval Zaidan Gama
Representação legal: Jose Abinadá Pacheco Sousa Filho (OAB/BA 47.976), representando BWE - Brasil Wind Energy Indústria de Geradores Eólicos Ltda.; Luís Daniel Barros de Oliveira (OAB/BA 24.280), representando Ekoenge Tecnologias e Estudos Ambientais Ltda. - ME; Fabricio Rocha (OAB/SP 206.338) e outros, representando Sequoia Capital Ltda.; Rycharde Farah (OAB/SC 10.032) e outros, representando Confer Construtora Fernandes Ltda.; Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e outros, representando Evandro Gastão Wanderley e Álvaro Rodrigues Fernandes; Eduardo Talamini (OAB/PR 19.920) e outros, representando Companhia Hidro Elétrica do São Francisco; Fernando Rosendo de Araújo Filho e outros, representando Sinval Zaidan Gama; Marçal Justen Filho (OAB/PR 7.468) e outros, representando Antônio Varejão de Godoy, José Carlos de Miranda Farias e José Ailton de Lima

QUESTÕES DE ORDEM

Da Presidência

1 - Competência para relatar agravo interposto contra decisão monocrática do Presidente do Tribunal prolatada durante o recesso, com fundamento no art. 28, inciso XVI, do Regimento Interno do TCU.
2 - Prazo para a interposição de agravo contra decisão que adota medida cautelar e cabimento de agravo contra decisão do plenário que referenda decisão monocrática de natureza cautelar.
3 - Efeitos dos embargos de declaração opostos contra decisão que adota medida cautelar.
4 - Proposta de suspensão dos efeitos do Acórdão 2.780/2016-Plenário, referente ao pagamento de pensão para filha maior solteira, até que o Supremo Tribunal Federal firme posição sobre o novel entendimento do TCU consubstanciado no referido acórdão.

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro AUGUSTO NARDES

008.123/2015-2
Tomada de contas especial instaurada em razão do não encaminhamento de toda a documentação exigida para a prestação de contas dos recursos pactuados por meio de convênio que teve por objeto apoiar o evento "Festa Junina - Valparaíso de Goiás e Cidade Ocidental". Análise de citações.
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Goiás
Responsáveis: Claudia Gomes de Melo; Conhecer Consultoria e Marketing Ltda.; Luiz Henrique Peixoto de Almeida e Premium Avança Brasil
Interessado: Ministério do Turismo
Representação legal: Huilder Magno de Souza (OAB/DF 18444) e outros, representando Claudia Gomes de Melo e Premium Avança Brasil
Interessados em sustentação oral:
- Huilder Magno de Souza (OAB/DF 18.444), Liliane Silva Souza (OAB/DF 36.267) e Mariana de Carvalho Nery (OAB/DF 41.292), representando CLAUDIA GOMES de MELO e PREMIUM AVANÇA BRASIL

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

002.231/2011-5
Ato de concessão de pensão civil.
Interessado: Gabriel Santos da Silva Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Comunicações
Representação legal: não há
Revisor: Ministro Raimundo Carreiro (34/2011)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

002.418/2018-5
Monitoramento com o objetivo de verificar o cumprimento de determinação constante de acórdão prolatado em processo de representação que tratou de possíveis irregularidades cometidas em pregão eletrônico que teve por objeto a contratação de sociedade empresarial especializada para a "prestação de serviços de modernização administrativa portuária".
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Rio de Janeiro
Representação legal: Antonio Xavier de Moraes Primo (OAB-PE 23.412)

017.746/2012-4
Pedido de Reexame interposto contra decisão que, ao rever de ofício deliberação anterior, considerou ilegal ato de admissão do recorrente.
Recorrente: Pedro Antonio Bittencourt Pacheco
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Representação legal: não há

024.246/2016-6
Tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades na execução física de convênio que teve por objeto a realização do evento "Festa do Café em Teixeiras". Análise de citações.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Teixeiras/MG
Responsáveis: Jose Diogo Drumond Neto; Talento Producoes Ltda. - ME
Interessado: Ministério do Turismo
Representação legal: Vinícius Ibrahim Silva (OAB/MG 99416); Cláudio Lúcio Drumond (OAB/MG 93.386), representando Jose Diogo Drumond Neto

Ministro BENJAMIN ZYMLER

007.563/2014-0
Embargos de declaração opostos contra decisão que indeferiu o pedido de reabertura de prazo para a interposição de recurso de reconsideração em processo de tomada de contas especial.
Recorrente: Sidney Geovane Marchiori Mello
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cultura
Responsáveis: Associação dos Produtores e Empreendedores Culturais de Santa Maria/RS; Sidney Geovane Marchiori Mello
Representação legal: Joana Renata de Freitas Miranda (OAB/DF 40.636), Alexandre Melo Soares (OAB/DF 24.518) e outros

013.386/2017-4
Representação acerca de fraudes nas licitações para a execução de obras de implantação da Refinaria Abreu e Lima em Ipojuca/PE. Análise da conduta da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Responsável: Mendes Junior Trading e Engenharia S.A.
Representação legal: Ana Paula Ramires Fernandes (OAB/MG 157.517), Giuseppe Giamundo Neto (OAB/SP 234.412) e Raquel Roque Garofano (OAB/SP 281.906), representando Mendes Junior Trading e Engenharia S.A.

025.954/2014-8
Auditoria Operacional na gestão da assistência farmacêutica básica na cidade de Belém (PA). Monitoramento de determinações.
Responsáveis: Hélio Franco de Macedo Júnior, Heloísa Maria Melo e Silva Guimarães e Sérgio de Amorim Figueiredo
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará e Secretaria Municipal de Saúde de Belém/PA
Representação legal: não há

026.837/2016-1
Agravo interposto contra decisão que decretou a indisponibilidade de bens dos responsáveis envolvidos com superfaturamento em contrato que teve por objeto prestação de serviços e fornecimentos necessários à implantação das tubovias de interligações da RNEST.
Agravante: José Sérgio Gabrielli de Azevedo
Órgão/Entidade/Unidade: não há
Interessado: José Sérgio Gabrielli de Azevedo
Representação legal: Ana Flavia Rodrigues Araujo e outros, representando José Sérgio Gabrielli de Azevedo

029.878/2016-0
Pedido de Reexame interposto contra decisão que considerou improcedente representação que tratou de possíveis irregularidades ocorridas em pregão eletrônico destinado à aquisição de caminhões rodoviários 4x2, compressores de ar, máquinas de solda elétrica e caminhões perfuratriz.
Recorrente: Emporium Construtora, Comércio e Serviços Ltda.
Interessado: Emporium Construtora, Comércio e Serviços Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do 1º Grupamento de Engenharia - MD/CE
Representação legal: Denner Samuel Liberalino Melo da Silva (OAB/PE-41.041), em nome de Emporium Construtora, Comércio e Serviços Ltda.

Ministro AUGUSTO NARDES

001.961/2009-3
Recurso de reconsideração interposto contra decisão que condenou a recorrente em débito e multa por superfaturamento nas obras de construção da BR 230/PA, denominada Rodovia Transamazônica, no trecho compreendido entre os municípios de Marabá e Altamira, ambos no Estado do Pará.
Recorrente: Torc Terraplenagem Obras Rodoviárias e Construções Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Responsáveis: Maia Melo Engenharia Ltda.; Manoel Nazareth Santanna Ribeiro; Miguel Dario Ardissone Nunes; Seplane Engenharia e Planejamento do Nordeste Ltda.; Torc Terraplenagem Obras Rodoviárias e Construções Ltda
Interessados: Luiz Antônio Pagot; Tribunal de Contas da União
Representação legal: Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108) e outros, representando Torc Terraplenagem Obras Rodoviárias e Construções Ltda

006.251/2011-0
Embargos de declaração interposto contra decisão que determinou a repactuação de contrato, que tinha por objeto o fornecimento de bens e a prestação de serviços, em processo de auditoria cujo escopo foi fiscalizar a execução das obras de implantação da Usina Eólica Mangue Seco 2, localizada na cidade de Guamaré/RN.
Órgãos/Entidades/Unidades: Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. - e Petróleo Brasileiro S.A.
Embargante: Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.
Interessados: Éolica Mangue Seco 1 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica e Eólica Mangue Seco 3 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica
Representação legal: Mariella Gondim Rocha (OAB/CE 11.802) e Tiago Neves Furtado (OAB/CE 20.993)

015.072/2017-7
Monitoramento com o objetivo de verificar o cumprimento de determinação constante de acórdão, bem como dar continuidade à identificação de riscos ligados ao Legado dos Jogos Olímpicos Rio 2016, relacionados aos equipamentos esportivos.
Órgãos/Entidades/Unidades: Autoridade de Governança do Legado Olímpico e Ministério do Esporte, Centro de Capacitação Física do Exército, vinculado ao Ministério da Defesa, Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e Comitê Organizador Rio 2016
Responsáveis: Autoridade de Governança do Legado Olímpico; Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016
Representação legal: não há

015.560/2006-1
Recurso de reconsideração interposto contra decisão que julgou as contas dos recorrentes irregulares e aplicou-lhes multa em razão de irregularidades na prestação de contas dos atos de gestão.
Recorrentes: Geraldo Simões de Oliveira e Soraya Regina Bastos Costa Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia das Docas do Estado da Bahia
Representação legal: Sidney Sá das Neves (OAB/BA 19.033 e OAB/DF 33.683), Gustavo Teixeira Ramos (OAB/DF 17.725) e Aline Mendonça Sterf (OAB/DF 25.415)

016.264/2017-7
Auditoria operacional no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (ProadiSUS), com foco na verificação da compatibilidade entre os dispêndios realizados pelas entidades participantes do projeto e o valor da isenção das contribuições sociais por elas usufruídas.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: Fabio Cardoso Machado (OAB/RS 48.798) e outros, representando o Ministério da Saúde

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

002.673/2012-6
Tomada de contas especial instaurada em razão de prejuízo ao erário decorrente do cumprimento do contrato que tinha por objeto a execução das obras de ampliação, melhoramentos e restauração do trecho do km 50,4 ao km 94,2 da Rodovia BR-060/GO.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Superintendência Regional no Estado de Goiás e no Distrito Federal
Responsáveis: CMC Brasil Engenharia e Construções S.A.; José Olímpio Maia Neto; João Lucas Evangelista de Oliveira; e Strata Engenharia Ltda.
Representação legal: João Paulo Chaves de Alckmin (OAB/DF 13788-E) e outros; Roberto Henrique Corrieri (OAB/DF 19.071), André Jansen do Nascimento (OAB/DF 51.119) e outros e Jader Augusto Ferreira Dias (OAB/MG 91172)

003.225/2017-8
Solicitação de prorrogação de prazo para o encaminhamento de tomada de contas especial.
Solicitante: Gilmar Mendes (ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral)
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior Eleitoral
Representação legal: não há

007.651/2002-0
Embargos de declaração interpostos contra decisão que, acolhendo parcialmente embargos declaratórios, reduziu valor de débito e multa, em processo de tomada de contas.
Embargante: Delta Engenharia Indústria e Comércio Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal e Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal
Representação legal: Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22885); Fábio Soares Janot (OAB/DF 10667); Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior (OAB/DF 29760) e outros; e João Batista de Almeida (OAB/DF 2067) e outros

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600244

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

014.971/2014-3
Tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades em aplicação de recursos de convênio que tinha por objeto o apoio financeiro para a realização do evento "Festas Juninas do Município de Congo/PB". Análise de citação.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Congo/PB
Responsáveis: José Alves da Silva e Xoxoteando Produções Artísticas Ltda.
Representação legal: Antônio Perilo de Sousa Teixeira Netto (OAB/DF 21.359), Joanilson Guedes Barbosa (OAB/PB 13.295) e outros

018.515/2014-2
Embargos de declaração opostos em face de decisão que rejeitou agravo e manteve a exclusão de cláusulas que tratassem de rateio de honorários advocatícios para a associação, prolatada em processo que tratou de representações relativas ao procedimento para contratação de sociedades de advogados.
Embargantes: Associação dos Advogados do Banco do Brasil e Banco do Brasil S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Centro de Apoio aos Negócios e Operações Logísticas de São Paulo do Banco do Brasil S.A.
Representação legal: Tatiane Rodrigues Soares (OAB/DF 16.141), Marcio Antônio Sasso (OAB/PR 28.922/PR), Genésio Felipe da Natividade (OAB/PR 10.747), Giovani Gionédis (OAB/PR 8.128), Luana Katarine Rocha de Souza (OAB/SP 284.566), Eric Sarmanho de Albuquerque (OAB/DF 17.406), Sílvio Oliveira Torves (OAB/RS 29.355), Enio Galan Deo (OAB/SP 141.362), Helena Patricia Freitas (OAB/MG 19.760), Thiago de Oliveira Santoro (OAB/RJ 159.610), Tatiana Martins da Costa Camarão (OAB/MG 61.066), Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva (OAB/MG 65.572) e outros

022.112/2007-0
Embargos de declaração opostos contra acordão que aplicou multa aos recorrentes em processo de representação acerca de supostas irregularidades em renegociação de dívidas decorrentes de operações de crédito realizadas em favor da empresa Frutas do Nordeste do Brasil S/A (Frutan).
Embargantes: Augusto Bezerra Cavalcanti Neto, Edilson Silva Ferreira, Maria Gelul Assen Carvalho (inventariante do espólio de José Agostinho de Carvalho Neto), José Andrade Costa, Nicola Moreira Miccione e Roberto Smith
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
Representação legal: Nayana Cruz Ribeiro (OAB/CE 23.209-A); Laís de Moura Bezerra Cavalcanti (OAB/PB 17.286); Edson Castelo Branco Dominici Júnior (OAB/MA 8.563)

024.826/2017-0
Solicitação do Congresso Nacional requerendo fiscalização nas obras do Veículo Leve sobre Trilhos - VLT, em Cuiabá-MT, para verificar a regularidade da aplicação dos recursos federais.
Interessada: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: não há

030.018/2017-0
Representação relativa a possíveis irregularidades em tomadas de preços que tinham por objeto a construção de duas escolas. Análise de audiências.
Representante: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Vilhena/RO
Responsáveis: Rosani Terezinha Pires da Costa Donadon, Loreni Grosbelli, Zilney Luiz de Freitas e Nilza Aparecida de Sousa
Interessada: Engeservice Engenharia, Comércio e Serviços Ltda.
Representação legal: não há

032.450/2014-1
Tomada de contas especial instaurada para apurar irregularidades na execução de termo de compromisso que tinha por objeto a construção de aterro sanitário municipal. Análise de citações.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Carrapateira/PB
Responsáveis: Breno Augusto Rodrigues Soares; Inprel Construções e Serviços Ltda. - ME; José Ardison Pereira; Wladimy Oliveira de Almeida
Representação legal: Lincon Bezerra de Abrantes (OAB/PB 12.060), Walter de Agra Júnior (OAB/PB 8.682) e Johnson Gonçalves de Abrantes (OAB/PB 1.663)

034.460/2017-9
Solicitação do Congresso Nacional requerendo fiscalização para verificar a ocorrência de possíveis irregularidades no uso de recursos do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT).
Interessada: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Seguros Privados
Representação legal: não há

Ministra ANA ARRAES

000.533/2018-1
Representação acerca do cálculo dos percentuais individuais de participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios a vigerem no exercício de 2018 na distribuição dos recursos da Cide-Combustíveis.
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Estados; Distrito Federal e municípios
Representação legal: não há

004.429/2017-6
Auditoria operacional cujo escopo foi analisar a validade, qualidade e confiabilidade de indicadores selecionados, constantes no PPA 2012-2015, relacionados a programas temáticos que têm como órgão responsável o Ministério da Educação.
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Interessado: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

029.389/2014-3
Pedidos de Reexame interpostos contra decisão prolatada em processo de representação que tratou da apuração de eventual pagamento da gratificação natalina cumulativamente com a parcela prevista no § 2º, alínea c, do art. 3º do Decreto-lei 2.355/1987, na remuneração dos dirigentes das empresas públicas ou sociedades de economia mista vinculadas dependentes de recursos federais para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.
Recorrentes: Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Banco do Nordeste do Brasil e Caixa Econômica Federal
Órgãos/Entidades/Unidades: Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Banco do Nordeste do Brasil
Representação legal: Isael Bernardo de Oliveira (OAB/CE 6.814) e outros, representando Banco do Nordeste do Brasil; Murilo Muraro Fracari (OAB/DF 22.934) e outros, representando a Caixa Econômica Federal

029.516/2017-0
Representação que cientificou acerca de relatório de sindicância investigativa realizada para apurar razões e responsabilidades que impedem o encerramento de contrato que objetivou execução de projeto, fabricação, integração e testes do Sistema Optomecânico da Câmera CCD de Infravermelho do Projeto CIMEX (CDD).
Representante: Advocacia-Geral da União/Procuradoria Seccional da União em São José dos Campos/SP
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Representação legal: não há

030.350/2017-4
Representação, com pedido de cautelar, sobre possíveis irregularidades em concorrências promovida com vista à contratação de serviços de assessoria de imprensa e de comunicação interna. Análise de respostas a oitiva realizada.
Representante: Associação Brasileira das Agências de Comunicação
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Representação legal: Emerson Franco de Menezes (OAB/DF 52.306) representando a Abracom; Sérgio Thiago Costa Carazza (OAB/DF 23.452) e Larissa Moreira Costa (OAB/DF 16.745) representando o Sebrae; Maysa Abrahão Tavares Verzola (OAB/SP 196.879) e outros representando a empresa Máquina da Notícia Comunicação Ltda.

035.802/2015-4
Embargos de declaração interposto contra decisão que examinou embargos anteriores contra acórdão que deixou de analisar o mérito do pedido de reexame interposto contra deliberação que apreciou representação acerca de possíveis irregularidades na rescisão de contratual realizada pela Petróleo Brasileiro S.A.
Embargante: Global Gestão em Saúde S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: não há

Ministro BRUNO DANTAS

007.054/2017-3
Relatório de auditoria realizada, no âmbito do Fiscobras 2017, nas obras de reabilitação do trecho rodoviário da BR-101/PE correspondente ao contorno de Recife/PE. Análise de oitivas.
Órgãos/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Secretaria de Transporte do estado de Pernambuco
Responsáveis: Cacildo de Medeiros Brito Cavalcante; Carlos Augusto Barros Estima; Sebastião Ignácio de Oliveira Júnior
Representação legal: não há

009.335/2017-0
Tomada de contas especial decorrente de irregularidades praticadas em pregão para locação de veículos para o transporte escolar em Pindoretama/CE. Análise de citações.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pindoretama - CE
Responsáveis: Armênia Uchoa de Mesquita; Construtora Lazio Ltda.; Francisca Rafaela Uchoa de Mesquita; Francisco Armen Uchoa de Mesquita; José Randal de Mesquita Neto; Mikael Rodrigues de Oliveira; Silvia Helena Cezario Araujo; Valdemar Araujo da Silva Filho
Representação legal: Bruno Viana Garrido (OAB/CE 26.937) e outros, representando José Randal de Mesquita Neto, Armênia Uchoa de Mesquita e Construtora Lazio Ltda.

011.638/2016-8
Relatório de auditoria realizada no âmbito do Fiscobras 2016 nas obras de reforço de cais para posterior aprofundamento de berços de atracação do Porto de Santos. Análise de audiências.
Órgãos/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo; Secretaria de Portos
Responsáveis: José Alex Botelho de Oliva; Ronaldo Carvalho
Representação legal: Frederico Spagnuolo de Freitas (OAB/SP 186.248), representando Ronaldo Carvalho

011.936/2017-7
Representação formulada pelo MPTCU em razão do descumprimento pelo Governo Federal do percentual mínimo definido constitucionalmente para aplicação em ações e serviços públicos de saúde pela União no exercício financeiro de 2016.
Representante: Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

014.325/2014-4
Recursos de reconsideração em tomada de contas especial interpostos contra decisão que julgou as contas do recorrente irregulares e condenou-lhes em débito e multa pela não comprovação da execução do objeto de convênio.
Recorrentes: espólio de Manoel de Souza e Jairo Augusto Araujo Maciel
Representação legal: Mário César Vasconcelos Freire de Carvalho (OAB/SE 2.725), representando Jairo Augusto Araujo Maciel e Manoel de Souza.

033.237/2015-8
Tomada de Contas especial instaurada por impugnação total de despesas realizadas com recursos de convênio que tinha por objeto o apoio à realização do projeto intitulado "1º Festival Cultural Solidário de Ubirajara/SP".
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Ubirajara - SP
Responsáveis: José Altair Gonçalves; Thiago Roberto Aparecido Marcelino Ferrarezi; Usina de Promoção de Eventos Ltda. - ME
Representação legal: Juliano Quito Ferreira (OAB/SP 236.399), representando José Altair Gonçalves

Ministro VITAL DO RÊGO

005.406/2013-7
Representação em que se apura existência de dano aos cofres públicos no processo de aquisição da refinaria Pasadena Refining System Inc.
Órgão/Entidade/Unidade: Petrobras América Inc. - PAI e Petróleo Brasileiro S.A.
Responsáveis: Almir Guilherme Barbassa, Guilherme de Oliveira Estrella, Ildo Luís Sauer, José Sérgio Gabrielli de Azevedo, Luís Carlos Moreira da Silva, Nestor Cuñat Cerveró, Paulo Roberto Costa e Renato de Souza Duque
Interessado: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União
Representação legal: Guilherme Augusto Ferreira Fregapani (OAB/DF 34.406) e outros, representando José Sérgio Gabrielli de Azevedo; Iuri Estácio Machado de Souza (OAB/RJ 209.099-E) e outros, representando Luis Carlos Moreira da Silva; Carlos Rafael Lima Macedo (OAB/RJ 133.206) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.; Murilo Varasquim (OAB/PR 41.918) e outros, representando Nestor Cunat Cerveró; Daniele de Oliveira Nunes e outros (OAB/RJ 165.787), representando Renato de Souza Duque; Fernanda Pereira da Silva Machado e outros (OAB/RJ 168.336), representando Paulo Roberto Costa; Antônio Carlos Mendes (OAB/SP 28.436) e outros, representando Ildo Luis Sauer; Aristides Junqueira Alvarenga (OAB/DF 12.500) e outros, representando Almir Guilherme Barbassa; Nilton Antonio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460) e outros, representando Petrobras América Inc. - Petrobras Int. - MME e Petróleo Brasileiro S.A.

027.623/2015-7
Monitoramento realizado com o objetivo de avaliar o grau de implementação das determinações e recomendações expedidas no âmbito de auditoria operacional realizada em Furnas Centrais Elétricas S.A. cujo escopo era a avaliação dos instrumentos e mecanismos de planejamento, gestão e controle utilizados pela estatal em negócios estruturados sob a forma de sociedade de propósito específico (SPE).
Órgão/Entidade/Unidade: Centrais Elétricas Brasileiras S.A.; Furnas Centrais Elétricas S.A.
Representação legal: Alessandro da Silva Portinho

032.310/2017-0
Monitoramento acerca do cumprimento das deliberações expedidas em auditoria do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), bem como daquelas constantes em processo que tratou de levantamento realizado com o objetivo de conhecer e examinar o rol de benefícios relativo a subsídios explícitos e implícitos, decorrentes de operações de crédito levadas a cabo por bancos públicos, incluídos os financiamentos do PAC.

Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Responsáveis: Henrique Meireles, Ministro de Estado da Fazenda; Dyogo Henrique de Oliveira, Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

032.635/2016-8
Solicitação do Congresso Nacional para a realização de auditoria a fim de investigar notícias de irregularidades relacionadas com a malversação de recursos públicos federais destinados à saúde pública do município de Dourados/MS.
Interessado: Câmara dos Deputados
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Dourados/MS
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600245

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

033.838/2016-0
Levantamento para atualizar o conhecimento acerca das atribuições e atividades realizadas pelo Ministério das Relações Exteriores para a consecução de suas competências legais, em especial aquelas relacionadas à sua atuação como órgão responsável pela política externa e pelas relações internacionais do Brasil.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria-Geral das Relações Exteriores
Responsável: Aloysio Nunes Ferreira Filho
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

001.278/2017-7
Monitoramento acerca do cumprimento das recomendações emanadas em processo auditoria operacional realizada com o objetivo de examinar as condições disponíveis para que os gestores avaliassem os resultados da Lei 8.248/1991 - Lei de Informática.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Secretaria da Receita Federal do Brasil e Secretaria de Política de Informática
Representação legal: não há

010.371/2017-6
Tomada de Contas Especial em razão de fraude na concessão/manutenção de benefícios previdenciários.
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS-Sorocaba/SP
Responsáveis: Helena Tereza Zanutto Visentin; Jairo Cavalheiro; Leonora Silva dos Santos; Manoel Pinto Magalhaes Neto; Paulo Afonso Gorgulho Chaves e Vilson Roberto do Amaral
Representação legal: não há

013.623/2016-8
Auditoria de conformidade sobre a regularidade das ações relacionadas com os cursos oferecidos no âmbito da BolsaFormação Estudante e da Bolsa-Formação Trabalhador, no período de janeiro de 2013 a junho de 2016, como modalidades de implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Bolsa-Formação). Análise de audiências e oitiva.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria da Educação, Juventude e Esportes do Estado do Tocantins
Responsáveis: Adão Francisco de Oliveira; Flavilene Maria Bueno Coelho; George Lauro Ribeiro de Brito e Paulo Henrique Ferreira Massuia
Representação legal: não há

017.282/2017-9
Tomada de contas especial instaurada em razão de prejuízo causado mediante a concessão irregular de benefícios previdenciários, na modalidade "Amparo Social ao Idoso", na Agência da Previdência Social de São Miguel dos Campos/AL. Análise de citação.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Responsáveis: Antônio Carvalho Pinho; Damião Beltrão Ferreira; Idelberto Silva Ferreira; Jose Francisco dos Santos; Josefa Ferreira Santos; Josefa Maria da Silva; Laura de Souza; Luis Antonio dos Santos; Luís Carlos dos Santos; Manoel Messias da Silva; Margarete da Silva; Margarida Alves Barros; Margarida Pacheco de Oliveira; Margarida da Silva; Margarida dos Santos; Maria Aldenir da Silva; Maria Amélia dos Santos; Maria Augusta da Silva; Maria Francisca dos Santos; Maria Jose Santos; Maria Margarida Santos; Maria Socorro da Conceição; Maria Socorro da Silva; Maria da Silva; Maria das Dores Silvestre; Maria de Fatima Souza; Maria do Socorro dos Santos; Mariana Cícera da Silva; Mariana da Silva Santoa; Marilene de Oliveira dos Santos; Paulo Sérgio Rodrigues da Silva e Rosélia dos Santos
Representação legal: não há

023.266/2015-5
Agravo oposto em face da cautelar de indisponibilidade de bens decretada diante de indícios de dano ao erário na ocorridos em contrato para a execução das obras inerentes à UHDTI (U 2313), à UGH (U-22311) e à UDEA (U-32323), além da unidade integrante da carteira de gasolina da Refinaria Presidente Getúlio Vargas no Paraná (Repar).
Agravante: Construtora OAS S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: Camila B. Rodrigues Costa (OAB/DF 46.475) e outros, representando a Construtora OAS S.A.

025.204/2017-3
Representação acerca de supostas irregularidades ocorridas em pregão para a contratação de serviços em acervo bibliográfico e arquivístico. Análise de oitiva.
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cultura, Ministério do Trabalho e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Representação legal: Henrique Gustavo Ribeiro Jácome (OAB/DF 17.354) e outros, representando OTC.DOC Organização, Tecnologia e Custódia de Documentos - Eireli

029.790/2017-4
Tomada de Contas Especial instaurada diante dos prejuízos decorrentes da prática de fraudes na concessão e na manutenção de benefícios previdenciários junto à Agência da Previdência Social de São Miguel dos Campos - AL.
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS em Maceió/AL
Responsáveis: Damião Beltrão Ferreira e Maria das Dores Silvestre
Representação legal: não há

031.404/2017-0
Representação, com pedido de cautelar, sobre possíveis irregularidades em pregão eletrônico para contratar a renovação de licenças de uso de software, solução ProofpointTM Messaging Security Gateway (ProofPoint Enterprise Protection), na modalidade Part Number e garantia com suporte especializado (segundo nível) ao produto.
Representante: Sybex Comércio e Serviço em Informática Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Social do Transporte/Conselho Nacional
Representação legal: Lucas Dias Leite Corrêa (OAB/DF 23.706) e outros, representando Serviço Social do Transporte/Conselho Nacional

032.637/2017-9
Monitoramento de determinações e de recomendações contidas em deliberação prolatada em processo de auditoria operacional que teve o objetivo de avaliar os controles internos do Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército (SisFPC), além dos meios e das estruturas de suporte aos processos finalísticos, para que considerem os riscos relevantes e assegurem o cumprimento dos resultados esperados, coibindo fraudes, desvios e ineficiências.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando Logístico do Exército
Representação legal: não há

032.751/2017-6
Consulta acerca de orientações quanto à forma de pagamento dos bolsistas do Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) em razão das informações contidas no Acórdão 2.802/2016-TCU-Plenário.
Consulente: Secretaria da Educação, Juventude e Esportes do Estado do Tocantins
Representação legal: não há

036.127/2016-7
Indisponibilidade de bens concedida diante dos indícios de dano ao erário apontados em contrato celebrado para a execução das obras inerentes às unidades UHDTI (U-2313), UGH (U-22311), UDEA (U-32323) e à unidade integrante da carteira de gasolina da Refinaria Presidente Getúlio Vargas no Paraná (Repar). Oitiva posterior à medida cautelar.
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Responsável: Consórcio Conpar
Representação legal: Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154) e outros, representando Consórcio Conpar

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

023.421/2017-7
Auditoria pertencente à fiscalização de orientação centralizada (FOC), que tem como objetivo avaliar, em âmbito nacional, a regularidade das despesas e outros aspectos da gestão dos conselhos de fiscalização profissional (CFPs).
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Amazonas
Responsável: Claudio Guenka
Representação legal: não há

Em 23 de fevereiro de 2018.
DANIELA DUARTE DO NASCIMENTO
Subsecretária do Plenário

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União, nº 20, de 29/01/2018, seção 1, páginas 134 e 135, onde se lê no Anexo I e no Anexo DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4 do Ato Normativo nº 257, de 25/01/2018:

Anexo I - (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			764.510.636.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,027635%	0,000561%	0,028197%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,080576%		616.012.090,06
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,076547%		585.211.485,56
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,072518%		554.410.881,06

Anexo - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				764.510.636.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,028197%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,101900%	779.036.338,08
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:		0,101798%	778.256.537,24
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:		0,080726%	617.158.856,02
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:		0,080576%	616.012.090,06
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3				-

Leia-se:

Anexo I - (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			727.254.323.971,32
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,029051%	0,000590%	0,029641%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,080576%		585.992.444,08
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,076547%		556.692.821,88
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,072518%		527.393.199,67

Anexo - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				727.254.323.971,32	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,029641%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,101900%	741.072.156,13
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:		0,101798%	740.330.356,72
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:		0,080726%	587.083.325,57
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:		0,080576%	585.992.444,08
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3				-

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

DIRETORIA-GERAL

ACÓRDÃO Nº 5.109, DE 25 DE JULHO DE 2017

Feito: PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 79-21.2015.6.01.0000 - CLASSE 26 (Protocolo n. 17.517/2012)
Procedência: Rio Branco-AC
Relator: Desembargador Roberto Barros dos Santos
Interessado: A PRESIDÊNCIA, ex officio
Assunto: Processo administrativo - Realização - Concurso Público - Provimento - Cargos efetivos - TRE/AC.
Administrativo - Tribunal Regional Eleitoral - Prorrogação - Concurso Público - Cargos - Provimento Efetivo - Técnico e Analista Judiciário.

ACORDAM os juízes que compõem o Tribunal Regional Eleitoral do Acre, por unanimidade, prorrogar, por mais 2 (dois) anos, a validade do concurso público para provimento de cargos efetivos deste Tribunal, nos termos do voto do relator.

Des. ROBERTO BARROS DOS SANTOS
Relator

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

PORTARIA Nº 60, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO, usando suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no art. 24 do Regimento Interno, e considerando o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, e na Lei n. 13.242, de 30 de dezembro de 2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016) c/c o art. 5º, inciso I da Lei n. 10.028/200 (Lei de Crimes Fiscais). resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, devidamente retificado, referente ao terceiro quadrimestre de 2017, que compreende o período de janeiro a dezembro de 2017, conforme documentação em anexo.

PEDRO INÁCIO DA SILVA

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO)
1
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") *R$ 1,00*

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	180..091.197,87	1.713.438,76	181.804.636,63
Pessoal Ativo	158.538.169,40	1.711.921,60	160.250.091,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	21.553.028,17	1.517,16	21.554.545,63
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	21.108.381,08		21.108.381,08
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
Decorrentes de Decisão Judicial			
Despesas de Exercícios Anteriores	3.098.190,08		3.098.190,08
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	18.010.191,00		18.010.191,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	158.982.816,79	1.713.438,76	160.696.255,55
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		727.254.323.971,32	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)* 100	0,021861%	0,000236%	0,022096%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600247

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,034738%	252.633.607,06
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,033001%	240.001.926,71
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,031264%	227.370.246,36

FONTE: Tesouro Gerencial - Contabilidade/SOF/TRT19 - 24/01/2017 - 10h e 57m

2) O valor das despesas com Requisição de Pequeno valor e com precatório durante o período R$ 1.555.921,00 e R$ 986.597,89, respectivamente.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ªª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	181.804.636,63
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	21.108.381,08
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	160.696.255,55

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				727.254.323.971,32	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,022096%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III <informar o percetual>			0,042869%	311.766.656,14
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005 <informar o percetual>	0,042857%	311.679.385,62
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007 <informar o percetual>	0,037725%	274.356.693,72
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013 <informar o percetual>	0,037655%	273.847.615,69
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015 <informar o percetual>			0,034738%	252.633.607,06

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017

LRF, art. 48 - Anexo VI *R$ 1,00*

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	160.696..256	0,022096
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	252.633.607	0,034738
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	240.001.927	0,033001

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	7.772.797,17	9.917.457,32

FONTE: SIAFI 2017 - CONTABILIDADE /SOF/TRT19 - 24/01/2018 - 12h 03min

Des. PEDRO INÁCIO DA SILVA
Presidente do Tribunal

JOSÉ ALISSON PINHEIRO DE ARAÚJO
Ordenador de Despesa
Substituto

HENRIQUE CARDOSO MESQUITA MELLO
Secretário de Orçamento e Finanças

RAFAELA FEREITAS SANTOS
Coordenadora de Controle Interno

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

RESOLUÇÃO Nº 1.982, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre o Regulamento do XXIV Prêmio Brasil de Economia.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei nº 6.021, de 3 de janeiro de 1974, Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978; CONSIDERANDO que a disseminação do conhecimento econômico e a promoção de estudos técnicos fazem parte das atribuições do Cofecon, nos termos da alínea 'g' do artigo 7º da Lei nº 1.411/1951; CONSIDERANDO o regramento próprio que estabelece o estímulo à produção intelectual em Economia, nos termos da Resolução nº 1.892/2013; CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº 18.362/2017, deliberado durante a 682ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia, realizada no dia 26 e 27 de janeiro de 2018, em Brasília-DF, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento do XXIV Prêmio Brasil de Economia, instituído pela Resolução nº 1.556, de 7 de maio de 1987, na forma do ANEXO, que passa a integrar esta Resolução.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WELLINGTON LEONARDO DA SILVA
Presidente do Conselho

ANEXO
REGULAMENTO DO XXIV PRÊMIO BRASIL DE ECONOMIA - 2018

CAPÍTULO I - REGULAMENTO

Art. 1º O Conselho Federal de Economia lança o "XXIV Prêmio Brasil de Economia - 2018", com o objetivo de incentivar a investigação econômica em geral e estimular economistas e estudantes de economia a desenvolverem pesquisas voltadas para o conhecimento da realidade brasileira.

Seção I - DAS CATEGORIAS

Art. 2º O XXIV Prêmio Brasil de Economia contempla 5 (cinco) categorias distintas de trabalhos: I - livro de economia; II - tese de doutorado; III - dissertação de mestrado; IV - artigo técnico ou artigo científico; V - monografia ou trabalho de conclusão de Curso de Graduação em Ciências Econômicas.

Seção II - DOS TRABALHOS

Art. 3º Os trabalhos devem versar sobre temas relacionados à Teoria Econômica, Pensamento Econômico Contemporâneo, Economia Brasileira, Economia do Setor Público, Economia Internacional, Economia Agrícola, Economia Socioambiental, Economia Regional e Urbana, Integração Econômica, Economia e Inovações Tecnológicas, temas interdisciplinares e outros relativos à Ciência Econômica. Parágrafo Único. Os trabalhos de Tese de Doutorado, Dissertação de Mestrado, Artigo Técnico ou Artigo Científico e Monografia ou Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Econômicas devem atender às especificações adotadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e acompanhar um resumo contendo os objetivos, metodologia e conclusões, sendo que, somente serão aceitos textos escritos no idioma português, devendo ser observadas, também, as seguintes condições: I - nos livros de economia: a) deve ser encaminhado livro que verse sobre os temas relacionados no artigo 3º deste Regulamento; b) a premiação será apenas para livros publicados no ano anterior à concessão do prêmio ou no ano do concurso, desde que publicados até a data de inscrição; c) somente poderão concorrer livros que possuírem ISBN - International Standard Book Number, o qual identifica numericamente os livros segundo o título, o autor, o país e a editora, individualizando-os inclusive por edição; d) não poderão concorrer edições revisadas ou reformuladas de livros anteriormente contemplados como ganhadores no Prêmio Brasil de Economia. II - nas teses de doutorado e dissertações de mestrado: a) somente será aceita a inscrição de trabalho que tenha sido aprovado por banca examinadora no ano anterior à concessão do prêmio ou no ano do concurso até a data de inscrição e tenha o comprovante de aprovação pela banca examinadora do Centro de Pós-Graduação ao qual esteve vinculado; b) a aprovação requerida na alínea anterior deve seguir junto ao trabalho. III - nos artigos técnicos ou artigos científicos: a) deve ser organizado em Título com no máximo de 17 palavras; Resumo/Abstract com no máximo de 200 palavras; Corpo do Texto contendo introdução, desenvolvimento e conclusões; e Referências Bibliográficas; b) deve conter no máximo 30 páginas, ser apresentado em espaço 1,5, incluindo notas de rodapé, tabelas, referências bibliográficas e anexos, em papel tipo A4, com margens direita, esquerda, inferior e superior de 2,5 centímetros e fonte tamanho 12, Times New Roman ou Arial; c) deverá ter sido publicado no ano anterior à concessão do prêmio ou no ano do concurso até a data da inscrição em revista científica, nacional ou internacional, com Conselho Editorial, ou em Anais de congresso científico, nacional ou internacional, mesmo que em meio eletrônico, e o comprovante de publicação deve ser encaminhado junto ao trabalho; d) a falta do envio da comprovação descrita na alínea "c" deste dispositivo resultará na eliminação do trabalho. IV - nas monografias ou trabalhos de conclusão de graduação em ciências econômicas: a) cada Conselho Regional de Economia poderá inscrever apenas um trabalho publicado no ano anterior à concessão do prêmio para concorrer ao XXIV Prêmio Brasil de Economia, sendo de responsabilidade do Conselho Regional a seleção, a inscrição da monografia e a comunicação ao Cofecon da monografia selecionado; b) os Conselhos Regionais de Economia que promoveram prêmio de monografia ou de Trabalho de Conclusão de Curso regional deverão inscrever o trabalho classificado em primeiro lugar no último concurso realizado; c) o Conselho Regional de Economia que não promoveu prêmio de monografia ou de Trabalho de Conclusão de Curso regional deverá formar uma Comissão de Seleção para a indicação do melhor dentre os trabalhos a ele submetidos e/ou apresentados publicados no ano anterior à concessão do prêmio ou no ano do concurso, desde que publicados até a data de inscrição, nos Cursos Graduação em Economia, reconhecidos pelo Ministério da Educação e localizados nas respectivas jurisdições.

Seção III - DAS INSCRIÇÕES

Art. 4º As inscrições para o XXIV Prêmio Brasil de Economia poderão ser realizadas de forma presencial nos Conselhos Regionais de Economia e nas Delegacias Regionais, ou de forma eletrônica por meio do site http://www.cofecon.gov.br/pbe/, no período de 1º/3/2018 a 13/7/2018. § 1º Os trabalhos inscritos de forma presencial serão encaminhados por SEDEX pelos Conselhos Regionais de Economia ao Conselho Federal de Economia e serão aceitos somente se postados até o dia 16/7/2018. § 2º Apenas para as categorias Livro e Artigo Técnico ou Artigo Científico serão aceitos aqueles que tenham mais de um autor, sendo que todos eles devem ser economistas devidamente registrados e adimplentes em Conselho Regional de Economia. § 3º Não serão aceitas inscrições de mais de um trabalho pelo mesmo autor. § 4º No caso da existência de mais de um autor e que algum(s) desses não satisfaça(m) as exigências previstas no §2º do presente artigo, é facultada a renúncia de participação no Prêmio Brasil de Economia em favor daqueles que preencham os requisitos exigidos, mediante formalização expressa, por qualquer meio, dirigida ao Conselho Regional de Economia e ao Conselho Federal de Economia. Art. 5º As Monografias ou Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Econômicas deverão ser inscritos exclusivamente pelos Conselhos Regionais de Economia. Art. 6º As datas previstas no caput e no §1º do artigo 4º deste Regulamento serão condição para aceitabilidade da inscrição final dos trabalhos. Art. 7º Para garantir o anonimato no processo de avaliação dos trabalhos, o autor deve identificar-se apenas por pseudônimo na parte superior da primeira página do texto. Parágrafo Único. Os trabalhos que apresentem identificação da instituição de ensino, nome do orientador, cidade ou Estado serão automaticamente desclassificados, excluídos deste condicionamento apenas os trabalhos inscritos na categoria Livro. Art. 8º Para inscrições realizadas de forma presencial, os trabalhos devem ser entregues em três vias completas, todas com igual qualidade de impressão, em envelope único e lacrado com a identificação da categoria que concorrerá e do pseudônimo do autor, exceto na categoria Livro, para a qual fica dispensado o anonimato. § 1º É obrigatório encaminhar, junto aos trabalhos, cópia do trabalho em meio eletrônico (CD), exceto para a categoria Livro. § 2º A identificação completa do autor será feita mediante formulário específico previsto no art. 10 deste Regulamento, o qual deve ser entregue em envelope separado, identificado apenas por um pseudônimo e a categoria a qual concorre, junto aos documentos comprobatórios estabelecidos nas categorias, quando for exigido, referentes à aprovação e à publicação dos trabalhos. § 3º Encerrado o prazo para inscrições, os Conselhos Regionais de Economia se responsabilizarão pelo envio das cópias dos trabalhos inscritos e dos envelopes de identificação ao Conselho Federal de Economia no prazo determinado no §1º do artigo 4º deste Regulamento. § 4º Nos casos de economistas participantes das categorias Livro, Tese de Doutorado, Dissertação de Mestrado e Artigo Técnico ou Artigo Científico, deverá ser enviado, também, o comprovante da situação de regularidade junto ao Conselho Regional de Economia em que estiver registrado. Art. 9º Para inscrições realizadas de forma eletrônica, os livros e trabalhos devem ser transmitidos em local próprio do site http://www.cofecon.gov.br/pbe/, em arquivo no formato PDF no qual contenha apenas o pseudônimo do candidato na parte superior da primeira página do texto, exceto na categoria Livro, para qual fica dispensando o anonimato do autor. § 1º O arquivo deve ser transmitido em formato PDF compactado, tendo como limite o tamanho de 100 MB, com indicação do nome do documento, composto pelo pseudônimo do candidato e sigla do Conselho Regional (exemplo: AlexanderSearchRJ-PDF.ZIP). § 2º Cada livro ou trabalho recebido terá uma mensagem de resposta comprovando o recebimento. § 3º A identificação completa do autor será feita mediante formulário eletrônico específico previsto no artigo 10 deste Regulamento. § 4º Após recebimento dos livros e trabalhos de forma eletrônica, a Comissão Organizadora providenciará as seguintes diligências: I - solicitação ao candidato, por e-mail, dos documentos comprobatórios estabelecidos nas categorias, quando for exigido, referentes à aprovação e à publicação dos trabalhos; II - solicitação ao Conselho Regional de Economia em que o candidato estiver registrado, do comprovante de regularidade quanto ao pagamento das anuidades devidas pelos economistas participantes das categorias Tese de Doutorado, Dissertação de Mestrado, Artigo Científico e Livro. Art. 10. A identificação completa do autor será realizada em formulário específico, tanto para inscrições presenciais quanto para inscrições eletrônicas, sendo que para a última hipótese serão realizadas por meio do site http://www.cofecon.gov.br/pbe/, no qual deverá constar: I - nome completo; II - número do Cadastro de Pessoas Físicas da Receita Federal; III - número do Registro Geral da Carteira de Identidade ou

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600249

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

de documento equivalente; IV - endereço, telefone, fax e e-mail para contato; V - vinculação institucional; VI - pseudônimo adotado, exceto na categoria Livro; VII - número de registro no respectivo Corecon, com exceção da categoria monografia ou trabalho de conclusão de Curso de Graduação em Ciências Econômicas. Parágrafo Único. O preenchimento do formulário específico é obrigatório para todas as categorias. Art. 11. A inscrição do trabalho implica automática cessão gratuita dos direitos de publicação, ficando autorizada a reprodução do todo ou parte em qualquer tempo e/ou meio editorial de comunicação, a critério do Conselho Federal de Economia. § 1º Os exemplares dos livros e trabalhos avaliados pelas Comissões Julgadoras não serão devolvidos. § 2º A cessão gratuita dos direitos de publicação expressa nesse caput não se aplica para a categoria Livro.

Seção IV - DAS COMISSÕES JULGADORAS

Art. 12. Para seleção final dos livros e trabalhos, serão formadas, em cada categoria, Comissões Julgadoras, compostas de no mínimo três economistas registrados e em situação regular junto ao Corecon, designados pelo Conselho Federal de Economia, com qualificação técnica e formação acadêmica compatíveis com cada Categoria dos trabalhos apresentados (§ 5º do artigo 51 da Lei nº 8666/1993). § 1º Os resultados proclamados pelas Comissões Julgadoras são irrecorríveis. § 2º As decisões das Comissões Julgadoras serão tomadas por maioria dos votos de seus membros, inadmitida a hipótese de empate entre ganhadores. §3º Todo o processamento e exame dos textos relativos a tese de doutorado, dissertação de mestrado, artigo técnico ou científico e monografia sobre temas nacionais relevantes, recebidos pelas Comissões Julgadoras e demais funcionários envolvidos, será realizado sem a abertura dos envelopes de identificação, os quais só serão abertos pelo Cofecon em ato público depois de proclamado o resultado por todas as Comissões Julgadoras e formalizada por escrito a entrega do resultado ao Cofecon. § 4º Excepcionalmente, as Comissões Julgadoras poderão, no andamento dos trabalhos, em vista da natureza dos temas examinados, convidar especialistas, de notório saber, para a elas se integrarem.

Seção V - ANÁLISE DOCUMENTAL

Art. 13. Após a entrega das decisões das Comissões Julgadoras, o Conselho Federal de Economia procederá à verificação do conteúdo do formulário de que trata o artigo 10 deste Regulamento, bem como dos demais documentos apresentados pelos candidatos. Parágrafo Único. O trabalho será eliminado caso ocorra: I - a falta de qualquer documento comprobatório expressamente solicitado neste Regulamento; II - inadimplência dos economistas candidatos às categorias Livro, Tese de Doutorado, Dissertação de Mestrado e Artigo Técnico ou Artigo Científico.

Seção VI - DOS PRÊMIOS

Art. 14. Os Prêmios contemplarão o melhor trabalho inscrito em cada categoria. § 1º Nas categorias Livro e Artigo Técnico ou Científico, quando elaborado por mais de um autor, o prêmio será dividido entre os autores do trabalho. § 2º A Comissão Julgadora poderá decidir pela não concessão de prêmios, justificando a decisão em documento dirigido ao Conselho Federal de Economia. Art. 15. Ficam estabelecidos os seguintes valores de premiação em cada categoria: I - categoria - Livro: a) 1º lugar: R$ 8.000,00; b) 2º lugar: Menção honrosa; c) 3º lugar: Menção honrosa. II - categoria - Tese de Doutorado: a) 1º lugar: R$ 7.000,00; b) 2º lugar: Menção honrosa; c) 3º lugar: Menção honrosa. III - categoria - Dissertação de Mestrado: a) 1º lugar: R$ 5.000,00; b) 2º lugar: Menção honrosa; c) 3º lugar: Menção honrosa. IV - categoria - Artigo Técnico ou Artigo Científico: a) 1º lugar: R$ 3.000,00; b) 2º lugar: Menção honrosa; c) 3º lugar: Menção honrosa. V - categoria Monografia ou Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Econômicas: a) 1º lugar: R$ 3.000,00; b) 2º lugar: Menção honrosa; c) 3º lugar: Menção honrosa. Art. 16. Os prêmios serão pagos pelo Conselho Federal de Economia ou entidade patrocinadora, mediante solicitação do Cofecon. Art. 17. Os valores dos respectivos prêmios estarão sujeitos à incidência, dedução e retenção de impostos, conforme legislação em vigor, por ocasião da data de pagamento dos mesmos. Art. 18. Os prêmios são intransferíveis e inegociáveis, e terão validade até o dia 31 de dezembro de 2018, sendo que, em caso de renúncia à premiação, o valor dela decorrente se reverterá em favor do Conselho Federal de Economia. Art. 19. A solenidade de entrega dos diplomas e prêmios ocorrerá em data a ser fixada pelo Conselho Federal de Economia. § 1º As despesas com deslocamento e hospedagem serão custeadas pelo Cofecon exclusivamente aos premiados, vedado o custeio aos acompanhantes. § 2º Em caso de impossibilidade de comparecimento do premiado em data e local fixados pelo Cofecon, a entrega do prêmio será condicionada a novo agendamento dentro do exercício. § 3º As menções honrosas são entregues em data a ser fixada pelo Conselho Regional de Economia no qual o premiado possuir o registro profissional.

Seção VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. É assegurado ao Conselho Federal de Economia o direito de publicação dos trabalhos classificados. §1º Na hipótese da publicação, cada autor receberá cinco exemplares da edição específica. §2º O Cofecon reserva-se o direito de proceder à revisão ortográfica e gramatical dos trabalhos premiados, para fins de publicação. §3º Na impossibilidade de publicação dos trabalhos e em caso de solicitação, poderá vir a ser autorizado pelo Cofecon o retorno dos direitos de publicação para o autor do trabalho. § 4º Consideram-se automaticamente devolvidos os direitos autorais dos trabalhos não contemplados no XXIV Prêmio Brasil de Economia. §5º O disposto no parágrafo 3º deste artigo não se aplica para a categoria livro. §6º Os trabalhos agraciados serão divulgados nos meios de comunicação do Sistema Cofecon/Corecons, a critério dos organizadores. Art. 21. Os trabalhos não premiados ficarão à disposição do autor, na sede do Cofecon, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir da data de publicação do resultado final da seleção. Parágrafo Único. Vencido o prazo de 90 (noventa) dias, o Cofecon poderá: I - manter em acervo bibliográfico do Sistema Cofecon/Corecons; II - realizar doação para bibliotecas de Instituições de Ensino Superior que manifestarem interesse; ou III - efetuar o descarte do material. Art. 22. A inscrição do trabalho implica na aceitação pelo autor, de forma ampla e irrestrita, de todas as exigências e disposições deste regulamento, acarretando desclassificação o não cumprimento de qualquer de seus dispositivos, a juízo da Comissão Julgadora. Art. 23. Ficam impedidos de concorrer à premiação os trabalhos de autoria dos membros das Comissões Julgadoras e Conselheiros ou funcionários do Conselho Federal de Economia e dos Conselhos Regionais de Economia, bem como dirigentes e funcionários de instituições patrocinadoras do Prêmio Brasil de Economia. Parágrafo Único. Os membros das Comissões Julgadoras deverão declarar-se impedidos se de algum modo vierem a conhecer trabalhos cuja autoria possa identificar por qualquer circunstância antes da abertura dos envelopes de identificação, devendo tal obrigatoriedade ser-lhes formalmente informada quando do seu aceite para participar da respectiva Comissão. Art. 24. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Federal de Economia.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA
BRASÍLIA-DF 2018.

RESOLUÇÃO Nº 1.983, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Aprova o Regulamento da VIII Gincana Nacional de Economia - 2018.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei nº 6.021, 3 de janeiro de 1974, Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978, e tendo em vista o que consta no Processo nº 18.361/2017; CONSIDERANDO a atribuição de contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica, conferida pelo art. 7º alínea 'a' da Lei nº 1411/51; CONSIDERANDO a necessidade de estimular a integração entre as Instituições de Ensino de Ciências Econômicas, os estudantes de Economia e os Conselhos Regionais de Economia; CONSIDERANDO o que foi deliberado durante a 682ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia, realizada nos dias 26 e 27 de janeiro de 2018, em Brasília-DF; RESOLVE: Art. 1º Aprovar o anexo Regulamento da VIII Gincana Nacional de Economia - 2018, instituída pela Resolução nº 1.854, de 10 de junho de 2011. Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

WELLINGTON LEONARDO DA SILVA
Presidente do Conselho

ANEXO
REGULAMENTO DA VIII GINCANA NACIONAL DE ECONOMIA - 2018

Seção I - DOS OBJETIVOS

Art. 1º O Conselho Federal de Economia promoverá a VIII Gincana Nacional de Economia - 2018 na cidade de Porto Velho-RO, em parceria com os Conselhos Regionais de Economia, com os seguintes objetivos: I - estimular a integração entre as Instituições de Ensino de Ciências Econômicas e seus alunos de Economia; II - desenvolver e aplicar os conceitos econômicos, conciliando a prática com a teoria; III - possibilitar aos participantes uma simulação na administração restrita de variáveis macroeconômicas; IV - proporcionar envolvimento dos estudantes de economia com as atividades dos Conselhos Regionais de Economia.

Seção II - DA PARTICIPAÇÃO

Art. 2º A competição se destina a estudantes de graduação em Ciências Econômicas, regularmente matriculados em instituições de ensino superior dos Estados Brasileiros credenciados pelo MEC - Ministério da Educação, não havendo limitações relativas a período ou idade. §1ºUm mesmo participante não poderá integrar mais de uma equipe. §2ºOs participantes de curso à distância serão considerados como alunos inscritos da unidade da Federação de seu domicílio, devendo comprovar a circunstância, quando solicitado; §3º Ficam impedidos de participar os funcionários Conselho Federal de Economia e dos Conselhos Regionais de Economia, bem como os cônjuges e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, dos coordenadores ou equipe envolvida diretamente na execução da gincana. Art. 3º Poderão participar da VIII Gincana Nacional de Economia - 2018 os estudantes vencedores das Gincanas Regionais de Economia, atendidos os seguintes critérios: I - os Conselhos Regionais de Economia - Corecons poderão inscrever até 3 (três) duplas de estudantes de Instituições de Ensino, vencedoras das Gincanas realizadas nos seus respectivos estados; II - em caso de desistência justificável de algum participante, durante o período da inscrição, o Conselho Regional de Economia poderá substituir por outra dupla de estudantes, nas mesmas condições mencionadas para os demais; III - os integrantes das duplas deverão estar matriculados na mesma instituição de ensino. Art. 4º Os Conselhos Regionais de Economia poderão inscrever gratuitamente as duplas de estudantes pelo site http://www.cofecon.gov.br/gincana/, mediante preenchimento completo do formulário e Termo de Aceite para Inscrição. § 1º A inscrição efetuada no site acarreta confirmação de participação das duplas na Gincana, sendo que, na hipótese de ausência da dupla representante devidamente inscrita no site, o Conselho Regional de Economia arcará com eventuais despesas relacionadas com a garantia de reserva de hospedagem. § 2º Os participantes autorizam a cessão de seus dados cadastrais ao Conselho Federal de Economia e aos Conselhos Regionais de Economia para utilização em futuras ações referentes à Gincana, assim como cedem seus direitos e autorizam a veiculação de seus nomes, voz e imagem de forma gratuita para a divulgação da competição, por tempo indeterminado, tanto no Brasil quanto no exterior. § 3º As duplas participantes se comprometem em representar o seu Estado na grande final de cada Edição da Gincana Nacional de Economia. § 4º Caso necessário, será disponibilizada às equipes declaração de participação para ser apresentada na instituição de ensino ou no local de trabalho, desde que formalmente solicitada. Art. 5º A participação na VIII Gincana Nacional de Economia - 2018 implica necessariamente no aceite integral e irrevogável de todos os termos, condições e cláusulas do presente Regulamento. Art. 6º É vedada a participação na competição de qualquer empregado, estagiário ou terceirizado que mantenha vínculo profissional com o Sistema Cofecon/Corecons, assim como professores e coordenadores. Art. 7º Todos os participantes terão isenção de taxa na obtenção da credencial de estudante junto ao seu respectivo Conselho Regional de Economia durante a realização da Gincana, devendo, para efetivação do registro, serem cumpridos os requisitos estabelecidos pela legislação pertinente e apresentados os documentos previstos. Art. 8º A participação na Gincana não implica em nenhum recolhimento de taxa de inscrição ou qualquer outra taxa de participação, desde que a equipe compareça ao evento, observado o disposto no §1º do artigo 4º deste Regulamento.

Seção III - DOS JOGOS

Art. 9º A competição se dará por meio de jogo simulado em sistema multimídia, realizado em três etapas, sagrando-se vencedora do jogo a dupla que vencer duas etapas, envolvendo elementos de política econômica, macroeconomia, conhecimentos de economia em geral e mercado financeiro com ênfase na questão cambial, estimulando os participantes ao aprofundamento no estudo das mencionadas disciplinas. §1º A primeira etapa do jogo terá como objetivo combater a inflação e a recessão. §2º A segunda etapa do jogo terá como objetivo manter a inflação o mais próximo possível do centro da meta. § 3º A terceira e última etapa terá como objetivo o crescimento econômico, por meio do aumento do PIB - Produto Interno Bruto. §4º A competição ocorrerá em dois dias com fases que poderão ser classificatórias e/ou eliminatórias. Art. 10. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Economia providenciarão a divulgação deste regulamento junto às Instituições de Ensino Superior dos Estados Brasileiros credenciados pelo MEC - Ministério da Educação. Art. 11. Todos os documentos e orientações necessárias para a preparação das equipes nas Instituições de Ensino estarão disponíveis para download no site da Gincana http://www.cofecon.gov.br/gincana/, além das informações contendo as instruções de uso do software relacionadas à competição. Art. 12. O suporte será prestado pelo Conselho Federal de Economia, por meio do e-mail gincana@cofecon.gov.br ou pelo telefone (61) 3208-1800, no horário das 9h às 18h. Art. 13. A instalação e utilização do software são de responsabilidade da Instituição de Ensino participante, cabendo ao Conselho Federal de Economia fornecer todas as informações e orientações necessárias para auxiliar no esclarecimento de eventual dificuldade. Art.14. O Conselho Federal de Economia não se responsabiliza pela indevida utilização do software ou eventual prejuízo ocorridos na instalação, sendo necessária a leitura do manual do software e a aceitação do termo de utilização antes de proceder à instalação.

Seção IV - DA COMPETIÇÃO

Art. 15. A VIII Gincana Nacional de Economia - 2018 ocorrerá na cidade de Porto Velho-RO, e terá o seguinte cronograma geral: I - inscrições até 1º de agosto de 2018; II - período da competição: 20 e 21 de setembro de 2018. Art. 16. O número de fases, as escolas participantes, os nomes dos alunos, os horários das partidas, os critérios de classificação e eventual composição de chaves dependerão da quantidade de inscrições. Parágrafo Único. Cada fase terá regras próprias que deverão ser cumpridas por todos os participantes. Art.17. O Conselho Federal de Economia disponibilizará os equipamentos necessários à realização dos jogos, oferecendo condições para todas as equipes. Art. 18. A disponibilização de equipamentos prevista no artigo anterior visa preservar o princípio da isonomia a todas as equipes participantes. Art. 19. Não haverá espaço para torcida ou visitantes no local da competição, sendo os dados dos jogos disponibilizados no site da Gincana.

Seção V - DAS DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E DESLOCAMENTO

Art. 20. Cada Conselho Regional de Economia providenciará transporte e hospedagem em hotel próximo ao local do evento para as equipes participantes. Art. 21. O Conselho Federal de Economia providenciará alimentação durante o período da competição para todas as equipes participantes, desde que informados os nomes dos representantes, até um dia após a data prevista para confirmação das inscrições. Art. 22. As despesas com alimentação fora do horário da competição deverão ser custeadas pela faculdade, alunos participantes, apoiadores ou entidade representativa que se proponha a custear.

Seção VI - DAS PREMIAÇÕES

Art. 23. Os integrantes das equipes vencedoras receberão os seguintes prêmios: I - 1º lugar: R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) para cada estudante, no total de R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), passagens aéreas e hospedagem para uma viagem à Brasília para conhecer a sede do Conselho Federal de Economia e demais instituições de Brasília-DF, conforme programação a ser previamente definida pela Comissão Organizadora, cujas despesas com deslocamento interno serão arcadas pelo Cofecon; II - 2º lugar: R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) para cada estudante, no total de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais); III - 3º lugar: R$

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600250

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

600,00 (seiscentos reais) para cada estudante, no total de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais). Art. 24. Serão entregues, também, aos participantes e às Instituições de Ensino, certificados de participação na Gincana em cerimônia de encerramento dos jogos e comemoração dos vencedores.

Seção VII - DAS PENALIDADES

Art. 25. Serão desclassificadas as equipes que: I - tentarem invadir e/ou violar os sistemas do jogo ou tentarem, de qualquer forma, obter vantagens através de eventuais falhas no sistema, adulterar os resultados de equipes na competição; II - por si ou por seus integrantes, agirem de forma inadequada, irresponsável, desrespeitosa ou antiética em relação às demais equipes, colegas e interlocutores da Coordenação da Gincana e do Conselho Federal de Economia, bem como aquelas que deixarem de comparecer em qualquer das partidas; III - não apresentarem, quando solicitados, os comprovantes de matrícula de todos os seus componentes, ou quaisquer outros documentos eventualmente necessários para atestar a veracidade das informações e o preenchimento das condições exigidas para participação no jogo.

Seção VIII - DA COMISSÃO ORGANIZADORA E JULGADORA

Art. 26. Será constituída uma Comissão Organizadora e Julgadora para a edição da VIII Gincana Nacional de Economia - 2018, a serem coordenadas por um membro do Plenário do Conselho Federal de Economia. Art. 27. Caberá à Comissão Organizadora e Julgadora o recebimento, análise e solução de ocorrências apresentadas pelos competidores, à luz do edital deste regulamento. Art. 28. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora e Julgadora, cujas decisões, nos termos desta Resolução, são soberanas e irrecorríveis. Art. 29. Este regulamento é o documento oficial da VIII Gincana Nacional de Economia - 2018 para todos os fins e efeitos de direito, o qual deverá prevalecer caso sejam verificadas divergências entre as informações constantes nos materiais e meios de divulgação da competição.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA
BRASÍLIA-DF 2018

DELIBERAÇÃO Nº 4.894, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Homologar os processos administrativos apreciados na 682ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei nº 6.021, de 3 de janeiro de 1974, Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978, e o que consta nos processos apreciados na 682ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon, realizada nos dias 26 e 27 de janeiro de 2018, em Brasília-DF; resolve:

Art. 1º Homologar as decisões exaradas nos processos abaixo relacionados: Defere cancelamento de registro. Processo: 17.879/2016 (Corecon-SP), Interessado: Paulo Sérgio Manzioni. Indefere remissão de débito. Processo: 17.851/2016 (Corecon-RJ), Interessado: José Aloísio da Silva; Processo: 17.849/2016 (Corecon-RJ), Interessado: José Benjamim Moraes Ferreira, Processo: 17.850/2016 (Corecon-RJ), Interessado: Carlos Alberto Gomes Ferreira. Indefere recurso de cancelamento de registro e remissão de débito. Processo: 17.867/2016 (Corecon-SP), Interessado: Luiz Carlos Alonso Capasciutti. Indefere recurso de cancelamento de registro. Processo: 17.834/2016 (Corecon-RS), Interessada: Margarete Leniza Lopes Gonçalves; Processo: 17.832/2016 (Corecon-RS), Interessado: Daniel Maia; Processo: 17.837/2016 (Corecon-RS), Interessado: Samoel Maldaner; Processo: 17.863/2016 (Corecon-SP), Interessada: Credival Participações, Administração e Assessoria; Processo: 17.885/2016 (Corecon-SP), Interessado: Claudio Fernandez Reinert; Processo: 17.881/2016 (Corecon-SP), Interessada: Ayla Costa Silveira; Processo: 17.868/2016 (Corecon-SP), Interessado: Vitor Carlos Hager; Processo: 17.780/2016 (Corecon-DF), Interessado: Paulo Rogério Bagdonas; Processo: 17.946/2017 (Corecon-DF), Interessado: Thiago Henrique Cardoso da Silva; Processo: 17.838/2016 (Corecon-RS), Interessado: William Schneider; Processo: 17.836/2016 (Corecon-RS), Interessado: Rudimar Ferrari Guizzo; Processo: 17.861/2016 (Corecon-SP), Interessado: Sercom Comércio e Serviços Ltda; Processo: 17.864/2016 (Corecon-SP), Interessado: José Jesuino Pimenta; Processo: 17.883/2016 (Corecon-SP), Interessado: Rodrigo Mancuso; Processo: 17.880/2016 (Corecon-SP), Interessado: Rafael da Rocha; Processo: 17.866/2016 (Corecon-SP), Interessado: Paulo Henrique Zillo; Processo: 17.782/2016 (Corecon-DF), Interessado: Márcio Teixeira Chagas Pinto; Processo: 18.333/2017 (Corecon-SP), Interessado: Fernando Augusto Coelho dos Santos Filho. Defere recursos de cancelamento de registro com remissão de débito. Processo: 17.835/2016 (Corecon-RS), Interessada: Mariângela Amaral e Silva, Processo: 17.847/2016 (Corecon-RJ), Interessada: Elizabeth Dávila Cavallero; Processo: 17.865/2016 (Corecon-SP), Interessado: Paulo Marcelo Amaral Sales. Defere recurso de cancelamento de registro e indefere a remissão de débito. Processo: 17.787/2017 (Corecon-DF), Interessada: Maria Luiza de Santana Lombas. Regimento Interno. Aprovar com ressalvas, conforme voto do relator: Processo nº 18.011/2017 (Corecon-GO), Assunto: Atualização do Regimento Interno; Processo nº 18.272/2017 (Corecon-RS), Assunto: Regimento Interno - Análise Técnica.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ECON. WELLINGTON LEONARDO DA SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

DECISÃO Nº 20, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Torna público o resultado das eleições internas do Conselho Federal de Enfermagem, para os cargos de Diretoria, com início em 23/04/2018 e término em 22/04/2021, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, e dá outras providências.

O Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO os resultados das eleições realizadas no dia 22 de fevereiro de 2018, cujo resultado foi publicado na Decisão COFEN nº 19/2018, publicada no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, do dia 23 de fevereiro de 2018;

CONSIDERANDO que, conforme estabelecido no art. 7º da Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, "o Conselho Federal elegerá dentre seus membros, em sua primeira reunião, o Presidente, o Vice-Presidente, o Primeiro e o Segundo Secretários e o Primeiro e o Segundo Tesoureiros";

CONSIDERANDO que, para a realização das eleições dos membros da Diretoria, caberá ao Presidente do COFEN à convocação da Plenária e dos respectivos candidatos eleitos, para tanto devendo observar interstício mínimo de 30 (trinta) dias antes do término do mandato da atual gestão (art. 70, do Código Eleitoral dos Conselhos de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 523/2016);

CONSIDERANDO que, cumprindo às normas estabelecidas no Código Eleitoral dos Conselhos de Enfermagem, aprovado pela Resolução COFEN nº 523/2016, as convocações nele exigidas foram feitas tempestivamente pela Presidência do COFEN, pautando a matéria na sua 498ª ROP, onde se deu a posse dos eleitos e a realização da respectiva eleição interna da nova Diretoria do Conselho Federal de Enfermagem para triênio 2018-2021, tudo que ocorreu, precisamente, no dia 23/02/2018;

CONSIDERANDO que, conforme registros feitos nos Livros e Ata de Instalação e Eleição dos Membros da Diretoria do COFEN, cujo mandato se iniciará em 23 de abril de 2018, que foram devidamente assinados, assumindo os compromissos de lei, restaram cumpridas todas as formalidades legais exigidas, para os fins de validade do ato;

CONSIDERANDO que, ultrapassada a fase de eleição dos membros da Diretoria foram todos empossados nesta mesma Sessão, mediante termo próprio, ato que se realizou com supedâneo no preceptivo dos arts. 40, 70, 71 e 72, todos do Código Eleitoral dos Conselhos de Enfermagem, aprovado pela Resolução COFEN nº 523/2016;

CONSIDERANDO que, vencidas todas as fases do processo eleitoral, será proclamado o resultado das eleições, dando-se ampla e oficial publicidade do seu resultado final, nos termos do art. 72, § 2º, do Código Eleitoral dos Conselhos de Enfermagem;

CONSIDERANDO tudo mais que consta nos autos do Processo Eleitoral do Cofen nº 835/2017 e dos registros feitos na ROP nº 498ª, do Conselho Federal de Enfermagem, decide:

Art. 1º Proclamar o resultado das eleições dos novos membros da Diretoria do Conselho Federal de Enfermagem, dentre os Conselheiros Eleitos em processo democrático realizado no âmbito Cofen (Decisão Cofen nº 19/2018), cujos mandatos se iniciarão em 23 de abril de 2018, encerrando-se em 22 de abril de 2021, assim composta:

I - PRESIDENTE: Enfermeiro MANOEL CARLOS NERI DA SILVA;

II - VICE-PRESIDENTE: Enfermeira NÁDIA MATTOS RAMALHO;

III - PRIMEIRO SECRETÁRIO: Enfermeiro LAURO CESAR DE MORAIS;

IV - SEGUNDO SECRETÁRIO: Enfermeiro ANTÔNIO MARCOS FREIRE GOMES;

V - PRIMEIRO TESOUREIRO: Enfermeiro GILNEY GUERRA DE MEDEIROS; e

VI - SEGUNDO TESOUREIRO: Enfermeiro ANTÔNIO JOSÉ COUTINHO DE JESUS.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA
Presidente do Conselho

VENCELAU J. DA C. PANTOJA
2º Secretário

RETIFICAÇÃO

No DOU de 23/2/2018, Seção 3, pág. 111, onde se lê: Decisão nº 1, de 22 de fevereiro de 2018, leia-se: Decisão nº 19, de 22 de fevereiro de 2018.

(p/Coejo)

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃO

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 12479/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 10.066-510/11). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, de ABSOLVIÇÃO do apelado, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 24 de janeiro de 2018. (data do julgamento) LEONARDO SÉRVIO LUZ, Presidente da Sessão; JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Relator.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 1.204, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre os empregos em comissão e as funções de confiança no âmbito do Sistema CFMV/CRMVs e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso das atribuições que lhe são conferidas na alínea "f" do artigo 16 da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968;

considerando o disposto no caput do artigo 15 do Decreto nº 64.704, de 1969;

considerando o disposto no artigo 1º do Decreto-Lei nº 968, de 1969;

considerando que os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária não recebem subvenção ou transferências à conta do Orçamento da União;

considerando que os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária são dotados de recursos próprios e exercem suas atividades com autonomia financeira e administrativa, nos termos do artigo 10 da Lei nº 5.517, de 1968;

considerando que o TCU, a partir do Acórdão nº 147/2003-Plenário, firmou o entendimento de que não se afigura razoável exigir que lei de iniciativa do Poder Executivo Federal disponha especificamente sobre a organização de quadros de pessoal dos Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional, bem como reconheceu possuírem tais entidades poder de autogestão, observado o regime jurídico administrativo;

considerando que o TCU, no Acórdão nº 341/2004-Plenário, firmou o entendimento de que os Conselhos Federais, utilizando de seus mecanismos de autogestão, têm a competência de expedir instruções necessárias à definição, inclusive para os Conselhos Regionais, das necessidades peculiares de empregos em comissão, as condições e limites mínimos de provimento por empregado efetivo, observados os ditames Constitucionais. Resolve:

Art. 1º A criação de empregos comissionados e o exercício de funções de confiança no âmbito do Sistema CFMV/CRMVs obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Art. 2º Ficam os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária, respeitadas suas estruturas administrativas e respectivas disponibilidades orçamentária e financeira, autorizados a criar empregos comissionados, considerados de livre escolha, designação e dispensa.

§1º A criação, alteração e extinção dos empregos comissionados, bem como a definição dos respectivos salários, serão definidos pelo Plenário de cada Conselho e formalizados por Resolução.

§2º Sem prejuízo de outros requisitos a serem fixados pelos CRMVs, os empregos comissionados devem ser ocupados, no mínimo, por portadores de diploma de nível superior.

§3º A descrição das atribuições e o preenchimento das vagas para os referidos empregos são prerrogativas do Presidente de cada Conselho, devendo constar em Portaria, a ser publicada no Diário Oficial da União (DOU).

§4º É vedada a ocupação de emprego comissionado por cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade dos Diretores e Conselheiros, até o terceiro grau.

Art. 3º Os empregos comissionados, no âmbito do Sistema CFMV/CRMVs, serão destinados às atribuições de assessoramento, chefia e direção.

Art. 4º O empregado efetivo investido nos cargos a que se refere o artigo 2º poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas:

I - a remuneração do emprego em comissão;

II - a remuneração do emprego efetivo acrescida do percentual de 40% (quarenta por cento) do emprego em comissão.

Art. 5º As funções de confiança, no âmbito do Sistema CFMV/CRMVs, serão exercidas exclusivamente por empregados efetivos de cada Conselho.

Parágrafo único. A descrição e nomenclatura das atribuições, a ocupação e os respectivos valores são prerrogativas do Presidente de cada Conselho, devendo constar em Portaria, a ser publicada no DOU.

Art. 6º Ficam instituídos, no âmbito do Conselho Federal de Medicina Veterinária, os seguintes empregos em comissão:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018022600251

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - 7 (sete) Assessores da Presidência;
II - 10 (dez) Assessores Administrativos; e
III - 2 (dois) Assessores Jurídicos.

Parágrafo único. A remuneração para os empregos comissionados do CFMV será de até R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais).

Art. 7º Esta Resolução entrará em vigor em 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação no DOU e revoga as disposições em contrário, em especial as Resoluções CFMV nº 904 e 905, de 11 de maio de 2009, e demais que as alteraram.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

NIVALDO DA SILVA
Secretário-Geral

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 117, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

A Presidente do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO o que preceitua o artigo 4º da Resolução CRCRJ 483/2016, de 24 de outubro de 2016, que aprovou o orçamento para o exercício financeiro de 2017, que permite ajuste ao orçamento até o limite de 30% (trinta por cento); resolve:

Art.1º: Aprovar a Abertura de Crédito Adicional Suplementar de Dotações ao Orçamento do Exercício Financeiro de 2017 do CRCRJ, de R$ 2.360,00 (dois mil, trezentos e sessenta reais), constante do Processo Interno 2017/000004.

VITÓRIA MARIA DA SILVA

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PARANÁ

DECISÃO Nº 101, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

Estabelece Reestruturação das Subseções do Coren/PR por Macrorregião do Estado do Paraná.

O Conselho Regional de Enfermagem do Paraná - Coren/PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, respeitando as normas do Conselho Federal de Enfermagem e o seu Regimento Interno, e

CONSIDERANDO missão do Coren/PR de fiscalizar e disciplinar o exercício profissional para assistência de Enfermagem de qualidade no Paraná;

CONSIDERANDO que o Coren/PR realiza serviços descentralizados, especialmente de atendimento aos seus inscritos e fiscalização dos estabelecimentos de saúde, por meio de oito (8) Subseções de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral, Ponta Grossa, Guarapuava, Francisco Beltrão, Cascavel, Umuarama, Maringá e Londrina;

CONSIDERANDO visita técnica realizada no período de 05 a 09 de outubro de 2015, conforme Portaria nº 194/2015, a sete (7) subseções com o objetivo de dialogar com todos os integrantes de suas equipes, visando subsidiar elaboração de proposta de reorganização e reestruturação das unidades descentralizadas do Coren/PR;

CONSIDERANDO Relatório Final da Junta Interventora nº 01/2015, aprovado por unanimidade pelo Plenário do Conselho Federal de Enfermagem, que constatou existência de subseções deficitárias;

CONSIDERANDO o Relatório de Estudo da Reestruturação das Subseções do Coren/PR, elaborado em 2014, que apresenta pré-projeto para fechamento das subseções de Guarapuava e Francisco Beltrão, abertura de subseção em Foz do Iguaçu, e necessidade de reanálise sobre manutenção da subseção de Umuarama, visando manter "infraestrutura suficiente para o atendimento dos inscritos, com cobertura das instituições por parte da fiscalização e viabilidade econômica financeira para o bom funcionamento da assistência de enfermagem aos cidadãos paranaenses";

CONSIDERANDO estrutura apresentada no referido pré-projeto para cada subseção, conforme segue:

SUBSEÇÃO	CTBA	LDA	MGA	CVEL
Nº Municípios	37	66	81	50
Pop. Macro (IBGE, 2010)	3.338.865	1.475.858	1.256.970	1.166.758
Pop. Cidade Polo	1.678.965	493.358	349.860	283.193
Nº Fiscais	4	3	2	1
Nº Inscritos	33.014	13.200	8.987	8.540
Nº Atendimentos (jan/out/2013)	9.587	7.927	4.642	4.982
Nº Instit. Saúde	1.550	460	565	504
Nº Instit. Ensino	62	24	25	26
Arrecadação (maio/2014)	3.610.066	1.461.064	1.053.598	1.085.702
Inadimplência (até maio/2014)	43%	47%	44%	35%

SUBSEÇÃO	PG	UMU	GVA	FB
Nº Municípios	30	58	35	42
Pop. Macro (IBGE, 2010)	944.361	803.018	650.221	586.966
Pop. Cidade Polo	305.545	106.387	175.779	84.437
Nº Fiscais	1	1	1	1
Nº Inscritos	5.478	3.887	3.152	2.940
Nº Atendimentos (jan/out/2013)	2.972	1.395	2.416	1.110
Nº Instit. Saúde	316	386	231	269
Nº Instit. Ensino	13	15	11	09
Arrecadação (maio/2014)	628.043	774.097	349.905	389.901
Inadimplência (até maio/2014)	37%	41%	46%	28%

CONSIDERANDO que a estrutura existente, conforme dados abaixo, atende parcialmente e de forma deficitária os profissionais de Enfermagem no estado do Paraná:

Número de inscritos e atendimentos realizados, média mensal e relação % atendimentos e inscritos, por Subseção. Jan/out. 2013*

SUBSEÇÃO	Nº Inscritos	Nº Atendimentos	Média Mensal	Média Diária	% Insc. /Atend.
CRML	33014	9587	958	48	29
LDA	13200	7927	792	40	60
MGA	8987	4642	462	23	51,6
CVEL	8540	4982	498	25	58,3
PG	5478	2972	297	15	54,2
UMU	3887	1395	139	7	35,8
GVA	3152	2416	241	12	76,6
FB	2940	1110	111	5	37,7
TOTAL	84217	35031	3503	175	41,6

* Relatório Estudo Reestruturação Subseções do Coren/Pr, 2014.

** Percentual calculado pelo DEFIS, 2015.

CONSIDERANDO que o chamamento e nomeação, em 2013, 2014 e 2015, de 7 (sete) fiscais e 16 (dezesseis) auxiliares administrativos, aprovados no Concurso Público 01/2012, não supriu a necessidade destes profissionais nas subseções do Coren/PR;

CONSIDERANDO as 5 (cinco) demissões ocorridas em 2015 no Coren/PR;

CONSIDERANDO as elevadas despesas com locação de imóveis, condomínios e estacionamentos para manutenção das Subseções do Coren/PR;

CONSIDERANDO necessidade de redirecionar municípios e realizar transferências de recursos humanos das áreas de Atendimento e Fiscalização na busca da proporção de 1 (um) agente de fiscalização para 200 (duzentas) Instituições de Saúde;

CONSIDERANDO concentração de estabelecimentos de saúde de alta complexidade nas cidades polos do Paraná (Curitiba, Cascavel, Maringá e Londrina);

CONSIDERANDO definição da chefia do Departamento de Fiscalização para que a inspeção nos estabelecimentos de saúde ocorra sempre em dupla de fiscais;

CONSIDERANDO a impossibilidade atual de realização de concurso público para absorção de novos profissionais; CONSIDERANDO que a reorganização da estrutura das subseções, aliada a outras estratégias da Gestão 2015/17 (atendimento descentralizado com o Coren Móvel, instalação de totens de autoatendimento, atendimento on line, ampliação da frota de veículos e contratação de motoristas) poderá garantir melhores condições de trabalho das equipes e agilidade no atendimento aos inscritos do Coren/PR;

CONSIDERANDO inteiro teor do Processo Administrativo nº 90/2015;

CONSIDERANDO Regimento Interno do Coren/PR, especialmente, inciso XI do artigo 49 que atribui à Diretoria "submeter à aprovação do Plenário, proposta para instalação, encerramento ou mudança de locais das sedes de Subseções" e parágrafo 4º do artigo 67 que prevê "Havendo necessidade de reorganização ou reestruturação administrativa, o Coren/PR poderá promovê-la a qualquer tempo, devendo, em todo o caso, manter atualizado seu organograma funcional";

CONSIDERANDO deliberação da 238ª Reunião Extraordinária de Plenário, de 14 de outubro de 2015;

DECIDE

Art. 1º Definir a reestruturação das subseções do Coren/PR de acordo com o Mapa Político do Paraná, que divide o território paranaense em 4 (quatro) macrorregiões: Leste, Oeste, Norte, Noroeste, tendo as cidades Curitiba, Cascavel, Londrina e Maringá como seus respectivos polos.

Art. 2º Estabelecer os municípios de abrangência de cada Subseção do Coren/PR, conforme mapa no anexo I. Art. 3º Alterar a denominação da Subseção de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral para Subseção de Curitiba do Coren/PR;

Art. 4º Manter as Subseções de Cascavel, Londrina e Maringá do Coren/PR. Art. 5º Extinguir as Subseções de Francisco Beltrão, Guarapuava, Ponta Grossa e Umuarama.

Art. 6º Transferir os empregados lotados nas Subseções de Francisco Beltrão, Guarapuava, Ponta Grossa e Umuarama para as de Curitiba, Cascavel, Londrina e Maringá, promovendo a recomposição das equipes de trabalho nestas.

Art. 7º Abrir processo administrativo para venda do imóvel da Subseção de Umuarama.

Art. 8º Adotar medidas pertinentes e legais para distratar com empresas que tem imóveis e vagas de estacionamento locados para o Coren/PR sediar as Subseções de Francisco Beltrão, Guarapuava e Ponta Grossa.

Art. 9º Providenciar o controle, transporte e instalação e/ou destino adequado dos bens patrimoniais das subseções extintas para as mantidas ou para o Regional, conforme necessidade.

Art. 10 Estabelecer o prazo de até 120 (cento e vinte) dias para organização e início do funcionamento da nova estrutura descentralizada com 4 (quatro) Subseções do Coren/PR.

Art. 11 Esta Decisão passa a viger na data de sua assinatura, sendo o anexo I parte integrante da mesma.

SIMONE APARECIDA PERUZZO
Presidente do Conselho

JANYNE DAYANE RIBAS
Secretária

INTERNET
www.in.gov.br